



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1850

Segunda-feira - 19 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Guaraciaba	283	Petrolândia	440
Antônio Carlos	3	Guaramirim.....	284	Pinheiro Preto	441
Arabutã	4	Herval d'Oeste	290	Pomerode.....	472
Arroio Trinta.....	15	Ibiam	293	Porto Belo.....	481
Ascurra.....	17	Ilhota	296	Porto União.....	484
Balneário Piçarras.....	19	Imarui	297	Presidente Nereu.....	486
Bela Vista do Toldo.....	20	Imbituba	300	Rio dos Cedros.....	515
Benedito Novo	21	Indaial.....	301	Rio do Sul.....	488
Biguaçu	22	Itapoá	302	Santa Rosa do Sul	516
Blumenau	24	Ituporanga	312	Santiago do Sul.....	517
Bom Jesus do Oeste	32	Joaçaba	313	São Bento do Sul.....	518
Bom Retiro	35	Lacerdópolis.....	317	São Domingos.....	523
Brunópolis	36	Lages	318	São João do Sul	526
Brusque.....	37	Laguna	320	São Joaquim	527
Caçador.....	43	Lauro Muller	325	São José.....	545
Camboriú.....	48	Leoberto Leal.....	330	São Lourenço do Oeste.....	590
Campo Alegre	49	Lindóia do Sul.....	331	São Miguel da Boa Vista	594
Campo Erê.....	50	Luzerna	343	São Miguel do Oeste.....	595
Canoinhas.....	51	Macieira.....	344	São Pedro de Alcântara.....	596
Capinzal	55	Mafra	345	Schroeder.....	600
Chapadão do Lageado	57	Maracajá	347	Serra Alta	615
Cocal do Sul.....	58	Maravilha.....	356	Sul Brasil	616
Concórdia	59	Massaranduba.....	360	Tigrinhos	617
Cordilheira Alta	61	Meleiro	363	Timbé do Sul	618
Coronel Freitas.....	63	Modelo	368	Timbó	619
Coronel Martins.....	64	Morro da Fumaça	369	Três Barras	621
Correia Pinto.....	65	Navegantes.....	370	Treze Tilias	622
Corupá	85	Nova Trento	376	Trombudo Central.....	625
Curitibanos	88	Ouro	377	Tunápolis.....	626
Dionísio Cerqueira	89	Palhoça	378	Turvo	627
Forquilha.....	90	Palmitos	403	Vargem Bonita	630
Fraiburgo.....	92	Papanduva.....	420	Videira.....	631
Garuva	270	Passo de Torres.....	422	Vitor Meireles.....	637
Gaspar	271	Paulo Lopes	426	Xanxerê	641
Grão Pará	280	Penha.....	427	Xavantina	643

Associações

AMMVI	644
-------------	-----

Consórcios

ARIS	655
CIM-AMAVI.....	655
CIMCATARINA.....	656
CIMVI.....	656
CIS/AMARP.....	657
CISAM	658
CIGAMERIOS	659

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2072, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder quinze (15) dias férias ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, GUSTAVO ELIAS LOHMANN, ocupante do cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, lotado na Gerência de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Período aquisitivo de 07/04/14 a 06/04/2015, período de gozo de 15 a 29 de outubro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, em 15 de outubro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 134 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ADELAIDE ERCI MÜLLER, ocupante de dois (2) cargos públicos de professor, matrículas 119 e 714, respectivamente PROFESSOR I – 20 HORAS e PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, até 07 de dezembro de 2015, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gilmar Zortea, CRMSC 4719.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 16 de outubro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 084/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 084/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 052/2015; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização, iluminação, tendas, banheiros químicos, para eventuais festividades que venham a ocorrer no Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 29 de outubro 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 16 de outubro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

LEI Nº. 835/2015

LEI Nº 835 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza o uso dos símbolos oficiais, sinais gráficos e imagens de prédios públicos do Município de Arabutã pelos produtores de artesanato do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores propôs e aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os produtores de artesanato do Município de Arabutã ficam autorizados a usar os símbolos oficiais, sinais gráficos e as imagens de prédios públicos municipais em seus produtos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 16 de outubro de 2015.
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
Em 16 de outubro de 2015

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pelas Publicações

LEI Nº. 836/2015

LEI Nº 836, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso II do artigo 189 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Arabutã para 2016, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV – as disposições para as transferências;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos

sociais e benefícios aos servidores, empregados;

VII – as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;

VIII – as disposições sobre transparência; e

IX – as disposições finais.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016 e memória de cálculo, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF serão identificadas nos anexos, devidamente compatibilizadas com os Programas constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA a serem e respectivos anexos a serem encaminhados no prazo regulamentar estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º As metas fiscais previstas no artigo anterior, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento serão demonstradas quadrimestralmente em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 serão aquelas definidas e apresentadas nos demonstrativos de que trata o art. 2º desta Lei e tendo como base o estabelecido na Lei 752, de 02 de outubro de 2013 que Institui o Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017 – PPA 2014/2017.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no caput do presente artigo, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016 o Poder Executivo deverá compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O Anexo de metas fiscais de receitas e de despesas conterá no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – função – o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal, o que caracteriza da melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão;

II – subfunção - representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal o que caracteriza da melhor forma possível à identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as

subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão;

III – programa - é o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – projeto - é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. Os projetos que fazem parte da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016 serão os que foram previamente aprovados na Lei 752, de 02 de outubro de 2013 – PPA 2014/2017 e alterações posteriores;

V – atividade - é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo. As atividades que fazem parte da proposta orçamentária para o exercício de 2016 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal, e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente, cujo produto final será a manutenção das ações governamentais extraídas na Lei 752, de 02 de outubro de 2013 – PPA 2014/2017 e alterações posteriores.

VI – operação especial – agregam as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

VII – órgão orçamentário – o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII – unidade orçamentária – o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional utilizada para quantificar e expressar as características do produto.

IX – subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

X – receita ordinária – aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI – execução física – a autorização para o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII – execução orçamentária – o empenhamento e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII – execução financeira – o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

XIV – concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários; e,

XV – conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, e esta com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de

funcionamento na forma da Portaria nº 350, de 18 de junho de 2010 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com vinculação em cada fonte de recurso.

§ 3º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora

Art. 6º O projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores será constituída de:

I – mensagem.

II – texto da lei;

III – receitas por categorias econômicas;

IV - demonstrativo da evolução da receita;

V – resumo geral da despesa – consolidação;

VI – demonstrativo da evolução da despesa;

VII – natureza das despesas segundo a categoria econômica;

VIII – classificação da despesa segundo funcional programática;

IX – programa de trabalho por órgão e unidade orçamentária;

X – demonstrativo de funções, subvenções e programas por projetos atividades;

XI – demonstrativo de funções, subvenções e programas conforme o vínculo;

XII – demonstrativos das despesas por órgãos e funções;

XIII – sumário geral das receitas por fontes e despesas por funções de governo;

XIV – quadro das dotações por órgãos de governo e da administração;

XV – programa de trabalho referente realizações de obras e prestações de serviços;

XVI – campo de atuação das unidades orçamentárias;

XVII – quadro demonstrativo da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 estimadas para 2015 e projetada para 2016, 2017 e 2018, instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifique os resultados pretendidos.

XVIII – quadro demonstrativo da dívida fundada interna em 31 de dezembro de 2014 e a projeção de desembolso para os de 2015 a 2017;

XIX – quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da proposta orçamentária à Câmara Municipal;

XX – quadro demonstrativo consolidado da composição do ativo financeiro e passivo financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da proposta orçamentária à Câmara Municipal;

XXI – quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2012 a 2014;

§ 1º O Fundo Municipal de Saúde que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura Municipal e por Unidades Gestoras, as entidades e órgãos com orçamento e contabilidade própria.

§ 3º O quadro demonstrativo da despesa de que trata este artigo fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza da Despesa/Modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria nº 163, de 4 de maio de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações posteriores admitido o remanejamento por decreto da chefe do Poder Executivo Municipal na mesma categoria de programação conforme definido no § 2º do art. 5º desta Lei.

§ 4º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária prevista neste artigo e de que trata o art. 22, parágrafo único, I da Lei 4320/64, conterá:

I – demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II – demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa.

Art. 7º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura, conforme abaixo descrito:

I – Prefeitura Municipal de Arbutã;

II – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência;

III – Fundo Municipal de Habitação;

IV – Fundo Municipal de Saúde;

V – Fundo Municipal de Assistência Social; e

Art. 8º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, por projeto ou atividade, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, e os grupos de natureza de despesa conforme a seguir discriminado:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras;

VI – amortização da dívida.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como os de maior nível de classificação institucional.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo e seus Fundos.

§ 1º O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde que terá suas receitas especificada no Orçamento da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, representados nos demonstrativos previstos no art. 6º da presente Lei.

§ 3º Os fundos, com exceção ao previsto no § 2º do presente artigo, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal.

§ 4º O Prefeito Municipal poderá, por ato próprio, delegar o gerenciamento dos fundos previstos no parágrafo anterior a titular do órgão no qual o fundo esteja vinculado.

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2016 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal a fim de observar o princípio da publicidade e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

§ 1º Na elaboração ou na execução da proposta orçamentária prevista neste artigo, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas em seus demonstrativos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 2º Além das metas e prioridades a que se refere o art. 2º desta Lei, serão selecionadas outras, em audiências públicas, conduzidos pelo Poder Executivo Municipal, a serem realizadas com os segmentos comunitários do Município.

Art. 11. No projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA poderá ser incluída a programação constante das propostas de alteração da Lei 752, de 02 de outubro de 2013 – PPA 2014/2017 e alterações posteriores, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 12. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas conforme os preços vigentes à época da elaboração do orçamento.

Art. 13. Na programação orçamentária não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 14. As receitas próprias diretamente arrecadadas pelos fundos, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à contrapartida de operações de crédito.

Art. 15. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência vinculada aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente em até 0,5 % (meio por cento) da receita corrente líquida.

Art. 16. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a lei orçamentária anual.

Seção II DOS DÉBITOS JUDICIAIS

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2016 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 1º Os precatórios que serão incluídos nos termos do caput deste artigo serão os encaminhadas até 20 de julho de 2015 ao Setor Jurídico do Município, e que tenham as seguintes especificações:

I – número da ação originária;

II – data do ajuizamento da ação originária;

III – número do precatório;

IV – tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da condenação transitada em julgado;

V – data da autuação do precatório;

VI – nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

VII – valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago;

VIII – data do trânsito em julgado;

IX – identificação da Vara ou Comarca de origem; e

X – natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, a honorários sucumbenciais fixados pelo Juiz da Execução ou a honorários contratuais.

§ 2º A atualização de valores de requisitos, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, previsto no exercício de 2016, nos termos § 12 do art. 100 da Constituição Federal será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

Seção III

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 18. Os orçamentos fiscais e da seguridade social abrangerão os Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos e Órgãos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 1º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no inciso XI do caput do art. 167 e nos art. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do orçamento da seguridade social;

II – do Orçamento Fiscal; e

III – de receitas próprias dos fundos que integram exclusivamente o orçamento da seguridade social; e

IV – das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que tratam a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 195 da Constituição, no Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA de 2016 e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação e terão a destinação prevista no inciso XI do art. 167 da Constituição Federal.

§ 3º As receitas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Art. 19. As despesas de custeio realizadas à conta de recursos do Tesouro Municipal, exceto com pessoal e encargos sociais, não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes no orçamento de 2015, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas prioridades definidas da Lei 752, de 02 de outubro de 2013 – PPA 2014/2017 e alterações posteriores, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

§ 1º Havendo incremento real de receita corrente líquida o aumento previsto no presente artigo poderá ser incrementado nos mesmos índices.

§ 2º Exclui-se do previsto no presente artigo, se, mediante demonstrativo de impacto financeiro, for comprovado que as despesas de custeio tiver aumentos dos produtos/serviços superiores ao incremento real de receita corrente líquida.

Seção IV

DAS DIRETRIZES PARA O LIMITE DE DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 20. Na elaboração do orçamento do Poder Legislativo Municipal, nos termos no inciso I do artigo 29-A, da Constituição Federal, será observado o limite de 7 % (sete por cento) relativo ao somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do

art. 153, no art. 158 e art. 159, também da Constituição Federal, efetivamente realizadas no exercício de 2015, incluídas todas as despesas de custeio administrativo e operacional, de investimentos, de pessoal ativo e encargos sociais.

Parágrafo único. Os recursos, acrescidos dos créditos suplementares e especiais, serão entregues em conformidade com o inciso XVIII do art. 63 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21. Havendo a necessidade, Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2015, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 22. Os saldos financeiros dos recursos colocados à disposição do Poder Legislativo Municipal não comprometido, com o devido empenhamento da despesa, na forma do parágrafo único do art. 20 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Municipal até o dia 31 de dezembro de 2016, para efeito de encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo único. Havendo anulação de despesa empenhadas do exercício anterior, o valor dos saldos financeiros dessa despesa será recolhido aos cofres do Município até o final do mês da data de sua anulação.

Seção V

Das Emendas ao Projeto da Lei Orçamentária

Art. 23. As propostas de emendas ao projeto de Lei Orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na forma e detalhamento descritos na Lei 752, de 02 de outubro de 2013 – PPA 2014/2017 e alterações posteriores, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos e nesta Lei.

Parágrafo único. Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores as emendas que contrariem o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 113 da Lei Orgânica Municipal.

Seção VI

Cronograma de Desembolso Mensal e da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 24. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016 cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no artigo 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 25. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará ao Poder Legislativo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as:

I - atividades do Poder Legislativo constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2016; e

II - custeadas com recursos de doações e convênios;

§ 2º A exclusão das despesas de que trata o inciso I do § 1º aplica-se integralmente no caso de a estimativa, ser igual ou superior

àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA de 2015, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido Projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

§ 3º O Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o caput deste artigo, editará ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 4º A execução das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo e Legislativo, decorrente da abertura de créditos suplementares e especiais e da reabertura de créditos especiais, no exercício de 2016, fica condicionada aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos deste artigo, exceto quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios financeiros e não financeiros, apurado de acordo com o § 3º do art. 43 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 5º Adoção do mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, recairá para as seguintes despesas abaixo:

I – redução dos investimentos programados e obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II – eliminação de despesas com serviços extraordinários;

III – eliminação de possíveis gratificações temporárias concedidas a servidores;

IV – redução de até 30 % (trinta por cento) dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras e serviços públicos e;

V – redução de dotação de para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 6º Para fins da verificação de que trata o § 5º deste artigo, considerar-se-ão as receitas de acordo com as respectivas fontes de origem e aplicação de recursos, aplicando-se a limitação de empenhamento nas respectivas dotações até normalidade da arrecadação.

§ 7º É facultado à Administração, observada a relevância da ação ou do serviço público, utilizar recursos de fontes ordinárias para financiar dotações oriundas de recursos vinculados.

§ 8º Ocorrendo o disposto no § 7º deste artigo e verificado conjuntamente, que o não cumprimento da arrecadação das respectivas fontes poderá afetar o equilíbrio financeiro, aplicar-se-á a limitação conforme os incisos I a V do § 5º deste artigo.

§ 9º É facultada a aplicação da limitação de empenho para aquelas fontes de recursos, cuja execução da despesa esteja condicionada estritamente à arrecadação da respectiva receita ou cuja liberação dos recursos esteja vinculada à aprovação dos bens ou serviços adquiridos pelo órgão repassador.

§ 10. Independente da verificação do estabelecido no caput deste artigo, a qualquer tempo, o Poder Executivo poderá estabelecer limitação de empenho, de forma geral ou individualizada por Órgão, objetivando atender prioridades da Gestão da Administração.

Seção VII

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. Os orçamentos fiscais e da seguridade social, as classificações das dotações previstas no art. 8º da presente Lei, poderão ser

alterados de acordo com as necessidades de execução.

Art. 27. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares, especiais e extraordinários serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, também em meio magnético, preferencialmente de forma consolidada.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I, II e III do art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é até 30 de novembro de 2016, com exceção o estabelecido no inciso III do art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 poderá ser a qualquer tempo.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares, especiais e extraordinários exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2015, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2016;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, por fonte de recursos.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º deste artigo, será publicado, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2016, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2015.

§ 6º Os projetos de lei referentes a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal, benefícios aos servidores e seus dependentes, sentenças judiciais e dívida, serão encaminhados ao Poder Legislativo no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento, pela Diretoria de Administração e Fazenda, contendo as disposições dos § 1º do presente artigo.

§ 7º Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Poder Legislativo, serão considerados automaticamente autorizados com a sanção e publicação da respectiva lei e automaticamente abertos com a publicação do competente Decreto do Poder Executivo.

§ 8º Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Art. 28. Os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização específica do Poder Legislativo.

Art. 29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio do Poder Executivo até 15 de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput será 28 de fevereiro de 2016, quando se tratar do Orçamento de Investimento.

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 2º do art. 5º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao novo órgão.

Art. 31. Na execução orçamentária do exercício de 2016 o Poder Executivo Municipal, poderá:

I - remanejar o saldo das dotações de despesas nos termos do § 3º do art. 6º da presente lei.

II – suplementar dotação orçamentária com saldos insuficientes, utilizando-se recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, os provenientes de excesso de arrecadação, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por Lei e o produto de operações de crédito autorizado, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo Municipal realizá-las.

III – abrir crédito suplementar com os recursos previstos no § 2º do art. 68 da presente Lei.

§ 1º O remanejamento previsto no inciso I do presente artigo e a suplementação utilizando-se os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e do excesso de arrecadação poderá ser efetuado mediante decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O remanejamento e a abertura de créditos suplementares ou especiais ou suplementações não previstas no parágrafo anterior será efetuado mediante lei específica.

Art. 32. Durante a execução orçamentária o Executivo Municipal autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadra nas prioridades para o exercício de 2016.

Seção VIII Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 33. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2015, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da Prefeitura e seus Órgãos.

II - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei Complementar nº 31

de 16 de dezembro de 2008;

III - ações de prevenção a desastres classificadas e aprovada pela Defesa Civil;

IV - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, e educação classificadas na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016.

V - investimentos e inversões financeiras; e

VI - despesas contratualmente assumidas no âmbito do Orçamento de Investimento.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 no Poder Legislativo e da execução prevista neste artigo serão ajustados por Decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 20% (vinte por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 4º As programações não contempladas nos incisos do caput poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos aos limites estabelecidos em lei complementar federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da proposta orçamentária ou incluída e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da lei de responsabilidade fiscal.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2016 não excederá os limites estabelecidos nas metas da Lei Orçamentária Anual – LOA.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I – o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II – a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III – a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel da Administração Pública Municipal;

IV – a adequação da legislação pertinente às novas disposições

constitucionais;

V – o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI – a realização de concursos públicos para atender às necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII – a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 38. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

Art. 39. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 40. No exercício de 2016, observado os dispostos no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e,

III – for observado o limite previsto no artigo anterior.

§ 1º A comprovação da existência de dotação prévia e suficiente para o atendimento da despesa prevista no inciso I do presente artigo ocorrerá no ato da contratação mediante processo da estimativa do impacto financeiro se essa for necessária ou através de documento específico que será anexo aos assentos pessoais do servidor admitido.

§ 2º Excetua-se do disposto do inciso I do presente artigo a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na forma estabelecida pela Lei 218, de 23 de abril de 2002.

Art. 41. No exercício de 2016, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 39 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no “caput” deste artigo, é de exclusiva competência da chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 42. O Poder Executivo, por intermédio da Diretoria de Administração e Fazenda, publicará até 30 de setembro de 2016, a denominação e os quantitativos de cargos ocupados e vagos, efetivos, temporários e comissionados, integrantes dos diversos quadros de pessoal dos órgãos da administração direta e fundações.

Art. 43. O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101 - LRF, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 44. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores

de que trata o art. 18, § 1º Lei Complementar Federal nº 101 - LRF, de 04 de maio de 2000, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas nos planos de cargos da Administração Pública de Arbutã, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais e ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34" - "Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização".

Art. 45. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão em 20 % (vinte por cento) dos cargos preenchidos; e

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 46. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no "caput", podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 47. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para a sanção do Prefeito Municipal, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção do Prefeito à Lei Orçamentária Anual – LOA, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até 100 % (cem por cento) das dotações relativas aos novos projetos;

II – de até 60 % (sessenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento;

III – de até 20 % (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV – dos restantes 40 % (quarenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento; e

V – dos restantes 80 % (oitenta por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no § 2º do presente artigo, a troca das fontes de recursos condicionada constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101 - LRF, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Também não se consideram renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000, as

isenções parciais ou totais de juros e multas em programas de recuperação fiscal aprovados por lei específica desde que mantida a correção monetária da receita.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VIII

DAS TRANSFERÊNCIAS

Seção I

DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O SETOR PRIVADO

Subseção I

Das Subvenções Sociais

Art. 50. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A certificação de entidade beneficente de assistência social são aquelas que detenham certificação emitida por Conselho Municipal de Assistência Social, ou outros órgãos competentes à nível Estadual ou Federal, nos termos da legislação própria.

§ 2º Os repasses deverão ser realizados por unidade gestora com atribuições legais afetas à área social.

§ 3º A certificação de que trata o § 1º poderá ser substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Para as Transferências para o Setor Privado aplica-se as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999, após a sua entrada em vigência

§ 5º A transferência de recursos devem atender as disposições do artigo 51 da presente Lei.

Subseção II

Dos Termos de Contribuições Correntes, de Capital, Colaboração e Fomento

Art. 51. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016;

III – sejam selecionadas por ato de autorização do dirigente da unidade orçamentária transferidora, desde que atendam a lei específica disciplinando a forma e os critérios de concessão.

IV – que atenda os dispositivos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, após a sua vigência.

§ 1º A transferência de recursos a título de contribuição corrente e capital, não autorizada nos termos dos incisos I e II do caput, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, na forma estabelecida no inciso III do presente artigo, o qual conterá o critério de seleção, o objeto, o prazo do convênio ou instrumento congênere e a justificativa para a escolha da entidade.

§ 2º A transferência de recursos a título de Colaboração e Fomento previstos no inciso IV do caput deste artigo será realizado através de Chamamento Público que estabelecerá critérios e indicadores padronizados a serem seguidos especialmente quanto às seguintes características:

I – objetos;

II – metas;

III – métodos;

IV – custos;

V – plano de trabalho;

VI – indicadores, quantitativos e qualitativos, de avaliação de resultados.

§ 3º O disposto no caput e no §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se

aos casos de convênio ou instrumento congênere cujas despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016.

Subseção III

Das Transferências Correntes e dos Termos de Colaboração e Fomento

Art. 52. A Transferência Correntes, previstos no § 2º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, e os Termos de Colaboração e Fomento estabelecido pela Lei Federal nº 13.019, de 31

de julho de 2014 somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, atendam ao disposto no art. 50 e sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II – de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e atendam ao disposto no art. 50 desta Lei;

III – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a prática do desporto amador e de recreação, desde que seja formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais e seja demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

IV – de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no art. 50 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência;

V – voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VI – voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

VII – voltadas a colaboração e fomento para atendimento as disposições do art. 5º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. As transferências dos recursos devem atender as disposições do art. 51 da presente Lei.

Subseção IV

Disposições Gerais

Art. 53. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 50 a 52 desta Lei, a transferência de recursos, a entidade privada sem fins lucrativos, da justificação pelo órgão concedente e ainda de:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) realização de obras físicas em entidades sem fins lucrativos

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III – execução na modalidade de aplicação “50” - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV – compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI – publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII – comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

VIII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX – apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, do Estado, do Município, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

X – demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades;

XI – manifestação prévia e expressa do setor técnico do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

XII – Atendimento a Instrução Normativa – IN 14/2012 e alterações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, da Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013 e das normas específicas do Município e do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal; e

XIII – Para fomento do desenvolvimento econômico e rural previstos nos artigos 127 e 131 da Lei Orgânica Municipal.

XIV – para a colaboração e fomento o atendimento as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, após o início de sua vigência.

Parágrafo único. A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político de Poder Municipal, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal ou que sejam beneficiados:

I – os Conselhos Municipais devidamente aprovados por leis específicas;

II – as associações de Entes Federativos, limitada a aplicação dos recursos à capacitação e ao treinamento de seu pessoal; ou

Art. 54. É facultativa a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos art. 50, 51 e 52 desta Lei, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social e atendam ao disposto no art. 50 desta lei.

CAPÍTULO IX DA TRANSPARÊNCIA

Art. 55. Os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Municipal divulgarão e manterão atualizada, na página do Município, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do art. 50 a 52, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;

VI - órgão transferidor; e

VII - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 56. Os Poderes do Município atenderão integralmente as disposições da Lei Federal de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, da Lei Federal de nº 131, de 27 de maio de 2009 e Decreto Municipal de nº 1.190 de 15 de junho de 2012.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A execução da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Poder Legislativo Municipal.

Art. 58. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Art. 59. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000:

I – entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse a 10 (dez) vezes, o limite do inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo projeto de lei; e

III – os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 60. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, I e II da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa ou inexigibilidade.

Art. 61. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 62. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 63. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 64. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual e outros Entes da Federação através de seus órgãos da administração direta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 65. Comprovado interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 66. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles provenientes de intempéries e passivos contingentes, constantes em anexo da LOA.

§ 1º Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal, poderá por ato próprio, utilizar o excesso de arrecadação, o superávit financeiro do exercício de 2015 ou encaminhar projeto de lei a Câmara Municipal de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos ou despesas de custeio, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 67. O orçamento do Município, para o exercício de 2016 contemplará recursos para a reserva de contingência, destinadas atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, conforme estabelecido na forma do artigo 15 desta Lei.

Parágrafo único. É admitida a utilização dos recursos da dotação Reserva de Contingência após a data de 30 de outubro de 2016, para outra finalidade, desde que atendidos os passivos contingentes e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Art. 68. Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária Anual - LOA para 2016 com dotações vinculadas de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, serão executados e utilizados a qualquer título,

quando devidamente firmado e processados, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e 50 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000.

2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

§ 3º Na Lei Orçamentária Anual - LOA os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 16 de outubro de 2015.
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
Em 16 de outubro de 2015

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1726

DECRETO Nº 1726, de 15 de outubro de 2015.

Autoriza servidor público municipal a realizar movimentações financeiras em instituições financeiras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA-SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 100, VIII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o servidor público municipal MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Tributário, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único - A servidora designada no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º - Os poderes elencados pelo servidor citado no artigo 1º serão:

- I - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II - Efetuar transferências por meio eletrônico
- III - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- IV - Abrir contas de depósito;
- V - Liberar arquivos de pagamento de pagamento no GFN/ASP;
- VI - Emitir cheques;

Art. 3º - As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas no artigo 1º deste decreto, referem - se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ:

- I – 82.826.462/0001-27 - Município de Arroio Trinta-SC;
- II – 10.479.381/0001-97 - Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- III – 20.154.996/0001-05 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- IV – 21.253.567/0001-40 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Arroio Trinta;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 15 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115

PORTARIA N.º 115/2002 DE 02/05/02

“NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVO ANTÔNIO PAGANINI, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 10 da Lei n.º 257/90 de 09/02/1990, Lei n.º 811/99 de 08/12/99 e Lei n.º 897/2002 de 20/02/2002, tudo de acordo com o Edital de Concurso Público n.º 001/2002 de 25 de fevereiro de 2002,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, portador do CPF sob n.º 000.077.349-21, para exercer o cargo de TÉCNICO TRIBUTÁRIO – NÍVEL CE-18, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40(quarenta) horas semanais, a partir do dia 02 de maio de 2002.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC, 02 de maio de 2002.

IVO ANTÔNIO PAGANINI

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 0033 2015 - CANOS E ACESSÓRIOS PARA REDES DE ESGOTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0033/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CANOS E ACESSÓRIOS PARA RECUPERAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 04/11/2015

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 04/11/2015

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 16/10/2015

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2015 - INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0032/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Mensal.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, COM VISTAS AO MELHORAMENTO DO GADO LEITEIRO E DE CORTE NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 03/11/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30min. do dia 03/11/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 16 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2770, de 02/10/2015

DECRETO Nº 2770, de 02 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 2.024,20, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (2.024,20)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (2.024,20)	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Ascurra, 02 de outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 02 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2771, de 02/10/2015

DECRETO Nº 2771, de 02 de Outubro de 2015.

ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO E EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA NA FORMA QUE MENCIONA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra e demais legislações de regência, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecido na legislação municipal e artigo 30, inciso I, da Carta Magna;

CONSIDERANDO a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

CONSIDERANDO que o País vem atravessando uma crise econômica que implica diretamente na arrecadação dos entes estatais e consequentemente, no repasse das verbas ordinárias e extraordinárias aos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que a Controladoria Interna desta municipalidade apontou como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos munícipes, a instituição de jornada de trabalho reduzida, nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, na forma como disciplinado adiante, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação e

CONSIDERANDO que o horário de verão começa à zero hora de 18/10/2015 até zero hora de 21/02/2016;

DECRETA:

Art.1º - Fica instituído, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, obedecidos os seguintes turnos de trabalho:

a) Secretaria da Administração e Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

b) Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 06h30min às 13h00min, com 00h30 minutos de intervalo, exceto os serviços de Coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal;

c) Secretaria de Educação, apenas para a Administração da Secretaria, excluídos os horários de funcionamento das unidades de ensino da rede pública municipal, suas respectivas Diretorias e as Creches municipais, as quais seguirão o horário normal de trabalho elaborado e em conformidade com o Calendário Escolar:

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

d) Secretaria de Saúde, apenas para o setor de Assistência Social:

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

e) Procuradoria

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min;

f) Gabinete do Chefe do Poder Executivo

De segunda a sexta-feira: das 07h30min às 13h30min.

§1º O expediente e funcionamento definidos nas alíneas do caput serão implementados no período compreendido entre 19 de outubro de 2015 a 21 de fevereiro de 2016.

§2º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitados o disposto no artigo 3º.

§3º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação.

Art. 2º - O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentro suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de: Coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §3º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º - Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho readequada conforme disposto neste Decreto, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§1º - A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§2º- Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 04 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I - às 08(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 4ª (quarta) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 20 (vinte) horas.

§3º - O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ascurra, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial ao Decreto nº 2768, de 02 de outubro de 2015.

Município de Ascurra, 02 de outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 02 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015– PMBP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015-PMBP - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Licitatório nº 077/2015– PMBP - Pregão Presencial nº 038/2015-PMBP - SRP

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para Contratação de emissora de rádio local ou de alcance em todo o Município de Balneário Piçarras, com transmissão em amplitude modulada (AM) e/ou frequência modulada (FM), para prestação de Serviços de Divulgação dos atos institucionais. Recebimento Envelopes até: 03/11/2015 às 15h. Data Sessão Pública: 03/11/2015 às 15h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br. Balneário Piçarras(SC), 14 de outubro de 2015. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIAS 379 E 380/2015

PORTARIA nº. 379/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

"DESIGNA SERVIDORA PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a servidora SIOMARA ISABEL STELZNER DAMASO DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Professora, para desempenhar suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 13 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 380/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor CIRINEU IARROCHESKI ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 13 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 146/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2015

Referente: Processo Licitatório nº 66/2015

Contratada: SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2015, A SER REALIZADA NOS DIAS 13, 14 E 15 DE NOVEMBRO DE 2015, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, PRODUÇÃO DOS SHOWS E DEMAIS SERVIÇOS.

Valor Total Contratado: R\$ 139.000,00

Vigência: 15/10/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 15/10/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO N º 182/2015

DECRETO Nº 182/2015 DE: 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas ao fornecimento de merenda escolar.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, a dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses em razão do cenário político e econômico que vive o Brasil e também da dificuldade de reduzir ou suspender serviços considerados essenciais;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 60 dias no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, que o fornecimento de alimentos pelos contratados é essencial para confecção da merenda escolar;

Considerando, que os contratados formalizaram suas dificuldades de manter o fornecimento com esse atraso nos pagamentos;

Considerando, que o fornecimento de merenda escolar não pode ser interrompido, sob pena de prejudicar tão importante programa em benefício das crianças;

Considerando, a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda, através do serviço de tesouraria, autorizada a efetuar o pagamento das obrigações vencidas até esta data e relacionadas ao fornecimento de merenda escolar pelas empresas: Roblo Comercio de Alimentos LTDA, CNPJ 04.564.807/0001-08; Padaria e Confeitaria Danipan, CNPJ 061.620.490/0001-91; Rede Compre Bem Eirelle, CNPJ 04.725.386/0001-50; Gizele Regina da Silva – ME, CNPJ 13.839.796/0001-12; SEBOLD Comercial, CNPJ 09.196.745/0001-42, quebrando assim, a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 16 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 181/2015

DECRETO Nº 181/2015 DE: 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, PELO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES PROVISÓRIAS E DE PASSAGEM ATRAVÉS DE TERMO DE CESSÃO DE USO BEM IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e considerando o disposto no inciso III do art. 3º e art. 5º da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

Considerando a grande necessidade e a obrigação de fornecer condição mínima à munícipes em situação de vulnerabilidade social;

Considerando que em nome do Fundo Municipal de Habitação, terá a finalidade de construção de edificação para serem utilizadas por munícipes em situação de risco e emergência;

DECRETA:

Art. 1º - Passa a compor ao Fundo Municipal de Habitação o imóvel de matrícula de nº 23.952, localizado no Loteamento Villa Bela, registrado sob nº R.1-17,843, livro nº 02, no ofício registrador desta comarca.

§1º Continua o domínio do MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, pessoa jurídica de direito público com CNPJ/MF nº 82.892.308/0001-5 com sede na Praça Nereu Ramos nº 90, Centro nesta cidade de Biguaçu/SC, do imóvel descrito no caput deste artigo.

§2º Fica autorizado a Secretaria de Assistência Social e Habitação tomar as atitudes necessárias para aplicação deste Decreto, dentre eles:

I – Se necessário, averbar a destinação do presente imóvel junto sua matrícula imobiliária junto ao ofício registrador competente;

II - critérios de avaliação do projeto de interesse público desenvolvido no imóvel municipal;

Art. 2º - A Secretaria de Assistência Social e Habitação ficará encarregada de elaborar o termo de permissão, concessão ou autorização de uso sobre a supervisão técnica da Procuradoria Geral do Município, nele fazendo constar:

I - qualificação da representante do Município de Biguaçu/SC, do(a) munícipe beneficiado (a) pela permissão, concessão ou autorização de uso estabelecidas de acordo parecer técnico social emitido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação;

II - localização, limites e confrontações do imóvel objeto da permissão, concessão ou autorização de uso;

III - prazo de duração da permissão, concessão ou autorização de uso;

IV - gratuidade e intransferibilidade da permissão, concessão ou autorização de uso;

V - obrigação do permissionário ou cessionário de conservar e defender o imóvel contra invasões;

VI - responsabilidade do permissionário ou cessionário e de seus prepostos por quaisquer eventos ocorridos no imóvel durante a vigência da permissão, concessão ou autorização de uso;
VII - destinação específica do imóvel, estabelecidas de acordo parecer técnico social emitido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação;

VIII - obrigação do cumprimento da destinação pelo permissionário, cessionário ou autorizado, bem como os prazos para uso, sob pena de revogação imediata da permissão, concessão ou autorização e da devolução do imóvel ao Fundo Municipal /Município;
IX - obrigação da Secretaria de Assistência Social e Habitação de envio de relatório trimestral demonstrativo do desenvolvimento do projeto de relevante interesse público, a ser submetido à apreciação da Controladoria Geral, atestando as atividades efetivamente desenvolvidas, sob pena de revogação imediata da permissão, concessão ou autorização de uso e da devolução do imóvel ao Fundo Municipal/Município;

X - eleição do foro da Comarca de Biguaçu/SC, para dirimir quaisquer controvérsias relativas à permissão ou cessão de uso.

Art. 3º - A Secretaria de Administração através da Gerência de Patrimônio e a Secretaria da Assistência Social deverão promover o devido registro patrimonial, especificando os termos da presente permissão, concessão ou autorização de uso.

Art.4º - Cabe à Diretoria de Patrimônio, com a colaboração da Secretaria de Administração e Controladoria Geral a fiscalização, a qualquer tempo, do cumprimento das cláusulas contidas no termo da respectiva permissão, concessão ou autorização de uso.

Art. 5º. O descumprimento pelo permissionário, cessionário ou autorizado de quaisquer de suas cláusulas do termo competente para utilização do imóvel ou deste decreto acarretará a revogação do respectivo termo e a retomada do imóvel público nos termos da Lei.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 183/2015

DECRETO Nº 183/2015 DE: 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2015 para ajuste de fonte de recursos.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º da Lei Municipal nº 3514/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentária,

Considerando, que o Decreto nº 079, de 29 de maio de 2015 abriu crédito adicional suplementar de R\$ 833.333,33 no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos 0.2.71.000055, na Ação de Governo 1801.10.301.0004.1008 – Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu, grupo de natureza de despesa 4.4.90.00 – Investimentos/ Aplicação Direta;

Considerando, que ao registrar o ato no sistema, o referido crédito adicional foi registrado de forma indevida na fonte de recursos 0.2.71.000060, cujo destino é a aquisição de equipamentos para o Hospital da Comarca de Biguaçu;

Considerando, a necessidade de corrigir essa falha para restabelecer o equilíbrio de caixa na respectiva fonte de recursos,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado a dotação abaixo identificada e constante da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

1801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	ANULAÇÃO	
1801.10.301.0004.1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	833.333,33
4.4.00.00	Investimentos	833.333,33
4.4.90.00	Aplicações Diretas	833.333,33
0.2.71.000060	Convênio SES – Aquisição de Equipamentos	833.333,33
	SUPLEMENTAÇÃO	
1801.10.301.0004.1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	833.333,33
4.4.00.00	Investimentos	833.333,33
4.4.90.00	Aplicações Diretas	833.333,33
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção do Hospital	833.333,33

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

EXTRATO CONTRATO Nº 10.100/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.100/2015

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: JP DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP

Valor: R\$ 5105,00 (cinco mil cento e cinco reais)

Vigência: 28/09/2015 a 31/12/2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA

Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.170/2015

LEI Nº 8.170, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA DE "PRAÇA TOCA DA ONÇA", PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Praça Toca da Onça, a praça pública localizada na Rua Domingos Manoel de Borba, ao lado do nº 50, em frente à Escola Básica Municipal Gustavo Richard, no Bairro Nova Esperança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.152/2015

PORTARIA Nº 19.152, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIPE ANZINI PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "ANTÔNIO JOSÉ CURTIPASSI".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 382/2015, de 06/10/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de setembro de 2015, o servidor público municipal FELIPE ANZINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Antônio Jose Curtipassi", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 19.156/2015

PORTARIA Nº 19.156, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

LIGIA LUANA MAFRA, do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 30 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 6091/10/15;

CAMILA DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, a contar de 05 de outubro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 6135/10/15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.157/2015

PORTARIA Nº 19.157, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, OCUPADO POR PAULO VITOR APOLINÁRIO, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO, a contar de 14 de Outubro de 2015, o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, ocupado pelo servidor público municipal PAULO VITOR APOLINÁRIO, matrícula nº 22181-3, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, em virtude de sua posse no cargo de Analista de Políticas Públicas, com jornada de 30 horas semanais, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, nomeado através da Portaria nº 19.144/2015, conforme o Processo Administrativo nº 2015/10/6262.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.158/2015

PORTARIA Nº 19.158, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA FABIANO ANDRÉ RAULINO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS, NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 3.679, de 20 de dezembro de 1989, que instituiu a Fundação Municipal de Desportos e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR,

FABIANO ANDRÉ RAULINO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Esporte, Lazer e Eventos, símbolo CC-3, na Fundação Municipal de Desportos – FMD, nomeado pela Portaria nº 18.062, de 04 de setembro de 2014, no dia 09 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.159/2015

PORTARIA Nº 19.159, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR,

FABRÍCIO DA CUNHA WOLFF, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Jornalismo, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, nomeado pela Portaria nº 16.498, de 02 de janeiro de 2013, no dia 14 de outubro de 2015;

ALINE SOARES, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Redação, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, nomeada pela Portaria nº 18.760, de 15 de maio de 2015, no dia 14 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.160/2015

PORTARIA Nº 19.160, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

FABRÍCIO DA CUNHA WOLFF, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Expediente, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, no dia 15 de outubro de 2015;

ALINE SOARES, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Jornalismo, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, no dia 15 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 44/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 44/2015

REVOGA A RESOLUÇÃO CMAS Nº. 32/2011, DE 13 DE JULHO DE 2011, QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS ÀS DENÚNCIAS RECEBIDAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015,

CONSIDERANDO:

- o artigo 15 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que Dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- o parecer jurídico nº. 42/2015 da Procuradoria Geral do Município de Blumenau que afirma que o CMAS não tem poder para promover apuração de irregularidades e aplicação de penalidades;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária realizada no dia 08 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução CMAS nº. 32/2011, de 13 de julho de 2011, que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de outubro de 2015.
Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 38/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº38/2015

APROVA O TERMO DE ADESÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIPIA SINASE MEIO ABERTO EM BLUMENAU.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a Lei Federal nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;

- o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Blumenau para o período 2015- 2023, aprovado pela Resolução CMDCA nº 24/2015;

- que o CMDCA tem papel deliberativo e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações;

- a aprovação em Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão de Implantação do SIPIA SINASE MEIO ABERTO (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC) nos Centros de Referência de Assistência Social - CREAS I e II do Município de Blumenau. Sendo o SIPIA SINASE a forma de registro do atendimento Socioeducativo através do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA SINASE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de outubro de 2015.

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013- 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 39/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº39/2015

APROVA O PLANO OPERATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS NO QUE TANGE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA – PNAISARI.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a Portaria nº 1.082/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade;

- a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

- o § 1º do artigo 3º da Portaria nº 1.082/ 2014 em que para habilitação do recebimento do incentivo financeiro instituído pela referida Portaria o Plano Operativo deverá ser aprovado pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, antes de ser enviado à CGSAJ/DAPES/SAS/MS;

- o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Blumenau para o período 2015- 2023, aprovado pela Resolução CMDCA nº 24/2015.

- a aprovação em Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º. Aprovar o Plano Operativo da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS no que tange a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória – PNAISARI.

Art.2º. Cabe ao CMDCA acompanhar através de suas comissões a aplicação e execução do referido Plano Operativo.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de outubro de 2015.

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER

Vice-Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013- 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 40/2015
RESOLUÇÃO CMDCA Nº40/2015

APROVA AS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DOS TRÊS CONSELHOS TUTELARES DE BLUMENAU PARA O BIÊNIO – 2016-2020.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal Nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal Nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a aprovação em Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as áreas de abrangência dos três Conselhos Tutelares de Blumenau para o biênio como segue:

Área Territorial de Abrangência do CONSELHO TUTELAR I:

Boa Vista, Bom Retiro, Centro, Garcia, Glória, Itoupava Seca, Jardim Blumenau, Ponta Aguda, Progresso, Ribeirão Fresco, Valparaíso, Vila Formosa, Vila Nova, Victor Konder e Vorstardt.

Área Territorial de Abrangência do CONSELHO TUTELAR II:

Água Verde, Badenfurt, Do Salto, Escola Agrícola, Passo Manso, Salto do Norte, Salto Weissbach, Velha, Velha Central e Velha Grande.

Área Territorial de Abrangência do CONSELHO TUTELAR III:

Fortaleza, Fortaleza Alta, Fidélis, Itoupava Central, Itoupava Norte, Itoupavazinha, Nova Esperança, Testo Salto, Tribess e Vila Itoupava.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de outubro de 2015.

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER

Vice-Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013- 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 41/2015
RESOLUÇÃO CMDCA Nº41/2015

APROVA DESPESA COM RECURSOS DO FIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE REALIZARÁ DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal

Nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal Nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a Resolução CMDCA Nº 64/2014, que deliberou pela realização do Diagnóstico da Criança e do Adolescente no Município de Blumenau, em Plenária Ordinária, realizada no dia 29 de outubro de 2014, conforme consta na Ata nº16/2014.

- a Resolução CMDCA 37/2015, que designa aos Conselheiros que integram à Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA comporem a Comissão de Acompanhamento da realização do Diagnóstico da Criança e do Adolescente no Município de Blumenau;

- que o objetivo do diagnóstico é aproximar o poder público e a sociedade da realidade das crianças e adolescentes e identificar a demanda do município de Blumenau, para propor e acompanhar as políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes;

- a aprovação em Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a contratação de Empresa para realização do Diagnóstico da Criança e do Adolescente no Município de Blumenau com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, no valor de até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de outubro de 2015.

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER

Vice-Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013- 2015

RESOLUÇÃO Nº 37/2015

resolução nº.37/2015

DESIGNA AOS CONSELHEIROS QUE INTEGRAM À COMISSÃO DE POLÍTICAS, PLANO E DIAGNÓSTICO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE- CMDCA COMPOREM A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIAGNOSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556 de 24 de novembro de 2003 e

CONSIDERANDO:

- o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90 em que traz como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com

absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

- que o objetivo do diagnóstico é aproximar o poder público e a sociedade da realidade das crianças e adolescentes e identificar a demanda do município de Blumenau, para propor e acompanhar as políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para realização do diagnóstico da infância e adolescência no município de Blumenau com recursos do FIA em Plenária Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2014, conforme consta na Ata nº16/2014;

- a Resolução CMDCA nº. 64/2014, que dispõe sobre a contratação de empresa especializada para realização do diagnóstico da infância e adolescência no município de Blumenau com recursos do FIA;

- o Termo de Referência para contratação da empresa, apresentado pela Gerência de Gestão Social- GGS da SEMUDES e aprovado na plenária do CMDCA dia 20 de agosto de 2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2015, que designou aos conselheiros integrantes da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico – CPPD, comporem a Comissão de acompanhamento dos trabalhos realizados pela empresa contratada para o referido diagnóstico.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar aos Conselheiros que integram a Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico -CPPD do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, comporem a Comissão de acompanhamento dos trabalhos realizados pela empresa contratada para o referido diagnóstico.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de outubro de 2015.

Anelize Termann Schlosser

Vice - Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013 - 2015

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2243/2015 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06- 2243/2015 - Registro de Preços para aquisição de pneus para frota de veículos do SAMAE, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano.

Empresa(s): ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. ME - Valor Total R\$ 40.139,60

BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. EPP - Valor Total R\$ 59.989,60

COMERCIAL AUTOMOTIVA SA - Valor Total R\$ 31.982,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 15 de Outubro de 2015.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

AVISO DE ITEM FRACASSADO PREGÃO PRESENCIAL 06-2243/2015

ABERTURA: 07/10/2015 - 09:00 HORAS

Objeto: Registro de Preços para aquisição de pneus para frota de veículos do SAMAE, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que o Item 01, da licitação em epígrafe foi declarado FRACASSADO.

Blumenau, 15 de Outubro de 2015.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

PROCESSOS DISPENSA E INEXIGIBILIDADE/2015 - SEDEAD

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Processo de Inexigibilidade nº. 09-134/2015 – Locação do Complexo Esportivo Bernardo Werner - SESI, para realização dos 42º Jogos Estudantis da Primavera de Blumenau, 1ª fase de 08 a 11 de agosto de 2015 e 2ª fase de 16 a 24 de setembro de 2015 - SEMED. CONTRATADO: Serviço Social da Indústria (CNPJ: 03.777.341/0001-66). VALOR: R\$70.731,50 (setenta mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos) (Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-135/2015 – Contratação dos brinquedos do Planetapédia, para participação nos desfiles da 32ª Oktoberfest, na rua xv de novembro, nos dias 10, 14, 17, 21 e 24 de outubro de 2015 - PROEB. CONTRATADO: Associação Recreativa Desportiva e Cultural Planetapédia (CNPJ: 07.459.374/0001-19). VALOR: R\$43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) Base Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-149/2015 – Serviços de monitoria para o curso técnico em saúde bucal - ASB/TSB, convênio 1928/08 - item 1368 – SEMUS. CONTRATADO: Jefferson Guimarães Prade (CPF: 004.956.919.84). CONTRATADO: Adir Luiz Stiz (CPF: 599.422.349.15). CONTRATADO: Elisa Benvenuti (CPF: 586.119.169.72). CONTRATADO: Nilton João Batista Figliolo (CPF: 051.153.968.80). CONTRATADO: Liane Benvenuti Eing (CPF: 551.653.389.91). CONTRATADO: Rogério Carli Vellozo (CPF: 537.412.779.91). CONTRATADO: Baldur Harbs (CPF: 312.629.969.53). CONTRATADO: Ricardo José Furghieri (CPF: 820.475.889.87). CONTRATADO: Francielle Valenga Schoenau (CPF: 027.077.599.45). CONTRATADO: Jair Francisco Stiz (CPF: 611.691.299.00). CONTRATADO: Ana Cristina Spengler Boing Alvarenga (CPF: 989.158.519.00). VALOR: R\$12.000,00 (doze mil reais). Base Legal: Art. 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-65/2015 – Contratação de Instituição Financeira para firmar Convênio de Cobrança para uso da Fundação Cultural de Blumenau – FCB. EMPRESA VENCEDORA: Caixa Econômica Federal (CNPJ: 00.360.305/0001-04). VALOR: R\$3.662,50 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) Base Legal: Art. 24, Inciso VIII, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-137/2015 – Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica - SEMUS. EMPRESA VENCEDORA: Drogaria e Farmácia Jader LTDA (CNPJ: 02.195.421/0001-40). EMPRESA VENCEDORA: Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA (CNPJ: 67.729.178/0004-91) VALOR: R\$. 32.806,00 (trinta e dois mil e

oitocentos e seis reais) Base Legal: Art. 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-138/2015 – Aquisição de cilindro vazio de botijão de gás p45 - SEMED. EMPRESA VENCEDORA: Tonho Gás LTDA EPP (CNPJ: 09.509.250/0001-26). VALOR: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) Base Legal: Art. 24, Inciso V, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-139/2015 – Contratação de entidade para desenvolvimento dos trabalhos de organização e realização do KINDERPLATAZ (praça da criança), durante a 32ª Oktoberfest - PROEB. EMPRESA VENCEDORA: Serviço Social do Comércio - SESC (CNPJ: 03.603.595/0009-15). VALOR: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) Base Legal: Art. 24, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-140/2015 – Contratação de empresa de eventos para organizar a Audiência Pública ref. Plano Diretor a realizar-se no dia 24/09/2015, das 19:00 às 22:00 horas, no Teatro Carlos Gomes.- SEPLAN. EMPRESA VENCEDORA: Pelegrini Tomei LTDA ME (CNPJ: 02.109.085/0001-76). VALOR: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) Base Legal: Art. 24, Inciso V, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-142/2015 – Contratação de empresa para serviço de transporte escolar, estabelecido por região com fornecimento de veículos, com capacidade mínima de 45 lugares e, com um condutor por veículo, pelo período de 06 meses - SEMED. EMPRESA VENCEDORA: Progressotur Empresa De Transporte LTDA EPP (CNPJ: 03.495.070/0001-56). VALOR: R\$ 86.040,00 (oitenta e seis mil e quarenta reais) Base Legal: Art. 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2014

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GALPÃO INDUSTRIAL, COM ÁREA DE 766,60M², SITUADO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC, RUA FRANZ VOLLES, N.º 145, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO "CIAD – CENTRO INTEGRADO DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO".

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-179/2013.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 1.470,55 por mês, totalizando uma supressão de R\$17.646,60, ou seja, a contar de 01/10/2015, até 30/09/2016

DATA: 09 de outubro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2013

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

AVS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO DOIS PAVIMENTOS DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CEMEA - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALTERNATIVA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-018/2013.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 1.688,67 por mês, totalizando uma supressão de R\$ 5.066,01, a contar de 01/10/2015.

DATA: 07 de outubro de 2015.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2013

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GALPÃO, COM ÁREA DE 980,00M², SITUADO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC, RUA FRANZ VOLLES, N.º 415, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, DESTINADO À INSTALAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-046/2013.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 1.644,92 por mês, totalizando uma supressão de R\$ 19.739,04, a contar de 01/10/2015, até 30/09/2016.

DATA: 09 de outubro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 092/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA IGESA ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE UMA PONTE LOCALIZADA NA RUA MARIA-NA BRONNEMANN, NO BAIRRO DA VELHA, EM SUBSTITUIÇÃO A PONTE EXISTENTE, COM EXTENSÃO DE 30 METROS (PROCESSO Nº 59100.00341/2009-46 - RECURSO: PAC DRENAGEM RIBEIRÃO DA VELHA, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-37/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 217.068,60 (duzentos e dezessete mil, sessenta e oito reais e sessenta centavos)e posteriormente suprimindo a quantia de R\$ 59.651,17 (cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos).

DATA: 07 de outubro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 246/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TRANSPORTES RODOPAS LTDA ME.

OBJETO: SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM VEÍCULOS DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, COM UM CONDUTOR, PARA ATENDIMENTO A EVENTOS DIVERSOS/SAZONAIS/EVENTUAIS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-128/2015.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

DATA: 06 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 280/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 280/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação lajotas e sinalização na Rua Paul Hermann Rossenwasser, localizada no Bairro Velha – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital Concorrência - SEMOB. – Contrato de repasse nº 805294/2014, Processo nº 1018033-53 – Ministério das Cidades/CEF.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-025/2015.

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 296.994,66 (duzentos e noventa e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).

DATA: 02 de outubro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2015**

Reunião Ordinária do dia 06 de outubro de 2015.
Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.911. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a cessão do Plenário à Câmara Mirim. Destino: comunique-se.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.897. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação os Projetos de Decreto Legislativo nº 909 e 910; e os Projetos de Lei nºs 6.897 e 6.937. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 1;314/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Retirada da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei Complementar nº 1.345, bem como sua Emenda nº 01.

Encaminhado ao arquivo o Projeto de Lei Complementar nº 1.344. Ofício do PPS encaminhado à Diretoria Legislativa e à Procuradoria

Geral para providências.

Promulgada a Lei Ordinária nº 8.165. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei nº 6.954, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 1º, DA LEI Nº 7.473, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.498, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.499, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADOTAR MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA ISENÇÃO TOTAL DO IPTU SOBRE IMÓVEIS DE FAMÍLIAS COM PESSOAS PORTADORAS DE HIV OU COM TUMORES". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2015

Reunião Ordinária do dia 08 de outubro de 2015.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.393. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 909 e 910 (ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 856 e 857. Destino: publique-se.); e os Projetos de Lei nºs 6.897 e 6.937. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.945. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.906, 6.907, 6.909 e 6.945. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1322, 1323, 1324, 1325, 1329, 1330 e 1331/2015; e das Moções nºs 184, 185 e 186/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Retirado o Projeto de Lei nº 6.915. Destino: ao arquivo.

Promulgada a Resolução MD nº 2405. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.493. Destino: ao processo competente.

Entrada da Mensagem nº 94/2015 – encaminhando Projeto de Lei nº 6.968, que “DESAFETA IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO E AUTORIZA A SUA PERMUTA COM IMÓVEIS PERTENCENTES À BRSW PARTICIPAÇÕES LTDA E A SUZAN POST ISLEB, LOCALIZADOS NA RUA ANDERSON BOZZANO, NO BAIRRO DA VELHA, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA VIA PROJETADA Nº 07 (PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS). Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada da Mensagem nº 95/2015 – encaminhando Projeto de Lei nº 6.968, em regime de urgência, que “AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR IMÓVEL PERTENCENTE À ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA BÍBLIA, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS”. Destino: processar e às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada do Projeto de Lei 6.971, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “INSTITUCIONALIZA O CONCURSO DE PREFEITO MIRIM E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS”. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei 6.972, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “DISPÕE SOBRE ACOMODAÇÃO DE VAGAS E TRANSPORTE GRATUITO, PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, PARA CRIANÇAS USUÁRIAS DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS MUNICIPAIS”. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei 6.973, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS”. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei nº 6.980, de autoria dos Vereadores Mário Hildebrandt e Marcos da Rosa, que “INSTITUI O DIA DO PASTOR E DO MINISTRO DO EVANGELHO, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU”. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 08 de outubro de 2015.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.945. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015

Reunião Ordinária do dia 15 de outubro de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.906, 6.907 e 6.909. Destino: à sanção do Executivo.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei Complementar nº 1.439.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.852. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.475; e os Projetos de Lei nºs 6.852 e 6.900. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1345 e 1346. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2406. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.506, de autoria do Vereador Fábio Fiedler, que “ACRESCENTA ATRIBUIÇÃO DA GUARDA DE TRÂNSITO, NO ANEXO VIII-B, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007”. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada das Mensagens nºs 96 (com trâmite urgentíssimo), 97, 98 (com trâmite urgentíssimo) e 99. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4761/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4761/2015 de 16 de Outubro de 2015.

Cancela o Processo Licitatório nº 2100/2015 , dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº 2100/2015, Tomada de Preço nº 007/2015, em razão de impugnação interposta.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 16/10/15.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 986/2015

LEI MUNICIPAL Nº 986/15 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

, AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nºs 942/14 de 15 de outubro de 2014 (LDO) e 943/14 de 15 de outubro de 2014 (LOA), FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social no valor de R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais).

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03– Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200192.054 – Manutenção do Ginásio Municipal de Esportes.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (496).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.04– Departamento de Cultura.
Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (552).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1019).
Valor R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1023).
Valor R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1575200312.034 – Manutenção da Iluminação Pública.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1188).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02– Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (344).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (351).
Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02– Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (392).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02– Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100451.062 – Construção de Quadra Escolar Coberta.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1519).
Valor R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01– Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 103010022.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (605).
Valor r\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receita e Transferência de Impostos - Saúde.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração Fazenda, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social no valor de R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01– Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0424400062.006 – Apoio Financeiro a Entidades Comunitárias.
Elemento: 3350 – Aplicações Diretas (152).
Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01– Administração Geral.
Proj/Ativ.: 2884300052.010 – Encargos da Dívida.
Elemento: 3290 – Aplicações Diretas (173).
Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 04 – Secretária Municipal de Planejamento.
Unidade Orçamentária: 04.01– Planejamento, Orçamento e Gestão.
Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Orçamento.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (255).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação Pavimentação de Passeios de Vias Urbanas.
Elemento: 4493 – Aplicações Diretas (1438).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02– Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236400142.062 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (474).
Valor r\$ 11.000,00 (Onze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.01– Departamento da Pré-Escola.
Proj/Ativ.: 1236500212.063 – Manutenção da Creche Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (306).
Valor r\$ 7.000,00 (Sete mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (309).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (313).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02– Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100451.004 – Ampliação Reforma Para Escola Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (456).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01– Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.051 – Manutenção Ampliação das Atividades do Programa PSF.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (746).
Valor r\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receita e Transferência de Impostos - Saúde.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 16 de outubro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144/2015 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 144/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Licença Maternidade a Servidora Municipal Sra. CLAISA ROESSLER BOHRER, matrícula nº 680-7, portadora do CIC sob. nº 049.724.029-70, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Assistente Social, período de concessão de 14 de outubro de 2015 a 10 de abril de 2016 (180 dias), conforme atestado médico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de outubro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2015 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 145/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de outubro do ano 2015, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), mediante requerimento formal e apresentação de comprovantes, conforme relação e percentuais abaixo:

Nome	Matricula	Percentual
José Roberto Morandini	277-1	6%
Ademir Souza Leite Turmina	689-0	14%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de outubro 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

79.15 - DEC. LIMITAÇÃO EMPENHO

DECRETO Nº 79/2015 de 16.10.15

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dispositivos da Lei Municipal nº 2281/15 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e, considerando a necessidade da limitação de empenhos e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;

DECRETA:

Art. 1º - As despesas de custeio e investimentos, excetuadas as despesas com pessoal, encargos sociais e serviços da dívida dos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, atendidas com recursos próprios do Tesouro Municipal, ficam limitadas para o período de 19 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto os Secretários Municipais.

Parágrafo único: As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º - A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Ficam ainda estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas:

I – fica vedado o uso da frota de veículos municipais nos finais de semana e dias considerados feriados nacionais ou municipais, bem como a sua utilização após às 18 horas, ressalvados os casos emergenciais e aqueles expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

II - fica vedada a realização de horas extras a todo o quadro de servidores municipais, exceto aquelas necessárias para manutenção dos serviços de saúde, defesa e salvamento e ressalvados os casos prévia e expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

III – fica vedada a concessão de férias e licenças prêmio em pecúnia;

IV – ficam suspensos de forma temporária:

a) novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de Educação e Saúde e de obras previamente contratadas;

b) novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para Órgãos federais, estaduais ou municipais;

c) redução de despesas com diárias em até 30% (trinta por cento) do valor despendido no primeiro semestre de 2015;

e) concessão de novas gratificações;

f) concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

V - contenção do consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas na ordem de 5% (cinco por cento);

VI – cessação e/ou locação de veículos para realização de viagens de quaisquer naturezas em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados

ou autorizados por Lei ou avençados em Convênio;

VII - instituição de controle centralizado da frota oficial de veículos, de modo a racionalizar o uso de todo e qualquer veículo dentro da estrada e real necessidade;

VIII – racionalização de gastos com novos eventos, exceto os de caráter obrigatório, que deverão ser realizados com redução de custos;

IXI - suspensão de auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições;

X - controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de pelo menos 10% (dez por cento);

XII - controle e racionalização da utilização de cópias reprográficas;

XIII - redução do fornecimento de gêneros alimentícios (café, açúcar etc.) e material de limpeza em todas as unidades administrativas, devendo a contenção de despesa a este título atingir a ordem

10% (dez por cento).

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda poderá como medida suplementar para garantir o equilíbrio financeiro no encerramento do exercício, somente autorizar a realização de novas despesas condicionado ao efetivo ingresso de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 6º - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias a sua implementação.

Parágrafo Único: Ficará sob a responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido nos incisos I a XIII do art. 4º deste Decreto.

Art. 7º - O Controle Interno, com auxílio das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento e da Fazenda, ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e atingimento das medidas e metas estabelecidas.

Art. 8º - As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2015.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor a partir na data de sua publicação, com efeitos a contar da data de 19 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 16 de Outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 40/2015 – Edital de Tomada de Preços nº 03/2015

Objeto: Complementação de Obra da Quadra de Esportes da Escola Padre Bruno Paris. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “documentação de habilitação” e “proposta comercial” será até às 16h30min do dia 04/11/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no dia 06/11/2015 às 09h00min. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

LEI MUNICIPAL 850

LEI MUNICIPAL Nº 850 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA ART. 5º DA LEI 394/2006.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei; FAZ saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art.5º da Lei 394 de 14/11/2016, o qual passa a ter a seguinte composição.

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto pelas seguintes entidades, com titular e suplente:

- I - Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;
- II – Um representante da Secretaria de Obras e Urbanismo.
- III – Um representante da Secretaria de Administração Planejamento e Fazenda
- IV – Uma representante das Associações Comunitárias do Município
- V – Um representante da Igreja Católica Apostólica Romana.
- VI – Um representante do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Art. 2º. Demais artigos e incisos da Lei 394/2006 permanecem inalterados.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Brunópolis, em 16 de outubro de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada no DOM.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.340, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.340, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcus Vinicius Correa da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.344, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.344, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Nildo Raiser para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.345, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.345, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Priscila Salazar Dauer Fagundes para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola – Centro Educacional Infantil Elsa Bodenmuller, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.337 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.337 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município, Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo, Considerando que a servidora Karin Cristina Schwarz, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração, atua como responsável pelo setor de operações financeiras da Prefeitura de Brusque, assumindo especial responsabilidade em razão de tais procedimentos, Considerando também sua experiência, dedicação e postura ética

de trabalho, tanto na área administrativa quanto financeira,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Karin Cristina Schwarz, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração, matrícula nº 5860-0, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão do Município, gratificação de função de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de outubro de 2015, nos termos do art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.341, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.341, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Celso Tenório Ferreira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 144/2009 e alterações, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.674 , DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO nº 7.674 , DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Substitui membros titulares representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, Secretaria da Fazenda, Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN, Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, no Comitê Gestor Municipal, nomeados pelo Decreto nº 7.674, de 23 de fevereiro de 2015. O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições

e de acordo com o disposto no art. 82, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e considerando o Decreto nº 7.574/2015,
DECRETA:

Art. 1º Fica substituído os membros titulares representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, Secretaria da Fazenda, Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN e Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, no Comitê Gestor Municipal, criado pela Lei Complementar nº 228, de 19 de dezembro de 2014, conforme segue:

I – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Município:

Luiz Carlos Rosin;

II – Representante da Secretaria da Fazenda do Município:

Silvia Regina Sdrigotti;

III – Representante do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN:

Juliano Montibeller;

IV – Representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA:

Cristiano Olinger;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRODÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.676 , DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO nº 7.676 , DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a delegação de competência à Secretária de Saúde do Município, para fixação de horário especial de trabalho aos servidores que prestam serviços no SAMU (Serviço de Atendimento Móvel e de Urgência), ambulâncias para remoção de enfermos e atendimento do TFD – Tratametno Fora do Domicílio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso V do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 274 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência à Secretária de Saúde do Município, para fixar horário especial de trabalho, em escala de revezamento de 12 X 36 horas, aos servidores que prestam serviços no SAMU (Serviço de Atendimento Móvel e de Urgência), ambulâncias para remoção de enfermos e atendimento do TFD – Tratametno Fora do Domicílio, conforme previsto nos §§4º, 5º e 6º do art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009 e alterações.

Parágrafo único. O descumprimento das normas referentes à jornada de trabalho sujeitará o servidor às sanções disciplinares previstas na legislação em vigor.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 001/2015 COMUSA FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

SECRETARIA DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – COMUSA

Instituído pela Lei Municipal nº 2.870/2005, de 19 de setembro de 2005.

Eleição COMUSA Biênio 2015-2017

V FÓRUM BRUSQUENSE DAS ENTIDADES EM SAÚDE FICHA DE INSCRIÇÃO

Entidade:
.....
Endereço:
... nº Bairro:
Fone: (....) e-mail:

Delegado/ Candidato:
.....
Endereço: nº
..... Bairro:
Fone: (....) e-mail:

Candidato:
.....
Endereço: nº
..... Bairro:
Fone: (....) e-mail:

Candidato:
.....
Endereço: nº
..... Bairro:
Fone: (....) e-mail:

Candidato:
.....
Endereço: nº
..... Bairro:
Fone: (....) e-mail:

SEGMENTO

REPRESENTADO

() Entidades Usuários	() Prestadores de Serviço (Filantrópicas/Privadas)
------------------------	---

Documentação

- () Ofício de Indicação pela Entidade timbrado/carimbado;
- () Cópia da ata de eleição da atual Diretoria;
- () Cópia Cartão do CNPJ da Entidade;
- () Cópia da Cédula de Identidade do membro representante;

() Entidades de Profissionais de Saúde

Documentação:

- () Ofício de Indicação pela Entidade timbrado/carimbado;
- () Cópia da ata de eleição da atual Diretoria;
- () Cópia Cartão do CNPJ da Entidade;
- () Cópia da Cédula de Identidade do membro representante;

Informações: Lucimara Pavesi 47 9921-8229 ou lucimara@guabiruba.sc.gov.br

ERRATA EDITAL Nº001/2015 - COMUSA

BRUSQUE, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ERRATA 001/2015 DO EDITAL Nº 01/2015
CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-COMUSA PARA O BIÊNIO 2015/2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE – COMUSA, no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Municipal nº 2.870, de 19 de setembro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 2.898 de 21 de dezembro de 2005, e de acordo com a Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012, CONVOCA a eleição para a escolha das entidades e movimentos sociais das usuárias e usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, dos profissionais de saúde nível superior e médio, dos prestadores de serviços de saúde e das entidades com atividades na área de saúde. Para, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, reunirem-se para eleger o(a)s integrantes Titulares e Suplentes conforme local data e horário a seguir: Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque/SC, na data de 28 de outubro de 2015, às 18h00min. As entidades deverão realizar suas inscrições indicando um delegado e quantos candidatos desejar. No dia da eleição somente o delegado terá direito a voto.

As vagas estão assim distribuídas:

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

Organização	Vagas
Conselhos e/ou movimentos e/ ou entidades comunitárias organizadas do Município	03
Entidades que congregam associações de moradores	01
Entidades de representações de deficiência ou patologias crônicas	02
Entidades comunitárias religiosas	02
Associações ou entidades de aposentados e pensionistas	01
Entidades sindicais de representação de trabalhadores	01

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Organização	Vagas
Entidades de Profissionais de saúde de nível superior	04
Entidades de Profissionais de saúde de nível médio	01

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Organização	Vagas
Entidades filantrópicas prestadoras de serviço de saúde	01
Entidades privadas prestadoras de serviço de saúde	01

NOTAS:

1. Cada Entidade poderá indicar apenas um delegado e quantos

candidatos desejar.

2. Será considerado delegado (a) a pessoa indicada pelo representante legal de cada Entidade, mediante a apresentação de ofício indicação assinado pelo representante legal, emitido em papel timbrado e /ou com carimbo da entidade, contendo: endereço, telefone, RG do delegado, cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do CNPJ. Esses dados deverão ser apresentados no ato da inscrição.

3. Serão consideradas candidatas as pessoas indicadas pelo representante legal de cada Entidade, mediante a apresentação de ofício indicação assinado pelo representante legal, emitido em papel timbrado e /ou com carimbo da entidade, contendo: endereço, telefone, RG do delegado, cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do CNPJ. Esses dados deverão ser apresentados no ato da inscrição.

4. Ficam impedidos de comporem o COMUSA na condição de representantes dos usuários e trabalhadores de saúde, os ocupantes de cargos de confiança, de chefia e ainda funcionários públicos, conforme estabelece o §8º do art. 5º da Lei Municipal nº 2.870/2005, de 19 de setembro de 2005 e o §8º do art. 6º do Regimento Interno do COMUSA.

5. Ficam impedidos de representarem os profissionais de saúde, os profissionais prestadores de serviços do SUS.

6. As entidades e representantes da categoria, delegado e candidatos a comporem o COMUSA, procederão ao registro apresentando a documentação na Secretaria dos Conselhos, 2º andar da Prefeitura Municipal de Brusque, sito à praça das Bandeiras, 77, Centro de Brusque/SC, aos cuidados da secretaria-executiva Fabiana dos Santos. A documentação poderá ser entregue a partir do ato de convocação até dois dias antes da Plenária do V Fórum Brusquense das Entidades de Saúde (Assembleia das Entidades em Saúde).

7. Toda documentação será avaliada pela Comissão Organizadora, nomeada pela Resolução 005 de 19 de agosto de 2015, não cabendo assim à secretaria-executiva, fazer tal avaliação ou conferência dos documentos apresentados.

8. Das inscrições indeferidas, cabe novo requerimento à Comissão Organizadora, sendo este apresentado até três horas que antecedem o início da Assembleia do V Fórum Brusquense das Entidades de Saúde (Assembleia das Entidades em Saúde).

9. A Comissão Organizadora do COMUSA dará suporte à organização do V Fórum Brusquense das Entidades em Saúde (Assembleia das Entidades em Saúde), que será realizado no Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque/SC, na data de 28 de outubro de 2015, às 18h00min

10. Informações adicionais podem ser obtidas, com Lucimara Pavesi, pelo telefone 47 9921-8229 ou lucimara@guabiruba.sc.gov.br.

Lucimara Zaluski Galinski Pavesi.

Presidente do Conselho Municipal de Saúde
COMUSA 2013/2015.

PORTARIA Nº 10.283, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 10.283, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Claudemir José da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-5, como Coordenador, lotado Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN/DGI, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo III-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10,

3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de agosto de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.335, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.335, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de representação ao servidor ocupante de cargo em comissão, em razão de maiores responsabilidades a ele incumbidas ou para fazer face às despesas individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) sobre o padrão de vencimento do cargo,

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº 7.340, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a gratificação de representação e dá outras providências, no qual estabelece em seu artigo 4º obrigação cumulativa ao servidor que perceber a gratificação, de representar o órgão de lotação em diversos eventos oficiais, solenidades, reuniões, palestras e cursos; dedicar-se integralmente aos expedientes matutino e vespertino, podendo ainda ser convocado para desempenho de tarefas em dia não útil e em horário noturno; e efetuar trabalhos para cuja execução sejam necessários conhecimentos ou treinamento especializados, ou ambos, Considerando que de acordo com o § 1º do art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009, o ocupante do cargo em comissão poderá ser convocado pela autoridade sempre que houver interesse da Administração, sem direito a percepção de horas extras,

Considerando a participação da servidora Sonia Knihs Crespi, Diretora da Procuradoria Geral do Município, em vários conselhos municipais e também no Conselho da Comunidade de Brusque, sendo membro da Diretoria, Considerando, igualmente, sua experiência, dedicação ao serviço público e profissionalismo no desempenho de suas funções,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Sonia Knihs Crespi, Diretora da Procuradoria Geral do município, Padrão CC-IV, gratificação de representação no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de outubro de 2015, nos termos do art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147/09 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.340/13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.336, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.336, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de representação ao servidor ocupante de cargo em comissão, em razão de maiores responsabilidades a ele incumbidas ou para fazer face às despesas individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) sobre o padrão de vencimento do cargo,

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº 7.340, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a gratificação de representação e dá outras providências, no qual estabelece em seu artigo 4º obrigação cumulativa ao servidor que perceber a gratificação, de representar o órgão de lotação em diversos eventos oficiais, solenidades, reuniões, palestras e cursos; dedicar-se integralmente aos expedientes matutino e vespertino, podendo ainda ser convocado para desempenho de tarefas em dia não útil e em horário noturno; e efetuar trabalhos para cuja execução sejam necessários conhecimentos ou treinamento especializados, ou ambos,

Considerando que de acordo com o § 1º do art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009, o ocupante do cargo em comissão poderá ser convocado pela autoridade sempre que houver interesse da Administração, sem direito a percepção de horas extras,

Considerando a participação do servidor Sergio Bernardo Junior em Conselhos Municipais, sua dedicação a estudos jurídicos específicos de interesse da Administração, sua constante designação para representação do governo municipal em diversas reuniões neste e em outros municípios visando à otimização da gestão, legalidade dos atos administrativos e solução de demandas sociais,

Considerando o volume de serviços assumidos pelo servidor impondo desempenho de trabalho extraordinário em relação à jornada, inclusive no período noturno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Sergio Bernardo Junior, Subprocurador-geral do Município, Padrão CC-III, gratificação de representação no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de outubro de 2015, nos termos do art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147/09 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.340/13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 44, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 44, de 15 de outubro de 2015.

Concede férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Talita Garcia, ocupante do cargo de Jornalista do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2014 a 2015, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 22 de dezembro de 2014 a 11 de janeiro de 2015 - férias coletivas;
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 19/10/2015 a 27/10/2015.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 15 de outubro de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 45, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 45, de 15 de outubro de 2015.

Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Ana Paula Silveira, ocupante do cargo de Assistente Legislativa do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2014 a 2015, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 22 de dezembro de 2014 a 11 de janeiro de 2015 - férias coletivas;
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 19/10/2015 a 27/10/2015.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 15 de outubro de 2015.
Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/
SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 46, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 46, de 15 de outubro de 2015.
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Jaqueline Kas-sia Paim de Campos, ocupante do cargo de Assistente Legislativa do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2014 a 2015, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 22 de dezembro de 2014 a 11 de janeiro de 2015 - férias coletivas;
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 19/10/2015 a 27/10/2015.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 15 de outubro de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 47, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 47, de 15 de outubro de 2015.
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário André Luiz Cervi, ocupante do cargo de Técnico de Informática, Som e Imagem do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2014 a 2015, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 22 de dezembro de 2014 a 11 de janeiro de 2015 - férias coletivas;
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 19/10/2015 a 27/10/2015.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o

vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 15 de outubro de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 859/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 859/2015, de 30 de março de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1383/2013 – referente ao Processo Administrativo Exoneração nº 10/2013 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, período de férias dos advogados e membros da Comissão Processante;

Considerando, o feriado ocorridos em 17/02/2015 (Carnaval);

Considerando, o ponto facultativo na data de 16/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada contra o servidor RODRIGO PEREIRA GOMES (matrícula 68098.2-03), ocupante do cargo de Agente de Obras, para apurar os fatos constantes Denúncia encaminhado através de ofício nº 15 B datado de 07/06/2013 e datado de 23 de abril de 2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, bem como mem. nº 326/2013 encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos datado de 07 de junho de 2013, em desacordo com as disposições do Decreto 6 287/10, em seu art. 11, parágrafo 5º e art. 13, letra “b”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data 01 de março de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de março de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.560

DECRETO Nº 6.560, de 22 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a redução temporária de valores sobre as Funções Gratificadas dos Diretores das Escolas da Rede Municipal de Ensino e das Funções Gratificadas e Coordenadorias dos Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria de Educação, objetivando o equilíbrio das contas públicas.

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal e do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

CONSIDERANDO as ações de contenção, descritas no Decreto nº 6.523, de 28 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reduzidos os valores sobre as Funções Gratificadas dos Diretores das Escolas da Rede Municipal de Ensino e das Funções Gratificadas e Coordenadorias dos Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria de Educação, conforme abaixo relacionado, objetivando o equilíbrio das contas públicas, no período de 01 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2015:

Servidores da Educação com Direção		
Nome	Valor Desconto R\$	
Rosangela Aparecida Balchak	841,57	
Vilson Meireles da Silva	841,57	
Cleci Faganello	841,57	
Maria Antonia Fabiani Padilha	841,57	
Silvana Alves Ribeiro Bardella	841,57	
Eliane Terezinha Pellizzaro	841,57	
Nilce Fanta Fornari	841,57	
Solange Margareth Campos	841,57	
Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta	841,57	
Cleide Fatima Dariz	517,24	
Terezinha Rosicleia Kamienski	841,57	
IlzaWitte Rossa	841,57	
Vera Marcia Westerlon de Oliveira	841,57	
Orli Ribeiro Tibes	841,57	
Alzira Salete Padilha	841,57	
Clemare Aparecida Coelho	841,57	
Soeli Aparecida da Silva	841,57	
Marisa Aparecida Alves Moreira	841,57	
Edilene Kutcher da Silva	841,57	
Paulo Sergio de Moraes	841,57	
Servidores da Educação com FG		
Nome	Desconto R\$	
Airton Carlos Leite	299,11	
Fabiana Binotto Cracco	557,08	
Eliabete Aparecida Marini Bortolini	172,86	
Luiza Samira Flores Alves	345,72	
Rosemari Menegat de Paula	356,09	
Sandra Regina dos Santos	325,88	
Terezinha Aparecida Ferrerira Baldicera	377,78	
Janaina Demin	325,88	
Janete Aparecida Torniewicz	366,78	
Maria Beatriz Konflanz	260,70	
Bartira Elisa Tomazini	128,41	
Felizarda Lemos Francio	94,92	
Sandra Tomazini Scolaro Moraes	99,94	
Itamra de Oliveira	209,13	
Marinesz Stefan de Mello	180,40	

Mauro Rogerio dos Reis	231,60
Lucimar Aparecida Appi	124,67
Ricardo Azambuja	227,63

Servidores da Educação com Coordenadorias	
Nome	Desconto R\$
Luciana Maria da Costa	341,82
Marcia Alves de Oliveira Hahn	120,20
Marines de Almeida Muskkpf	120,20
Taisa Beariz Basso Bonin	120,20
Luiz Carlos Balakta	228,87
Diocleia Alves de Moura	217,36

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de setembro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.582

DECRETO Nº 6.582, de 16 de outubro de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de avaliação de amostras a que se refere o Processo Licitatório nº 104/2015, Pregão Presencial nº 73/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de Gestão Pública com acesso simultâneo para usuários da:

- I - Sandro Dallazen, CPF 649.621.569-34;
- II - Júlio César Ferreira, CPF 037.618.899-50;
- III - Rony Cardoso dos Santos, CPF 008.546.229-26.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de outubro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.583

DECRETO Nº 6.583, de 16 de outubro de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 106/2015, Tomada de Preços nº 04/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para execução de oficinas, objetivando a constituição do Grupo Gestor para gestão do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU:

- I – Leonardo Antunes Menegotto;

II – Simone Maria Foscarini;
III – Beatriz Ribeiro dos Santos;
IV – Juliana Nurilles Garbozza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 06/11/2015 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de outubro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI COMPLEMENTAR Nº 302

LEI COMPLEMENTAR Nº 302, de 15 de outubro de 2015.
Dispõe sobre a utilização de parcelas do ISSQN recolhido para fins de obtenção de abatimento no Imposto Predial e Territorial Urbano, no âmbito do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Os tomadores de serviços poderão utilizar como crédito para fins de abatimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza efetivamente recolhido relativo às NFS-e (Notas Fiscais Eletrônicas de Serviço) e ECF (Emissão de Cupom Fiscal), previstos no Decreto Municipal nº 5.616, de 01 de julho de 2013, passíveis de geração de crédito, na forma da lei.

§ 1º O tomador de serviços fará jus ao crédito de que trata o caput deste artigo nos seguintes percentuais, a serem definidos pelo regulamento, aplicados sobre o valor do ISSQN:

I - de até 30% (trinta por cento) para pessoas físicas, observado o disposto no § 3º deste artigo;

II - de até 30% para o MEI (Micro Empreendedor Individual), nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - de até 10% (dez por cento) para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no inciso V deste parágrafo e nos §§ 2º e 3º deste artigo;

IV - de até 10% (dez por cento) para condomínios residenciais ou comerciais localizados no Município de Caçador, observado o disposto no § 3º deste artigo;

V - de até 5% (cinco por cento) para as pessoas jurídicas responsáveis pelo pagamento do ISSQN, nos termos da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Não farão jus ao crédito de que trata o caput deste artigo:

I - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Caçador, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município;

II - as pessoas jurídicas estabelecidas fora do território do Município de Caçador e demais pessoas jurídicas não abrangidas pelo § 1º deste artigo.

§ 3º Quando o prestador de serviços for Microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, será considerada, para cálculo do crédito a que se refere o caput deste artigo, a alíquota de 2% (dois por cento) incidente sobre a base de cálculo do ISSQN.

§ 4º São passíveis de geração de crédito os serviços prestados cujo ISSQN seja devido no Município de Caçador.

§ 5º Não gerarão créditos os serviços prestados pelos contribuintes:

I - imunes ou isentos;

II - cuja exigibilidade do imposto esteja suspensa por processo judicial.

Art. 2º O crédito a que se refere o art. 1º desta Lei poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento de até 30% (trinta por cento) do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a pagar e não inscritos em dívida ativa, referente a imóveis de propriedade do tomador, localizados no Município de Caçador, na conformidade do que dispuser o regulamento.

Parágrafo único. Os créditos a que se refere esta lei serão automaticamente computados nos imóveis de propriedade do tomador, relativos ao ISSQN efetivamente recolhido sobre as NFS-e e ECF até a data de 31 de outubro do ano anterior ao da exigência do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no que couber.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.257

LEI Nº 3.257, de 15 de outubro de 2015.

Disciplina a circulação e estacionamento de veículos de grande porte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer normas para trânsito de veículos de grande porte no Município de Caçador.

Art. 2º O trânsito de veículos de grande porte nas vias do município, deverá estar condicionado a horários pré-estabelecidos pela Administração Municipal por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo estabelecer critérios para a realização de operação de carga e descarga de material através de caminhões que abastecem os comércios locais.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo adotar placas de sinalização, disponibilizando signos de proibição e informação, em lugar visível,

nos diversos pontos de entrada do município, estabelecendo a conduta de trânsito dos veículos de grande porte com Peso Bruto Total (PBT) acima de 23 toneladas e de carga com PBT até 3,5 toneladas.

Art. 5º Fica a cargo do Poder Executivo a realização de estudos e definição da rota de veículos de grande porte em circulação pela cidade.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE), nos termos desta Lei, mediante o recolhimento de taxa para sua emissão, devendo a sua arrecadação, ser revertida na integralidade, para subsidiar as despesas de fiscalização e manutenção dos equipamentos de sinalização e orientação.

Art. 7º A circulação de veículos de grande porte, nas áreas, nos dias e horários determinados, bem como as operações de carga e descarga deverão obedecer ao disposto nesta Lei e regulamentados por Decreto.

Parágrafo único. Considerar-se-á, para fins desta Lei, a demarcação das áreas do sistema viário público restritas à circulação de veículos de grande porte, com Peso Bruto Total (PBT) destes veículos, os dias e horários desta restrição à circulação, como também a demarcação do local das vagas de estacionamento destinadas às operações de carga e descarga.

Art. 8º Estará restrita a circulação de qualquer veículo de grande porte, com PBT acima de 23 toneladas, no perímetro urbano do município, exceto naquelas vias que levam a locais onde exerçam atividades comerciais e/ou industriais devidamente identificadas por Decreto do Poder Executivo do município, regulamentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Lei.

Art. 9º Estará permitida a circulação de qualquer veículo de grande porte com PBT até 23 toneladas, no perímetro urbano do município nos seguintes horários: das 06h30min às 08h30min e das 16h30min às 19h30min.

Art. 10. Não se aplica os termos desta Lei, ficando excluídos das restrições de circulação, estacionamento e parada:

I - aos veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias, nos precisos termos do art. 29, inciso VII do Código de Trânsito Brasileiro;

II - aos veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, desde que devidamente sinalizados, nos precisos termos do art. 29, inciso VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 11. Não se aplica os termos desta Lei, ficando excluídos, tão somente, das restrições de circulação:

I - aos veículos com PBT de até 3,5 toneladas;

II - aos veículos destinados a formação de condutores, identificados com a inscrição "Auto Escola" nos termos do art. 154, do Código de Trânsito Brasileiro, no perímetro urbano do município.

Art. 12. Não se aplica os termos desta Lei aos veículos de grande porte que portarem Autorização Especial de Circulação (AEC) e a Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE), ficando excluídos das restrições de circulação, estacionamento e parada, desde que no horário previsto no art. 9º e que prestem os seguintes serviços:

I - de concretagem e concretagem bomba;

II - de mudanças;

III - de transporte de alimentos perecíveis;

IV - de imprensa.

Art. 13. Compete à Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, a concessão da Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE).

§ 1º A Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE) deve ser pedida por meio de requerimento protocolado no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Caçador com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Para a concessão de Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE), o interessado deve informar a data, o horário e as vias públicas nas quais será efetuada a circulação, bem como o local exato onde efetuar-se-á o estacionamento para carga e/ou descarga e a duração aproximada da operação e recolhimento de taxa para expedição da autorização.

Art. 14. Os veículos portadores de autorização, que trata o art. 12 devem mantê-la sobre o painel do veículo ou em local visível para efeito de fiscalização, assim como devem apresentá-la ao agente de trânsito quando solicitada.

Art. 15. Os veículos de que trata o art. 11, bem como os veículos de grande porte citados no art. 12, devem estacionar unicamente nas vagas específicas para operação de carga e descarga, nos horários descritos no art. 9º da presente Lei ou na vaga anteriormente reservada quando do requerimento da Autorização Especial de Circulação e Estacionamento.

Art. 16. As vagas específicas para operação de carga e descarga devem ser utilizadas por veículos automotores, que não ultrapasse PBT de 3,5 toneladas, respeitando-se as condições de uso regulamentadas pela sinalização viária, sobretudo quanto às restrições de horário, se houver.

Art. 17. As vagas específicas para operações de carga e descarga não estão vinculadas a qualquer estabelecimento em particular, por sua natureza pública.

Art. 18. As vagas específicas para operações de carga e descarga serão regulamentadas posteriormente por Decreto do Poder Executivo.

Art. 19. Fica permitido a utilização das vagas regulamentadas pelo sistema de estacionamento rotativo do município para operações de carga e descarga, nos termos do art. 16 da presente Lei.

Art. 20. Fica proibida a realização de operações de carga e descarga nas áreas de circulação exclusiva de pedestres.

Art. 21. As empresas e condutores de veículos de grande porte terão 30 (trinta) dias a partir da publicação para se adequarem.

Art. 22. O não cumprimento do disposto no texto desta Lei ensejará as penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), especialmente aqueles de que trata o art. 181, XVII, o art. 182, X e ainda o art. 187, sem prejuízo da autuação pela ocorrência de outras infrações de trânsito.

Art. 23. O Departamento de Trânsito, adotará as medidas necessárias para a implantação de sinalização, divulgação, monitoramento e orientação aos motoristas, empresas e cidadãos em geral, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

Art. 24. Cessado o prazo previsto no art. 21, constatado o descumprimento desta normatização, o Departamento de Trânsito aplicará o previsto no art. 22, em consonância com o CTB.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Fica revogada a Lei nº 2.794, de 24 de março de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 074/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 055/2015 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA E COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E REFORMA E PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO PARA VIAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/10/2016

1ª Publicação.

LEI N.º 2.858/2015

LEI N.º 2.858/2015

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO LEÃO", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Pública D", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7884, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.354 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.354 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 789,34 (setecentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), no seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 789,34

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulações Parciais de Elementos Despesas de Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 321,50
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 61,84
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 406,00
	Total	R\$ 789,34

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 16 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 13/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 503/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015/FMS

EXTRATO DE EDITAL

O Fundo Municipal de Saúde do Município De Campo Ere - SC, representado por sua Gestora Juceli Damásio Silveira, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 04 de Novembro de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 503/2015/FMS na modalidade de Pregão Presencial Nº 13/2015/FMS - Ata de Registro de Preços, cujo objeto é a Aquisição de Medicamentos, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:00hs às 13:00hs, telefone (49) 3655-3035, e através do e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 16 de Outubro de 2015 - JUCELI DAMASIO SILVEIRA - Gestora do FMS

Canoinhas

PREFEITURA

DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais, que a decisão do Processo Administrativo decorrente da notificação extrajudicial nº 24, 28, 30, 31 e 32 do Processo Licitatório nº 01/2014, que a empresa Rei das Embalagens com CNPJ sob o nº 17.667.354/001-97 teve seu contrato rescindido nos termos do artigo 78, inciso I e foi aplicada a sanção de Art. 87, inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores quer seja suspensão do ato do direito de licitar com esta administração pelo período de 12 (doze) meses. O inteiro teor da decisão esta disponível no site www.pmc.gov.br, no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 054/2015

EDITAL Nº. 054/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração,

Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em exercício

EDITAL Nº. 054/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: CONTADOR

NOME: MARILEI DE OLIVEIRA ANDRADE

EDITAL Nº. 062/2015

EDITAL Nº. 062/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função

pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

CARGO: MÉDICO GENERALISTA-ESF

ALAIN FELIPE SCHWARTZ

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

MARISA DE LIMA NUNES

EDITAL Nº. 075/2015

EDITAL Nº. 075/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 075/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

CINTIA MULLER DE AGUIAR

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FUNR 06/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FUNR. 09/2015

PREGÃO N.º FUNR. 06/2015 (PRESENCIAL)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/11/2015, às 10h35min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOVIMENTADOR DESLIZANTE COM ACESSÓRIOS, INTERFONE COM TRAVA MAGNÉTICA E SENHA DE ACESSO E GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM HDCVI, A SEREM INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO 9º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h30min do dia 05/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 125/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 203/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 125/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/11/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 145 METROS CUBICOS DE AREIA, DESTINADOS AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E AOS CEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 05/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 199/2014
CONCORRENCIA PÚBLICA N.º PMC 19/2014
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DOS ITENS 126 e 127 DO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público os valores reequilibrados dos itens: a) 126 – coxa e sobrecoxa de frango desossada, que passa de R\$ 6,67 para o valor de R\$ 8,47 (fornecedor: Mercado Oda-chowski Ltda - ME); b) 127 – peito de frango sem osso, que passa de R\$ 7,96 para o valor de R\$ 8,86 (fornecedor: Mercado Oda-chowski Ltda - ME). O reequilíbrio foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para o cálculo do reequilíbrio encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO PREGÃO Nº PMC 148/2014 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 216/2014
PREGÃO N.º PMC 148/2014 (PRESENCIAL)

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DO LOTE 1, DO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE ÁGUA, GÁS E REFRIGERANTE EM LATA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o valor reequilibrado do lote: 1) Cargas de gás GLP, P13, que passa de R\$ 48,00 para o valor de R\$ 50,24 (fornecedor: Cia Ultragaz S.A.). O reequilíbrio foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para o cálculo do reequilíbrio encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0266/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0266/2015 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: GILBERTO BAZZO EIRELI - ME</p> <p>Valor : 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000162 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC</p>		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

Contrato Nº.: 0266/2015 M	
Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	
Contratada...: GILBERTO BAZZO EIRELI - ME	
Valor : 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais)	
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000162 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC	
Capinzal, 16 de Outubro de 2015	

FME CONTRATO 0267/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0267/2015 M</p> <p>Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: TOP LAR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME</p> <p>Valor : 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000162 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC</p>		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

FMAS CONTRATO 0267/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0267/2015 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: TOP LAR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME</p> <p>Valor : 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000162 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC</p>		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

FMS CONTRATO 0266/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0266/2015 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: GILBERTO BAZZO EIRELI - ME</p> <p>Valor : 72.450,00 (setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000162 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC</p>		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

FME CONTRATO 0266/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

FMS CONTRATO 0267/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0267/2015 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: TOP LAR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME		
Valor : 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)		
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-		
rio.....: 000162 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/h-		
omens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as		
Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

HOMOLOGA - RESOLUÇÃO 001/2015 - CMS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/2015/CMS

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isganzella, faz saber que, de conformidade com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde – CMS e de acordo com a legislação vigente, HOMOLOGA a Resolução nº 01/2015/CMS de 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a "Parecer desfavorável a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal no exercício de 2014", publicada na íntegra na Edição nº 1.848, páginas 62 e 63, em 15 de outubro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 16 de outubro de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário de Saúde e Desenvolvimento Social

PMC CONTRATO 0266/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0266/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: GILBERTO BAZZO EIRELI - ME	
Valor : 100.050,00 (cem mil cinquenta reais)	
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015 Processo_Licitató-	
rio.....: 000162 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/h-	
omens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as	
Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC	
Capinzal, 16 de Outubro de 2015	

PMC CONTRATO 0267/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0267/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: TOP LAR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME		
Valor : 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)		
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015 Processo_Licitató-		
rio.....: 000162 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/h-		
omens, para prestação de serviços na área de hidráulica e elétrica, para as		
Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

PMC CONTRATO 0268/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0268/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME		
Valor : 6.078,00 (seis mil e setenta e oito reais)		
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 17/10/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2015 Processo_Licitató-		
rio.....: 000163 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de prateleira e		
balcão para uso ESF do Lar Imóveis, com Repasse do Ministério Público		
do Trabalho - MPT		
Capinzal, 16 de Outubro de 2015		

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de outubro de 2015, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano 2015, modelo 2015, para uso no transporte de pacientes para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão de Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 19 de outubro de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 376/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 376/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.07.2012 à 30.06.2013, a DORLY GABRIEL KIRST, matriculado sob o nº 2565/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 19.10.2015 à 17.11.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme arts. 46 e 78, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de outubro de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 377/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 377/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar o servidor JOELSIO MACHADO, ocupante do cargo efetivo de contador, em exercício na Secretaria Municipal da Fazenda, a gozar o período remanescente das férias regulamentares, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art.78, da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 2012/2013, para serem gozadas de 19.10.2013 à 27.01.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 16 de outubro de 2015.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: BELLENZIER PNEUS LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Pneus, câmaras de ar e recapagens de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/10/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 30.490,00 (trinta mil quatrocentos e noventa reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 114/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: GRANDO PNEUS LTDA - ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Pneus, câmaras de ar e recapagem de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/10/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 61.240,00 (sessenta e um mil quinhentos e vinte reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 71/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: LIND GUIMAR MACHADO ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/PMCS/2015/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa para locação com montagem, desmontagem, instalação e operacionalização de materiais e equipamentos de sonorização e iluminação, para a realização da III CocalFest, nos dias 23 a 27 de setembro, no município de Cocal do Sul – SC, de acordo com as determinações da associação brasileira de normas técnicas – ABNT e outras aplicáveis e por meio do contrato de apoio financeiro nº 2015TR001328 da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Assinatura: 22/09/2015

Vigência: Início: 22/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 23.125,00 (vinte e três mil cento e vinte e cinco reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição das Atividades
07.03.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00	99	Manutenção de Eventos Municipais
10.01.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.00	201	Incentivo ao desenv. Turístico e Geração de Renda

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 22/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 134/PMCS/2015

ADITIVO Nº: 22/2015

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA – PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 95/PMCS/2014

PREGÃO Nº 47/PMCS/2014

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos da frota oficial do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firme entre as partes.

Assinatura: 23/09/2015

Vigência: Início: 15/10/2015 Término: 15/10/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 31/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 68/2015

ADITIVO Nº: 31/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA – SUPRESSÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 40/PMCS/2014

CONCORRENCIA Nº: 01/PMCS/2015

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas de ruas no município de Cocal do Sul, a serem executados em 27 (vinte e sete) ruas municipais, divididas em 06 (seis) lotes, por meio do convenio nº 2014TR000702, firmados entre o município de Cocal do Sul e o fundo estadual de apoio aos municípios – FUNDAM.

Objeto do Aditivo: O Presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de 0,36 % (zero vírgula trinta e seis por cento) do valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 28/09/2015

Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor Suprimido: R\$ 1.027,47 (um mil e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos).

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, além de assistência técnica para plataformas elevatórias e elevadores, incluindo fornecimento e aplicação de materiais de consumo, peças e/ou acessórios com recursos oriundo do convênio FUNDEB 40% e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 11/11/2015.

Abertura: dia 12/11/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 15 de Outubro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 – PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para reforma da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, com o Governo Federal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 15/10/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante ANTONIO LUIS TOBIAS ME.

De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão de nova classificação do dia 23/09/2015, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 15 de outubro de 2015.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da CPL

EXTRATO DA RESCISÃO DE CONTRATO Nº 3/2010-PMC

Contrato Nº : CCDRU 3/2010/2010

Aditivo Nº : 1/2015

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECO LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 2/2010

Objeto : OUTORGA DE CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE 01 (UM) LOTE DE TERRA LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICIPIO, COM A FINALIDADE EXCLUSIVA DE IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS DO RAMO INDUSTRIAL. CC 0002 2010

Vigência : Início: 06/04/2010 Término: 06/04/2020

Assinatura : 14/10/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 159 - 10.001.2037.344906199000000.01000001

EXTRATO DA RESCISÃO DE CONTRATO Nº 63/2015-PMC

Contrato Nº : 63/2015

Aditivo Nº : 1/2015

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Licitação : Pregão Eletrônico 34/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos novos, para atender as necessidades da SEMED, SEMAD, FMAS e SEMURB, com recursos oriundos do convênio Estaduais FEAS CREAS investimento e FEAS Abrigo Investimento recursos Federais IGD/SUAS, IGD/PBF e programação IGD/PBF conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/01/2015 Término: 20/03/2016

Assinatura : 13/10/2015

Valor R\$: 4.004,00 (Quatro Mil e Quatro Reais)

Dotação : 23 - 04.001.1002.344905242000000.01000001

Dotação : 58 - 06.002.2017.344905236000000.01010000

Dotação : 113 - 08.001.2027.344905242000000.01000001

Dotação : 247 - 15.001.2201.344905212000000.01000001

Dotação : 249 - 15.001.2201.344905212000000.01350009

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015-PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015 – PMC
REPUBLICADO

Objeto: aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 13/11/2015.

Abertura: dia 13/11/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 16 de outubro de 2015.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 488/2015

DECRETO Nº 488/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.143,11 (hum mil cento e quarenta e três reais e onze centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do PASEP
Modalidade de Aplicação: 339000 - 179
Fonte de Recursos: 1.0.00 - Ordinários – R\$ 600,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do PASEP
Modalidade de Aplicação: 339000 - 180
Fonte de Recursos: 1.0.00 - Ordinários – R\$ 500,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do PASEP
Modalidade de Aplicação: 339000 - 181
Fonte de Recursos: 1.0.00 - Ordinários – R\$ 43,11

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014 e do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de outubro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA REVOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO - PP 27/2015

JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO

Processo Administrativo n. 60/2015
Pregão Presencial n. 27/2015
Objeto: Contratação de empresa para realização de Processo Seletivo.

A Pregoeira Oficial de Cordilheira Alta, Senhora Michele Endler, vem, nos termos abaixo, apresentar sua justificativa e recomendar a revogação do pregão em epígrafe.

Da Síntese dos Fatos

No dia 27/04/2015 os Secretários de Saúde e Assistência Social e de Administração, Fazenda e Planejamento apresentaram solicitação de execução de serviços cuja demanda seria a contratação de empresa para realizar processo seletivo.

O Prefeito Municipal autorizou a abertura de processo administrativo de licitação no dia 04/05/2015, sendo o edital elaborado nesta data e publicado no DOM na edição do dia 07/05/2015.

A Pregoeira realizou a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e a habilitação no dia 27/05/2015.

Ocorre que, no dia 29/05/2015, os Secretários de Educação, de Administração, Fazenda e Planejamento, e de Saúde e Assistência Social apresentaram Declarações afirmando que realizam remanejamentos internos de pessoal nas suas Secretarias e, por esse motivo, não se faz mais necessária a contratação de agentes temporários.

Dos Fundamentos:

Diante da ocorrência de fatos supervenientes, a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório. Nesse caso, a revogação constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.

Ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e, ainda, no item “12” do edital de licitação.

Da Conclusão:

Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos, a Sra. Pregoeira recomenda a REVOGAÇÃO do Pregão Presencial n. 27/2015.

Cordilheira Alta, SC, 29/05/2015.
MICHELE ENDLER
Pregoeira

Ratifico os termos apresentados na presente justificativa pela Sra. Pregoeira e REVOGO o Pregão nº 27/2015, que tem por objeto a “Contratação de empresa para realização de Processo Seletivo”.

Alceu Mazzini
Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO 98/2014 -
COMBUSTÍVEL**

TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Processo de Licitação 98/2014

Edital de Pregão Presencial par registro de Preços n. 65/2014

O Município de Cordilheira Alta/SC torna público aos interessados e em especial a Empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 001/2015, que conforme disposto no Art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda, de acordo com justificativa fundamentada e ratificação da Procuradoria jurídica anexado nos autos do processo administrativo em epígrafe, foi efetuado reequilíbrio econômico financeiro ao item 01 do termo, cujo quantitativo registrado passará a ser conforme planilha demonstrativa abaixo.

A vigência deste aditivo será de acordo com a vigência da Ata de Registro de Preços nº 001/2015.

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 16 de outubro de 2015.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Acréscimo	Preço Unit.
01	GASOLINA COMUM	Lt	Nilo Tozzo & Cia Ltda	5,20%	R\$ 3,70

ALCEU MAZZIONI NILO TOZZO & CIA LTDA

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: Mauro Arlindo Moresco

Nome: Emanuelle Cella Tozzo

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 45/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D

Tipo: Menor Preço por item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 29/10/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 29/10/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h00min às 13h00min ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 16 de OUTUBRO de 2015

MAURI J. ZUCCO

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 64/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 64/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2015

Contratado: Construtora Guilherme Arthur Ltda ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL – Aditivando o valor de R\$ 32.288,90 (trinta e dois mil duzentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) totalizando o valor da obra R\$ 355.342,49 (trezentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstrado no orçamento, cronograma e Quadro de Composição do Investimento (QCI) em anexo referente à reprogramação.

Vigência: 31/12/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 162 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 162 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 10 (dez) dias no período de 19/10/2015 à 28/10/2015.

Nome Cargo Referência

Josiane Silvestre Auxiliar de Saúde Bucal 02/06/2014 à 01/06/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 14 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****CREDENCIAMENTO - PROCESSO 06/2015 FHMCP -3ª CHAMADA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL
SEGUNDA CHAMADA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – PROCESSO 06/2015 FHMCP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio de seu Gestor, o Sr. Vânio Forster, faz saber pelo presente que se encontra aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO que efetuará o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas (Médicos) para atuarem no Hospital Municipal de Correia Pinto, interessados em prestar os serviços constantes no objeto deste edital, no horário de expediente, das 13:00 as 19:00 horas, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, até o dia 03 de dezembro de 2015. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (MÉDICOS) PARA ATUAREM NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. O edital poderá ser obtido em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 19 de outubro de 2015.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Dilmar Pereira

Diretor Fundação Hospitalar

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 04/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 04/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE DESFIBRILADOR CARDÍACO E ELETROCARDÍOGRAFO PORTÁTIL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

CNPJ: 05.021.932/0001-34

Instrumento: Contrato nº 0349/2015

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
2	4	Desfibrilador cardíaco – DEA com desfibrilação de 1 a 200 joules, com sistema automático de avaliação de ECG que detecta complexos QRS e identifica automaticamente arritmias malignas que necessitam de desfibrilação, análise da impedância torácica do paciente, mensagem e comando por texto e voz, descarga interna automática após 30segundos se não houver disparo, tempo de carga: até 200J menor que 4 segundos, cronômetro, relógio, utilização de pás adesivas descartáveis, display de cristal líquido que visualiza os parâmetros de programação pré e pós-choque, indicando a energia real armazenada a ser entregue, memória de evento contínuo de ECG, incluindo curva de ECG, eventos críticos e os procedimentos realizados, possibilidade através de conexão para comunicação com micro-computador, para visualização de dados da memória, situação do status da bateria com alarmes para nível baixo, acompanhar: 01 jogo de eletrodos (pás) auto-adesivas, manual do usuário e certificado de garantia, registro no Ministério da saúde.	4.799,00	19.196,00

Vigência: 15/07/2015 – Durante garantia

Correia Pinto/SC 19 de outubro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 42/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 42/2015 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 29/10/2015 às 08:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 19 de outubro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 34/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/18

Processo Nº: 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015

No dia 15 do mês de Outubro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1589, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 34/2015, Processo Licitatório nº. 34/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11353	ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	101, 103, 109, 127, 167, 179, 188
10840	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	6, 9, 14, 15, 21, 66, 67, 106, 135, 206
11279	C.A. FURTADO SENEM	12, 13, 18, 22, 34, 35, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 81, 111, 113, 116, 119, 121, 122, 134, 136, 140, 141, 165, 173, 178, 193, 194, 203
11355	CLEITON DE SOUZA	68, 93, 98
11201	COMERCIAL DE FRUTAS VERDURAS E TRANSPORTES HORN LT	1, 2, 3, 16, 17, 27, 28, 29, 31, 32, 36, 49, 64, 65, 74, 79, 80, 123, 124, 125, 139, 142, 150, 152, 157, 163, 169, 180, 182, 197, 198, 213, 214
10735	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - JLM	37, 40, 41, 45, 47, 48
11354	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	7, 20, 42, 44, 50, 51, 52, 53, 88, 100, 108, 117, 128, 130, 131, 137, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 162, 181, 189, 191, 192, 196, 200, 207, 209, 210
11110	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	76, 77, 97, 99, 132, 133
6252	PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	
6705	SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	4, 5, 8, 10, 11, 19, 23, 24, 25, 26, 30, 33, 39, 43, 54, 73, 75, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 102, 105, 107, 110, 112, 114, 115, 118, 126, 138, 151, 153, 154, 156, 158, 160, 164, 166, 168, 170, 177, 183, 184, 185, 186, 187, 195, 199, 201, 202, 211, 212, 215, 216

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	21.593.746/0001-26	GILMAR SANI	848.152.649-53
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	MAIKE EISING	098.338.529-71
C.A. FURTADO SENEM	19.791.650/0001-20	ALEXANDRE SENEM	039.311.869-03
CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69	CLEITON DE SOUZA	072.051.509-22
COMERCIAL DE FRUTAS VERDURAS E TRANSPORTES HORN	03.785.781/0001-65	FERNANDO LUIS HORN	068.903.489-07
JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - JLM	13.965.228/0001-68	ANDREI SCHMITZ	049.032.459-26
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	GILMAR GURALSKI	071.777.699-94
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0004-97	KARINE DE SOUZA RODRIGUES	057.980.799-10
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	79.833.950/0001-57	SILVIO GENTIL BALDESSAR	384.567.029-00
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	81.839.425/0001-90	ADRYEL AGLIARDI SENEM	034.473.139-19

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Achocolatado diet em pó sem açúcar, com cacau, embalagem de 210 g cada	UN	NEW CHOCO	880,000	18,9000	16.632,00
5	Achocolatado em pó preparado instantâneo. Enriquecido com 8 vitaminas (vitamina C, niacina, vitaminas B6, B1, B2, A, ácido fólico e vitamina B12), com rendimento de pelo menos 8 litros/kg. Embalagens de 1 kg cada. A embalagem plástica com filme de políester metalizado laminado com polietileno de baixa densidade, deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes. O fabricante deverá apresentar documentação técnica (anexar junto a proposta: registro do produto, ficha técnica e laudo de análise do laboratório oficial). Com data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto na Secretaria de Educação.	UN	NUTRIMENTA	4.860,000	10,9000	52.974,00
8	Açúcar Refinado branco especial. Embalagem de 5 kg cada. o produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses. Deve constar data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto	UN	ALTO ALEGRI	4.233,000	7,8000	33.017,40
10	Adoçante 100% a base de stévia, líquido, contendo 100 ml cada frasco, não devendo conter ciclamato, sacarina e aspartame. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, com prazo de validade e origem, informações nutricionais e ingredientes.	UN	SO STEVIA	380,000	15,9000	6.042,00
11	Adoçante culinária, em pó, a base de stévia, contendo aprox. 400g cada pote, não devendo conter ciclamato, sacarina e aspartame. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, com prazo de validade e origem, informações nutricionais e ingredientes.	UN	SO STEVIA	265,000	26,7000	7.075,50
19	AMACIANTE DE CARNE	UN	KITANO	121,000	3,6500	441,65
23	Arroz Integral. Pacotes de 1Kg cada. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada, informação nutricional.	UN	KIARROZ	944,000	4,4000	4.153,60
24	Arroz parbolizado tipo 1, longo fino. Sendo em pacotes de 5 Kg cada. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses. Deve constar data de fabricação de no máximo 2 meses da data de entrega do produto na Secretaria de Educação.	UN	SUPER 10	3.980,000	7,9900	31.800,20
25	Azeite de oliva, puro, sem adição de óleo de soja ou quaisquer outros tipos de óleos. Latas com 500 ml cada. Acondicionamento em lata, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada ou com vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	UN	MALAGUENZ	583,000	10,9000	6.354,70
26	BALA - pacote com 250g, diversos sabores	UN	BERBAU	8.400,000	1,9500	16.380,00
30	BANHIA	KG	PAMPLONA	341,000	4,9900	1.701,59
33	BATATA PALHA 500 g	UN	KI FRITES	911,000	8,9900	8.189,89
39	Biscoito doce, tipo maria. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	UN	NINFA	3.466,000	4,1500	14.383,90
43	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de pelo menos 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	UN	ORQUIDEA	6.190,000	2,4000	14.856,00
54	Canjica de milho (amarela), tipo 1, classe amarela, subgrupo despelculada, de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	UN	ARCEMIL	2.919,000	1,0900	3.181,71
73	CHANTILLY - pronto p/ consumo c/ embalagem de 1 kg cx de tetra brick	UN	APIT	162,000	15,3000	2.478,60
75	COCO RALADO - 100gr	UN	DUCOCO	2.685,000	1,9900	5.343,15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
82	Cravo da Índia, Embalagem contendo 20g cada, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade, identificar a origem do produto. A maioria dos cravos devem estar íntegros.	UN	CAROL	760,000	1,8000	1.368,00
83	Creme brigadeiro de chocolate, rendimento de 18,5 porções/ 200 ml de água, embalagem de 1 kg, de polietileno leitoso atóxico, intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes. O fabricante deverá apresentar documentação técnica (anexar junto a proposta: registro do produto, ficha técnica e laudo de análise do laboratório oficial).	UN	BOA SAFRA	666,000	10,6000	7.059,60
84	Creme cajuzinho de amendoim rendimento de 18,5 porções/ 200 ml de água, embalagem de 1 kg, de polietileno leitoso atóxico, intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes. O fabricante deverá apresentar documentação técnica (anexar junto a proposta: registro do produto, ficha técnica e laudo de análise do laboratório oficial).	UN	BOA SAFRA	400,000	10,6000	4.240,00
85	Creme de chocolate branco com coco, rendimento de 18,5 porções/ 200 ml de água, embalagem de 1 kg, de polietileno leitoso atóxico, intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes. O fabricante deverá apresentar documentação técnica (anexar junto a proposta: registro do produto, ficha técnica e laudo de análise do laboratório oficial).	UN	BOA SAFRA	400,000	10,6000	4.240,00
86	CREME DE LEITE - esterilizado, 25% de gordura, lata com 300g	UN	TERRA VIVA	2.890,000	1,9500	5.635,50
87	Curau de milho com leite de coco, rendimento de 18,5 porções/ 200 ml de água, embalagem de 1 kg, de polietileno leitoso atóxico, intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes. O fabricante deverá apresentar documentação técnica (anexar junto a proposta: registro do produto, ficha técnica e laudo de análise do laboratório oficial).	UN	BOA SAFRA	400,000	10,6000	4.240,00
89	Doce de Leite cremoso embalagem de 900gr. Com carimbo do serviço de inspeção (SIM, SIF ou SISB)	UN	AUREA	1.051,000	5,4900	5.769,99
90	EMUSTAB p/ sorvete 200g	UN	RODA	384,000	4,4500	1.708,80
92	Envinha enlatada. Acondicionada em lata. Embalagem contendo aprox. 200g, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	UN	QUERO	2.440,000	1,1500	2.806,00
94	Extrato de Tomate 130 gr	UN	QUERO	1.030,000	1,1900	1.225,70
95	Extrato de tomate de boa qualidade e bom rendimento. Acondicionamento em lata, contendo no mínimo 880g, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 18 meses, informação nutricional e ingredientes.	UN	QUERO	3.010,000	3,8500	11.588,50
96	Farelo de aveia. Embalagem de 1kg cada, constando na embalagem. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, procedência do produto.	KG	QUAKER	730,000	5,9900	4.372,70
102	FARINHA DE QUIBE - 400g	UN	KANTY	360,000	2,8000	1.008,00
105	Farinha de trigo integral pura. Pacotes de 1 kg cada. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	UN	NORDESTE	1.732,000	2,6900	4.659,08
107	FEIJAO CARIOCA TIPO 1	KG	CALDAO	238,000	2,6000	618,80
110	Fermento químico em pó de boa qualidade. Embalagens de 250 g cada. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade.	UN	ROYAL	1.468,000	3,0500	4.477,40
112	File de peixe tipo tilápia, congelado, deve apresentar odor característico, sem espinhas, acondicionado em embalagem de 1 kg, sendo embalagem íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de peixe, data de fabricação, data de validade, origem e com registro de inspeção animal (SIF, SIE e SIM).	UN	AMIGO PEIXE	1.280,000	24,9000	31.872,00
114	Flocos de Milho pré - cozido, tipo polentina	UN	SINHA	420,000	1,1500	483,00
115	FÓSFORO GRANDE C 240 UN	UN	FIT LUX	500,000	2,1500	1.075,00
118	GELATINA EM PÓ DIET - diversos sabores	UN	APIT	330,000	1,5900	524,70
126	LEITE 90% menos lactose (elege, similar ou superior	L	AURORA	740,000	3,9900	2.952,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/18
 Processo Nº.: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
138	LIGA NEUTRA P/ SORVETE - 100g	UN	RODA	100,000	3,3500	335,00
151	MANDOLATE - pacotes c/10 un	UN	BERBAU	870,000	3,1200	2.714,40
153	MANTEIGA - Tipo aviação - Potes com 200gr	UN	TIROL	125,000	4,3000	537,50
154	Margarina, com 0% de gordura trans descrita no rótulo, embalagem de 500gr cada. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	UN	CLAYBOM	4.004,000	2,3900	9.569,56
156	Mel puro orgânico. Deve conter o carimbo do Serviço de Inspeção (SIF, SIE e SIM). Potes de um 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade, procedência do produto	UN	MIMINA.MEL	700,000	14,9900	10.493,00
158	MILHO P/PIPOCA, com bom rendimento e boa qualidade de grãos, pct de 500g cada. Com data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto.	UN	SUPER 10	1.680,000	1,1000	1.848,00
160	Milho verde enlatado. Acondicionamento em lata, contendo 200g cada, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	UN	QUERO	3.159,000	1,0800	3.411,72
164	MORANGO	KG	MILLENUM	828,000	13,0000	10.764,00
166	NATA - CREME DE LEITE- Creme de leite pasteurizado 300g	UN	DELISABORE	284,000	3,4000	965,60
168	Orégano, Embalagem contendo 100g do produto, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade e origem.	UN	CAROL	537,000	3,2000	1.718,40
170	PAÇOQUINHA PACOTE C/ 10 UNIDADES	UN	BERBAU	1.370,000	3,4000	4.658,00
177	PÉ DE MOLEQUE C/ 10 UNIDADES	UN	BERBAU	1.000,000	2,7000	2.700,00
183	PIFOCA DOCE 55g	UN	TIMBO	15.050,000	0,6000	9.030,00
184	PIRULITO 300Gr - pacote	UN	BERBAU	1.980,000	2,9900	5.920,20
185	PÓ P/ SORVETE - VÁRIOS SABORES - 100g	UN	APTI	210,000	2,8000	588,00
186	Pó para o preparo de gelatina com "corante natural" (com variação de sabores). Embalagem contendo 1 kg do produto. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial e ficha técnica assinada pelo técnico responsável.	UN	BOA SAFRA	1.410,000	10,6000	14.946,00
187	Pó sem leite para o preparo de frapê de frutas, maçã desidratada em flocos e banana desidratada em flocos, mix de vitaminas, com corante natural, rendimento de 18,5 porções/ 200 ml de água, embalagem de 1 kg, de polietileno leitoso atóxico, intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes. O fabricante deverá apresentar documentação técnica (anexar junto a proposta: registro do produto, ficha técnica e laudo de análise do laboratório oficial).	UN	BOA SAFRA	420,000	10,9000	4.578,00
195	Quirera (tubá extra grosso) (potes de 1Kg cada). Com data de fabricação de no máximo 2 meses da data de entrega do produto na Secretaria de Educação.	KG	ARCEMIL	3.024,000	1,4900	4.505,76
199	ROSCA DE POLVILHO - pacote 80g	UN	ZAGONEL	180,000	2,9900	538,20
201	SAL AMONÍACO 100g	UN	DONA BELLA	64,000	1,5000	96,00
202	Sal refinado e iodado. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	KG	ZIZO	2.490,000	0,8000	1.992,00
211	SUSPIRO - 180g	UN	ZAGONEL	930,000	3,4000	3.162,00
212	Tempero Completo 300gr	UN	CHEIRO VERI	369,000	1,9900	734,31
215	Vinagre branco, Embalagem de 900 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	UN	CHEMIM	1.014,000	1,1500	1.166,10
216	Vinagre tinto, Embalagem de no mínimo 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	UN	ROSSOIN	335,000	1,9900	666,65

Fornecedor: 10735 - JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - JLM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	Biscoito doce, sabor chocolate. Pacotes de 370 g cada. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	UN	MASPA	7.093,000	2,0500	14.540,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 10735 - JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - JLM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	Biscoito doce, tipo rosquinha de coco, Pacotes de 800 g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável e característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	UN	MASPA	3.944,000	4,0500	15.973,20
41	Biscoito doce, tipo sortido, Pacotes de 800g cada. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	UN	MASPA	4.444,000	3,9300	17.464,92
45	BOLACHA CASEIRA 350 g	PCT	MASPA	3.134,000	2,5000	7.835,00
47	BOLACHA DE MANTEIGA 350g	PCT	MASPA	2.560,000	2,5000	6.400,00
48	BOLACHA DE POLVILHO 350g	PCT	MASPA	2.086,000	2,4800	5.173,28

Fornecedor: 10840 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	AÇUCAR CRISTAL, Embalagem de 1 kg cada	KG.	2680 STA ISA	205,000	1,5600	319,80
9	ADOCANTE dietético c/ 100 ml	UN	3115 ADOCYL	155,000	1,9500	302,25
14	AGUA MINERAL S/ GAS - fardo c/ 12	UN	2644 TRES TI	1.110,000	8,8900	9.867,90
15	Água Mineral sem Gás Copo 200ml	UN	3113 TRES TI	500,000	0,3500	175,00
21	Amido de milho. Embalagens de 1kg cada. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	KG	3717 AMAFIL	624,000	2,9900	1.865,76
66	Cereal matinal de milho sabor chocolate, sem açúcar, com características de crocância, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	KG	3879 ALCA FC	1.544,000	10,7200	16.551,68
67	Cereal matinal de milho sem açúcar, com características de crocância, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo até 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	KG	ALCA FOODS	1.544,000	12,7500	19.686,00
106	Farinha Láctea 210g	UN	3633 NESTLE	1.089,000	4,8900	5.325,21
135	Leite UHT integral longa vida, líquido. Embalagem tipo tetra brik contendo 1 litro cada. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura.	L	PIA	58.827,000	2,0800	122.360,16
206	SUCO CONCENTRADO - sabores variados	L	CODVALE	690,000	7,8000	5.382,00

Fornecedor: 11110 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
76	Complemento alimentar - Similar ou Superior a Sustagem ou Sustain, entre 400 e 450 gr	UN	SUSTAIN	233,000	23,5200	5.480,16
77	Complemento Alimentar Infantil - Similar ou superior Sustagem ou Sustain 390 gr	UN	SUSTAIN JUN	90,000	16,7700	1.509,30
97	Farinha de arroz (cereal de arroz para alimentação infantil). Fonte de 16 vitaminas, rico em zinco e ferro. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve apresentar 830g cada caixa, estar intacta, bem vedada, não deve estar amassada ou estufada, devendo constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e ingredientes.	UN	MILNUTRI CE	1.530,000	3,8400	5.875,20
99	Farinha de milho (cereal de milho para alimentação infantil). Fonte de 16 vitaminas, rico em zinco e ferro. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve apresentar 230g cada, estar intacta, bem vedada, não deve estar amassada ou estufada, devendo constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e ingredientes.	UN	MILNUTRI CE	1.710,000	4,2700	7.301,70
132	LEITE EM PÓ Nº 1/0 anti-refluxo - Similar ou superior a NAN	UN	APTAMILAR	760,000	22,5800	17.160,80
133	LEITE EM PÓ, Similar ou superior a NAN HA - leite hipocalórico - lata 400g	UN	APTAMIL HA	400,000	27,5500	11.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11201 - COMERCIAL DE FRUTAS VERDURAS E TRANSPORTES HORN LT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACATE	KG		1.660,000	2,6000	4.316,00
2	Abacaxi. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	UN		3.450,000	5,0000	17.250,00
3	Abobrinha. Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		1.490,000	2,1000	3.129,00
16	Aipim descascado. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		1.350,000	3,6500	4.927,50
17	Alface. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	UN		2.250,000	1,3500	3.037,50
27	Banana Branca	KG		2.400,000	2,0900	5.016,00
28	Banana caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas.	KG		1.800,000	1,7800	3.204,00
29	Banana nanica. Características: Tamanho médio em processo de amadurecimento, acondicionada em caixas vazada.	UN		18.264,000	1,7500	31.962,00
31	Batata doce. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		1.440,000	2,2000	3.168,00
32	Batata inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		15.250,000	2,4000	36.600,00
36	Beterraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		812,000	2,5000	2.030,00
49	Brócolis. Características: boa qualidade, firme, cor característica verde escuro. Embalados em plástico de polietileno transparente. Com aprox. 350g cada.	UN		1.094,000	3,5000	3.829,00
64	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		3.070,000	3,5000	10.745,00
65	Cenoura. Características: de primeira qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		1.590,000	3,0000	4.770,00
74	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		762,000	1,8900	1.440,18
79	Couve manteiga. Características: verde escuro, folhas integras, macias e frescas. Embalados em plástico de polietileno transparente. Maço com 8 folhas médias cada.	UN		1.640,000	1,7800	2.919,20
80	Couve-flor. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	UN		836,000	2,9900	2.499,64
123	KIWI	KG		780,000	6,1000	4.758,00
124	Laranja lima. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	UN		1.150,000	2,5000	2.875,00
125	Laranja péra. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	KG		19.520,000	2,5000	48.800,00
139	Limão. Características: casca verde e íntegra. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		978,000	5,0000	4.890,00
142	Maçã. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	KG		14.770,000	3,4000	50.218,00
150	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	UN		1.996,000	3,1000	6.187,60
152	Manga. Características: Tamanho médio em processo de Amadurecimento.	KG		1.436,000	3,4500	4.954,20
157	MELANCIA	KG		1.895,000	1,3000	2.463,50
163	Moranga. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio, ao ponto para consumo. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		924,000	1,8500	1.709,40
169	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	DZ		4.670,000	4,2500	19.847,50
180	Pepino salada. Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		852,000	2,6000	2.215,20
182	Pimentão verde. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		780,000	5,2500	4.095,00
197	Repolho Roxo. Características: tipo roxo, fresco, de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente. Com aprox. 2,5 kg cada.	UN		583,000	3,4000	1.982,20
198	Repolho. Características: tipo branco, fresco, de boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente. Com aprox. 2,5 kg cada.	UN		1.013,000	3,0000	3.039,00
213	Tomate. Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente moles. Não serão aceitos tomates estragados. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		4.310,000	4,2000	18.102,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11201 - COMERCIAL DE FRUTAS VERDURAS E TRANSPORTES HORN LT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
214	Vagem, Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde ou verde com contorno marrom. Embalados em plástico de polietileno transparente.	KG		710,000	5,6000	3.976,00

Fornecedor: 11279 - C.A. FURTADO SENEM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	ÁGUA MINERAL 20 Litros (galão)	UN	puris	3,296,000	11,3000	37.244,80
13	ÁGUA MINERAL C/ GÁS fardo C/ 12 UNI.	UN	puris	754,000	10,1000	7.615,40
18	Alho. Embalagem de rede com 100g a 200g cada.	UN	planauto	2,360,000	3,6500	8.614,00
22	Apresentado Fatiado de boa procedência e qualidade. pacotes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal.	KG	delisabore	2,488,000	22,1000	54.984,80
34	Bebida láctea fermentada de diversos sabores. Pacotes de 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional, com a documentação técnica	UN	TIROL	9,026,000	2,8900	26.085,14
35	BERGAMOTA KG	KG	milénium	1,490,000	2,6500	3.948,50
55	Carne bovina congelada (em cubos) – tipo acém isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, deve apresentar características sensoriais como textura, sabor, odor, característicos; cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro; Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue à vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	FRIG VERDI	4,500,000	15,2500	68.625,00
56	Carne bovina inteira congelada - tipo acém, isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, deve apresentar características sensoriais como textura, sabor, odor, característicos; cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro; Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue à vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	FRIG VERDI	5,830,000	15,2500	88.907,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 8/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11279 - C.A. FURTADO SENEM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
57	Carne bovina inteira congelada sem osso – coração da paleta. Isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, deve apresentar características sensoriais como textura, sabor, odor, característicos; cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro; Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue a vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	FRIG VERDI	13.700,000	16,5500	226.735,00
58	Carne bovina inteira congelada sem osso – tipo costela. Isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, com pouca gordura aparente. Deve apresentar características sensoriais como textura, sabor, odor, característicos; cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro; Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue a vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	FRIG VERDI	3.100,000	14,7500	45.725,00
59	Carne bovina inteira resfriada – tipo patinho. Isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, deve apresentar características sensoriais como textura, sabor, odor, característicos; cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro; Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue a vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de 0 a 5°C.	KG	FRIG VERDI	5.060,000	17,8900	90.523,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 9/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11279 - C.A. FURTADO SENEM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
60	Carne inteira de bovino – tipo charque dianteiro deve estar de acordo com a instrução normativa n. 22, de 31/07/2000 (Regulamento técnico de identidade e qualidade de carne bovina salgada curada -RTIQ). A carne de apresentar-se isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, com pouca gordura aparente. Deve apresentar características sensoriais como cor, textura, sabor, odor, característicos. Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue à vácuo, com máx. 1 a 2 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	FRIG VERDI	754,000	15,0000	11.310,00
61	Carne moída congelada de bovino – tipo músculo. Contendo como ingrediente obrigatório carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos; Água (máx de 3%); características sensoriais como textura, sabor, odor, característicos; cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro; gordura bovina (máx 15%); isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, sem retalhos, conforme instrução normativa n.83 de 21/11/2003 do MAPA, bem como, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Carne moída de Bovino (RTIQ). Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada. Embalagem: deve ser entregue à vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, com rotulagem exigida pelo serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C	KG	FRIG VERDI	9.430,000	12,6000	118.818,00
63	Carne suína inteira congelada sem osso - tipo lombo, deve apresentar-se isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos e nodos linfáticos, características sensoriais como textura, sabor, odor, cor, característicos. Acondicionamento: deverá ser embalado com materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada, a embalagem deve ser entregue à vácuo, com máx. 1 kg cada, sendo cada embalagem etiquetada ou rotulada, conforme exigência do serviço de inspeção ou legislação vigente, deve conter prazo de validade, nome da carne, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	PAMPLONA	1.150,000	13,2000	15.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 10/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11279 - C.A. FURTADO SENEM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
81	Coxa e sobrecoxa de frango congelada: deve conter características sensoriais como textura, sabor, odor e cor, característicos. Embalagens: materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada, etiquetada ou rotulada, conforme exigência do serviço de inspeção ou legislação vigente, contendo prazo de validade, nome do produto e corte, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	MONTANARI	7.270,000	5,8500	42.529,50
111	File de peito de frango tipo salsami congelado: deve conter características sensoriais como textura, sabor, odor e cor, característicos. Embalagens: materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada, etiquetada ou rotulada, conforme exigência do serviço de inspeção ou legislação vigente, contendo prazo de validade, nome do produto e corte, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	UN	MONTANARI	1.180,000	8,3900	9.900,20
113	Flocos de cereais integrais: trigo, cevada e aveia - Embalagem com até 210g cada lata. Fonte de ferro e 10 vitaminas. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, não deve estar amassada, estufada, com sinais de ferrugem e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e ingredientes.	UN	nestle	1.078,000	8,0000	8.624,00
116	Frango inteiro congelado: deve conter características sensoriais como textura, sabor, odor e cor, característicos. Embalagens: materiais adequados para as condições de armazenamento e transporte, com proteção apropriada, etiquetada ou rotulada, conforme exigência do serviço de inspeção ou legislação vigente, contendo prazo de validade, nome do produto, origem, e conter registro de inspeção animal (SIF, SIE ou SIM). O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e de rotulagem de produtos de origem animal, análise microbiológica (Ficha técnica), Laudo físico-químico. Sendo expressamente proibido o fracionamento do produto fora das normas de inspeção e vigilância sanitária. Transporte: deverá ser transportado em carro apropriado/bau frigorífico até o destino final ou em caixas térmicas (cerca de 10min. do local de origem até destino final), desde de que não modifique as características do produto ou o mesmo entre em processo de descongelamento, sendo assim o mesmo deve chegar ao destino final a temperatura de -18°C.	KG	MONTANARI	17.245,000	4,7900	82.603,55
119	GELEIA - 400gr	UN	sol	364,000	8,9500	3.257,80
121	Hamburger de carne de frango e de carne bovina	UN	PERDIGÃO	984,000	0,6900	678,96
122	Iogurte, bandejas de 510g cada, contendo 6 un de potes de iogurte cada. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 10 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	UN	ELEGE	5.230,000	2,1900	11.453,70
134	Leite tipo C, líquido. Embalagem plástica, contendo 1 litro cada. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional.	L	TIROL	15.270,000	2,1500	32.830,50
136	Leite zero lactose, integral. Embalagem tipo tetra brik contendo 1 litro cada. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto informação nutricional.	UN	TIROL	1.750,000	3,9500	6.912,50
140	LINGUIÇA SECA, mista	KG	GUINTER	610,000	13,1000	7.991,00
141	LINGUICINHA INSPECIONADO PELO SIF	KG	DO VALLE	1.350,000	5,2000	7.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 11/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11279 - C.A. FURTADO SENEM

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
165	Mortadela sem gordura resfriada, de boa procedência e qualidade, com carimbo no serviço de inspeção federal (SIF, SIE e SIM) - registro de inspeção animal. Peças de no mínimo 2kg cada. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes.	KG	sadia	3.050,000	8,4400	25.742,00
173	PAO FATIADO	PCT	casa do pão	5.370,000	4,5500	24.433,50
178	Peito de frango congelado tipo sassami. Embalagens de 1kg. Deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A qualidade a ser entregue será de acordo com a solicitação da secretaria de educação.	UN	MONTANARI	7.180,000	8,3900	60.240,20
193	QUEIJO MUSSARELA FATIADO 250gr	UN	dellisabore	1.800,000	5,4300	9.774,00
194	Queijo mussarela fatiado, congelado de boa procedência e qualidade. Embalagens de até 2kg, com divisor de fatias. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF, SIE e SIM).	KG	dellisabore	2.192,000	20,9900	46.010,08
203	Salsicha congelada de boa procedência e qualidade. Pacotes de 3kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal (SIF, SIE e SIM).	KG	NAT	3.988,000	5,7000	22.731,60

Fornecedor: 11353 - ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
101	Farinha de milho torrada amarela (tipo biju). Embalagens de 1 kg cada. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional.	KG	sinha	1.004,000	1,3000	1.305,20
103	Farinha de rosca 500g	UN	yoki	305,000	3,7700	1.149,85
109	Fimento biológico. Embalagem com 500g cada. O produto não deverá apresentar bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade.	UN	brugman	644,000	8,9400	5.757,36
127	LEITE CONDENSADO 395 g	UN	piracanjuba	2.554,000	2,4600	6.282,84
167	Óleo de Soja refinado. Embalagem em lata de 900ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento, na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional	UN	leve	8.250,000	2,8800	23.760,00
179	PEPINO EM CONSERVA 300g	UN	aurea	324,000	2,6000	842,40
188	Pólvoro azedo. Pacotes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	UN	calção	1.770,000	3,9900	7.062,30

Fornecedor: 11354 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Açúcar mascavo. Pacotes de até 1 kg cada. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, com prazo de validade e origem. Deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto na secretaria de educação.	UN	DECASA	510,000	6,5000	3.315,00
20	Amendoim, descascado, selecionado, classe miúdo, tipo 1, pacote de 500gr cada. O produto não deve apresentar sujidade, umidade e bolor. A embalagem deve estar intacta e bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto na secretaria de educação e prazo de validade.	UN	DAJU	1.792,000	2,6600	4.766,72
42	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergelim. Pacote de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de pelo menos 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	UN	PRODASA	4.350,000	3,4000	14.790,00
44	Biscoito salgado, tipo cream cracker. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	UN	LUAM	2.996,000	3,9500	11.834,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 12/18
 Processo Nº: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11354 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
50	Café em pó, torrado moído extra forte de boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto e prazo de validade de 4 meses. Referência para qualidade dos produtos: Melitta, Guidali, "ou equivalente", "ou de melhor qualidade".	UN	CEREJA	7.910,000	7,0000	55.370,00
51	Caldo de carne. Embalagem com 114g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	UN	APTI	1.278,000	1,6300	2.083,14
52	Caldo de galinha. Embalagem com 114g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	UN	APTI	1.278,000	1,6500	2.108,70
53	Canela em pó. Embalagem contendo até 30g do produto, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade, origem do produto.	UN	INCAS	976,000	1,0000	976,00
88	Doce de frutas, diversos sabores. Potes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	UN	DIFRUTI	1.801,000	3,9500	7.113,95
100	Farinha de milho (fubá de milho amarelo). Pacotes de 5 Kg cada. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional, e registro no Ministério da Saúde.	UN	DAJU	1.400,000	5,9200	8.288,00
108	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	UN	PRATO BOM	3.370,000	2,6500	8.930,50
117	Gelatina - 35g	UN	SOLEY	1.660,000	0,6000	996,00
128	LEITE DE COCO 200g	UN	QUALICOCO	730,000	3,0000	2.190,00
130	Leite de soja líquido, alimento a base de soja, 0% lactose e 0% colesterol, fonte de proteínas, cálcio, zinco, vit A, B2, B6, B12, C, D, E e ácido fólico, contendo 240mg de cálcio para 200 ml de leite de soja. Embalagem tipo tetra blik contendo 1 litro cada. a embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto informação nutricional.	UN	PURITY	1.279,000	4,2000	5.371,80
131	Leite em pó instantâneo integral, com ptes de 400g cada. Com data de fabricação de no máximo 2 meses da data de entrega do produto na Secretaria de Educação.	UN	DANKY	6.260,000	6,0800	38.060,80
137	Lentilha grauda tipo II, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos, embalagem de 500g, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. Deverá obedecer a Portaria MA nº065 de 16/02/93.	UN	DAJU	1.213,000	3,0000	3.639,00
143	Macarrão Caseiro com ovos 500 gr	PCT	ROSANE	801,000	2,5000	2.002,50
144	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo. Pacotes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, sem a presença de fungos e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	KG	ROSANE	1.306,000	3,0000	3.918,00
145	Macarrão com ovos, tipo parafuso. Pacotes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, sem a presença de fungos e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	KG	ROSANE	2.148,000	2,5900	5.563,32
146	Macarrão com ovos, tipo penne. Pacotes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, sem a presença de fungos e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	KG	ROSANE	2.488,000	3,0000	7.464,00
147	Macarrão com sêmola, tipo espagueti reto. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, sem a presença de fungos, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	KG	ROSANE	2.958,000	3,0000	8.874,00
149	Macarrão tipo letrinha. Embalagens de 500gr cada. A embalagem de estar intacta, bem vedada, sem a presença de fungos e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	UN	GERMANI	1.790,000	2,1000	3.759,00
162	Mistura para bolo varios sabores de boa qualidade	UN	SOLEY	150,000	1,6000	240,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 13/18
 Processo Nº.: 34/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Fornecedor: 11354 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
181	Pimenta em pó embalagem c 30 gr, boa qualidade	UN	INCAS	89,000	1,4000	124,60
189	Polvilho Doce, pacote de 500 gr a embalagem deve estar intacta	PCT	PRATA	660,000	1,6000	1.056,00
191	PUDIM - em pó diversos sabores contendo 1kg cada.Com data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	KG	DANKY	760,000	4,4200	3.359,20
192	Pudim (em pó), diversos sabores , 60g cada. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	UN	SOLEY	440,000	0,6000	264,00
196	REFRIGERANTE - Embalagem de 2 litros, diversos sabores	UN	SCHIN	2.624,000	3,0000	7.872,00
200	Sagu, classe pérola, tipo 1. Embalagens de 500g do produto. O produto deve apresentar-se limpo, seco e isento de odores estranhos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	PCT	PRATA	1.895,000	1,7600	3.335,20
207	Suco de laranja integral, com rendimento para pelo menos 10 lts. Embalagens com 1 lt cada.Deve constar na embalagem: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. A data de fabricação deve ser de no máximo 2 meses da data de entrega do produto. O produto deve apresentar registro no ministério da agricultura. Deve ser não fermentado e não alcoólico.	UN	VIAN	1.675,000	8,9000	14.907,50
209	Suco de uva integral, com rendimento para pelo menos 10lts. Embalagens com 1 lt cada.Deve constar na embalagem: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. A data de fabricação deve ser de no máximo 2 meses da data de entrega do produto. O produto deve apresentar registro no ministério da agricultura. Deve ser não fermentado e não alcoólico.	UN	NELI	1.635,000	8,9000	14.551,50
210	SUCO EM PÓ 1 Kg	UN	SOLEY	1.495,000	3,6500	5.456,75

Fornecedor: 11355 - CLEITON DE SOUZA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
68	Chá - Caixa 20g - Sabores (hortelã, cidreira, Camomila, maçã, morango, erva doce)	UN	NEILAR	1.980,000	1,3800	2.732,40
93	EXTRATO DE TOMATE - lata de 350g	UN	OLE	680,000	1,7500	1.190,00
98	Farinha de mandioca, grupo seca, subgrupo fina beneficiada, classe branca, tipo 1, empacotamento sem contato manual, embalagens de 1 kg cada. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional.	UN	SUPER 10	1.129,000	2,3700	2.675,73

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 14/18
Processo Nº.: 34/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 15/18
Processo Nº.: 34/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 16/18
Processo Nº.: 34/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 17/18
Processo Nº.: 34/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuárias da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 18/18
Processo Nº.: 34/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 15 de Outubro de 2015.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	CNPJ: 21.593.746/0001-26	_____
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
C.A. FURTADO SENEM	CNPJ: 19.791.650/0001-20	_____
CLEITON DE SOUZA	CNPJ: 18.531.205/0001-69	_____
COMERCIAL DE FRUTAS VERDURAS E TRANSPORTES HORN	CNPJ: 03.785.781/0001-65	_____
JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - JLM	CNPJ: 13.965.228/0001-68	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA	CNPJ: 03.612.312/0004-97	_____
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	CNPJ: 79.833.950/0001-57	_____
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	CNPJ: 81.839.425/0001-90	_____

Corupá

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/15

I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/15
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/15

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 035/15, ficando assim determinado:

Onde se lê:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:
Dia 28/10/2015 às 09h00min (nove horas), com tolerância de 5 minutos.

Leia-se:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:
Dia 04/11/2015 às 09h00min (nove horas), com tolerância de 5 minutos.

Onde se lê:

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:
Dia 28/10/2015 às 09h30min (nove horas e trinta minutos).

Leia-se:

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:
Dia 04/11/2015 às 09h30min (nove horas e trinta minutos).

Onde se lê:

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, após designação do Pregoeira Sra. Jessica Tamara Pezzatto, juntamente com o grupo de apoio formado por Silvana Zoleti da Silva Fernandes (Pregoeira Substituto), Joney Cicero Morozini, Juliana Twardowski, Dairton Jose Giraldi e Josimar Caldeira designados através da Portaria nº 3083/2014, de 21 de Novembro de 2014, torna público que às 09h00min do dia 28 de Outubro de 2015, no prédio da Prefeitura Municipal de Corupá, na Sala da Gerência de Administração, situada na Av: Getulio Vargas, 443, Centro, será realizado a entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços e às 09h30min do dia 28 de Outubro de 2015 a abertura da licitação etapa de lances, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E MEIOS FIOS, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Leia-se

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, após designação do Pregoeira Sra. Jessica Tamara Pezzatto, juntamente com o grupo de apoio formado por Silvana Zoleti da Silva Fernandes (Pregoeira Substituto), Joney Cicero Morozini, Juliana Twardowski, Dairton Jose Giraldi e Josimar Caldeira designados através da Portaria nº 3083/2014, de 21 de Novembro de 2014, torna público que às 09h00min do dia 04 de Novembro de 2015, no prédio da Prefeitura Municipal de Corupá, na Sala da Gerência de Administração, situada na Av: Getulio Vargas, 443, Centro, será realizado a entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços e às 09h30min do dia 04 de Novembro de 2015 a abertura da licitação etapa de lances, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E MEIOS FIOS, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Corupá, 16 de Outubro de 2015.

JÉSSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira

PORTARIA Nº 3500/15

PORTARIA Nº 3500/15

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA DANIELA NAIR VIEIRA CHEROBIN, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora SRA. DANIELA NAIR VIEIRA CHEROBIN, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, portadora da CNH Registro nº 01064306110, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 14 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3501/2015

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 013/2015

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para apurar infrações disciplinares do servidor Patric Coelho da Silva

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 15 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3501/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 185 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, de infração administrativa, constante no artigo 158, incisos I, IV, IX, XI, XIV, XV, XVI e artigo 159, incisos II, XXIII, ambos da Lei Complementar n. 014/2009 (conforme abaixo descrito), em face do servidor PATRIC COELHO DA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF n. 988.916.509-00 e do RG n. 3.817.334, residente e domiciliado à Rua Augusto Borchardt, 01, bairro Bomplant, Corupá-SC, CEP 89.278-000, com matrícula no serviço público municipal de n. 3941-02, em virtude do ocorrido no dia 05 de agosto de 2015, em relação aos pacientes e munícipes Rosângela Fidelis da Silva, Olivio Schunkel e Solange Brosowski terem ido com o servidor investigado para realização de consulta na cidade de Joinville e, após o termino das consultas, o motorista não estava mais no local, tendo que ser deslocado outro servidor para colher os referidos pacientes.

Artigo 158 – São Deveres do servidor:

I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

[...]

IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

[...]

IX – manter conduta compatível com a moralidade pública;

[...]

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

[...]

XIV – cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho;

XV – estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções;

XVI – proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.

Art. 159 – Ao servidor e detentor de cargo comissionado é proibido:

[...]

II – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

[...]

XXIII – proceder de forma desidiosa. Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 – Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
15 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

PORTARIA Nº 3502/15

PORTARIA Nº 3502/15

EXONERA A PEDIDO A SRA. INGEBURG MORETTI, DO CARGO DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a SRA. INGEBURG MORETTI, do cargo de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 115/99.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 037/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 037/15

OBJETO Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de equipamentos de informática e material permanente para atender as necessidades da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 19/10/2015 às 09h00min do dia 30/10/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 30/10/2015.

TIPO: Menor Preço por item no LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 19 de OUTUBRO de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 038/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 038/15
OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de mão de obra mecânica especializada para recuperação material rodante tratores, escavadeiras e peças para uso da Secretaria de Infraestrutura do Município de CORUPÁ-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 19/10/2015 às 14h00min do dia 30/10/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 30/10/2015.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 19 de OUTUBRO de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 039/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 039/15
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de Serviços de Divulgação de Atos e Fatos Oficiais e Publicidade Administrativa do Poder Executivo Municipal em editora de Jornal com circulação no Município de Corupá-SC, com no mínimo 1000 exemplares, e, assinatura mensal de jornal impresso, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 19/10/2015 às 16h00min do dia 30/10/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16h30min do dia 30/10/2015.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 19 de OUTUBRO de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 116/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 116/15
TOMADA DE PREÇOS nº 001/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.020.495/0001-34, estabelecida na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) EMERSON SIQUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 810.238.559-68, portador da Carteira de Identidade nº 5.062.746-2 SESP/PR.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para viabilizar a empreitada por preço global, na construção de 03 pontes (PONTE ROCHA - COMPRIMENTO = 22,25 m X LARGURA = 4,15 m, PONTE ROTA DAS CACHOEIRAS - COMPRIMENTO = 18,50 m X LARGURA = 4,15 m e PONTE VALDOMIRO PRETO - COMPRIMENTO = 22,30 m X LARGURA = 4,15 m), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 09 de Outubro de 2015 até 09 de Outubro de 2016.
CLÁUSULA SEGUNDA- DISPOSIÇÕES FINAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que originou este aditivo.
E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os efeitos jurídicos e legais pertinentes, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele..
Data da Assinatura: 09/10/2015
Data da Vigência: 09/10/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PLACAS PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXOS DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 29/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 032/2015, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais diversos para o Hospital Municipal de Dionísio cerqueira Vencedores: Olmiro Rosa dos Santos - ME. Valor R\$ 36,058,48 – Rosa e Rosa Cia Ltda. - Valor R\$ 13.507,02 Dionísio Cerqueira 16/10/2015

Luciana Gomes Pires – Gestora do HMDC.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 128, DE 13 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 128, DE 13 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DIÁRIAS RELATIVAS AO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, DENTRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES DO MUNICÍPIO DA REDE PÚBLICA, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, CONVENIADA OU CONTRATADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NA FORMA PREVISTA NO MANUAL ESTADUAL DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, APROVADO PELA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE EM JANEIRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, VI e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO disposto no art. 198 da Constituição Federal de 1998, que preconiza a integralidade do atendimento à saúde;

CONSIDERANDO disposto no art. 107 da Lei Orgânica Municipal, que assevera a responsabilidade do Município promover, em conjunto com a União e o Estado, acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município, às ações e serviços de promoção, proteção, e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 055, de 24 de fevereiro de 1.999 (D.O.U. de 26/02/1999, em vigor desde 01/03/1999), normatiza a rotina do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) no Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo que as despesas relativas ao deslocamento de usuários deste sistema possam ser cobradas por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, observado o teto financeiro definido para cada município/estado.

CONSIDERANDO que o TFD visa garantir o acesso de pacientes de um município a serviços assistenciais de outro município, com base nos códigos da Tabela Unificada dos Procedimentos/SUS, conforme site: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>;

CONSIDERANDO que o artigo 5º da Portaria MS nº 055/1999 estabelece que as Secretarias de Estado da Saúde devem propor estratégias de gestão do TFD de acordo com a realidade de cada região. Neste contexto, visando realinhar o Manual de TFD de Santa Catarina vigente desde janeiro de 2004, em conformidade com as novas Portarias Ministeriais e as peculiaridades atuais da rede de assistência à saúde do Estado, a Superintendência de Serviços Especializados e Regulação (SUR), através da Gerência de Complexos Reguladores (GECOR), elaborou nova proposta de Manual de Normatização do Tratamento Fora de Domicílio.

CONSIDERANDO que o Manual de Normatização do Tratamento Fora do Domicílio - TFD do Estado de Santa Catarina define as responsabilidades da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, das Gerências Regionais de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde, traça critérios de autorização, fluxos e rotinas relativas ao Tratamento Fora de Domicílio dos usuários do SUS no estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a existência de previsão na lei orçamentária de recursos destinados às despesas para Tratamento Fora do Domicílio - TFD;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de diárias relativas ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD, dentro do Estado de Santa Catarina, para pacientes e acompanhantes do Município da rede pública, ambulatorial e hospitalar, conveniada ou contratada do Sistema Único de Saúde, na forma prevista no Manual Estadual de Tratamento Fora do Domicílio - TFD, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite em janeiro de 2004.

Parágrafo único. Compete privativamente ao Secretário da Saúde do Município autorizar o pagamento das diárias referidas no caput deste artigo.

Art. 2º O pagamento das despesas relativas ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD será realizado nos termos do Manual de Normatização do Tratamento Fora do Domicílio - TFD do Estado de Santa Catarina, devendo ser autorizada de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de julho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de julho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 155 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 155 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13, inciso IV da Lei Municipal nº 2.025 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Câmara de Vereadores de Forquilha no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 01 – Poder Legislativo

2.001(5) – Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.90 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 01 – Poder Legislativo

2.001(6) – Manutenção da Câmara de Vereadores

4.4.90 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 17/PMF/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 155/PMF/2015

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 17/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 155/PMF/2015

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para atendimento a Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: No dia quinze do mês de outubro de dois mil e quinze, a gerente de Educação, a Sra. Rosane Padoin, certificou-se que o pregão 155/PMF/2015, está em desacordo com a solicitação e necessidade da Secretaria de Educação. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de pregão presencial nº. 155/2015 em função do equívoco.

Forquilha/SC, 15 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 215/2015

DECRETO Nº 215, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº 2299, de 01 de julho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com mandato de 2 (dois) anos, que compreende o período de 16 de outubro de 2015 a 16 de outubro de 2017, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I – Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Luciana Cordeiro Frozza
Suplente: Ildo Lucas

II – Representantes da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Maves Gislaire Schleder Cezar Borszcz
Suplente: Cecília Franco de Oliveira Regert

III – Representantes da Secretaria de Ação Social:

Titular: Dulcinei Rudeck Bilibio
Suplente: Deonilce Maria Passini

IV – Representantes da Procuradoria do Município de Fraiburgo:

Titular: Elton Luiz Borrachini
Suplente: Pricila Dal Magro Cordeiro

V – Representantes da Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

Titular: Antonio Marcos de Almeida
Suplente: Bruno Boeira

VI – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Sibebe Godoy Caminski
Suplente: Vanusa Apolinário

VII – Representantes do Centro Cultural Egon Frey:

Titular: Lia Frey
Suplente: Mara Caldart

VIII – Representantes do Programa Espaço Alternativo de Fraiburgo – PEAL:

Titular: Claudio Reichardt
Suplente: Bruna Izidoro Bacaro

IX – Representantes da Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Fraiburgo Escola Especial “ Maria Frey” - APAE:

Titular: Caroline da Costa Manfredi
Suplente: Carolina Fumagalli Tasca Hoffmann

X – Representantes do Grupo Voluntário Vida e Cidadania - GVC:

Titular: Lindolfo Gerlach
Suplente: Roseli Dallazen Thibes dos Santos

XI – Representantes da Pastoral da Criança:

Titular: Maria Inez C. Da Rosa
Suplente: Roseni Ap. Machado Ferreira

XII – Representantes da Associação Hayashi-Ha Vital – Fraiburgo de Karatê-Dô:

Titular: Altair de Souza Pires
Suplente: Fabiane Aparecida Guedes

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 16 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAIS INTIMAÇÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I. LUCAS DALAGNOLI

Processos Administrativos nº 3345/2014, 3327/2014, 3318/2014, 3164/2014, 3151/2014, 3144/2014, 3114/2014, 3113/2014, 3110/2014, 3047/2014, 3044/2014, 3036/2014, 2985/2014, 2991/2014, 3004/2014, 2992/2014, 3019/2014, 3008/2014, 3397/2014 e 3377/2014.

Recorrentes: SERGIO LUIZ VICENTE ME, JOMIN DECORAÇÕES LTDA, VALMIR ANTONIO ZANINI ME, FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME, FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP, FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME, PAULO CAMPAGNARO ME, BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS, ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE, CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL, CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME, BLV EMPREENDIMENTOS LTDA, ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME, AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA, AMILTON PEREIRA DE MATOS, AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA, ANDRE FULLMANN ME, MECANICA ESJ LTDA ME e LOTÉRICA MEDEIROS LTDA.
Relator: LUCAS DALAGNOLI

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas SERGIO LUIZ VICENTE ME, JOMIN DECORAÇÕES LTDA, VALMIR ANTONIO ZANINI ME, FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME, FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP, FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME, PAULO CAMPAGNARO ME, BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS, ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE, CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL,

CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME, BLV EMPREENDIMENTOS LTDA, ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME, AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA, AMILTON PEREIRA DE MATOS, AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA, ANDRE FULLMANN ME, MECANICA ESJ LTDA ME e LOTÉRICA MEDEIROS LTDA, bem como a contabilidade ASSECON de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3345/2014, 3327/2014, 3318/2014, 3164/2014, 3151/2014, 3144/2014, 3114/2014, 3113/2014, 3110/2014, 3047/2014, 3044/2014, 3036/2014, 2985/2014, 2991/2014, 3004/2014, 2992/2014, 3019/2014, 3008/2014, 3397/2014 e 3377/2014, serão julgados no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I. RELATOR ALISSON

Processos Administrativos nº 2066/2015, 3288/2014, 3387/2014, 3390/2014, 3417/2014, 3219/2014, 3249/2014, 3254/2014, 3280/2014, 3282/2014, 3309/2014, 3312/2014, 2987/2014, 2988/2014, 3002/2014, 3011/2014, 3055/2014, 3059/2014, 3068/2014 e 3076/2014.

Recorrentes: VIVIANE MAXIMINIANO – ME, VB TRANSPORTES LTDA ME, MARCIA APARECIDA MATHIAS ME, MARILENE BERNARDETE CORDEIRO DANA – ME, NATALIA RIBEIRO FIGUEIREDO & CIA LTDA, EDEZIO MOREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA, TIAGO RODRIGUES DE MORAES – ME, GIVANILDO DOS SANTOS & CIA LTDA, J.E.J TRANSPORTES LTDA, TRASGIVAN TRANSPORTES LTDA, JOÃO ANTONIO PIROLA – ME, JOÃO GUILHERME MATHIAS ME, AGA-TE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA, AGRO MATHIAS LTDA – ME, AMBIENTAL CASA VERDE LTDA ME, ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME, CENTRO DE TREINAMENTO FUTSAL FRAIBURGO – CETREFF, CLAVE DE SOL ARTE E MUSICA LTDA ME, CLINIDENT SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS S/S e COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA ME.

Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas VIVIANE MAXIMINIANO – ME, VB TRANSPORTES LTDA ME, MARCIA APARECIDA MATHIAS ME, MARILENE BERNARDETE CORDEIRO DANA – ME, NATALIA RIBEIRO FIGUEIREDO & CIA LTDA, EDEZIO MOREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA, TIAGO RODRIGUES DE MORAES – ME, GIVANILDO DOS SANTOS & CIA LTDA, J.E.J TRANSPORTES LTDA, TRASGIVAN TRANSPORTES LTDA, JOÃO ANTONIO PIROLA – ME, JOÃO GUILHERME MATHIAS ME, AGA-TE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA, AGRO MATHIAS LTDA – ME, AMBIENTAL CASA VERDE LTDA ME, ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME, CENTRO DE TREINAMENTO FUTSAL FRAIBURGO – CETREFF, CLAVE DE SOL ARTE E MUSICA LTDA ME, CLINIDENT SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS S/S e COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA ME., bem como as contabilidades ACB CONTABILIDADE, ROQUE SAVIAN, VIDECON CONTABILIDADE e DUCONT CONTABILIDADE de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 2066/2015, 3288/2014, 3387/2014, 3390/2014, 3417/2014, 3219/2014, 3249/2014, 3254/2014, 3280/2014, 3282/2014, 3309/2014, 3312/2014, 2987/2014, 2988/2014, 3002/2014, 3011/2014, 3055/2014, 3059/2014, 3068/2014 e 3076/2014, serão julgados no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I. RELATORA CLADI ANA FROZZA VESCOVI

Processos Administrativos nº 2994/2014, 2976/2014, 3157/2014, 3163/2014, 3171/2014, 3210/2014, 3208/2014, 3223/2014, 3225/2014, 3234/2014, 3239/2014, 3252/2014, 3258/2014, 3273/2014, 3291/2014, 3298/2014, 3428/2014, 3415/2014, 3413/2014, 3412/2014.

Recorrentes: ALAERCIO TRANSPORTES EIRELI – ME, ADEGA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME, FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELE ME, SG COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME, FUNILARIA AVENIDA LTDA ME, ECOVERDE AMBIENTAL LTDA, ARTE LETRAS PAPELARIA E PRESENTES EIRELI – ME, G.A.J. TOP – SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA ME, SÓ DA TERRA CEREAIS LTDA, STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA ME, TARCISIO ANTONIO ETGES ME, GILBERTO BECKER E CIA LTDA, GUILHERME CELLARIUS EIRELO ME, IRMÃOS PRIGULLI LTDA ME, JBRE TRANSPORTES LTDA, JM ESTOFARIA LTDA ME, ODONTOFRAI SERVIÇOS LTDA, N.B.M FABRICAÇÃO DE MOVEIS EIRELI ME, MYCONST ESQUADRILAS LTDA EPP, MOTOR 3 VEICULOS LTDA ME.

Relator: CALDI ANA FROZZA VESCOVI

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas ALAERCIO TRANSPORTES EIRELI – ME, ADEGA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME, FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELE ME, SG COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME, FUNILARIA AVENIDA LTDA ME, ECOVERDE AMBIENTAL LTDA, ARTE LETRAS PAPELARIA E PRESENTES EIRELI – ME, G.A.J. TOP – SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA ME, SÓ DA TERRA CEREAIS LTDA, STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA ME, TARCISIO ANTONIO ETGES ME, GILBERTO BECKER E CIA LTDA, GUILHERME CELLARIUS EIRELO ME, IRMÃOS PRIGULLI LTDA ME, JBRE TRANSPORTES LTDA, JM ESTOFARIA LTDA ME, ODONTOFRAI SERVIÇOS LTDA, N.B.M FABRICAÇÃO DE MOVEIS EIRELI ME, MYCONST ESQUADRILAS LTDA EPP, MOTOR 3 VEICULOS LTDA ME., bem como a contabilidade DINAMICA SERVIÇOS CONTÁBEIS de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 2994/2014, 2976/2014, 3157/2014, 3163/2014, 3171/2014, 3210/2014, 3208/2014, 3223/2014, 3225/2014, 3234/2014, 3239/2014, 3252/2014, 3258/2014, 3273/2014, 3291/2014, 3298/2014, 3428/2014, 3415/2014, 3413/2014, 3412/2014, serão julgados no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I. RELATOR MOISES

Processos Administrativos nº 3253/2014, 3419/2014, 3354/2014, 3347/2014, 3159/2014, 3198/2014, 3370/2014, 3115/2014, 3311/2014, 3205/2014, 3218/2014, 3246/2014, 3270/2014, 3307/2014 e 3248/2014.

Recorrentes: BERNARD BONETTI, ORELIO LUIZ BEAL & CIA LTDA ME, LAS VEGAS LANCHES LTDA ME, TONICLEI DE SOUZA NEVES ME, FRANCISCO LOURENÇO DA SILVA ME, POZZER E CIA LTDA ME, M. INNOVARE AMBIENTES LTDA ME, CLINICA MEDICA DRA CLEIDIMAR COSTERANO BRANDES S/S ME, VALDEMAR FURTADO & CIA LTDA ME, PROJEAGREEN COMÉRCIO DE ADUBOS LTDA ME, RAQUEL PALHANO DOS SANTOS FERREIRA ESQUADRIAS ME, TRANSCASALI – CORTE DE MADEIRA LTDA, INSTITUTO EDUCACIONAL PARTHENON LTDA ME, V8 AUTOCENTER LTDA ME e

TRANSCOELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME.
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas BERNARD BONETTI, ORELIO LUIZ BEAL & CIA LTDA ME, LAS VEGAS LANCHES LTDA ME, TONICLEI DE SOUZA NEVES ME, FRANCISCO LOURENÇO DA SILVA ME, POZZER E CIA LTDA ME, M. INNOVARE AMBIENTES LTDA ME, CLÍNICA MEDICA DRA CLEIDIMAR COSTERANO BRANDES S/S ME, VALDEMAR FURTADO & CIA LTDA ME, PROJEAGREEN COMÉRCIO DE ADUBOS LTDA ME, RAQUEL PALHANO DOS SANTOS FERREIRA ESQUADRIAS ME, TRANSCASALI – CORTE DE MADEIRA LTDA, INSTITUTO EDUCACIONAL PARTHENON LTDA ME, V8 AUTOCENTER LTDA ME e TRANSCOELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME., bem como as contabilidades RAIMUNDO ANTÔNIO SAVIAN e BROLLO CONTABILIDADE de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3253/2014, 3419/2014, 3354/2014, 3347/2014, 3159/2014, 3198/2014, 3370/2014, 3115/2014, 3311/2014, 3205/2014, 3218/2014, 3246/2014, 3270/2014, 3307/2014 e 3248/2014, serão julgados no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 01

Processo Administrativo nº 2066/2015
Recorrente: VIVIANE MAXIMINIANO - ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VIVIANE MAXIMINIANO - ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 2066/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 02

Processo Administrativo nº 3288/2014
Recorrente: VB TRANSPORTES LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VB TRANSPORTES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3288/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 03

Processo Administrativo nº 3387/2014
Recorrente: MARCIA APARECIDA MATHIAS ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo,

nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa MARCIA APARECIDA MATHIAS ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3387/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 04

Processo Administrativo nº 3390/2014
Recorrente: MARILENE BERNADETE CORDEIRO DANA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa MARILENE BERNADETE CORDEIRO DANA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3390/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 05

Processo Administrativo nº 3417/2014
Recorrente: NATALIA RIBEIRO FIGUEIREDO & CIA LTDA
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa NATALIA RIBEIRO FIGUEIREDO & CIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3417/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 06

Processo Administrativo nº 3219/2014
Recorrente: EDEZIO MOREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa EDEZIO MOREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3219/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 07

Processo Administrativo nº 3249/2014
Recorrente: TIAGO RODRIGUES DE MORAES ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno

do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TIAGO RODRIGUES DE MORAES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3249/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 08

Processo Administrativo nº 3254/2014

Recorrente: GIVANILDO DOS SANTOS & CIA LTDA

Relatora: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa GIVANILDO DOS SANTOS & CIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3254/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 09

Processo Administrativo nº 3280/2014

Recorrente: J.E.J. TRANSPORTES LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa J.E.J. TRANSPORTES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3280/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 10

Processo Administrativo nº 3282/2014

Recorrente: TRANSGIVAN TRANSPORTES LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TRANSGIVAN TRANSPORTES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3282/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 11

Processo Administrativo Nº 3309/2014

Recorrente: JOÃO ANTONIO PIROLA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa

JOÃO ANTONIO PIROLA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3309/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 12

Processo Administrativo nº 3312/2014

Recorrente: JOAO GULHERME MATHIAS ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JOAO GULHERME MATHIAS ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3312/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 13

Processo Administrativo nº 2987/2014

Recorrente: AGA-TE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AGA-TE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2987/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 14

Processo Administrativo nº 2988/2014

Recorrente: AGRO MATHIAS LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AGRO MATHIAS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2988/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 15

Processo Administrativo nº 3002/2014

Recorrente: AMBIENTAL CASA VERDE LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do

Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AMBIENTAL CASA VERDE LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3002/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 16

Processo Administrativo nº 3011/2014

Recorrente: ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3011/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 17

Processo Administrativo nº 3055/2014

Recorrente: CENTRO DE TREINAMENTO FUTSAL FRAIBURGO - CETREFF

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CENTRO DE TREINAMENTO FUTSAL FRAIBURGO - CETREFF de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3055/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 18

Processo Administrativo nº 3059/2014

Recorrente: CLAVE DE SOL ARTE E MUSICA LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLAVE DE SOL ARTE E MUSICA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3059/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 19

Processo Administrativo nº 3068/2014

Recorrente: CLINIDENT SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS S/S

Relatora: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo,

nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLINIDENT SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS S/S de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3068/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 20

Processo Administrativo nº 3076/2014

Recorrente: COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA ME

Relatora: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3076/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 21

Processo Administrativo nº 2994/2014

Recorrente: ALAERCIO TRANSPORTES EIRELI ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ALAERCIO TRANSPORTES EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2994/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 22

Processo Administrativo nº 2976/2014

Recorrente: ADEGA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADEGA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2976/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 23

Processo Administrativo nº 3157/2014

Recorrente: FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3157/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 24

Processo Administrativo nº 3163/2014

Recorrente: SG COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SG COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3163/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 25

Processo Administrativo nº 3171/2014

Recorrente: FUNILARIA AVENIDA LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FUNILARIA AVENIDA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3171/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 26

Processo Administrativo nº 3210/2014

Recorrente: ECOVERDE AMBIENTAL LTDA

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ECOVERDE AMBIENTAL LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3210/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 27

Processo Administrativo nº 3208/2014

Recorrente: ARTE LETRAS PAPELARIA E PRESENTES EIRELI ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ARTE LETRAS PAPELARIA E PRESENTES EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3208/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 28

Processo Administrativo nº 3223/2014

Recorrente: G.A.J. TOP – SERVIÇOS TOPOGRAFIOCS LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa G.A.J. TOP – SERVIÇOS TOPOGRAFIOCS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3223/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 29

Processo Administrativo nº 3225/2014

Recorrente: SÓ DA TERRA CEREAIS LTDA

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SÓ DA TERRA CEREAIS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3225/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 30

Processo Administrativo nº 3234/2014

Recorrente: STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3234/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 31

Processo Administrativo nº 3239/2014

Recorrente: TARCISIO ANTONIO ETGES ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TARCISIO ANTONIO ETGES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3239/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 32

Processo Administrativo nº 3252/2014

Recorrente: GILBERTO BECKER E CIA LTDA

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa GILBERTO BECKER E CIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3252/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 33

Processo Administrativo nº 3258/2014

Recorrente: GUILHERME CELLARIUS EIRELI ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa GUILHERME CELLARIUS EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3258/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 34

Processo Administrativo nº 3273/2014

Recorrente: IRMÃOS PRIGULLI LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa IRMÃOS PRIGULLI LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3273/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 35

Processo Administrativo nº 3291/2014

Recorrente: JBRE TRANSPORTES LTDA

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JBRE TRANSPORTES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3291/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 36

Processo Administrativo nº 3298/2014

Recorrente: JM ESTOFARIA LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JM ESTOFARIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3298/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 37

Processo Administrativo nº 3428/2014

Recorrente: ODONTOFRAI SERVIÇOS LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ODONTOFRAI SERVIÇOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3428/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 38

Processo Administrativo nº 3415/2014

Recorrente: N.B.M FABRICAÇÃO DE MOVEIS EIRELI ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa N.B.M FABRICAÇÃO DE MOVEIS EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3415/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 39

Processo Administrativo nº 3413/2014

Recorrente: MYCONST ESQUADRIAS LTDA EPP

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa MY-CONST ESQUADRIAS LTDA EPP de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3413/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 40

Processo Administrativo nº 3412/2014

Recorrente: MOTOR 3 VEICULOS LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa MOTOR 3 VEICULOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3412/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 41

Processo Administrativo nº 3253/2014

Recorrente: BERNARD BONETTI ME

Relatora: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PBERNARD BONETTI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3253/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 42

Processo Administrativo nº 3419/2014

Recorrente: ORELIO LUIZ BEAL & CIA LTDA ME

Relatora: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ORELIO LUIZ BEAL & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3419/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 43

Processo Administrativo nº 3354/2014

Recorrente: LAS VEGAS LANCHES LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo,

nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LAS VEGAS LANCHES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3354/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 44

Processo Administrativo nº 3347/2014

Recorrente: TONICLEI DE SOUZA NEVES

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TONICLEI DE SOUZA NEVES de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3347/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 45

Processo Administrativo nº 3198/2014

Recorrente: POZZER E CIA LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa POZZER E CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3198/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 46

Processo Administrativo nº 3159/2014

Recorrente: FRANCISCO LOURENCO DA SILVA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FRANCISCO LOURENCO DA SILVA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3159/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 47

Processo Administrativo nº 3370/2014

Recorrente: M.INNOVARE AMBIENTES LTDA ME

Relatora: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do

Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa M.INNOVARE AMBIENTES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3370/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 48

Processo Administrativo nº 3115/2014

Recorrente: CLINICA MEDICA DRA. CLEIDIMAR COSTERANO BRANDES S/S ME

Relatora: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLINICA MEDICA DRA. CLEIDIMAR COSTERANO BRANDES S/S ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3115/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 49

Processo Administrativo nº 3311/2014

Recorrente: VALDEMAR FURTADO & CIA LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VALDEMAR FURTADO & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3311/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 50

Processo Administrativo nº 3205/2014

Recorrente: PROJEAGREEN COMERCIO DE ADUBOS LTDA

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PROJEAGREEN COMERCIO DE ADUBOS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3205/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 51

Processo Administrativo nº 3218/2014

Recorrente: RAQUEL PALHANO DOS SANTOS FERREIRA ESQUADRIAS ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa RAQUEL PALHANO DOS SANTOS FERREIRA ESQUADRIAS ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3218/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 52

Processo Administrativo nº 3246/2014

Recorrente: TRANSCASALI – CORTE DE MADEIRA LTDA

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TRANSCASALI – CORTE DE MADEIRA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3246/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 53

Processo Administrativo nº 3270/2014

Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL PARTHENON LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa INSTITUTO EDUCACIONAL PARTHENON LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3270/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 54

Processo Administrativo nº 3307/2014

Recorrente: V8 AUTOCENTER LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa V8 AUTOCENTER LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3307/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 55

Processo Administrativo nº 3248/2014

Recorrente: TRANSCOELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa STRANS-COELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 3248/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 56

Processo Administrativo nº 3377/2014

Recorrente: LOTERICA MEDEIROS LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LOTERICA MEDEIROS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 3377/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 57

Processo Administrativo nº 3397/2014

Recorrente: MECANICA ESJ LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa MECANICA ESJ LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 3397/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 58

Processo Administrativo nº 3114/2014

Recorrente: PAULO CAMPAGNARO ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PAULO CAMPAGNARO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 3114/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 59

Processo Administrativo nº 3345/2014

Recorrente: SERGIO LUIZ VIVENTE ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERGIO LUIZ VIVENTE ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 3345/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 60

Processo Administrativo nº 3318/2014

Recorrente: VALMIR ANTONIO ZANINI ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VALMIR ANTONIO ZANINI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 3318/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 61

Processo Administrativo nº 2985/2014

Recorrente: ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 2985/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 62

Processo Administrativo nº 2991/2014

Recorrente: AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância insere no Processo Administrativo nº 2991/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 63

Processo Administrativo nº 3004/2014

Recorrente: AMILTON PEREIRA DE MATOS

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AMILTON PEREIRA DE MATOS de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3004/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 64

Processo Administrativo nº 3151/2014

Recorrente: FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3151/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 65

Processo Administrativo nº 2992/2014

Recorrente: AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2992/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 66

Processo Administrativo nº 3008/2014

Recorrente: ANDRE FULLMANN ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANDRE FULLMANN ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3008/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 67

Processo Administrativo nº 3019/2014

Recorrente: ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3019/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 68

Processo Administrativo nº 3110/2014

Recorrente: ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3110/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 69

Processo Administrativo nº 3036/2014

Recorrente: BLV EMPREENDIMETOS LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BLV EMPREENDIMETOS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3036/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 70

Processo Administrativo nº 3113/2014

Recorrente: BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3113/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 71

Processo Administrativo nº 3044/2014

Recorrente: CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo,

nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3044/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 72

Processo Administrativo nº 3047/2014

Recorrente: CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3047/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 73

Processo Administrativo nº 3144/2014

Recorrente: FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3144/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal

de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 74

Processo Administrativo nº 3164/2014

Recorrente: FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3164/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 75

Processo Administrativo nº 3327/2014

Recorrente: JOMIN DECORAÇÕES LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JOMIN DECORAÇÕES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3327/2014, será julgado no dia 05/11/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de

Fraiburgo (SC).

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

RECURSOS FEDERAIS 16.10.15

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
15/10/2015	FNS	VIG. EPIDEMIOLÓGICA	9.082,59
15/10/2015	FNS	VIG. EPIDEMIOLÓGICA	21.798,22
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.180,00
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	3.900,00
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.180,00
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	780,00
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	18.380,00
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	26.628,00
05/10/2015	FNDE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	9.820,00
05/10/2015	FNDE	PNATE - TRANSPORTE	5.292,42
05/10/2015	FNDE	PNATE - TRANSPORTE	14.323,14
05/10/2015	FNDE	PNATE - TRANSPORTE	924,07
08/10/2015	FNDE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	183.144,84

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0018_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0018/2015 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), terraplenagem, passeios e sinalização viária nas Ruas "Afonso Ribeiro" e "Tupí", ambas situadas no bairro Liberata (São Luiz), nesta cidade de Fraiburgo, sendo a área a pavimentar das ruas de 2.211,21 m², e área a pavimentar de passeios com 1.009,31 m², totalizando uma metragem de 3.220,52 m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). houve a participação das empresas VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI enquadrada como microempresa e CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura de seus Envelopes de Habilitação. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 16 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

LEI Nº 2318/2015 - LDO**LEI Nº 2318, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.****DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre as receitas;
- III - disposições sobre as despesas;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá adaptar a programação estabelecida para atendimento das circunstâncias emergenciais.

**CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 3º. A presente Lei estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual 2014/2017.

Art. 4º. Após o encaminhamento do Projeto de Lei do orçamento ao Poder Legislativo, os valores da receita estimada e da despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

Art. 5º. A lei orçamentária destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

Art. 6º. A lei orçamentária geral englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 7º. As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além dos índices estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 8º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

§ 1º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, de que trata o artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a: Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
XII - Anexo II: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
XIII - Anexo II.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
XIV - Anexo III: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
XV - Anexo IV: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
XVI - Anexo V: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
XVII - Anexo VI: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
XVIII - Anexo VII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

§ 2º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos da Lei 4320/64:

I - Anexo 1: Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
II - Anexo 2: Receita por Categoria Econômica;
III - Anexo 2.a: Natureza da Despesa por Categoria Econômica;
IV - Anexo 5: Funções e Subfunções de Governo;
V - Anexo 6: Programa de Trabalho de Governo;
VI - Anexo 7: Programa de Trabalho de Governo;
VII - Anexo 8: Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;
VIII - Anexo 9: Demonstrativos da Despesa por Órgãos e Funções.

§ 3º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

CAPÍTULO II DA RECEITA

Art. 9º. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na Lei do Orçamento para o exercício de 2016 será de acordo com a Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos baseados nos 3 (três) últimos exercícios financeiros.

Art. 10º. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, projeto de lei dispondo sobre criação ou aumento de tributos.

Art. 11º. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

Parágrafo único. As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2016, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 12º. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita se destinará ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2016 e constará na lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

Parágrafo único. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 13º. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do Código Tributário Municipal e da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;
II - aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;
III - ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 14º. A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá ser concedido de conformidade com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15º. As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de Previdência Social.

CAPÍTULO III DAS DESPESAS

Art. 16º. As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial em vigor.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º. As despesas com recursos de Convênios serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente Lei.

Art. 17º. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

Art. 18º. Na execução orçamentária do exercício de 2016, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão adotar o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o artigo 9º e inciso II, do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19º. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 20º. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

§ 1º. As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º. Na repartição dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, aplicar-se-á o disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º. As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores e/ou empregados públicos serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 21º. Para o cumprimento do que determina o artigo 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2016, os Poderes Executivo e Legislativo poderão proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da Administração Municipal, através de lei específica.

Art. 22º. A Secretaria Municipal de Finanças, através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 23º. A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

I - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2016, como reserva de contingência, o percentual de até 2% (dois por cento) do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para os órgãos da Administração Direta ou Indireta, de conformidade com o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

II - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2016, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Decreto, cujos excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

III - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

IV - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2016, autorização para utilização do superavit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto.

V - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio.

VI - Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 24º. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei 11.494 de 20 de junho de 2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Art. 25º. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2016, dotações orçamentárias próprias para a contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e do Salário Educação.

Art. 26º. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar federal nº 141/2011.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27º. O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária do Município.

I – ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

- 01-00 – Câmara Municipal de Vereadores
- 02-00 – Gabinete do Prefeito
- 03-00 – Procuradoria Geral do Município
- 04-00 – Controladoria Interna
- 05-00 – Secretaria de Administração e Planejamento
- 06-00 – Secretaria Municipal de Finanças
- 07-00 – Secretaria Municipal de Educação
- 08-00 – Secretaria Municipal de Saúde
- 09-00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- 10-00 – Secretaria de Infraestrutura
- 11-00 – Secretaria Municipal de Ação Social
- 12-00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

13-00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
14-00 – Autarquia Municipal
99-00 – Reserva de Contingência

II – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

01-01 – Câmara Municipal de Vereadores
02-01 – Gabinete do Prefeito
02-02 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD
02-03 – Cultura
03-01 – Procuradoria Geral do Município
04-01 – Controladoria Interna
05-01 – Secretaria de Administração e Planejamento
05-02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS
06-01 – Secretaria Municipal de Finanças
06-02 – Encargos Gerais do Município
07-01 – Educação Geral
08-01 – Fundo Municipal de Saúde
09-01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
10-01 – Secretaria de Infraestrutura
10-02 – Segurança Pública
11-01 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
11-02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA
12-01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
13-01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
14-01 – Autarquia Municipal de Água e Saneamento de Fraiburgo
99-99 – Reserva de Contingência

III – FUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

IV – SUBFUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as Subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

V – PROGRAMA - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

VI – PROJETO - Os projetos que fazem parte da proposta orçamentária para o exercício 2016 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

VII – ATIVIDADE - As atividades que fazem parte da proposta orçamentária para o exercício 2016, serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

Art. 28º. O Poder Executivo poderá conceder subvenções e contribuições sociais para execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades, com transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, objetivando a execução de programas de trabalho, projetos, atividades e/ou eventos para Universidades, Fundações Educacionais ou Filantrópicas, Institutos Técnicos ou Científicos, Faculdades, Centros de formação, Escolas, ou qualquer outro ente da Administração Direta, Indireta ou fundacional, dos Governos do Estado e Federal, ou de iniciativa ou domínio privado, com objetivo de desenvolver atividades de aperfeiçoamento técnico-científico, social, cultural, beneficente, e outras que visem ou impliquem em benefício direto ou indireto da população, com a qual a Administração Pública Municipal pactuar mediante a celebração de convênios homologados pelo Poder Legislativo.

Art. 29º. As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 30º. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 31º. Para atendimento do § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 32º. Para atendimento do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ao final de cada semestre, ser emitido e publicado o relatório de gestão fiscal.

Art. 33º. Fica autorizada a baixa no setor tributário e cancelamento contábil, mediante processo administrativo fundamentado, a cobrança de dívida ativa lançada indevidamente.

Art. 34º. Fica autorizada a destinação dos recursos provenientes da alienação de bens e direitos para pagamento de despesas com o regime de previdência social geral, incluindo o pagamento de dívidas, em conformidade com o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Prejulgado 1473 do TCE/SC.

Art. 35º. O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 36º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá estabelecer o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 37º. Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de 2/12 (dois doze avos) do total de cada dotação.

Art. 38º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 16 DE OUTUBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	83.806.900,00	DESPESAS CORRENTES	73.129.700,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.706.300,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.790.640,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	672.100,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.739.060,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.675.700,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.628.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.224.800,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.872.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.872.000,00		
		Superavit	3.805.200,00
Total	76.934.900,00	Total	76.934.900,00
Superavit do orçamento corrente	3.805.200,00		
RECEITAS DE CAPITAL	3.065.100,00	DESPESAS DE CAPITAL	6.670.300,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.940.100,00	INVESTIMENTOS	6.070.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00		
Deficit	3.605.200,00		
Total	6.670.300,00	Total	6.670.300,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	83.806.900,00	104,76 %	DESPESAS CORRENTES 73.129.700,00 91,41 %
RECEITAS DE CAPITAL	3.065.100,00	3,83 %	DESPESAS DE CAPITAL 6.670.300,00 8,34 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.872.000,00	-8,59 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 200.000,00 0,25 %
Total	80.000.000,00	100,00 %	Total 80.000.000,00 100,00 %

Fraiburgo, 16 de outubro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Página: 1/7
Data: 26/08/2015

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/7

Data: 26/08/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS Benf. Event.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	200,00		
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.15.00.00	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - PRONATEC	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.16.00.00	Rec. Remun. Recursos FNAS - SSCFV	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	39.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - COSIP	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Civil	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Militar	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	302.700,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc.	302.700,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	300.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	500,00		
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		554.700,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	220.000,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	220.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	317.000,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	1.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	300.000,00		
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	1.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	17.700,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	1.000,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.500,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	200,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	15.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		60.115.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		59.946.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	19.765.500,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	16.540.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	16.500.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	15.500.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 2%	1.000.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	40.000,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	178.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	8.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	170.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	281.400,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	45.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	100.000,00		
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMCI	78.000,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.500,00		
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESUAS	25.000,00		
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SSCFV	4.900,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.636.100,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE	453.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	210.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	85.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	8.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	127.500,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/7

Data: 26/08/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	96.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	4.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	27.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	100.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	70.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	60.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	55.000,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	5.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	19.181.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	18.751.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	16.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.500.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	1.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	430.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	400.000,00		
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	15.000,00		
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Custeio	15.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	21.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		144.000,00	
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	1.000,00		
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	3.000,00		
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		25.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.145.300,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		628.800,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	90.000,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.000,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	30.000,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	35.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	200.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	60.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	50.000,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	70.000,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	20.000,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.200,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.200,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	2.200,00		
4.1.9.1.5.99.01.01.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.01.02.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - FUNREBOM	200,00		
4.1.9.1.5.99.01.03.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Alienação de Ber	1.000,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.600,00		
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	1.000,00		
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	1.000,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	600,00		
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - FUNREBOM	300,00		
4.1.9.1.8.99.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	300,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	335.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	305.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	300.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legis Defesa Direitos Difusos	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/7
 Data: 26/08/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		102.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	102.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	102.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF	100.000,00		
4.1.9.2.2.99.06.00.00.00	Outras Restituicoes - FUNREBOM	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.08.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF 1300	1.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		411.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	400.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	120.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	60.000,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	120.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	100.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	100.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	11.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	11.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	500,00		
4.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	10.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	500,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		3.500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.500,00		
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	500,00		
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.08.00.00.00	Outras Receitas - FMAS - FORUM	1.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			3.055.100,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.940.100,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		2.940.100,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.940.100,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.940.100,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		110.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		55.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	55.000,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00		
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	5.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		55.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	55.000,00		
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	40.000,00		
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	15.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Investimentos	5.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-6.872.000,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-6.872.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-6.872.000,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.122.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.108.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.100.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-3.100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-8.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-14.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.750.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.750.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-3.200.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-500.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 5/7
 Data: 26/08/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-50.000,00		
				Total das receitas: 68.727.600,00
				Total por entidade: 68.727.600,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.563.400,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		35.400,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		35.400,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	35.400,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	35.400,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	35.400,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	8.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	200,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	200,00		
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.41.00.00	Rec. Remun. Rec. Estado CIES	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.46.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - MAC Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.48.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIR	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.512.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.512.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.065.500,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.065.500,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	905.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	186.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PSF	796.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	725.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	56.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	80.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.220.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	263.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	421.000,00		
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	13.500,00		
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIIS	30.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	447.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	447.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	156.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	149.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	17.000,00		
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	125.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		15.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	15.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	15.000,00		
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituicoes - FMS 1400	15.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	500,00		
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FMS	500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 6/7

Data: 26/08/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	5.000,00		
			Total das receitas:	5.568.400,00
			Total por entidade:	5.568.400,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			46.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		10.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		10.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		36.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		35.000,00	
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	35.000,00		
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	35.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	500,00		
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	500,00		
			Total das receitas:	46.500,00
			Total por entidade:	46.500,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.652.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.400.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.400.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.400.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.400.000,00		
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	1.400.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		68.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		60.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	60.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		8.000,00	
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	8.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		4.121.000,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	10.000,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	4.000.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destín Final do Esgoto	40.000,00		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	1.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	10.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	60.000,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	60.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		63.500,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		60.000,00	
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	60.000,00		

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 7/7

Data: 26/08/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	60.000,00		
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF	60.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	3.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	500,00		
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00		
4.2.2.1.9.04.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis SF	5.000,00		
Total das receitas:				5.657.500,00
Total por entidade:				5.657.500,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das receitas:				80.000.000,00
Total geral:				80.000.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/2
Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			49.304.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		34.636.100,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		31.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		34.605.100,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		600.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.068.400,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		498.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		11.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		300.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		13.249.400,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		10.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.744.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.144.300,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.141.300,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		600.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			200.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
Total das despesas:				55.248.800,00
Total da entidade:				55.248.800,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			15.209.160,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.434.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		17.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.417.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.775.160,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		1.814.260,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		350.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.605.900,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			255.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		255.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		254.000,00	
Total das despesas:				15.464.160,00
Total da entidade:				15.464.160,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.029.540,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		619.540,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		619.540,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		410.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		400.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		70.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		70.000,00	
Total das despesas:				1.099.540,00
Total da entidade:				1.099.540,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/2
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.206.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.501.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		1.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.500.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.705.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		8.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.691.500,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		5.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			451.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		451.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		450.000,00	
Total das despesas:				5.657.500,00
Total da entidade:				5.657.500,00
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.380.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.600.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		780.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		780.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			150.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		150.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
Total das despesas:				2.530.000,00
Total da entidade:				2.530.000,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				80.000.000,00
Total geral:				80.000.000,00

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRICIO
 Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO
 Contador

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 26/08/2015

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno_____
MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/8
Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		4.473.200,00	48.725.600,00	1.850.000,00	55.248.800,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		0,00	3.090.000,00	0,00	3.090.000,00
Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito		0,00	2.005.000,00	0,00	2.005.000,00
04	Administração		2.005.000,00		2.005.000,00
04.122	Administração Geral		2.005.000,00		2.005.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.005.000,00		2.005.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		2.005.000,00		2.005.000,00
Unidade: 02.02 Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD		0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
04	Administração		30.000,00		30.000,00
04.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		30.000,00		30.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD		30.000,00		30.000,00
Unidade: 02.03 Cultura		0,00	1.055.000,00	0,00	1.055.000,00
13	Cultura		1.055.000,00		1.055.000,00
13.392	Difusão Cultural		1.055.000,00		1.055.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		1.055.000,00		1.055.000,00
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		805.000,00		805.000,00
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO		250.000,00		250.000,00
Órgão: 03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	895.000,00	0,00	895.000,00
Unidade: 03.01 Procuradoria Geral do Município		0,00	895.000,00	0,00	895.000,00
04	Administração		895.000,00		895.000,00
04.122	Administração Geral		895.000,00		895.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		895.000,00		895.000,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		895.000,00		895.000,00
Órgão: 04.00 CONTROLADORIA INTERNA		0,00	155.000,00	0,00	155.000,00
Unidade: 04.01 Controladoria Interna		0,00	155.000,00	0,00	155.000,00
04	Administração		155.000,00		155.000,00
04.124	Controle Interno		155.000,00		155.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		155.000,00		155.000,00
04.124.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		155.000,00		155.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		4.473.200,00	48.725.600,00	1.850.000,00	55.248.800,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		17.000,00	3.393.000,00	0,00	3.410.000,00
Unidade: 05.01 Secretaria de Administração e Planejamento		0,00	3.367.000,00	0,00	3.367.000,00
04	Administração		3.367.000,00		3.367.000,00
04.122	Administração Geral		3.367.000,00		3.367.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.367.000,00		3.367.000,00
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.367.000,00		3.367.000,00
Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		17.000,00	26.000,00	0,00	43.000,00
16	Habitação	17.000,00	26.000,00		43.000,00
16.481	Habitação Rural	1.000,00			1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00			1.000,00
16.481.0003.1.006	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	1.000,00			1.000,00
16.482	Habitação Urbana	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	16.000,00			16.000,00
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO		6.000,00		6.000,00
16.482.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS		20.000,00		20.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	2.510.000,00	1.850.000,00	4.360.000,00
Unidade: 06.01 Secretaria de Finanças		0,00	2.510.000,00	0,00	2.510.000,00
04	Administração		2.510.000,00		2.510.000,00
04.123	Administração Financeira		2.510.000,00		2.510.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA		2.510.000,00		2.510.000,00
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		2.510.000,00		2.510.000,00
Unidade: 06.02 Encargos Gerais		0,00	0,00	1.850.000,00	1.850.000,00
28	Encargos Especiais			1.850.000,00	1.850.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			1.200.000,00	1.200.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.200.000,00	1.200.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA			1.200.000,00	1.200.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			650.000,00	650.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			650.000,00	650.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			650.000,00	650.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		4.473.200,00	48.725.600,00	1.850.000,00	55.248.800,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		1.290.600,00	30.292.000,00	0,00	31.582.600,00
Unidade: 07.01 Educação Geral		1.290.600,00	30.292.000,00	0,00	31.582.600,00
12	Educação	1.290.600,00	30.292.000,00		31.582.600,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.454.800,00		1.454.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.454.800,00		1.454.800,00
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		716.400,00		716.400,00
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		723.200,00		723.200,00
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS		15.200,00		15.200,00
12.361	Ensino Fundamental	705.600,00	16.742.700,00		17.448.300,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	705.600,00	16.742.700,00		17.448.300,00
12.361.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	30.000,00			30.000,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIC	550.000,00			550.000,00
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPOR	125.600,00			125.600,00
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		14.590.000,00		14.590.000,00
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		2.152.700,00		2.152.700,00
12.362	Ensino Médio		427.200,00		427.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		427.200,00		427.200,00
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO		427.200,00		427.200,00
12.364	Ensino Superior		550.000,00		550.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		550.000,00		550.000,00
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR		550.000,00		550.000,00
12.365	Educação Infantil	585.000,00	11.111.100,00		11.696.100,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	585.000,00	11.111.100,00		11.696.100,00
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	585.000,00			585.000,00
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		11.111.100,00		11.111.100,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		6.200,00		6.200,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		6.200,00		6.200,00
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		6.200,00		6.200,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		10.000,00	1.363.000,00	0,00	1.373.000,00
Unidade: 09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		10.000,00	1.363.000,00	0,00	1.373.000,00
18	Gestão Ambiental		13.000,00		13.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		13.000,00		13.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		13.000,00		13.000,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS		13.000,00		13.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		4.473.200,00	48.725.600,00	1.850.000,00	55.248.800,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		10.000,00	1.363.000,00	0,00	1.373.000,00
Unidade: 09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		10.000,00	1.363.000,00	0,00	1.373.000,00
20	Agricultura	10.000,00	1.350.000,00		1.360.000,00
20.606	Extensão Rural	10.000,00	1.350.000,00		1.360.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	10.000,00	1.350.000,00		1.360.000,00
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	10.000,00			10.000,00
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		835.000,00		835.000,00
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROG		405.000,00		405.000,00
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA		100.000,00		100.000,00
20.606.0015.2.038	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS		10.000,00		10.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		3.145.600,00	4.344.100,00	0,00	7.489.700,00
Unidade: 10.01 Secretaria de Infraestrutura		3.145.600,00	3.591.100,00	0,00	6.736.700,00
15	Urbanismo	3.145.600,00	3.485.000,00		6.630.600,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.140.100,00	2.505.000,00		5.645.100,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	3.140.100,00	2.505.000,00		5.645.100,00
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	3.140.100,00			3.140.100,00
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		2.505.000,00		2.505.000,00
15.452	Serviços Urbanos	5.000,00	980.000,00		985.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	5.000,00	980.000,00		985.000,00
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	5.000,00			5.000,00
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		980.000,00		980.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	500,00			500,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	500,00			500,00
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	500,00			500,00
26	Transporte		106.100,00		106.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		106.100,00		106.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		106.100,00		106.100,00
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL		106.100,00		106.100,00
Unidade: 10.02 Segurança Pública		0,00	753.000,00	0,00	753.000,00
06	Segurança Pública		753.000,00		753.000,00
06.181	Policimento		428.000,00		428.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		428.000,00		428.000,00
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		421.000,00		421.000,00
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA		7.000,00		7.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 5/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		4.473.200,00	48.725.600,00	1.850.000,00	55.248.800,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		3.145.600,00	4.344.100,00	0,00	7.489.700,00
Unidade: 10.02 Segurança Pública		0,00	753.000,00	0,00	753.000,00
06	Segurança Pública		753.000,00		753.000,00
06.182	Defesa Civil		325.000,00		325.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		325.000,00		325.000,00
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		322.000,00		322.000,00
06.182.0019.2.057	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC		3.000,00		3.000,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	2.333.500,00	0,00	2.333.500,00
Unidade: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	2.286.500,00	0,00	2.286.500,00
08	Assistência Social		2.286.500,00		2.286.500,00
08.244	Assistência Comunitária		2.286.500,00		2.286.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.719.500,00		1.719.500,00
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.719.500,00		1.719.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		286.000,00		286.000,00
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS		286.000,00		286.000,00
Unidade: 11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente		0,00	47.000,00	0,00	47.000,00
08	Assistência Social		47.000,00		47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		10.000,00	350.000,00	0,00	360.000,00
Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico		10.000,00	350.000,00	0,00	360.000,00
04	Administração		265.000,00		265.000,00
04.122	Administração Geral		265.000,00		265.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		265.000,00		265.000,00
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		265.000,00		265.000,00
22	Indústria		45.000,00		45.000,00
22.661	Promoção Industrial		45.000,00		45.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		45.000,00		45.000,00
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		40.000,00		40.000,00
22.661.0024.2.058	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI		5.000,00		5.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 6/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		4.473.200,00	48.725.600,00	1.850.000,00	55.248.800,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		10.000,00	350.000,00	0,00	360.000,00
Unidade: 12.01 Secretária de Desenvolvimento Econômico		10.000,00	350.000,00	0,00	360.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00	40.000,00		50.000,00
23.695	Turismo	10.000,00	40.000,00		50.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00			10.000,00
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	10.000,00			10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		40.000,00		40.000,00
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO		30.000,00		30.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS		10.000,00		10.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	200.000,00
Unidade: 99.99 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	200.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO		95.000,00	15.369.160,00	0,00	15.464.160,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE		95.000,00	15.369.160,00	0,00	15.464.160,00
Unidade: 08.01 Fundo Municipal de Saúde		95.000,00	15.369.160,00	0,00	15.464.160,00
10	Saúde	95.000,00	15.369.160,00		15.464.160,00
10.301	Atenção Básica	95.000,00	11.191.460,00		11.286.460,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		11.188.460,00		11.188.460,00
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		5.647.260,00		5.647.260,00
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		3.745.000,00		3.745.000,00
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		898.000,00		898.000,00
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS		797.000,00		797.000,00
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB		101.200,00		101.200,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	95.000,00			95.000,00
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	45.000,00			45.000,00
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	50.000,00			50.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.199.500,00		3.199.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.199.500,00		3.199.500,00
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL		2.432.500,00		2.432.500,00
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU		370.000,00		370.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 7/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO		95.000,00	15.369.160,00	0,00	15.464.160,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE		95.000,00	15.369.160,00	0,00	15.464.160,00
Unidade: 08.01 Fundo Municipal de Saúde		95.000,00	15.369.160,00	0,00	15.464.160,00
10	Saúde	95.000,00	15.369.160,00		15.464.160,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.199.500,00		3.199.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.199.500,00		3.199.500,00
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS		397.000,00		397.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		641.000,00		641.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		641.000,00		641.000,00
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		641.000,00		641.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		201.000,00		201.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		201.000,00		201.000,00
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		201.000,00		201.000,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME		40.000,00	1.059.540,00	0,00	1.099.540,00
Órgão: 13.00 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		40.000,00	1.059.540,00	0,00	1.099.540,00
Unidade: 13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		40.000,00	1.059.540,00	0,00	1.099.540,00
27	Desporto e Lazer	40.000,00	1.059.540,00		1.099.540,00
27.812	Desporto Comunitário	40.000,00	1.059.540,00		1.099.540,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	40.000,00	1.059.540,00		1.099.540,00
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS I	20.000,00			20.000,00
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FM	20.000,00			20.000,00
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		1.059.540,00		1.059.540,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI		400.000,00	5.257.500,00	0,00	5.657.500,00
Órgão: 14.00 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		400.000,00	5.257.500,00	0,00	5.657.500,00
Unidade: 14.01 SANEFRAI		400.000,00	5.257.500,00	0,00	5.657.500,00
17	Saneamento	400.000,00	5.257.500,00		5.657.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	5.257.500,00		5.657.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	5.257.500,00		5.657.500,00
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00			200.000,00
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	200.000,00			200.000,00
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO		3.157.500,00		3.157.500,00
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		2.100.000,00		2.100.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 8/8

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		120.000,00	2.410.000,00	0,00	2.530.000,00
Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		120.000,00	2.410.000,00	0,00	2.530.000,00
Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Vereadores		120.000,00	2.410.000,00	0,00	2.530.000,00
01	Legislativa	120.000,00	2.410.000,00		2.530.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.410.000,00		2.530.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.410.000,00		2.530.000,00
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00			80.000,00
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIV	40.000,00			40.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.410.000,00		2.410.000,00
Total geral:					80.000.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3

Data: 16/10/2015

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	120.000,00	2.410.000,00		2.530.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.410.000,00		2.530.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.410.000,00		2.530.000,00
04	Administração		9.227.000,00		9.227.000,00
04.122	Administração Geral		6.562.000,00		6.562.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		6.297.000,00		6.297.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		265.000,00		265.000,00
04.123	Administração Financeira		2.510.000,00		2.510.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA		2.510.000,00		2.510.000,00
04.124	Controle Interno		155.000,00		155.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		155.000,00		155.000,00
06	Segurança Pública		753.000,00		753.000,00
06.181	Policimento		428.000,00		428.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		428.000,00		428.000,00
06.182	Defesa Civil		325.000,00		325.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		325.000,00		325.000,00
08	Assistência Social		2.333.500,00		2.333.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.244	Assistência Comunitária		2.286.500,00		2.286.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.719.500,00		1.719.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRE		286.000,00		286.000,00
10	Saúde	95.000,00	15.369.160,00		15.464.160,00
10.301	Atenção Básica	95.000,00	11.191.460,00		11.286.460,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE				95.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA	95.000,00	11.188.460,00		11.188.460,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.199.500,00		3.199.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.199.500,00		3.199.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		641.000,00		641.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		641.000,00		641.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		201.000,00		201.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		201.000,00		201.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 16/10/2015

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	1.290.600,00	30.292.000,00		31.582.600,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.454.800,00		1.454.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.454.800,00		1.454.800,00
12.361	Ensino Fundamental	705.600,00	16.742.700,00		17.448.300,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	705.600,00	16.742.700,00		17.448.300,00
12.362	Ensino Médio		427.200,00		427.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		427.200,00		427.200,00
12.364	Ensino Superior		550.000,00		550.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		550.000,00		550.000,00
12.365	Educação Infantil	585.000,00	11.111.100,00		11.696.100,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	585.000,00	11.111.100,00		11.696.100,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		6.200,00		6.200,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		6.200,00		6.200,00
13	Cultura		1.055.000,00		1.055.000,00
13.392	Difusão Cultural		1.055.000,00		1.055.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		1.055.000,00		1.055.000,00
15	Urbanismo	3.145.600,00	3.485.000,00		6.630.600,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.140.100,00	2.505.000,00		5.645.100,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	3.140.100,00	2.505.000,00		5.645.100,00
15.452	Serviços Urbanos	5.000,00	980.000,00		985.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	5.000,00	980.000,00		985.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	500,00			500,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	500,00			500,00
16	Habitação	17.000,00	26.000,00		43.000,00
16.481	Habitação Rural	1.000,00			1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00			1.000,00
16.482	Habitação Urbana	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	26.000,00		42.000,00
17	Saneamento	400.000,00	5.257.500,00		5.657.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	5.257.500,00		5.657.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	5.257.500,00		5.657.500,00
18	Gestão Ambiental		13.000,00		13.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		13.000,00		13.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		13.000,00		13.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/3
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20	Agricultura	10.000,00	1.350.000,00		1.360.000,00
20.606	Extensão Rural	10.000,00	1.350.000,00		1.360.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	10.000,00	1.350.000,00		1.360.000,00
22	Indústria		45.000,00		45.000,00
22.661	Promoção Industrial		45.000,00		45.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		45.000,00		45.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00	40.000,00		50.000,00
23.695	Turismo	10.000,00	40.000,00		50.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00			10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		40.000,00		40.000,00
26	Transporte		106.100,00		106.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		106.100,00		106.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		106.100,00		106.100,00
27	Desporto e Lazer	40.000,00	1.059.540,00		1.099.540,00
27.812	Desporto Comunitário	40.000,00	1.059.540,00		1.099.540,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	40.000,00	1.059.540,00		1.099.540,00
28	Encargos Especiais			1.850.000,00	1.850.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			1.200.000,00	1.200.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.200.000,00	1.200.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			650.000,00	650.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			650.000,00	650.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		5.128.200,00	72.821.800,00	1.850.000,00	80.000.000,00
Total geral:		5.128.200,00	72.821.800,00	1.850.000,00	80.000.000,00

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
 Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO
 Contador

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/3

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.530.000,00		2.530.000,00
01.031	Ação Legislativa	2.530.000,00		2.530.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.530.000,00		2.530.000,00
04	Administração	9.107.000,00	120.000,00	9.227.000,00
04.122	Administração Geral	6.442.000,00	120.000,00	6.562.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.177.000,00	120.000,00	6.297.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	265.000,00		265.000,00
04.123	Administração Financeira	2.510.000,00		2.510.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	2.510.000,00		2.510.000,00
04.124	Controle Interno	155.000,00		155.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	155.000,00		155.000,00
06	Segurança Pública	117.000,00	636.000,00	753.000,00
06.181	Policimento	114.000,00	314.000,00	428.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	114.000,00	314.000,00	428.000,00
06.182	Defesa Civil	3.000,00	322.000,00	325.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	3.000,00	322.000,00	325.000,00
08	Assistência Social	1.985.000,00	348.500,00	2.333.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	27.000,00	47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	20.000,00	27.000,00	47.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.965.000,00	321.500,00	2.286.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.605.000,00	114.500,00	1.719.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	175.000,00	106.000,00	281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	185.000,00	101.000,00	286.000,00
10	Saúde		15.464.160,00	15.464.160,00
10.301	Atenção Básica		11.286.460,00	11.286.460,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00	3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		95.000,00	95.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		11.188.460,00	11.188.460,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.199.500,00	3.199.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.199.500,00	3.199.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		641.000,00	641.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		641.000,00	641.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00	136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00	136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		201.000,00	201.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		201.000,00	201.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/3

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.949.200,00	29.633.400,00	31.582.600,00
12.306	Alimentação e Nutrição	998.000,00	456.800,00	1.454.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	998.000,00	456.800,00	1.454.800,00
12.361	Ensino Fundamental		17.448.300,00	17.448.300,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		17.448.300,00	17.448.300,00
12.362	Ensino Médio	400.000,00	27.200,00	427.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	400.000,00	27.200,00	427.200,00
12.364	Ensino Superior	550.000,00		550.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	550.000,00		550.000,00
12.365	Educação Infantil		11.696.100,00	11.696.100,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		11.696.100,00	11.696.100,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	1.200,00	5.000,00	6.200,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.200,00	5.000,00	6.200,00
13	Cultura	1.055.000,00		1.055.000,00
13.392	Difusão Cultural	1.055.000,00		1.055.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	1.055.000,00		1.055.000,00
15	Urbanismo	2.780.500,00	3.850.100,00	6.630.600,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.705.000,00	2.940.100,00	5.645.100,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	2.705.000,00	2.940.100,00	5.645.100,00
15.452	Serviços Urbanos	75.000,00	910.000,00	985.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	75.000,00	910.000,00	985.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	500,00		500,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	500,00		500,00
16	Habitação	28.000,00	15.000,00	43.000,00
16.481	Habitação Rural	1.000,00		1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00		1.000,00
16.482	Habitação Urbana	27.000,00	15.000,00	42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	27.000,00	15.000,00	42.000,00
17	Saneamento	5.652.500,00	5.000,00	5.657.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	5.652.500,00	5.000,00	5.657.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	5.652.500,00	5.000,00	5.657.500,00
18	Gestão Ambiental	13.000,00		13.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	13.000,00		13.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL	13.000,00		13.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/3

Data: 16/10/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	1.360.000,00		1.360.000,00
20.606	Extensão Rural	1.360.000,00		1.360.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	1.360.000,00		1.360.000,00
22	Indústria	45.000,00		45.000,00
22.661	Promoção Industrial	45.000,00		45.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	45.000,00		45.000,00
23	Comércio e Serviços	50.000,00		50.000,00
23.695	Turismo	50.000,00		50.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00		10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO	40.000,00		40.000,00
26	Transporte	105.000,00	1.100,00	106.100,00
26.782	Transporte Rodoviário	105.000,00	1.100,00	106.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS	105.000,00	1.100,00	106.100,00
27	Desporto e Lazer	1.099.540,00		1.099.540,00
27.812	Desporto Comunitário	1.099.540,00		1.099.540,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.099.540,00		1.099.540,00
28	Encargos Especiais	1.850.000,00		1.850.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	1.200.000,00		1.200.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.200.000,00		1.200.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	650.000,00		650.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	650.000,00		650.000,00
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		29.926.740,00	50.073.260,00	80.000.000,00
Total geral:		29.926.740,00	50.073.260,00	80.000.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRICIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 1/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	2.035.000,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	895.000,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	3.367.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	2.510.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	753.000,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	265.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	9.227.000,00	0,00	753.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 2/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.582.600,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	2.333.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.333.500,00	0,00	0,00	0,00	31.582.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 3/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		1.055.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	6.630.600,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1.055.000,00	0,00	6.630.600,00	43.000,00	0,00	13.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 4/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	45.000,00	50.000,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.360.000,00	0,00	45.000,00	50.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 5/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	106.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	106.100,00	0,00	1.850.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 6/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		3.090.000,00					
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		895.000,00					
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		155.000,00					
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.410.000,00					
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		4.360.000,00					
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		31.582.600,00					
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		1.373.000,00					
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		7.489.700,00					
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		2.333.500,00					
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		360.000,00					
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		200.000,00					
Total:		55.248.800,00					

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 7/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 8/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	15.464.160,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	15.464.160,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 9/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 10/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 11/30
Data: 16/10/2015

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 12/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		15.464.160,00					
	Total:	15.464.160,00					

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 13/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 14/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 15/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 16/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 17/30
Data: 16/10/2015

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	1.099.540,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	1.099.540,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 18/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	TOTAL					
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		1.099.540,00					
	Total:	1.099.540,00					

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 19/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 20/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 21/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	5.657.500,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	5.657.500,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 22/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 23/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 24/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	TOTAL					
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		5.657.500,00					
Total:		5.657.500,00					

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 25/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	2.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 26/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 27/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 28/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 29/30
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 30/30

Data: 16/10/2015

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.530.000,00					
	Total:	2.530.000,00					
	Total geral:	80.000.000,00					

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/8
 Data: 26/08/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	75.599.600,00	79.379.580,00	83.348.559,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	72.544.500,00	76.171.725,00	79.980.311,25
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	9.296.300,00	9.761.115,00	10.249.170,75
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	7.530.000,00	7.906.500,00	8.301.825,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.030.000,00	4.231.500,00	4.443.075,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.230.000,00	1.291.500,00	1.356.075,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.200.000,00	1.260.000,00	1.323.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.500.000,00	3.675.000,00	3.858.750,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.500.000,00	3.675.000,00	3.858.750,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.500.000,00	3.675.000,00	3.858.750,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.366.300,00	1.434.615,00	1.506.345,75
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.151.300,00	1.208.865,00	1.269.308,25
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	160.000,00	168.000,00	176.400,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00 Taxa de Publicidade Comercial	100,00	105,00	110,25
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00 Taxa de Apreensão e Depósito	200,00	210,00	220,50
4.1.1.2.1.28.00.00.00.00 Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	85.000,00	89.250,00	93.712,50
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	215.000,00	225.750,00	237.037,50
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00 Taxa de Coleta de Lixo	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	125.000,00	131.250,00	137.812,50
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00 Taxa de Expediente	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00 Taxa de Embarque	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	420.000,00	441.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	400.000,00	420.000,00	441.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	945.000,00	992.250,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PL	900.000,00	945.000,00	992.250,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	532.700,00	559.335,00	587.301,75
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	532.700,00	559.335,00	587.301,75
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	532.700,00	559.335,00	587.301,75
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinculado	230.000,00	241.500,00	253.575,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinculado	150.000,00	157.500,00	165.375,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE	36.300,00	38.115,00	40.020,75
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundament	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamer	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.08.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.09.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Médio	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.10.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fu	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.05.20.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00	105,00	110,25

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/8
 Data: 26/08/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS	4.100,00	4.305,00	4.520,25
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBT	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD-PBF	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS Benf. Event.	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.15.00.00	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - PRONATEC	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.10.16.00.00	Rec. Remun. Recursos FNAS - SSCFV	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	39.500,00	41.475,00	43.548,75
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CC	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Civil	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Militar	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	302.700,00	317.835,00	333.726,75
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc.	302.700,00	317.835,00	333.726,75
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empre:	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	554.700,00	582.435,00	611.556,75
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	220.000,00	231.000,00	242.550,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	220.000,00	231.000,00	242.550,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	317.000,00	332.850,00	349.492,50
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	17.700,00	18.585,00	19.514,25
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.500,00	1.575,00	1.653,75
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	200,00	210,00	220,50
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.115.500,00	63.121.275,00	66.277.338,75
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	59.946.500,00	62.943.825,00	66.091.016,25
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	19.765.500,00	20.753.775,00	21.791.463,75
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	16.540.000,00	17.367.000,00	18.235.350,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	16.500.000,00	17.325.000,00	18.191.250,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	15.500.000,00	16.275.000,00	17.088.750,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 2%	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	178.000,00	186.900,00	196.245,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	170.000,00	178.500,00	187.425,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	281.400,00	295.470,00	310.243,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transnf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	45.000,00	47.250,00	49.612,50
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PPMC-II	78.000,00	81.900,00	85.995,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/8
Data: 26/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.500,00	7.875,00	8.268,75
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SSCFV	4.900,00	5.145,00	5.402,25
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.636.100,00	2.767.905,00	2.906.300,25
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00	2.053.380,00	2.156.049,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE	453.000,00	475.650,00	499.432,50
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	210.000,00	220.500,00	231.525,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	85.000,00	89.250,00	93.712,50
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	127.500,00	133.875,00	140.568,75
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	96.000,00	100.800,00	105.840,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	4.500,00	4.725,00	4.961,25
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	27.000,00	28.350,00	29.767,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	19.181.000,00	20.140.050,00	21.147.052,50
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	18.751.000,00	19.688.550,00	20.672.977,50
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	16.000.000,00	16.800.000,00	17.640.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.500.000,00	2.625.000,00	2.756.250,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	262.500,00	275.625,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	430.000,00	451.500,00	474.075,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	400.000,00	420.000,00	441.000,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Custeio	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	21.000.000,00	22.050.000,00	23.152.500,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00	22.050.000,00	23.152.500,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	144.000,00	151.200,00	158.760,00
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.145.300,00	1.202.565,00	1.262.693,25
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	628.800,00	660.240,00	693.252,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.000,00	4.200,00	4.410,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.200,00	2.310,00	2.425,50
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.200,00	2.310,00	2.425,50
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	2.200,00	2.310,00	2.425,50

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 4/8
 Data: 26/08/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.9.1.5.99.01.01.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.1.5.99.01.02.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - FUNREBOM	200,00	210,00	220,50
4.1.9.1.5.99.01.03.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Alienação d	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.600,00	1.680,00	1.764,00
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	600,00	630,00	661,50
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - FUNREBOM	300,00	315,00	330,75
4.1.9.1.8.99.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	300,00	315,00	330,75
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	335.000,00	351.750,00	369.337,50
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	305.000,00	320.250,00	336.262,50
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.9.1.9.15.00.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legis Defesa Direitos Difusos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Históric	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	102.000,00	107.100,00	112.455,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	102.000,00	107.100,00	112.455,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	102.000,00	107.100,00	112.455,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.2.2.99.06.00.00.00	Outras Restituicoes - FUNREBOM	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.08.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF 1300	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	411.000,00	431.550,00	453.127,50
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	400.000,00	420.000,00	441.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	11.000,00	11.550,00	12.127,50
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.000,00	11.550,00	12.127,50
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	11.000,00	11.550,00	12.127,50
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	500,00	525,00	551,25
4.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3.500,00	3.675,00	3.858,75
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.500,00	3.675,00	3.858,75
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.08.00.00.00	Outras Receitas - FMAS - FORUM	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.055.100,00	3.207.855,00	3.368.247,75
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.940.100,00	3.087.105,00	3.241.460,25
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.940.100,00	3.087.105,00	3.241.460,25
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.940.100,00	3.087.105,00	3.241.460,25
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.940.100,00	3.087.105,00	3.241.460,25
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	115.500,00	121.275,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00	52.500,00	55.125,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 5/8
 Data: 26/08/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00 Alién. de Outros Bens Móveis - Educação	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00 Alienação de Imóveis Urbanos	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00 Alién. de Imóveis Urbanos	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00 Alién. de Imóveis Urbanos - FMHIS	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FEAS - Investimentos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.872.000,00)	(7.215.600,00)	(7.576.380,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.872.000,00)	(7.215.600,00)	(7.576.380,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(6.872.000,00)	(7.215.600,00)	(7.576.380,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(6.872.000,00)	(7.215.600,00)	(7.576.380,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.122.000,00)	(3.278.100,00)	(3.442.005,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.108.000,00)	(3.263.400,00)	(3.426.570,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(3.100.000,00)	(3.255.000,00)	(3.417.750,00)
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	(3.100.000,00)	(3.255.000,00)	(3.417.750,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(8.000,00)	(8.400,00)	(8.820,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(14.000,00)	(14.700,00)	(15.435,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(3.750.000,00)	(3.937.500,00)	(4.134.375,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(3.750.000,00)	(3.937.500,00)	(4.134.375,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(3.200.000,00)	(3.360.000,00)	(3.528.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVJ	(500.000,00)	(525.000,00)	(551.250,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(50.000,00)	(52.500,00)	(55.125,00)
Total entidade:	68.727.600,00	72.163.980,00	75.772.179,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	5.568.400,00	5.846.820,00	6.139.161,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	5.563.400,00	5.841.570,00	6.133.648,50
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	4.000,00	4.200,00	4.410,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00 Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.5.01.03.41.00.00 Rec. Remun. Rec. Estado CIES	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.46.00.00 Rec. Remun. Recursos do SUS - MAC Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.48.00.00 Rec. Remun. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATIT	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.512.500,00	5.788.125,00	6.077.531,25
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.512.500,00	5.788.125,00	6.077.531,25
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	5.065.500,00	5.318.775,00	5.584.713,75

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 6/8
 Data: 26/08/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.065.500,00	5.318.775,00	5.584.713,75
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	905.000,00	950.250,00	997.762,50
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	186.000,00	195.300,00	205.065,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PSF	796.000,00	835.800,00	877.590,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	725.000,00	761.250,00	799.312,50
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	56.000,00	58.800,00	61.740,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.220.000,00	1.281.000,00	1.345.050,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00	357.000,00	374.850,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	263.000,00	276.150,00	289.957,50
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	421.000,00	442.050,00	464.152,50
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	13.500,00	14.175,00	14.883,75
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAI	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	447.000,00	469.350,00	492.817,50
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	447.000,00	469.350,00	492.817,50
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	156.000,00	163.800,00	171.990,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	149.000,00	156.450,00	164.272,50
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	17.000,00	17.850,00	18.742,50
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	125.000,00	131.250,00	137.812,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.500,00	16.275,00	17.088,75
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituicoes - FMS 1400	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	500,00	525,00	551,25
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	500,00	525,00	551,25
4.1.9.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FMS	500,00	525,00	551,25
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:		5.568.400,00	5.846.820,00	6.139.161,00
8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	46.500,00	48.825,00	51.266,25
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	46.500,00	48.825,00	51.266,25
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	36.000,00	37.800,00	39.690,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	500,00	525,00	551,25

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 7/8

Data: 26/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME			
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00 Outras Restituições - FME	500,00	525,00	551,25
Total entidade:	46.500,00	48.825,00	51.266,25
9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	5.657.500,00	5.940.375,00	6.237.393,75
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	5.652.500,00	5.935.125,00	6.231.881,25
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.400.000,00	1.470.000,00	1.543.500,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.400.000,00	1.470.000,00	1.543.500,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	1.400.000,00	1.470.000,00	1.543.500,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	1.400.000,00	1.470.000,00	1.543.500,00
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00 Taxa de Coleta de Lixo	1.400.000,00	1.470.000,00	1.543.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	68.000,00	71.400,00	74.970,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00 Outras Receitas de Concessões e Permissões	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	4.121.000,00	4.327.050,00	4.543.402,50
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serviços Administrativos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00 Outros Serviços Administrativos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00 Outros Serviços Administrativos - SF	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00 Serviços de Fornecimento de Água	4.000.000,00	4.200.000,00	4.410.000,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Dest Final do Esgoto	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 Serviços de Religamento de Água	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00 Outros Serviços - SF	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.500,00	66.675,00	70.008,75
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00 Multas de Outras Origens	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00 Outras Multas	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00 Outras Multas - SF	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituicoes	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 Outras Restituições - SF	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00 Outras Receitas - SF	500,00	525,00	551,25
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 8/8

Data: 26/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			
4.2.2.1.9.04.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis SF	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:	5.657.500,00	5.940.375,00	6.237.393,75
Total geral:	80.000.000,00	84.000.000,00	88.200.000,00

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno_____
MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

RECEITAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2013	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %	2016	VARIAÇÃO %	2017	VARIAÇÃO %	2018	VARIAÇÃO %
IMPOSTOS	6.610.774,51	7.490.739,11	13,31	6.700.000,00	(10,56)	7.530.000,00	12,39	7.906.500,00	5,00	8.301.825,00	5,00
TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	3.274.195,61	3.238.604,47	(1,09)	3.457.200,00	6,75	3.176.300,00	(8,13)	3.335.115,00	5,00	3.501.870,75	5,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	833.828,96	941.309,65	12,89	900.000,00	(4,39)	900.000,00	-	945.000,00	5,00	992.250,00	5,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.457.124,33	997.950,85	(31,51)	602.600,00	(39,62)	672.100,00	11,53	705.705,00	5,00	740.990,25	5,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.430.651,56	4.835.141,45	9,13	4.509.700,00	(6,73)	4.675.700,00	3,68	4.909.485,00	5,00	5.154.959,25	5,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	23.465.758,61	24.678.904,13	5,17	23.723.000,00	(3,87)	24.831.000,00	4,67	26.072.550,00	5,00	27.376.177,50	5,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	17.085.590,17	19.570.109,02	14,54	18.317.000,00	(6,40)	19.628.000,00	7,16	20.609.400,00	5,00	21.639.870,00	5,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	19.567.990,46	21.736.750,20	11,08	20.169.000,00	(7,21)	21.169.000,00	4,96	22.227.450,00	5,00	23.338.822,50	5,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.815.702,96	1.553.281,02	(14,45)	1.289.900,00	(16,96)	1.224.800,00	(5,05)	1.286.040,00	5,00	1.350.342,00	5,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.568.709,04	5.194.396,92	45,55	7.075.000,00	36,20	3.065.100,00	(56,68)	3.218.355,00	5,00	3.379.272,75	5,00
DEDUÇÕES DA DA RECEITA	(6.055.652,62)	(6.739.274,24)	11,29	(6.460.400,00)	(4,14)	(6.872.000,00)	6,37	(7.215.600,00)	5,00	(7.576.380,00)	5,00
TOTAL	76.054.673,59	83.497.912,58	9,79	80.283.000,00	(3,85)	80.000.000,00	(0,35)	84.000.000,00	5,00	88.200.000,00	5,00

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo II - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1
 Data: 16/10/2015

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
0 ENCARGOS ESPECIAIS	1.850.000,00	1.942.500,00	2.039.625,00
2 ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.452.000,00	6.774.600,00	7.113.330,00
3 HABITAÇÃO POPULAR	43.000,00	45.150,00	47.407,50
4 GESTÃO FINANCEIRA	2.510.000,00	2.635.500,00	2.767.275,00
5 EDUCAÇÃO BÁSICA	30.605.400,00	32.135.670,00	33.742.453,50
6 ENSINO MÉDIO	427.200,00	448.560,00	470.988,00
7 ENSINO SUPERIOR	550.000,00	577.500,00	606.375,00
8 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	1.055.000,00	1.107.750,00	1.163.137,50
15 EXTENSÃO RURAL	1.360.000,00	1.428.000,00	1.499.400,00
16 GESTÃO AMBIENTAL	13.000,00	13.650,00	14.332,50
17 SERVIÇOS URBANOS	6.630.600,00	6.962.130,00	7.310.236,50
18 ESTRADAS VICINAIS	106.100,00	111.405,00	116.975,25
19 SEGURANÇA PÚBLICA	753.000,00	790.650,00	830.182,50
20 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.719.500,00	1.805.475,00	1.895.748,75
21 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	281.000,00	295.050,00	309.802,50
22 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CF	286.000,00	300.300,00	315.315,00
23 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	47.000,00	49.350,00	51.817,50
24 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	320.000,00	336.000,00	352.800,00
25 INCENTIVOS AO TURISMO	40.000,00	42.000,00	44.100,00
28 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	210.000,00	220.500,00
Total da entidade:	55.248.800,00	58.011.240,00	60.911.802,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO			
9 ATENÇÃO BÁSICA	11.188.460,00	11.747.883,00	12.335.277,15
10 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.199.500,00	3.359.475,00	3.527.448,75
11 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	641.000,00	673.050,00	706.702,50
12 GESTÃO DO SUS	3.000,00	3.150,00	3.307,50
13 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	337.200,00	354.060,00	371.763,00
14 INVESTIMENTOS EM SAÚDE	95.000,00	99.750,00	104.737,50
Total da entidade:	15.464.160,00	16.237.368,00	17.049.236,40
8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME			
26 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.099.540,00	1.154.517,00	1.212.242,85
Total da entidade:	1.099.540,00	1.154.517,00	1.212.242,85
9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			
27 SANEAMENTO BÁSICO	5.657.500,00	5.940.375,00	6.237.393,75
Total da entidade:	5.657.500,00	5.940.375,00	6.237.393,75
10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	2.530.000,00	2.656.500,00	2.789.325,00
Total da entidade:	2.530.000,00	2.656.500,00	2.789.325,00
Total geral:	80.000.000,00	84.000.000,00	88.200.000,00

Fraiburgo, 16 de outubro de 2015

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
 Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO
 Contador

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2013	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %	2016	VARIAÇÃO %	2017	VARIAÇÃO %	2018	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.599.247,60	39.852.959,00	8,89	41.885.022,00	5,10	46.790.640,00	11,71	49.130.172,00	5,00	51.586.680,60	5,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	576.977,86	328.922,12	(42,99)	800.000,00	143,22	600.000,00	(25,00)	630.000,00	5,00	661.500,00	5,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.272.297,40	30.895.618,77	9,28	24.480.478,00	(20,76)	25.739.060,00	5,14	27.026.013,00	5,00	28.377.313,65	5,00
INVESTIMENTOS	7.512.931,96	9.552.419,99	27,15	10.317.500,00	8,01	6.070.300,00	(41,17)	6.373.815,00	5,00	6.692.505,75	5,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.407.471,29	2.447.386,27	1,66	2.600.000,00	6,24	600.000,00	(76,92)	630.000,00	5,00	661.500,00	5,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00		200.000,00	-	210.000,00	5,00	220.500,00	5,00
TOTAL	75.368.926,11	83.077.306,15	10,23	80.283.000,00	(3,36)	80.000.000,00	(0,35)	84.000.000,00	5,00	88.200.000,00	5,00

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUIZ MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	72.485.964,55	78.303.515,66	73.208.000,00	76.934.900,00	80.781.645,00	84.820.977,25
Receita Tributária	9.884.970,12	10.729.343,58	10.157.200,00	10.706.300,00	11.241.615,00	11.803.695,75
Receita de Contribuição	833.828,96	941.309,65	900.000,00	900.000,00	945.000,00	992.500,00
Receita Patrimonial	1.457.124,33	997.950,85	602.600,00	672.100,00	705.705,00	740.990,25
Aplicações Financeiras (II)	631.783,48	959.654,56	564.600,00	629.100,00	660.555,00	693.582,75
Outras Receita Patrimoniais	825.340,85	38.296,29	38.000,00	43.000,00	45.150,00	47.407,50
Transferências Correntes	54.063.686,62	59.246.489,11	55.748.600,00	58.756.000,00	61.693.800,00	64.778.490,00
Demais Receitas Correntes	6.246.354,52	6.388.422,47	5.799.600,00	5.900.500,00	6.195.525,00	6.505.301,25
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	71.854.181,07	77.343.861,10	72.643.400,00	76.305.800,00	80.121.090,00	84.127.394,50
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	3.568.709,04	6.660.325,72	7.075.000,00	3.065.100,00	3.218.355,00	3.379.272,75
Operações de Crédito (V)	1.245.934,45	-	6.850.000,00	2.940.100,00	3.087.105,00	3.241.460,25
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	63.317,51	552.298,41	220.000,00	120.000,00	126.000,00	132.300,00
Transferências de Capital	2.259.457,08	4.642.098,51	5.000,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Outras Receitas de Capital	-	1.465.928,80	-	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	2.259.457,08	4.642.098,51	5.000,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	74.113.638,15	81.985.959,61	72.648.400,00	76.310.800,00	80.126.340,00	84.132.907,00
DESPESAS CORRENTES (X)	65.448.522,86	71.077.499,89	67.165.500,00	73.129.700,00	76.786.185,00	80.625.494,25
Pessoal e Encargos Sociais	36.599.247,60	39.852.959,00	41.885.022,00	46.790.640,00	49.130.172,00	51.586.680,60
Juros e Encargos da Dívida (XI)	576.977,86	328.922,12	800.000,00	600.000,00	630.000,00	661.500,00
Outras Despesas Correntes	28.272.297,40	30.895.618,77	24.480.478,00	25.739.060,00	27.026.013,00	28.377.313,65
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	64.871.545,00	70.748.577,77	66.365.500,00	72.529.700,00	76.156.185,00	79.963.994,25
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	9.920.403,25	11.998.806,26	12.917.500,00	6.670.300,00	7.003.815,00	7.354.005,75
Investimentos	7.512.931,96	9.552.419,99	10.317.500,00	6.070.300,00	6.373.815,00	6.692.505,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	2.407.471,29	2.447.386,27	2.600.000,00	600.000,00	630.000,00	661.500,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	7.512.931,96	9.552.419,99	10.317.500,00	6.070.300,00	6.373.815,00	6.692.505,75
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	-	-	200.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	-	-	200.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	72.384.476,96	80.300.997,76	76.883.000,00	78.800.000,00	82.740.000,00	86.877.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	1.729.161,19	1.684.961,85	(4.234.600,00)	(2.489.200,00)	(2.613.660,00)	(2.744.093,00)

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUIS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.605.698,24	1.417.216,78	6.000.000,00	6.500.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Contratual	3.605.698,24	1.417.216,78	6.000.000,00	6.500.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	8.300.418,45	11.275.799,85	8.500.000,00	3.500.000,00	4.500.000,00	8.500.000,00
Ativo Disponível	9.076.026,76	12.530.128,67	10.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	10.000.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	775.608,31	1.254.328,82	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(4.694.720,21)	(9.858.583,07)	(2.500.000,00)	3.000.000,00	500.000,00	(4.500.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(4.694.720,21)	(9.858.583,07)	(2.500.000,00)	3.000.000,00	500.000,00	(4.500.000,00)
RESULTADO NOMINAL	Realizado 2012	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	7.514.351,22	(5.163.862,86)	7.358.583,07	5.500.000,00	(2.500.000,00)	(5.000.000,00)

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FRAIBURGOPágina: 1/1
Data: 26/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.605.698,24	1.417.216,78	6.000.000,00	6.500.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00
Contratual	3.605.698,24	1.417.216,78	6.000.000,00	6.500.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	8.300.418,45	11.275.799,85	8.500.000,00	3.500.000,00	4.500.000,00	8.500.000,00
Ativo disponível	9.076.026,76	12.530.128,67	10.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	10.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	775.608,31	1.254.328,82	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DCL (III) = (I - II)	(4.694.720,21)	(9.858.583,07)	(2.500.000,00)	3.000.000,00	500.000,00	(4.500.000,00)

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno_____
MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	78.535.617,17	85.043.459,93	79.668.400,00	83.806.900,00	87.997.245,00	92.397.107,25
Receita Tributária	9.884.970,12	10.729.343,58	10.157.200,00	10.706.300,00	11.241.615,00	11.803.695,75
Receita de Contribuições	833.828,96	941.309,65	900.000,00	900.000,00	945.000,00	992.250,00
Receita Patrimonial	1.457.124,33	998.620,88	602.600,00	672.100,00	705.705,00	740.990,25
Receita de Serviços	4.430.651,56	4.835.141,45	4.509.700,00	4.675.700,00	4.909.485,00	5.154.959,25
Transferências Correntes	60.113.339,24	65.985.763,35	62.209.000,00	65.628.000,00	68.909.400,00	72.354.870,00
Outras Receitas Correntes	1.815.702,96	1.553.281,02	1.289.900,00	1.224.800,00	1.286.040,00	1.350.342,00
Deduções (II)	6.049.652,62	6.739.274,24	6.460.400,00	6.872.000,00	7.215.600,00	7.576.380,00
RCL - TOTAL =III (I-II)	72.485.964,55	78.304.185,69	73.208.000,00	76.934.900,00	80.781.645,00	84.820.727,25
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS						

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2016
Transferências do FUNDEB	500.000,00
Transferências ao Fundo Municipal de Saúde	1.200.000,00
Outras Transferências	120.000,00
Aumento da Receita Municipal	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.820.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	600.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.420.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.420.000,00
Novas DOCC	2.420.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016				2017				2018			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	(a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	(b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	(c / PIB) x 100
Receita Total	80.000.000,00	75.750.402,42	0,034		84.000.000,00	75.599.204,02	0,033		88.200.000,00	75.548.838,12	0,033	
Receitas Primárias (I)	76.310.800,00	72.257.172,62	0,033		80.126.340,00	72.112.946,72	0,032		84.132.907,00	72.065.117,59	0,031	
Despesa Total	80.000.000,00	75.750.402,42	0,034		84.000.000,00	75.599.204,02	0,033		88.200.000,00	75.548.838,12	0,033	
Despesas Primárias (II)	78.800.000,00	74.614.146,39	0,034		82.740.000,00	74.465.215,96	0,033		86.877.000,00	74.415.605,55	0,032	
Resultado Primário (III) = (I - II)	(2.489.200,00)	(2.356.973,77)	-0,001		(2.613.660,00)	(2.352.269,23)	-0,001		(2.744.093,00)	(2.350.487,96)	-0,001	
Resultado Nominal	5.500.000,00	5.207.840,17	0,002		(2.500.000,00)	(2.249.976,31)	-0,001		(5.000.000,00)	(4.282.813,95)	-0,002	
Dívida Pública Consolidada	6.500.000,00	6.154.720,20	0,003		5.000.000,00	4.499.952,62	0,002		4.000.000,00	3.426.251,16	0,001	
Dívida Consolidada Líquida	3.000.000,00	2.840.640,09	0,001		500.000,00	449.995,26	0,000		(4.500.000,00)	(3.854.532,56)	-0,002	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

O cálculo das metas anuais foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
Inflação média (% anual)	5,61	5,21	5,07
PIB Estadual previsto	234.465.803.000,00	251.859.574.000,00	270.899.188.000,00
PIB Estadual previsto % anual	1,3	2,06	2,36

Nota: O PIB corresponde ao valor projetado na LDO 2015 do Estado de Santa Catarina

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Formulas
2016
1,0561
2017
1,0521
1,11112281
2018
1,0507
1,1674567365

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Demonstrativo II

R\$ 1,00

LRF, art. 4o, § 2o, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor = (b-a) (c)	% (c/a) x 100
Receita Total	73.630.000,00	0,0359	83.497.912,58	0,0408	9.867.912,58	13,40
Receitas Primárias (I)	68.901.100,00	0,0336	81.985.959,61	0,0400	13.084.859,61	18,99
Despesa Total	73.630.000,00	0,0359	83.077.306,15	0,0406	9.447.306,15	12,83
Despesas Primárias (II)	70.630.000,00	0,0345	80.300.997,76	0,0392	9.670.997,76	13,69
Resultado Primário (III) = (I – II)	(1.728.900,00)	(0,0008)	1.684.961,85	0,0008	3.413.861,85	(197,46)
Resultado Nominal	2.695.000,00	0,0013	(5.163.862,86)	(0,0025)	(7.858.862,86)	(291,61)
Dívida Pública Consolidada	5.500.000,00	0,0027	1.417.216,78	0,0007	(4.082.783,22)	(74,23)
Dívida Consolidada Líquida	2.000.000,00	0,0010	(9.858.583,07)	(0,0048)	(11.858.583,07)	(592,93)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PIB Estadual

2014

204.825.730.000,00

O PIB corresponde ao valor utilizado na LDO 2016 do Estado de Santa Catarina.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	76.054.673,59	73.630.000,00	-3,19	80.283.000,00	9,04	80.000.000,00	-0,35	84.000.000,00	5,00	88.200.000,00	5,00
Receitas Primárias (I)	74.113.638,15	68.901.100,00	-7,03	79.108.800,00	14,82	76.310.800,00	-3,54	80.126.340,00	5,00	84.132.907,00	5,00
Despesa Total	75.368.926,11	73.630.000,00	-2,31	80.283.000,00	9,04	80.000.000,00	-0,35	84.000.000,00	5,00	88.200.000,00	5,00
Despesas Primárias (II)	70.589.329,77	70.630.000,00	0,06	76.883.000,00	8,85	78.800.000,00	2,49	82.740.000,00	5,00	86.877.000,00	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.524.308,38	(1.728.900,00)	-149,06	2.225.800,00	-228,74	(2.489.200,00)	-211,83	(2.613.660,00)	5,00	(2.744.093,00)	4,99
Resultado Nominal	(1.805.493,97)	2.695.000,00	-249,27	450.000,00	-83,30	5.500.000,00	1122,22	(2.500.000,00)	-145,45	(5.000.000,00)	100,00
Dívida Pública Consolidada	3.605.698,24	5.500.000,00	52,54	5.500.000,00	0,00	6.500.000,00	18,18	5.000.000,00	-23,08	4.000.000,00	-20,00
Dívida Consolidada Líquida	(4.694.720,21)	2.000.000,00	-142,60	2.500.000,00	25,00	3.000.000,00	20,00	500.000,00	-83,33	2.000.000,00	300,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	87.185.446,19	79.336.325,00	-9,00	80.283.000,00	1,19	75.750.402,42	-5,65	75.599.204,02	-0,20	75.548.838,12	-0,07
Receitas Primárias (I)	84.960.335,85	74.240.935,25	-12,62	79.108.800,00	6,56	72.257.172,62	-8,66	72.112.946,72	-0,20	72.065.117,59	-0,07
Despesa Total	86.399.338,03	79.336.325,00	-8,17	80.283.000,00	1,19	75.750.402,42	-5,65	75.599.204,02	-0,20	75.548.838,12	-0,07
Despesas Primárias (II)	80.920.237,01	76.103.825,00	-5,95	76.883.000,00	1,02	74.614.146,39	-2,95	74.465.215,96	-0,20	74.415.605,55	-0,07
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.040.098,84	(1.862.889,75)	-146,11	2.225.800,00	-219,48	(2.356.973,77)	-205,89	(2.352.269,23)	-0,20	(2.350.487,96)	-0,08
Resultado Nominal	(2.069.732,07)	2.903.862,50	-240,30	450.000,00	-84,50	5.207.840,17	1057,30	(2.249.976,31)	-143,20	(4.282.813,95)	90,35
Dívida Pública Consolidada	4.133.400,29	5.926.250,00	43,37	5.500.000,00	-7,19	6.154.720,20	11,90	4.499.952,62	-26,89	3.426.251,16	-23,86
Dívida Consolidada Líquida	(5.381.803,08)	2.155.000,00	-140,04	2.500.000,00	16,01	2.840.640,09	13,63	449.995,26	-84,16	1.713.125,58	280,70

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Índices de Inflação					
2013	2014	2015	2016	2017	2018
5,910	6,390	7,750	5,610	5,210	5,070
1,1464	1,0775	0	1,0561	1,1111	1,1675
		1			

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrativo IV

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	150.224.313,07	96,89	137.455.618,34	98,48	130.030.214,72	99,75
Reservas	4.825.414,55	3,11	2.120.271,45	1,52	327.422,25	0,25
Resultado Acumulado	-		-		-	
TOTAL	155.049.727,62	100,00	139.575.889,79	100,00	130.357.636,97	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-		-		-	
TOTAL	-		-		-	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

OBS: Em 2012 foi realizado a reavaliação dos bens patrimoniais.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Demonstrativo V

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	552.298,41	63.317,51	265.056,80
Alienação de Bens Móveis	75.000,00	-	233.362,40
Alienação de Bens Imóveis	477.298,41	63.317,51	31.694,40
Outras Receitas Relativas a Alienação	-	-	-
Saldo Inicial	79.182,03	234.579,52	91.391,75

DESPESAS EXECUTADAS	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	113.885,86	218.715,00	121.869,03
DESPESAS DE CAPITAL	113.885,86	218.715,00	121.869,03
Investimentos	113.885,86	218.715,00	121.869,03
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			-
Regime Geral de Previdência Social			-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-

SALDO FINANCEIRO	2014	2013	2012
VALOR (III)	517.594,58	79.182,03	234.579,52

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Demonstrativo VI

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE:			

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Demonstrativo VI a OK

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE:

Nota: O Município de Fraiburgo participa do Regime Geral de Previdência

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Demonstrativo VII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU	Desconto Parcela Única	Municípios	378.000,00	408.300,00	440.900,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IPTU	Isenções	Municípios	21.600,00	234.000,00	25.200,00	
ISS	Desconto Parcela Única	Municípios	27.000,00	29.200,00	31.500,00	
ISS	Isenções	Municípios	25.000,00	27.000,00	29.200,00	
Contribuição de Melhoria	Desconto Parcela Única	Municípios	108.000,00	116.700,00	126.000,00	
Contribuição de Melhoria	Isenções	Municípios	324.000,00	350.000,00	378.000,00	
Multas e Juros da Dívida Ativa	Isenções	Municípios	100.200,00	105.300,00	110.200,00	
COSIP	Desconto Parcela Única	Municípios	16.200,00	17.500,00	19.000,00	
Taxas	Isenções	Municípios	8.000,00	8.700,00	9.400,00	
TOTAL			1.000.000,00	1.288.000,00	1.160.000,00	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2016
Transferências do FUNDEB	500.000,00
Transferências ao Fundo Municipal de Saúde	1.200.000,00
Outras Transferências	120.000,00
Aumento da Receita Municipal	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.820.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	600.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.420.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.420.000,00
Novas DOCC	2.420.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC 031038/O-0

Página 1

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 1/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	11	P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIVO	Móveis e Equipamentos (1)	20,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar a sede do Legislativo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 2/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, alinantes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	11	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	Veículo (1)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	11 A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Manutenção (Ano)	1,000	2.410.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer as funções legislativas, de fiscalização, controle externo do executivo realizando sessões ordinárias e extraordinárias, e atribuições que lhe são próprias atinentes à sua gestão.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	780.000,00	0,00	780.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			2.410.000,00	0,00	2.410.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/79

Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	2 A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (Ano)	1,000	2.005.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das atividades inerentes ao gabinete do prefeito, vice-prefeito, assessoria e aos demais órgãos integrantes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			2.005.000,00	0,00	2.005.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 5/79
 Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD	Manutenção (Ano)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Promover e implementar ações direcionadas à formulação da política do sistema municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0209 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0210 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0211 - Multa Relativo a Defesa de Port	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0212 - Multas Relativas Interesse de H	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Intere	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 6/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	2	A	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO	Eventos Realizados (EV)	5,000	250.000,00

II - Descrição das Ações

Ofertar eventos culturais, esportivos e de lazer

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			250.000,00	0,00	250.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 7/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	2	A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção (Ano)	1,000	805.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento da comunidade fraiburguense com atividades culturais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	160.000,00	0,00	160.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			805.000,00	0,00	805.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 8/79

Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	03.00
Unidade:	Procuradoria Geral do Município	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	2 A	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	Manutenção (Ano)	1,000	895.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer o controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal. Representar judicial e extrajudicialmente o Município na defesa dos interesses da municipalidade.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	850.000,00	0,00	850.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			895.000,00	0,00	895.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 9/79

Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	CONTROLADORIA INTERNA	04.00
Unidade:	Controladoria Interna	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	2 A	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	Manutenção (Ano)	1,000	155.000,00

II - Descrição das Ações

O sistema de controle interno do visa à avaliação das ações governamentais e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e p

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			155.000,00	0,00	155.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 10/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	Manutenção (Ano)	1,000	3.367.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas a administração do Município

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 11/79
Data: 16/10/2015**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292 - Alienação Outros Programas	0,00	90.000,00	90.000,00
Total:			3.277.000,00	90.000,00	3.367.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 12/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Rural	481
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	2 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	Casas (1)	5,000	1.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			1.000,00	0,00	1.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 13/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	2 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	Casas (1)	30,000	16.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0289 - Alienação - FMHIS	0,00	15.000,00	15.000,00
Total:			1.000,00	15.000,00	16.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 14/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	2 A	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS	Imóveis Regularizados (IM)	125,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Regularizar os imóveis e loteamentos do Município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 15/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	2 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	Manutenção (Ano)	1,000	6.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações relacionadas ao programa de habitação popular.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			6.000,00	0,00	6.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 16/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Secretaria de Finanças	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, compras, licitações, contabilização e tesouraria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	Manutenção (Ano)	1,000	2.510.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações orçamentárias e financeiras visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			2.510.000,00	0,00	2.510.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 17/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.100	2 O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	Parcela Paga (PCL)	12,000	1.200.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento da Dívida Fundada Interna e Encargos Financeiros.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
Total:			1.200.000,00	0,00	1.200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 18/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.200	2 O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Processo Pago (Prc)	20,000	650.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento de precatórios oriundos de condenações judiciais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
Total:			650.000,00	0,00	650.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 19/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	Merenda (1)	300,000	15.200,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	8.200,00	8.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			7.000,00	8.200,00	15.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 20/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	Merenda (1)	1000000,000	723.200,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0302 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	213.000,00	213.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0317 - Transferência do FNDE - AEE	0,00	10.200,00	10.200,00
Total:			500.000,00	223.200,00	723.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 21/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Merenda (1)	550000,000	716.400,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da educação infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0306 - Transferência do FNDE - PNAP	0,00	85.200,00	85.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0307 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	140.200,00	140.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0308 - Transf. de Instituições Privadas	141.000,00	0,00	141.000,00
Total:			491.000,00	225.400,00	716.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 22/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	Veículo (1)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir meios de transporte para o atendimento do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 23/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Quilometro Rodado (3)	120000,000	2.152.700,00

II - Descrição das Ações

Ofertar transporte escolar para os alunos da Educação Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303 - Transferência do FNDE - PNAT	0,00	97.000,00	97.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0310 - Transporte Escolar do Estado -	0,00	401.000,00	401.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0313 - Transferência do FNDE - PNAT	0,00	4.700,00	4.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	2.152.700,00	2.152.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 24/79
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	2 P	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPORTIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Área Construída (M²)	200,000	125.600,00

II - Descrição das Ações

Construir, reformar e equipar as quadras e/ou ginásios esportivos das unidades escolares de Ensino Fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	70.000,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	45.600,00	45.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	125.600,00	125.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 25/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIONAIS	Área Construída (M²)	250,000	550.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar as unidades escolares de Ensino Fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	350.000,00	350.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	550.000,00	550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 26/79
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	2	A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (Ano)	1,000	14.590.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	8.305.000,00	8.305.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	2.600.000,00	2.600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	800.000,00	800.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387 - Alienação - Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	14.590.000,00	14.590.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 27/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	ENSINO MÉDIO	0006

Objetivo do programa:

Articular a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Médio

Justificativa do programa:

Sabendo da importância da conclusão do Ensino Médio, o município vem contribuir para o transporte dos alunos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	Quilometro Rodado (3)	1120000,000	427.200,00

II - Descrição das Ações

Contribuir para a manutenção do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0312 - Transferência do FNDE - PNAT	0,00	27.200,00	27.200,00
Total:			400.000,00	27.200,00	427.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 28/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0007

Objetivo do programa:

Contribuir com a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Superior e articular estratégias para a expansão de cursos superiores no Município.

Justificativa do programa:

Os cursos oferecidos em Fraiburgo não suprem as necessidades da comunidade, fazendo com que os universitários se desloquem para outros municípios, surgindo assim a necessidade de auxílio ao transporte acadêmico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	Quilometro Rodado (3)	200000,000	550.000,00

II - Descrição das Ações

Auxiliar financeiramente no deslocamento de acadêmicos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	550.000,00	0,00	550.000,00
Total:			550.000,00	0,00	550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 29/79
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	Área Construída (M²)	125,000	585.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar os Centros de Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	350.000,00	350.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	85.000,00	85.000,00
Total:			0,00	585.000,00	585.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 30/79
 Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (Ano)	1,000	11.111.100,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das crianças de 0 a 5 anos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	1.650.000,00	1.650.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0316 - Transferência do FNDE - Apoio	0,00	80.100,00	80.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	6.500.000,00	6.500.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	201.000,00	201.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0316 - Transferência do FNDE - Apoio	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	500.000,00	500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	11.111.100,00	11.111.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 31/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Manutenção (Ano)	1,000	6.200,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	1.200,00	0,00	1.200,00
Total:			1.200,00	5.000,00	6.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 32/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	4 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	Pessoas Atendidas (PS)	1000,000	101.200,00

II - Descrição das Ações

Atuar em parceria com a ESF para promoção da saúde bucal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - §	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - §	0,00	200,00	200,00
Total:			0,00	101.200,00	101.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 33/79
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	4 A	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS	Famílias Visitadas (FML)	8000,000	797.000,00

II - Descrição das Ações

Atuar como elo entre os serviços de saúde e população das áreas de abrangência da ESF/EACS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	725.500,00	725.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	500,00	500,00
Total:			0,00	797.000,00	797.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 34/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	4 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Pessoas Atendidas (PS)	30000,000	898.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações e serviços da Atenção Básica para atendimento às famílias das áreas de abrangência da ESF.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	796.500,00	796.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	500,00	500,00
Total:			0,00	898.000,00	898.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 35/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	4 A	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	Pessoas Atendidas (PS)	20000,000	3.745.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento das ações e serviços da Atenção Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.200.000,00	2.200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	663.000,00	663.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PM/	0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	130.000,00	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PM/	0,00	72.000,00	72.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	3.745.000,00	3.745.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 36/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	4 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (Ano)	1,000	5.647.260,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde .

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	17.000,00	17.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.804.260,00	1.804.260,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	5.647.260,00	5.647.260,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 37/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	GESTÃO DO SUS	0012

Objetivo do programa:

Aprimorar a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços públicos, através da qualificação dos servidores e atuação de forma integrada com as áreas afins e o controle social.

Justificativa do programa:

A boa gestão dos recursos e serviços públicos é a base para a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Há necessidade de investimento constante nesta área afim de qualificar a gestão e o controle social principalmente na qualificação dos profissionais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	4 A	GESTÃO DO SUS	Manutenção (Ano)	1,000	3.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações de qualificação para a gestão, Conselho Municipal de Saúde e profissionais de saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0437 - Trasnfr. Rec. Estado CIES	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	3.000,00	3.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 38/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O Investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	4 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	Veículo (UN)	3,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	50.000,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 39/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O Investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	4 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	Área Construída (M²)	90,000	45.000,00

II - Descrição das Ações

Melhoria da estrutura física das Unidades de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	40.000,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0488 - Alienação - Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	45.000,00	45.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 40/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	4 A	MANUTENÇÃO DO CAPS	Pessoas Atendidas (PS)	1000,000	397.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	281.000,00	281.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	60.000,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	397.000,00	397.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 41/79
 Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	4 A	MANUTENÇÃO DO SAMU	Pessoas Atendidas (PS)	900,000	370.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAM	0,00	224.000,00	224.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAM	0,00	40.000,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	370.000,00	370.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 42/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	4 A	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	Pessoas Atendidas (PS)	1000,000	2.432.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	700.000,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAÇ	0,00	1.223.000,00	1.223.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0433 - Transf. Recursos do SUS - Red	0,00	13.500,00	13.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0442 - Transf. Recursos do SUS - MAÇ	0,00	126.000,00	126.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	2.432.500,00	2.432.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 43/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0011

Objetivo do programa:

Reorganizar e qualificar a assistência farmacêutica, otimizando o processo de disponibilização de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Justificativa do programa:

A assistência farmacêutica atua de forma complementar, através do suporte à atenção básica e a média e alta complexidade, sendo considerada uma das áreas mais onerosas do sistema de saúde público, que requer constante reorganização e controle, a fim de otimizar esta área da assistência. Existe no Município 01 Farmácia Central e 05 Postos de Dispensação de Medicamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	4 A	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Pessoas Atendidas (PS)	30000,000	641.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	280.000,00	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0404 - Transf. Recursos SUS União - f	0,00	187.000,00	187.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0413 - Transferências de Recursos do	0,00	157.000,00	157.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0423 - Transf. Recursos SUS Estado -	0,00	17.000,00	17.000,00
Total:			0,00	641.000,00	641.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 44/79

Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	4 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção (Ano)	1,000	136.200,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	27.000,00	27.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	200,00	200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	3.000,00	3.000,00
Total:			0,00	136.200,00	136.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 45/79
 Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	4 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Pessoas Atendidas (PS)	1000,000	201.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância epidemiológica e Entomológica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0443 - Transf. Recursos do SUS - DST	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0443 - Transf. Recursos do SUS - DST	0,00	15.000,00	15.000,00
Total:			0,00	201.000,00	201.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 46/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	GESTÃO AMBIENTAL	0016

Objetivo do programa:

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente em todo território do município com programas de preservação dos mananciais de água, de reflorestamento, preservação da mata nativa, conservação das encostas, margem dos rios, entre outros.

Justificativa do programa:

Compete ao Poder Público Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	2 A	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS	Manutenção (Ano)	1,000	13.000,00

II - Descrição das Ações

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			13.000,00	0,00	13.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 47/79
 Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	2 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Veículo (1)	2,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Melhorar as patrulhas agrícolas mecanizadas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 48/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	2	A	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	Eventos (1)	3,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados a agropecuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 49/79
Data: 16/10/2015**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	2 A	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	Propriedades Atendidas (PR)	300.000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Disponibilização de máquinas e equipamentos para as propriedades rurais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 50/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	2 A	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	Propriedades Atendidas (PR)	30,000	405.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio o desenvolvimento da propriedade familiar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			405.000,00	0,00	405.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 51/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	Manutenção (Ano)	1,000	835.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver de ações relacionadas ao atendimento do setor agropecuário

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	230.000,00	0,00	230.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			835.000,00	0,00	835.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 52/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	2 P	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	Área Pavimentada (KM²)	6,000	3.140.100,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de ruas, avenidas, e logradouros públicos com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) ou pedras basálticas irregulares.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0290 - Operações de Crédito Interna	0,00	2.940.100,00	2.940.100,00
Total:			200.000,00	2.940.100,00	3.140.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 53/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Manutenção (Ano)	1,000	2.505.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as obras públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração; Executar a construção e conservação de vias urbanas e estradas rurais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			2.505.000,00	0,00	2.505.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 54/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	2 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	Veículo (1)	1,000	5.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos e do parque de máquinas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 55/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	2 A	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	1,000	980.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e expansão do sistema de iluminação pública.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumir	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumir	0,00	650.000,00	650.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumir	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			70.000,00	910.000,00	980.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 56/79
 Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	2 P	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	Terminais (1)	3,000	500,00

II - Descrição das Ações

Construir abrigos para passageiros do transporte coletivo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0208 - Rec. Concessão Transp. Coletiv	500,00	0,00	500,00
Total:			500,00	0,00	500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 57/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	0018

Objetivo do programa:

Garantir a trafegabilidade em qualquer época do ano e condições climáticas, e proporcionar aos usuários conforto e segurança.

Justificativa do programa:

Proporcionar condições de escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial, com boas condições de tráfego a qualquer tempo, possibilitando o desenvolvimento do Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	2 A	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	Manutenção (Ano)	1,000	106.100,00

II - Descrição das Ações

Executar a construção, recuperação e conservação das estradas do interior do município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0216 - CIDE	0,00	1.100,00	1.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			105.000,00	1.100,00	106.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 58/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Câmeras Instaladas (1)	5,000	7.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação e manutenção das câmaras de vigilância eletrônica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			7.000,00	0,00	7.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 59/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	2	A	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (Ano)	1,000	421.000,00

II - Descrição das Ações

Controle do tráfego de veículos e de pessoas e proteção a cidadania.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201 - Radio Patrulha	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	105.000,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	73.000,00	73.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civi	0,00	53.000,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	53.000,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207 - Policia Civil - Convênio SSP	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201 - Radio Patrulha	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civi	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207 - Policia Civil - Convênio SSP	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			107.000,00	314.000,00	421.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 60/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	1 A	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	Manutenção (Ano)	1,000	3.000,00

II - Descrição das Ações

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			3.000,00	0,00	3.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 61/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	Manutenção (Ano)	1,000	322.000,00

II - Descrição das Ações

Execução das atividades de defesa civil.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	72.000,00	72.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	322.000,00	322.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 62/79
 Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (Ano)	1,000	1.719.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações de assistência social e de alta complexidade.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0518 - Transf. de Recursos FNAS - AC	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do f	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0512 - Tranf. de Recursos FEAS - Prol	0,00	15.100,00	15.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516 - Transferências de Recursos do	0,00	15.100,00	15.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517 - Transferências de Recursos FN	0,00	7.700,00	7.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0518 - Transf. de Recursos FNAS - AC	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do f	0,00	5.500,00	5.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0513 - Tranf. de Recursos FEAS - Alta	0,00	5.100,00	5.100,00
Total:			1.605.000,00	114.500,00	1.719.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 63/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	0021

Objetivo do programa:

Atender e acompanhar a população em risco de vulnerabilidade social de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vinculos familiares e comunitários

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	2	A	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção (Ano)	1,000	281.000,00

II - Descrição das Ações

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade social.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	41.000,00	41.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0514 - Transf. de Recursos FNAS - SS	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			175.000,00	106.000,00	281.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 64/79
 Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	0022

Objetivo do programa:

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados em atendimento a legislação em vigor especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender e acompanhar indivíduos vítimas de violências tais como crianças, adolescentes, deficientes, idosos e mulheres, maus tratos e negligências.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	2 A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Manutenção (Ano)	1,000	286.000,00

II - Descrição das Ações

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	45.000,00	45.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	18.000,00	18.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0505 - Transferência de Recursos do F	0,00	21.500,00	21.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	15.500,00	15.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0519 - Recursos FMAS - FORUM	0,00	500,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0519 - Recursos FMAS - FORUM	0,00	500,00	500,00
Total:			185.000,00	101.000,00	286.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 65/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0023

Objetivo do programa:

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender em período integral crianças e adolescentes; vítimas de violências domésticas e em cumprimento de medidas socio-educativas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Manutenção (Ano)	1,000	47.000,00

II - Descrição das Ações

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	2.000,00	2.000,00
Total:			20.000,00	27.000,00	47.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 66/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Ano)	1,000	265.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as ações públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	220.000,00	0,00	220.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			265.000,00	0,00	265.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 67/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	1 A	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI	Manutenção (Ano)	1,000	5.000,00

II - Descrição das Ações

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 68/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	2 A	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Ano)	1,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento das empresas existentes e proporcionar oportunidades para novos empreendimentos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 69/79
Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.029	2	P	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Obras e Instalações (1)	1,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações relacionadas ao desenvolvimento e ao turismo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 70/79
 Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	2 A	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	Eventos Realizados (EV)	3,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados ao turismo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 71/79
 Data: 16/10/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	2 A	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	Manutenção (Ano)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas ao fortalecimento do turismo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 72/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Veiculo (1)	1,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores e transporte de atletas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 73/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS E DE LAZER	Obras e Instalações (1)	1,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de ginásios de esportes, campos de futebol e centro de treinamento.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 74/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	7 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Manutenção (1)	1,000	1.059.540,00

II - Descrição das Ações

Gerenciar as competições esportivas e atividades de lazer, visando a qualidade de vida dos municepes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	619.540,00	0,00	619.540,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	400.000,00	0,00	400.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			1.059.540,00	0,00	1.059.540,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 75/79
 Data: 16/10/2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.033	8 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	Veículo (1)	5,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir máquinas, veículos e equipamentos de saneamento

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 76/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	8 P	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	Obras e Instalações (1)	2,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar as obras de saneamento básico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 77/79
Data: 16/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	8 A	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (Ano)	1,000	2.100.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar o serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00
Total:			2.100.000,00	0,00	2.100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 78/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	8 A	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (Ano)	1,000	3.157.500,00

II - Descrição das Ações

Continuar os serviços referente a manutenção do saneamento básico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.591.500,00	0,00	1.591.500,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0989 - Alienação de Bens Móveis	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			3.152.500,00	5.000,00	3.157.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 79/79
Data: 16/10/2015**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0028

Objetivo do programa:

Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

A dificuldade de prever os riscos fiscais e passivos contingentes com exatidão, torna-se necessário criar a Reserva de Contingência.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	2 R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Manutenção (Ano)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva Orçamentária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00		200.000,00
Total:			200.000,00		200.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
ContadorMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Garuva

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº 03/2015 CONCURSO PUBLICO Nº 01/2015

RETIFICAÇÃO Nº 03 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

CONSIDERANDO o Ofício nº. 0588/2015 do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF3/SC, solicitando a alteração do pré-requisito do cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA torna público aos candidatos interessados no Concurso Público Edital 001/2015, que nesta data, foram retificadas as seguintes informações deste Edital:

No Edital 001/2015, Anexo 1 (Cargos, Número de Vagas, Cargas Horárias, Salários Mensais, Auxílio Alimentação e Pré-requisitos), alínea D (Cargos de Nível Superior Magistério), na coluna "Habilitação exigida para o cargo" para o cargo de Professor de Educação Física, onde se lê: "Licenciatura Plena na área de atuação"

Leia-se:

"Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão"

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Anexo 1 do Edital 001/2015 consolidado com as alterações decorrentes desta Retificação.

Garuva/SC, 15 de outubro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA RH 111/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 111/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ANTONIO FAUSTO, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e obras, referente ao período aquisitivo de 01/03/2010 a 11/05/2015, devendo folgar a partir de 19/10/2015 a 16/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 010/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a composição da Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC – Biênio 2016/2018

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97 e em reunião ordinária realizada no dia 07.10.2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais que será composta pelos (as) conselheiros (as):

- 1) Eloiza Probst, representante governamental;
- 2) Sônia Regina de Souza, representante não governamental;
- 3) Rosane Zuchi Adão, representante governamental;

Art. 2º - Compete à Comissão Organizadora:

I - coordenar o Processo de Eleição da representação não governamental, tomando todas as providências necessárias à sua realização, e dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sempre que requisitado;

II - elaborar o Edital para o Processo de Eleição;

III - analisar as inscrições das Entidades/Organizações e o credenciamento dos eleitores e seus suplentes, bem como os recursos;

IV - homologar o registro das candidaturas;

V - coordenar a Assembleia de Eleições;

VI - publicar o resultado do Processo de Eleição;

VII - resolver casos omissos.

Art. 3º - Para a operacionalização do processo de escolha, a Comissão Organizadora contará com apoio técnico das profissionais da Assessoria aos Conselhos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gaspar, 15 de outubro de 2015.

ELOIZA C. PROBST Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 017/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 017/2015

Regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº. 1.432, de 24 de maio de 1993, com base no seu Regimento Interno e conforme deliberado em plenária do dia 13 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Aprovar procedimentos referentes ao registro de Entidades não Governamentais e Governamentais no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 1º - As Entidades Governamentais e Não-Governamentais, que executam Programas e Serviços de proteção e/ou socioeducativo no Município de Gaspar deverão solicitar seu Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme especifica o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA a obrigatoriedade do Registro das Entidades e a Inscrição de seus programas e serviços junto ao CMDCA, definindo os regimes de atendimento:

Art. 2º – As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I – orientação e apoio sociofamiliar;
- II – apoio socioeducativo em meio aberto;
- III – colocação familiar;
- IV – abrigo;
- V – liberdade assistida;
- VI – semiliberdade;
- VII – internação.

Parágrafo Único – As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações.

Art. 3º - As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Parágrafo Único - Será negado o registro à entidade que:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Resolução;
- c) esteja irregularmente constituída;
- d) tenha em seu quadro civil pessoas inidôneas.

Art. 4º - As Entidades Não-Governamentais com sede em outros municípios poderão solicitar seu Registro, desde que seus Programas e Serviços sejam executados no Município de Gaspar, apresentando o Atestado de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de origem.

Art. 5º - A solicitação de Registro deverá ser feita através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme anexo I desta Resolução.

Parágrafo Único: O Registro terá validade pelo prazo de dois anos.

Art. 6º - Os Serviços Governamentais deverão apresentar os seguintes documentos para solicitação de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Requerimento solicitando o Registro devidamente assinado pelo responsável pela Entidade (Anexo I);
- II - Cópia do Regimento Interno e suas alterações, onde deverá constar nas suas finalidades, o atendimento à criança e ao adolescente;
- III - Cópia da nomeação dos responsáveis;
- IV - Cópia do CPF e RG do representante legal do Órgão;
- V - Plano de Trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VI - Cópia do Cartão atualizado de inscrição do CNPJ do Ministério da Fazenda;
- VII - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência, - válido, expedido pelo órgão competente;
- VIII - Cópia do Alvará Sanitário, válido, expedido pelo órgão competente.

Art. 7º - As Entidades Não-Governamentais deverão apresentar os seguintes documentos para solicitação de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Requerimento solicitando o Registro devidamente assinado pelo responsável pela Entidade (Anexo I);
- II - Cópia autenticada do Estatuto da Entidade e suas alterações, devidamente registrado no órgão competente, onde deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento à criança e ao adolescente;
- IV - Cópia da ata da última eleição da diretoria;
- V - Cópia do CPF e RG do representante legal da instituição;
- VI - Declaração de que a entidade está em funcionamento, assinada por duas pessoas, com firma reconhecida em cartório;
- VII - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência, válido, expedido pelo órgão competente;
- VIII - Cópia do Alvará Sanitário, válido, expedido pelo órgão competente;
- IX - Cópia do Cartão atualizado de inscrição do CNPJ do Ministério da Fazenda;
- X - Plano de Trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá solicitar outros documentos que julgar necessário para a aprovação do Registro.

Art. 9º - Deferidas as solicitações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, emitirá o "Certificado de Registro".

Art. 10 - Indeferidas as solicitações, as Entidades Governamentais e Não-Governamentais poderão interpor recurso no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência do indeferimento.

Parágrafo Único: Os recursos interpostos serão julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento dos mesmos.

Art. 11 - As entidades de atendimento à criança e ao adolescente em funcionamento no município de Gaspar/SC que não protocolaram requerimento de Registro até o presente momento deverão proceder com a solicitação junto ao CMDCA no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Resolução.

Art. 12 - Revoga-se a resolução nº 04, de 20 de maio de 2014 e as demais disposições em contrário.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de outubro de 2015.

Cleber Sabel

Presidente Interino do CMDCA

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO

Gaspar, ____/____/____.

Exmo (a). Sr (a).

Presidente (a) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

A entidade abaixo qualificada vem requerer o seu registro neste Conselho, conforme preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - artigo 90 e 91.

Segue abaixo os dados da Entidade e, em anexo, a documentação solicitada.

1. Identificação da Entidade:

1.1. Razão social: _____

1.2. Nome fantasia: _____

1.3. Endereço: _____

Nº: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Ponto de referência: _____

Telefones: _____

E-mail: _____

Horário de funcionamento: _____

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Entidade
Cargo

RESOLUÇÃO Nº 018/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 018/2015

Determina as Diretrizes do Processo de Apresentação de Propostas de Projetos, termos e critérios de análise e dá outras providências.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária realizada no 13 de outubro de 2015 e no uso de suas atribuições legais,

Considerando os princípios consagrados no artigo 37 da Constituição Federal, em especial, o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 137/2010 do CONANDA, o Decreto Municipal nº 900/2005 e a IN-TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a importância da execução de projetos voltados a promoção, proteção, defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de Gaspar;

Considerando o dever de prestar contas, de quem manuseia recursos públicos, expresso no artigo 70 da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução tem por objetivo a regulamentação de inscrição de projetos que visam o fortalecimento comunitário, implantação e implementação de redes locais voltadas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e suas famílias no âmbito dos recursos do FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar.

Art. 2º - Os recursos públicos destinados ao desenvolvimento dos projetos voltados à área da infância e adolescência, que trata esta resolução, por intermédio de entidades governamentais e não-governamentais, no âmbito do Município de Gaspar/SC, deverão ser alocados pelo Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar - FIA.

Art. 3º - É vedada a destinação de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA de Gaspar para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

VI - Oriundos de emendas parlamentares ou outras fontes, sem observância ao rito legal da presente resolução.

VII - despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei.

Parágrafo Único: A exceção prevista no Art. 3º, VII somente se aplica nas hipóteses do art. 6º, II.

Art. 4º - Os projetos deverão contemplar as disposições da presente Resolução, devendo conter as informações e documentos indicados no anexo I.

Parágrafo Único: O Plano de Trabalho, mencionado no anexo I, deve conter as informações do Anexo II, e seguir o roteiro do anexo III.

Art. 5º - Poderão apresentar projetos as entidades não-governamentais e serviços governamentais que possuam registro/inscrição no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar, ou entidades não-governamentais com sede e registro no CMDCA de outra cidade, conforme art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Art. 6º - O projeto poderá ser encaminhado pelas entidades não-governamentais e serviços governamentais conforme publicação de Edital de Chamada Pública anual, desde que as ações do projeto sejam relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, de 1 (um) ano, podendo ser financiado por até 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º – Os recursos transferidos pelo Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar – FIA, destinam-se à cobertura com despesas de custeio, desde que adequados aos seus objetivos.

Parágrafo único: Entende-se por despesas de custeio aquelas que não aumentam o patrimônio da instituição, ou seja, são os gastos com a realização das atividades ou execução dos projetos.

Art. 8º - O projeto deverá ser protocolado na Sala dos Conselhos, localizada na Avenida das Comunidades, nº133, Centro, Gaspar/SC. Para qualquer esclarecimento, poderá ser realizado contato pelos telefones (47) 3397-0068, 3397-0047 e 3332-1094 ou através do correio eletrônico: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br.

Art. 9º - Para análise dos projetos, será constituída uma Comissão Especial de Análise de Projetos, composta por membros do CMDCA e técnicos da área de Serviço Social, Psicologia, Contabilidade e Direito, estes nomeados através de Decreto, devendo a Comissão apresentar parecer, sendo este submetido à aprovação em plenária do CMDCA.

Art. 10 – Protocolado o projeto, a Comissão Especial de Análise dos Projetos deverá apresentar parecer final, conforme artigo 12 desta Resolução, no prazo estipulado em Edital Público, à plenária do CMDCA para deliberações.

Parágrafo Único - Caberá a Comissão Especial solicitar informações ou documentos faltantes às entidades, no prazo estipulado em Edital Público, sob pena de reprovação do projeto em caso de não serem prestadas as informações solicitadas.

Art. 11 - A Comissão deverá apreciar as propostas dos projetos das Entidades seguindo os critérios:

I - Consonância do projeto com os artigos desta Resolução;

II - Coerência entre a justificativa, os objetivos e as metas propostas no projeto;

III - Impacto da ação e viabilidade: os projetos devem promover resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das crianças e adolescentes das comunidades atendidas;

IV - Capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para execução do projeto;

V - Adequação e detalhamento da metodologia quanto à abordagem, público-alvo, equipe técnica do projeto e atividades a serem desenvolvidas;

VI - Proposta de monitoramento e avaliação de resultados;

VII - Adequação dos orçamentos, coerência entre os valores solicitados, seus objetivos e metas.

Art. 12 – Após ponderar os critérios do artigo 11 desta Resolução, a Comissão Especial, encaminhará as propostas para deliberação do CMDCA, junto comparecer fundamentado que demonstre:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - viabilidade do projeto, capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - cumprimento dos objetivos – adequação ao tema; qualidade técnica do projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade do projeto, atividades e resultados esperados e quantidade de atendimentos;

V - a compatibilidade entre os quantitativos de materiais e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VI - a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

VII - sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio;

VIII - impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade);

IX - mérito do projeto diante da realidade local;

X - sua adequação à Resolução 137/2010 do CONANDA e/ou outra que a venha complementar e/ou substituir o interesse público do objeto e os benefícios sociais a serem obtidos;

Art. 13 - Para cada projeto aprovado, será constituído processo específico de concessão de recursos, ao qual serão apensadas as respectivas prestações de contas.

Art. 14 - Os projetos serão deliberados de acordo com os critérios previstos nesta resolução e edital público, financiados até o limite de recursos financeiros disponibilizados no referido edital de chamada pública.

Art. 15 – O resultado das deliberações deverá ser publicado em até dois dias úteis no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em forma de Resolução do CMDCA.

Art. 16 – O CMDCA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, formalizar o processo firmando o Termo de Ajuste com as entidades cujos projetos forem aprovados.

Art. 17– O CMDCA deverá, após a assinatura e publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, do Termo de Ajuste, iniciar o cumprimento do cronograma de desembolso.

Art. 18 – A prestação de contas será em no máximo 60(sessenta) dias após o recebimento dos valores, ou em prazo inferior, se estipulado no Termo de Ajuste.

Art. 19 - A aplicação dos recursos respeitará a legislação municipal e o pactuado no cronograma de aplicação.

Art. 20 - A não ocorrência de prestação de contas demandará a suspensão ou rescisão do convênio e devolução dos recursos, corrigidos até a efetiva devolução.

Art. 21 - Os casos omissos serão dirimidos pelo CMDCA de Gaspar/SC, sempre considerando a Lei Federal, Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as Legislações Municipais.

Art. 22 - Revoga-se a Resolução nº 03/2014, de 11 de março de 2014, a Resolução nº 05/2014, de 21 de maio de 2014 e as demais disposições em contrário.

Art. 23 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de outubro de 2015.

Cleber Sabel

Presidente Interino do CMDCA

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO

I	Solicitação de aprovação do Projeto ao Conselho - CMDCA;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto social das entidades não-governamentais e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade não-governamental registrada no cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;
VIII	Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência, válido, expedido pelo órgão competente;
IX	VIII – Cópia do Alvará Sanitário, válido, expedido pelo órgão competente;
X	Cópia do Certificado de Registro junto ao CMDCA da entidade não governamental do município a que pertencer a entidade; e ou inscrição de serviço no CMCD de Gaspar para os governamentais.
XI	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
XII	Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada, conforme orientações do Anexo III;
XIII	Certificação de entidade beneficente de Assistência Social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
XIV	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social;
XV	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
XVI	Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico http://www.sef.sc.gov.br , quando o concedente for o Estado;
XVII	Certidão Negativa de débitos municipais;
XVIII	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XV	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

ANEXO II

INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE RECEBEDORA DOS RECURSOS

I	Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
II	Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
III	Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios sociais a serem obtidos;

IV	Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;
V	Plano de aplicação com orçamento detalhado dos materiais e serviços a serem adquiridos ou contratados;
VI	Metodologia/estratégia de ação;
VII	Orçamentos de no mínimo 3(três) fornecedores, comprovando o menor valor de recursos materiais ou justificativas em relação a preferência, nos casos de recursos humanos (prestador de serviços);
VIII	Forma de monitoramento e avaliação do projeto;
IX	Cronograma físico de execução;
X	Cronograma financeiro de desembolso;
XI	Especificação completa dos materiais a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE		
Dados Cadastrais da Entidade Proponente:		
Nome:	CMPJ:	
Endereço:	Nº.	
Bairro:	Cidade:	
Telefone/fax:		
Endereço Eletrônico:		
Dados Cadastrais do Representante Legal (Presidente) da Entidade		
Nome:	CMPJ:	
Nº Carteira de Identidade, órgão expedidor e UF:		
Endereço de domicílio do representante legal:	Nº.	
Bairro:	Cidade:	
Telefone/fax:		
Endereço Eletrônico:		
Dados cadastrais Referente à Conta Corrente específica do projeto		
Banco:		
Tipo e nº da Conta Corrente	Nº da Agência	Praça de Pagamento
OBJETIVOS SOCIAIS DA ENTIDADE		
TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES		
DADOS DO PROJETO		
TÍTULO:		
PERÍODO DE EXECUÇÃO PREVISTO		
Início:	Término:	
Nº de pessoas beneficiadas com o projeto, por ano:		
JUSTIFICATIVO DO PROJETO:		
ESPECIFICAÇÃO DE TODAS AS DEMAIS FONTES DE RECURSOS QUE IRÃO FINANCIAR O OBJETO, COM OS VALORES ESTIMADOS, SE FOR O CASO		
Descrição da Receita	Valor por ano	
Valor total de Receita (exceto Prefeitura)	R\$ 0,00	

PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO / PLANO DE APLICAÇÃO

META	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
			Unid.	Quant.	Início	Término
1	MANUTENÇÃO					
	1.1					
	1.2					
	1.3					
	1.4					
	1.5					
	1.6					
	1.7					
	1.8					

Plano de Aplicação (R\$)

META	AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL R\$
		CONCEDENTE	PROPONENTE	CONCEDENTE	PROPONENTE	
1	1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL R\$		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

DADOS DO PROJETO

Concedente

AÇÃO	1º MÊS	2º MES	3º MES	4º MES	5º MES	6º MES
1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AÇÃO	7º MES	8º MES	9º MES	10º MES	11º MES	12º MES
1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL ACUMULADO DA CONCEDENTE: R\$ 0,00 (Zero Reais)

**PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

PROPONENTE						
AÇÃO	1º MÊS	2º MES	3º MES	4º MES	5º MES	6º MES
1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AÇÃO	7º MES	8º MES	9º MES	10º MES	11º MES	12º MES
1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL ACUMULADO DO PROPONENTE: R\$ 0,00 (zero)

PLANO DE TRABALHO

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM PRODUZIDOS OU ADQUIRIDOS BEM COMO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

RELAÇÃO DE BENS A SEREM ADQUIRIDOS**RELAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS PELA ENTIDADE**

LOCAL E DATA	ASSINATURA DO DIRIGENTE DA ENTIDADE PROPONENTE
Gaspar, XX/XX/XXXX	

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 69/2015**

RESOLUÇÃO Nº 69/2015

Autoriza despesas com realização de Audiência Pública.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e incisos IX e X do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a Audiência Pública a ser realizada às 19h do dia 19/10/2015 nas dependências da Escola Professora Angélica Costa, sob o tema "Pavimentação, Drenagem e Regularização Fundiária do Loteamento conhecido por Loteamento das Árábias" [conforme Requerimento nº 99/2015 aprovado pelo plenário desta Casa Legislativa na sessão do dia 2-6-2015, cópia anexa];

CONSIDERANDO o teor do Ofício GV-HG nº 17/2015 [e seu anexo – orçamento], através do qual é solicitada

autorização para gastos com sonorização e gravação dos trabalhos que serão desenvolvidos naquela Audiência Pública [cópia do ofício anexa]; e

CONSIDERANDO o e-mail da contabilidade desta Câmara Municipal informando dotação orçamentária [cópia anexa],

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada despesa no valor de até R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) com a contratação de serviços de sonorização e gravação dos trabalhos a serem desenvolvidos na Audiência Pública que se realizará no dia 19-10-2015, às 19h, na Escola Professora Angélica Costa, sob o tema "Pavimentação, Drenagem e Regularização Fundiária do Loteamento conhecido por Loteamento das Árábias".

Art. 2º As despesas mencionadas serão suportadas via dotação: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 0001 – Manutenção das Atividades do Legislativo; Ação: 2004 – Manutenção das Atividades em Geral; Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 15 de outubro de 2015.

Mesa Diretora

José Hilário Melato	Ivete Mafra Hammes
Presidente	Vice-Presidente (em licença)
Hamilton Graf	Giovano Borges
1º Secretário	2º Secretário

Grão Pará

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 17/2015

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 17/2015
(De 09 de outubro de 2015)

“EXPANDE OS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO SITUADO EM RIO PEQUENO NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, e dá outras providências”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica expandido o Perímetro Urbano na Localidade de Rio Pequeno, Município de Grão-Pará/SC, com a área total de 69.173,20 m2 (sessenta e nove mil, cento e setenta e três metros e vinte centímetros quadrados), matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte, sob o M-10.218, conforme Planta Georreferenciada em anexo.

Art. 2º. A área de que trata o caput do artigo anterior apresenta limites e confrontações, conforme adiante descritos.

Parágrafo Único. Ao NORTE, com oito linhas, a primeira parte em direção ao Leste, medindo 425,70m (quatrocentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros), desta parte a segunda linha em direção ao Sul, medindo 5,00m (cinco metros), desta parte a terceira linha em direção ao Leste, medindo 80,00m (oitenta metros), desta parte a quarta linha em direção ao Norte, medindo 5,00m (cinco metros), desta parte a quinta linha em direção ao Leste, medindo 63,60m (sessenta e três metros e sessenta centímetros), desta parte a sexta linha em direção ao Norte, medindo 5,00m (cinco metros), desta parte a sétima linha em direção ao Leste, medindo 61,00m (sessenta e um metros), desta parte a oitava e última linha em direção ao Sul, medindo 5,00m (cinco metros), todas as linhas confrontam-se com terras de Eduardo H. Wessler; ao SUL, com cinco linhas, a primeira linha parte do Oeste em direção ao Leste, medindo 444,95m (quatrocentos e quarenta e quatro metros e noventa e cinco centímetros), desta parte a segunda linha em direção ao Nordeste, medindo 57,75m (cinquenta e sete metros e setenta e cinco centímetros), desta parte a terceira linha em direção ao Leste, medindo 28,90m (vinte e oito metros e noventa centímetros), desta parte a quarta linha em direção ao Sudeste, medindo 20,85m (vinte metros e oitenta e cinco centímetros), desta parte a quinta linha em direção ao Leste, medindo 91,55m (noventa e um metros e cinquenta e cinco centímetros), todas as linhas confrontam-se com terras de área deste imóvel que permanece rural; ao LESTE, medindo 88,35m (oitenta e oito metros e trinta e cinco centímetros), confronta-se com a área deste imóvel que permanece rural; ao OESTE, com 122,40m (cento e vinte e dois metros e quarenta centímetros), confronta-se com a área deste imóvel que permanece rural.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 09 de outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL 2.011

LEI MUNICIPAL Nº 2.011/2015
(De 09 de outubro de 2015)

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 1.974, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014, (LDO), 1.981, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 1.981, de 16 de dezembro de 2014, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2015, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENV URBANO		
04.02	DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO		
2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0024	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENV URBANO		
04.02	DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO		
1.015	AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
4.4.90.00. 00. 00. 00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 09 de outubro de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL 2.012

LEI MUNICIPAL Nº 2.012/2015

(De 09 de outubro de 2015)

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS COM O CENTRO COMUNITÁRIO BEATOS TRÊS MÁRTIRES DE ILHA GRANDE, GRÃO-PARÁ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Grão-Pará/SC a celebrar Termo de Cessão de Uso, por prazo indeterminado, com o Centro Comunitário Beatos Três Mártires, inscrito no CNPJ sob o nº 78.829.520/0001-07, estabelecido na Localidade de Ilha Grande, Município de Grão-Pará/SC, objetivando a cessão de equipamentos para produção de feno.

§ 1º. Os equipamentos de que trata o caput deste artigo são: uma enfardadeira de alta pressão, um ancinho de dupla função e uma segadeira.

§ 2º. O Centro Comunitário Beatos Três Mártires de Ilha Grande deverá arcar com as despesas de manutenção e reparos necessários, responsabilizando-se pela guarda, zelo e cuidado dos equipamentos a serem recebidos do Município por meio de Termo de Cessão de Uso.

Art. 2º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 09 de outubro de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, no que tange à implementação e implantação de softwares dos programas utilizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de Grão-Pará.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das Rodovias Municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, não poderia deixar de realizar a implementação e implantação de softwares – cidadão web tributos, sistema livro eletrônico e sistema fly e-nota – para a continuidade dos trabalhos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pois os serviços públicos precisam de continuidade, o que revela relevantes razões de interesse público.

Entretanto, para continuidade dos serviços supracitados, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Betha Sistemas Ltda

Ordem de Pagamento: 0697, 2140 e 2201.

Valor: R\$ 5.412,58

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

REVOGAÇÃO PROCESSO 41.2015 PP 30.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
CNPJ: 11.355.924/00001-27
RUA PRESIDENTE KENNEDY, Nº455
CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC
Pregão Presencial Nº30/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 41/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS EM DIVERSOS TAMANHOS, DESTINADAS AOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2015.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 02/2015
A Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados em fornecer os serviços os materiais AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, resolve:"Revogar o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 41/2015 – Pregão Presencial nº 30/2015, tendo em vista que não acudiu interessados.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 16 de outubro de 2015.

SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,
GESTORA DO FMS

REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 105.2015 LEILÃO 01.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
CNPJ: 82.821.216/00001-82
RUA ADEMAR DE BARROS , Nº85
CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC
Leilão Nº01/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 105/2015

Objeto: ALIENAÇÃO (VENDA) DE BENS MÓVEIS: VEÍCULOS, MÁQUINAS, ÔNIBUS, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 13/2015
O prefeito Municipal, Senhor Roque Luiz Meneghini no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados na , ALIENAÇÃO (VENDA) DE BENS MÓVEIS: VEÍCULOS, MÁQUINAS, ÔNIBUS, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL., resolve:"Revogar o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 105/2015 - Modalidade Leilão nº 01/2015, tendo em vista que não acudiu interessados.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 16 de outubro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEGHINI,
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

ADIT 02 60 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DO CONTRATO 29/2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2014 - PMG

Processo de Licitação: 60/2014 –PMG.
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA PARA A CONCLUSÃO DA CEI FIGUEIRINHA.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.338.882/0001-62, estabelecida na Adolfo Ziemann nº 255, Jaraguá do Sul – SC.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO :

A) Prorrogar prazo de execução da obra em mais 120 (noventa) dias.

B) Prorrogar o prazo de vigência do contrato até 04/08/2015.

Data da Assinatura: 06/04/2015.

GUARAMIRIM (SC), 06/04/2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 19/2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 19/2015 – FMAS
Processo Licitatório: 19/2015 - FMAS
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, COM MOTORISTA, CONTRATAÇÃO POR QUILOMETRAGEM, PARA O TRANSLADO DE IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E DEMAIS DEMANDATÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 04/11/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 04/11/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda-feira das 07:00h e 13:00h e de terça à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de outubro de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 559/2015

DECRETO Nº. 559/2015
Abre crédito suplementar no valor de R\$ 623.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 623.000,00 (seiscentos e vinte e três mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 – Hospital Municipal Santo Antônio	
17.001	
2036 - Atendimento em unidades de urgência e emergência – HMSA	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
30200	R\$
533.000,00	
13823	R\$
20.000,00	
13824	R\$
40.000,00	
10200	R\$
30.000,00	

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit do exercício anterior, apurado nos vínculos 30200, no valor de R\$ 533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais), 13823, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e 13824, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e da anulação dos itens abaixo relacionados:

17.00 – Hospital Municipal Santo Antônio	
17.001	
2036 - Atendimento em unidades de urgência e emergência – HMSA	
3315000000000000 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	
10200	R\$ 5.000,00
3335000000000000 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	
10200	R\$ 5.000,00
3449000000000000 – Aplicação Direta	
10200	R\$
20.000,00	

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015- PMG

Objeto: Registro de preço para eventual contratação de serviço de lavação e limpeza completa para frota de veículos das fundações, das secretarias e da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 115/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: CLEITON ADRIANO MELCHIORETTO, inscrita no CNPJ sob o nº 17.447.557/0001-78, estabelecida na Rua Expedicionário Olímpio José Borges, nº 4637, bairro Avaí, em Guaramirim/SC.

Vigência: Início: 13/10/2015 Término: 12/10/2016.

Fornecedor: 389838 - CLEITON ADRIANO MELCHIORETTO 04135742963					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	295	UN	LAVAÇÃO EXTERNA + LIMPEZA INTERNA + POR BAIXO + MOTOR DE VEICULOS DE PASSEIO	50,00	14.750,00
4	2240	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA DE VEÍCULOS DE PASSEIO	22,50	50.400,00
5	90	UN	LAVAÇÃO EXTERNA E LIMPEZA INTERNA DE VANS	49,50	4.455,00
Total				R\$69.605,00	

Guaramirim (SC), 14 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015- PMG

Objeto: Registro de preço para eventual contratação de serviço de lavação e limpeza completa para frota de veículos das fundações, das secretarias e da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 115/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: LAVACAR SAO PEDRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.402.866/0001-61, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 30, sala 01, bairro Nova Esperança, em Guaramirim/SC.

Vigência: Início: 13/10/2015 Término: 12/10/2016.

Fornecedor: 2983257 - LAVACAR SAO PEDRO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	45	UN	LAVAÇÃO EXTERNA + LIMPEZA INTERNA + POR BAIXO DE VANS	79,00	3.555,00
3	50	UN	LAVAÇÃO EXTERNA + LIMPEZA INTERNA + POR BAIXO + MOTOR DE VANS	99,00	4.950,00
6	465	UN	LAVAÇÃO EXTERNA + LIMPEZA INTERNA + POR BAIXO DE VEICULOS DE PASSEIO	32,00	14.880,00
Total				R\$23.385,00	

Guaramirim (SC), 14 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2015- PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS (INCLUIDA A TROCA) PARA VEÍCULOS A GASOLINA, ÁLCOOL E DIESEL DA FROTA DAS SECRETARIAS, DAS FUNDAÇÕES E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

1.1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 117/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: AUTO CENTER E MECÂNICA ZEZINHO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.389.011/0001-21, estabelecida na Rua Wolf Heinz Antonius, nº 50, Bairro Amizade, em Guaramirim/SC.

Vigência: Início: 08/10/2015 Término: 08/10/2016.

Fornecedor: 2911159 - AUTO CENTER E MECANICA ZEZINHO LTDA - ME

1 - TROCA DE ÓLEO COM A TROCA DO FILTRO DO ÓLEO PARA OS VEÍCULOS.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	85	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX ANO 2002 A 2014	19,63	1.668,55
2	900	LITRO	OLEO SINTÉTICO 5W30	24,10	21.690,00
3	150	LITRO	ÓLEO MOTOR 10W40	22,17	3.325,50
4	250	LITRO	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40	13,32	3.330,00
5	10	LITRO	ÓLEO 20W50	16,90	169,00
6	70	LITRO	ÓLEO SINTÉTICO 5W40	33,56	2.349,20
7	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA UNO VIVACE1.0 VIVACE 2014	19,63	98,15
8	25	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA DOBLO 1.8 ANO 2005 A 2013	19,97	499,25
9	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA DOBLO 1.4 ANO 2014-2015	19,63	98,15
10	40	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA CELTA 1.0 ANO 2003 A 2013	19,63	785,20
11	25	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA CORSA CLASSIC 1.0 VHC ANO 2010 A 2013	19,63	490,75
12	15	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PARTNER 1.6 = 16 VALVULAS ANO 2010 A 2013	32,27	484,05
13	10	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA MONTANA 1.8 = 8 VALVULAS ANO 2006 A 2010	19,63	196,30
14	10	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA TOWNER 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2011 A 2013	28,77	287,70
15	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA STRADA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2009 A 2010	24,63	123,15
16	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA STRADA 1.3 = 8 VALVULAS ANO 2004 A 2005	19,63	98,15
17	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA SIENA 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2009-2010	19,63	98,15
18	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA GOL CITY 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2008	20,10	100,50
19	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA GOL GTI 168 VALVULAS ANO 1999-2000	20,10	100,50
20	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA CORSA HAT 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2007	19,63	98,15
21	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PRISMA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2012	19,63	98,15
22	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA LINEA 1.9 = 16 VALVULAS ANO 2009 = 2010	24,90	124,50
23	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PARATI 1.0/ 16V ANO 2009-2010	20,10	100,50
24	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PARATI 1.6/ 16V ANO 2009-2011	19,97	99,85
25	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA FORD FOCUS GHIA 2.0 16V FLEX ANO 2000-2002	19,97	99,85
26	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PALIO 1.8 FLEX 8V ANO 2006	19,63	98,15
27	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PALIO 1.6 / 16V ANO 2002	20,10	100,50
28	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PALIO 1.0 / 16V ANO 2006	19,63	98,15
29	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA PALIO 1.4 FLEX 8V ANO 2013/2014	19,80	99,00
30	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA MB SPRINTER ANO 2007-2008	38,10	190,50
31	5	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA FURGOVAN DIESEL ANO 1994	53,67	268,35
32	20	UN	FILTRO DE ÓLEO PARA LOGAN HIFLEX 1.6 / 16V	30,60	612,00

2 - TROCA DO FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX ANO 2002-2014

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	85	UN	FILTROS DE AR UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX ANO 2002 A 2014	19,90	1.691,50
2	85	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX ANO 2002 A 2014	36,00	3.060,00

3 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO UNO VIVACE 1.0 VIVACE 2014

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA UNO VIVACE 1.0 ANO 2014	25,57	127,85
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA UNO VIVACE1.0 VIVACE 2014	36,00	180,00

4 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO DOBLO 1.8 ANO 2005 A 2013

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
------	-----	-----	-----------	----------------	-------------

1	25	UN	FILTRO DE AR PARA DOBLO 1.8 ANO 2005 A 2013	39,10	977,50
2	25	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA DOBLO 1.8 ANO 2005 A 2013	36,00	900,00
5 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO DOBLO 1.4 ANO 2014-2015					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA DOBLO 1.4 ANO 2014-2015	44,13	220,65
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA DOBLO 1.4 ANO 2014-2015	36,00	180,00

Fornecedor: 2911159 - AUTO CENTER E MECANICA ZEZINHO LTDA - ME

6 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO CELTA 1.0 ANO 2003 A 2013

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	40	UN	FILTROS DE AR CELTA 1.0 ANO 2003 A 2013	19,90	796,00
2	40	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA CELTA 1.0 ANO 2003 A 2013	36,00	1.440,00

7 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO CORSA CLASSIC 1.0 VHC ANO 2010 A 2013

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	25	UN	FILTROS DE AR CORSA CLASSIC 1.0 VHC ANO 2010 A 2013	19,57	489,25
2	25	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA CORSA CLASSIC 1.0 VHC ANO 2010 A 2013	36,00	900,00

8 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO MONTANA 1.8 = 8 VALVULAS ANO 2006 A 2010

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	10	UN	FILTROS DE AR MONTANA 1.8 = 8 VALVULAS ANO 2006 A 2010	27,57	275,70
2	10	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MONTANA 1.8 = 8 VALVULAS ANO 2006 A 2010	36,00	360,00

9 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO TOWNER 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2011 A 2013

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	10	UN	FILTROS DE AR TOWNER 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2011 A 2013	38,60	386,00
2	10	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA TOWNER 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2011 A 2013	39,63	396,30

10 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO STRADA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2009 A 2010

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTROS DE AR STRADA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2004 A 2005	20,90	104,50
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA STRADA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2009 A 2010	36,00	180,00

11 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO STRADA 1.3 = 8 VALVULAS ANO 2004 A 2005

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTROS DE AR STRADA 1.3 = 8 VALVULAS ANO 2009 A 2010	20,90	104,50
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA STRADA 1.3 = 8 VALVULAS ANO 2004 A 2005	36,00	180,00

12 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO SIENA 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2009-2010

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTROS DE AR SIENA 1.0 8 VÁLVULAS ANO 2009 A 2010	19,90	99,50
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA SIENA 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2009-2010	36,00	180,00

13 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO GOL CITY 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2008

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTROS DE AR GOL CITY 1.0 8 VÁLVULAS ANO 2008	22,47	112,35
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA GOL CITY 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2008	36,00	180,00

14 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO GOL GTI 168 VALVULAS ANO 1999-2000

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA GOL GTI 16V ANO 1999-2000	27,90	139,50
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA GOL GTI 168 VALVULAS ANO 1999-2000	36,00	180,00

15 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO CORSA HAT 1.0 = 8 VALVULAS ANO 2007

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA CORSA 1.0 8V ANO 2007	27,57	137,85

2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA CORSA HAT 1.0 = 8 VAL ANO 2007	36,00	180,00
16 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PRISMA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2012					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTROS DE AR PRISMA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2012	18,57	92,85
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PRISMA 1.4 = 8 VALVULAS ANO 2012	36,00	180,00
17 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO LINEA 1.9 = 16 VALVULAS ANO 2009 = 2010					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTROS DE AR LINEA 1.9 = 16 VALVULAS ANO 2009 = 2010	27,27	136,35
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA LINEA 1.9 = 16 VALVULAS ANO 2009 = 2010	36,00	180,00
18 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PARATI 1.0/ 16V ANO 2009-2010					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA PARATI 1.0 / 16V ANO 2009-2010	25,93	129,65
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PARATI 1.0/ 16V ANO 2009-2010	36,00	180,00
19 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PARATI 1.6/ 16V ANO 2009-2011					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA PARATI 1.6 / 16V ANO 2009-2011	23,47	117,35
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PARATI 1.6/ 16V ANO 2009-2011	36,00	180,00
20 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO FORD FOCUS GHIA 2.0 16V FLEX ANO 2000-2002					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA FORD FOCUS 2.0 FLEX 16V ANO 2000-2002	51,07	255,35
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FORD FOCUS GHIA 2.0 16V FLEX ANO 2000-2002	36,00	180,00
21 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PALIO 1.8 FLEX 8V ANO 2006					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA PALIO 1.8 FLEX 8V ANO 2006	21,90	109,50
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PALIO 1.8 FLEX 8V ANO 2006	36,00	180,00
22 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PALIO 1.6 / 16V ANO 2002					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA PALIO 1.6 / 16V ANO 2002	21,90	109,50
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PALIO 1.6 / 16V ANO 2002	36,00	180,00
23 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PALIO 1.0 / 16V ANO 2006					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA PALIO 1.0 / 16V ANO 2006	23,57	117,85
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PALIO 1.0 / 16V ANO 2006	36,00	180,00
24 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PALIO 1.4 FLEX 8V ANO 2013/2014					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA PALIO 1.4 FLEX 8V ANO 2013-2014	23,57	117,85
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PALIO 1.4 FLEX 8V ANO 2013/2014	36,00	180,00
26 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO FURGOVAN DIESEL ANO 1994					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	UN	FILTRO DE AR PARA FURGOVAN DIESEL ANO 1994	110,00	550,00
2	5	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FURGOVAN DIESEL ANO 1994	63,00	315,00
27 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO LOGAN HIFLEX 1.6 / 16V					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	20	UN	FILTRO DE AR PARA LOGAN HIFLEX 1.6 / 16V	46,30	926,00
2	20	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA LOGAN HIFLEX 1.6 / 16V	41,30	826,00
28 - TROCA DE FILTRO DE AR E FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO PARTNER 1.6 = 16 VALVULAS ANO 2010 A 2013					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	15	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PARTNER 1.6 = 16 VALVULAS ANO 2010 A 2013	49,63	744,45
2	15	UN	FILTRO DE AR PARTNER 1.6 = 16 VALVULAS ANO 2010 A 2013	45,30	679,50
Total				R\$ 59.086,05	

Guaramirim (SC), 08 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO 019/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2015- PMG

Processo de Licitação: 056/2015.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item no Sistema Registro de Preços.

Objeto da Licitação: Aquisição de água mineral, vasilhame e gás de cozinha para atender aos órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedora: HEMILI GIURIATTI RIBAS ME, localizada na Rua vinte e oito de agosto, n.º 500, Nova Esperança, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 09.577.101/0001-02.

Resumo do aditivo: Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços, a Prefeitura Municipal de Guaramirim pagará ao Fornecedor, pelo fornecimento do item 04- carga de gás para botijão GLP P13 o valor de R\$ 56,25 (cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por unidade com efeitos financeiros a partir de 24 de setembro de 2015.

Data da Assinatura: 14/10/2015 Vigência: 15/06/2016.

GUARAMIRIM (SC), 16/10/2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 035/2015 DE 15/10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Auto Viação Herval Ltda – ME"

OBJETO: Prestação de serviços diários de transporte escolar no município de Herval d'Oeste.

VALOR: R\$ 440.848,80

PRAZO DO CONTRATO: 31/12/2015 - prorrogável

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2015.

Nelson Guindani - Prefeito

Vitor Olivo- Sócio Administrador

CONTRATO Nº 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 036/2015 DE 15/10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Transportes Coletivos Sarandi Ltda"

OBJETO: Prestação de serviços diários de transporte escolar no município de Herval d'Oeste.

VALOR: R\$ 95.040,00

PRAZO DO CONTRATO: 31/12/2015 - prorrogável

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2015.

Nelson Guindani - Prefeito

Roberto Zarpelon- Sócio Administrador

CONTRATO Nº 037/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 037/2015 DE 15/10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Transportes Coletivos Zarpelon Ltda"

OBJETO: Prestação de serviços diários de transporte escolar no município de Herval d'Oeste.

VALOR: R\$ 44.240,00

PRAZO DO CONTRATO: 31/12/2015 - prorrogável

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2015.

Nelson Guindani - Prefeito

Iraí Zarpelon- Sócio Administrador

CONVOCAÇÃO ALESSANDRA SERATTO

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora ALESSANDRA SERATTO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 016.533.569-60, aprovada no concurso público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Psicóloga, 40 horas semanais.

Art 2º A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á na medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 13 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____

ALESSANDRA SERATTO

EDITAL AUDIÊNCIAS PÚBLICAS Nº 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede administrativa sito a Rua Nereu Ramos, 389, Centro deste Município e Comarca, vem através de seu Prefeito Senhor NELSON GUINDANI e por meio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico através de seu Secretário Senhor TOMAZ ALBERTO CONRADO no cumprimento de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, tornar público e convoca aos interessados para realização da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Audiências Públicas a fim de tratar do projeto urbanístico de regularização fundiária do Bairro São Jorge – PROGRAMA LAR LEGAL:

1 As Audiências Públicas serão realizadas nas datas, abaixo relacionadas, todas a partir das 19h30min, no Ginásio de Esportes da Escola Básica Municipal Cruz e Sousa, situada a Rua Primeiro de Janeiro, no bairro São Jorge, no município de Herval d'Oeste – SC:

- 04/11/2015 (quarta-feira);
- 09/11/2015 (segunda-feira);
- 12/11/2015 (quinta-feira);
- 17/11/2015 (terça-feira);
- 19/11/2015 (quinta-feira);
- 24/11/2015 (terça-feira);

2 Ficam convocados(as) todos(as) os(as) moradores(as) do Bairro São Jorge, que residem em ÁREAS PÚBLICAS, invadidas ou não, que não possuem escrituras ou títulos de propriedade das suas residências, para exposição dos motivos e adesão ao instrumento jurídico de regularização fundiária, a comparecerem de acordo com a setorização definida pela Comissão Permanente de Regularização, e conforme divulgação aos munícipes através da agenda de eventos no site no Município;

3 As Audiências Públicas serão realizadas com a garantia do direito de manifestação de todos os presentes, individualmente, ou representantes devidamente constituídos;

4 Outras informações poderão ser obtidas junto à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico do Município de Herval d'Oeste - SC, sito junto ao Paço Municipal, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, ou através do telefone 49 3554-0922.

Herval d'Oeste (SC), 16 de outubro de 2015.

TOMAZ ALBERTO CONRADO

Secretário de Habitação

Desenvolvimento Econômico

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1158/2015

PORTARIA Nº 1158/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria Nº 1051/2015, do Servidor DOUGLAS GONÇALVES (Matr. 4014), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível/Referência – 12/1/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais;

E, DESIGNAR o servidor supracitado para exercer suas atividades junto à Secretaria de Saúde, de conformidade com a LC Nº 293/2011 a contar de 13 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

ATA Nº 002/2015 TP006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2015 - TP
CNPJ: 82.939.430/0001-38 Rua Nereu Ramos, 389 C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC	Processo Administrativo: 31/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 09/09/2015
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação em regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção da iluminação pública com equipe padrão no município de Herval d'Oeste

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 16 de Outubro de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 3389/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 55/2015, Licitação nº 6/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: As três empresas apresentaram as propostas em conformidade com o edital, restando todas classificadas a prosseguir no certame. Da análise individual foram apresentados os seguintes valores: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME com valor Global de R\$ 116.000,00; OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. EPP; com valor Global de R\$ 120.000,00 e QUARK ENGENHARIA LTDA. com valor Global de R\$ 320.000,00, como critério de classificação como a primeira e segunda colocada detém os benefícios da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 ficam assim classificadas: 1º - LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME; 2º - OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. EPP; 3º - QUARK ENGENHARIA LTDA. como apenas uma empresa estava representada na sessão, não foi possível lavrar termos de renúncia quanto as propostas. Desta forma a Comissão abre prazo de cinco dias úteis para possíveis interposições de recursos quanto a habilitação em conformidade com o artigo 109, inciso "I" anexo "b". a presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC e no site da administração Municipal, e encaminhada aos licitantes por e-mail. decorridos os prazos os licitantes serão notificados das fases seguintes do processo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Herval d'Oeste, 16 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

MARIANA COLUSSO FABRIN - - Presidente da Comissão de Licitação
ADRIANE BERNARDO - - Membro
GILMAR CARMO KICH - - Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

VILMAR RECH - - Representante

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIA Nº 224, 05 DE OUTUBRO DE 2015

“INTERROMPE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93 e artigo 100, inciso III, alínea b, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento da mãe da servidora JANETE APARECIDA FELICETTI, fica interrompido a partir de 04 de outubro de 2015, Licença por motivo de doença em pessoa da família, concedida através da Portaria nº 212, de 21 de setembro de 2015.

Art. 2º. Em razão do falecimento da Sra. Vitória Lorenzetti Felicetti, mãe da servidora acima mencionada, fica concedido afastamento temporário (Luto) no período de 04 de outubro de 2015 a 11 de outubro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de outubro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE OUTUBRO DE 2015.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº 225, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADO PÚBLICO VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 134 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a empregada pública vinculada a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Jane Maria Andretta	02.09.2014 a 01.09.2015	05.10.2015 a 19.10.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 226/2015

PORTARIA Nº 227, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPENSA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o requerimento da servidora protocolado em 27 de julho de 2015 junto ao Setor de Pessoal;

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 15, inciso I, da Lei Municipal nº 0112, de 05 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica rescindido, a pedido, o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 012, de 01 de abril de 2015, celebrado com a Sra. ALINE ODORIZZI TURELLA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE OUTUBRO DE 2015.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 227/2015

PORTARIA Nº 227, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPENSA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o requerimento da servidora protocolado em 27 de julho de 2015 junto ao Setor de Pessoal;

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 15, inciso I, da Lei Municipal nº 0112, de 05 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica rescindido, a pedido, o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 012, de 01 de

abril de 2015, celebrado com a Sra. ALINE ODORIZZI TURELLA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 228/2015

PORTARIA Nº 228, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a IRLEY LUIZ LAMPERTI, servidor efetivo no cargo de Eletricista – Nível45 – Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak – CRM/SC 16766, para o período de 09 a 15 de outubro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 229/2015

PORTARIA Nº 229, 13 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o requerimento da servidora protocolado em 22 de setembro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JANETE APARECIDA FELICETTI, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 68 (sessenta e oito) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 09.03.1999 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 13 de outubro a 19 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 230/2015

PORTARIA Nº 230, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 024, de 03 de setembro de 2014;

Considerando, o retorno ao trabalho da servidora Rose Mari Kowalczyk;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o Contrato de Trabalho nº 024/2014, celebrado com LUCIANA MIORELLI CRUZ DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

RESOLUÇÃO Nº 17/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 17, de 09 de outubro de 2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Ibiã

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 482/2011,

RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Ibiã para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º. Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015:

I - Total de eleitores: 554

II - Total de votos válidos: 1559

III - Total de votos em branco: 02

IV - Total de votos nulos: 02

Art. 2º. Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Debora Rossato	340	1º
Edir Romanatto Dani	242	2º
Ivonete Trevisol Craco	176	3º
Simara Aparecida Trevisol Slongo	172	4º
Valéria Batista Posanske	168	5º
Simara Meira de Castro	155	6º
Maria de Fátima Filippi	148	7º
Daniel Lutkemeyer Gonzatto	90	8º
Eudes Maria Recalcatti	68	9º

Art. 3º. Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Debora Rossato

II- Edir Romanatto dani

III- Ivonete Trevisol Craco

IV- Simara Aparecida Trevisol Slongo

V- Valéria Batista Posanske

Art. 4º. Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Simara Meira de Castro

II- Maria de Fátima Filippi

III- Daniel Lutkemeyer Gonzatto

IV- Eudes Maria Recalcatti

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes dar-se-á em data a ser combinada.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibiam, 09 de outubro de 2015.

Marcelo Luiz Rinaldi

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ilhota

PREFEITURA

LEI 1799 2015

Lei nº 1799, de 14 de outubro de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR DESPESA QUE ESPECIFICA

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC) , no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Ilhota autorizado a realizar despesas com hospedagem dos alunos que representarão o Município e a Escola de Educação Básica Marcos Konder, destaques na XXXI Feira Regional de Matemática, classificados para a XXXI Feira Catarinense de Matemática, a realizar-se nos dias 28,29 e 30 de outubro de 2015, na cidade de Joinville, SC.

Art. 2º O valor total das despesas a serem arcadas pelo Município, ficam limitadas ao montante de R\$ 1.068,00 (mil e sessenta e oito) reais.

Art. 3º A Escola de Educação Básica Marcos Konder, por sua Direção, fica obrigada a prestar contas nos moldes exigidos pelo Município.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com dotação consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando os demais dispositivos em sentido contrário.

Ilhota, 14 de outubro de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 489/2015

PORTARIA Nº 489/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VALÉRIA COSTA DA SILVA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 19 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de outubro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº 027/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí, através do Setor de Licitação, torna publico a ANULAÇÃO, do Pregão Eletrônico PMI 027/2015, que tem por objeto a aquisição de uma retroescavadeira, com base no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e justificativa anexada no processo. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 16 de Outubro de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 112, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 112, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições contidas na Lei n.1.901, de 16 de outubro de 2015, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$465.725,67, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	34	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.010	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	45	1.000	Aplicações Diretas	175.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	75	1.000	Aplicações Diretas	16.785,67
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 1.300	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE AGUA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	268.940,00
Total Geral	465.725,67			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.033	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	40	1.000	Aplicações Diretas	175.000,00
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 1.300	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE AGUA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	26.270,00
PROJ/ATIV. – 1.301	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SANITARIOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	3.180,00
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	40.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	12.380,50
4.4.90.00.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	6.826,67
PROJ/ATIV. – 2.301	MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTEC.DE AGUA, ESGOTO PLUVIAL E DIVERSOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	120.910,00
4.4.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	2.120,00
ÓRGÃO – 17	FUNDEMA			
UNIDADE – 17.01	FUNDEMA			
PROJ/ATIV. – 1.400	AQUISIÇÃO DE AREA PARA EXPLORAÇÃO MINERAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
ROJ/ATIV. – 2.400,00	MANUTENÇÃO DO FUNDEMA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	44.160,00
3.3.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	8.910,50
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	19.008,00
Total Geral	465.725,67			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

LEI Nº. 1.901, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº. 1.901, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$465.725,67, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	34	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.010	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	45	1.000	Aplicações Diretas	175.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	75	1.000	Aplicações Diretas	16.785,67
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 1.300	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE AGUA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	268.940,00
Total Geral	465.725,67			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.033	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	40	1.000	Aplicações Diretas	175.000,00
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 1.300	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE AGUA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	26.270,00
PROJ/ATIV. – 1.301	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SANITARIOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	3.180,00
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	40.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	12.380,50
4.4.90.00.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	6.826,67
PROJ/ATIV. – 2.301	MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTEC.DE AGUA, ESGOTO PLUVIAL E DIVERSOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	120.910,00
4.4.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	2.120,00
ÓRGÃO – 17	FUNDEMA			
UNIDADE – 17.01	FUNDEMA			
PROJ/ATIV. – 1.400	AQUISIÇÃO DE AREA PARA EXPLORAÇÃO MINERAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	5.300,00
ROJ/ATIV. – 2.400,00	MANUTENÇÃO DO FUNDEMA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	44.160,00
3.3.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	8.910,50
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	19.008,00
Total Geral		465.725,67		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 060/2015

PORTARIA CMI Nº 060/2015

“Nomeia Sandra Pires para exercer a Função Gratificada de Supervisora de Atendimento ao Público”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º - NOMEAR, com fundamento no art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 4.622, de 15 de outubro de 2015, a senhora Sandra Pires, portadora do RG de nº 1.035.274.271, inscrita no CPF sob o nº 553.300.290-15, nomeada no emprego público de provimento efetivo de Telefonista/Recepcionista pela Portaria CMI nº 023/2007, para exercer a função gratificada de Supervisora de Atendimento ao Público, fazendo jus a gratificação correspondente, nos termos do anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145/1991.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de outubro de 2015.
Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/10/2015.

PORTARIA CMI Nº 061/2015

PORTARIA CMI Nº 061/2015

“Altera a Designação de Rosalba da Silveira Espíndola para exercer a Função Gratificada de Supervisora de Serviços Gerais e de Copa”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º – ALTERAR a designação, com fundamento no art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 4.622, de 15 de outubro de 2015, da senhora Rosalba da Silveira Espíndola, portadora do RG de nº 2.383.630, inscrita no CPF sob o nº 776.144.539-72, nomeada no emprego público de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços pela Portaria CMI nº 013/2007, para exercer a função gratificada de Supervisora de Serviços Gerais e de Copa, fazendo jus a gratificação correspondente, nos termos do anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145/1991.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de outubro de 2015.
Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/10/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 206/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 206/2015
CONTRATADA: TERRAPLENAGEM POFFO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação em blocos de concreto intertravados, da via e passeios, da Rua Itapema, com extensão de 165,00 metros (início: interseção com a Rua das Nações – estaca 0+0,00 PP; término: próximo à residência no 180 – estaca 8+5,00 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do Edital de Tomada de Preços no 004/2015-10430, constante no Processo Licitatório no 015/2015.

A obra será executada na Rua Itapema – Bairro Rio Morto – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

VALOR: R\$ 226.957,70.

PRAZO: 07 de outubro de 2015 até 03 de maio de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2015.

DECRETO Nº 1601

. DECRETO Nº 1601/15

. De 16 de outubro de 2015

Cancela pagamento de gratificações servidores.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a necessidade de novas medidas para a contensão de despesas com pessoal,
DECRETA,

Art. 1º - Ficam cancelados os pagamentos das gratificações concedidas aos servidores de acordo com as Leis Complementares 83/08 e alterações, 94/09, 106/10, 113/11, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 16 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2015

MUNICÍPIO DE INDAL

Processo Licitatório nº 188/2015

Concorrência nº 003/2015-10430

Objeto: Execução de infraestrutura e pavimentação da Rua Santa Luzia – extensão 3.072,00m.

Entrega dos envelopes: 24/11/2015 as 08:30h.

Abertura das propostas: 24/11/2015 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2015

MUNICÍPIO DE INDAL

Processo Licitatório nº 189/2015

Concorrência nº 004/2015-10430

Objeto: Execução de infraestrutura e pavimentação da Rua Augusto Maass – extensão 3.338,00m.

Entrega dos envelopes: 25/11/2015 as 08:30h.

Abertura das propostas: 25/11/2015 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2015

MUNICÍPIO DE INDAL

Processo Licitatório nº 187/2015

Concorrência nº 002/2015-10430

Objeto: Execução de infraestrutura e pavimentação do trecho 03 da Av. Brasil – extensão 365,00m.

Entrega dos envelopes: 23/11/2015 as 08:30h.

Abertura das propostas: 23/11/2015 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 002 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 050/2015

RETIFICAÇÃO 002 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 050/2015

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir o valor do Salário Base para o cargo de Agente Municipal de Endemias, em decorrência de erro material (digitação);

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir o conteúdo programático para os cargos de Ajudante Geral e Técnico em Arquivo, em decorrência de erros materiais (digitação);

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPOÁ torna público aos candidatos interessados no Concurso Público Edital 050/2015, que nesta data, foram retificadas as seguintes informações deste Edital:

No Edital 050/2015, Anexo 1, Alínea B (Cargos de Nível Médio/Técnico), na coluna "Salário Base" para o cargo de Agente Municipal de Endemias, onde se lê:

R\$ 1.277,36

Leia-se:

R\$ 1.074,97

No Edital 050/2015, Anexo 3, Alínea "A" (Cargos de Nível Fundamental), onde se lê:

Ajudante Geral

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos. Conhecimentos básicos de instalações hidráulicas: instalar ou trocar torneiras, chuveiros, conexões ou válvulas hidráulicas. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade.

Leia-se:

Ajudante Geral

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; Utilização, manuseio e conservação de ferramentas, utensílios, equipamentos e eletrodomésticos. Os alimentos; Proteção dos alimentos; Cuidados pessoais na manipulação de alimentos; Preparação dos alimentos; O gás de cozinha; Elaboração dos pratos; Estocagem dos alimentos; Controle de estoque; Reaproveitamento de alimentos; Conservação e validade dos alimentos; Noções de nutrição. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade. Conhecimentos inerentes às atividades do cargo.

No Edital 050/2015, Anexo 3, Alínea "B" (Cargos de Nível Médio/Técnico), onde se lê:

Técnico de Arquivo

Bibliotecas: tipos e conceitos, estrutura física; Acervo: catalogação, classificação, indexação, preparação física do livro; Armazenagem da documentação, preservação e conservação de acervo;

Normalização de documentos conforme ABNT; Catálogos: tipos e referências; Serviços aos usuários; Serviços de referência; Clipping; Pesquisas e levantamentos bibliográficos; Empréstimo (Circulação); Comunicação visual: sinalização; Ética profissional. Relações públicas e interpessoais; Lei Federal 1.244/2010. Conhecimentos de Informática: Sistema Operacional Windows XP ou superior (Versão em Português), Windows Explorer, Internet (browsers/navegadores) e Ferramentas do Pacote Microsoft Office Professional 2007 ou superior (Word, Excel e PowerPoint) (Versão em Português).

Leia-se:

Técnico de Arquivo

Conceito e finalidade do arquivo. Classificação e tipos de arquivos, Métodos de arquivamento, Classificação dos documentos. Arquivo eletrônico. Prazo para eliminação de documentação. Microfilmagem. Recebimento e expedição de documentos. Higienização e restauração de documentos; Digitalização; Controle de recebimento, distribuição, reprodução e organização de correspondências. Técnicas de arquivamento de documentos em geral e multimídia. Conhecimentos de Informática: Sistema Operacional Windows XP ou superior (Versão em Português), Windows Explorer, Internet (browsers/navegadores) e Ferramentas do Pacote Microsoft Office Professional 2007 ou superior (Word, Excel e PowerPoint) (Versão em Português).

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo Edital 050/2015 consolidado com as alterações decorrentes desta Retificação.

Itapoá/SC, 16 de outubro de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2571/2015 – HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE ITAPOÁ – "CONCIDADE-ITAPOÁ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2571/2015

Data: 16 de outubro de 2015

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE ITAPOÁ – "CONCIDADE-ITAPOÁ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando a ata da sétima reunião extraordinária do CONCIDADE, de 24 de setembro de 2015,

DECRETA

Art.1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade de Itapoá – "CONCIDADE – ITAPOÁ", na forma do anexo deste decreto municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAPOÁ

-CONCIDADE**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. O presente Regimento Interno trata da organização, da estrutura e do funcionamento do Conselho da Cidade de Itapoá – CONCIDADE.

Art. 2º. O Conselho Municipal da Cidade de Itapoá – CONCIDADE é o Órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, formado por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, que tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implantação da Política Municipal de desenvolvimento, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal n. 10.257/2001 e a Lei Municipal n. 074/2006.

§ 1º. Na sua atuação, o CONCIDADE respeitará a legislação federal, estadual e municipal vigentes, em especial as diretrizes da Política Urbana previstas na Constituição Federal, no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), no Plano Diretor e nas demais leis referentes ao uso e ocupação do solo de Itapoá.

§ 2º. A expressão Conselho da Cidade de Itapoá e a sigla CONCIDADE se equivalem para efeitos de referência e comunicação.

Art. 3º. O CONCIDADE terá suporte técnico, administrativo e financeiro prestado pela Prefeitura Municipal, inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

CAPÍTULO II**DAS ATRIBUIÇÕES E DOS ATOS DO CONCIDADE**

Art. 4º. São atribuições do CONCIDADE conforme o art. 2º da Lei Municipal n. 74/2006:

I - propor diretrizes, normas, instrumentos e prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência Municipal das Cidades;

II - acompanhar e avaliar a implantação da política de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de saneamento ambiental, de trânsito, transporte e mobilidade urbana, habitação e planejamento territorial e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III - propor mecanismo para integração da política de desenvolvimento urbano com as políticas socioeconômicas e ambientais do Governo Estadual;

IV - promover a cooperação entre os municípios limítrofes e a sociedade civil na formulação e execução da política de desenvolvimento urbano;

V - promover a integração dos temas, ações e debates da Conferência Municipal das Cidades com as demais conferências de âmbito regional e estadual;

VI - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre a criação e ou alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano;

VII - verificar a aplicação da lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e metropolitano;

VIII - propor ou manifestar-se sobre a criação de instrumentos institucionais e financeiros para gestão da política urbana municipal;

IX - promover a integração da política urbana com as políticas socioeconômicas e ambientais do governo estadual;

X - recomendar critérios para a distribuição regional e setorial do orçamento anual e do plano plurianual da área de habitação popular e desenvolvimento urbano;

XI – através de sua Presidência, dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões do Conselho, especialmente na página do CONCIDADE no site da Prefeitura Municipal de Itapoá;

XII – no segundo semestre de cada ano ímpar, convocar e organizar, com o apoio da Secretaria de Planejamento, a Conferência Municipal das Cidades;

XIII - propor ou realizar, com o apoio da Secretaria de Planejamento ou de outro órgão ou entidade, estudos, pesquisas e debates, seminários ou cursos afetos a política municipal de desenvolvimento Municipal;

XIV - incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional de conselhos afetos à política de desenvolvimento urbano na esfera municipal e regional, indicando as diretrizes e critérios para sua composição;

XV - elaborar e aprovar o seu regimento interno e formas de funcionamento de suas instâncias e das câmaras setoriais, bem como alterá-los quando julgar necessário, observando-se o quórum especial para aprovação;

XVI - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município através da gestão democrática;

XVII - implementar a adequação do Plano Diretor, na forma da Constituição Federal e legislação infraconstitucional vigente.

Art. 5º. São também atividades e atribuições do CONCIDADE:

I - promover a capacitação dos Conselheiros que compõem o CONCIDADE, através de acordos de cooperação técnica com os órgãos de desenvolvimento urbano, econômico-cultural e socioambiental;

II - elaborar, atualizar e aprovar procedimentos e rotinas para cumprir este Regimento;

III – convocar e promover audiências públicas quando se tratar de matéria de interesse relevante, a critério do Plenário do CONCIDADE. Essas audiências públicas serão organizadas e divulgadas pela Secretaria Executiva do CONCIDADE e terão o apoio da Secretaria de Planejamento;

IV – estabelecer em conjunto com os diversos setores municipais os seus Índices de Sustentabilidade, e as respectivas ações para atendimento dos mesmos.

Art. 6º. São atos do Plenário do CONCIDADE:

I - DECISÃO: quando se tratar de deliberação de assunto afeto à sua competência;

II- RESOLUÇÃO: deliberação do Plenário do CONCIDADE, objetivando definir ou regulamentar matéria de sua competência;

III - PROPOSIÇÃO: ato formal, contendo sugestão ou conteúdo aprovado pelo Conselho, a ser

encaminhada a Chefe do Poder Executivo, ao Poder Legislativo ou a outro órgão da Administração Direta ou Indireta;

IV – RECOMENDAÇÃO: manifestação, de qualquer natureza relacionada com as temáticas vinculadas ao Plenário do CONCIDADE e dirigida a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado;

V – PARECER: entendimento oficial do CONCIDADE sobre matérias de sua competência, especialmente desenvolvimento urbano e rural submetidas à sua apreciação, bem como sobre Projetos de Lei ou de atos administrativos; e

VI - MOÇÃO: quando se tratar de manifestação sobre o entendimento do CONCIDADE, relacionada a sua área de atuação;

§ 1º. Os atos do CONCIDADE poderão ser propostos por qualquer Conselheiro, através de documento escrito contendo a definição da proposta, sua justificativa e documentos relacionados, quando for o caso.

§ 2º. As propostas deverão ser encaminhadas pelos Conselheiros titulares através de protocolo físico ou por e-mail com confirmação de recebimento, à Secretária Executiva, que as submeterá à Presidência do Conselho para inclusão na pauta de reunião ordinária ou para convocação de reunião extraordinária.

§ 3º. As Resoluções, Recomendações e Pareceres serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria Executiva, ordená-las, indexá-las e fazer a correção ortográfica e gramatical.

§ 4º. No caso de Pareceres, o prazo máximo para a sua emissão será de 30 (trinta) dias podendo ser prorrogado por igual período, quando justificado.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO E DA ESTRUTURA DO CONCIDADE

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º. O CONCIDADE é composto por 15 (quinze) representantes titulares e respectivos suplentes,

observada a proporcionalidade de 40% (quarenta por cento) do Poder Público e 60%(sessenta por cento) de setor da sociedade civil organizada, assim distribuídos:

I. Representação do Poder Público: seis representantes do Poder Executivo Municipal, incluindo o Secretário de Planejamento, que presidirá o Conselho;

II. Representação setorial:

- a) um representante de entidade do movimento social e popular;
- b) um representante de entidades empresariais, profissionais ou acadêmicas;
- c) um representante de entidade de trabalhadores;
- d) um representante de organizações não-governamentais.

III. Representação territorial:

- a) RU 1 – um representante da região compreendida entre a foz do Rio Sai Mirim e a rua 560;
- b) RU 2 – um representante da região compreendida entre as ruas 560 e 1.000;
- c) RU 3 – um representante da região compreendida entre as ruas 1.000 e 2.430;
- d) RU 4 – um representante da região compreendida entre as ruas 2.430 e a ponte do Rio Pequeno;
- e) RR 1 – um representante da região compreendida pela Zona Rural do Município.

§ 1º. Os Conselheiros titulares poderão ser livremente substituídos por seus suplentes nas reuniões do Plenário e das Câmaras Setoriais.

§ 2º. Quando o Conselheiro titular e o Conselheiro suplente do mesmo órgão do Poder Executivo, representação setorial ou representação territorial comparecerem à reunião, apenas o titular se sentará à mesa e terá direito a voz e voto.

§ 3º. Quando somente o Conselheiro suplente comparecer à reunião, ele se sentará à mesa e terá direito a voz e voto.

SEÇÃO II – DA ESTRUTURA

Art. 8º. A estrutura do CONCIDADE é estabelecida pela Lei Complementar Municipal 074 de 2006, assim composta:

I – Plenário, órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, formado por todos os representantes titulares e presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento;

II - Presidência;

III – Secretária Executiva;

IV - Câmaras Setoriais.

SEÇÃO III – DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO

Art. 9º. O Plenário do CONCIDADE se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§ 1º. O Plenário do CONCIDADE se reunirá ordinariamente na primeira quinta-feira útil de cada mês, com início às nove horas da manhã, em local que venha a constar da convocação para a reunião ou, em sendo omissa, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Itapoá.

§ 2º. O Plenário do CONCIDADE se reunirá extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou por requerimento de 1/3 (um terço) dos Conselheiros com direito a voto.

§ 3º. A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário do CONCIDADE será realizada pela Secretária Executiva na página eletrônica do Conselho e também através de e-mail, com confirmação de recebimento, enviado a todos os Conselheiros titulares e suplentes, nos endereços eletrônicos fornecidos pelos respectivos órgãos ou entidades por ocasião de sua indicação para compor o Conselho.

§ 4º. A convocação para as reuniões ordinárias será realizada com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência e será obrigatoriamente acompanhada de cópia da ata da reunião anterior e da respectiva Ordem do Dia, bem como da documentação a ser apreciada pelos Conselheiros, quando for o caso.

§ 5º. As reuniões extraordinárias serão convocadas por e-mail, com confirmação de recebimento, com antecedência de no mínimo 03 (três) dias úteis, obrigatoriamente acompanhada da respectiva Ordem do Dia e da documentação a ser apreciada pelos Conselheiros, quando for o caso. São vedados debates ou deliberações a respeito de qualquer matéria não contemplada, expressa e previamente, na convocação.

Art. 10. O quórum para realização da reunião do Plenário se estabelece com a presença de no mínimo 8 Conselheiros com direito a voto.

§1º. À hora estipulada, se houver quórum, o Presidente do CONCIDADE declarará iniciada a reunião.

§ 2º. Se após 15 minutos não houver quórum, será declarada encerrada a reunião.

§ 3º - Ainda que não haja reunião por falta de quórum, será elaborado breve registro no livro ata, expondo o motivo da inocorrência da reunião e registrando os Conselheiros que se fizeram presentes.

Art. 11. O quórum para aprovação de deliberação será de 50% mais um dos Conselheiros com direito a voto presentes à reunião do Plenário, salvo se houver estipulação de quórum especial em lei ou neste regimento interno.

Art. 12. As reuniões terão duração máxima de 01 (uma) hora e poderão ser prolongadas por igual período, mediante aprovação da prorrogação pelo Plenário.

Art. 13. As reuniões do CONCIDADE obedecerão ao seguinte expediente:

- I – abertura da reunião;
- II - discussão, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- III – comunicações sobre a ordem do dia;
- IV – apresentação, deliberação e formalização das votações sobre os assuntos submetidos ao Conselho;
- V – palavra livre;
- VI – encerramento.

Parágrafo único. Os trabalhos serão relatados no livro ata de reuniões, as quais serão oportunamente assinadas pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes à respectiva reunião.

Art. 14. Apresentado o assunto em pauta pelo Presidente do CONCIDADE, será concedida a palavra primeiramente ao relator ou Coordenador, quando houver, e após, aos demais conselheiros que a solicitarem.

Art. 15. Serão concedidos os seguintes prazos para debates:

I – Presidente ou relator, até 10 (dez) minutos para a apresentação de seu entendimento, conclusões e voto;

II – aos demais Conselheiros, até 03 (três) minutos para cada inscrito.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Conselho conduzir as discussões e deliberações, inclusive determinando o encerramento do debate, após oitiva dos Conselheiros já inscritos.

Art. 16. O adiamento da discussão ou votação, pelo prazo de até 30 dias, poderá ser requerido verbalmente por qualquer Conselheiro com direito a voto, sendo então submetido ao Plenário.

§ 1º. O adiamento de votação só poderá ser requerido antes de iniciado o processo de votação.

§ 2º. É vedado o segundo adiamento de qualquer matéria, a requerimento do mesmo conselheiro, não podendo haver mais do que dois adiamentos, em qualquer hipótese.

Art. 17. As reuniões do Plenário e das Câmaras Setoriais do CONCIDADE serão públicas e abertas aos interessados, os quais não poderão se manifestar.

SEÇÃO IV – DA PRESIDÊNCIA

Art. 18. O Plenário do CONCIDADE será presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento do Município.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, a condução da reunião ficará a cargo do Conselheiro suplente da Secretaria Municipal de Planejamento. Na ausência de ambos, a condução será pela Secretária Executiva do Conselho, inclusive com direito ao voto de qualidade.

Art. 19. São atribuições do Presidente do CONCIDADE:

- I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- II – solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- III - submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria Executiva;
- IV- firmar as atas das reuniões e homologar os atos aprovados pelo Plenário do CONCIDADE;
- V - representar o Conselho da Cidade ou delegar sua representação;
- VI- constituir e organizar o funcionamento das Câmaras Setoriais e convocar as respectivas reuniões;
- VII- propor ao Plenário do CONCIDADE a criação, implantação e/ou a extinção das Câmaras Setoriais, Comissões e/ou Grupos de Estudos;
- VIII- autorizar a execução de atividades fora do Município, após deliberação do Plenário;
- IX - dispor sobre o funcionamento da Secretaria Executiva;
- X - propor ao CONCIDADE as revisões do Regimento Interno, quando julgadas necessárias.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do CONCIDADE o voto de qualidade nas votações do Plenário do Conselho da Cidade.

SEÇÃO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 20. A Secretaria Executiva é a estrutura de apoio administrativo do CONCIDADE.

Parágrafo único. Os serviços da Secretaria Executiva serão desenvolvidos com apoio técnico, operacional e administrativo da Secretaria de Planejamento do Município de Itapoá.

Art. 21. A Secretaria Executiva vincula-se diretamente à Presidência do CONCIDADE e é exercida por servidor público por ele designado, a quem são atribuídas as seguintes competências:

- I - organizar a ordem do dia, com anuência do Presidente do CONCIDADE;
- II - assessorar administrativamente a Presidência do CONCIDADE;
- III - receber dos membros do CONCIDADE as sugestões de pauta de reunião e as propostas;
- IV - convocar as reuniões do CONCIDADE, por determinação da presidência ou da Coordenação das Câmaras Setoriais e secretariar seus trabalhos;
- V - elaborar as atas das reuniões e a redação final de todos os documentos referentes aos assuntos tratados nas reuniões para os membros do Conselho;
- VI- organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do CONCIDADE;
- VII - executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do CONCIDADE.

Art. 22. São também competências da Secretaria Executiva do CONCIDADE:

- I - preparar antecipadamente as reuniões do Plenário do CONCIDADE, enviar convite aos apresentadores dos temas previamente aprovados, bem como informes, atas e outros materiais aos conselheiros, e tomar outras providências;
- II - dar publicidade às decisões, resoluções, editais de convocação e demais atividades do Plenário do CONCIDADE;
- III - apoiar as atividades das Câmaras Setoriais e grupos de trabalho porventura em funcionamento, interagindo com os coordenadores e coordenando os atos de gestão administrativa;
- IV - elaborar, no primeiro trimestre de cada ano, relatório anual das atividades do CONCIDADE desenvolvidas no ano anterior.
- V – obter dados e informações dos diversos setores da Prefeitura

de Itapoá para monitoramento dos seus Índices de Sustentabilidade;

VI – dar publicidade aos Índices de Sustentabilidade.

Art. 23. Os documentos enviados ao CONCIDADE serão recebidos e registrados pela Secretaria Executiva, que imediatamente os encaminhará ao Presidente.

Art. 24. A Secretaria Executiva deverá se fazer representar em todas as reuniões do CONCIDADE e das Câmaras Setoriais.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento poderá indicar outros nomes para suprir eventualmente a ausência da Secretaria Executiva nas reuniões.

Art. 25. A Secretaria de Planejamento dotará a Secretaria Executiva de Assessoria Técnica Permanente como apoio administrativo do CONCIDADE.

Parágrafo único. A Assessoria Técnica Permanente será prestada pela Secretaria de Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente, Turismo e Cultura e pela Procuradoria do Município.

SEÇÃO VI – DAS CÂMARAS SETORIAIS

Art. 26. As Câmaras Setoriais, responsáveis pela preparação das discussões temáticas para deliberação do CONCIDADE, são assim compostas:

I – Câmara Setorial da Promoção Sócio-Econômica, composta por 5(cinco) Conselheiros assim distribuídos:

- a) dois Conselheiros do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) dois Conselheiros da representação territorial.

II – Câmara Setorial da Qualificação Ambiental, composta por 3(três) Conselheiros assim distribuídos:

- a) um Conselheiro do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) um Conselheiro da representação territorial.

III – Câmara Setorial da Acessibilidade, Mobilidade e Integração Regional, composta por 3 (três) Conselheiros assim distribuídos:

- a) um Conselheiro do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) um Conselheiro da representação territorial.

IV – Câmara Setorial da Produção Físico-Territorial da Cidade, composta por 3 (três) Conselheiros assim distribuídos:

- a) um Conselheiro do Poder Executivo;
- b) um Conselheiro da representação setorial; e
- c) um Conselheiro da representação territorial.

Art. 27. As Câmaras Setoriais têm por objetivo precípuo assessorar o Plenário do CONCIDADE nas suas decisões, através do estudo e da preparação de matéria específica a ela submetida, sendo que as considerações e conclusões aprovadas pela Câmara Setorial serão levadas ao Plenário do Conselho através de parecer escrito ou verbal, de acordo com a complexidade do tema.

§ 1º. As Câmaras Setoriais serão implantadas no início do mandato dos Conselheiros, mas atuarão exclusivamente quando houver encaminhamento de matéria pelo Plenário do CONCIDADE, reunindo-se até que haja a conclusão do trabalho que lhe foi atribuído.

§ 2º. As matérias encaminhadas pelo Plenário do CONCIDADE às Câmaras Setoriais deverão conter informações, documentos e subsídios sobre o tema, bem como os quesitos a serem apreciados e

respondidos pela respectiva Câmara.

§ 3º. A distribuição dos Conselheiros nas Câmaras Setoriais observará os incisos do artigo anterior e será discutida e aprovada pelo Plenário.

§ 4º. Os Conselheiros poderão assistir às reuniões de outras Câmaras Setoriais, sem direito a voz e voto.

§ 5º. Mediante solicitação de qualquer Conselheiro e prévia aprovação pelo Plenário, outros Conselheiros poderão participar dos trabalhos a serem efetuados pelas Câmaras Setoriais quando o assunto a ser tratado é de interesse de sua representação setorial ou territorial, na condição de auxiliares, com direito a voz mas sem direito voto.

Art. 28. Cada Câmara Setorial terá um Coordenador escolhido dentre os seus membros, eleito na primeira reunião ordinária.

§ 1º. O Coordenador eleito terá mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido.

§ 2º. Caso ocorra vacância do cargo de Coordenador, será realizada nova eleição na primeira reunião seguinte para escolha de seu substituto.

Art. 29. Quando houver matéria pendente de apreciação, a Câmara Setorial se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando determinado pelo respectivo Coordenador, que solicitará à Secretaria Executiva do CONCIDADE a realização da convocação.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões da Câmara Setorial será realizada pela Secretaria Executiva do CONCIDADE na página eletrônica do Conselho e também através de e-mail, com confirmação de recebimento, encaminhado aos Conselheiros titulares e aos suplentes integrantes da Câmara, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e será obrigatoriamente acompanhada de cópia da ata da reunião anterior e da respectiva Ordem do Dia, bem como da documentação a ser apreciada pelos Conselheiros, quando for o caso.

Art. 30. O quórum para realização da reunião da Câmara Setorial se estabelece com a presença da maioria dos respectivos Conselheiros com direito voto.

§ 1º. À hora estipulada, se houver quórum, o Coordenador declarará iniciada a reunião da Câmara Setorial.

§ 2º. Caso não haja quórum após 15 minutos, será declarado o encerramento da reunião.

§ 3º - Ainda que não haja reunião por falta de quórum, será elaborado breve registro no livro de ata, expondo o motivo da incomparecimento da reunião e registrando os Conselheiros que se fizeram presentes.

§ 4º - A duração das reuniões das Câmaras Setoriais do CONCIDADE deverá ser de 1 (uma) hora, prorrogável por igual período, se aprovado pela maioria simples dos Conselheiros com direito a voto presentes na reunião.

Art. 31. O quórum para aprovação de deliberação pela Câmara Setorial será da maioria simples dos Conselheiros com direito a voto presentes à reunião.

Parágrafo único. Em caso de empate, a decisão será remetida para o Plenário do CONCIDADE, que ouvirá as partes e fará a devida votação.

SEÇÃO VII – DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS SETORIAIS E TERRITORIAIS

Art. 32. A eleição dos membros do CONCIDADE será realizada na Conferência Municipal da Cidade, especialmente convocada para este fim quando do término dos mandatos de seus conselheiros e realizada no último semestre do mandato dos Conselheiros, sendo que a nomeação através de Decreto e a posse dos novos Conselheiros deverá ser realizada pelo Poder Executivo Municipal em até 30 dias após o término do mandato anterior.

§ 1º. No primeiro semestre do último ano do mandato dos Conselheiros, o Plenário do CONCIDADE formará uma comissão, presidida pelo Secretário de Planejamento e observada a proporcionalidade da representação, para fins de elaboração do regimento interno e do edital da Conferência Municipal da Cidade para eleição dos novos membros.

§ 2º. O regimento interno e o edital elaborados pela Comissão mencionada no parágrafo anterior deverão ser submetidos à deliberação e aprovação pelo Plenário do CONCIDADE, que poderá fazer alterações no texto.

§ 3º. Como representante de qualquer entidade da sociedade civil ou segmento territorial, não poderá ser indicado ocupante de cargo público, assim entendido quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego, serventia ou função pública ou que tenha cargo em comissão na administração direta ou indireta municipal, estadual ou federal.

§ 4º. Os interessados em representar determinado segmento territorial deverão comprovar documentalmente residência na respectiva localidade há mais de 2 (dois) anos, devendo manter essa qualidade por todo o mandato.

§ 5º. Os conselheiros eleitos para o CONCIDADE terão seus suplentes ligados obrigatoriamente à mesma entidade, órgão ou região territorial dos seus respectivos titulares.

§ 6º. Os representantes, titulares e suplentes, indicados para participarem da eleição dos Conselheiros do CONCIDADE deverão ser eleitos em Assembleia específica das associações ou entidades de cada segmento ou território e comprovada por ata pertinente.

SEÇÃO VIII – DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 33. O mandato dos Conselheiros do CONCIDADE será de quatro anos, contados da data da assinatura do termo de posse, vedado a sua recondução, sendo que a sua função não será remunerada.

§ 1º. Em caso de renúncia ou vacância dos cargos de Conselheiro titular e suplente, os órgãos e entidades, bem como representantes territoriais, poderão requerer, através de ofício instruído com cópia da ata de aprovação da substituição, endereçado ao Presidente do CONCIDADE, a troca dos seus respectivos Conselheiros, sendo que os novos indicados exercerão suas atribuições até o término do mandato que estiver em curso.

§ 2º. Deferido o pedido de substituição mencionado no parágrafo anterior, o Presidente do CONCIDADE encaminhará imediatamente ao gabinete do Prefeito, através de ofício, requerimento de publicação em Decreto da nomeação do novo Conselheiro, indicando o período restante de mandato.

Art. 34. Os Conselheiros perderão o mandato após 02 (duas) ausências seguidas ou 3 (três) alternadas, sem justificativa, em reuniões ordinárias do Plenário ou então após 04 (quatro) ausências sem justificativa em reuniões ordinárias da Câmara Setorial, a cada ano civil.

§ 1º. Para que não seja computada a falta do Conselheiro na reunião, a justificativa para a ausência tanto do titular como do seu respectivo suplente, deverá ser apresentada por escrito à Secretaria Executiva do CONCIDADE em até 10 (dez) dias úteis após a realização da reunião, sendo admitida a comunicação através de e-mail com confirmação de recebimento.

§ 2º. A justificativa para a ausência passará por aprovação dos Conselheiros na primeira reunião ordinária após o término do prazo para justificativa, não sendo permitida a dilação probatória.

Art. 35. Além do previsto no artigo anterior, perderá também o mandato o Conselheiro que atender a uma das seguintes situações:

I - desvinculação da entidade de origem de sua representação ou do território por ele representado;

II- apresentar renúncia à Secretaria Executiva do CONCIDADE que será informada ao Plenário e/ou à respectiva Câmara Setorial na primeira reunião ordinária seguinte;

III- manter comportamento incompatível com o decoro e com a responsabilidade de função, mediante processo administrativo em que será assegurada a ampla defesa;

Art. 36. Quanto aos representantes da sociedade civil, na ocorrência de renúncia ou vacância do cargo de conselheiro titular, será convocado o suplente direto; na falta deste será solicitado ao segmento social ou territorial ao qual cabe a vaga nova indicação de titular e suplente.

Parágrafo único. O mandato do novo conselheiro corresponderá ao período em curso.

Art. 37. Sempre que houver alteração de Conselheiro do CONCIDADE, a nomeação do novo representante deverá ser feita através de Decreto do Poder Executivo, indicando o tempo restante do mandato.

CAPÍTULO IV

DA ÉTICA

Art. 38. Fica proibido a todo e qualquer Conselheiro apresentar-se, manifestar-se e firmar documentos em nome do CONCIDADE sem que haja expressa delegação dessa atribuição pelo Plenário do Conselho, registrada em ata, sob pena de exclusão, após a devida apuração.

§ 1º. Em caso de comprovada urgência, o Presidente do CONCIDADE poderá indicar, por ofício, um Conselheiro para representar o Conselho em reuniões e solenidades, porém sem poder de deliberação e votação em nome do Conselho.

§ 2º. A proibição mencionada no caput deste artigo não abrange a divulgação, pelo Conselheiro, dos trabalhos realizados pelo Conselho ou de sua opinião a respeito.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Caso a matéria a ser discutida pelo CONCIDADE tenha origem na Câmara de Vereadores ou que tenha sido remetida para a sanção do Prefeito, a análise das mesmas pelo Conselho e Câmaras Setoriais deverá respeitar os prazos estabelecidos em lei ou em procedimento administrativo.

Art. 40. A função de conselheiro é considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento a sessões do CONCIDADE ou participação em diligências autorizadas por este.

Parágrafo único. A cobertura e o provimento das despesas com transporte, locomoção, estadia e alimentação, no caso de viagens, não serão considerados como remuneração, cabendo a Secretaria de Planejamento assumir o ônus.

Art. 41. Em caso de omissão ou de dúvida a respeito da interpretação ou aplicação do presente Regimento, o Conselheiro poderá suscitar questão de ordem no prazo de 03 (três) minutos, vedados os apartes.

§ 1º. Compete à Presidência do Conselho decidir sobre a pertinência da questão de ordem.

§ 2º. Sendo considerada pertinente, a questão de ordem será submetida à deliberação do Plenário do Conselho.

§ 3º. As decisões sobre a omissão ou a interpretação do presente Regimento serão registradas em ata.

Art. 42. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação através de Decreto do Poder Executivo, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3(dois terços) dos membros do CONCIDADE com direito a voto presentes à reunião, mediante convocação prévia para essa finalidade.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2572/2015 – ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2572/2015

Data: 16 de outubro de 2015.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2015 devido às festividades em comemoração ao dia do servidor público.

Art. 2º Não se aplica o disposto neste Decreto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Os departamentos que executem serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2556/2015, de 07 de outubro de 2015.

Itapoá (SC), 16 de outubro 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: AVISO DE CANCELAMENTO EDITAL Nº001/2015

Aviso de cancelamento edital nº001/2015

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE MATRÍCULA Nº01/SME/2015 DESTINADO À MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, torna público o CANCELAMENTO DO EDITAL DE MATRÍCULA Nº

01/SME/2015, referente ao processo de matrículas 2016, por motivos de ordens administrativas.

Fica disposto, o prazo para publicação do novo edital a partir de 19/10/2015.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: PORTARIA Nº 003/2015/SME

PORTARIA Nº 003/2015/SME

De: 16 de outubro de 2015

Dispõe sobre concessão de Ponto Facultativo e dá outras providências.

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, Secretária de Educação de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itapoá,

Resolve:

Art. 1º - Conceder PONTO FACULTATIVO aos Servidores Públicos do Magistério Municipal, no dia 30 de outubro de 2015, em decorrência do dia 28 de outubro Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação de Itapoá, 15 de outubro de 2015.

Terezinha Fávaro da Silveira

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA PSICÓLOGO – 52/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA PSICÓLOGO – 52/2015

Cristian Angelo Grassi, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de profissional "PSICÓLOGO", para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, conforme Lei Complementar 016/2007 e em conformidade com a Lei Complementar 44/2014 e pelo que dispõe o presente edital.

1. OBJETO

O presente edital tem por finalidade o credenciamento de 01 (um) profissional PSICÓLOGO para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, em caráter temporário, com carga horária de 40 horas semanais.

2. LOCAL

O local para a inscrição será no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, mediante o recolhimento da taxa de Protocolo no valor de R\$ 12,00 (Doze reais) sito na Rua Mariana Michels Borges nº 201 - Itapema do Norte – Itapoá/SC CEP: 89249-000.

3. DATA E HORA

As inscrições serão realizadas no dia 27/10/2015 no horário das 08:00 às 12:00 horas, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá.

A entrevista será no mesmo dia (27/10/2015) a partir das 12:30 horas na Secretaria Municipal de Saúde, sito no mesmo endereço.

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

4.1 No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com

identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Carteira de identidade;
- CPF;
- Diploma de Curso Superior em psicologia;
- Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral – site do TRE www.tre-sc.gov.br ;
- Comprovante de residência.
- Certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área, dos últimos 04 (quatro) anos, se possuir;
- Comprovante de tempo de serviço na área específica, através de C.T.P.S. ou declarações de prefeituras, se possuir;

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação obedecerá a seguinte ordem dos títulos e critérios:

5.2 Maior tempo de serviço na área;

5.2.1. No calculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, a partir do 16º conta como 01 (um) mês;

5.2.1.2. 0,1 (um décimo) para cada mês de tempo de serviço;

5.3. Curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área, sendo 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso;

5.4. Entrevista valendo de zero a dez pontos;

5.5. O candidato deverá obter a pontuação mínima de 5,0 (cinco) pontos para a classificação.

6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Ao que possuir maior tempo de serviço na área;

6.2. Ao que possuir maior idade.

7. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 04/11/2015.

8. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O candidato que atender as condições regulamentadas neste Edital e atingir a maior pontuação firmará contrato. O contrato reger-se-á pelo disposto na Lei Complementar nº 016/2007 em conformidade com a Lei Complementar 44/2014.

9. DOS PRAZOS

O presente Processo de Credenciamento destina-se a selecionar candidato para ser contratado, em caráter temporário até o preenchimento da vaga pelo concurso público, para a vaga de PSICÓLOGO.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 As despesas provenientes do objeto deste edital serão pagas através do Fundo Municipal de Saúde, dotação orçamentária 33.1.90.00.00.0000 – Folha de Pagamento dos Servidores da Saúde.

10.2 Pelo serviço prestado, o profissional classificado receberá mensalmente o valor de R\$ 2.346,21 (Dois mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos) referente ao Nível VII – A do cargo de Psicólogo + Gratificação NASF, conforme a Lei Municipal 155/2003 Plano de cargos e salários e Lei Municipal 324/2010 Gratificação dos Profissionais de Saúde do NASF.

10.3 Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de efetuar, na remuneração do contratado, os descontos previstos em Lei, bem como referentes aos danos causados pelo CONTRATADO por dolo ou culpa.

11. DOS RECURSOS

11.1 Os recursos contra o indeferimento dos pedidos de credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 48 horas após a publicação da classificação no protocolo da Prefeitura, sendo que a comissão de seleção conforme Decreto nº 2319/2014 de 19/11/2014 nomeada para tal fim, terá um prazo de 48 horas para análise.

11.2 As dúvidas, informações e outros elementos necessários para o perfeito entendimento do presente edital, deverão ser dirimidos na Secretaria da Saúde, no endereço mencionado no preâmbulo do presente ou pelo Fone (47) 3443-8845.

11.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoa, 16 de outubro de 2015.

Cristian Angelo Grassi
Secretário de Saúde

Marciane Rech
Coordenadora da ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO Nº 54/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015. (1º ADITIVO)

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO Nº 54/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015. (1º aditivo)

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, aqui denominada CONTRATANTE (LOCATÁRIO), neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPJ/MF nº: 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPJ/MF sob o nº 230.944.279-87 e CI.RG sob o nº 8.739.943 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoa/SC, e do outro lado, o Sr. VALERIN PACHECO, brasileiro, solteiro, portador do CI. RG nº 3.644.470-3 SSI/SC, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 799.895.439-68, residente e domiciliado a Rua Angelina Pedroso, nº 288, Balneário São José em Itapoa/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 – PROCESSO Nº 34/2015, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com fundamento nas cláusulas terceira e nona alínea “a”, e inciso XII do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo visa a rescisão do Contrato Administrativo nº 24/2015 que tem por objeto a locação de um imóvel tipo pavilhão em alvenaria, contendo 02 (dois) banheiros, com aproximadamente 1260m2 de área e construída e 1.700 m2 de pátio livre, localizado à Rua José da Silva Pacheco, nº 1.185, no Lote nº 11 da Quadra nº 04, no loteamento Balneário São José, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoa, sob a matrícula de nº 64.012, livro nº 02, ficha nº 01, para sediar dois núcleos do programa de Ampliação da Jornada Escolar, conforme especificações abaixo descritas:

Descrição do Imóvel	Dos Valores	
Imóvel tipo pavilhão em alvenaria, contendo 02 (dois) banheiros, com aproximadamente 1260m2 de área e construída e 1.700 m2 de pátio livre, localizado à Rua José da Silva Pacheco, nº 1.185, no Lote nº 11 da Quadra nº 04, no loteamento Balneário São José, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoa, sob a matrícula de nº 64.012, livro nº 02, ficha nº 01, para sediar dois núcleos do programa de Ampliação da Jornada Escolar.	Valor Mensal	R\$ 3.200,00
	Valor Pago	R\$ 20.800,00
	Valor Rescindido	R\$ 4.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, a partir da data de 15/10/2015, as

partes dão por encerrado o Contrato Administrativo nº 24/2015, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORO

As partes elegem o Foro da comarca de Itapoá-SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Itapoá, 15 de outubro de 2015.

LOCATÁRIO	LOCADOR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	VALERIN PACHECO
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO Nº 55/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2014. (1º ADITIVO)

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO Nº 55/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2014. (1º aditivo)

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, aqui denominada CONTRATANTE (LOCATÁRIO), neste ato representado pelo do Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF sob o nº 230.944.279-87 e CI.RG sob o nº 8.739.943 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e do outro lado, o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, residente e domiciliado à Avenida Paraná, nº 70, Barra do Saí em Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2014 – PROCESSO Nº 149/2014, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com fundamento nas cláusulas terceira e nona alínea "a", e inciso XII do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo visa a rescisão do Contrato Administrativo nº 98/2014 que tem por objeto a locação de imóvel para alojamento de animais de grande porte (equinos, suínos, caprinos, bovinos, ovinos, muares, bubalinos, outros animais domésticos, com peso superior a duas arrobas), apreendidos em circulação ou abandonados em locais públicos em cumprimento a Lei Municipal nº 114/2002, conforme especificações abaixo descritas:

Descrição do Imóvel	Dos Valores	
Uma área rural medindo 5.000m², chácara Mortary-localizada neste Município na região denominada Jaguaruna, registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá/SC sob nº.227 do livro 02, folha 01ª, área destinada a alojamento de animais de grande porte, contendo: 3(três) baías, cerca de arame 8 (oito) fios, acesso fundos, carregador de sistema de água e acesso aos portões frente.	Valor Mensal	R\$ 2.282,00
	Valor Pago	R\$ 25.102,00
	Valor Rescindido	R\$ 2.282,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, a partir da data de 17/10/2015, as partes dão por encerrado o Contrato Administrativo nº 98/2014, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORO

As partes elegem o Foro da comarca de Itapoá-SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Itapoá, 15 de outubro de 2015.

LOCATÁRIO	LOCADOR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	OSMAR MEYER RIBEIRO
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO Nº 56/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2013. (3º ADITIVO)

TERMO ADITIVO DE RESCISÃO Nº 56/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2013. (3º aditivo)

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, aqui denominada CONTRATANTE (LOCATÁRIO), neste ato representado pelo do Chefe de Gabinete, o Sr. LUIS CARLOS ZAGONEL, portador do CI.RG nº 3.004.004 SSP/SC e do CNPF/MF nº 914.345.999-49, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF sob o nº 230.944.279-87 e CI.RG sob o nº 8.739.943 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e do outro lado, o Sr. JORGE CAVALLARI SAAD, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 142.027.279-91, e do CI.RG nº 610.988-PR, residente e domiciliado a Rua João Carlos de Aguiar, nº 1700, na cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), tem justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2013 – PROCESSO Nº 49/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com fundamento nas cláusulas terceira e nona alínea "a", e inciso XII do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo visa a rescisão do Contrato Administrativo nº 38/2013 que tem por objeto a locação de imóvel para armazenamento de móveis e utensílios da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações abaixo descritas:

Descrição do Imóvel	Dos Valores	
	Valor Mensal	R\$ 1.903,25
	Valor Pago	R\$ 19.032,50
	Valor Rescindido	R\$ 3.806,50

CLÁUSULA SEGUNDA: DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, a partir da data de 31/10/2015, as partes dão por encerrado o Contrato Administrativo nº 38/2013, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORO

As partes elegem o Foro da comarca de Itapoá-SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Itapoá, 15 de outubro de 2015.

LOCATÁRIO	LOCADOR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	JORGE CAVALLARI SAAD
LUIZ CARLOS ZAGONEL CHEFE DE GABINETE	
TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2015/FMS FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº05/2015

Processo: 07/2015/FMS

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de outubro de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 29 de outubro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 19 de outubro de 2015 - Gisele Weber Sebold - Secretária da Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

ALTERAÇÃO PL 20/2015/FMS - PP 15/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº 2
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2015/FMS

O Município de Joaçaba, por intermédio do Fundo Municipal da Saúde torna pública ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 15/2015/FMS, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC)";

O Município de Joaçaba, por intermédio do Fundo Municipal da Saúde torna público que FICAM ALTERADOS:

- 1) As observações dos LOTES 1 e 2 do Anexo I do edital de Pregão Presencial Nº 15/2015/FMS.
- 2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados para até as 14h do dia 29/10/2015;
- 3) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados para o dia 29/10/2015, a partir das 14h.

O Edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 16 de outubro de 2015.
PAULA GIOVANA KLEBER
Secretária Municipal de Saúde

AVISO CONTINUAÇÃO TP 2/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO CONTINUAÇÃO TP 2/2015/FMS

Referente ao Processo Licitatório 13/2015/FMS - TP 2/015/FMS, cujo objeto é a "Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010"; Informamos que a resposta aos recursos e contrarrazões interpostos quanto à fase de julgamento das propostas técnicas se encontra disponível no site do município, juntamente com o edital e demais informações do processo - no link <http://www.joacaba.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/17556/codLicitacao/54945>

Considerando o teor da resposta aos recursos/contrarrazões apresentados, FICA MARCADA PARA QUARTA-FEIRA - 21/10/2015, ÀS 15H30MIN, a sessão para continuação do processo – julgamento das propostas de preços das proponentes.

Joaçaba, 16/10/2015.
Comissão de Licitações

DECRETO Nº 4.841 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015. DECRETO Nº 4.841 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

"TRANSFERE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido para o dia 30 de outubro (sexta-feira), excepcionalmente para o ano de 2015, o Ponto Facultativo do dia 28 de outubro, consagrado como o "Dia do Funcionário Público", de que trata o Decreto nº 4.704/2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 16 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº. 4.840 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015. DECRETO Nº. 4.840 de 15 de OUTUBRO de 2015.

"INSERE DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 4.481/2013 QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido o inciso V ao art. 34 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social aprovado pelo Decreto Nº 4.481/2013 com a seguinte redação:

Art. 34 (...)

V - Comissão de Participação e Controle Social do Programa Bolsa Família: - Compete aos membros, juntamente com a equipe gestora do Programa e da Secretaria de Assistência Social, realizar atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família em seu âmbito, sem prejuízo de outras fixadas por sua norma de criação, especialmente:

§ 1º Quanto à operação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único):

a) acompanhar e fiscalizar os espaços e equipe de referência responsável pelo preenchimento do Cadastro Único, para que sua base de dados seja composta de informações fidedignas, que reflitam a realidade socioeconômica do município;

b) acompanhar e fiscalizar a equidade no acesso das pessoas em situação de pobreza às políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade social; e,

c) acompanhar e fiscalizar, junto à gestão local, as estratégias de busca ativa de potenciais beneficiários do PBF, sobretudo das famílias em maior grau de pobreza e daquelas que integram grupos de populações tradicionais e em situações específicas de vulnerabilidade e de risco social e pessoal.

§ 2º Acerca da gestão dos benefícios do PBF:

a) acompanhar e fiscalizar os procedimentos relacionados à gestão de benefícios, executados pela gestão municipal, zelando para que as normas que disciplinam o Programa Bolsa Família sejam observadas no âmbito local.

§ 3º No que se refere ao acompanhamento das condicionalidades do PBF:

a) acompanhar e fiscalizar a garantia da oferta, pela gestão municipal, de serviços públicos necessários ao cumprimento das condicionalidade do PBF pelas famílias beneficiárias;

b) articular-se e estabelecer estratégias conjuntas com os conselhos setoriais municipais de educação e saúde;

c) acompanhar e fiscalizar periodicamente as estratégias utilizadas pela gestão para inserção nos serviços socioassistenciais das famílias beneficiárias do PBF que estão em descumprimento das condicionalidades;

d) acompanhar e analisar os resultados e as repercussões do acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades no município;

e) acompanhar, fiscalizar e contribuir para o aprimoramento e ampliação da rede de proteção social, estimulando o Poder Público a acompanhar as famílias em descumprimento das condicionalidades; e

f) acompanhar os processos relacionados à gestão de condicionalidades, executados pelo município, zelando para que as normas que as disciplinam sejam observadas no nível local.

§ 4º Quanto às ações intersetoriais do Programa Bolsa Família:

a) estimular e promover, junto ao órgão gestor, a integração e a oferta de serviços que reforcem a proteção social e conduzam à superação da condição de exclusão social enfrentada pelas famílias beneficiárias do PBF, em especial daquelas em acompanhamento familiar, de forma articulada com os conselhos setoriais existentes no município, os outros entes federativos e a sociedade civil.

b) comunicar ao MDS e às instituições integrantes de controle e fiscalização dos entes federados a existência de eventual irregularidade no município no que se refere à gestão e execução do PBF, abrangendo aquelas vinculadas às atividades realizadas pelo Agente Operador (CAIXA), órgão gestor e por sua rede vinculada ao SUAS. No período em que o Secretário de Gestão Financeira estiver em gozo de férias ou licença, as funções de ORDENADOR DE DESPESAS serão desempenhadas pelo Diretor Geral da Secretaria de Gestão Financeira.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

JOAÇABA-SC, em 15 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 10/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
10/2015

Diante da tentativa infrutífera de notificação via correios e pessoalmente do Procedimento de Lançamento Tributário nº 031/2015, cientificamos pelo presente edital de notificação o contribuinte Brigita Ilone Kleine, de que o presente procedimento administrativo tem por finalidade a apuração e lançamento de IPTU, descrito em atenção ao disposto no art. 19, §1º do Código Tributário Municipal (CTM), no qual constatamos que por erro na fórmula de cálculo o sistema fez o lançamento do ITU para os imóveis com mais de 3.000m² e mais de uma frente, somente calculando a testada cadastrada como principal do imóvel e desconsiderando as demais testadas para o cálculo do imposto, o que resulta em uma cobrança a menor do imposto em questão. Neste caso efetuaremos o lançamento complementar, referente ao exercício de 2015, conforme cadastro das características em nosso sistema, cumprindo o disposto na Lei complementar nº 31 de 24/12/1997 (CTM), Arts. 4º a 36 e suas alterações.

Joaçaba/SC, 16 de outubro de 2015.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico

Rosângela Peliciolli

Secretária de Gestão Financeira

Assistente Arrecadação

EXTRATO TP 3/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2015/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações da área externa da Unidade Básica de Saúde do Bairro Vila Remor, na Rua Rosa Heberle, Município de Joaçaba, SC. Tipo: Empreitada por preço unitário. Forma de julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 05/11/2015, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 05/11/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações – Avenida XV de Novembro, 378 – Centro – Joaçaba - SC. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de outubro de 2015.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária de Saúde

ORDEN DE SERVIÇO Nº 267/2015- RECEBIDA EM 15/10/2015

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 267/2015

Autorizo por meio desta, a empresa STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 20.554.701/0001-80 a executar os serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma, em caráter emergencial, da cobertura da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, na Rua Arduino Poyer, no município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 86/2015/PMJ – Dispensa nº 6/2015/PMJ, homologado no dia 15/10/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 119.926,42 (cento e dezenove mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 262/2015/PMJ, de 15 de outubro de 2015. O prazo de início é em até 03 (três) dias e a execução é em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço. Joaçaba (SC), 15 de Outubro de 2015.

Contratante : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assinatura e carimbo: _____
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT
Secretária

Contratada: STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI – ME

Representante: VAGNER KAEFER

Assinatura e carimbo _____
CPF: 006.874.719-58

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PORTARIA N.º 4759

PORTARIA Nº 4.459 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

“RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 5.167/2012 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIRLANE DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do processo n.º 123.618 de 15 de fevereiro de 2012, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 06 de agosto de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), Leia-se: 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias).

Art. 2º. RETIFICAR PORTARIA N.º 4.729/2015 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIRLANE DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.279 de 11 de fevereiro de 2015, referente aos

períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 21 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), Leia-se: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4760

PORTARIA Nº 4.760 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DEISE CRISTINA ALVES BOTH, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014 e alterações, conforme solicitação protocolada junto ao setor de pessoal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 06/2015 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN

RESOLUÇÃO 06/2015
Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 24 da Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, referente ao uso, localização, instalação e a operação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico do tipo fixo referente aos medidores de velocidade instalados nos seguintes endereços:

1- JO 019 - Radar Fixo Tipo Lombada Eletrônica no Acesso Adolfo Ziguelli nº 1140 próximo a entrada da Av. Angelo Anzolin, sentido Centro/Bairro.

2- JO 020 - Radar Fixo Tipo Lombada Eletrônica no Acesso Adolfo Ziguelli nº 1273 no Acesso Adolfo Ziguelli, próximo entrada da Rua Honorato Tesser, sentido Bairro/Centro.

Considerando que se encontram verificados e aprovados, atendendo todas as exigências do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, homologa e convalida de acordo com a Resolução 146 do CONTRAN/2003, a partir de 20 de outubro de 2015, às 00:00 hora, a entrada em operação dos Medidores de Velocidade implantados nos endereços citados, no município de Joaçaba-SC.

Joaçaba-SC, 16 de outubro de 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR

Gerente de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

RESUMO CONTRATO JHL 0086/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0086/2015

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0032/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2015

PROTOCOLO Nº 2149/2015

Data assinatura: 16/10/2015

Objeto: Aquisição de conjuntos motobomba, para serem instalados na EEH001, a ser construída na Avenida Beira Rio, Centro, em Herval d'Oeste-SC.

Contratado: WILO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Valor Contratado: R\$ 3.460,00 (três mil, quatrocentos e sessenta reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 150 dias contados da data da assinatura do contrato.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 01/2015

TERMO ADITIVO NO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua 31 de Março, 1050, centro, no município de Lacerdópolis – SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito o senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPF/MF sob nº. 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade, nº15, centro, no município de Lacerdópolis - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, AUTO POSTO LACERDOPOLIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.683.106/0001-62 estabelecida na Rua Sete de Setembro, centro, na cidade de Lacerdópolis-SC empresa vencedora do Processo de Licitação nº. 029/2014, Pregão Presencial nº. 013/2014, representada pelo senhor SANDRO LUIZ SLONGO portadora do CPF sob nº 518.083.409-06, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

Cláusula Primeira

I - Por requisição da CONTRATADA, as partes por meio deste Instrumento resolvem aditar o Contrato administrativo nº 01/2015, conforme consta:

Considerando comprovação de reajuste no preço de Combustíveis itens constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, no Processo de Licitação nº 029/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 013/2014, conforme consta nas notas iscais que em anexo, fica reajustado o preço dos seguintes itens:

Item	Descrição	Preço Anterior	% reajuste	Preço Atual
01	Aquisição de Óleo Diesel S 500	2,72	5,65	2,87
02	Aquisição de Gasolina Comum	3,23	4,22	3,37
03	Aquisição de Diesel S-10	2,89	4,21	3,01

Cláusula Segunda

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 01/2015 de 02 de janeiro de 2015, não afetadas pelo presente Termo Aditivo.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis-SC, 16 de outubro de 2015.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome:
CNPF/MF:

Nome:
CNPF/MF:

Lages

PREFEITURA

ERRATA PUBLICAÇÃO CC 03-2015 SEMASA ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 03-2015 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Públicos de Engenharia Sanitária de Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Lages-SC.

No Valor Estimado Anual, leia-se: R\$ 5.422.103,16

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 16 de outubro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

EXTRATO CONTRATO 112/2015

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 112/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 11.118.645/0001-40, estabelecida na Av. Luiz de Camões, 911 – loja 04 – Coral, Lages/SC – CEP. 88.523-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 65/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 38/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de informática para diversos setores e unidades da Secretaria da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no anexo II - termo de referência, parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde Lages;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 62.652,00 (sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais).

Lages, 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 113/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 113/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 17.101.531/0001-73, com sede Av. Duque de Caxias, 1540 – Frei Rogério – Lages/SC

CEP 88.508-001

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 65/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 38/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de informática para diversos setores e unidades da Secretaria da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no anexo II - termo de referência, parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde Lages;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 22.480,00 (vinte e dois mil quatrocentos e oitenta reais).

Lages, 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 114/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 114/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 08.234.845/0001-53, estabelecida na Rua. Papanduva, 08 – Esquina com a rua Jaraguá do Sul – Petropolis, Lages/SC – CEP. 88.505-366

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 65/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 38/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de informática para diversos setores e unidades da Secretaria da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no anexo II - termo de referência, parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde Lages;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA é de R\$ 65.570,00 (sessenta e cinco mil quinhentos e setenta reais).

Lages, 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 115/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 115/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.105.781/0001-65 com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 222 – Sala 2 CEP 88132-256 – Palhoça/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 65/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 38/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de informática para diversos setores e unidades da Secretaria da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no anexo II - termo de referência, parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde Lages;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 35.640,00 (trinta e cinco mil seiscentos e quarenta reais).

Lages, 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 405/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 405/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - ME, inscrito no CPF nº 19.338.456/0001-94, com sede a Rua Argemiro Pretto, 340 – Bairro Lajeadozinho – Encantado/RS CEP 95.960-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 231/2015, correlato ao pregão Presencial 108/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Berços com Colchão para o CEIM Bairro da Várzea e CEIM Bairro Pró-Morar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Av. Belizário Ramos, 5.043 Bairro São Cristóvão, nesta cidade;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.440,00 (nove mil e quatrocentos e quarenta reais)

Lages, 30 de setembro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 406/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 406/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JULIANA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES inscrita no CNPJ sob n.º 00.303.814/0001-03, com endereço a Anacleto da Silva Ortiz, 49 – CEP 88.570-000 – São José do Cerrito/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 115/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Construção de Casas de COHAB, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), limitado(s) ao perímetro urbano do Município, devidamente subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria de Habitação.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 5.448,80 (cinco mil quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)

Lages, 27 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.503/15

DECRETO Nº 4.503 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.716 – Acompanhamento Psicossocial - CAPS
Elemento da Despesa: 47 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0101 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.716 – Acompanhamento Psicossocial - CAPS
Elemento da Despesa: 45 – 3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0101 - Diárias Civil R\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.504/15

DECRETO Nº 4.504 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SR. OSVALDO MANOEL LUIZ VIANA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o falecimento em data de ontem, do Sr. Osvaldo Manoel Luiz Viana;

Considerando os relevantes serviços prestados pelo mesmo ao povo Lagunense e à Administração Pública Municipal, tendo se destacado no exercício da Vereança;

Considerando o desejo do povo lagunense, em prestar-lhe uma justa e última homenagem,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial no Município de Laguna, por 03 (três) dias, a partir desta data, em virtude do falecimento do Sr. Osvaldo Manoel Luiz Viana, ocorrido no dia de ontem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1244/2015

PORTARIA RH Nº 1244/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, EURÍDICE CORREIA DE LIMA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, em substituição a servidora Eliazer dos Santos Bento, que se encontra em auxílio-doença, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, durante o período de 15/09/2015 a 30/09/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Setembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1271/2015

PORTARIA RH Nº 1171/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JAMILLE MILITÃO DE SOUZA BACKES, Técnico em Educação, do dia 06.08.2015 a 04.09.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.
KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1272/2015

PORTARIA RH Nº 1272/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER, a LUANA ESTEVES MORAIS, Técnico em Enfermagem, gratificação especial mensal do SAMU, no valor equivalente a trezentos reais, em conformidade a Lei Complementar nº 154/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1273/2015

PORTARIA RH Nº 1273/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

REMOVER MÁRCIA DE OLIVEIRA AGOSTINHO Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006, da Secretaria de Educação e Esportes para Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1274/2015

PORTARIA RH Nº 1274/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

REMOVER ANELISE DA SILVA VIEIRA Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006, da Secretaria de Educação e Esportes para Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1275/2015

PORTARIA RH Nº 1275/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 4812/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de outubro de 2015 a 29 de Dezembro de 2015, ao Servidor JUCEMIR DA SILVA PINTO, Fiscal de Tributos, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1276/2015

PORTARIA RH Nº 1276/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 2206/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2015 a 29 de Dezembro de 2015, ao Servidor JOSÉ DOS SANTOS PACÍFICO, Professor, referente ao período 2003/2008, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.
KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1277/2015

PORTARIA RH Nº 1277/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 4767/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2015 a 29 de Novembro de 2015, ao Servidor SOLANGE NUNES NASCIMENTO, Auxiliar de Consultório Dentário, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1278/2015

PORTARIA RH Nº 1278/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 4692/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2015 a 29 de Dezembro de 2015, ao Servidor SILVIA SIMONI NASCIMENTO RAIMUNDO, Técnico em Enfermagem, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal**PORTARIA Nº 1279/2015**

PORTARIA RH Nº 1279/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 3907/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2015 a 29 de Dezembro de 2015, ao Servidor CLAUDETE MARIA CABREIRA DE SOUZA, Auxiliar de Enfermagem, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal**PORTARIA Nº 1280/2015**

PORTARIA RH Nº 1280/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 2207/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2015 a 29 de Dezembro de 2015, ao Servidor VANIRA SILVA PACÍFICO, Professor, referente ao período 2003/2008, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.

LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal**PORTARIA Nº 1281/2015**

PORTARIA RH Nº 1281/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, CARLA PATRÍCIA FERNANDES DE JESUS do Cargo de Professor Auxiliar, HAB 030, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 1282/2015**

PORTARIA RH Nº 1282/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 4428/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 01 ano, ao Servidor GISELE NASCIMENTO COSTA CONSTANTINO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 1283/2015**

PORTARIA RH Nº 1283/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 05.10.2015 a 03.11.2015, com lotação na Secretaria de Assistência.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Fernanda Medeiros Fermino	2014/2015
Giovana Remor Marega	2014/2015
João Ivo da Silva	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Outubro de 2015.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1284/2015

PORTARIA RH Nº 1284/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ELISANGELA OLIVEIRA PATRÍCIO do Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1285/2015

PORTARIA RH Nº 1285/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO RENATA DO NASCIMENTO DE SOUZA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1286/2015

PORTARIA RH Nº 1286/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ADRIANA DE SOUZA VIEIRA do Cargo de Professor Artes, 40 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/10/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1287/2015

PORTARIA RH Nº 1287/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5302/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 05 de Outubro de 2015 a 03 de Novembro de 2015, ao Servidor JOVITA FRANCISCO RICARDO MARTINS, Técnico em Enfermagem, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Outubro de 2015.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1288/2015

PORTARIA RH Nº 1288/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ROSIMERE CARDOSO DE OLIVEIRA Agente Comunitário, do dia 07.10.2015 a 05.11.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Outubro de 2015.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1289/2015

PORTARIA RH Nº 1289/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO INGRID ELIAS SPECK do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família de Campo de Fora – Micro-Área 01 – Campo de Fora, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1290/2015

PORTARIA RH Nº 1290/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário DEYSILANE FERMINO DE SOUZA para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 40 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 07/10/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1291/2015

PORTARIA RH Nº 1291/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário AILSON JOSÉ PAULINO JÚNIOR para exercer o Cargo de Professor de Artes, 10 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 07/10/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1292/2015

PORTARIA RH Nº 1292/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ELI APARECIDA FABBRO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1293/2015

PORTARIA RH Nº 1293/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ROSILENE DE FREITAS PREVE do Cargo em comissão de Coordenador de Assistência Comunitária, DS 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1296/2015

PORTARIA RH Nº 1296/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor TALITA JUSTINO DA SILVA Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 25/09/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1297/2015

PORTARIA RH Nº 1297/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor GRAZIANE PACHECO FERMINO ALVES Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 02/10/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 116/2015

DECRETO Nº 116/2015.

Disciplina os procedimentos para reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação e amortização dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9 e 16.10, que tratam da Depreciação, Amortização, Exaustão, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

Considerando o disposto da Resolução STN nº 828/2011 e alterações posteriores, que trata dos prazos para implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e,

DECRETA:

Art. 1º - Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 31 de dezembro de 2014 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do anexo I, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º desta Resolução.

Parágrafo único - Os bens móveis recebidos por doação bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio através de tombamento, aplicando-se os critérios do art. 5º desta Resolução, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio sob a responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal. .

Art. 2º - Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de 01 de janeiro de 2015 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo II, dispensando-se a prévia reavaliação.

Parágrafo Único - A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º - A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I – valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II – estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo I desta Resolução;
- III – capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV – obsolescência tecnológica, em anos; e,
- V – desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

Parágrafo único - Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 4º - Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

- I – capacidade de vida útil inferior a 02 anos;
- II – com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00; ou,
- III – inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade.

Parágrafo único - Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 3º desta Resolução, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 5º - A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 3º desta Resolução.

§ 1º - A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I – para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II – para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III – para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio, observando-se o disposto no art. 1º desta Resolução.

Art. 6º - O método a ser utilizado para a depreciação dos bens será o de quotas constantes.

Art. 7º - A Tabela de Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis deverá ser aplicada a partir do exercício de 2015.

Art. 8º - Os bens serão depreciados observando o nível e a classe constante na Tabela que visa atender o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a ser utilizado a partir do exercício de 2015.

Art. 9º - Para efeitos desta Resolução ficam expressos as definições abaixo:

I – Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II - Vida útil econômica é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

III - Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Art. 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

1) Veículo Automotor:

a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;

b) O valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela abaixo:

Estado do Veículo	Percentual da Tabela FIPE
Ótimo – Perfeitas condições	100%
Bom	80%
Razoável	50%
Ruim	25%
Péssimo	10%

2) Equipamentos e Mobiliários em Geral:

Estado de Conservação	Percentual
Ótimo	100%
Bom	90%
Regular	70%
Ruim	30%
Péssimo	20%

3) Bens Imóveis:

A Reavaliação necessitará de Laudo emitido por profissional capacitado em avaliação de imóvel, na qual será aplicada a medida de três avaliações.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

ANEXO II

Bens Móveis				
Mascara	Descrição	Depreciação % Anual	Vida Útil (anos)	Valor Residual %
1.2.3.1.1.01	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas ²			
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	6,66%	15 anos	10%
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.03	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	5%	20 anos	10%
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	6,66%	15 anos	10%
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de Proteção e Vigilância Ambiental	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, Equipamentos e Utensílios agropecuários	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Rodoviários	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	5%	20 anos	10%
1.2.3.1.1.01.99	Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.02	Bens de Informática ²			
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5 anos	10%
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de Tecnologia da Informação	20%	5 anos	10%
1.2.3.1.1.03	Móveis e Utensílios ²	-	-	-
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e Utensílios domésticos	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em Geral	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em Geral	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.04	Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação ²			
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	20%	5 anos	10%
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e Materiais bibliográficos	10%	10 anos	5%
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e Filmotecas	20%	5 anos	10%
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	5%	20 anos	10%
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição ¹	-	-	-
1.2.3.1.1.04.99	Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10%	10 anos	10%
1.2.3.1.1.05	Veículos ²	-	-	-
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em Geral	6,66%	15 anos	10%
1.2.3.1.1.05.02	Veículos Ferroviários	3,33%	30 anos	10%
1.2.3.1.1.05.03	Veículos de Tração Mecânica	6,66%	15 anos	10%
1.2.3.1.1.99.99	Outros Bens Móveis ²	-	-	-
1.2.3.1.1.99.99.01	Outros Bens Móveis	10%	10 anos	10%

¹A conta OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

² Contas Sintéticas do PCASP

Bens Imóveis				
Mascara	Descrição	Depreciação % (anual)	Vida Útil (anos)	Valor Residual %
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	2,85%	35 anos	30%
1.2.3.2.1.01.21	Estacionamentos e Garagens	2,50%	40 anos	30%

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 117/2015

DECRETO Nº 117/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.025 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

DOTAÇÃO 27

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 85.000,00

Total: R\$ 85.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta de provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0116;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 118/2015

DECRETO Nº 118/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.025 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

DOTAÇÃO 27

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.025 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

DOTAÇÃO 26

3.3.50.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 119/2015

DECRETO Nº 119/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 289.920,00 (Duzentos e Oitenta e nove Mil, Novecentos e Vinte Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.008 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

DOTAÇÃO 4

4.4.90.00.00.0023 - Aplicação Direta R\$ 289.920,00

Total: R\$ 289.920,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

PORTARIA Nº 390/2015

PORTARIANº 390/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos VI e VIII do artigo 63, alínea “c” do inciso II do artigo 89 e inciso II do artigo 205, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar DILSON TARTARI FELISBINO, supervisor do Departamento de Recursos Humanos, Matrícula nº 110, JOSIANE GIRARDI, Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 1436 e RICARDO FONTANELLA, Supervisor do Departamento de Fiscalização e Tributação, Matrícula nº 1273, para, sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, destinada a apurar, no prazo de 60 dias, os fatos de que trata o Ofício nº 227/2015, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 114/2015**

DECRETO Nº 114, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 450,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100,00
Função	28	Encargos Especiais	100,00
Sub-função	845	Outras Transferências	100,00
Programa	00	Encargos Especiais	100,00
Projeto/Atividade	0.001	Contribuição ao PASEP	100,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recurso	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	100,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	350,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	350,00
Função	26	Transporte	350,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	350,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	350,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	350,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	350,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	350,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	350,00
Fonte de Recursos	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	350,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			450,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE Superávit	0.1.0016	450,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO		450,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de outubro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.729/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO N.º 2.729/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.296/2015 de 15 de Outubro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas
..... R\$ 69.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 1.005 – Diretoria de Educação – Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 2.015 – Diretoria de Educação - Ensino Médio

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins....R\$ 8.500,00

Projeto/Atividade 2.016 – Diretoria de Educação - Ensino Superior
4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.800,00

Projeto/Atividade 2.017 – Diretoria de Educação – Educação Especial

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Total
..... R\$ 69.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 15 de Outubro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

EXTRATO PREGÃO 44/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, para a possível aquisição conforme necessidade do Município de bita mista suja, no dia 30 de outubro de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77. Lindóia do Sul - SC, 16 de outubro de 2015. Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR N.º 281/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 281/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 178, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011; AMPLIA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE PSICÓLOGO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o cargo de Psicólogo, com carga horária de 20 horas semanais, passando a ter carga horária semanal de 40 horas e incorporar o Anexo "IV", Nível "9", Grupo Ocupacional Especialista - GE, da Lei Complementar nº 178/2011.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 15 de Outubro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.296/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.296/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas
..... R\$ 69.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 1.005 – Diretoria de Educação – Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 2.015 – Diretoria de Educação - Ensino Médio
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins....R\$ 8.500,00

Projeto/Atividade 2.016 – Diretoria de Educação - Ensino Superior
4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
.....R\$ 7.800,00

Projeto/Atividade 2.017 – Diretoria de Educação – Educação Especial
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Total
..... R\$ 69.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 15 de Outubro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

PORTARIA Nº 256/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 256/2015, de 01 de Outubro de 2015.

PRORROGA LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2 003, de 10 de janeiro de 2003.

Considerando o diagnóstico apontado nos atestados médicos juntados ao processo e a decisão apresentada pelo Médico Perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, expedido em 02 de Julho de 2015, atestando incapacidade para o trabalho,

RESOLVE:

Considerar prorrogado, até o dia 07 de Dezembro de 2015, a vigência da Portaria nº 106/2014, de 26 de Março de 2014, que concedeu licença saúde ao Servidor Público Municipal Márcio Zuanazzi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 284/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 284/2015, de 06 de Outubro de 2015.

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE:

Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 254/2015, de 30 de Setembro de 2015, ao Servidor Público Municipal Edison Domingos Giron, ocupante do cargo de Provimento

Efetivo de Auxiliar de Técnico, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 17 (dezessete) dias, compreendidos entre os dias 14 a 30 de Outubro de 2015, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 285/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 285/2015, de 06 de Outubro de 2015.
CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL,
PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a Servidor Público Municipal Ederlei Diego da Silva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, pelo período de 03 (dias) dias a contar de 06 de Outubro de 2015, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 288/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 288/2015, de 09 de Outubro de 2015.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Ivanete Adriana de Moura, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem do ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, 14 (quatorze) dias de férias, a contar de 13 de Outubro de 2015, relativas a Portaria nº 103/2015, de 01 de Abril de 2015, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 113/2015, de 17 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 09 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 289/2015, DE 13 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 289/2015, de 13 de Setembro de 2015.
CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,
PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a Servidora Pública Municipal Siméia Cristina Santin Pereira da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 06 (Seis) dias conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 13 de Setembro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 291/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 291/2015, de 15 de Outubro de 2015.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal a Gabriela Fernanda Grisa, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Arquiteto Urbanista, vinculada na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Diretoria de Urbanismo, 07 (sete dias) dias de férias, a contar de 19 de Outubro de 2015, relativas a Portaria nº 026/2015, de 29 de Janeiro de 2015, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 057/2015, de 23 de Fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 15 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 255/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 255/2015, de 01 de Outubro de 2015.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido e por motivo de concessão de aposentadoria, o servidor Público Municipal, senhor Alexandre Neto Von Dentz, do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transportes, a partir de 01 de Outubro de 2015.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 051/2010, de 01 de Fevereiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 257/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 257/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sandra Regina Zuanazzi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Administrativo, responsável pelo RH, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 258/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 258/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Diego Frare, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrista, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 259/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 259/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Janaina Dalla Vecchia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 260/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 260/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Jonas Fabio Dalmora, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 261/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 261/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Edem Luiz Tumelero, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Interno, lotado no Gabinete do Prefeito e Vice, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 262/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 262/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sonia Maria da Luz Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 263/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 263/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32 e parágrafos, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Joana Caroline Spricigo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 264/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 264/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, III, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Revelino Damin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas II, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 265/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 265/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, III, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Paulo Roberto Parmegiani, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas II, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 266/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 266/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, III, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Jarbas Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas II, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 267/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 267/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, III, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Gilson Dal Bello, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas I, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 268/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 268/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, III, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Claudiomiro de Almeida, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 269/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 269/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, § 1º, II, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Neusa Maria Johann Biesek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 270/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 270/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, § 1º, II, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Elaine Salette Pescador, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 271/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 271/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, § 1º, II, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Leonardo Junior Cavallier, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Técnico, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 272/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 272/2015, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 32, § 1º, II, § 6º, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Giovana Andreza de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, 2% (dois por cento) sobre o vencimento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 273/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 273/2015, de 01 de outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do Artigo 31, Parágrafo 4º, inciso I, a) em concordância com o § 5º da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a servidora Pública Municipal Joana Caroline Spricigo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, 35 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Progressão por nova Habilitação de 13% (treze por cento), pela conclusão do curso de Pós-Graduação em nível de especialização em Obesidade, Exercício e Emagrecimento, sobre o respectivo vencimento do anexo IV - Nível 9 Inicial, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 274/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 274/2015, de 01 de outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do Artigo 31, Parágrafo 4º, inciso I, a) em concordância com o § 5º da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a servidora Pública Municipal Sonia Maria da Luz Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, 35 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Ação Social, Progressão por nova Habilitação de 13% (treze por cento), pela conclusão do curso de Pós-Graduação em nível de especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos,, sobre o respectivo vencimento do anexo IV - Nível 9 Inicial, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 275/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 275/2015, de 01 de outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do Artigo 31, Parágrafo 4º, inciso I, a) em concordância com o § 5º da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a servidora Pública Municipal Gabriela Fernanda Grisa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta/Urbanista, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Ação Social, Progressão por nova Habilitação de 13% (treze por cento), pela conclusão do curso de Pós-Graduação em nível de especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos,, sobre o respectivo vencimento do anexo IV - Nível 12 Inicial, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 276/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 276/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 36 e parágrafos, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Salete Benelli Bósio, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Categoria Pós Latu Sensu, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, correspondendo a 2% (dois por cento), dentro do mesmo nível, referencia superior, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA Nº 277/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 277/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 36 e parágrafos, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Judite Bruniera, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Categoria Pós Latu Sensu, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, correspondendo a 2% (dois por cento), dentro do mesmo nível, referencia superior, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA Nº 278/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 278/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 36 e parágrafos, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Mari Lúcia Gasparotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Categoria Pós Latu Sensu, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, correspondendo a 2% (dois por cento), dentro do mesmo nível, referencia superior, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA Nº 279/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 279/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 36 e parágrafos, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Silvane Venancio, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Categoria Pós Latu Sensu, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, correspondendo a 2% (dois por cento), dentro do mesmo nível, referencia superior, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA Nº 280/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 280/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 36 e parágrafos, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Bernadete Fontana Vasselai, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Categoria Pós Latu Sensu, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, correspondendo a 2% (dois por cento), dentro do mesmo nível, referencia superior, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA Nº 281/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 281/2015, de 01 de Outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 36 e parágrafos, da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Jane Aparecida Klein Grasel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Categoria Pós Latu Sensu, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, correspondendo a 2% (dois por cento), dentro do mesmo nível, referencia superior, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 01 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA Nº 282/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 282/2015, de 05 de outubro de 2015.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Judite Bruniera, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 28 de Outubro de 2015 a 26 de Novembro de 2015, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 01 de Março de 2000 a 28 de Fevereiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 05 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 283/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 283/2015, de 06 de Outubro de 2015.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Alan Junior Pizzatto, ocupante do cargo de Provimento em comissão de Supervisor de Projetos Ambientais, vinculado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 07 (sete) dias de férias, no período de 19 a 25 de Outubro de 2015, relativas a Portaria nº 167/2014, de 27 de Junho de 2014, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 185/2014, de 17 de Julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Outubro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 287/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 287/2015, de 07 de outubro de 2015.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Ocedir Roque Proinelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 07 de Outubro de 2015 a 05 de Novembro de 2015, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 19 de Fevereiro de 2000 a 18 de Fevereiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 07 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 290/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 290/2015, de 14 de outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do Artigo 31, Parágrafo 4º, inciso I, a) em concordância com o § 5º da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011.

RESOLVE:

Conceder, a servidora Pública Municipal Dinara Signor Kiekow, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Ação Social, Progressão por nova Habilitação de 13% (treze por cento), pela conclusão do curso de Pós-Graduação em nível de especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos, sobre o respectivo vencimento do anexo IV - Nível 9 Inicial, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 14 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 292/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 292/2015, de 15 de Outubro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Ana Beatriz Baldissera, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2012 a 01 de maio de 2013, para gozo no período de 19 de Outubro de 2015 a 17 de Novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 15 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 293/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 293/2015, de 15 de Outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO CONTINUADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 31, Parágrafo 4º, inciso II, a) da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Fernanda Ramos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo (GF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão por Nova Habilitação de 10% (Dez por cento) sobre o vencimento do Anexo IV, nível 5 –Inicial, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 15 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 294/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 294/2015, de 15 de Outubro de 2015.

PRORROGA DURAÇÃO DE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e Lei Complementar nº 149/2010.

RESOLVE:

Prorrogar até 17 de Março de 2016, a Licença Gestação da Servidora Pública Municipal Bruna Gabriela Sandi, exercendo as funções do cargo de professor, contratada em caráter temporário, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com ônus para o Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 15 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2125

DECRETO Nº 2125 de 15 de outubro de 2015.

“ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 7.041,40 (sete mil e quarenta e um reais e quarenta centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, fonte e detalhamento, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.99.05.00 - Rendimentos Convênio Trânsito

1.9.1.9.15.03.00.00 - Convênio Trânsito

9.1.9.1.9.15.03.00 - Dedução Convênio Trânsito para Formação do FUNSET

Detalhamento de Recursos - 012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 7.299,63

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 11.001.15.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 3.12 - S.F. Convênio de Trânsito - Prefeitura
..... R\$ 7.041,40

Detalhamento de Recursos - 012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação deste detalhamento (209 - NASF Federal - Núcleo de Apoio a Saúde da Família).

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2126

DECRETO Nº 2126 de 15 de outubro de 2015.

“NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB de Luzerna(SC), na forma do art.2º da Lei nº 703 de 08.03.2007, alterado pela Lei nº 717 de 10.05.2007, pela Lei nº 737 de 16.08.2007 e pela Lei nº 825 de 03.03.2009, fica assim constituído:

a) representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Titular : CESAR SCHEUFELE

Suplente: VALI CAROLINA SPIER

Titular : DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA

Suplente: VALCIR ANTÔNIO GOTARDO

b) representante dos professores da educação básica pública

Titular : MARIA ASSUNTA KLEIN FIORENTIN

Suplente: MARCUS PASTORI

c) representante dos diretores das escolas básicas públicas

Titular : INGRID BUCHWEITZ STOBBE

Suplente: ROSELI OTTO MEISTERLIN

d) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas

Titular : ROSELI TEREZINHA SCHNEIDER PADILHA

Suplente: ELISÂNGELA BRANDINI

e) representantes de pais de alunos da educação básica pública

Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Municipal

Titular : EVERTON MARTINI

Suplente: EVAINE CÉLIA DESIDÉRIO

Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Estadual

Titular : GLEICIR APARECIDA TORRI

Suplente: NEUSA MARTINAZZO

f) representantes dos estudantes da educação básica pública

estudantes da educação básica pública

Titular : JUAN SCHEUERMANN

Suplente: THAUANY BUTTNER

estudantes da educação básica pública indicados pela entidade de estudantes secundaristas

Titular : VITOR AUGUSTO ALBERGUINI

Suplente: INGRID LAMPERT

g) representante do Conselho Municipal de Educação

Titular : RENAN CLODOALDO TESSER

Suplente: MARIA GILDA CAVALHERI

h) representante do CONSELHO TUTELAR

Titular : ANDREA FREIBERGER RIBEIRO DA SILVA

Suplente: MÁRCIA GATELLI PATZLAFF

Art.2º- O exercício do mandato de Conselheiro do FUNDEB é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições do Decreto 2110 de 18 de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

decreto 1516

DECRETO Nº 1516, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam a matéria, e;

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

III – CONSIDERANDO, que todos os órgãos do Governo Estadual também adotaram horário especial de funcionamento.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de trabalho nos órgãos da Administração Pública Municipal, a ser cumprido em turno único, das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 19 de outubro de 2015 a 16 de janeiro de 2016, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. Ficam excluídas, do horário especial estabelecido neste artigo, as Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, Cultura e Esportes, bem como os demais serviços públicos essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de outubro de 2015.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº 00003907 R\$ 14.250,00.

Nota Fiscal nº 00003991 R\$ 14.250,00.

Valor Total: R\$ 28.500,00.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pela prestação de serviços de Gestão de ISSQN.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.283.065/0001-41

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Nota Fiscal nº. 52263 R\$ 40.158,00

Nota Fiscal nº. 52262 R\$ 15.627,77

Nota Fiscal nº. 49973 R\$ 2.767,84

Nota Fiscal nº. 51543 R\$ 2.863,09

Valor Total: R\$ 61.416,70

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela terceirização dos serviços de manutenção da Secretaria Municipal de Educação e limpeza dos Postos de Saúde.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 85.129.528/0001-82

MOINHO CATARINENSE S.A

Nota Fiscal nº. 261590 R\$ 437,80

Nota Fiscal nº. 25871 R\$ 3.837,00

Nota Fiscal nº. 255750 R\$ 218,90

Valor Total: R\$ 4.493,70.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de farinha de trigo para a fabricação de pães destinados à Secretaria de Educação.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação Interina

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 13.839.796/0001-12

GIZELE REGINA DA SILVA ME

Nota Fiscal nº. 1707 R\$ 1.471,68

Nota Fiscal nº. 1510 R\$ 1.449,78

Valor Total: R\$ 2.921,46

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento dos gêneros básicos que compõem a Alimentação Escolar.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação Interina

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 61.602.199/0232-44

CIA ULTRAGAZ S.A

Nota Fiscal nº. 590915 R\$ 10.400,00

Nota Fiscal nº. 614569 R\$ 2.500,00

Valor Total: R\$ 12.900,00.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de Gás de Cozinha para as escolas municipais.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação Interina

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 83.073.536/0001-64

SERRANA ENGENHARIA LTDA

Nota Fiscal nº. 24914 R\$ 6.346,49

Nota Fiscal nº. 25290 R\$ 6.346,49

Nota Fiscal nº. 25610 R\$ 1.282,64

Valor Total: R\$ 13.975,62

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela coleta de lixo hospitalar.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

JAQUELINE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde Interina

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 07.233.306/0001-37

FAZAN E CIA LTDA

Nota Fiscal nº. 4340 R\$ 1.950,00

Valor Total: R\$ 1.950,00.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 18.555.113/0001-19

ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA

Nota Fiscal nº. 2156 R\$ 1.731,07

Nota Fiscal nº. 2270 R\$ 5.879,95

Nota Fiscal nº. 2393 R\$ 396,00

Nota Fiscal nº. 2530 R\$ 16.218,36

Valor Total: R\$ 24.225,38

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento dos gêneros básicos que compõem a Alimentação Escolar.

Mafra (SC), 16 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação Interina

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1038/2015

LEI Nº 1038 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua MAR nº 127, localizada no bairro São Cristóvão, no Município de Maracajá, passa a denominar-se Rua "MANOEL DOS SANTOS MARTINS".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 09 de Outubro de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

LEI 1039/2015

LEI Nº 1039 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

REESTRUTURA OS CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTABELECIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 426 DE 07 DE OUTUBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos de provimento em comissão, de Administração Geral, da Estrutura Administrativa do Município de Maracajá, passam a ser os seguintes:

I - Secretaria de Administração:

- a) Departamento de Assistência e Bem Estar Social;
- b) Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio;
- c) Departamento de Educação e Cultura;
- d) Departamento de Esportes;
- e) Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;
- f) Departamento de Saúde;
- g) Departamento de Transportes;
- h) Departamento Administrativo e Financeiro;

II - Secretaria de Meio Ambiente e Turismo:

- a) Departamento de Meio Ambiente;
- b) Departamento de Turismo;
- c) Administração do Parque Ecológico;

Art. 2º Os órgãos de provimento em comissão, de Assistência ao Gabinete do Prefeito, da Estrutura Administrativa do Município de Maracajá, passam a ser os seguintes:

I - Chefia de Gabinete:

- a) Assessoria de Comunicação Social;
- b) Controladoria Interna;
- c) Chefia de Gabinete;

Art. 3º Os órgãos de provimento em comissão, de Assessoramento, da Estrutura Administrativa do Município de Maracajá, passam a ser os seguintes:

I - Gabinete do Prefeito:

- a) Chefia de Divisão;
b) Direção de Escola;

II - Secretaria de Administração:

- a) Assessoria Contábil;
b) Administração do Cemitério Municipal;
c) Administração do Centro de Triagem;
d) Supervisão de Costura Industrial;

Art. 4º Os cargos de provimento em comissão, com respectivo nível, quantidade de vagas e remuneração, pertencentes a estrutura organizacional criados, são os constantes no Anexo I desta lei.

Art. 5º O chefe do Poder Executivo poderá conceder aos ocupantes de cargo em comissão, do nível assessoramento de Direção de Escola desta Estrutura Administrativa, gratificação mensal a ser incorporado no respectivo vencimento, de acordo com a quantidade de alunos matriculados na Unidade Escolar em que atuar como Diretor de Escola, conforme tabela de gratificações constante no Anexo II desta lei.

Art. 6º O órgão Chefia de Divisão, de provimento em comissão, do nível Assessoramento, da Estrutura Administrativa do Município de Maracajá, terão sua vagas ocupadas, por livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 257 de 13 de agosto de 2010.

Art. 7º As atribuições e regulamentações de cada cargo comissionado constante na tabela do Anexo I desta lei, serão criadas por decreto municipal.

Art. 8º Fica o chefe do poder executivo autorizado a conceder gratificação de até 100% (cem por cento) sobre seus vencimentos, aos ocupantes de cargos comissionados, a título de vantagem de representação e dedicação exclusiva.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se atingindo o direito adquirido, ato jurídico perfeito, a coisa julgada, e demais situações consolidadas pelo tempo sob a vigência das leis que ora se revogam.

Art. 10 Ficam revogadas as leis números: 831 de 25 de fevereiro de 2011, 837 de 16 de março de 2011, 838 de 16 de março de 2011, 888 de 14 de março de 2012, 915 de 20 de dezembro de 2012, 955 de 10 de outubro de 2013, e leis complementares números: 24 de 09 de dezembro de 2010, 27 de 10 de agosto de 2011.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 15 de Outubro de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Anexo I

CARGOS EM COMISSÃO
Quadro de Quantitativos, Cargos e Remunerações

Qt. Vagas	Categoria Funcional	Nível	Remuneração em Reais
	GABINETE DO PREFEITO		
01	Chefe de Gabinete	CC-2	2.655,44
01	Assessora de Comunicação Social	CC-4	1.593,26
01	Controlador Interno	CC-4	1.593,26
15	Chefe de Divisão	CC-4	1.593,26
05	Diretor de Escola	CC-3	2.173,42
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
01	Secretário de Administração	CC-1	5.438,86
01	Diretor do Departamento de Assistência e Bem Estar Social	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Educação e Cultura	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Esportes	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Saúde	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Transportes	CC-2	2.655,44

01	Assessor Contábil	CC-3	2.173,42
01	Administrador do Centro de Triagem	CC-4	1.593,26
01	Administrador do Cemitério Municipal	CC-4	1.593,26
01	Supervisora de Costura Industrial	CC-5	1.287,91
	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO		
01	Secretário de Meio Ambiente e Turismo	CC-1	5.438,86
01	Diretor do Departamento de Meio Ambiente	CC-2	2.655,44
01	Diretor do Departamento de Turismo	CC-2	2.655,44
01	Administrador do Parque Ecológico	CC-4	1.593,26

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Anexo II

DIREÇÃO ESCOLAR - DIRETOR DE ESCOLA Quadro de Quantitativos e Gratificações

Quantidade de Alunos Matriculados	Gratificação em Porcentagem (%)
Até 100 Alunos	5%
De 101 à 200 Alunos	10%
De 201 à 300 Alunos	20%
De 301 à 400 Alunos	30%
De 401 à 500 Alunos	40%
Acima de 500 Alunos	50%

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 47/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 47 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

INSERE PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO Nº 42 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2015.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica inserido o Parágrafo Único no artigo 42 da Lei Complementar nº 44 de 17 de Agosto de 2015, que terá a seguinte redação:

"

Art. 42 - ...

Parágrafo Único - Os terrenos cultivados, tanto urbanos como rurais deverão providenciar todas as condições técnicas para que não ocorram impactos nocivos a vizinhança, sendo proibido o plantio extensivo comercial de espécies arbóreas, bem como o uso de pesticidas, agrotóxicos e correlatos em suspensão por um afastamento menor do que 20,0 (vinte) metros das divisas existentes entre estes.

"

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 17 de Setembro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada esta Lei Complementar na Secretaria de Administração em 17 de Setembro de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR 48/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 48 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL II - REFIS MUNICIPAL II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal II – Refis Municipal II – no município de Maracajá.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal II – Refis Municipal II – destina-se a promover o recebimento de créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, com vencimentos até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 1º Estão excluídos da presente Lei Complementar as despesas decorrentes de processos de execução fiscal e seus respectivos embargos, se houver.

§ 2º Os benefícios de que trata o presente artigo também serão extensivos aos contribuintes com parcelamentos pendentes, não integralmente quitados.

§ 3º Aos devedores que aderirem ao Programa Refis será concedida a redução dos juros de mora e multa, na forma prevista no artigo 7º desta Lei Complementar, mantidos os valores do principal corrigidos.

Art. 3º O prazo para adesão ao programa aqui instituído se iniciará a partir do primeiro dia útil de vigência desta Lei Complementar, encerrando-se em 19 de dezembro de 2015, observando-se o disposto no artigo 7º.

Art. 4º Poderão pleitear a adesão ao programa ora instituído as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação assim definida na legislação vigente.

§ 1º A opção pelo Refis Municipal II poderá ser formalizada até a data mencionada no artigo 3º, mediante requerimento de parcelamento no qual a pessoa física ou jurídica deverá indicar pormenorizadamente quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pessoa Física:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) comprovante de residência (água,luz ou telefone);
- d) procuração pública (se for o caso);

II - Pessoa Jurídica:

- a) contrato social;
- b) CNPJ; e
- c) RG, CPF e comprovante de residência do sócio responsável;
- d)procuração pública(se for o caso);

III - Termo de Confissão de Dívida Ativa;

IV - declaração de desistência, nos termos do inciso II do artigo 6º desta Lei Complementar;

V - cópia de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sobre o valor original do crédito devidamente atualizado, para os casos ajuizados.

Art. 5º Para o pagamento à vista, o contribuinte poderá optar pela inclusão individual de cada lançamento que compõe a dívida, exceto os débitos ajuizados e/ou executados, que deverão ser consolidados em sua totalidade.

Parágrafo único. Os débitos assim definidos na forma do caput deste artigo serão consolidados na data do termo de adesão e acrescidos dos encargos legais em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Art. 6º A opção pelo Refis Municipal II fica obrigatoriamente condicionada:

I - à assinatura do Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

II - ao encerramento comprovado de feitos ajuizados contra o Município, por desistência expressa e irrevogável, com renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

III - ao pagamento pelo contribuinte das custas, despesas processuais e honorários para os débitos em cobrança judicial;

IV - à desistência de todos os recursos, inclusive dos embargos já processados na execução fiscal.

Art. 7º O Programa de Recuperação Fiscal II – Refis Municipal II – será concedido da seguinte forma:

I - para adesão, mediante pagamento total do débito à vista, até a data limite estabelecida no artigo 3º, com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

II - para os requerimentos de adesão protocolados até a data limite estabelecida no artigo 3º:

a) pagamento em até 6 (seis) parcelas com dispensa de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

§ 1º O não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança;

§ 2º As parcelas terão atualização monetária, anualmente, de acordo com o índice INPC-IBGE;

§ 3º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);

§ 4º A primeira parcela do acordo firmado deverá ser paga no ato do parcelamento através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 8º O pagamento deverá ser realizado através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 9º O pagamento previsto nesta Lei Complementar terão vigência temporária, valendo exclusivamente para os efeitos do Refis Municipal II.

Art. 10. Serão excluídos do Refis Municipal II os casos de:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

Parágrafo único. A exclusão do Refis Municipal II acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, aplicando-se sobre o montante devido todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 11. O cancelamento do acordo firmado dar-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente excluído do programa.

Art. 12. A adesão ao Refis Municipal II não impede que a exatidão dos valores denunciados de forma espontânea pelo devedor, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), seja conferida posteriormente pelo Fisco Municipal, para efeito de lançamento suplementar.

Parágrafo único. Apurado pelo Fisco Municipal inexistência do valor denunciado espontaneamente pelo devedor, poderá ser o respectivo montante incluído no Refis Municipal II, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências desta Lei Complementar.

Art. 13. A opção pelo Refis Municipal II sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida, hábil a interromper o prazo prescricional, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 14. O Poder Executivo editará os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei Complementar.

Art. 15. A instituição do Refis Municipal II pela presente Lei Complementar não impede o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município no período de sua vigência.

Art. 16. Ao Município fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 17 de Setembro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada esta Lei Complementar na Secretaria de Administração em 17 de Setembro de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 248/2015

PORTARIA Nº. 248 DE 8 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Valdoir Olavo dos Santos, ocupante do Cargo de Coveiro, referente ao período aquisitivo de 24/4/2013 à 23/4/2014, com gozo em 1º/10/2015 e término em 10/10/2015.

Art. 2º Nos termos do Parágrafo Único do art. 121 da Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 8 de setembro de 2015.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 8 de setembro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 249/2015

Portaria Nº 249, de 18 de setembro de 2015.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, GISELI DA SOLER TEIXEIRA DE ROSS, CPF 823.059.009-53, matrícula Nº 2013, nascida em 16 de janeiro de 1972, em razão do retorno da Professora efetiva Cristina Farias de Souza.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 216/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de setembro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de setembro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 250/2015

Portaria Nº 250, de 18 de setembro de 2015.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 29 de setembro a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, DIRLENE JOANA CORTES DASILVA, CPF 044.719.649-92, matrícula Nº 2008, nascida em 24 de junho de 1984, em razão do retorno da Professora - ACT Mara Rubia Leandro de Oliveira Motta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 203/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de setembro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de setembro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 251/2015

Portaria Nº 251, de 18 de setembro de 2015.
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, FRANS-CIELE BERTOJA MOTA, CPF 063.240.309-89, matrícula Nº 1975, nascida em 18 de outubro de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de setembro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de setembro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 252/2015

PORTARIA Nº 252 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA CAMILA INÁCIO PREMOLI.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 29 de setembro de 2015, a servidora CAMILA INÁCIO PREMOLI, ocupante do cargo de Professor - ACT, a contar de 29/9/2015 a 27/1/2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de setembro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de setembro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 253/2015

PORTARIA Nº 253 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.
NOMEIA RESPONSÁVEL TÉCNICO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 73, inciso VII, da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELOIR RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 179.183.089-72, que exerce o cargo de Médico Ginecologista no município de Maracajá, atuando no Departamento de Saúde, para atuar como Responsável Técnico do Departamento Municipal de Saúde de Maracajá.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a contar durante todo o ano de 2015, no que couber, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Setembro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração em 29 de Setembro de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 254/2015

PORTARIA Nº. 254 DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam: Andréia de Farias Machado, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACT - PSF, referente ao período aquisitivo de 14/4/2014 a 13/4/2015, com gozo em 1º/10/2015 e término em 30/10/2015.

Adiellen Robaski, ocupante do Cargo de Odontólogo - ACT - PSF, referente ao período aquisitivo de 3/9/2014 a 2/9/2015, com gozo em 1º/10/2015 e término em 30/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 1º de outubro de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 255/2015

Portaria Nº 255, de 1º de outubro de 2015.
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, DAIANE SILVEIRA FLORIANO, CPF 005.489.909-56, matrícula Nº 1942, nascida em 15 de fevereiro de 1984.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 089/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 256/2015

Portaria Nº 256, de 1º de outubro de 2015.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, REJANE PEREIRA DOS SANTOS, CPF 010.115.359-71, matrícula Nº 1894, nascida em 9 de março de 1987.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 041/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 257/2015

PORTARIA Nº 257 DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA DORALICE DE JESUS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 85 da Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Maria Doralice de Jesus, referente ao período de 5/2/2007 à 5/2/2012.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 5/10/2015 à 3/11/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 5 de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 258/2015

Portaria nº 258 de 5 de outubro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de outubro de 2015, JOÃO MA-NOEL DE ALMEIDA, brasileiro, maior, nascido em 18 de março de 1991 inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 078.996.349-38, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, em substituição da servidora Camila Inácio Premoli que se encontra de Licença Maternidade..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 259/2015

Portaria nº 259 de 5 de outubro de 2015.

ALTERA PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o percentual de gratificação dos servidores comissionados como segue:

Matr.	Nome	Cargo	Gratificação	
			De	Para
335	Vilmar Leandro	Diretor do Depto. de Saúde	85%	65%
345	Francisco Demétrio da Rocha	Coordenador Executivo da Compdec	50%	30%
480	Helder Francisco Loch	Chefe Divisão de Contabilidade	70%	50%
481	Michellini Costa Francisco	Chefe Divisão de Tributos	70%	50%
661	Marcelo Martinelli	Chefe Divisão de Recursos Humanos	70%	50%
668	Rosa Correa da Silva Martinello	Chefe da Divisão de Indústria e Comércio	65%	45%
1000	Lindomar Marques	Diretor do Depto. De Transportes	30%	10%
1004	Cleir Rocha	Administrador do Parque Ecológico	80%	60%
1026	Eliete de Freitas Vieira	Chefe da Divisão de Coordenação da 3ª Idade e Clube de Mães	100%	80%
1027	Ivonete de Oliveira Capela	Diretor do Depto. de Assistência e Bem Estar Social	30%	10%
1034	Renata Darós Minatto	Chefe da Divisão de Cultura e Esportes	50%	30%
1070	Rosane Savi Costa	Assessor Contábil	80%	60%
1198	Gerson Nazário	Administrador do Centro de Triagem	70%	50%
1214	Vanderlei Serafim Martins	Chefe da Divisão de Obras	70%	50%
1451	José Ailor de Medeiros	Chefe da Divisão de Habitação e Serviços Urbanos	100%	80%
1519	Edinei Pedro Rocha	Diretor do Depto. de Esportes	80%	60%
1522	Denner Lucas Casagrande	Diretor do Depto. de Educação	80%	60%
1561	Bruna dos Santos	Chefe da Divisão de Serviços Administrativos	60%	40%
1562	Dilnei Fausto Borges	Diretor do Depto. de Turismo	80%	60%
1607	Tiago Hercílio de Souza	Diretor do Depto. de Agricultura	80%	60%
1640	Samara Correa Demétrio	Chefe da Divisão Técnica Administrativa	60%	40%
1874	Amilton Souza da Cruz	Administrador do Cemitério Municipal de Maracajá	40%	20%
1990	Alacide Luiz Rocha	Diretor do Depto. de Obras, Habitação e Serviços Urbanos	100%	80%
1991	Marcio Michel Jumes de Souza	Chefe da Divisão de Compras	100%	80%
2012	Aline Coelho dos Santos	Chefe da Divisão de Ensino	60%	40%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 5 de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 260/2015

PORTARIA Nº 252 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ITAIONARA TRAMONTIN RECCO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 3 de novembro de 2015, a servidora ITAIONARA TRAMONTIN RECCO ocupante do cargo em comissão de Assessor de Comunicação Social, a contar de 3/11/2015 a 1º/3/2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 261/2015

Portaria nº 261 de 13 de outubro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 5 de outubro de 2015, REJANE PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 9 de março de 1987 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 010.115.359-71, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 5 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 262/2015

Portaria nº 262 de 13 de outubro de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 5 de outubro de 2015, SIMONI MACHADO MANOEL, brasileira, maior, nascida em 4 de abril de 1988 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 063.786.119-12, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 5 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de outubro de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de outubro de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 190/2015

DECRETO Nº 190, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Homologa inscrições do Processo Seletivo Edital nº 002/2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo homologada as inscrições do Processo Seletivo Edital nº 002/2015, conforme segue:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME	CPF
ALICE BREMM PITON	032.209.069-58
ASSUNTA ANA LUDWIG	817.175.399-04
BRUNA ROBERTA SCHWANTES HACHMANN	093.086.409-32
CATIANE VENICIA ZANCHET	045.324.429-74
CLAUDINETE DE JESUS SILVA DOS SANTOS	955.922.453-00
CLEMILDA AMARAL DA COSTA	989.556.241-15
CLEUSA ISABEL LIMBERGER	044.351.019-98
CRISTIANE NIENOW PUNTEL	028.028.029-76
DAYANE SILVEIRA MARTINS	084.600.299-05
DILAMAR BAZZO BADIA	937.849.109-04
DIRCE TEREZINHA EBERT	050.236.129-88
DIRCE WISNIESKI	036.698.919-78
ELAINE MARIA FARIA	625.313.959-20
ELENIR ANA CENEDESE DELAZERE	771.030.929-15
ELENIR KOROCH DA COSTA	021.800.889-90
ELENITA LEVISKI RAFFLER	781.818.609-34
ELIANE BRANDT SCHOSSLER	018.776.759-97
FRANCIELI ALT	108.645.459-67
FRANCIELLI DE MOURA	081.632.909-51
GENI RAMOS ALVES	019.792.299-61
GRACIELA R. ALBUQUERQUE	070.401.249-98
GRAZIELA RICHTER	028.485.479-44
IJANI FREITAG DE SOUZA LIMA	590.056.379-00
ILONI CECILIA ASSMAM LEVINALLI	799.997.789-68
IRMA GUERRA	693.010.349-72
IVANETE DE FATIMA ZAMBON	899.034.399-20
IVANIR DE SOUZA	816.438.459-34
IVONE HELENA WERMUTH	016.796.169-19
JANETE LUCIA DE SOUZA HAHN	056.359.559-08
JANETE RAMOS	026.330.019-63
JAQUELINE ARCILDA KAER	028.983.129-67
JAQUELINE KRUMENAUER	020.812.320-22
JEANETTE ROSA LUCAS DE OLIVEIRA CANOVA	816.437.809-72
JOANICE AMÁLIO SAUZA SANTOS	187.377.655-15
KELIANE DE ALMEIDA ZANKOSKI	096.780.629-17
LEILA LUANA ROHDEN	076.527.099-46
LIANI MULLER	028.193.499-19
LILIAN ROSANA ROHDEN	067.886.659-74
LILIANE CATRINE DA SILVA RODRIGUES OLIVEIRA	046.054.489-69
LISETE MARIA BECKER	018.060.049-41
LIZANDRA ANDRESSA FERNANDES	070.106.299-19
LORENA ROGOVSKI	621.329.209-82

LOURDES MARIA SCHWARTZ VERTMANN	526.185.529-20
LUCIANE HAEBERLING ROSSA	040.774.899-70
LUCILA MARIA DA SILVA PINTO	753.231.929-68
MAIRA ALINE LEVINALLI	083.653.329-14
MARA CRISTINA BATISTA	770.632.019-72
MARCIA GUDIEL	817.332.249-04
MARCIA MARCELA PROVIN	026.572.919-02
MARCIA SCHATZ SCHMITZ	991.213.449-49
MARIA CLARICE BOURSCHLEIT	831.587.409-82
MARIA CRISTINA MACHADO	028.906.629-85
MARIA JANETE ROSSATTO	430.851.729-04
MARIA REZENDE	800.080.979-68
MARINEZ ECHER SCHAEFER	019.351.829-51
MARIZANGELA RAQUEL BRUCH	040.614.429-02
MARLI FERREIRA	739.735.309-63
MARLI TEREZINHA WORM	781.837.239-34
NALDA JANETE NONATO DE AGUIAR	396.970.962-87
NELI FATIMA SCHAEFER	007.216.909-55
NELISE FÁTIMA MENEGAT	907.147.849-15
NISETE SALETE DONDOERFER	017.584.889-05
PATRICIA DIAS DA CUNHA	019.442.679-30
REGINA APA CORDEIRO	983.559.701-44
ROSANGELA SAVEGNAGO	842.507.209-34
ROSILEI MARIA DA SILVA LAGO	781.831.039-87
ROSILEI MATILDE HENCHEN	779.799.319-04
SIBILA ROSA KESTERKE	021.343.679-54
SILVANIA DRUMM	044.680.499-10
SIMONE KRUMENAUER	702.315.320-91
SONIA BERNADETE MULLER	695.208.870-91
TAISA SEIDER	091.690.049-51
VENICE TERESINHA BALDISSERA	025.700.589-71
VERA TERESINHA RAMBO	492.078.909-25

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	CPF
ALIANDRA MARA RIGONI	048.846.469-24
CINANDRA DIDOMENICO	009.640.819-70
CLEUFA NELCI HENCHEN	938.415.909-34
DENIZE DE JESUS GONÇALVES	064.193.379-76
ELIA RODRIGUES	066.676.979-64
ELIZABETE DA LUZ	071.530.699-50
ELIZABETE MOREIRA DOS SANTOS	991.326.489-87
FRANCIELE ANDRÉIA SILVA	057.760.799-50
GENECI DE BRITO ROBERT	034.552.829-89
GÉSSICA FERNANDA NEU BASTO DE ARAUJO	095.821.019-54
GISELI LUANA MALMANN	082.041.899-12
IVONE WOLFART HAAS	924.215.639-68
JOSEANE JUNG	038.555.859-70
JULEIDE ZANINI	084.879.779-52
LETÍCIA DE CARVALHO	361.717.088-95
LIA MARA MILLICH	040.741.569-62
LUCILA ROLOFF	579.587.859-68
LURDES HART CONTREIRA GREGORY	022.396.689-46
MÁRCIA MARIA KERKHOVEN AMORIM	040.239.319-85
MARCELE FERNANDA SCHROEDER	105.991.019-54
MARGARETE MARIA BOFE	025.659.229-22
MARIA APERECIDA MACHADO MELLA	021.329.489-33
MARIA HELENA RODRIGUES	078.175.729-09

MARIA ISABEL FEYH	033.388.429-96
MARIA TEREZINHA RIBEIRO	842.585.269-68
MARIELI DE BASTIANI DEBORTOLI	013.490.326-97
MARLI APARECIDA DALBERTO ALBERTI	817.341.669-91
MICHELI CAMARGO	124.110.347-09
MICHELI MARIA ROBERT	081.807.739-57
MONIQUE JAQUELAINE DE OLIVEIRA CARNEIRO	105.185.249-81
NEIVA CASTANHA JANCKE	020.556.679-04
NELCI ALVES DA SILVA	069.180.319-61
NOÊMIA BREMM WEBER	016.018.599-88
ODIRLEI LUIS SCHMITZ	037.002.799-06
PATRICIA ANGELINO DO AMARAL	042.146.471-22
SUELI ÁVILA DE SOUZA	842.497.819-68
TATIANE KNAK	108.550.879-00
TICIANA KAUFMANN DE ARAUJO	015.426.849-60
VOLMAR ANTONIO LEVINALLI	492.225.209-63

CARGO: AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

NOME	CPF
LAURA ILONA HENCHEN BERNARDON	088.362.739-63

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

NOME	CPF
ANDREIA STANGA BRUXEL	036.946.729-90
CRISTIANE PAULA JUNG	076.194.909-73
CRISTIANE RAMOS HENEMANN	028.028.039-48
DÉBORA SILVEIRA MARTINS	058.902.719-03
JOSÍELE FRANCISCA DE QUEIRÓZ	085.817.849-41
NEIDI TEREZINHA DA ROSA SILVA	760.059.330-00
TAMARA CAROLINE SEELIG	088.967.219-97

CARGO: MÉDICO SAÚDE DA FAMÍLIA

NOME	CPF
GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	402.121.810-68

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL - COSTUREIRO

NOME	CPF
SCHARLENE DAIANI GREFF	051.383.599-75

CARGO: PROFESSOR DE DANÇA

NOME	CPF
ACÁCIA DIVINA SEHNEM	047.793.359-90
DAIANE ALTENHOFEN	090.168.579-82
GÉSSICA LISIANE FERREIRA MARQUES	086.200.139-04
PATRICIA PAULA IORIS	076.375.589-32
RAQUEL SOUZA LEITE	084.007.189-25

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

NOME	CPF
VERENICE SABEDOT	065.926.139-12

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.
 ROSIMAR MALDANER
 Registrado e publicado na data supra.
 Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
 Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 193/2015

DECRETO Nº 193, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A Licença maternidade da Servidora Elaine Comparin;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 18 de dezembro de 2015, da Servidora Municipal, CATIA LIZIANE PANDOLFO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 053.754.419-42, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, no C. E. Raimundo Veit.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.
 ROSIMAR MALDANER
 Registrado e publicado na data supra.
 Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 194/2015

DECRETO Nº 194, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária, de servidora municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A licença maternidade da Servidora Elaine Comparin;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação até

18 de dezembro de 2015 da Servidora TUANI BUZATTO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 108.411.469-00, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, no C. E. I. Criança Feliz.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 195/2015

DECRETO Nº 195, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a servidora pública ALESSANDRA ANGELA RIGONI, matrícula nº 506701, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 196/2015

DECRETO Nº 196, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública IONE RAQUEL MALLMANN, matrícula nº 502101, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2015.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 197/2015

DECRETO Nº 197, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública FRANCIÉLE ALT, matrícula nº 514201, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de outubro de 2015.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 198/2015

DECRETO Nº 198, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública CLEDIANE DAROS, matrícula nº 518101, ocupante do cargo de Agente de Combate à Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2015.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 199/2015

DECRETO Nº 199, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre horário de expediente de Secretarias Municipais e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto estabelecido que no período de 19 de outubro a 31 de dezembro de 2015, o horário de expediente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, será das 7h00min às 13h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO 53/2014 AD 53/02 - BLUCREDI

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO (53/2) DO CONTRATO Nº 53/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DOS VALES DO ITAJAÍ E ITAPOCU, DO LITORAL DE SANTA CATARINA E LITORAL SUL DO PARANÁ - SICOOB BLUCREDI SUL.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF nº 399.964.099-53 e Cédula de Identidade nº 488.606-2, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DOS VALES DO ITAJAÍ E ITAPOCU, DO LITORAL DE SANTA CATARINA E LITORAL SUL DO PARANÁ - SICOOB BLUCREDI SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.960.819/0001-99, com sede na Av. Curitiba, 723, sala 02, Centro, Município de Guaratuba, Estado do Paraná, e unidade administrativa na Rua Dr. Amadeu da Luz, 100, Centro, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelos Srs. JOÃO MARCOS BARON, inscrito no CPF nº 506.958519-34, e MARCEL SEIBERT, inscrito no CPF nº 551.680.519-87, resolvem celebrar o presente termo de aditamento ao Contrato nº 53/2014, decorrente do Processo Licitatório nº 87/2013, do edital de Chamamento Público nº 05/2013, regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, alterando a(s) cláusula(s) a seguir enunciada(s):

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 2.1 constante na Cláusula II do Contrato nº 53/2014, firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo das partes e conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 15 DE OUTUBRO DE 2015, findando em 15 DE OUTUBRO DE 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1. Os valores serão reajustados conforme o item 4.3 da Cláusula IV do contrato originalmente firmado entre as partes, o qual diz que: "Ocorrendo prorrogação do contrato, os valores das tarifas de recebimento deste serão atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com apuração acumulada dos últimos 12 (doze) meses". Assim sendo, os valores reajustados serão os seguintes:

ITEM	R\$ UNITÁRIO MÁXIMO	HISTÓRICO
01	R\$ 1,98	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,65	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,99	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,10	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,10	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,88	Débito automático
07	R\$ 1,32	Fone fácil

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	15	de	outubro	de	2015
--------------------	----	----	---------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Contratante

SICOOB BLUCREDI SUL

JOÃO MARCOS BARON

Contratada

SICOOB BLUCREDI SUL

MARCEL SEIBERT

Contratada

Testemunhas:

CIRIO MARTINI

CPF: 452.293.509-97

MAYARA RAIMONDI MARTINA

CPF: 092.860.619-86

LEI Nº 1707/2015

LEI Nº 1707/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação, drenagem e sinalização viária.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1 milhão de reais (Um milhão de reais).

Parágrafo Único Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de Outubro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº1706/2015

LEI Nº1706/2015

Cria o Hospital Municipal João Schreiber e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Hospital Municipal João Schreiber, situado à Rua 11 de Novembro, 3560, no Centro do Município de Massaranduba/ SC.

Parágrafo Único O Hospital Municipal João Schreiber fica vinculado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, instituído pela Lei nº 538/1994 de 03 de maio de 1994.

Art. 2º As normas regulamentares para a execução das atividades destinadas ao Hospital serão expedidas por Decreto Municipal.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de Outubro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2015 - CIDADÃO HONORÁRIO AO PROFESSOR CARMELINO DOLSAN**

DECRETO LEGISLATIVO Nº023/2015

16/10/2015

Concede Homenagem de cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Professor Carmelino Dolsan.

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 19, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Professor Carmelino Dolsan pelos serviços prestados a Educação Massarandubense como Professor e Diretor do Colégio Estadual General Rondon de Massaranduba.

Art. 2º. As despesas referentes a este Decreto Legislativo correrão por conta de verba orçamentária da Câmara Municipal.

Art. 3º. O Presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC) EM 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Sílvio Mainka

Presidente

Publicado no expediente da data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 002-2015 AO CONTRATO Nº 091-2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2015 (Acréscimo valor)
Contrato n.º. 091/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: BRITAGEM BOSA LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE SUB - BASE DE SEIXO ROLADO PARA CO-
LOCAÇÃO NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO (MEL 158, MEL 255,
MEL 355, MEL 361, MEL 462, MEL 465).
Valor Acrescido: R\$ 74.977,50
Data da assinatura: 16 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 095-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 095/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: KARLA CARDOSO BORGES MEI
Objeto: Prestação de Serviço de assessoria técnica para os traba-
lhadores do programa bolsa família cadastro único, com uma carga
horária de 15 horas mensais, no período de outubro e novembro
de 2015.
Valor: R\$ 4.500,00
Vigência: Início: 01/10/2015 Término: 30/11/2015.
Data da assinatura: 01 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 096-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 096/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: KARLA CARDOSO BORGES MEI
Objeto: Prestação de Serviço de assessoria técnica para treinamen-
to e desenvolvimento profissional e gerencial aos trabalhadores do
SUAS, com uma carga horária de 12 horas mensais, no período de
outubro e novembro de 2015.
Valor: R\$ 3.300,00
Vigência: Início: 01/10/2015 Término: 30/11/2015.
Data da assinatura: 01 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 097-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 097/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: FERNANDO BENDO NAZARIO MEI

Objeto: Prestação de Serviço de aulas de música para os alunos do
serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com uma car-
ga horária de 40 horas semanais, no período de outubro, novembro
e dezembro de 2015.

Valor: R\$ 3.360,00
Vigência: Início: 01/10/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 01 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 098-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 098/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EX-
TENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.
Objeto: Prestação de serviço de realização de todos os procedi-
mentos necessários ao planejamento, elaboração, divulgação, exe-
cução e realização da avaliação escrita objetiva e avaliação prática/
física para o concurso público junto a Prefeitura Municipal de Me-
leiro.
Valor: R\$ 49.851,40
Vigência: Início: 07/10/2015 Término: 07/10/2016.
Data da assinatura: 07 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 099-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 099/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: TERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
Objeto: Prestação de serviço de engenharia para realização de um
projeto com levantamento planialtimétrico cadastral, locação de
marcos geodésicos, projeto de seções, perfil longitudinal, traçado,
cálculos correlatos ao projeto de pavimentação concreto betumino-
so usinado a quente (C.B.U.Q), na Rua José Vicenti Duarte – trecho
ligando a Rodovia SC 108 até o Centro do Bairro Sanga Grande.
Valor: R\$ 14.733,00
Vigência: Início: 07/10/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 07 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 100-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 100/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MA-
RACAJÁ – NOVA ESPERANÇA.
Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de gê-
neros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimenta-
ção escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC,

conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Artigo 14, § 1º e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013, tudo em conformidade com o edital de Chamamento Público nº 002/2015 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar, publicado em 28/08/2015. Valor: R\$ 19.528,80

Vigência: Início: 14/10/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 14 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 101-2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA – COONAFOR.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Artigo 14, § 1º e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013, tudo em conformidade com o edital de Chamamento Público nº 002/2015 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar, publicado em 28/08/2015.

Valor: R\$ 7.882,50

Vigência: Início: 14/10/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 14 de outubro de 2015.

LEI Nº 1695-2015

LEI Nº 1695/2015.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no exercício das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Meleiro o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos, taxas contribuição de melhoria e multas acessórias de competência municipal, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros;

Parágrafo Único: Ficam incluídos no presente programa os créditos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no art.1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 30 de dezembro, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 3º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado

com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º - Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor, com exceção da correção monetária, que não sofrerá redução para pagamento em parcela única, e em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado, com exceção da correção monetária.

§ 5º - O Município dará ampla publicidade dos dispositivos, vigência e benefícios desta Lei, através dos meios de comunicação disponíveis, verificados os princípios constitucionais previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e normas da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Do débito consolidado na forma desta Lei:

I – o Contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento;

II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, considerando que:

Parágrafo Único: O valor da prestação não será inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), não podendo ultrapassar o montante de 12 (doze) parcelas.

Art. 4º - A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos e taxas de que trata esta lei.

Art. 5º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável e irretroatável da totalidade dos débitos incluídos;

II – a aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III – pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim do imposto decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2014;

IV – para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V – as execuções fiscais já ajuizadas serão incluídas nas pautas das Semanas do Mutirão da Conciliação caso forem realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado no decorrer de 2015, junto ao Fórum da Comarca de Meleiro;

VI – o Município de Meleiro verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

Art. 6º - A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º - Não ocorrendo manifestação contrária considerar-se-á a opção tacitamente homologada.

§ 2º - A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 7º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art.5º desta Lei;

II – ficar inadimplente por dois meses consecutivos ou três meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante, nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - A exclusão do Programa importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal, suspensos por conta da adesão.

§ 4º - Não será aplicado o disposto neste artigo nos casos de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo Município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º - Aplicam-se aos casos omissos desta Lei os dispositivos do Código Tributário Municipal, no que couber.

Art. 9º - O Prefeito Municipal baixará os atos necessários para a regulamentação desta Lei, inclusive a aprovação de formulários, ampliação do horário de atendimento e designação de servidores para tal.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

LEI Nº 1696-2015

LEI Nº 1696/2015.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DAS UNIDADES HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA – COHAB

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no exercício das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Meleiro o Programa de Recuperação Financeira das unidades habitacionais de baixa renda incluídos no programa Habitar Brasil, instituído em 1998, instituído pela Lei Municipal nº 697/96, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos mutuários, relativos ao financiamento habitacional, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros;

Parágrafo Único: Ficam incluídos no presente programa todos os débitos relativos ao programa Habitar Brasil.

Art. 2º - O ingresso no Programa Municipal de Recuperação Financeira das Unidades Habitacionais de Baixa Renda dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus aos benefícios instituídos pela presente Lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no art.1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 30 de dezembro de 2015, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 3º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º - Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor, em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado, com exceção da correção monetária, que não sofrerá redução para pagamento em parcela única, bem como pelo pagamento parcelado.

§ 5º - O Município dará ampla publicidade dos dispositivos, vigência e benefícios desta Lei, através dos meios de comunicação disponíveis, verificados os princípios constitucionais previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e normas da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Do débito consolidado na forma desta Lei:

I – o Contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento;

II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, considerando que:

Parágrafo Único: O valor da prestação não será inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), não podendo ultrapassar o montante de 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 4º - A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos e taxas de que trata esta lei.

Art. 5º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II – a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III – para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

IV – as execuções fiscais já ajuizadas serão incluídas nas pautas das Semanas do Mutirão da Conciliação caso forem realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado no decorrer de 2015, junto ao Fórum da Comarca de Meleiro;

VI – o Município de Meleiro verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

Art. 6º - A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º - Não ocorrendo manifestação contrária considerar-se-á a opção tacitamente homologada.

§ 2º - A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 7º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art.5º desta Lei;

II – ficar inadimplente por dois meses consecutivos ou três meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - A exclusão do Programa importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal, suspensos por conta da adesão.

§ 4º - Não será aplicado o disposto neste artigo nos casos de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo Município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º - Aplicam-se aos casos omissos desta Lei os dispositivos do Código Tributário Municipal, no que couber.

Art. 9º - O Prefeito Municipal baixará os atos necessários para a regulamentação desta Lei, inclusive a aprovação de formulários, ampliação do horário de atendimento e designação de servidores para tal.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 373-2015

PORTARIA n.º 373/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA VITORINO, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria de nº36/2014.

Meleiro, 16 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 374-2015

PORTARIA n.º 374/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora VANDERLEIA PIROLA ISÉ, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até

15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 375-2015

PORTARIA n.º 375/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MARIA DE FÁTIMA DA BOIT, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 13/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0250/2015

Decreto nº 250/2015 de 16/10/15

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2015, altera os valores, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Considerando nova pesquisa de mercado, referente ao objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, ficam alterados os valores dos itens conforme segue abaixo.

Descrição	Unidade	Valor (R\$)
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	HORAS	221,25
ÓLEO DIESEL	LITROS	3,055
AVEIA CRIOLA	KG	2,59
AVEIA PRETA	KG	1,65
AZEVÉM	KG	5,65
MILHETO MELHORADO	KG	5,48
AVEIA DE VERÃO	KG	2,13
ADUBO 9.33.12	SACA 50 KG	95,50
ADUBO 2.20.20	SACA 50 KG	79,00
URÉIA 45% NITROGÊNIO	SACA 50 KG	84,58

ART. 2º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 16 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

2 EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 009/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 009/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Zelador

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
6º	Tamires Medeiros da Cruz

Morro da Fumaça, de 16 de outubro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO – AMOSTRA PREGÃO Nº 129/2015 – PMN.(5ºS COLOCADOS)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., APÓS ANALISAR AS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015º - 5ºs COLOCADOS, INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, CONFORME SEGUE:

OBS>: OS LICITANTES QUE NÃO APRESENTARAM AS AMOSTRAS, RESPONDERÃO MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PODENDO SER SUSPENSO.

FORNECEDORA COM.TEXTIL - Itens reprovados: 04, 32 e 45 (não apresentou amostras)

CÉLIA REGINA – Item reprovado: 17 (não apresentou amostra).
JLM - Itens reprovados: 23 e 24 (não apresentou amostras)

BLU DISTRIB. DE PAPELARIA LTDA-ME – Item reprovado: 06 (não apresentou amostra)

LINEAR – Item Aprovado : 12

Itens Reprovados : 08 (não atende a quantidade), 25 (falta o Certificado PEFC)

Navegantes/SC 16 de outubro de 2015.

ATA II CONCORRENCIA 10/2015 FME

ATA PREGÃO 10/2015 FME

AO(S) 15 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE A COMISSÃO PERMANENTE, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 70 DE 29 DE JANEIRO DE 2015, PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DO PROCESSO 10/2015 FME.

COM ABERTURA DE ENVELOPE COMPLEMENTAR FOI VERIFICADO QUE DEOLINDA PEREIRA DA COSTA, CNPJ 12.364.467/0001-08 APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL, COMO TAMBÉM A CND DE FALÊNCIA E CONCORDATA CORRETA NA PESSOA JURÍDICA. DESTA FORMA FICA COMPROVADO QUE DEOLINDA PEREIRA DA COSTA, APRESENTOU OS DOCUMENTOS PENDENTES.

EM SEGUIDA FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA ONDE FOI CONSTATADO QUE ESTA DEVIDAMENTE ASSINADA, COM VALIDADE DE 60 (SESSENTA) DIAS, NO VALOR DE 665,00 (SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO) REAIS MENSAIS.

MOMENTO EM QUE ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

COMISSÃO PERMANENTE
JOSEZITE DOS SANTOS
RAUL COUTO NETO
FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO
LEILA MENGARDA

NAVEGANTES SC, 15 DE AGOSTO DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 086/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN086/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços 094/2015, relativa ao Pregão Presencial 086/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (BOBINAS TÉRMICAS) DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS PARA IMPRESSÃO DE FATURA DE ÁGUA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: SUPER IMAGEM DIGITAL LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 24.650,00.

Vigência: 29/09/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 29 de setembro de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 69/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS, ACESSÓRIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, SINALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE RECARGA, INCLUSIVE DOS EXTINTORES JÁ INSTALADOS PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA E POSTOS DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 29/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 16 de outubro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

CONVOCAÇÃO DOS 6ºS COLOCADOS – PREGÃO Nº 129/2015 – PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS

6ºs COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015 - PMN, CONFORME SEGUE:

ITENS	6º COLOCADO
4	LINEAR IND. COM
6	CÉLIA REGINA W.SANI
45	LINEAR IND. COM
23	CÉLIA REGINA W.SANI

NAVEGANTES/SC, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 205/2015.

Extrato Contratual PMN 205/2015.

Contrato Nº.: 205/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55.

Vigência : Início: 05/10/2015 Término: 22/01/2016.

Licitação : Tomada de Preços nº 200/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2014, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM PAVERS E DRENAGEM PLUVIAL (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DO BECO DO ANICETO, DA RUA VALMIR S. BENASSI E DO BECO MANOEL JOÃO LAMIN, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO COM PAVER HOLLAND (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), DA RUA BELMIRO SANTIAGO E DA SERVIDÃO RONAN R. MACCARINI, LOCALIZADAS NO BAIRRO MACHADOS E NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 200/2014.

Navegantes, 02 de outubro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO Nº 088/2015

EXTRATO CONVÊNIO Nº 088/2015

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC - EXTRATO De CONVÊNIO. ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 088/2015 PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC e a Prefeitura Municipal de Navegantes. OBJETO: Cessão de servidor municipal para prestar serviço na OPM. PRAZO e VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. DATA: Florianópolis, 24 de setembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Paulo Henrique Hemm, pela PMSC, e Roberto Carlos de Souza, pelo Município. Cod. Mat. : 322544

LEI 3042 ALTERA LEI 2857

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

LEI N.º 3042 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA O ART.15 DA LEI Nº 2857 DE 25 DE MARÇO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O art.15 da lei nº 2857 de 25 de março de 2014 fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 A Blitz de trânsito deverá ocorrer apenas na companhia de Policiais Militares e Cíveis, em operações devidamente autorizadas e previamente agendadas com o Secretário de Segurança e Defesa Social.

Parágrafo Único: Fica proibida a realização de Blitz de trânsito sem a presença de Policiais Militares ou Cíveis, conforme disciplina o Código de Trânsito em seu art. 24, por haver riscos à integridade

física dos Guardas Municipais de Trânsito”.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3043 INSTITUI FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

LEI N.º 3043 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e coordenado por esta, o Fórum Municipal de Educação de Navegantes.

Parágrafo Único: O Fórum Municipal de Educação de Navegantes será instância de caráter permanente responsável pela coordenação dos processos de implementação, avaliação, monitoramento, revisão e acompanhamento do Plano Municipal de Educação.

Art. 2.º O Fórum Municipal de Educação de Navegantes será constituído por:

- I. Um (01) representante dos professores da Educação Infantil;
- II. Um (01) representante dos professores da Educação Integral;
- III. Um (01) representante dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos;
- IV. Um (01) representante dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental de 9 anos;
- V. Um (01) representante dos professores do Ensino Médio;
- VI. Um (01) representante dos professores da Educação de Jovens e Adultos;
- VII. Um (01) representante dos professores da Educação Especial;
- VIII. Um (01) representante dos professores da Educação Profissional;
- IX. Um (01) representante dos professores do Ensino Superior;
- X. Um (01) representante dos Gestores Escolares;
- XI. Um (01) representante da Coordenação Pedagógica;
- XII. Um (01) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- XIII. Um (01) representante da Secretaria Municipal Administrativa;
- XIV. Um (01) representante da Secretaria Municipal de Esportes;
- XV. Um (01) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- XVI. Um (01) representante do Conselho Municipal de Educação (COMEN);
- XVII. Um (01) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE);
- XVIII. Um (01) representante do Conselho Tutelar;

XIX. Um (01) representante da OAB;
XX. Um (01) representante dos Gestores das Escolas Públicas Es-
tatuais;
XXI. Um (01) representante de Pais e Alunos da Associação de
Apoio à Escola (Conselhos Escolares);
XXII. Um (01) representante da Associação dos Servidores Públicos
do Município de Navegantes (ASPMN);
XXIII. Um (01) representante da Associação Empresaria de Nave-
gantes (ACIN);
XXIV. Um (01) representante de Pais e/ou responsáveis membros
da comunidade escolar (APPs);

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

XXV. Um (01) representante das Escolas Privadas;
XXVI. Um (01) representante das Organizações não governamen-
tais;
XXVII. Um (01) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas
(CDL);
XXVIII. Um (01) representante dos Líderes Religiosos.
XXIX.

§ 1º Os representantes e seus respectivos suplentes serão nomea-
dos por ato do Prefeito, por um período de dois (2) anos, admitida
a recondução por igual período após indicação dos diferentes seg-
mentos participantes.

§ 2º Os membros do Fórum Municipal de Educação de Navegan-
tes poderão definir critérios para a inclusão de representantes de
outros órgãos/entidades.

§ 3º Fica, a Secretaria Municipal da Educação, responsável por
indicar o Secretário Executivo do Fórum Municipal de Educação de
Navegantes.

Art. 3º São atribuições do Fórum Municipal de Educação de Nave-
gantes, entre outras a serem definidas em regimento próprio:

I - Subsidiar as autoridades educacionais na elaboração e decisões
gerais sobre o Plano Municipal de Educação no Município de Na-
vegantes.

II - Elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação;
e,

III – Definir em regimento próprio sua organização e funciona-
mento;

IV – Organizar formas de discussão com a sociedade, visando le-
vantar anseios em relação à Educação;

V - Outras atribuições específicas no âmbito da educação do mu-
nicípio, solicitadas por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: o Fórum Municipal de Educação de Navegantes
tem caráter permanente.

Art. 4º A escolha das representações que tiverem mais de uma en-
tidade representativa no âmbito Municipal dar-se-á através de uma
reunião onde será feita a escolha dos representantes que compo-
rão uma lista tríplice a ser encaminhada à Coordenação do Fórum
Municipal de Educação de Navegantes.

§ 1º A Coordenação do Fórum Municipal de Educação de Navegan-
tes organizará, no prazo de 03 (três) dias úteis, lista única que será
apresentada às entidades que compõem a representação as quais
votarão em apenas um nome de cada segmento.

§ 2º A Coordenação consolidará o resultado do processo de es-
colha, encaminhando a relação dos representantes escolhidos às
Instituições indicadas no artigo 2º.

§ 3º Novas indicações de Instituições como Membros Integrantes

serão aceitas com a aprovação da Secretaria Municipal de Educa-
ção e dos atuais integrantes do Fórum Municipal de Educação de
Navegantes.

Art. 5º É de competência da Coordenação do Fórum Municipal de
Educação de Navegantes:

I – representar o Fórum;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

II - organizar a pauta das sessões plenárias do Fórum, submetendo
à aprovação;

III – coordenar, orientar e supervisionar as atividades de apoio
administrativo do Fórum;

IV - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

V - tomar juntamente com a Secretaria Executiva do Fórum Muni-
cipal de Educação de Navegantes, as providências deliberadas nas
reuniões do Fórum Municipal de Educação de Navegantes; e,
VI- providenciar a execução das medidas deliberadas pelo Fórum;

VII – garantir o exercício do Plano de Trabalho;

VIII – executar outras atividades que lhe forem delegadas.

Art. 6º A Secretaria Executiva do Fórum Municipal de Educação de
Navegantes será de responsabilidade de um representante indica-
do pela Secretaria Municipal de Educação, por um período de dois
(2) anos, sendo admitida a recondução por igual período.

Parágrafo único: É competência da Secretaria Executiva do Fórum
Municipal de Educação de Navegantes:

I – secretariar as sessões do Fórum;

II - lavrar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - em conjunto com a coordenação convocar as reuniões ordi-
nárias e extraordinárias quando necessário;

IV – produzir e encaminhar documentos propositivos às Institui-
ções afins;

V – manter o Cadastro de Entidades participantes do Fórum;

VI - expedir documentos em conjunto com a coordenação;

VII – executar outras atividades que lhe forem delegadas.

Art. 7º Os encaminhamentos das atividades a serem realizadas
pelo Fórum Municipal de Educação de Navegantes serão aqueles
deliberados por maioria de seus membros.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação de Navegantes terá acesso
irrestrito às informações de estatísticas educacionais, administrati-
vas e financeiras necessárias para a elaboração do Plano Municipal
de Educação.

Art. 9º O funcionamento do Fórum Municipal de Educação de Na-
vegantes será assegurado com recursos dos Poderes Públicos das
Entidades integrantes, além de outras fontes complementares.

Art. 10. O Fórum Municipal de Educação de Navegantes se reunirá,
ordinariamente, a cada 12 (doze) meses, para avaliar a execução
do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Único: As reuniões extraordinárias poderão ser convoca-
das pela Coordenação e pela Secretaria Executiva do Fórum Mu-
nicipal de Educação ou por solicitação de duas ou mais das enti-
dades integrantes, sempre que houver motivo relevante, ligado à
educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 11 A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação de Navegantes serão definidos no Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observados os dispositivos desta lei.

Art. 12. A Participação no Fórum Municipal de Educação de Navegantes será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 13. A presente Lei será regulamentada, no que couber, pelo Chefe do Poder Executivo, através de Decreto.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 261 ALTERA LC 181

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 261 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 181 DE 27 DE MAIO DE 2013

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º O art.1.º da lei complementar nº 181 de 27 de maio de 2013 fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1.º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão colegiado que terá apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, de composição paritária, de natureza permanente, de caráter deliberativo, de assessoramento, consultivo e fiscalizador, para:

I – formular e zelar pela efetiva implantação da Política Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência, bem como a implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência nos órgãos públicos e privados instalados no âmbito do município.
II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas

setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, desporto, turismo, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa com deficiência, formulando diretrizes, visando garantir os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência;
III - acompanhar a elaboração e a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária, indicando as modificações necessárias à consecução da Política Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência, a execução da legislação e demais assuntos relacionados aos direitos da pessoa com deficiência;

IV - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência e acompanhar a elaboração e a adequação de normas municipais que visem o fortalecimento desses direitos;

V - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e incentivar a criação e manutenção de banco de dados e estatísticas atinentes às questões das pessoas com deficiência;

VI - propor e incentivar a formação ou capacitação continuada das pessoas com deficiência, bem como a capacitação de recursos humanos para prestação de serviços necessários ao segmento;

VII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência nos diversos segmentos da sociedade;

VIII - convocar conferências de direitos de pessoas com deficiência.”

Art. 2.º O art.2º da lei complementar nº 181 de 27 de maio de 2013 fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência - COMPED - será composto paritariamente por representantes do (da):

I - Poder Executivo Municipal:

- a) 1 titular e 1 suplente da Secretaria de Assistência Social;
- b) 1 titular e 1 suplente da Secretaria da Saúde;
- c) 1 titular e 1 suplente da Secretaria da Educação;
- d) 1 titular e 1 suplente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita;
- e) 1 titular e 1 suplente da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- f) 1 titular e 1 suplente da Fundação Municipal de Esporte.

II – Sociedade Civil:

- a) 1 titular e 1 suplente da APAE;
- b) 1 titular e 1 suplente de entidade da área de saúde;
- c) 1 titular e 1 suplente da Subseção da OAB;
- d) 1 titular e 1 suplente de entidade congênera de associações de trabalhadores da área de assistência e saúde;
- e) 1 titular e 1 suplente de entidade da área de deficiência física;
- f) 1 titular e 1 suplente de Associação Esportiva e/ou Cultural”.

Art. 3.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 262 ALTERA LC 207

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 262 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 207 DE 24 DE JUNHO DE 2014 – QUE ALTEROU DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2003, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Fica criado o artigo 3-A na Lei Complementar nº 207/2014, com a seguinte redação:

“Art. 3-A. Os atuais cargos de Operador de Máquinas ocupados por servidores efetivos serão reenquadrados para Operador de Equipamentos de Pequeno Porte.”

Art. 2.º Ficam alterados os anexos I e V da Lei Complementar nº 207/2014.

Art. 3.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, bem como seus efeitos patrimoniais.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 262 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

QUADRO CONTENDO DEMONSTRATIVO DE VAGAS (QUADRO DE PESSOAL/LOTACIONAL)

CARGOS	VAGAS EXISTENTES NO QUADRO
Operador de Equipamentos de grande porte	01
Operador de Equipamentos de médio porte	01
Operador de Equipamentos de pequeno porte	05

ANEXO V
ATRIBUIÇÕES

Operador de Equipamentos de Grande Porte - Pá Escavadeira - Escavadeira tipo Poclain, Moto niveladora e similares. CBO 7151-30.

Atribuições: operar máquinas escavadeira, realizando o nivelamento. Movimentação de terras, escavação de valas, drenagem, guias, galerias, redes de esgotos, retirada de materiais e outros serviços possíveis de serem realizados com o equipamento; acionando os comandos de marcha e direção, conduzindo-o em trajeto indicado, para movimentação, aterro e bota fora, a curta e longa distância, efetuar a manutenção da máquina, abastecendo-a, lubrificando-a, mantendo-a sempre limpa; e desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, a exemplo de: Conferir níveis de óleos; Combustíveis e de água; Completar nível de água da máquina; Verificar as condições do material rodante; Drenar água dos reservatórios (ar e combustível); Verificar o funcionamento do sistema hidráulico; Verificar o funcionamento elétrico; Verificar a condição dos acessórios; Limpar máquina; Relatar problemas detectados; Substituir acessórios; Identificar pontos de lubrificação; Completar o volume de graxa nas articulações; Analisar serviço; Estabelecer sequência de atividades; Definir etapas de serviço; Estimar tempo de duração do serviço; Selecionar máquinas; Definir acessórios; Selecionar ferramentas manuais; Selecionar instrumentos de medição; Selecionar equipamentos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

de proteção individual (epi); Selecionar sinalização de segurança; Acionar máquina; Interpretar informações do painel da máquina; Controlar a aceleração da máquina (rpm); Estacionar máquina em local plano; Apoiar equipamentos hidráulicos e mecânicos no solo; Resfriar máquina; Desligar máquina; Anotar informações sobre a utilização da máquina (horímetro e odômetro); Relatar ocorrências de serviço; Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Abrir valas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Remover material em aterro; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Demonstrar senso de organização; Trabalhar em equipe; Demonstrar responsabilidade; Zelar pelos equipamentos e máquinas; Demonstrar iniciativa; Trabalhar sobre pressão; Tratar situações de emergência e acidentes.

Operador de Equipamentos de Médio Porte - Retroescavadeira 2 x 4 e ou 4 x 4, Micro escavadeira e similares. - CBO 7151-15

Atribuições: Operar máquinas escavadeiras, controlando seus comandos de corte e elevação; efetuar a manutenção das máquinas abastecendo-as, lubrificando-as, mantendo-as sempre limpas; realizar as operações de escavação, pavimentação de ruas, abertura e cobertura de valas, corte, regularização, limpeza, aterro, desmatamento utilizando retroescavadeira e outros serviços possíveis de serem realizados com o equipamento, ou seja, desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, a exemplo de: Conferir níveis de óleos, combustíveis e de água; Completar nível de água da máquina; Verificar as condições do material rodante; Drenar água dos reservatórios (ar e combustível); Verificar o funcionamento do sistema hidráulico; Verificar o funcionamento elétrico; Verificar a condição dos acessórios; Limpar máquina; Relatar problemas detectados; Substituir acessórios; Identificar pontos de lubrificação; Completar o volume de graxa nas articulações; Analisar serviço; Estabelecer sequência de atividades; Definir etapas de serviço; Estimar tempo de duração do serviço; Selecionar máquinas; Definir acessórios; Selecionar ferramentas manuais; Selecionar instrumentos de medição; Selecionar equipamentos de proteção individual (epi); Selecionar

sinalização de segurança; Acionar máquina; Interpretar informações do painel da máquina; Controlar a aceleração da máquina (rpm); Estacionar máquina em local plano; Apoiar equipamentos hidráulicos e

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

mecânicos no solo; Resfriar máquina; Desligar máquina; Anotar informações sobre a utilização da máquina (horímetro e odômetro); Relatar ocorrências de serviço; Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba; Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante; Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Remover material em aterro; Demonstrar senso de organização; Trabalhar em equipe; Demonstrar responsabilidade; Zelar pelos equipamentos e máquinas; Demonstrar iniciativa; Trabalhar sobre pressão; Tratar situações de emergência e acidentes.

Operador de Equipamentos de pequeno porte - Tratores Tipo agrícola, micro tratores e similares. - CBO 715120 ou CBO 6410-15

Atribuições: Operar máquinas tratores pequenos com ou sem implementos, controlando seus comandos de corte e elevação; Efetuar a manutenção das máquinas abastecendo-as, lubrificando-as, mantendo-as sempre limpas; realizar as operações de escavação, pavimentação de ruas, abertura e cobertura de valas, corte, regularização, limpeza, aterro, desmatamento utilizando retroescavadeira e outros serviços possíveis de serem realizados com o equipamento, ou seja, desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, a exemplo de: Ligar e desligar máquinas; Controlar painel de comandos e instrumentos; Ligar e desligar implementos; Acionar alavancas; Conferir ruídos de máquinas e implementos; Controlar barras de pulverização; Misturar agrotóxicos e fertilizantes; Carregar e descarregar adubos e colheitas; Fixar balizas em solo; Regular altura de máquinas e implementos; Ajustar profundidade e largura de implementos; Regular velocidade de máquinas; Regular quantidade de sementes e adubos; Inverter polias; Ajustar baliza de plantadeira; Verificar nível de água e óleo; Verificar condições de filtro de ar; Conferir tensionamento de correias; Trocar pneus; Acoplar implementos em trator; Abastecer máquinas e implementos; Programar rotações de motor e turbinas; Programar horários de atividades de máquinas; Engraxar rolamentos, engrenagens e buchas; Trocar peças de implementos e máquinas; Lavar máquinas e implementos; Limpar filtro de ar; Trocar óleos e filtros; Colocar água em pneus e baterias; Calibrar pneus; Guardar máquinas, implementos e equipamentos; Assessorar em treinamento de colegas;

Vestir uniformes de proteção individual; Colocar óculos, abafadores, máscaras e luvas; Calçar botas; Armazenar produtos químicos; Sinalizar áreas de riscos de acidentes; Confirmar

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

desligamento de máquinas e implementos; Encapar correias,

correntes e giratórias de motor; Engrenar máquinas agrícolas estacionadas; Trabalhar em equipe; Dar prova de resistência física; Manifestar atenção difusa; Manifestar coordenação motora múltipla; Atentar para intempéries; Manifestar iniciativa; Executar pequenos serviços e reparos de emergência no trator; Realizar serviços de limpeza, conservação, guarda das ferramentas e equipamentos dos tratores; Executar outras tarefas correlatas.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza Silva

PREFEITO

Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2785 DESIGNA SERVIDORES PARA RECONTAGEM DE VOTOS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE NAVEGANTES**

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2785 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

DESIGNA SERVIDORES PARA PROCEDEREM À RECONTAGEM DOS VOTOS DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam designados os servidores abaixo, que desenvolveram a função de escrutinadores no pleito para a escolha dos Conselheiros Tutelares, para procederem à recontagem dos votos, que acontecerá no dia 27 de outubro de 2015, às 8 h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Navegantes – COMDCAN -, anexa à Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude:

I – Célio de Oliveira;

II – Iuli da Cunha Ceschin;

III – Daniela Farias da Silva;

IV – Carlos Sérgio de Souza;

V – Sérgio Manoel Mafra;

VI – Giovana Soares da Cunha.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 100/2015

CONTRATO Nº 100/2015

Origem: Processo Nº 094/2015 – Tomada de Preços nº 010/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Data da homologação: 26/05/2015. Contratada: ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME, Rua Dr. Almir Zunino, nº 564, Bairro Jardim São Paulo, São João Batista/SC, CNPJ/MF nº 22.853.624/0001-94. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material, para implantação do Projeto Urbano de Trânsito – Canteiros, em diversas ruas no centro do município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico). O valor total é de de R\$ 26.046,75 (Vinte e seis mil, quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Prazo de execução: 30 (trinta) dias.

Nova Trento, 06 de outubro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 946/2015

PORTARIA Nº 946/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 28 de setembro de 2015 a 27 de outubro de 2015, conforme resultado pericial datado de 08/10/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 08 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 947/2015

PORTARIA Nº 947/ 2015

Concede Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, "Estatuto do Funcionário Público Municipal",

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal MARIA APARECIDA BITTENCOURT, concursada, matrícula nº 288, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, Venho respeitosamente requerer a Vossa Senhoria, que digne-se a conceder-me LICENÇA PRÊMIO, de 02 (dois) meses, relativo ao período aquisitivo de 23/03/1997 a 22/03/2002, a contar de 20 de outubro de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 314

DECRETO Nº 314, DE 14 DE OUTUBRO 2015.

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Ouro, no dia 30 de Outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 30 de Outubro do corrente ano, em todas as repartições públicas do Município de Ouro em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde e Coleta de lixo, bem como outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único: O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante o período do ponto facultativo.

Art. 3º Não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 14 de outubro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 153/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº153/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 153/2015, no dia 19 de novembro de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº153/2015 tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para serviço de pavimentação asfáltica das Ruas: Nelson Floriano Campos, localizada no bairro Pachecos e José Valério de Souza, localizada no bairro Barra do Ariirú. Pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas: Jorgino Damásio Espíndola e Antônio da Bicota, localizada no bairro Barra do Ariirú, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 16 de outubro de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

HOMOLOGAÇÃO CONSELHEIROS TUTELARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº2.755/2007 CMDCA, em cumprimento ao Edital CMDCA 001/2015, COMISSÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO, juntamente com o Prefeito Municipal de Palhoça e Secretaria Municipal da Assistência Social, HOMOLOGA e Tornam Públicos os nomes dos de Conselheiros Tutelares eleitos do Município quadriênio 2016/2020. A votação foi realizada no último domingo, 04 de outubro de 2015.

Sendo classificados na seguinte ordem:

Classificação	Nome do Candidato	Total de Votos
1º	Adriana da Rosa	506
2º	Daiana Steinmetz	453
3º	Nazarete Beatriz Schütz Borges	445
4º	Lorival Espindola	346
5º	Fabiana Maria dos Reis	285
6º	Daiani Cristina Estevam	214
7º	Tamara do Nascimento	205
8º	Cidiane Roberta Martinho Lofi	184
9º	Odilia Maria marques Steinmetz	172
10º	Vitória Rodrigues do Montte	144

Suplentes:

11º - Emmanuela Nadir Felipe da Silva- 132 votos

12º - Karla Barcellos Moreira – 85 votos

Considerando que o Conselho Tutelar constitui-se em órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução nº 113 do CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

Os conselheiros Tutelares eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal no dia 10 de janeiro de 2016 para um mandato de quatro anos. Os demais candidatos serão considerados suplentes.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Carmelino da Silva
Coordenador CMDCA – Palhoça – SC

Adriano da Silva Mattos
Secretário Municipal de Assistência Social

Palhoça /SC, 16 de outubro de 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a regulamentação da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos Prestadores de Serviços de Planos de Saúde a que se referem os itens 4.22 (quatro pontos vinte e dois) e 4.23 (quatro pontos vinte e três) da lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, recepcionada pelo Anexo I da Lei Complementar 024/2004 e adotada pelo Código Tributário Municipal (Lei Complementar 018/2002) e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os prestadores de serviços enquadrados nos itens 4.22 (quatro pontos vinte e dois) e 4.23 (quatro pontos vinte e três) da lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, recepcionada pelo Anexo I da Lei Complementar 024/2004 e adotada pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar 018/2002, passam a ter regulamentada a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) conforme as disposições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Na determinação da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos prestadores de serviços de que trata o artigo anterior, serão deduzidos, da receita operacional bruta mensal:

I – Os valores repassados a outros associados pelos serviços prestados a seus clientes decorrentes de ato cooperativo assim entendido como tal aquele praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução de seus objetivos sociais;

II – Os valores repassados às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado pelos serviços prestados aos seus clientes, tais como médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, odontólogos, fisioterapeutas, e demais prestadores de serviços na área da saúde, bem como os materiais e medicamentos utilizados nos atendimentos;

III – Os valores repassados a seus clientes a título de reembolso, pelas despesas médicas pagas por esses;

IV – Os valores relativos a prêmios de seguros para cobertura de despesas decorrentes de falecimento dos titulares dos planos de saúde;

V – Faturas Canceladas;

§ 1º Serão, igualmente, deduzidos da receita operacional bruta mensal, para efeito de base de cálculo do ISSQN, os valores dos serviços prestados em outros Municípios, pelas pessoas físicas ou jurídicas cooperadas, credenciadas ou contratadas, nos termos da presente Lei Complementar, cujo tributo será recolhido no respectivo Município;

§ 2º Havendo periodicidade mensal cuja base de cálculo seja apurada negativamente, poderá o respectivo valor servir de dedução das bases positivas dos períodos imediatamente subsequentes;

Art. 3º A alíquota incidente sobre a base de cálculo apurada de conformidade com esta Lei Complementar será 3% (três por cento), cujo recolhimento dar-se-á no dia 20 do mês subsequente, sob pena de multa e demais cominações previstas na legislação tributária em vigor.

Art. 4º As empresas de que trata o art. 1º desta Lei Complementar não estão sujeitas ao regime de substituição tributária, na qualidade de substituído.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder as retificações que se fizerem necessárias para ajustar lançamentos tributários já efetuados à sistemática prevista nesta Lei Complementar.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei Complementar no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 16 de outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 203, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 203, de 16 de outubro de 2015.

PRODEP. Acrescenta e altera dispositivos da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 e altera dispositivos da Lei Complementar 123, de 17 de julho de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber com base no inciso III, do art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Palhoça, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A empresa contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Município de Palhoça, na forma definida pelo artigo 3º desta Lei, poderá gozar de benefícios Fiscais, observando-se os limites de redução parcial, de até:

a) 80% (oitenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento pelo prazo de 10(dez) anos.

b) 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel que será objeto do investimento;

c) 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços prestados pelo estabelecimento objeto do investimento, conforme atividades definidas na Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004 pelo prazo de 10 (dez) anos.

d) 80% (oitenta por cento) das Taxas previstas na Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002, incidentes sobre o imóvel objeto do investimento pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 1º O incentivo fiscal de que trata a alínea “c” deste artigo não poderá resultar na redução da alíquota mínima de 2% (dois) por cento.

§ 2º Os benefícios fiscais terão vigência após aprovação do pedido pelo CONCIFIS.”

Art. 2º O art. 3º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Para fins desta lei, considera-se:

I – investimentos, os gastos realizados pelas empresas já instaladas ou pelas que pretendam se instalar no município, de valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incorridos na implantação, expansão ou modernização, que compreende a aquisição de terreno, a elaboração do projeto, a execução de obra no imóvel e a aquisição de máquinas e equipamentos para instalação ou a sua alocação; e

II – criação de postos de trabalho, a contratação direta e formal de empregados em número igual ou superior a 20 (vinte).

§ 1º A realização dos investimentos e a criação dos postos de trabalho, a que se referem os incisos I e II deste artigo, deverão ser efetivados no prazo de 1 (um) ano, contados da aprovação pelo CONCIFIS.

§ 2º O número mínimo de postos de trabalho deverá ser preservado durante todo o período de vigência dos incentivos fiscais.

§3º Pelo menos metade dos postos de trabalho deverão ser preenchidos por trabalhadores residentes no Município de Palhoça.”

Art. 3º O art. 4º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Os incentivos fiscais definidos no Artigo 2º desta Lei serão concedidos conforme a pontuação obtida através da relação entre o valor efetivamente investido e o número de novos postos de trabalho, obedecendo a tabela abaixo e escala gradativa de redução:

Empregos		0	20 a 39	40 a 59	60 a 79	80 a 99	100 a 119	120 a 139	140 a 159	160 a 179	180 a 199	200 Acima
Investimentos	Pontos											
entre R\$. 1.000.000,00 a R\$. 1.999.999,99		5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	100
entre R\$. 2.000.000,00 a R\$. 2.999.999,99		10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	100
entre R\$. 3.000.000,00 a R\$. 3.999.999,99		15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	100
entre R\$. 4.000.000,00 a R\$. 4.999.999,99		20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	100
entre R\$. 5.000.000,00 a R\$. 5.999.999,99		25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	100
entre R\$. 6.000.000,00 a R\$. 6.999.999,99		30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	100
entre R\$. 7.000.000,00 a R\$. 7.999.999,99		35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	100
entre R\$. 8.000.000,00 a R\$. 8.999.999,99		40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	100
entre R\$. 9.000.000,00 a R\$. 9.999.999,99		45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	100
R\$. 10.000.000,00 Acima		50	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100
Redução por Pontuação (Investimentos e postos de Trabalho)		Limites Máximos de Redução										
80%		50%		60%	80%							
IPTU		ITBI		ISS	TA-XAS							
Pontos		Redução por Pontuação										
5		4%	3%	3%	4%							
10		8%	5%	6%	8%							
15		12%	8%	9%	12%							
20		16%	10%	12%	16%							
25		20%	13%	15%	20%							

30	24%	15%	18%	24%								
35	28%	18%	21%	28%								
40	32%	20%	24%	32%								
45	36%	23%	27%	36%								
50	40%	25%	30%	40%								
55	44%	28%	33%	44%								
60	48%	30%	36%	48%								
65	52%	33%	39%	52%								
70	56%	35%	42%	56%								
75	60%	38%	45%	60%								
80	64%	40%	48%	64%								
85	68%	43%	51%	68%								
90	72%	45%	54%	72%								
95	76%	48%	57%	76%								
100	80%	50%	60%	80%”								

Art. 4º O art. 5º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - A pessoa jurídica interessada na concessão dos Créditos de Incentivos Fiscais deverá apresentar ao CONCIFIS Projeto com indicações relativas aos cinco anos-calendário subsequentes definindo:

I – a estimativa do valor dos investimentos a serem realizados, com a definição da aplicação dos recursos por finalidade, ano a ano; e

II – a estimativa do número de postos de trabalho a serem criados e da remuneração a ser paga, ano a ano.

§ 1º O projeto previsto no caput deverá ser apresentado ao CONCIFIS, que deverá apreciá-lo no prazo de 90 (noventa dias) contados da data de seu protocolo junto àquele órgão.

§ 2º A pessoa jurídica beneficiária de incentivos fiscais deverá apresentar, até 30 de abril de cada ano, sob pena de ser excluída do programa, prova de regularidade fiscal com o município e demonstrativo contendo:

I – O valor efetivamente investido no ano-calendário anterior, conforme o Projeto de apresentado ao CONCIFIS;

II – O valor da folha de pagamento de salário efetivamente incorrido em relação aos postos de trabalho criados no ano-calendário anterior, conforme o Projeto apresentado ao CONCIFIS;

§ 3º A prova da efetiva realização do investimento ou da criação de novos postos de trabalho, se dará através da entrega dos seguintes documentos:

I – Notas Fiscais de compra de bens e/ou contratação de serviços que comprovem os gastos projetados de implantação, expansão ou modernização;

II – Folha de Pagamento de Salários, CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), RAIS (relação anual de informações sociais), GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), e demais documentos que comprovem o efetivo aumento de postos de trabalho projetados;

III – Contratos de fornecimento de insumos ou serviços, e outros documentos legais que comprovem o investimento, conforme projeto apresentado ao CONCIFIS;

IV – Demonstrativo de investimentos ou do aumento de postos de trabalho, comparando os valores iniciais projetados e os valores efetivamente realizados.

V – Demais documentos que poderão ser solicitados pelo CONCIFIS para a efetiva comprovação dos investimentos e da criação dos postos de trabalho.

§4º Verificado o aproveitamento de crédito em montante superior ao autorizado, ou ao montante apurado a partir dos valores previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior, deverá a empresa providenciar o recolhimento do valor excedente, até o último dia útil do mês de abril de cada ano, acrescido de juros de mora e multa na forma que determinar a legislação vigente para a quitação dos tributos municipais em atraso.

§5º Fica a pessoa jurídica integrante do Programa autorizada a apresentar pedido de aditamento ao Projeto para Concessão de Crédito de Incentivos Fiscais, visando aumentar ou reduzir as estimativas de investimento e criação de novos postos de trabalho, cabendo ao CONCIFIS, no prazo referido no § 1º deste artigo, a deliberação do pedido.”

Art. 5º O art. 6º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Fica assegurada a manutenção dos Incentivos Fiscais previstos nesta Lei no caso de incorporação, cisão ou fusão da beneficiária, ou diante de qualquer outra forma de reorganização societária ou de suas atividades, inclusive no caso de mudança de endereço, desde que

formalmente expresso o compromisso de cumprimento integral das condições pactuadas quando da concessão dos benefícios.

Parágrafo único. O compromisso deverá ser formalizado através de requerimento ao Conselho do Programa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ocorrência de qualquer dos fatos previstos no caput, para análise e deliberação do CONCIFIS."

Art. 6º O § 3º do art. 17 da Lei Complementar 123, de 17 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 (...)

§3º Os membros titulares do Conselho, ou seus suplentes no exercício da titularidade, bem como o ocupante do cargo de secretaria, farão jus a ajuda de custo no valor de 50% (cinquenta por cento) do menor salário pago pelo Município por reunião realizada, limitado o pagamento a duas reuniões mensais".

Art. 7º O § 4º do art. 17 da Lei Complementar 123, de 17 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 (...)

§4º O prazo do mandato dos Conselheiros, será de até 02 (dois) anos, sendo admitidas reconduções".

Art. 8º Ficam revogados os artigos 7º, 8º, 9º, 10º da Lei 2.460 de 25 de outubro de 2006 e demais disposições contrárias.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de outubro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONSELHO DE CONTROLE DE INCENTIVO FISCAL E SOCIAL - PREVISÃO DE GASTOS COM PESSOAL MENSAL

SESSÕES	NÚMERO SESSÕES	NÚMERO CONSELHEIROS	VALOR POR SESSÃO	VALOR TOTAL MÊS
ORDINÁRIAS	01	09	R\$ 394,00	R\$ 3.546,00
EXTRAORDINÁRIAS	01	09	R\$ 394,00	R\$ 3.546,00
TOTAL			R\$ 7.092,00	

OBS: UMA SESSÃO ORDINÁRIA MENSAL PREVISTA PODENDO SER REALIZADA SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS. LIMITANDO-SE O PAGAMENTO A DUAS SESSÕES MENSAIS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

PROGRAMA TUDO EM DIA. Institui Ação de Recuperação de Dívidas Públicas no Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa Tudo em Dia, com adesão opcional pelos contribuintes em débito com a Fazenda Pública Municipal, nas condições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º A adesão do contribuinte pelo Programa Tudo em Dia, será concedida pelo número do imóvel e ou pelo cadastro econômico, quando pessoa jurídica, devendo quitar o débito total ou parcial que tiver com o Município.

Art. 3º Incluem-se no Programa Tudo em Dia todos os débitos municipais vencidos até a data de celebração do Termo de Adesão, que poderão ser consolidados em um único processo.

Art. 4º O crédito tributário poderá ser pago, com redução da multa e juros em:

I – 90% (noventa por cento) se em parcela única;

II – 80% (oitenta por cento) se em até 06 (seis) parcelas.

§ 1º As parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira, ou única, dentro de 10 (dez) dias da data da adesão.

§ 2º Atendido o disposto no caput, o valor unitário mínimo de cada parcela será igual ao estipulado no artigo 373, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002.

§ 3º As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de multa equivalente a 0,33% (trinta e três por cento) do seu valor ao dia, limitado a 20% (vinte por cento).

Art. 5º O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao crédito tributário:

- I – decorrente de lançamento de ofício ou denunciado espontaneamente;
- II – inscrito ou não em Dívida Ativa, em qualquer fase que esteja a sua cobrança;
- III – eventuais saldos de parcelamentos em andamento, entre outros.
- IV – qualquer crédito tributário vencido até a data prevista no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. No caso de denúncia espontânea esta será considerada autolancamento para fins de exigência do respectivo crédito tributário.

Art. 6º Será automaticamente excluído do programa o contribuinte que deixar de observar as formalidades previstas nesta Lei, no Código Tributário Municipal ou no seu regulamento, e implicará em:

- I – restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;
- II – exigibilidade imediata da totalidade dos créditos tributários consolidados e ainda não pagos;
- III – automática execução da garantia prestada, quando for o caso; e
- IV – início ou prosseguimento da respectiva ação de execução fiscal, conforme o caso.

§ 1º Ocorrendo a exclusão do programa e tendo o contribuinte por incluir ou consolidar mais de um crédito tributário, os valores pagos serão imputados obedecidos as seguintes regras:

- I – em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;
- II – primeiramente, as contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim os impostos;
- III – na ordem crescente dos prazos de prescrição; e
- IV – na ordem decrescente dos montantes.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, a Secretaria da Receita manterá controle dos créditos tributários objeto de opção pelo programa que permitam verificar:

- I – no registro normal, que sua exigibilidade está suspensa em virtude da inclusão no programa; e
- II – no controle específico, o número do respectivo processo e os créditos consolidados devidamente identificados.

Art. 7º Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no Programa Tudo em Dia, exceto os débitos referentes a infrações à legislação de trânsito;

Parágrafo único. Aplicam-se aos débitos não tributários, no que couber, as demais disposições desta Lei Complementar.

Art. 8º É facultado a qualquer pessoa, física ou jurídica, assumir débitos tributários de terceiros.

Art. 9º A opção pela adesão instituída por esta Lei Complementar será formalizada, através de Termo de Acordo de Dívida, no período compreendido entre 10 de outubro de 2015 até o dia 30 de novembro de 2015.

Parágrafo único. A opção prevista no caput do presente artigo impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa aos débitos municipais nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo poderá exigir garantia real ou fidejussória, para assegurar o pagamento dos parcelamentos concedidos com base nesta Lei Complementar.

Art. 11. O contribuinte que aderir ao Programa Tudo em Dia pagará, a título de honorários advocatícios, 10% (dez por cento) do valor devido nos termos desta Lei Complementar, acrescido das custas judiciais, se for o caso, quando o crédito tributário se encontrar em fase de execução judicial.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogar o prazo de adesão e vigência do Programa Tudo em Dia, de que trata esta Lei Complementar, até o limite de 180 (cento e oitenta) dias, através de Decreto.

Art. 13. Fica revogada a Lei Complementar nº 155, de 26 de dezembro de 2013 e demais disposições contrárias.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de outubro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2015.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2015.

PROGRAMA TUDO EM DIA. Institui Ação de Recuperação de Dívidas Públicas no Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa Tudo em Dia, com adesão opcional pelos contribuintes em débito com a Fazenda Pública Municipal, nas condições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º A adesão do contribuinte pelo Programa Tudo em Dia, será concedida pelo número do imóvel e ou pelo cadastro econômico, quando pessoa jurídica, devendo quitar o débito total ou parcial que tiver com o Município.

Art. 3º Incluem-se no Programa Tudo em Dia todos os débitos municipais vencidos até a data de celebração do Termo de Adesão, que poderão ser consolidados em um único processo.

Art. 4º O crédito tributário poderá ser pago, com redução da multa e juros em:

I – 90% (noventa por cento) se em parcela única;

II – 80% (oitenta por cento) se em até 06 (seis) parcelas.

§ 1º As parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira, ou única, dentro de 10 (dez) dias da data da adesão.

§ 2º Atendido o disposto no caput, o valor unitário mínimo de cada parcela será igual ao estipulado no artigo 373, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002.

§ 3º As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de multa equivalente a 0,33% (trinta e três por cento) do seu valor ao dia, limitado a 20% (vinte por cento).

Art. 5º O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao crédito tributário:

I – decorrente de lançamento de ofício ou denunciado espontaneamente;

II – inscrito ou não em Dívida Ativa, em qualquer fase que esteja a sua cobrança;

III – eventuais saldos de parcelamentos em andamento, entre outros.

IV – qualquer crédito tributário vencido até a data prevista no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. No caso de denúncia espontânea esta será considerada auto lançamento para fins de exigência do respectivo crédito tributário.

Art. 6º Será automaticamente excluído do programa o contribuinte que deixar de observar as formalidades previstas nesta Lei, no Código Tributário Municipal ou no seu regulamento, e implicará em:

I – restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos

acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II – exigibilidade imediata da totalidade dos créditos tributários consolidados e ainda não pagos;

III – automática execução da garantia prestada, quando for o caso; e

IV – início ou prosseguimento da respectiva ação de execução fiscal, conforme o caso.

§ 1º Ocorrendo a exclusão do programa e tendo o contribuinte por incluir ou consolidar mais de um crédito tributário, os valores pagos serão imputados obedecidos as seguintes regras:

I – em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II – primeiramente, as contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim os impostos;

III – na ordem crescente dos prazos de prescrição; e

IV – na ordem decrescente dos montantes.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, a Secretaria da Receita manterá controle dos créditos tributários objeto de opção pelo programa que permitam verificar:

I – no registro normal, que sua exigibilidade está suspensa em virtude da inclusão no programa; e.

II – no controle específico, o número do respectivo processo e os créditos consolidados devidamente identificados.

Art. 7º Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no Programa Tudo em Dia, exceto os débitos referentes a infrações à legislação de trânsito;

Parágrafo único. Aplicam-se aos débitos não tributários, no que couber, as demais disposições desta Lei Complementar.

Art. 8º É facultado a qualquer pessoa, física ou jurídica, assumir débitos tributários de terceiros.

Art. 9º A opção pela adesão instituída por esta Lei Complementar será formalizada, através de Termo de Acordo de Dívida, no período compreendido entre 10 de outubro de 2015 até o dia 30 de novembro de 2015.

Parágrafo único. A opção prevista no caput do presente artigo impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos municipais nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo poderá exigir garantia real ou fidejussória, para assegurar o pagamento dos parcelamentos concedidos com base nesta Lei Complementar.

Art. 11. O contribuinte que aderir ao Programa Tudo em Dia pagará, a título de honorários advocatícios, 10% (dez por cento) do

valor devido nos termos desta Lei Complementar, acrescido das custas judiciais, se for o caso, quando o crédito tributário se encontrar em fase de execução judicial.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogar o prazo de adesão e vigência do Programa Tudo em Dia, de que trata esta Lei Complementar, até o limite de 180 (cento e oitenta) dias, através de Decreto.

Art. 13. Fica revogada a Lei Complementar nº 155, de 26 de dezembro de 2013 e demais disposições contrárias.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis Edemir Niehues
Membro Membro

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº104/2015.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº104/2015.

Dispõe sobre a regulamentação da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos Prestadores de Serviços de Planos de Saúde a que se referem os itens 4.22 (quatro pontos vinte e dois) e 4.23 (quatro pontos vinte e três) da lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, recepcionada pelo Anexo I da Lei Complementar 024/2004 e adotada pelo Código Tributário Municipal (Lei Complementar 018/2002) e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os prestadores de serviços enquadrados nos itens 4.22 (quatro pontos vinte e dois) e 4.23 (quatro pontos vinte e três) da lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, recepcionada pelo Anexo I da Lei Complementar 024/2004 e adotada pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar 018/2002, passam a ter regulamentada a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) conforme as disposições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Na determinação da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos prestadores de serviços de que trata o artigo anterior, serão deduzidos, da receita operacional bruta mensal:

I – Os valores repassados a outros associados pelos serviços prestados a seus clientes decorrentes de ato cooperativo assim entendido como tal aquele praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução de seus objetivos sociais;

II – Os valores repassados às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado pelos serviços prestados aos seus clientes, tais como médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, odontólogos, fisioterapeutas, e demais prestadores de serviços na área da saúde, bem como os materiais e medicamentos utilizados nos atendimentos;

III – Os valores repassados a seus clientes a título de reembolso, pelas despesas médicas pagas por esses;

IV – Os valores relativos a prêmios de seguros para cobertura de despesas decorrentes de falecimento dos titulares dos planos de saúde;

V – Faturas Canceladas;

§ 1º Serão, igualmente, deduzidos da receita operacional bruta mensal, para efeito de base de cálculo do ISSQN, os valores dos serviços prestados em outros Municípios, pelas pessoas físicas ou jurídicas cooperadas, credenciadas ou contratadas, nos termos da presente Lei Complementar, cujo tributo será recolhido no respectivo Município;

§ 2º Havendo periodicidade mensal cuja base de cálculo seja apurada negativamente, poderá o respectivo valor servir de dedução das bases positivas dos períodos imediatamente subsequentes;

Art. 3º A alíquota incidente sobre a base de cálculo apurada de conformidade com esta Lei Complementar será 3% (três por cento), cujo recolhimento dar-se-á no dia 20 do mês subsequente, sob pena de multa e demais cominações previstas na legislação tributária em vigor.

Art. 4º As empresas de que trata o art. 1º desta Lei Complementar não estão sujeitas ao regime de substituição tributária, na qualidade de substituído.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder as retificações que se fizerem necessárias para ajustar lançamentos tributários já efetuados à sistemática prevista nesta Lei Complementar.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei Complementar no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis Edemir Niehues
Membro Membro

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº100/2015.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº100/2015.

PRODEP. Acrescenta e altera dispositivos da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 e altera dispositivos da Lei Complementar 123, de 17 de julho de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber com base no inciso III, do art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Palhoça, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A empresa contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Município de Palhoça, na forma definida pelo artigo 3º desta Lei, poderá gozar de benefícios Fiscais, observando-se os limites de redução parcial, de até:

a) 80% (oitenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento pelo prazo de 10(dez) anos.

b) 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel que será objeto do investimento;

c) 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços prestados pelo estabelecimento objeto do investimento, conforme atividades definidas na Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004 pelo prazo de 10 (dez) anos.

d) 80% (oitenta por cento) das Taxas previstas na Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002, incidentes sobre o imóvel objeto do investimento pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 1º O incentivo fiscal de que trata a alínea "c" deste artigo não poderá resultar na redução da alíquota mínima de 2% (dois) por cento.

§ 2º Os benefícios fiscais terão vigência após aprovação do pedido pelo CONCIFIS."

Art. 2º O art. 3º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Para fins desta lei, considera-se:

I – investimentos, os gastos realizados pelas empresas já instaladas ou pelas que pretendam se instalar no município, de valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), incorridos na implantação, expansão ou modernização, que compreende a aquisição de terreno, a elaboração do projeto, a execução de obra no imóvel e a aquisição de máquinas e equipamentos para instalação ou a sua alocação; e

II – criação de postos de trabalho, a contratação direta e formal de empregados em número igual ou superior a 20 (vinte).

§ 1º A realização dos investimentos e a criação dos postos de trabalho, a que se referem os incisos I e II deste artigo, deverão ser efetivados no prazo de 1 (um) ano, contados da aprovação pelo CONCIFIS.

§ 2º O número mínimo de postos de trabalho deverá ser preservado durante todo o período de vigência dos incentivos fiscais.

§3º Pelo menos metade dos postos de trabalho deverão ser preenchidos por trabalhadores residentes no Município de Palhoça."

Art. 3º O art. 4º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Os incentivos fiscais definidos no Artigo 2º desta Lei serão concedidos conforme a pontuação obtida através da relação entre o valor efetivamente investido e o número de novos postos de trabalho, obedecendo a tabela abaixo e escala gradativa de redução:

Empregos		0	20 a 39	40 a 59	60 a 79	80 a 99	100 a 119	120 a 139	140 a 159	160 a 179	180 a 199	200 Acima
Investimentos	Pontos											
entre R\$. 1.000.000,00 a R\$. 1.999.999,99		5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	100
entre R\$. 2.000.000,00 a R\$. 2.999.999,99		10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	100
entre R\$. 3.000.000,00 a R\$. 3.999.999,99		15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	100
entre R\$. 4.000.000,00 a R\$. 4.999.999,99		20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	100
entre R\$. 5.000.000,00 a R\$. 5.999.999,99		25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	100
entre R\$. 6.000.000,00 a R\$. 6.999.999,99		30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	100
entre R\$. 7.000.000,00 a R\$. 7.999.999,99		35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	100
entre R\$. 8.000.000,00 a R\$. 8.999.999,99		40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	100
entre R\$. 9.000.000,00 a R\$. 9.999.999,99		45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	100
R\$. 10.000.000,00 Acima		50	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100

Redução por Pontuação (Investimentos e postos de Trabalho) 80% IPTU	Limites Máximos de Redução											
	50%	60%	80%									
	ITBI	ISS	TAXAS									
Pontos	Redução por Pontuação											
5	4%	3%	3%	4%								
10	8%	5%	6%	8%								
15	12%	8%	9%	12%								
20	16%	10%	12%	16%								
25	20%	13%	15%	20%								
30	24%	15%	18%	24%								
35	28%	18%	21%	28%								
40	32%	20%	24%	32%								
45	36%	23%	27%	36%								
50	40%	25%	30%	40%								
55	44%	28%	33%	44%								
60	48%	30%	36%	48%								
65	52%	33%	39%	52%								
70	56%	35%	42%	56%								
75	60%	38%	45%	60%								
80	64%	40%	48%	64%								
85	68%	43%	51%	68%								
90	72%	45%	54%	72%								
95	76%	48%	57%	76%								
100	80%	50%	60%	80%”								

Art. 4º O art. 5º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - A pessoa jurídica interessada na concessão dos Créditos de Incentivos Fiscais deverá apresentar ao CONCIFIS Projeto com indicações relativas aos cinco anos-calendário subsequentes definindo:

I – a estimativa do valor dos investimentos a serem realizados, com a definição da aplicação dos recursos por finalidade, ano a ano; e.

II – a estimativa do número de postos de trabalho a serem criados e da remuneração a ser paga, ano a ano.

§ 1º O projeto previsto no caput deverá ser apresentado ao CONCIFIS, que deverá apreciá-lo no prazo de 90 (noventa dias) contados da data de seu protocolo junto àquele órgão.

§ 2º A pessoa jurídica beneficiária de incentivos fiscais deverá apresentar, até 30 de abril de cada ano, sob pena de ser excluída do programa, prova de regularidade fiscal com o município e demonstrativo contendo:

I – O valor efetivamente investido no ano-calendário anterior, conforme o Projeto de apresentado ao CONCIFIS;

II – O valor da folha de pagamento de salário efetivamente incorrido em relação aos postos de trabalho criados no ano-calendário anterior, conforme o Projeto apresentado ao CONCIFIS;

§ 3º A prova da efetiva realização do investimento ou da criação de novos postos de trabalho, se dará através da entrega dos seguintes documentos:

I – Notas Fiscais de compra de bens e/ou contratação de serviços que comprovem os gastos projetados de implantação, expansão ou modernização;

II – Folha de Pagamento de Salários, CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), RAIS (relação anual de informações sociais), GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), e demais documentos que comprovem o efetivo aumento de postos de trabalho projetados;

III – Contratos de fornecimento de insumos ou serviços, e outros documentos legais que comprovem o investimento, conforme projeto apresentado ao CONCIFIS;

IV – Demonstrativo de investimentos ou do aumento de postos de trabalho, comparando os valores iniciais projetados e os valores efetivamente realizados.

V – Demais documentos que poderão ser solicitados pelo CONCIFIS para a efetiva comprovação dos investimentos e da criação dos postos de trabalho.

§4º Verificado o aproveitamento de crédito em montante superior ao autorizado, ou ao montante apurado a partir dos valores previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior, deverá a empresa providenciar o recolhimento do valor excedente, até o último dia útil do mês de abril

de cada ano, acrescido de juros de mora e multa na forma que determinar a legislação vigente para a quitação dos tributos municipais em atraso.

§5º Fica a pessoa jurídica integrante do Programa autorizada a apresentar pedido de aditamento ao Projeto para Concessão de Crédito de Incentivos Fiscais, visando aumentar ou reduzir as estimativas de investimento e criação de novos postos de trabalho, cabendo ao CONCIFIS, no prazo referido no § 1º deste artigo, a deliberação do pedido.”

Art. 5º O art. 6º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Fica assegurada a manutenção dos Incentivos Fiscais previstos nesta Lei no caso de incorporação, cisão ou fusão da beneficiária, ou diante de qualquer outra forma de reorganização societária ou de suas atividades, inclusive no caso de mudança de endereço, desde que formalmente expresse o compromisso de cumprimento integral das condições pactuadas quando da concessão dos benefícios.

Parágrafo único. O compromisso deverá ser formalizado através de requerimento ao Conselho do Programa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ocorrência de qualquer dos fatos previstos no caput, para análise e deliberação do CONCIFIS.”

Art. 6º O § 3º do art. 17 da Lei Complementar 123, de 17 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 (...)

§3º Os membros titulares do Conselho, ou seus suplentes no exercício da titularidade, bem como o ocupante do cargo de secretaria, farão jus a ajuda de custo no valor de 50% (cinquenta por cento) do menor salário pago pelo Município por reunião realizada, limitado o pagamento a duas reuniões mensais”.

Art. 7º O § 4º do art. 17 da Lei Complementar 123, de 17 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 (...)

§4º O prazo do mandato dos Conselheiros, será de até 02 (dois) anos, sendo admitidas reconduções”.

Art. 8º Ficam revogados os artigos 7º, 8º, 9º, 10º da Lei 2.460 de 25 de outubro de 2006 e demais disposições contrárias.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis
Membro

Edemir Niehues
Membro

ANEXO ÚNICO

CONSELHO DE CONTROLE DE INCENTIVO FISCAL E SOCIAL - PREVISÃO DE GASTOS COM PESSOAL MENSAL

SESSÕES	NÚMERO SESSÕES	NÚMERO CONSELHEIROS	VALOR POR SESSÃO	VALOR TOTAL MÊS
ORDINÁRIAS	01	09	R\$ 394,00	R\$ 3.546,00
EXTRAORDINÁRIAS	01	09	R\$ 394,00	R\$ 3.546,00
TOTAL			R\$ 7.092,00	

OBS: UMA SESSÃO ORDINÁRIA MENSAL PREVISTA PODENDO SER REALIZADA SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS. LIMITANDO-SE O PAGAMENTO A DUAS SESSÕES MENSAIS.

PROJETO DE LEI Nº608/2015.

PROJETO DE LEI Nº608/2015.

DENOMINA VIA PUBLICA. Rua Élio Schmitt.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Élio Schmitt, via pública identificada como VL 02 no Loteamento das Rosa, Bairro Bela Vista, com extensão de 186,00 metros de comprimento e 10,00 metros de largura. A referida via pública tem início na Rua VL 01 neste Município.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de Outubro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº560/2015.

PROJETO DE LEI Nº560/2015.

Define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 4º do art. 100 da Constituição Federal e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o limite de 10 (dez) salários mínimos para as obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 062/2009.

§ 1º O limite previsto neste dispositivo aplica-se à Administração Direta e Indireta do Município de Palhoça;

§ 2º Considera-se valor da obrigação, para os fins do disposto nesta Lei, o total apurado na data da conta de liquidação homologada ou aprovada no processo de origem, atualizado até a data de expedição do ofício judicial requisitando o pagamento;

§ 3º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento será feito sempre por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no parágrafo 4º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Município, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º As obrigações serão liquidadas em ordem cronológica, assegurada a preferência aos créditos de natureza alimentícia, após obedecidas as regras previstas no § 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 4º Os precatórios terão os respectivos valores atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Art. 5º Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações do Orçamento do Município de Palhoça.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº607/2015

PROJETO DE LEI nº607/2015

Denomina Vias Públicas. Rua João Gabriel de Souza e Servidão Dalila de Souza. Bairro Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominado de Rua João Gabriel de Souza via pública localizada no Alto Aririú, com extensão de 150 (cento e cinquenta) metros e 5,10 (cinco metros e dez centímetros) metros de largura, tendo início na Rua Carlos Schwinden.

ARTIGO 2º - Fica denominada de Servidão Dalila de Souza via pública localizada no Alto Aririú, com extensão de 110 (cento e dez) metros e 3,10 (três metros e dez centímetros) metros de largura, tendo início na Rua João Gabriel de Souza.

PARÁGRAFO ÚNICO - A localização das vias públicas, de que tratam este artigo, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de Outubro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP					CNPJ: 06.220.022/0001-43
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Esfregadora-secadora de chão com balde e cesto torcedor acoplados, compreende uma esfregadora-secadora, composta por um pano ou fibras resistentes e altamente absorventes, montado sobre um suporte é acoplado mediante rosca a um cabo com agarradeira para manipulação; faz parte também um balde com o desague em forma de bico e uma borda onde se acopla mediante tres encaixes um cesto-torcedor da (esfregadora-secadora) com uma boca circular que se prolonga em forma troncocônica, em toda a superfície se dispõem de orifícios para vazão. Na parte frontal do cesto se dispõem um suporte onde encaixa o cabo da esfregadora-secadora para sustentação da mesma.					
118	60,00	UN	BRALIMPIA	R\$225,0000	R\$13.500,0000
Especificação: Pá coletora lixo automática, plástico resistente, cabo longo. (cata cata).					
131	60,00	UN	BRALIMPIA	R\$23,7200	R\$1.423,2000
Especificação: Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm					
136	20,00	UN	columbus	R\$16,1100	R\$322,2000
Especificação: Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.					
140	800,00	UN	RIO	R\$1,0800	R\$864,0000
Especificação: Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.					
143	2000,00	UN	PANO PRATIC	R\$2,9000	R\$5.800,0000
Valor Total (vinte e um mil, novecentos e nove reais e quarenta centavos)					R\$21.909,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JULIANO JAIRO MELO ME					CNPJ: 14.546.646/0001-83
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Achocolatado em pó, 1ª qualidade, embalagem com aproximadamente 400 gramas.					
2	100,00	UN	TODDY	R\$5,3000	R\$530,0000
Especificação: Bolacha integral, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.					
20	300,00	PCT	ORQUIDEA	R\$3,0400	R\$912,0000
Especificação: Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.					
36	90,00	KG	SINHA	R\$1,2200	R\$109,8000
Especificação: Fermento em pó químico, frasco com aprox. 100 gramas					
41	60,00	FRS	FLEISCHMANN	R\$1,6100	R\$96,6000
Especificação: Gelatina em pó, nos sabores: uva, framboeza, limão e tuti fruti, 100 unidades de cada sabor, embalagem com aprox. 85 gramas					
43	400,00	UN	NEILAR	R\$0,5700	R\$228,0000

Especificação: Óleo de soja, 1ª qualidade, frs com 900 ml					
60	150,00	FRS	COAMO	R\$2,9500	R\$442,5000
Especificação: Refresco - preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 35 gramas.					
69	1650,00	UN	POP TRUTA	R\$0,4000	R\$660,0000
Especificação: Sal refinado de mesa iodato Não deve apresentar sujidade e misturas, Umidade máxima de 02% Embalagem primária: sacos polietileno transparente, pacotes de 1 kg, embalagem secundária: Sacos de polipropileno reforçado e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade no máximo 10 kg.					
70	20,00	KG	ZIZO	R\$1,1000	R\$22,0000
Especificação: COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA EM TIRAS C/100 UN, COR BRANCA, CAPACIDADE PARA 200ML.					
116	15000,00	TR	TOTAL PLAST	R\$2,5500	R\$38.250,0000
Especificação: Papel higiênico 100% branco, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, 100% fibras naturais, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.					
132	6000,00	RL	VIPP PLUS	R\$3,5700	R\$21.420,0000
Especificação: Papel higiênico branco, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, 100% fibras naturais, rolo com 30mx10cm, pacote com 04 rolos.					
133	10000,00	PCT	FOFINHO	R\$2,8400	R\$28.400,0000
Especificação: Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr.					
139	1500,00	Cx/Pc	LIMPINHA	R\$3,3200	R\$4.980,0000
Valor Total		(noventa e seis mil, cinquenta reais e noventa centavos)			R\$96.050,90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME				CNPJ: 85.101.731/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.					
112	5000,00	FRS	RARIDADE	R\$1,0000	R\$5.000,0000
Especificação: Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.					
117	5000,00	FRS	RARIDADE	R\$0,9000	R\$4.500,0000
Especificação: Lustra Móveis 200 ml					
127	200,00	UN	WOLKER	R\$1,2000	R\$240,0000
Valor Total		(nove mil e setecentos e quarenta reais)			R\$9.740,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME				CNPJ: 09.196.745/0001-42	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total

Especificação: Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gr.					
1	100,00	UN	TOP FRUTA	R\$6,9000	R\$690,0000
Especificação: Amendoim sem casca, pacote com 500 gramas					
5	40,00	PCT	CONVEL	R\$7,0000	R\$280,0000
Especificação: Amido de milho, pacote com 500 gramas.					
6	10,00	PCT	APTI	R\$3,2000	R\$32,0000
Especificação: Arroz doce, pacote com 50 unidades					
7	12,00	PCT	BEIJA FLOR	R\$11,2000	R\$134,4000
Especificação: Bala de banana, pacote com 1kg					
11	20,00	KG	Joice	R\$11,0000	R\$220,0000
Especificação: Bala de coco, sabor coco queimado, pacote com 1 kg.					
12	10,00	KG	Joice	R\$12,0000	R\$120,0000
Especificação: Bananada, doce de banana, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Polpa de Banana, Amido de Milho Modificado, Xarope de glicose de Milho, Corante Caramelo, Ácido Cítrico(Acidulante - HII), Corante Caramelo, Aroma Artificial de Banana.					
13	8,00	CX	Saborita	R\$13,5000	R\$108,0000
Especificação: Caldo de carne em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.					
22	10,00	PCT	APTI	R\$6,5800	R\$65,8000
Especificação: Caldo de galinha em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.					
23	10,00	PCT	APTI	R\$6,5800	R\$65,8000
Especificação: Canela em pó, embalagem com aproximadamente 100 gramas.					
24	25,00	UN	CONVEL	R\$4,2000	R\$105,0000
Especificação: Canjica branca de 1ª qualidade, embalagem plástica atóxica de 500gr, contendo data de fabricação.					
25	30,00	PCT	CONVEL	R\$2,3500	R\$70,5000
Especificação: Chá sabores diversos, embalados em pacotinhos individuais, caixa com aproximadamente 30 gramas, com 15 pacotinhos.					
26	300,00	CX	PRENDA	R\$4,2800	R\$1.284,0000
Especificação: Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas					
28	156,00	PCT	flicoco	R\$2,6700	R\$416,5200
Especificação: Cominho em pó, pacote com 15gr.					
29	30,00	PCT	EDIMAR	R\$1,9700	R\$59,1000
Especificação: Creme de leite, embalagem com aprox. 300 gramas					
30	200,00	UN	TERRA VIVA	R\$1,5600	R\$312,0000
Especificação: Doce de leite, caixa com 50 unidades.					
32	8,00	CX	Jazan	R\$15,5000	R\$124,0000
Especificação: Farinha de mandioca, torrada, fina, seca, branca, tipo 1, isenta de sujidades, livre de umidade e fragmentos estranhos, embalagem contendo 1 Kg, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto.					
35	10,00	KG	Baschirroto	R\$2,6800	R\$26,8000
Especificação: Feijão preto tipo 1, embalagem de 1kg,					
38	10,00	KG	Baschirroto	R\$3,3000	R\$33,0000
Especificação: Fermento biológico seco, com aproximadamente 100g					
40	40,00	FRS	ROYAL	R\$2,8500	R\$114,0000
Especificação: Fondant de leite, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Xarope de Glicose de Milho, Farinha de Trigo Tipo 1 Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Leite em Pó, Gordura Hidrogenada, Chocolate Hidrogenado Branco, Sal, Conservante Benzoato de Sódio.					

42	8,00	POTE	Mindy	R\$16,5000	R\$132,0000
Especificação: Geleia de frutas (doce), pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar, Amido de Milho Modificado, Xarope de Glicose, Contém Corante Artificial Vermelho Ponceaux e Amarelo Tartrazina, Aroma Artificial de frutas vermelhas. Peso líquido 1000g					
44	8,00	CX	Mindy	R\$15,0000	R\$120,0000
Especificação: Ketchup, frasco com aproximadamente 400 gramas					
46	20,00	UN	Da Ajuda	R\$3,9700	R\$79,4000
Especificação: Lentilha, pacote 500 gr.					
50	50,00	PCT	CONVEL	R\$4,8500	R\$242,5000
Especificação: Macarrão espaguete, 500g , com ovos, Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos pasteurizados, corantes naturais urucum e cúrcuma.					
51	30,00	PCT	BORTOLINI	R\$1,4800	R\$44,4000
Especificação: Maionese tradicional, embalagem com 500 gr					
52	40,00	UN	SUAVIT	R\$3,1000	R\$124,0000
Especificação: Margarina vegetal, com sal 1ª qualidade, embalagem com aprox. 500 gr					
54	130,00	UN	PRIME	R\$2,2000	R\$286,0000
Especificação: Maria mole, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Água, Açúcar Invertido, Coco Ralado, Aroma Art. De Leite Condensado e Acidulante Ácido Cítrico.					
55	8,00	CX	PRINCESA	R\$16,5000	R\$132,0000
Especificação: Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.					
56	30,00	PCT	CONVEL	R\$2,4000	R\$72,0000
Especificação: Milho verde em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.					
57	100,00	LATA	CONE	R\$1,6500	R\$165,0000
Especificação: Mostarda, frasco com aproximadamente 200 gramas. Composição: vinagre, mostarda, água e condimento, benzoato de sódio.					
59	10,00	FRS	TEO	R\$2,4800	R\$24,8000
Especificação: Orégano seco, embalagem de 100 gramas					
61	4,00	PCT	CONVEL	R\$4,8000	R\$19,2000
Especificação: Paçoca rolha, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Amendoim, Xarope de Glicose de Milho com 2% de Umidade, Farinha de Trigo Tipo 1 Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Sal, Conservante Sorbato de Potássio.					
62	8,00	CX	Pasoquita	R\$14,8000	R\$118,4000
Especificação: Palmito em conserva preparado com o gomo terminal comestível do caule da Euterpes edulis, sob a forma de roletes tenros, envasados imersos em solução aquosa apropriada, em recipientes herméticos submetidos ao adequado processo tecnológico, atendendo as condições gerais da NTA 31 do Código Sanitário Municipal de Alimentos, embalagem com 300 gr.					
63	20,00	FRS	RIO CERRO	R\$16,8000	R\$336,0000
Especificação: Pé de moleque crocante, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Amendoim, Açúcar Cristal, Fermento Químico Bicarbonato de Sódio, Acidulante Ácido Cítrico Anidro.					
64	8,00	CX	Carijó	R\$13,3000	R\$106,4000
Especificação: Pêssego em calda, peso drenado com aproximadamente 450 gr					
65	60,00	LATA	Grochemore	R\$7,5000	R\$450,0000
Especificação: Pipoca doce 10 gr, pacote com 50 unidades					
66	8,00	PCT	BEIJA FLOR	R\$11,8000	R\$94,4000
Especificação: Pirulito sabores diversos, pacote de 1 kg					
67	10,00	KG	Fregells	R\$13,8000	R\$138,0000
Especificação: Polvilho azedo, pacote com 500gr					
68	100,00	PCT	CONVEL	R\$3,5000	R\$350,0000
Especificação: Sorvete seco, caixa com 50 unidade. Ingredientes do Doce: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Leite Condensado e Corante Vermelho Ponceaux. Ingredientes do Copo Bijou: Farinha de Trigo, Fécula de Mandioca e Lecitina de Soja.					
72	8,00	CX	PRODASA	R\$19,5000	R\$156,0000

Especificação: Suco de uva (tinto), embalagem de no mínimo 1000 ml

73	10,00	L	SINUÉLO	R\$5,4400	R\$54,4000
----	-------	---	---------	-----------	------------

Especificação: Suspiro, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Tutti-Fruti e Corante Vermelho Ponceaux.

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Suspiro, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Tutti-Fruti e Corante Vermelho Ponceaux.					

74	8,00	CX	PRODASA	R\$19,5000	R\$156,0000
----	------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Teta de Nega, caixa com 50 unidades, doce feito de merengue ou marshmallow e cobertura fina de chocolate.

75	8,00	CX	BELL	R\$19,5000	R\$156,0000
----	------	----	------	------------	-------------

Especificação: Filtro de papel para coar café - referência 103, embalagem com 40 unid.

120	60,00	CX	BRIGITTA	R\$1,9200	R\$115,2000
-----	-------	----	----------	-----------	-------------

Especificação: GARRAFA TÉRMICA, COM ALÇA TIPO SERVE A JATO CAPACIDADEDE 01 LITRO.

122	100,00	UN	TERMOLAR	R\$31,5900	R\$3.159,0000
-----	--------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395

128	700,00	PAR	LAGROTTA	R\$1,5000	R\$1.050,0000
-----	--------	-----	----------	-----------	---------------

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394

129	700,00	PAR	LAGROTTA	R\$1,5000	R\$1.050,0000
-----	--------	-----	----------	-----------	---------------

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393

130	700,00	PAR	LAGROTTA	R\$1,5000	R\$1.050,0000
-----	--------	-----	----------	-----------	---------------

Especificação: Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm

135	20,00	UN	AURIMAR	R\$19,5000	R\$390,0000
-----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia

137	250,00	PCT	ZAVASKI	R\$1,1800	R\$295,0000
-----	--------	-----	---------	-----------	-------------

Especificação: Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.

149	1500,00	UN	MARTIMPANO	R\$1,8800	R\$2.820,0000
-----	---------	----	------------	-----------	---------------

Especificação: Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.

150	400,00	UN	CONDOR	R\$7,2400	R\$2.896,0000
-----	--------	----	--------	-----------	---------------

Valor Total	(vinte mil, seiscentos e quarenta e três reais e dois centavos)			R\$20.643,02	
-------------	---	--	--	--------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA				CNPJ: 02.625.813/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Arroz parboilizado, longo, fino tipo I - registro do produto no Ministério da Agricultura ou Saúde. Embalagem padronizada com 5kg. Data de fabricação do produto de no máximo 30 dias da data de autorização de fornecimento expedida pela prefeitura. prazo de validade 12(doze) meses.					
8	80,00	PCT		R\$9,0000	R\$720,0000
Especificação: Batata palha, tradicional, pacote com 400 gramas					
14	25,00	PCT	TUTA	R\$7,1500	R\$178,7500
Especificação: Bebida gaseificada a base de cola, frasco com 2 litros.					
15	30,00	FRS	COCA COLA	R\$5,2100	R\$156,3000
Especificação: Bebida gaseificada a base de guaraná, frasco com 2 litros					
16	30,00	FRS	KUAT	R\$3,5100	R\$105,3000
Especificação: Bebida gaseificada a base de limão, garrafa com 2 litros.					
17	30,00	FRS	SPRIT	R\$4,3600	R\$130,8000
Especificação: Ervilha em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.					
33	60,00	LATA	OLÉ	R\$1,3800	R\$82,8000
Especificação: Farinha de trigo: Devera ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, isentos de matéria terrosa. pacote com 5 kg.					
37	100,00	PCT	FLOR DO OESTE	R\$7,8500	R\$785,0000
Especificação: Feijão vermelho tipo 1, embalagem de 1kg,					
39	10,00	KG	BASCHIROTTTO	R\$6,7000	R\$67,0000
Especificação: Iogurte líquido com polpa de frutas vermelhas , embalagem de 1 litro					
45	400,00	L	VENEZA	R\$2,7000	R\$1.080,0000
Especificação: Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas					
47	300,00	UN	TERRA VIVA	R\$2,9000	R\$870,0000
Especificação: Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: lata com 400 gr					
48	250,00	UN	ITAMBÉ	R\$9,7200	R\$2.430,0000
Especificação: Pão para cachorro quente, tipo hot dog, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas são, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plastica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no minimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.					
78	300,00	PCT	JM	R\$5,5000	R\$1.650,0000
Especificação: Abacaxi Pérola. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
79	100,00	UN	IN NATURA	R\$4,4100	R\$441,0000
Especificação: Abóbora paulista. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
80	100,00	KG	IN NATURA	R\$1,9000	R\$190,0000
Especificação: Alho branco, graúdo, novo, de 1º qualidade, sem réstia , com prazo de validade semanal, acondicionando em embalagem resistente e transparente.					
81	12,00	KG	SÃO FRANCISCO	R\$15,0100	R\$180,1200
Especificação: Banana Branca - cat.1, classe 16 (16 a 18cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
82	180,00	KG	IN NATURA	R\$2,9900	R\$538,2000

Especificação: Batata doce. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
83	10,00	KG	IN NATURA	R\$3,0800	R\$30,8000
Especificação: Batata inglesa, não lavada. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
84	70,00	KG	IN NATURA	R\$2,0000	R\$140,0000
Especificação: Beterraba. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
85	30,00	FRS	IN NATURA	R\$2,4900	R\$74,7000
Especificação: Cebola de cabeça: classe (4) quatro, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.					
87	80,00	KG	IN NATURA	R\$2,8000	R\$224,0000
Especificação: Cebolinha verde					
88	150,00	PCT	IN NATURA	R\$1,6400	R\$246,0000
Especificação: Cenoura sem folhas, classe 14 (14 e 18 cm) ou cat 1. Tipo especial, conforme adesão voluntário CEAGESP composição das raízes de 14 a 18cm. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
89	50,00	KG	IN NATURA	R\$2,1100	R\$105,5000
Especificação: Couve manteiga folhas, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
90	50,00	PCT	IN NATURA	R\$1,6900	R\$84,5000
Especificação: Espinafre, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
91	75,00	PCT	IN NATURA	R\$1,7400	R\$130,5000
Especificação: Gengibre, embalagem com 100 gramas. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
92	1,00	KG	IN NATURA	R\$14,0000	R\$14,0000
Especificação: Laranja bergamota: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 61 (61 a 75mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
93	200,00	KG	IN NATURA	R\$3,7700	R\$754,0000
Especificação: Laranja Pêra: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 81 (81 a 85mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
94	200,00	KG	IN NATURA	R\$1,9000	R\$380,0000
Especificação: Maçã nacional, gala, grupo rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. OBS: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei.					
95	200,00	KG	IN NATURA	R\$3,7300	R\$746,0000
Especificação: Mamão formosa, Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
96	60,00	KG	IN NATURA	R\$4,6200	R\$277,2000
Especificação: Melância. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
97	70,00	KG	IN NATURA	R\$1,7800	R\$124,6000
Especificação: Repolho, cabeça. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
100	50,00	UN	IN NATURA	R\$2,8000	R\$140,0000
Especificação: Salsinha. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
101	150,00	PCT	IN NATURA	R\$1,5900	R\$238,5000
Especificação: Tomate. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
102	100,00	KG	IN NATURA	R\$5,6000	R\$560,0000
Especificação: Carne bovina inteira: patinho, congelado, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponeuroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					

103	30,00	KG	CCS	R\$19,8000	R\$594,0000
Especificação: Carne bovina moída: fraldinha, congelado, limpa, sem nervos, sem aponevroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
104	130,00	KG	CCS	R\$19,8000	R\$2.574,0000
Especificação: Linguça calabresa defumada, congelada a -18°C, embalagem de 01 kg, embalada em saco plástico a vácuo." devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
105	50,00	KG	JCW	R\$8,8000	R\$440,0000
Especificação: Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho, de 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687, Embalagem: com rótulo, descartável, aberta com 30 unidades. Deve apresentar a data de produção e validade.					
106	260,00	DZ	AUREA	R\$4,1000	R\$1.066,0000
Especificação: Peito de frango, sem osso. Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
107	180,00	KG	SUBLIME	R\$9,0000	R\$1.620,0000
Especificação: Presunto cozido fatiado, sem gordura, embalagem com 150 gr.					
108	75,00	KG	JCW	R\$20,5000	R\$1.537,5000
Especificação: Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gr					
110	90,00	KG	LA SORELLA	R\$22,0000	R\$1.980,0000
Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.					
111	152,00	KG	NAT	R\$5,5000	R\$836,0000
Valor Total		(vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e sete centavos)			R\$24.523,07

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME				CNPJ: 13.965.228/0001-68	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 01 (uma) unidade.					
119	3500,00	UN	ESFREBON	R\$0,4300	R\$1.505,0000
Especificação: Rodo de borracha EVA dupla, para limpeza, base com 0,40cm, com serrinha para melhor aderência do pano, em plástico resistente, com cabo de metal revestido em plástico.					
138	200,00	UN	HARACEM	R\$3,6100	R\$722,0000
Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.					
148	2000,00	PCT	VENUS	R\$1,6800	R\$3.360,0000
Valor Total		(cinco mil e quinhentos e oitenta e sete reais)			R\$5.587,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICITAL COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: LICITAL COMERCIAL LTDA					CNPJ: 11.447.252/0001-80
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasito e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microrganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasito e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 05 Kg. Prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses.					
3	3640,00	KG	CARAVELAS	R\$1,6900	R\$6.151,6000
Especificação: GUARDANAPO DE PAPEL, COR BRANCA, MACIO, 30 X 33 CM PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES					
123	6000,00	PCT	SOL	R\$0,7200	R\$4.320,0000
Especificação: Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.					
126	50,00	UN	ARQPLAST	R\$9,7500	R\$487,5000
Valor Total					(dez mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos) R\$10.959,10

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME					CNPJ: 13.839.796/0001-12
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Biscoito doce tipo maria, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.					
18	800,00	PCT	DIANA	R\$2,1500	R\$1.720,0000
Especificação: Biscoito salgado, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 400 gramas.					
19	600,00	PCT	DIANA	R\$2,1500	R\$1.290,0000
Especificação: Leite longa vida integral, embalagem tetrapack de 1 litro					
49	1900,00	L	LANGUIRU	R\$1,8800	R\$3.572,0000
Especificação: Pão de sanduíche de pão branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.					
76	540,00	PCT	MENTÚS	R\$4,5000	R\$2.430,0000
Especificação: Pão de sanduíche de pão integral, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.					
77	240,00	PCT	MENTÚS	R\$4,5000	R\$1.080,0000
Especificação: Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, tamanho 21 x 23cm, gramatura de 28 à 30, pacote com 1000 folhas.					
134	5000,00	PCT	MS	R\$8,9500	R\$44.750,0000
Valor Total					(cinquenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e dois reais) R\$54.842,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME				CNPJ: 14.990.312/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adoçante dietético tipo sacarina, em frasco com 100 ml					
4	21,00	FRS	LOWÇUCAR	R\$1,6600	R\$34,8600
Especificação: Aveia em flocos finos, pacote com 500 gramas					
9	50,00	PCT	APTI	R\$2,0100	R\$100,5000
Especificação: Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes, deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 24 meses.					
34	200,00	UN	OLÉ	R\$1,8000	R\$360,0000
Especificação: Sardinha em lata pescado em óleo, conserva, lata com aproximadamente 125 gramas					
71	100,00	UN	88	R\$1,9700	R\$197,0000
Especificação: FÓSFORO CAIXA COM 40 PALITOS, PACOTE COM 10 CAIXAS					
121	600,00	PCT		R\$1,2900	R\$774,0000
Especificação: Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.					
125	60,00	UN	Tritec/1047	R\$56,5000	R\$3.390,0000
Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.					
146	3000,00	PCT	Geraplast/SC100	R\$1,6700	R\$5.010,0000
Valor Total				(nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)	
				R\$9.866,36	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP				CNPJ: 01.648.513/0001-76	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alcool líquido 70%, frasco com 1000ml					
113	3000,00	FRS	SAUBA	R\$3,4000	R\$10.200,0000
Especificação: Álcool líquido 96%, frasco com 1000ml					
114	3000,00	FRS	SAUBA	R\$3,6900	R\$11.070,0000
Especificação: Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.					
124	1500,00	UN	SAUBA	R\$1,3800	R\$2.070,0000
Especificação: Sabonete líquido, fragrância erva doce, frs com 1000 ml.					
141	2000,00	FRS	SAUBA	R\$2,9400	R\$5.880,0000
Especificação: Sabonete líquido, fragrância erva doce, frs com 5000 ml.					
142	400,00	FRS	SAUBA	R\$8,9900	R\$3.596,0000
Valor Total				(trinta e dois mil e oitocentos e dezesseis reais)	
				R\$32.816,00	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: CELIA REGINA W. SANI ME					CNPJ: 04.195.853/0001-87
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Balde plástico c/ alça ferro galvanizado , material resistente, c/ capacidade para 15 à 20 litros.					
115	150,00	UN	ARQUIPLAST	R\$2,7000	R\$405,0000
Especificação: Saco de papel para pipoca. Produto não perecível à base de papel sulfite, composto basicamente por pasta celulósica de fibras vegetais não poluentes. Tamanho: 17X25 cm. Embalagem com 500 unidades.					
144	15,00	CX	INCORPEL	R\$7,8000	R\$117,0000
Especificação: Saco plástico para cachorro quente, pacote com 500 unidades.					
145	10,00	PCT	INCORPEL	R\$8,1000	R\$81,0000
Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.					
147	2000,00	PCT	Bruklin	R\$1,5000	R\$3.000,0000
Valor Total					(três mil e seiscentos e três reais) R\$3.603,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº163/2014 – Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JJ MATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFÉ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JJ MATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFÉ LTDA EPP					CNPJ: 00.214.257/0001-46
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha. Embalagem de 500G, validade de 01 ano.					
21	5436,00	PCT	JURERE EXTRA FORTE	R\$5,4500	R\$29.626,2000
Valor Total					(vinte e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos) R\$29.626,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015 – Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: METROMED COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça. DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.					CNPJ: 83.157.032/0001-22
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Avental Cirúrgico Descartável em TNT Manga Longa com Elástico, 20 Gramas, pacote com 10 unidades					
4	50,00	PCT	Sky/TNT	R\$13,0200	R\$651,0000
Especificação: Propé Descartável 30 gramas, pacote com 100 Unidades.					
5	5,00	PCT	Sky/TNT	R\$11,6900	R\$58,4500
Especificação: Lâmina de bisturi estéril nº 24, caixa com 100 unidades.					
6	50,00	CX	Advantive/Aço Inox	R\$16,1000	R\$805,0000

Especificação: Cabo de Bisturi nº4					
7	6,00	UN	ABC/0026	R\$5,7300	R\$34,3800
Especificação: Pinça Hemostática Curva Kelly 16 cm					
8	20,00	UN	ABC/0234	R\$17,7600	R\$355,2000
Especificação: Pinça Anatômica 1X2 dentes (Dente de Rato) 16 cm					
9	10,00	UN	ABC/0178	R\$8,3200	R\$83,2000
Especificação: Pinça Anatômica 16cm					
10	5,00	UN	ABC/0172	R\$7,7700	R\$38,8500
Especificação: Porta Agulha Mayo Hegar 16cm					
11	5,00	UN	ABC/0530	R\$18,1300	R\$90,6500
Especificação: Tesoura Romba Curva 15 cm					
12	10,00	UN	ABC/0314	R\$12,7600	R\$127,6000
Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril com agulha, com 24 unidades					
13	10,00	CX	Procure/Monofilamento	R\$20,7200	R\$207,2000
Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril sem agulha, com 24 unidades					
14	10,00	CX	Procure/Monofilamento	R\$20,7200	R\$207,2000
Especificação: Aparelho de anestesia inalatório com ventilação mecânica.					
23	1,00	UN	Brasmed/Vet-1000	R\$9.670,0000	R\$9.670,0000
Especificação: Armário vitrine para uso veterinário, com chave. Características: construído em chapa de aço, com pintura eletrostática a pó epóxi branca. Frente e laterais com vidro de 3 mm de espessura, com 03 (três) prateleiras com vidros de 4 mm de espessura, pés em tubos quadrados com ponteiros em PVC. Dimensões aproximadas (AxCxL): 170x65x40cm.					
25	1,00	UN	Olimedic/Oli-101	R\$697,0000	R\$697,0000
Valor Total		(treze mil, vinte e cinco reais e setenta e três centavos)			R\$13.025,73

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015 – Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO				CNPJ: 18.258.209/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Balança Eletrônica de bancada, capacidade mínima 100Kg. Voltagem 220 ou bivolt. Garantia de 01 ano.					
18	1,00	UN	WELMY/W 100/2 S/C LED	R\$1.200,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Máquina de tosa, mínimo 2 velocidades, duplo isolamento térmico. Voltagem 220 ou bivolt. Acompanhar 04 (quatro) lâminas nº 40. Garantia: 01 ano.					
21	1,00	UN	OSTER GOLDEN/A5	R\$1.300,0000	R\$1.300,0000
Valor Total		(dois mil e quinhentos reais)			R\$2.500,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015 – Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 03.033.589/0001-12
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Esparradrapo Impermeável Branco 10cm X 4,5m;					
1	130,00	UN	MISSNER	R\$4,0900	R\$531,7000
Especificação: Sistema duplo T BARAKA traquéia silicone autoclavável 2 litros					
15	1,00	UN	OXIGEL	R\$267,0000	R\$267,0000
Especificação: Mesa Cirúrgica regulável com pés em aço inoxidável para uso veterinário. Tampo em aço inoxidável, com vincos e furo para escoamento. Pés em tubo quadrado de aço inoxidável com manípulos nas laterais para inclinar e regular a altura. Suporte para soro em aço inoxidável e balde em alumínio. Dimensões aprox. 120x70cm.					
24	2,00	UN	OLIMEDIC/OLI143	R\$1.650,0000	R\$3.300,0000
Valor Total		(quatro mil, noventa e oito reais e setenta centavos)			R\$4.098,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015 – Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: R.E. FUNGUETO RIBEIRO - ME. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: R.E. FUNGUETO RIBEIRO - ME					CNPJ: 18.486.436/0001-06
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Microchip, agulha e aplicador montados, esterilizados e embalados individualmente. Com frequência de operação 134,2 kHz.					
19	1000,00	UN	ALLFLEX/Transp.subc	R\$7,0000	R\$7.000,0000
Especificação: Leitor Universal de microchip para animais. Garantia: 01 ano.					
20	1,00	UN	ALLFLEX/GLOBAL SCAN GS 110	R\$580,0000	R\$580,0000
Valor Total		(sete mil e quinhentos e oitenta reais)			R\$7.580,00

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 101/15

DECRETO Nº 101/2015. De 02 de setembro de 2015.	ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PALMITOS-SC, EM ATENDIMENTO AO QUE ESTABELECE O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
--	---

DECRETA

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto estabelecidos os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizado pelo Poder Executivo Municipal, quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 1.065.276,09 (Um milhão, sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e nove centavos) apurados no período de janeiro a agosto de 2015.

Art. 2º Em cumprimento ao que determina o art. 9º da Lei Municipal nº 3.831/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias fica bloqueada as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1. Prefeitura Municipal de Palmitos – R\$ 703.631,37

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 2009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0092.0 (44) R\$ 1.900,00
TOTAL R\$ 1.900,00

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 1009 – Construção e Ampliação de Centros Esportivos

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0012.0 (78) R\$ 101.681,58
TOTAL R\$ 101.681,58

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 1006 – Construção e Ampliação de Unidades Educacionais

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0070.0 (32) R\$ 250.152,62
TOTAL R\$ 250.152,62

DECRETO Nº 101/2015.

De 02 de setembro de 2015.

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.03 Manutenção do Programa Alimentação Escolar

Proj./Ativ. 2018 – Manutenção do Programa Alimentação Escolar

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0004.0 (89) R\$ 2.099,83
TOTAL R\$ 2.099,83

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 2014 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0009.0 (73) R\$ 3.882,96
TOTAL R\$ 3.882,96

06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Proj./Ativ. 2022 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0091.0 (102) R\$ 2.410,17
TOTAL R\$ 2.410,17

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02 Departamento de Transportes e Serviços Viários

Proj./Ativ. 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0013.0 (156) R\$ 338.318,59

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044.0 (158) R\$ 3.032,62

TOTAL R\$ 341.351,21

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01 Departamento Obras e Serviços Urbanos

Proj./Ativ. 2.028 – Manutenção de Convênios de Trânsito

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008.0 (134) R\$ 104,68

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0028.0 (135) R\$ 48,32

TOTAL R\$ 153,00

2. Fundo Municipal de Saúde de Palmitos – R\$ 281.766,00

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 1.024 – Construção, Ampliação e reforma de Unidade de Saúde

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.0 (2) R\$ 264.970,83

TOTAL R\$ 264.970,83

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0093.0 (33) R\$ 1.538,78

TOTAL R\$ 1.538,78

DECRETO Nº 101/2015.

De 02 de setembro de 2015.

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.025 – Manutenção dos Programas PSF/PACS/Saúde Bucal

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0040.0 (39) R\$ 9.473,85

TOTAL R\$ 9.473,85

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.039 – Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.0 (55) R\$ 5.782,54

TOTAL R\$ 5.782,54

3. Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos – R\$ 79.878,72

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2047 – Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0023.0 (23) R\$ 20.911,71
TOTAL R\$ 20.911,71

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2045 – Manutenção do SCFV
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.01.0023.0 (8) R\$ 10.000,00
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0023.0 (10) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 15.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.047 - Manutenção das Atividades do CRAS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0031.0 (24) R\$ 43.659,50
TOTAL R\$ 43.659,50

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0094.0 (15) R\$ 307,51
TOTAL R\$ 307,51

DECRETO Nº 101/2015.
De 02 de setembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 02 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças

DECRETO 102/15

<p>DECRETO Nº 102/2015. De 02 de setembro de 2015.</p>	<p>ESTABELECE LIBERAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA BLOQUEADA ATRAVÉS DE ATO PRÓPRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.</p>
--	---

Considerando o interesse público e a necessidade urgente da execução parcial de Ações de Governo previstas na lei orçamentária anual vigente;

Considerando a obrigatoriedade da aplicação mínima na área da Educação estabelecida na Constituição Federal;

Considerando a obrigatoriedade da aplicação mínima na área da Saúde estabelecida na Constituição Federal;

Considerando principalmente, devido a necessidade de utilização de dotações orçamentárias anteriormente bloqueadas para fazer

frente a demanda da população, optou-se na realização de desbloqueio de dotações constantes no decreto nº 30/2015, 62/2015 e 83/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto estabelecida a liberação parcial das dotações orçamentárias bloqueadas através do Decreto nº 30/2015, 62/2015 e 83/2015, no valor total de R\$ 43.458,25 (quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos) conforme a seguir discriminada:

1. Prefeitura Municipal de Palmitos – R\$ 16.147,09

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.01 Departamento de Educação
Proj./Ativ. 2009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.01.0001.0 (41) R\$ 6.836,34
TOTAL R\$ 6.836,34

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.01 Departamento de Educação
Proj./Ativ. 2010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.01.0062.0 (52) R\$ 9.310,75
TOTAL R\$ 9.310,75

DECRETO Nº 102/2015.
De 02 de setembro de 2015.

2. Fundo Municipal de Saúde de Palmitos – R\$ 13.337,70

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 1.025 – Aquisição de veículos, Equipamentos e Material Permanente
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.01.0018.0 (4) R\$ 11.862,14
TOTAL R\$ 11.862,14

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0039.0 (30) R\$ 1.475,56
TOTAL R\$ 1.475,56

3. Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos – R\$ 13.973,46

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.048 – Apoio Financeiro a APAE de Palmitos
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.01.0022.0 (27) R\$ 1.696,79
TOTAL R\$ 1.696,79

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.049 – Manutenção das Atividades do CREAS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0024.0 (32) R\$ 6.105,40
TOTAL R\$ 6.105,40

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.047 - Manutenção das Atividades do CRAS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.01.0007.0 (22) R\$ 6.171,27
TOTAL R\$ 6.171,27

DECRETO Nº 102/2015.
De 02 de setembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 02 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume
 Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças

DECRETO 103/15

<p>DECRETO Nº 103/2015. De 02 de setembro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.</p>
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 1.020 – Construção de Centros Comunitários

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000(177) R\$ 3.100,00

TOTAL R\$ 3.100,00

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 – recursos ordinários, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 02 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças

DECRETO 105/15

<p>DECRETO Nº 105/2015. De 16 de setembro de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor.</p>
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Criado o Centro Municipal de Educação Infantil O Pequeno Príncipe, situado na Rua 26 de Setembro, número 36 Bairro Nossa Senhora do Rosário, no município de Palmitos, fruto da parceria com o Governo Federal, através do Programa Proinfância, que atenderá 170 crianças de 04 meses a 05 anos em período integral de conformidade com a Resolução da Educação Infantil nº 002/2007.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 16 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças

DECRETO 106/15

<p>DECRETO Nº 106/2015. De 17 de setembro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.864/2015, de 17 de setembro de 2015.</p>
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 1005 – Construção e Ampliação de Quadras Esportivas Escolares

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(27)

R\$ 15.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0062.0(29)
 R\$ 25.000,00
 TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(37)
 R\$ 240.000,00
 TOTAL R\$ 240.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(49)
 R\$ 300.000,00
 TOTAL R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2011 – Manutenção do Transporte Escolar – Ens. Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(58)
 R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003.0(61)
 R\$ 50.000,00
 TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

DECRETO Nº 106/2015.
 De 17 de setembro de 2015.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 0001 – Amortização e Encargos Programa – Caminho da Escola
 Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(24)
 R\$ 3.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(25)
 R\$ 2.000,00
 TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 1006 – Construção e Ampliação de Unidades Educacionais
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(30)
 R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0003.0(31)
 R\$ 20.000,00
 TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 1007 – Aquisição de Veículos para Educação
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(33)
 R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0003.0(34)
 R\$ 30.000,00
 TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0062.0(52)

R\$ 25.000,00
 TOTAL R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2015 – Manutenção das Atividades do Ensino Superior
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0(74)
 R\$ 25.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(76)
 R\$ 5.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Cultura e Esporte
 Projeto: 2016 – Manutenção das Atividades Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(80)
 R\$ 13.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(82)
 R\$ 17.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Cultura e Esporte
 Projeto: 2017 – Manutenção das Atividades do Esporte
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(84)
 R\$ 30.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00

DECRETO Nº 106/2015.
 De 17 de setembro de 2015.

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 1.028 – Aquisição de Veículo para Assistência Social
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (1) R\$ 20.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 2.024 – Atendimento Socioeducativo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (6) R\$ 5.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 2.048 – Apoio Financeiro a Apae de Palmitos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000(26) R\$ 10.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.02 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente
 Projeto: 2.051 – Manutenção do Programa de Abrigo Domiciliar
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (36) R\$ 75.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 75.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.03 – Fundo Municipal de Habitação
 Projeto: 1.029 – Conjunto Habitacional
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (39) R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (40) R\$ 10.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município
 Projeto: 0.002 – Amortização de Dívida Pública
 Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.01.0000 (162) R\$ 56.200,00
 Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.01.0000 (163) R\$ 151.800,00
 TOTAL GERAL R\$ 208.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município
 Projeto: 0.003 – Sentenças Judiciais e Precatórios
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (164) R\$ 22.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 22.000,00

DECRETO Nº 106/2015.
 De 17 de setembro de 2015.

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO
 Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo
 Projeto: 1.014 – Incentivos a Expansão Comercial e Industrial
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 (107) R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.01.0000 (108) R\$ 30.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO
 Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo
 Projeto: 2.025 – Promoção e Participação da Festa do Vinho
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 (113) R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (114) R\$ 20.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO
 Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo
 Projeto: 2.026 – Manutenção da Sec. Trab. Ind. Com. E Serviços
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 (116) R\$ 15.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 17 de setembro de 2015.
 NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 109/15

<p>DECRETO Nº 109/2015. De 24 de setembro de 2015.</p>	<p>DESIGNA E HOMOLOGA COMISSÃO MUNICIPAL PARA LEILÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada a Servidora Pública Municipal Andressa Triacca, como Leiloeira.

Parágrafo Único. A designação ocorre em virtude da realização de Processo Licitatório, Modalidade Leilão, no qual serão alienados lotes de bens móveis inservíveis a Municipalidade.

Art. 2º Fica também, designado a Comissão de apoio para o referido Leilão, sendo composta pelos seguintes Servidores:

- Eduardo Ramiro Porn de Moraes
- Soeli Maria Castoldi
- Aline Carina Pottker

Art. 3º Os serviços de Leiloeiro e Membros da Comissão, será considerados de caráter relevante, não lhes sendo atribuído qualquer vínculo empregatício e sem ônus para o erário público.

Art. 4º São atribuições da Leiloeira e seus membros, o recebimento das propostas e lances, análise de aceitabilidade e classificação, bem como habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Prefeitura Municipal de Palmitos SC, em 24 de setembro de 2015.
 NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 110/15

<p>DECRETO Nº 110/2015. De 24 de setembro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.</p>
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir

um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 27.770,00 (vinte e sete mil, setecentos e setenta reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0013(213) R\$ 3.500,00
TOTAL R\$ 3.500,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.013 – Manutenção das Atividades do Pré Escolar
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(66) R\$ 3.239,00
TOTAL R\$ 3.239,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(54) R\$ 2.731,00
TOTAL R\$ 2.731,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2.017 – Manutenção das Atividades do Esporte
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(86) R\$ 2.950,00
TOTAL R\$ 2.950,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2.016 – Manutenção das Atividades Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(82) R\$ 11.350,00
TOTAL R\$ 11.350,00

DECRETO Nº 110/2015.
De 24 de setembro de 2015.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.029 – Manutenção das Atividades Departamento Obras e Serv. Urbanos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000(142) R\$ 4.000,00
TOTAL R\$ 4.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 21.475,02 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e dois centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (28) R\$ 8.486,36
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065 (31) R\$ 7.988,66

TOTAL R\$ 16.475,02

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.040 – Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0098 (61) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 7.0000 (sete mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto: 2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0025 (52) R\$ 7.000,00
TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 27.770,00 (vinte e sete mil, setecentos e setenta reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0013(156) R\$ 3.500,00
TOTAL R\$ 3.500,00

DECRETO Nº 110/2015.
De 24 de setembro de 2015.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.013 – Manutenção das Atividades do Pré Escolar
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(70) R\$ 3.239,00
TOTAL R\$ 3.239,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(57) R\$ 2.731,00
TOTAL R\$ 2.731,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2.017 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(87) R\$ 2.950,00
TOTAL R\$ 2.950,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(57) R\$ 2.731,00
TOTAL R\$ 2.731,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.02– Departamento de Cultura e Esporte
 Projeto: 2.016 – Manutenção das Atividades Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0(81)
 R\$ 2.150,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(83)
 R\$ 9.200,00
TOTAL R\$ 11.350,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Projeto: 2.029 – Manutenção das Atividades Departamento Obras e Serv. Urbanos
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000(144) R\$ 4.000,00
TOTAL R\$ 4.000,00

Art. 5º Para dar cobertura ao valor de até 21.475,02 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e dois centavos), de que trata o art. 2º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
 Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
 Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0002 (26) R\$ 8.486,36
 Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0065 (27) R\$ 7.988,66
TOTAL R\$ 16.475,02
DECRETO Nº 110/2015.
 De 24 de setembro de 2015.

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
 Projeto: 2.040– Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0098 (62) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 6º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), de que trata o art. 3º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 2.046– Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0025 (51) R\$ 7.000,00
TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 24 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 111/15

DECRETO Nº 111/2015
 De 25 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do cadastro em duplicidade do Contribuinte ALGEMIRO DE OLIVEIRA, cadastro n. 4945, CPF/MF N. 307.785.069-9104.626.665/0001-66, conforme relatórios apresentados;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao cadastro em duplicidade do Contribuinte ALGEMIRO DE OLIVEIRA, cadastro n. 4945, CPF/MF N. 307.785.069-91, e, consequentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de IPTU do referido contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome do contribuinte ALGEMIRO DE OLIVEIRA, cadastro n. 4945, CPF/MF 307.785.069-91, referente ao débito de IPTU do referido contribuinte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 25 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
 Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 112/15

DECRETO Nº 112/2015.
 De 28 de setembro de 2015.

SUBSTITUI MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 2.426/98.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, substituído membros titulares

e suplentes, que integrem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a seguir nominados:

“GOVERNAMENTAIS:

· Secretaria Municipal de Assistência Social;

a) TITULARES

- LUCIANA MARIA TONIOLLI – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) SUPLENTES

- SOELI M. HOPPE – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

· Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

a) TITURALES

- FABINA SECCHI - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

Art. 2º Fica pelo presente Decreto, também homologada a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a seguir nominados:

Presidente: LUCIANA MARIA TONIOLLI

Art. 3º Os demais membros seguem a nomeação dos Decretos nº 019/2014, datado de 10 de fevereiro de 2014 e 041/2014 de 28 de março de 2014.

Art.4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.
DECRETO Nº 112/2015.
De 28 de setembro de 2015.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 28 de setembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

,DECRETO 113/15

DECRETO Nº 113/2015.
De 02 de outubro de 2015.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelo Art. 39 da Lei Complementar nº 030/2011 de 21 de janeiro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, substituído membro, que integrem a Comissão para Avaliação do Estágio Probatório, a seguir nominado:

Representantes dos Pares
-Marta Dacroce Martin

Art. 2º Os demais membros seguem a nomeação dos Decretos nº 057/2012, datado de 07 de maio de 2012.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 02 de outubro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 114/15

DECRETO Nº 114/2015
De 02 de Outubro de 2015.

APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento do Lote Urbano nº 01, com área de 381,00 m² (trezentos e oitenta e um metros quadrados) e Lote Urbano nº 0, com área de 312,50 m², ambos da quadra nº 02, perfazendo a área total 693,50 m², registrado na matrícula imobiliária nº 5.26, no Ofício de Registro de Imóveis Município e Comarca de Palmitos/SC, situado na Rua Mondai, Bairro Bortolanza, de propriedade de Jaime Roberto Dalla Costa e sua esposa Santa Dalla Costa, confrontando em conjunto: Norte: com parte da chácara nº 168 de Domingos Alba ou quem de direito; Sul: com o lote urbano nº 03 de Denise Maria Liebel da Silva ou quem de direito; e lote urbano nº 4 de Ildemar Inácio Adam ou quem de direito, numa extensão de 25,00 metros; Leste: com uma Rua Mondai, numa extensão de 25,50 metros; Oeste: com os lotes urbanos nº 07 de Nelson Bernard Bugs ou quem de direito e nº 08 de Selvino Vanzella ou quem de direito.

SITUAÇÃO PROPOSTA À DESMEMBRAR

· Lote urbano nº 1- A, sendo 381,00 m² do lote urbano nº 1 e 12,50 m² do lote urbano nº 2, ambos da quadra nº 2, perfazendo área de 393,50 m².

VÉRTICE	DISTÂNCIAS m	COORDENADAS - UTM		LIMITES/CONFRONTAÇÕES	
		E	N		
1 - 2	13,50	285122,21	7004183,08	LESTE	com a Rua Mondai, por uma linha de 13,50 metros, sendo 13,00 metros do lote urbano nº01 e 0,50 metros do lote urbano nº 2;
2 - 3	25,00	285097,29	7004181,04	SUL	com o lote urbano nº 2-A de Jaime Roberto Dalla Costa ou quem de direito, por uma linha de 25,00 metros;
3 - 4	18,00	285095,82	7004198,98	OESTE	com parte do lote nº 07 de Nelson Bernard Bugs ou quem de direito, por uma linha de 4,00 metros; e com o lote urbano nº 8, por uma linha de 14,00 metros, ambos da mesma quadra nº 2, perfazendo 18,00 metros;
4 - 1	25,40	285121,10	7004196,53	NORTE	com a chácara rural nº 168 de Domingos Alba ou quem de direito por uma linha de 25,40 metros.

DECRETO Nº 114/2015
De 02 de Outubro de 2015.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas E: 285121,10m e N: 7004196,53m; deste, segue confrontando Rua Mondai, por uma linha de 13,50 metros, sendo 13,00 metros do lote urbano nº 1 e 0,50 metros do lote urbano nº 2, com azimuth 175°19'22" até o vértice 2, de coordenadas E: 285122,21m e N: 7004183,08m; deste, segue confrontando com o lote urbano nº 2-A de Jaime Roberto Dalla Costa ou quem de direito, por uma linha de 25,00 metros e azimuth 265°19'22" até o vértice 3, de coordenadas E: 285097,29m e N: 7004181,04m; deste, segue confrontando com parte do lote urbano nº 7 de Nelson Bernard Bugs ou quem de direito, por uma linha de 4,00 metros e com o lote urbano nº 8 de Selvino Vanzella ou quem de direito por uma linha de 14,00 metros, da mesma quadra nº 2 com azimuth de 355°18'51", totalizando 18,00 m até o vértice 4, de coordenadas E: 285095,82m e N: 7004198,98m; deste segue confrontando com a chácara rural nº 168 de Domingos Alba ou quem de direito, com azimuth de 95°31'36" e 25,40 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', Fuso-22, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Observações:

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

· Lote urbano nº 2- A, da quadra nº 2, com 300,00 m².

VÉRTICE	DISTÂNCIAS m	COORDENADAS - UTM		LIMITES/CONFRONTAÇÕES	
		E	N		
1 - 2	12,00	285122,21	7004183,08	LESTE	com Rua Mondai, por uma linha 12,00 metros;
2 - 3	25,00	285097,29	7004181,09	NORTE	com o lote urbano nº 1-A de Jaime Roberto Dalla Costa ou quem de direito, por uma linha de 25,00 metros;
3 - 4	12,00	285098,27	7004169,08	OESTE	com parte do lote urbano nº 7, da mesma quadra nº 2, de Nelson Bernard Bugs ou quem de direito, por uma linha de 12,00 metros;
4 - 1	25,00	285123,18	7004171,12	SUL	com o lote urbano nº 3 de Denise Maria Liebel da Silva ou quem de direito, por uma linha de 12,50 metros; e com o lote urbano nº 4 de Ildemar Inácio Adam ou quem de direito, por uma linha de 12,50 metros, ambos da quadra nº 2, totalizando 25,00 metros.

DECRETO Nº 114/2015
De 02 de Outubro de 2015.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas E: 285123,18m e N: 7004171,12m; deste, segue confrontando com a Rua Mondaí, por um linha de 12,00 metros e azimuth 355°19'22" até o vértice 2, de coordenadas E: 285122,21m e N: 7004183,08m; deste, segue confrontando com o lote urbano nº 1-A de Jaime Roberto Dalla Costa ou quem de direito, por uma linha de 25,00 metros e azimuth 265°26'01" até o vértice 3, de coordenadas N: E 285097,29m e N: 7004181,09m; deste, segue confrontando com parte do lote urbano nº 7, da mesma quadra nº 2, de Nelson Bernard Bugs ou quem de direito, por uma linha de 12,00 metros e azimuth 175°18'51" até o vértice 4, de coordenadas N: 7004169,08m e E: 285098,27m ; deste, segue confrontando o lote 4 de Ildemar Inácio Adam ou quem de direito, por uma linha de 12,50 metros e com o lote urbano nº 3 de Denise Maria Liebel da Silva ou quem de direito, por uma linha de 12,50 metros, totalizando 25,00 metros e azimuth 85°19'08" até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir , de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 02 de Outubro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 115/15

<p>DECRETO Nº 115/2015 De 05 de outubro de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:</p>
--	--

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do cadastro em duplicidade do serviço de hora máquina, cadastro n. 9726, em nome de SERGIO VACARIN- CPF/MF 219.955.169-53, conforme extratos apresentados;
CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito do cadastro n. 9726, em nome de SERGIO VACARIN- CPF/MF 219.955.169-53, e, consequentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança do serviço de horas máquina, do referido contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome do contribuinte SERGIO VACARIN- CPF/MF 219.955.169-5387, cadastro n º 9726, referente ao débito em cobrança.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 05 de outubro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 116/15

DECRETO Nº 116/2015.
De 07 de outubro de 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.866/2015, de 07 de outubro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 434.000,00 (Quatrocentos e trinta e quatro mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (22) R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (28) R\$ 114.000,00

TOTAL R\$ 214.000,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2037 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (36) R\$ 200.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0018 (42) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 220.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 434.000,00 (Quatrocentos e trinta e quatro mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.025 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 (3) R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0018 (4) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

DECRETO Nº 116/2015.

De 07 de outubro de 2015.

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.035 – Manutenção das Atividades do SAMU

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (16) R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.041 – Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – (66) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.042 – Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (67) R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.006 – Contribuição para Associações Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0000.0(170) R\$ 33.300,00

TOTAL R\$ 33.300,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto: 2.023 – Manutenção do Programa Melhorias em Propriedades Rurais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(104) R\$ 124.000,00

TOTAL R\$ 124.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 1.018 – Obras de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000.0(170) R\$ 84.000,00

TOTAL R\$ 84.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 2.027 – Manutenção das Atividades do Funrebom

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(130) R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

DECRETO Nº 116/2015.

De 07 de outubro de 2015.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 2.028 – Manutenção de Convênio de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(133) R\$ 11.300,00

TOTAL R\$ 11.300,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 2.029 – Manutenção das Atividades do Dep. De Obras e Serviços Urbanos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(141) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes

Projeto: 1.021 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(148) R\$ 34.400,00

TOTAL R\$ 34.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 07 de outubro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 117/15

DECRETO Nº 117/2015. De 07 de outubro de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.868/2015, de 07 de outubro de 2015.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000(154) R\$ 55.000,00
TOTAL R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 1.023 – Pavimentação de Vias Rurais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000(150) R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminações a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.023 – Manutenção do Programa Melhorias em Propriedades Rurais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000(104) R\$ 55.000,00
TOTAL R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO

Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo
Projeto: 1.013 – Ampliação e Reforma do Parque de Exposição e Eventos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000(105) R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000(106) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

DECRETO Nº 117/2015.
De 07 de outubro de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 07 de outubro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.864/2015

LEI Nº. 3.864/2015. De 17 de Setembro de 2015.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
---	---

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 1005 – Construção e Ampliação de Quadras Esportivas Escolares
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(27) R\$ 15.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0062.0(29) R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(37) R\$ 340.000,00
TOTAL R\$ 340.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(49) R\$ 300.000,00
TOTAL R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2011 – Manutenção do Transporte Escolar – Ens. Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(58) R\$ 20.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(61) R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

LEI Nº. 3.864/2015.
De 17 de Setembro de 2015.

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 0001 – Amortização e Encargos Programa – Caminho da Escola
 Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(24)
 R\$ 3.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(25)
 R\$ 2.000,00
 TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 1006 – Construção e Ampliação de Unidades Educacionais
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(30)
 R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(31)
 R\$ 20.000,00
 TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 1007 – Aquisição de Veículos para Educação
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(33)
 R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(34)
 R\$ 30.000,00
 TOTAL R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0062.0(52)
 R\$ 25.000,00
 TOTAL R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
 Projeto: 2015 – Manutenção das Atividades do Ensino Superior
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(74)
 R\$ 25.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(76)
 R\$ 5.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Cultura e Esporte
 Projeto: 2016 – Manutenção das Atividades Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(80)
 R\$ 13.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(82)
 R\$ 17.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00
 LEI Nº. 3.864/2015.
 De 17 de Setembro de 2015.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Cultura e Esporte
 Projeto: 2017 – Manutenção das Atividades do Esporte
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(84)
 R\$ 30.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 04.01 – Departamento de Cultura e Esporte
 Projeto: 1009 – Construção e Ampliação de Centros Esportivos
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(77)
 R\$ 20.000,00
 TOTAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 1.028 – Aquisição de Veículo para Assistência Social
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (1) R\$ 20.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 2.024 – Atendimento Socioeducativo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (6) R\$ 5.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.01.0000(12) R\$ 15.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto: 2.048 – Apoio Financeiro a Apae de Palmitos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.01.0000(26) R\$ 10.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.02 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente
 Projeto: 2.050 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.01.0000(35) R\$ 15.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 15.000,00

LEI Nº. 3.864/2015.
 De 17 de Setembro de 2015.

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.02 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente
 Projeto: 2.051 – Manutenção do Programa de Abrigo Domiciliar
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (36) R\$ 95.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 95.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 10.03 – Fundo Municipal de Habitação
 Projeto: 1.029 – Conjunto Habitacional
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (39) R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (40) R\$ 10.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município
 Projeto: 0.002 – Amortização de Dívida Pública
 Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (162) R\$ 56.200,00
 Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (163) R\$ 151.800,00
 TOTAL GERAL R\$ 208.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município
 Projeto: 0.003 – Sentenças Judiciais e Precatórios
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (164) R\$

42.000,00
TOTAL GERAL R\$ 42.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO

Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo

Projeto: 1.014 – Incentivos a Expansão Comercial e Industrial

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (107) R\$ 20.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.01.0000 (108) R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO

Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo

Projeto: 2.025 – Promoção e Participação da Festa do Vinho

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (113) R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (114) R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL R\$ 25.000,00

LEI Nº. 3.864/2015.

De 17 de Setembro de 2015.

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO

Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo

Projeto: 2.026 – Manutenção da Sec. Trab. Ind. Com. E Serviços

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (116) R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (118) R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 17 de setembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.865/2015

<p>LEI Nº. 3.865/2015. De 24 de Setembro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PALMITOS A ALTERAR A FORMATAÇÃO JURÍDICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS PARA CONSÓRCIO PÚBLICO E RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO RESPECTIVO CONSÓRCIO PÚBLICO.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
---	---

Art. 1º Fica autorizada a alteração do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS em Consórcio Público de Direito Público, sob a forma de Associação Pública, nos termos da

Ata aprovada na Assembleia Geral Ordinária do dia 24 de Julho de 2015, Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e do Decreto federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, passando a denominar-se Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, ratificando-se o Protocolo de Intenções.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo do Município de Palmitos a firmar o Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS, decorrente da conversão do Protocolo de Intenções ratificado pelos entes federativos consorciados.

Art. 3º Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente, respeitadas as normas de contabilidade pública expedidas pelo Poder Executivo Federal.

Art. 4º A extinção do CIS/AMERIOS – Consórcio de Direito Privado dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 24 de setembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.866/2015

<p>LEI Nº. 3.866/2015. De 07 de outubro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	--

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (22) R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (28) R\$ 180.000,00

TOTAL R\$ 280.000,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2037 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (36) R\$ 200.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.01.0018 (42) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 220.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até 500.000,00 (Quinhentos mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 1.025 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.01.0002 (3) R\$ 40.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.01.0018 (4) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.035 – Manutenção das Atividades do SAMU
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 (16) R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

LEI Nº. 3.866/2015.
De 07 de outubro de 2015.

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.041 – Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – (66) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.042 – Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 (67) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento
Projeto: 2.006 – Contribuição para Associações Municipalistas
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0000.0(170) R\$ 33.300,00
TOTAL R\$ 33.300,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 1.010 – Aquisição de Veículos, Maquinas e Implementos Agrícolas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(90) R\$ 66.000,00
TOTAL R\$ 66.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.023 – Manutenção do Programa Melhorias em Propriedades Rurais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(104) R\$ 124.000,00
TOTAL R\$ 124.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.018 – Obras de Saneamento Básico
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000.0(170) R\$ 84.000,00
TOTAL R\$ 84.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.027 – Manutenção das Atividades do Funrebom
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(130) R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00

LEI Nº. 3.866/2015.
De 07 de outubro de 2015.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.028 – Manutenção de Convênio de Trânsito
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(133) R\$ 11.300,00
TOTAL R\$ 11.300,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.029 – Manutenção das Atividades do Dep. De Obras e Serviços Urbanos
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(141) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes
Projeto: 1.021 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(148) R\$ 34.400,00
TOTAL R\$ 34.400,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 07 de outubro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.867/2015

LEI Nº. 3.867/2015. De 07 de outubro de 2015.	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EXECUTAR ESCAVOS COM MÁQUINA RETROESCAVADEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE NAS PROPRIEDADES PARTICULARES PERTENCENTES AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO ÁGUA PARA TODOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar escavos, com a máquina retroescavadeira da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nas propriedades particulares pertencentes aos membros da ASSOCIAÇÃO ÁGUA PARA TODOS.

Art. 2º Os escavos referidos no artigo anterior serão em forma de cova, nas proximidades da estrada municipal, onde estiver canalizada a rede mestre de abastecimento do poço artesiano, a fim de que sejam instalados novos hidrômetros para leitura mensal do consumo de água.

Parágrafo Único. A municipalidade somente poderá realizar os escavos nas propriedades em que houve expressa autorização para realização dos trabalhos, assim compreendidas aquelas cujos proprietários firmaram o documento de autorização anexo a esta lei.

Art. 3º A ASSOCIAÇÃO ÁGUA PARA TODOS deverá custear as despesas de restauração/substituição de eventuais canos danificados pelos escavos, não gerando qualquer dever de indenização pelo Município de Palmitos.

Art. 4º Para execução dos trabalhos, pelo menos um membro da diretoria da ASSOCIAÇÃO ÁGUA PARA TODOS deverá acompanhar o servidor público municipal condutor da máquina pesada, indicando o local da escavação nas propriedades autorizadas.

Parágrafo Único. O auxílio nos trabalhos de escavo, não gera qualquer vínculo empregatício e/ou direito ou vantagem em relação à municipalidade.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 07 de outubro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.868/2015

LEI Nº. 3.868/2015. De 07 de outubro de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	--

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000(154) R\$ 55.000,00
TOTAL R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 1.023 – Pavimentação de Vias Rurais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000(150) R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminações a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.023 – Manutenção do Programa Melhorias em Propriedades Rurais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000(104) R\$ 55.000,00
TOTAL R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO

Unidade: 07.01 – Departamento de Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo
Projeto: 1.013 – Ampliação e Reforma do Parque de Exposição e Eventos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000(105) R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000(106) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

LEI Nº. 3.868/2015.

De 07 de outubro de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 07 de outubro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015. Objeto: Aquisição de uma minicarregadeira nova, 0 (zero) hora. Tipo: Menor preço unitário; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 03 de novembro de 2015; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 03/11/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato de financiamento nº 2013040401 firmado com o BADESC. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 16 de outubro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 050/2015

CONTRATO 050/2015

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 11.310.394/0001-09, com sede na Jacob Schadeck, 1207, Centro, em Papanduva/SC, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, brasileira, residente e domiciliada na Rua Alfredo Becker, S/N - centro - Monte Castelo/SC, inscrita no CPF 750.362.239-34, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 07.634.816/0001-16, com sede na Rua Cruzeiro, 386 - Bairro Cruzeiro - São Bento do Sul/SC, neste ato representado pelo Sr. Charles Gilson Ritzmann, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, inscrito no CPF sob Nº 604.033.149-68, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Pregão n. 074/2015, no qual a contratada se compromete com o fornecimento de mobiliários para o CAPS de Papanduva, relativos aos itens 03, conforme especificações constantes na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2.1 - A entrega deverá ser feita diretamente na sede do CAPS, sito a Rua Mafra, nº 1120, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde;
2.2 - A entrega dos produtos será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projeto atividade nº 4.013 - Manutenção do PMAQ - elemento de despesa 44.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão oriundos do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

5.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da sua assinatura até a entrega total dos objetos ou até que se expire a garantia dos mesmos, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos objetos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9 - O Fundo Municipal de Saúde ficará obrigado a:

a - promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

b - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 - Nos termos da Legislação, o Fundo Municipal de Saúde poderá exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 074/2015, indenizando ao contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1 - Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo Municipal de Saúde por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer

natureza à Contratada.

11.2 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 – Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da Contratada, assegurará ao Fundo Municipal de Saúde o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

14.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo do Fundo Municipal de Saúde, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a – o atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento dos objetos licitados;

b – a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

d – o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

f – a dissolução da empresa;

g – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

h – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

i – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 074/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

16 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos

assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 05 de outubro de 2015.

Marli dos Santos da Cunha Ramos	Charles Gilson Ritzmann
Pela Contratante	Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrículas: 2675

ERRATA AO EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA AO EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

O Município de PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público a Errata nº 01 ao Extrato do Edital de Processo Seletivo nº 01/2015 (publicado no DOM/SC - dia 16/10/2015 – Edição Nº 1849 – Página 319), conforme segue:

...

Onde lê-se:

Os cargos, empregos e valores das taxas de inscrição, estão especificados abaixo:

Emprego Público de Nível Fundamental ou Alfabetizado: Agente Comunitário de Saúde (Diversas Microregiões) - Valor da Inscrição R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais);

Inscrições de: 21/10/2015 a 19/11/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 20/12/2015 (matutino)

Inscrições e informações através dos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br para que todos os interessados tomem conhecimento.

Leia-se:

...

O emprego público e o valor da taxa de inscrição, estão especificados abaixo:

Emprego Público de Nível Fundamental: Agente Comunitário de Saúde (Diversas Microareas) - Valor da Inscrição R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais);

Inscrições de: 21/10/2015 a 19/11/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 20/12/2015 (vespertino)

Inscrições e informações através dos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br para que todos os interessados tomem conhecimento.

Ficam ratificadas as demais informações.

Papanduva/SC, 16 de Outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito do Município de Papanduva

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 073/2015

DECRETO Nº. 073, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

“EXONERA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Silvia Maria Andrioli da Silva, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1008 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FME DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Passo de Torres/SC, o Fórum Municipal de Educação - FME, de caráter Municipal, com finalidade de discutir a política educacional e coordenar amplo debate com a sociedade a respeito das questões educacionais, com vistas à elaboração, acompanhamento e execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - Congregar representantes de órgãos públicos e entidades privadas com interesse e atuação educacional no Município de Passo de Torres, para discussão do Plano Municipal de Educação;

II - Planejar, acompanhar e coordenar o processo de concepção, implementação e avaliação da política educacional no Município, especialmente no que se refere ao Plano Municipal de Educação;

III - Realizar as Conferências Municipais de Educação, com garantia de ampla participação da sociedade interessada; e,

IV - Elaborar seu Regimento Interno.

V -

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação deverá estabelecer sistemática de acompanhamento e avaliação de suas próprias ações, com apontamento dos resultados obtidos e justificação de sua manutenção, a serem submetidos ao Conselho Municipal de

Educação e à Secretaria Municipal de Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 3º O Fórum de Educação terá como membro permanente os seguintes representantes:

I. 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação;

II. 1 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação;

III. 1 (um) Representante dos Profissionais da Educação Infantil;

IV. 1 (um) Representante do Ensino Fundamental Anos Iniciais;

V. 1 (um) Representante do Ensino Fundamental Anos Finais;

VI. 1 (um) Representante da Educação de Jovens e Adultos;

VII. 1 (um) Representando da Rede Estadual de Ensino;

VIII. 1 (um) Representante da Educação Especial;

IX. 1 (um) Representante da Associação de Profissionais da Educação;

X. 1 (um) Representante do Conselho de Alimentação Escolar;

XI. 1 (um) Representante do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB;

XII. 1 (um) Representante do Conselho Escolar ou APP;

XIII. 1 (um) Representante do Conselho Tutelar;

XIV. 1 (um) Representante do Conselho Municipal de Saúde;

XV. 1 (um) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI. 1 (um) Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social;

XVII. 1(um) Representante dos alunos;

XVIII. 1 (um) Representante das Organizações da sociedade civil de interesse público.

Parágrafo único: Os órgãos e entidades terão apenas 01 (um) representante indicado juntamente com 01 (um) suplente.

Art. 4º Poderão participar do Fórum Municipal de Educação:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal;

II - Representantes do Poder Legislativo Municipal;

III - Representantes do Ministério Público;

IV - Representantes do Conselho Municipal de Educação;

V - Representantes da Coordenadoria Estadual de Educação;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

VI - Representantes de instituições de ensino superior;

VII - Representantes de instituições de educação básica;

VIII - Representantes de Instituições de educação profissional;

IX - Representantes do movimento estudantil;

X - Representantes de associações.

§ 1º Os órgãos e entidades terão apenas 01 (um) representante indicado juntamente com 01 (um) suplente.

§ 2º Os representantes indicados pelos órgãos arrolados nos incisos I a V serão cadastrados automaticamente pela Coordenação Geral.

§ 3º Os órgãos e entidades arrolados nos incisos VI a X deste artigo deverão providenciar, para fins de participação no Fórum Municipal, o cadastramento junto à Coordenação Geral, indicando seus representantes.

§ 4º Sempre que se faça necessário, em função das especificidades dos temas debatidos, poderão ser convocados para participação no Fórum especialistas ou estudiosos, a título de consultoria.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação é composto pelos seguintes órgãos:

- I. Coordenação Geral;
- II. Assembleia Geral;
- III. Conferência Municipal.

Art. 6º A Coordenação Geral é composta da seguinte forma:

- a) Representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado dentre Servidores do quadro efetivo;
- b) Representante do Conselho Municipal de Educação, indicado na forma do Regimento Interno;
- c) 03 (três) membros eleitos dentre os integrantes do Fórum, mediante Assembleia Geral.

§ 1º Compete à Coordenação Geral discutir, decidir e encaminhar acerca das diretrizes dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Fórum Municipal, dirigir as reuniões,

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

assembleias gerais, conferências, e demais atividades do Fórum Municipal, com fornecimento de suporte administrativo e técnico, na forma que dispuser o Regimento Interno.

§ 2º A Conferência Municipal de Educação é instância máxima de deliberação do Fórum.

Art. 7º O detalhamento da constituição, organização e funcionamento do Fórum Municipal de Educação poderá ser objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento Municipal e se reunirá sempre que necessário até a formalização do Plano Municipal de Educação, após se reunirá a cada três (03) meses ordinariamente, ou a requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 9º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 15 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 1009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PASSO DE TORRES – COMDEPAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Passo de Torres - COMDEPAT, órgão colegiado vinculado à Secretaria de Planejamento destinado a promover, incentivar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento

econômico em nosso Município.

Art. 2º. O Conselho criado por esta Lei será integrado por representantes do Poder Executivo, Legislativo, de entidades de classe ligadas às atividades empresariais e desenvolvimento tecnológico, além da representação dos trabalhadores, com a seguinte composição:

- I - representante do Gabinete do Prefeito Municipal;
- II - representante da Secretaria de Planejamento;
- III - representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- IV - representante da Secretaria da Fazenda;
- V - representante da Secretaria da Agricultura;
- VI - representante da Secretaria de Assistência Social;
- VII - representante da Secretaria da Pesca;
- VIII - representante do Poder Legislativo;
- IX - representante da Colônia de Pesca;
- X - representante do CDL.

§ 1º. A critério do Prefeito Municipal poderá o mesmo designar o representante do Gabinete do Chefe do Executivo para ocupar o cargo de Presidente do Conselho, sem qualquer remuneração adicional.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ 2º. Os membros suplentes serão indicados pelos titulares e terão a atribuição de substituí-los nos casos de impedimento ou força maior sempre justificada.

§ 3º. A prestação de serviço como membro do plenário do Conselho não será remunerada, e considerada de relevância social.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Passo de Torres – COMDEPAT:

- I - promover o desenvolvimento econômico de Passo de Torres de maneira planejada e integrada;
- II - estimular o crescimento e desenvolvimento de empresas já instaladas em nosso Município;
- III - promover a atração de investimentos de forma ordenada e planejada visando principalmente o aproveitamento do potencial da região e a geração de empregos;
- IV - estimular e apoiar investimentos e empresas existentes e/ou em implantação que apresentem uma ou mais das seguintes características:

- a) estruturantes;
- b) de base tecnológica;
- c) do segmento turístico;
- d) que desenvolvam programas de qualidade;
- e) que desenvolvam programas de formação de mão de obra especializada;
- f) que desenvolvam programas de preservação ambiental;
- V - avaliar e dar parecer sobre Processos de Concessão de Incentivos e Estímulo Fiscal de acordo com a legislação municipal, encaminhando seu parecer ao Prefeito Municipal;
- VI - acompanhar, avaliar e inspecionar as empresas que receberam o Incentivo e o Estímulo Fiscal, tomando as providências cabíveis quando da constatação da inadimplência;
- VII - avaliar a amplitude de projetos de empreendimentos a serem implantados bem como executar o acompanhamento do cumprimento do cronograma estabelecido;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

VIII - promover divulgação dirigida da área econômica e social de nosso Município por meio de promoção de eventos tais como congressos, feiras, palestras, etc., preferencialmente em parceria com a iniciativa privada;

IX - associar-se a iniciativa de entidades públicas e privadas que tenham como objetivo o desenvolvimento econômico de Passo de Torres;

X - avaliar estruturação do Plano de Desenvolvimento do Turismo e fazer recomendações para o seu aprimoramento;

XI - incentivar a criação de novos empregos;

XII - promover gestão junto a entidades de ensino e em especial o SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE, FETI, SESI, SESNAT e FIESC, bem como escolas, faculdades e instituições públicas e privadas visando à formação, treinamento e aprimoramento da mão-de-obra local.

Art. 4º. As reuniões do Conselho serão realizadas com a maioria simples de seus membros, ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente quando convocada pelo seu presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 5º. As deliberações do Conselho serão por decisão da maioria simples dos seus membros.

Art. 6º. O COMDEPAT poderá criar subcomissões permanentes ou transitórias para estudos, trabalhos especiais e/ou fiscalização de empreendimentos relacionados ao seu campo de atuação.

Art. 7º. A dotação orçamentária destinada a instalação e funcionamento do Conselho será designada na verba orçamentária destinada à Secretaria de Planejamento, cabendo a esta Secretaria dotá-lo de infraestrutura técnico/administrativa necessária ao seu efetivo funcionamento.

Art. 8º. O Prefeito Municipal regulamentará a presente Lei através de Decreto.

Art. 9. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis Municipais nºs 160 de 16/10/1995 e 211 de 17/04/1997.

Passo de Torres, 15 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Sheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1011 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“DÁ NOVA REDAÇÃO A ARTIGOS DA LEI 850 DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As alíneas “a” e “b” do Art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. As Ruas e Avenidas [...]

a) Rua 01 e 09 passa a denominar-se Rua da Anchova – Início Avenida Beira Mar, a Leste; término terras não loteadas de Rio Novo Florestal LTDA a Oeste;

b) Rua 02 e 10 passa a denominar-se Rua da Garoupa – Início Avenida Beira Mar, a Leste; término terras não loteadas de Rio Novo Florestal LTDA a Oeste;

Art. 2º. O Art. 5º passa a vigorar acrescido da alínea “c”:

Art. 5º. Denomina as [...]

a) [...]

b) [...]

c) Rua 0 passa a denominar-se Rua Amarilis – Início Rua Tubarão, a Sul, término em terras não loteadas de terceiros a Norte.

Art. 3º. O Art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido da alínea “e”:

Art. 6º. As Ruas e Avenidas [...]

a) Rua E passa a denominar-se Rua do Tubarão – Início Av. Beira Mar a Leste, término Rua Amarilis, a Oeste;

b) Rua D passa a denominar-se Rua da Sardinha – Início Av. Beira Mar a Leste, término Rua Amarilis, a Oeste;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

c) Rua A passa a denominar-se Rua do Camarão – Início Av. Beira Mar a Leste, término Rua Amarilis, a Oeste;

d) Rua B passa a denominar-se Rua da Tainha – Início Av. Beira Mar a Leste, término Rua Amarilis, a Oeste;

e) Rua C passa a denominar-se Rua dos Corais – Início Av. Beira Mar a Leste, término Rua Amarilis, a Oeste.

Art. 4º. A alínea “d” e “e” do Art.7º passa a vigorar com a seguinte redação, e acrescidos das alíneas “f” e “g”:

Art. 7º. As Ruas e Avenidas [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Passeio I passa a denominar-se Rua do Girassol – Início Rua do Tubarão, a Sul, término Loteamento Rota do Sol, ao Norte;

e) Rua F passa a denominar-se Rua do Jasmim – Início Rua da Anchova, ao Sul, término Loteamento Rota do Sol, ao Norte;

f) Passeio II passa a denominar-se Rua das Orquídeas – Início Rua da Anchova, a Sul, término loteamento Rota do Sol, a Norte;

g) Estrada Municipal passa a denominar-se Avenida Bellatorres – Início Rua da Anchova, a Sul, término loteamento Rota do Sol, a Norte.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revoga-se qualquer disposição em contrário.

Passo de Torres, 15 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Sheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1010 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES A TRANSFERIR RECURSOS A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a transferência à Associação Irmã Carmen o valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

2.057 – Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco

3.3.50.00.00.00.00.00 0100 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. (94)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 15 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Sheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 193/2015

PORTARIA Nº 193, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.
"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – Caio Robério Barpp da Silva Auxiliar de Biblioteca

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Paulo Lopes**PREFEITURA****EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2015**

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica do Município, o inciso do Art. 37, IX, da CF e o que prevê a Lei Municipal Nº 819, de 01 de outubro de 1998, torna público, pelo presente Edital, Chamada Pública, em razão de esgotado dos interessados classificados por cargos e áreas no processo seletivo n. 003/2014, e, Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse para provimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2015, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria Municipal de Saúde, munidos de documentos pessoais e comprovação de sua habilitação, para a escolha das vagas disponíveis, no dia 26 de outubro de 2015 às 10 horas; O Edital Completo encontra-se a disposição no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 16 de agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

2413

DECRETO 2413/2015

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROJETO ORLA DE PENHA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha, que se encontra anexo ao presente, como se transcrita estivesse.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 16 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

REGIMENTO INTERNO DO
COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROJETO ORLA DE PENHA

CAPÍTULO I
Da abrangência

Art. 1º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha tem sua área de gestão estabelecida na orla de Penha, a qual está compreendida entre o limite de Piçarras, no Rio Piçarras, seguindo em direção a Praia Alegre, Praia da Saudade, Praia de Armação, Armação de Itapocoroy, Ponta da Vigia, Praia Grande, São Roque, Praia Vermelha, São Miguel até o Rio Gravatá, limite de Navegantes.

CAPÍTULO II
Da Natureza

Art. 2º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha, órgão de caráter consultivo e deliberativo é um órgão colegiado vinculado diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, tendo a sua atuação regulada pelo disposto no presente Regimento Interno.

CAPÍTULO III
Da Finalidade

Art. 3º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha (CGM), tem como finalidade a articulação e o alinhamento das políticas federal, estadual e municipal incidentes na orla, competindo-lhe:

I – Promover a execução, acompanhar, avaliar e revisar o Plano de Gestão Integrada (PGI) da Orla do município de Penha, com o intuito de disciplinar o uso e ocupação da orla marítima brasileira, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada.

II – Participar, por meio de seu Presidente e/ou outro representante, quando convocado ou convidado para as reuniões do Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla – Santa Catarina (CTE/PO/SC).

III – Supervisionar os planos de gestão de desenvolvimento urbano municipal (Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro-ZEEC, Gerenciamento Costeiro-GERCO, Plano de Saneamento, entre outros), compatibilizando-os ao PGI/PO, incluindo eventuais alterações que se façam necessárias.

IV – Fornecer apoio técnico, quando na composição dos Grupos de Trabalhos (GTs), no desenvolvimento de ações pertinentes ao PGI-PO.

CAPÍTULO IV
Da organização e da composição

SEÇÃO I

Da organização

Art. 4º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha terá a seguinte estrutura:

I – Colegiado.

II – Secretaria Executiva.

III – Coordenação Geral.

IV – Subcomissões e Grupos de Trabalho (GT).

§ 1º Entende-se por Colegiado o conjunto de instituições e entidades que representam os seguintes segmentos: do Poder Público Federal; do Poder Público Estadual; do Poder Público Municipal; das Associações; ONGS; Instituições de Ensino; e iniciativa privada.
§ 2º A Coordenação Geral será composta pelo presidente e vice-presidente.

§ 3º A Secretaria Executiva é responsável por desenvolver as funções necessárias para assegurar a efetividade do CGM.

§ 4º As Subcomissões e Grupos de Trabalho, permanentes ou não, serão formados para desenvolver atividades específicas.

SEÇÃO II

Da Composição

Art. 5º A composição do Colegiado será constituída por 1 (um) representante e respectivo suplente das instituições abaixo relacionadas:

I. PODER PÚBLICO MUNICIPAL

- a) Secretaria de Des. Econômico e Sustentável;
- b) Secretaria do Planejamento;
- c) Secretaria da Educação e Cultura;
- d) Secretaria do Turismo;
- e) Secretaria da Agricultura e Pesca;
- f) Secretaria da Fazenda;
- g) Procuradoria Geral do Município;
- h) – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (escritório municipal).

II. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- i) Associação de Moradores e Amigos da Praia Alegre – AMAPRA;
- j) Associação de Moradores e Amigos do Centro de Penha - AMACENTRO (Ass. do Centro)
- k) Associação de Surf e Amigos da Praia Grande - ASAPG (Ass. Surf da Praia Grande)
- l) Associação Maricultores de Penha - AMP (Ass. Maricultura);
- m) Fundação Pra Ver Natureza
- n) Associação de Hoteis, Restaurantes e Lazer de Penha - AHO-REPE
- o) ACIPEN (Associação Comercial e Industrial de Penha) e CDL (Camara Dirigente Lojista); Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí)

III. REPRESENTAÇÕES DO CTE/PO

- p) SPU/SC (Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina)
- q) SPG (Secretaria de Estado do Planejamento)
- r) EPAGRI
- s) UNIVALI
- t) Corpo de Bombeiro Militar

IV. DEMAIS REPRESENTAÇÕES

- u) COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente)
- v) CONCIADADE (Conselho da Cidade)
- w) CONSEG (Conselho de Segurança)
- x) OAB (Ordem de Advogados do Brasil)
- y) Câmara de Vereadores
- z) GERED (Gerência Regional de Educação)

§ 1º As representações do CTE/PO (item III) e DEMAIS INSTITUIÇÕES (item IV) têm caráter consultivo, bem como não devem ter presença obrigatória que impeça a composição de quórum.

SUBSEÇÃO I**Do Colegiado**

Art. 6º Aos membros do Colegiado compete:

- I. Participar das reuniões a que forem regularmente convocados;
- II. Propor matérias e/ou ações pertinentes à integração interinstitucional do PGI-PO;
- III. Propor a criação de Subcomissões e Grupos de Trabalho;
- IV. Elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e de avaliação da execução dos Planos de Gestão da Orla de Penha.
- V. Propor a participação eventual em reuniões do CGM de autoridades ou técnicos de reconhecida capacidade profissional, mediante convite e sem direito a voto;
- VI. Manter o CGM informado das ações das instituições que representam pertinentes aos seus objetivos.
- VII. Desempenhar outras atribuições que lhes forem outorgadas pelo Presidente.

SUBSEÇÃO II**Da Presidência**

Art. 7º A Presidência do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha será exercida por um representante da Prefeitura Municipal de Penha, integrante do CGM.

Parágrafo Único – Na ausência do Presidente, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Vice-Presidente e, no impedimento deste, por um membro escolhido em Colegiado.

Art. 8º Compete ao Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do CGM;
- II. Representar externamente o CGM;
- III. Convidar representantes de outras entidades, públicas ou privadas para participarem, eventualmente, de reuniões, sem direito a voto;
- IV. Solicitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal apoio institucional, por meio de informações, suporte material, logístico e de recursos humanos necessários para a consecução dos objetivos do CGM.
- V. Interagir com o poder público municipal, estadual, federal e entidades não governamentais e iniciativa privada sobre assuntos relacionados às atividades do CGM;
- VI. Aprovar a pauta dos assuntos que serão submetidos à apreciação do Colegiado;
- VII. Deliberar sobre medidas de urgência, necessárias ao bom andamento dos trabalhos referenciados pelo Colegiado;
- VIII. Propor a criação de Subcomissões ou Grupos de Trabalho;
- IX. Supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;
- X. Praticar os demais atos necessários ao cumprimento das atribuições do Plano de Gestão Integrada da Orla de Penha, aprovados em Audiência Pública do Município de Penha e pelo Comitê Técnico Estadual do PROJETO ORLA em Santa Catarina – CTE/PO/SC e Comitê Nacional de Gerenciamento Costeiro/GI-GERCO.
- XI. Manter informado o CTE/PO/SC quanto à implantação das

ações previstas no PGI, por meio de relatórios periódicos.

Da Vice-Presidência

Art. 9 - A vice-presidência do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha será exercida pelo representante eleito no Colegiado, desde que não seja representante do poder público.

Art. 10 - São atribuições do Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

II – exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do CGM.

SUBSEÇÃO IV**Da Secretaria Executiva**

Art. 11 A Secretaria Executiva do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla de Penha será dirigida por um(a) Secretário(a) Executivo, designado pelos membros do CGM.

Art. 12 O Secretário Executivo do CGM tem como incumbência secretariar os trabalhos das reuniões.

§ 1º Nos casos de impedimento eventual do Secretário Executivo cabe ao Colegiado indicar um membro do CGM para exercer a função.

§2º O Secretário Executivo do CGM será membro integrante do Colegiado e participará das reuniões com direito a voto.

§ 3º O Secretário Executivo deverá encaminhar em até 10 (dez) dias após a reunião cópia da ata a todos os membros do CGM para eventuais correções.

Art. 13 Os membros do CGM que quiserem sugerir matérias a serem apresentadas durante as reuniões ordinárias deverão elaborá-las por escrito e encaminhá-las ao Secretário Executivo com 05 (cinco) dias de antecedência à data da realização da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta.

SUBSEÇÃO V**Dos Grupos de Trabalho**

Art. 14 Por proposta do Presidente e mediante aprovação do Colegiado do CGM poderão ser criados Grupos de Trabalho, para elaboração de estudo ou trabalho específico.

§ 1º Os Grupos de Trabalho extinguir-se-ão, automaticamente, após a conclusão dos estudos ou trabalho específico.

§ 2º Poderão compor os GTs, além de membros do Colegiado, técnicos ou especialistas de reconhecida experiência, diretamente interessados nos temas.

§ 3º Os GTs elegerão, dentre os seus membros, os respectivos coordenadores e relatores, ficando ainda a cargo daqueles a definição da organização interna.

§ 4º Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO VI**Das Reuniões**

Art. 15 O Colegiado do CGM se reunirá:

I – em sessões ordinárias, conforme cronograma pré-estabelecido, com periodicidade mínima bimestral, mediante convocação e acompanhado da pauta dos assuntos a serem discutidos e da ata da reunião anterior para aprovação;

II – em sessões extraordinárias, mediante convocação, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 1º Para a realização das convocações deverá ser observada a antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis para as reuniões ordinárias e de 02 (dois) dias úteis para as reuniões extraordinárias.

§ 2º No caso de eventual adiamento da sessão ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo de 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

§ 3º A convocação de sessões extraordinárias dar-se-á por iniciativa do Presidente ou a pedido da maioria simples dos membros do CGM.

§ 4º As reuniões do Colegiado do CGM serão realizadas em local a ser determinado pelo Presidente.

Art. 16 A condução dos trabalhos das reuniões obedecerá a

seguinte ordem:

- I. instalação dos trabalhos pelo Presidente ou seu vice-presidente;
- II. assinatura do livro de presença;
- III. verificação de quorum;
- IV. leitura, se necessário, e votação da ata da reunião anterior;
- V. leitura das correspondências recebidas e/ou emitidas;
- VI. leitura da pauta da reunião;
- VII. apresentação, discussão e votação dos assuntos constantes da pauta;
- VIII. concessão de palavra livre para a comunidade presente e/ou convidados de assuntos relacionados ao PGI-PO de Penha;
- IX. encerramento dos trabalhos pelo Presidente.

Art. 17 A presença mínima de 1/3 dos membros, com direito a voto, estabelecerá o quorum para a realização das reuniões.

Parágrafo Único. Não havendo quorum para reunião ordinária e extraordinária, haverá nova convocação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a primeira convocação, com quorum mínimo especificado no caput deste artigo. Não sendo atingido esse quorum, a reunião se realizará 15 (quinze) minutos após o horário previsto, em segunda convocação, com qualquer número de seus membros presentes.

Art. 18 Após 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) faltas alternadas no período de um ano, não justificadas, da instituição em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, o(a) Presidente CGM enviará ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, comunicando a ausência de seu representante.

Parágrafo Único. Na ausência de justificativa prévia da instituição ou entidade, no prazo de 15 (quinze) dias, o (a) Presidente do Comitê enviará ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, solicitando oficialização do interesse ou não de continuar fazendo parte do colegiado do CGM. Na ausência de manifestação desta entidade no prazo de 10 (dez) dias a mesma será desligada.

Art. 19 As deliberações do Colegiado do CGM dar-se-ão por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade e consubstanciar-se-ão sob a forma de:

I. Resolução, quando se trata de deliberação vinculada às competências legais do Comitê;

II. Moção, quando se trata de manifestação ou indicação a ser dirigida a qualquer órgão ou entidade, governamental ou não, relacionada com a temática do PGI-PO de Penha;

III. Parecer, quando se trata de matéria do PGI-PO de Penha submetida à sua apreciação.

§ 1º As Resoluções, as Moções e os Pareceres serão datados e numerados, em ordens distintas, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 20 A Secretaria Executiva distribuirá para todos os membros, junto com a convocação, a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões.

Art. 21 A participação dos membros dar-se-á por ordem de inscrição na mesa diretiva.

§ 1º Após as discussões, o assunto será votado pelo Colegiado;

§ 2º Somente terão direito a voto os representantes dos órgãos e entidades previstos no artigo 6º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes;

Art. 22 Das reuniões do Colegiado serão lavradas atas, que serão submetidas à aprovação, assinadas na reunião subsequente pelos representantes presentes na reunião que deu origem a ata e será dada devida publicidade após serem arquivadas junto à Secretaria Executiva

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 23 As despesas de transporte, diárias ou de outra natureza, efetuadas pelos membros do CGM e dos Grupos de Trabalho, serão custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades representadas.

§ 1º Os membros do CGM, previstos no artigo 6º, poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento à Secretaria

Executiva, para exame e parecer, sempre que houver necessidade de atualizá-lo.

§ 2º De posse do Parecer da Secretaria Executiva, o Presidente o submeterá à votação dos membros, em Colegiado.

§ 3º A alteração regimental proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do CGM.

Art. 24 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pelo Presidente do CGM, consultado o Colegiado.

Penha, 16 de outubro de 2015.

2788/2015

LEI Nº 2788/2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.165,§2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e no art. 187 da Lei Orgânica do Município de Penha, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I	- as prioridades e metas da administração pública municipal;
II	- a estrutura e organização dos orçamentos;
III	- as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
IV	- as disposições relativas à dívida pública municipal;
V	- as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI	- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
VII	- as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art.4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I	- Demonstrativo I – Metas Anuais;
II	- Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
III	- Demonstrativo III - das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três Exercícios anteriores;
IV	- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
V	- Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
VI	- Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;
VII	- Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
VIII	Anexo I – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as receitas – total das receitas;

IX	Anexo II – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as despesas – total das despesas;
X	Anexo III – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado primário;
XI	Anexo IV – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado nominal;
XII	Anexo V – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o montante da dívida;
XIII	Anexo VI – Demonstrativo da receita Corrente Líquida;
XIV	Anexo VII – Demonstrativo de riscos fiscais e providências;
XV	Anexo VIII – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos;
XVI	Anexo IX – Relatório sobre projetos em execução e despesas com conservação do patrimônio público;
XVII	Anexo X – Demonstrativo das metas fiscais e fiscais por ações; e
XVIII	Anexo XI – Relatório das metas e prioridades das despesas por programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são as constantes do Anexo de prioridades e metas desta Lei, as quais terão precedências na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

II – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem

como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulos e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, sua Fundação e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos, Fundação e ao Orçamento Fiscal, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I	- Receita e despesa, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1.964;
II	- Receita por categoria econômica, conforme o anexo 2, da Lei 4.320 de 1.964;
III	- Natureza da despesa por categoria econômica, conforme o anexo 2, da Lei 4.320 de 1.964;
IV	- Funções e subfunções de governo, conforme o anexo 5, da Lei 4.320 de 1.964;
V	- Programa de trabalho de governo, conforme o anexo 6, da Lei 4.320 de 1.964;
VI	- Programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, subfunções e programas, por projetos, atividades e operações especiais, conforme o anexo 7, da Lei 4.320 de 1.964;
VII	- Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos, conforme o anexo 8, da Lei 4.320 de 1.964;
VIII	- Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme o anexo 9, da Lei 4.320 de 1.964;
IX	- Demonstrativo da evolução da receita, conforme art.22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1.964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
X	- Demonstrativo da evolução da despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei 4.320 de 1.964;
XI	- Planilha de identificação dos projetos, atividades e operações especiais por categoria de programação;
XII	- Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIII	- Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
XIV	- Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
XV	- Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
XVI	- Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

§ 1º O Orçamento das Autarquias, caso instituídas, acompanhará o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e
- II – Justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e sua Fundação. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 Os Fundos Municipais e Fundação Municipal, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais e Fundação Municipal, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais e Fundação Municipal, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta

Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I – Investimentos em geral, desde que ainda não iniciada a contratação;

II – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades; e

III – Dotação para horas extras, gratificações e vantagens.

§ 1º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida (§ 2º, Art. 9º da LRF);

§ 2º – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.11, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - ANEXO VII desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013. § 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal através de Lei autorizativa, poderá anular de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 O orçamento para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, até o máximo de 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º,

Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas e sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, cultural, médico, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, deverá atender a Instrução Normativa nº 01, de 28 de junho de 2013 do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Penha e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Art. 22 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e despesas com conservação do Patrimônio Público - ANEXO IX, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001.

Art. 24 Os projetos de investimentos de pavimentação orçados com recursos próprios poderão ser cobrados a título de contribuição de melhoria dos contribuintes beneficiados, autorizado pela Lei municipal nº 2.049/05 de 08 de setembro de 2005.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária e autorizados com lei específica. (Art. 62 da LRF).

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de dotação orçamentária de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, bem como de uma para outra unidade gestora, poderá ser feita por Decreto do Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Anexos II e III, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 32. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, podendo modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

V– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei específica que autorize, poderá em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar concurso público para admissão de servidores, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III e Art. 22, parágrafo único, V da LRF.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF):

I	- eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II	- eliminação das despesas com horas extras;
III	- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
IV	- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referida substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Penha/SC, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e com entidades sem fins lucrativos, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2016.

Art. 47 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 16 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2789/2015

LEI Nº 2789/2015

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a ausentar-se do País, com o objetivo de representar o município no evento regata oceânica Transat Jacques Vabre, no período compreendido entre os dias 21 de outubro/2015 a 27 de outubro/2015, compreendendo a cidade de Le Havre – França.

Art.2º- As despesas de locomoção e de hospedagem serão custeadas pela organização do evento, não acarretando qualquer ônus ao município.

Art.3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 16 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

279

PORTARIA Nº 279/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2015 destinado ao preenchimento de vagas de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar em Saúde Bucal e Servente/Merendeira, composta pelos membros abaixo nomeados, encarregados em examinar todas as etapas do processo:

Conceição Aparecida Jacinto Nogueira - Presidente
Rosângela Dilma Ferreira Jacinto
Alexandre Deolindo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 15 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 125/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015 -FMS, MODALIDADE PRE-
GÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015- FMS

CONTRATADO: FUJIFILM DO BRASIL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÕES DE FILMES, REVELADOR E FIXADOR DE
RAIO-X PARA SEREM UTILIZADOS EM EXAMES RADIOLÓGICOS,
REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE DO PRONTO ATENDIMENTO
DO MUNICÍPIO DE PENHA/SCVALOR TOTAL: R\$: 29.940,00 (VINTE E NOVE MIL, NOVECIENTOS
E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015

PENHA, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 126/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015 -FMS, MODALIDADE PRE-
GÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015- FMSCONTRATADO: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE
LTDA –EPPOBJETO: AQUISIÇÕES DE FILMES, REVELADOR E FIXADOR DE
RAIO-X PARA SEREM UTILIZADOS EM EXAMES RADIOLÓGICOS,
REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE DO PRONTO ATENDIMENTO
DO MUNICÍPIO DE PENHA/SCVALOR TOTAL: R\$: 25.258,90 (VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS E
CINQUENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015

PENHA, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

EDITAL 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Av. Nereu Ramos, 190 – Centro – 88385-000 – Penha – (47) 3345-0200

EDITAL N.º 04/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015, faz saber a quem interessar possa, que serão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº.04/2015, destinado ao preenchimento de vagas de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar em Saúde Bucal e Servente/Merendeira, visando atender uma necessidade de excepcional interesse público, em caráter temporário, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, no período de 19/10/2015 a 23/10/2015, mediante as condições determinadas neste EDITAL e demais disposições legais aplicadas à espécie.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Este Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas bem como à formação de cadastro de reserva visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e Constituição Federal, destina-se à contratação de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar em Saúde Bucal e Servente/Merendeira.
- 1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e coordenado pela seguinte Comissão Organizadora: Conceição Aparecida Jacinto Nogueira, Presidente, Rosângela Dilma Ferreira Jacinto e Alexandre Deolindo, designados membros.
- 1.3 O resultado da seleção dos candidatos será publicado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Penha e no site www.penha.sc.gov.br.
- 1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, bem como o prazo de eventual contratação será de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.
- 1.5 O período de validade estabelecido para este certame não gera, para o Município de Penha, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados, nem por todo período.
- 1.6 As vagas, respectiva remuneração, carga horária semanal e habilitação mínima estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.
- 1.7 Os Candidatos classificados e contratados estarão sujeitos ao regime de contratação instituído pelo Município de Penha.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

- 2.1 Para inscrever-se o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:
 - 2.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, cujo processo tenha sido encerrado dentro do prazo das inscrições;
 - 2.1.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - 2.1.3 Estar em dia com o Serviço Militar, para o sexo masculino;
 - 2.1.4 Ter boa conduta e não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a administração pública, contra a fé pública, contra os costumes e os previstos na Lei nº. 11.343/06.
 - 2.1.5 Estar legalmente habilitado para o cargo;
 - 2.1.6 Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração, no período de 19/10/2015 até dia 23/10/2015, na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Antonio Joaquim Tavares, nº. 460, nos horários compreendidos entre 8h às 12h e 13h30min às 17h30min.
- 3.2 No caso de inscrição por procuração pública ou particular será exigida a entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato, e a apresentação de identidade do procurador. No caso de procuração por instrumento particular, deverá ter a firma do outorgado reconhecida. O Candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.
- 3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição fornecida na Secretaria Municipal de Saúde, assumindo conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital e deverá obrigatoriamente, sob pena de não ter a sua inscrição homologada, anexar os seguintes documentos:
 - 3.3.1 Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada à mão (Anexo III);
 - 3.3.2 Fotocópia simples do RG e fotocópia simples do CPF.
- 3.4 Para fins de análise curricular, no próprio ato da inscrição os candidatos deverão encaminhar os documentos previstos nos quadros do item 4.9.
- 3.5 Não serão recebidas inscrições feitas pessoalmente ou por fax, fora do período estabelecido neste capítulo;
- 3.6 Não haverá cobrança de taxa de inscrição no presente certame.
- 3.7 A assinatura da Ficha de Inscrição implicará na satisfação das exigências relacionadas no item 2. Das Condições para a Inscrição;
- 3.8 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Organizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do certame aquele que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente;
- 3.9 Havendo mais de uma inscrição realizada por um único candidato será considerada e eventualmente homologada, apenas a última que tiver sido efetuada/encaminhada à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
- 3.10 Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar, no ato da inscrição, laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.
 - 3.10.1 A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

3.10.2 Serão reservados 10% das vagas que vierem a surgir aos portadores de deficiência, desde que compatíveis às atribuições do cargo pretendido e, na hipótese de não haver compatibilidade do exercício das atribuições, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado para assumir o cargo o próximo candidato classificado na lista dos portadores de deficiência, caso exista.

3.10.3 Se classificado para o cargo pretendido, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Penha, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade dos exercícios das atribuições do cargo com a deficiência de que é portador.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise de currículo dos candidatos.

4.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do Processo por ocasião da inscrição do candidato.

4.3 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

4.4 Somente serão aceitos documentos para fins de análise curricular entregues no ato da inscrição, sendo vedada a entrega posterior.

4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.9, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

4.6 No ato da inscrição o candidato declarará, sob pena de indeferimento, que as fotocópias apresentadas são fiéis à via original.

4.7 A qualquer momento, o candidato poderá ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

4.8 A análise de currículo dos candidatos será dividida de acordo com os quadros abaixo:

4.8.1 – Enfermeiro

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA	Pontuação	Número Máximo de títulos	Nota Máxima
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de especialização, na área da Saúde.	1	1	5
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de mestrado, na área da Saúde.	3	1	
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de doutorado, na área da Saúde.	5	1	

TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação	Nota Máxima
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Saúde	1	5
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Saúde	3	
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Saúde	5	

TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação	Nota Máxima
Certificado ou Diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na área da Saúde, com somatório de duração dos cursos de 10 a 100 horas.	1	5
Certificado ou Diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na área da Saúde, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3	
Certificado ou Diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na área da Saúde, com somatório de duração dos cursos acima de 200 horas.	5	

4.8.2 – Técnico em Enfermagem e Auxiliar em Saúde Bucal

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade Máxima de Títulos	Pontos por título	Pontuação Máxima
Certificado de conclusão curso de Extensão e/ou aperfeiçoamento com duração mínima de 8h na área de atuação escolhida.	5	1	5
Experiência profissional na área de formação (mínimo 03 meses comprovados)	5	1	5

4.8.3 – Servente/Merendeira

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Escolaridade	1	1
Experiência de trabalho doméstico (mínimo de um ano no mesmo emprego).	1 ponto (para cada ano)	3
Títulos (Cursos relacionados à área de atuação).	1 ponto (para cada ano)	3
Experiência na função de servente, comprovada através de atestado (mínimo de um ano).	1 ponto (para cada ano)	3

4.9 Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma e curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

4.10 Para comprovação do período de “Experiência na Área de Atuação” serão admitidos os seguintes documentos: a) fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal; b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública e/ou entidade privada.

5. DO JULGAMENTO

5.1 A análise curricular terá apenas caráter classificatório.

5.2 A pontuação final será calculada somando-se os pontos obtidos pelo candidato em cada um dos quadros previstos no item 4.8.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação.

6.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado no Mural da Secretaria de Administração, situado na Avenida Nereu Ramos, nº 8, Bairro Centro, no Diário Oficial dos Municípios, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha (www.penha.sc.gov.br) e caberá recurso nos termos deste edital.

6.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva, não cabendo mais recursos.

6.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.4.1 Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4.2 Para os candidatos que não estão sob amparo do subitem anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior idade;
- b) Sorteio.

6.4.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da abertura do certame.

6.5. A classificação no presente Processo não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Penha, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, de acordo com a necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos classificados, respeitada sempre a ordem de classificação no Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1 É admitido recurso quanto:

- a) ao edital, em até 02 (dois) dias úteis após publicação;
- b) ao indeferimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da lista de inscrições deferidas;
- c) ao resultado preliminar, em até 02 (dois) dias úteis após publicação da lista de classificação e resultados seja por conta de erro no resultado da pontuação ou à aplicação dos critérios de desempate.

7.2 O candidato que desejar interpor pedido de revisão deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, nas datas constantes do Anexo II (Cronograma), devendo o candidato protocolá-lo obrigatoriamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Secretaria da Fazenda, Av. Nereu Ramos, 181, em horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Penha, dirigidos a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, obedecendo os prazos e requisitos elencados neste item.

7.3 O recurso deve observar, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) folha de rosto, constando o nome, número de inscrição, cargo, função, disciplina e assinatura do candidato;
- b) ser digitado, em letra Arial ou Times New Roman, tamanho 12, e assinado em duas vias;
- c) ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente.

7.4 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio postal;

7.5 Os pedidos de recurso serão indeferidos quando intempestivos, considerados inconsistentes ou em desacordo com o presente capítulo;

7.6 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos mesmos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Uma vez julgado qualquer recurso não será admitido qualquer pedido de revisão do julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal de Penha.

8.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

8.3 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Município, através de Edital de Convocação publicado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha: www.penha.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração (Avenida Nereu Ramos nº 8, Bairro Centro).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Serão eliminados todos os candidatos com grau de parentesco até o terceiro grau, com os integrantes da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 004/2015.

9.2 Todas as convocações, avisos e resultados finais serão publicados de acordo com este Edital.

9.3 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a classificação publicada.

9.4 Para a contratação, o candidato deverá apresentar, entre outros, o documento comprobatório da conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo, certificado de reservista ou dispensa do serviço militar, certidão de antecedentes criminais emitidos pela Comarca de Residência do candidato, certidão de nascimento ou casamento, CPF, cédula de identidade (RG), certidão de quitação eleitoral, comprovante de titulação para o exercício do cargo, declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado; atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha.

9.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

9.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.7 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Balneário Piçarras.

9.8 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II e III.

PENHA/SC, 16 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - CARGO EM DISPUTA

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
Enfermeiro	01	40h	Curso Superior em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.	R\$2.019,36
Técnico em Enfermagem	01	40h	Curso Técnico em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.	R\$788,00
Auxiliar em Saúde Bucal	05	40h	Ensino Médio Completo, curso concluído de Auxiliar de Saúde Bucal e registro no respectivo Conselho de Fiscalização do exercício profissional.	R\$788,00
Servente/Merendeira	01	40h	Alfabetizado	R\$788,00

ANEXO II - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

DATA	ATO
19/10/2015	Publicação do Edital
21/10/2015	Prazo para impugnações do Edital
19 a 23/10/2015	Período de Inscrições
27/10/2015	Publicação da lista de inscrições deferidas
29/10/2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
03/11/2015	Homologação das Inscrições
05/11/2015	Publicação da lista de classificação com notas
09/11/2015	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
10/11/2015	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
10/11/2015	Homologação do resultado final

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA			
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2015			
FICHA DE INSCRIÇÃO Nº			
DADOS PESSOAIS			
NOME			
CPF	RG	ÓRGÃO EXP. UF	DATA DE NASCIMENTO
ENDEREÇO			
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO/UF	CEP
E-MAIL UTILIZADO PARA FINS DE INSCRIÇÃO			
TELEFONE FIXO / CELULAR			
CARGO PRETENDIDO			
DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.			
DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO			
PROTOCOLO CANDIDATO			
NOME		Nº INSCRIÇÃO	

PORTARIA Nº 280/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 280/2015

REINTEGRAÇÃO: AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, na função de Fiscal da Fazenda, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme decisão judicial transitada em julgado no processo nº 3174.10-2011.5.12.0022 da 12ª Vara do Trabalho de Navegantes/SC, revogando na íntegra a Portaria nº197/2009.

Penha/SC, 16 de outubro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PP37/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 – PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM CONTROLE PATRIMONIAL, NO ÂMBITO DE ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS, DENTRE OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS E NECESSÁRIOS A PLENA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE BENS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Abertura do Processo: 03/11/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 16 de outubro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 083/2015

DECRETO Nº. 083, de 01 de Outubro de 2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODAS AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS (COBRADE – 1.3.2.1.4).

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso XXXVII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI do artigo 8º. da Lei Federal nº. 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

- As chuvas ocorridas nos dias 23 e 24 de Setembro de 2015, com volume aproximado de 200 (duzentos) milímetros, atingiram toda área urbana e a área rural do Município de Petrolândia/SC, resultando em perdas nas lavouras, prejuízos em unidades habitacionais, registrou-se ainda queda de barreiras e desmoronamentos que atingiram casas e vias públicas, queda de cabeceiras de pontes e bueiros afetando o trânsito, bem como a perda de material de revestimento primário das estradas municipais, conforme Ata do COPDEC – Conselho de Proteção e Defesa Civil do Município de Petrolândia em anexo;

- A recomendação do Conselho de Proteção e Defesa Civil do Município de Petrolândia, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a IN/MI nº. 01/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas urbana e rural do Município de Petrolândia/SC contidas na Ata do COPDEC – Conselho de Proteção e Defesa Civil do Município de Petrolândia anexa a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS - COBRADE – 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº. 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Parágrafo Único. Essas atividades serão coordenadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 3º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º. da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 01 de Outubro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2015

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito Municipal, faz saber a todos, que realizará na data de 05/11/2015, seleção de proposta, visando à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar rural para as escolas do município, 2º EXERCÍCIO 2015. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/11/2015, até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 16 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

ANEXOS LRF 4BIM 2015



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	14.332.075,04	14.332.075,04	2.626.684,12	18,33	10.486.998,50	73,17	3.845.076,54	
RECEITAS CORRENTES	14.327.051,04	14.327.051,04	2.237.107,82	15,61	9.444.639,24	65,92	4.882.411,80	
RECEITA TRIBUTÁRIA	761.800,00	761.800,00	110.610,06	14,52	503.309,81	66,07	258.490,19	
Impostos	523.600,00	523.600,00	91.311,63	17,44	355.203,79	67,84	168.396,21	
Taxas	205.200,00	205.200,00	19.298,43	9,40	148.106,02	72,18	57.093,98	
Contribuição de Melhoria	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	547.200,00	547.200,00	103.170,93	18,85	361.504,52	66,06	185.695,48	
Contribuições Sociais	490.000,00	490.000,00	88.923,79	18,15	308.377,12	62,93	181.622,88	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	57.200,00	57.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.200,00	
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	14.247,14	0,00	53.127,40	0,00	-53.127,40	
RECEITA PATRIMONIAL	479.230,00	479.230,00	126.333,53	26,36	616.809,87	128,71	-137.579,87	
Recursos Imobiliários	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	746,72	8,89	7.653,28	
Recursos de Valores Mobiliários	429.030,00	429.030,00	122.540,79	28,56	601.651,73	140,24	-172.621,73	
Recursos de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	41.800,00	41.800,00	3.792,74	9,07	14.411,42	34,48	27.388,58	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	33.000,00	33.000,00	18.620,00	56,42	40.940,00	124,06	-7.940,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.327.641,04	12.327.641,04	1.858.831,87	15,08	7.852.046,69	63,69	4.475.592,35	
Transferências Intergovernamentais	12.206.641,04	12.206.641,04	1.834.729,43	15,03	7.792.167,60	63,84	4.414.473,44	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	250,00	0,00	250,00	0,00	-250,00	
Transferências de Convênios	121.000,00	121.000,00	23.852,44	19,71	59.631,09	49,28	61.368,91	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

PRORRO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	177.080,00	177.080,00	19.541,43	11,04	70.026,35	39,55	107.053,65			
Multas e Juros de Mora	24.840,00	24.840,00	5.342,40	21,51	21.291,68	85,72	3.548,32			
Indenizações e Restituições	6.050,00	6.050,00	3.330,80	55,05	3.330,80	55,05	2.719,20			
Recicla da Dívida Ativa	8.250,00	8.250,00	3.125,55	37,89	23.906,86	289,78	-15.656,86			
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recitas Correntes Diversas	137.940,00	137.940,00	7.742,68	5,61	21.497,01	15,58	116.442,99			
RECEITAS DE CAPITAL	5.024,00	5.024,00	389.576,30	7.754,31	1.042.359,26	20.747,60	-1.037.335,26			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	23.656,25	1.182,812	-23.654,25			
Operações de Crédito Internas	2,00	2,00	0,00	0,00	23.656,25	1.182,812	-23.654,25			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	11.402,23	228,04	68.626,48	1.372,53	-63.626,48			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00	11.402,23	228,04	68.626,48	1.372,53	-63.626,48			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00	22,00	378.174,07	1.718,973	950.076,53	4.318,529	-950.054,53			
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instit. Públicas	22,00	22,00	378.174,07	1.718,973	950.076,53	4.318,529	-950.054,53			
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recitas de Capital Diversas	959.400,00	959.400,00	146.141,85	15,23	495.593,33	51,66	463.806,67			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	959.400,00	959.400,00	146.141,85	15,23	495.593,33	51,66	463.806,67			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.291.475,04	15.291.475,04	2.772.825,97	18,13	10.982.591,83	71,82	4.308.883,21			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.291.475,04	15.291.475,04	2.772.825,97	18,13	10.982.591,83	71,82	4.308.883,21			
DÉFICIT (VI)										
DÉFICIT (VII) = (V + VI)	15.291.475,04	15.291.475,04	2.772.825,97	18,13	10.982.591,83	71,82	4.308.883,21			

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RRERO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

SALDO DE EJERCICIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionales)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

PRORRATIVO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, indso I, alíneas “a” e “b” do indso II e § 1º)										Continuação
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										Em Reais
Superávit Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.284.946,65	16.985.931,83	2.100.549,45	11.486.486,64	5.499.445,19	2.547.399,46	8.689.357,48	9.514.548,48	7.296.574,35	
DESPESAS CORRENTES	13.331.847,04	14.212.857,46	1.615.959,15	9.661.054,70	4.551.802,76	1.990.358,42	1.990.917,62	8.138.716,04	6.012.939,84	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.717.672,00	6.853.342,35	923.674,49	4.400.496,37	2.452.895,98	1.026.798,29	4.200.672,61	4.198.667,75	2.652.669,74	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	4.364,82	21.858,07	38.141,93	4.364,82	21.858,07	21.858,07	38.141,93	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.554.175,04	7.299.515,11	687.919,84	5.238.700,26	2.060.814,85	959.195,31	3.977.386,94	3.918.190,22	3.322.128,17	
DESPESAS DE CAPITAL	744.595,61	2.564.570,37	484.590,30	1.825.431,94	739.138,43	557.041,04	1.489.439,86	1.375.832,44	1.075.130,51	
INVESTIMENTOS	513.224,00	2.333.198,76	414.456,84	1.615.982,78	717.215,98	486.907,58	1.279.990,70	1.166.383,28	1.053.208,06	
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	230.371,61	230.371,61	70.133,46	209.449,16	20.922,45	70.133,46	209.449,16	209.449,16	20.922,45	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	
RESERVA DO RPDS	195.504,00	195.504,00	0,00	0,00	195.504,00	0,00	0,00	0,00	195.504,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.006.528,39	1.006.528,39	146.141,85	495.487,06	511.041,33	146.141,85	495.487,06	495.487,06	511.041,33	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.291.475,04	17.992.460,22	2.246.691,30	11.981.973,70	6.010.486,52	2.693.541,31	10.184.844,54	10.010.035,54	7.807.615,68	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.291.475,04	17.992.460,22	2.246.691,30	11.981.973,70	6.010.486,52	2.693.541,31	10.184.844,54	10.010.035,54	7.807.615,68	
SUPERÁVIT (XIII)							797.747,29			
SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	15.291.475,04	17.992.460,22	2.246.691,30	11.981.973,70	6.010.486,52	2.693.541,31	10.982.591,83	10.010.035,54	7.009.868,39	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	959.400,00	959.400,00	146.141,85	15,23	495.593,33	51,66	463.806,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	959.400,00	959.400,00	146.141,85	15,23	495.593,33	51,66	463.806,67
Contribuições Sociais	959.400,00	959.400,00	146.141,85	15,23	495.593,33	51,66	463.806,67
TOTAL	959.400,00	959.400,00	146.141,85	15,23	495.593,33	51,66	463.806,67

Continua 3 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Continuação

Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	986.900,00	986.900,00	142.216,09	479.784,02	507.115,98	142.216,09	479.784,02	479.784,02	507.115,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	971.900,00	971.900,00	139.026,87	468.120,11	503.779,89	139.026,87	468.120,11	468.120,11	503.779,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00	3.189,22	11.663,91	3.336,09	3.189,22	11.663,91	11.663,91	3.336,09
DESPESAS DE CAPITAL	19.628,39	19.628,39	3.925,76	15.703,04	3.925,35	3.925,76	15.703,04	15.703,04	3.925,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	19.628,39	19.628,39	3.925,76	15.703,04	3.925,35	3.925,76	15.703,04	15.703,04	3.925,35
TOTAL	1.006.528,39	1.006.528,39	146.141,85	495.487,06	511.041,33	146.141,85	495.487,06	495.487,06	511.041,33

FONTE: Sistema e-Pública (1967-3632-641). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:49.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO

Contadora

CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN

Controlador Interno

CPF: 960.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2015

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	4.758.359,57
2015	743.654,97	428.239,01	315.415,96	5.073.775,53
2016	717.644,08	760.327,84	-42.683,76	5.031.091,77
2017	729.050,36	858.822,79	-129.772,43	4.901.319,34
2018	727.334,49	937.363,45	-210.028,96	4.691.290,38
2019	691.938,28	1.041.038,85	-349.100,57	4.342.189,81
2020	761.400,05	1.160.567,40	-399.167,35	3.943.022,46
2021	794.762,63	1.256.249,97	-461.487,34	3.481.535,12
2022	753.320,63	1.340.611,93	-587.291,30	2.894.243,82
2023	744.909,97	1.422.275,95	-677.365,98	2.216.877,84
2024	785.310,42	1.494.586,07	-709.275,65	1.507.602,19
2025	794.207,33	1.554.478,13	-760.270,80	747.331,39
2026	752.372,04	1.600.842,68	-848.470,64	-101.139,25
2027	799.396,34	1.637.731,87	-838.335,53	-939.474,78
2028	805.093,50	1.670.119,99	-865.026,49	-1.804.501,27
2029	790.970,22	1.704.667,72	-913.697,50	-2.718.198,77
2030	823.542,72	1.737.530,08	-913.987,36	-3.632.186,13
2031	807.411,94	1.762.080,26	-954.668,32	-4.586.854,45
2032	806.139,28	1.805.549,01	-999.409,73	-5.586.264,18
2033	816.029,67	1.844.341,15	-1.028.311,48	-6.614.575,66
2034	820.374,01	1.871.034,01	-1.050.660,00	-7.665.235,66
2035	795.799,24	1.886.715,21	-1.090.915,97	-8.756.151,63
2036	788.832,48	1.900.878,70	-1.112.046,22	-9.868.197,85
2037	811.923,79	1.904.877,51	-1.092.953,72	-10.961.151,57
2038	809.302,63	1.896.831,20	-1.087.528,57	-12.048.680,14
2039	778.414,27	1.881.907,33	-1.103.493,06	-13.152.173,20
2040	782.005,04	1.879.312,50	-1.097.307,46	-14.249.480,66
2041	777.213,49	1.888.821,82	-1.111.608,33	-15.361.088,99
2042	762.263,02	1.905.847,40	-1.143.584,38	-16.504.673,37
2043	780.376,69	1.914.338,70	-1.133.962,01	-17.638.635,38
2044	759.288,89	1.909.911,11	-1.150.622,22	-18.789.257,60
2045	741.216,70	1.908.691,11	-1.167.474,41	-19.956.732,01
2046	750.198,72	1.907.797,66	-1.157.598,94	-21.114.330,95
2047	483.545,35	1.896.291,45	-1.412.746,10	-22.527.077,05
2048	471.020,93	1.879.325,94	-1.408.305,01	-23.935.382,06
2049	462.301,54	1.850.689,09	-1.388.387,55	-25.323.769,61
2050	449.487,95	1.812.622,73	-1.363.134,78	-26.686.904,39
2051	416.582,42	1.767.560,66	-1.350.978,24	-28.037.882,63
2052	404.581,00	1.717.964,85	-1.313.383,85	-29.351.266,48
2053	392.369,42	1.666.045,62	-1.273.676,20	-30.624.942,68
2054	379.755,28	1.612.547,82	-1.232.792,54	-31.857.735,22
2055	366.971,50	1.558.265,38	-1.191.293,88	-33.049.029,10
2056	354.094,36	1.503.585,37	-1.149.491,01	-34.198.520,11
2057	341.183,82	1.448.763,55	-1.107.579,73	-35.306.099,84
2058	328.241,79	1.393.808,94	-1.065.567,15	-36.371.666,99
2059	315.234,45	1.338.575,15	-1.023.340,70	-37.395.007,69
2060	302.274,15	1.283.542,05	-981.267,90	-38.376.275,59
2061	289.459,58	1.229.127,73	-939.668,15	-39.315.943,74
2062	276.916,54	1.175.866,41	-898.949,87	-40.214.893,61
2063	264.674,51	1.123.883,29	-859.208,78	-41.074.102,39

1 / 2



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2015

Continuação

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

2064	252.594,11	1.072.586,45	-819.992,34	-41.894.094,73
2065	240.595,85	1.021.638,42	-781.042,57	-42.675.137,30
2066	229.051,73	972.618,81	-743.567,08	-43.418.704,38
2067	218.097,69	926.104,84	-708.007,15	-44.126.711,53
2068	207.512,64	881.157,70	-673.645,06	-44.800.356,59
2069	197.231,87	837.502,65	-640.270,78	-45.440.627,37
2070	187.352,12	795.550,40	-608.198,28	-46.048.825,65
2071	177.848,79	755.196,57	-577.347,78	-46.626.173,43
2072	168.682,64	716.274,46	-547.591,82	-47.173.765,25
2073	159.813,26	678.612,55	-518.799,29	-47.692.564,54
2074	151.208,81	642.075,62	-490.866,81	-48.183.431,35
2075	142.842,92	606.551,69	-463.708,77	-48.647.140,12
2076	134.751,00	572.191,09	-437.440,09	-49.084.580,21
2077	126.964,63	539.127,93	-412.163,30	-49.496.743,51
2078	119.318,32	506.659,55	-387.341,23	-49.884.084,74
2079	112.020,73	475.671,89	-363.651,16	-50.247.735,90
2080	105.108,84	446.322,03	-341.213,19	-50.588.949,09
2081	98.508,09	418.293,38	-319.785,29	-50.908.734,38
2082	92.187,77	391.455,50	-299.267,73	-51.208.002,11
2083	86.253,90	366.258,62	-280.004,72	-51.488.006,83
2084	80.710,86	342.721,29	-262.010,43	-51.750.017,26
2085	75.509,96	320.636,76	-245.126,80	-51.995.144,06
2086	70.584,56	299.722,13	-229.137,57	-52.224.281,63
2087	66.011,80	280.304,87	-214.293,07	-52.438.574,70
2088	61.839,29	262.587,20	-200.747,91	-52.639.322,61

FONTE: Sistema e-Pública (1442-9918-960). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 15/10/2015 e hora de emissão: 09:01.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

PROYECTO DE LEY - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
		(a)	(b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		6.300,00	118.077,72				-111.777,72	
Alienação de Bens Móveis		1.300,00	34.742,03				-33.442,03	
Alienação de Bens Imóveis		5.000,00	83.335,69				-78.335,69	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	(d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)								
DESPESAS DE CAPITAL		196.650,30	191.668,95	117.634,13	117.031,08	74.034,82	0,00	79.619,22
Investimentos		196.650,30	191.668,95	117.634,13	117.031,08	74.034,82	0,00	79.619,22
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		2014	2015				SALDO ATUAL	
		(h)	(i) = (Ib - (Iie + IIf))				(j) = (IIIf + IIIfi)	
VALOR (III)		398.257,77					1.046,64	
							399.304,41	

Fonte: Sistema e-Pública (1630-0743-329). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 15:06.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC N° 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
 Controle Interno
 CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	533.170,00	533.170,00	360.983,66	67,71
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	103.400,00	103.400,00	53.282,66	51,53
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	66.000,00	66.000,00	57.842,41	87,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	200.200,00	200.200,00	145.173,19	72,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	154.000,00	154.000,00	98.905,53	64,22
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.650,00	1.650,00	293,66	17,80
Dívida Ativa dos Impostos	5.500,00	5.500,00	3.937,67	71,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.420,00	2.420,00	1.548,54	63,99
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.367.300,00	12.367.300,00	8.015.141,00	64,81
Cota-parte FPM	6.963.000,00	6.963.000,00	4.140.095,34	59,46
Cota-parte ITR	3.300,00	3.300,00	82,99	2,51
Cota-parte IPVA	462.000,00	462.000,00	373.414,74	80,83
Cota-parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	3.433.971,99	70,95
Cota-parte do IPI - Exportação	70.400,00	70.400,00	53.160,76	75,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.600,00	28.600,00	14.415,18	50,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.600,00	28.600,00	14.415,18	50,40
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.900.470,00	12.900.470,00	8.376.124,66	64,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	618.405,04	618.405,04	424.147,85	68,59
Provenientes da União	571.103,04	571.103,04	372.313,85	65,19
Provenientes dos Estados	47.302,00	47.302,00	51.834,00	109,58
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	618.405,04	618.405,04	424.147,85	68,59

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	3.108.341,54	3.270.018,03	2.312.827,00	70,73	1.947.938,30	59,57	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.591.700,00	1.633.769,97	998.060,02	61,09	998.060,02	61,09	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.516.641,54	1.636.248,06	1.314.766,98	80,35	949.878,28	58,05	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	124.705,00	188.816,87	73.992,31	39,19	73.724,30	39,05	0,00
Investimentos	124.705,00	188.816,87	73.992,31	39,19	73.724,30	39,05	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.233.046,54	3.458.834,90	2.386.819,31	69,01	2.021.662,60	58,45	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	626.605,04	809.966,60	488.351,15	20,46	447.538,06	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	626.505,04	809.866,60	488.351,15	20,46	447.538,06	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	626.605,04	809.966,60	488.351,15	20,46	447.538,06	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.606.441,50	2.648.868,30	1.898.468,16	79,54	1.574.124,54	77,86	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%^{4 e 5}	18,79
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶	317.705,84

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	3.221.345,54	3.447.133,90	2.384.400,56	99,90	2.019.243,85	99,88	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.200,00	8.200,00	2.418,75	0,10	2.418,75	0,12	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.233.046,54	3.458.834,90	2.386.819,31	100,00	2.021.662,60	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2394-2372-661). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 15:07.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		15.291.475,04		
Previsão Atualizada		15.291.475,04		
Receitas Realizadas		10.982.591,83		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		1.502.590,09		
DESPESAS				
Dotação Inicial		15.291.475,04		
Créditos Adicionais		2.700.985,18		
Dotação Atualizada		17.992.460,22		
Despesas Empenhadas		11.981.973,70		
Despesas Liquidadas		10.184.844,54		
Despesas Pagas		10.010.035,54		
Superávit Orçamentário		797.747,29		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		11.981.973,70		
Despesas Liquidadas		10.184.844,54		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.904.419,96		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		913.282,92		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		457.901,31		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		455.381,61		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-200.000,00	-596.929,73	298,46
Resultado Primário		-109.032,00	362.487,01	-332,46
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	240.726,81	1.930,97	204.476,12	34.319,72
Poder Executivo	240.726,81	1.930,97	204.476,12	34.319,72
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	240.726,81	1.930,97	204.476,12	34.319,72
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		2.757.938,52	25,00	32,93
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		532.347,31	60,00	72,66
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.574.124,54	15,00	18,79
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1384-6849-804). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 15:13.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação

Em Reais

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.284.946,65	16.985.931,83	2.100.549,45	11.486.486,64	95,86	2.547.399,46	9.689.357,48	7.296.574,35
LEGISLATIVA	609.000,00	609.000,00	71.796,23	273.203,82	2,28	72.396,73	269.254,32	339.745,68
Ação Legislativa	609.000,00	609.000,00	71.796,23	273.203,82	2,28	72.396,73	269.254,32	339.745,68
ADMINISTRAÇÃO	2.162.752,00	2.264.852,00	341.960,34	1.754.920,93	14,65	349.060,67	1.426.571,02	838.280,98
Administração Geral	2.162.752,00	2.264.852,00	341.960,34	1.754.920,93	14,65	349.060,67	1.426.571,02	838.280,98
SEGURANÇA PÚBLICA	45.690,00	143.506,91	6.654,23	73.996,89	0,62	6.654,23	73.996,89	69.510,02
Policimento	20.790,00	108.226,81	3.578,80	62.617,10	0,52	3.578,80	62.617,10	45.609,71
Defesa Civil	24.900,00	35.280,10	3.075,43	11.379,79	0,09	3.075,43	11.379,79	23.900,31
ASSISTÊNCIA SOCIAL	968.098,00	1.238.676,06	141.183,25	555.161,55	4,63	143.573,51	549.082,60	689.593,46
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	400,00	1.205,80	0,01	400,00	1.204,80	8.795,20
Assistência Comunitária	958.098,00	1.228.676,06	140.783,25	553.955,75	4,62	143.173,51	547.877,80	680.798,26
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.113.000,00	1.113.000,00	11.855,44	657.725,07	5,49	114.979,24	457.901,31	655.098,69
Previdência do Regime Estatutário	1.113.000,00	1.113.000,00	11.855,44	657.725,07	5,49	114.979,24	457.901,31	655.098,69
SAÚDE	3.019.146,54	3.244.934,90	300.682,78	2.309.073,37	19,27	352.371,35	1.943.916,66	1.301.018,24
Atenção Básica	3.007.445,54	3.233.233,90	300.682,78	2.306.654,62	19,25	352.371,35	1.941.497,91	1.291.735,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.200,00	8.200,00	0,00	2.418,75	0,02	0,00	2.418,75	5.781,25
Abastecimento	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.501,00
EDUCAÇÃO	2.315.990,50	3.006.714,87	448.557,88	2.111.103,14	17,62	551.550,98	1.921.675,58	1.085.039,29
Ensino Fundamental	2.037.689,50	2.642.534,71	295.574,08	1.846.177,60	15,41	414.885,73	1.686.528,59	956.006,12
Ensino Superior	66.000,00	66.000,00	6.750,00	28.400,00	0,24	6.750,00	28.400,00	37.600,00
Educação Infantil	189.201,00	275.080,16	146.233,80	215.525,54	1,80	59.554,62	190.996,99	84.083,17
Educação Especial	23.100,00	23.100,00	0,00	21.000,00	0,18	5.250,00	15.750,00	7.350,00
CULTURA	203.000,00	203.000,00	2.076,83	82.661,60	0,69	8.576,83	82.661,60	120.338,40
Difusão Cultural	203.000,00	203.000,00	2.076,83	82.661,60	0,69	8.576,83	82.661,60	120.338,40
URBANISMO	310.294,00	662.435,89	346.442,88	485.432,02	4,05	67.164,40	155.617,04	506.818,85
Infra-Estrutura Urbana	63.594,00	415.645,89	317.267,45	344.916,19	2,88	31.200,20	38.430,20	377.215,69
Serviços Urbanos	246.790,00	246.790,00	29.175,43	140.515,83	1,17	35.964,20	117.186,84	129.603,16
HABITAÇÃO	22.001,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Habitação Urbana	22.001,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
SANEAMENTO	5.501,00	24.157,26	0,00	23.656,25	0,20	0,00	23.656,25	501,01
Saneamento Básico Urbano	5.501,00	24.157,26	0,00	23.656,25	0,20	0,00	23.656,25	501,01
GESTÃO AMBIENTAL	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
AGRICULTURA	595.670,00	637.700,63	74.042,95	447.868,54	3,74	91.117,33	401.976,05	3,95
Extensão Rural	583.668,00	583.668,00	74.042,95	432.858,54	3,61	91.117,33	386.966,05	3,80
Promoção da Produção Agropecuária	12.002,00	54.032,63	0,00	15.010,00	0,13	0,00	15.010,00	0,15
INDÚSTRIA	5.401,00	5.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	5.401,00	5.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00	11.000,00	3.150,00	3.150,00	0,03	3.150,00	3.150,00	0,03
Turismo	11.000,00	11.000,00	3.150,00	3.150,00	0,03	3.150,00	3.150,00	0,03
TRANSPORTE	2.033.526,00	2.903.827,97	222.104,82	2.232.337,97	18,63	575.402,37	1.924.454,27	18,90
Transporte Rodoviário	2.033.526,00	2.903.827,97	222.104,82	2.232.337,97	18,63	575.402,37	1.924.454,27	18,90
DESPORTO E LAZER	112.501,00	164.847,73	31.761,11	147.141,01	1,23	13.121,11	126.389,41	1,24
Desporto Comunitário	112.501,00	164.847,73	31.761,11	147.141,01	1,23	13.121,11	126.389,41	1,24
ENCARGOS ESPECIAIS	540.371,61	540.371,61	98.280,71	329.054,48	2,75	98.280,71	329.054,48	3,23
Outros Encargos Especiais	540.371,61	540.371,61	98.280,71	329.054,48	2,75	98.280,71	329.054,48	3,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	208.504,00	208.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	208.504,00	208.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.006.528,39	1.006.528,39	146.141,85	495.487,06	4,14	146.141,85	495.487,06	4,86
TOTAL (III) = (I + II)	15.291.475,04	17.992.460,22	2.246.691,30	11.981.973,70	100,00	2.693.541,31	10.184.844,54	100,00
								7.807.615,68

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")						Continuação		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.006.528,39	1.006.528,39	146.141,85	495.487,06	511.041,33	495.487,06	100,00	511.041,33
LEGISLATIVA	13.000,00	13.000,00	1.715,58	5.812,50	1,17	5.812,50	1,17	7.187,50
Ação Legislativa	13.000,00	13.000,00	1.715,58	5.812,50	1,17	5.812,50	1,17	7.187,50
ADMINISTRAÇÃO	152.000,00	152.000,00	23.322,19	82.726,99	16,70	82.726,99	16,70	69.273,01
Administração Geral	152.000,00	152.000,00	23.322,19	82.726,99	16,70	82.726,99	16,70	69.273,01
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00	4.000,00	1.316,14	2.664,24	0,54	2.664,24	0,54	1.335,76
Assistência Comunitária	4.000,00	4.000,00	1.316,14	2.664,24	0,54	2.664,24	0,54	1.335,76
SAÚDE	236.000,00	236.000,00	28.593,08	96.345,94	19,44	96.345,94	19,44	139.654,06
Atenção Básica	236.000,00	236.000,00	28.593,08	96.345,94	19,44	96.345,94	19,44	139.654,06
EDUCAÇÃO	282.900,00	282.900,00	46.310,86	149.773,40	30,23	149.773,40	30,23	133.126,60
Educação Infantil	244.400,00	244.400,00	43.680,78	135.392,06	27,33	135.392,06	27,33	109.007,94
AGRICULTURA	38.500,00	38.500,00	2.630,08	14.381,34	2,90	14.381,34	2,90	24.118,66
Extensão Rural	72.000,00	72.000,00	10.680,87	36.718,42	7,41	36.718,42	7,41	35.281,58
TRANSPORTE	212.000,00	212.000,00	27.088,15	94.078,62	18,99	94.078,62	18,99	117.921,38
Transporte Rodoviário	212.000,00	212.000,00	27.088,15	94.078,62	18,99	94.078,62	18,99	117.921,38
ENCARGOS ESPECIAIS	34.628,39	34.628,39	7.114,98	27.366,95	5,52	27.366,95	5,52	7.261,44
Outros Encargos Especiais	34.628,39	34.628,39	7.114,98	27.366,95	5,52	27.366,95	5,52	7.261,44
TOTAL	1.006.528,39	1.006.528,39	146.141,85	495.487,06	100,00	495.487,06	100,00	511.041,33
FONTE: Sistema e-Pública (1867-6405-028). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:51.								

FONTE: Sistema e-Pública (1867-6405-028). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:51.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.157.564,96	1.187.343,47	1.351.049,75	1.750.809,24	1.453.725,75	1.372.161,64	1.255.018,03					
Receita Tributária	26.258,53	16.285,95	31.799,36	103.417,04	9.257,31	43.670,79	41.198,90					
IPJU	211,90	106,49	72,11	1.264,49	0,00	0,00	0,00					
ISS	13.292,14	9.390,41	11.011,30	27.303,61	3.261,93	13.410,27	12.979,41					
ITBI	2.029,59	0,00	13.000,00	3.255,92	3.536,75	2.424,77	6.754,00					
IRRF	8.356,01	1.557,14	3.477,16	68.253,59	492,49	13.616,87	14.039,28					
Outras Receitas Tributárias	2.368,89	5.231,91	4.238,79	3.339,43	1.966,14	14.218,88	7.426,21					
Receitas de Contribuições	46.030,87	46.942,70	47.386,22	95.466,00	10.614,97	49.100,40	47.006,68					
Receita Patrimonial	39.122,97	54.115,11	67.960,72	54.460,30	99.890,46	71.874,74	74.656,50					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	2.460,00	4.120,00	3.160,00	5.905,00	7.141,79	88,21	1.870,00					
Transferências Correntes	1.034.547,71	1.060.151,88	1.194.731,75	1.478.065,20	1.325.594,73	1.199.019,41	1.081.757,41					
Cota-Parte FPM	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	445.610,52					
Cota-Parte do ICMS	416.111,99	429.012,05	473.316,05	455.908,10	473.009,34	421.665,64	423.480,68					
Cota-Parte do IPVA	35.905,50	41.903,60	28.407,33	16.736,02	27.714,37	30.086,59	49.846,27					
Cota-Parte do ITR	663,04	1.407,66	55,45	0,00	42,10	0,00	0,00					
Transferências da LC 87/1996	1.732,46	1.732,46	1.732,46	3.464,92	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 61/1989	6.096,36	6.528,70	7.496,89	7.397,24	9.871,95	5.873,24	5.761,45					
Transferências do FUNDEB	90.806,22	94.874,64	99.049,65	98.410,67	96.630,39	89.326,95	87.115,50					
Outras Transferências Correntes	90.149,20	113.188,93	92.941,06	356.015,74	118.990,91	40.161,38	69.942,99					
Outras Receitas Correntes	9.144,88	5.727,83	6.011,70	13.495,70	1.226,49	8.408,09	8.528,54					
DEDUÇÕES (II)	190.509,59	190.013,67	220.266,01	244.654,72	221.994,48	234.227,08	203.254,73					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	19.791,33	19.596,24	19.717,99	39.927,14	0,00	20.321,04	18.315,17					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	170.718,26	170.417,43	200.548,02	204.727,58	221.994,48	213.906,04	184.939,56					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	967.055,37	997.329,80	1.130.783,74	1.506.154,52	1.231.731,27	1.137.934,56	1.051.763,30					



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2015
	Abril/2015	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.360.017,51	1.505.463,29	1.497.026,31	1.368.789,65	1.221.518,43	16.480.488,03	16.749.911,04
Receita Tributária	48.159,16	76.576,25	173.837,34	67.163,28	43.446,78	681.070,69	761.800,00
IPTU	0,00	1.365,16	48.554,62	5.363,15	999,73	54.937,65	103.400,00
ISS	13.606,29	41.416,73	17.148,78	24.744,72	18.605,06	206.170,65	200.200,00
ITBI	6.406,41	1.440,84	20.929,95	13.373,59	2.976,10	76.127,92	66.000,00
IRRF	10.411,82	22.099,27	12.996,52	10.304,83	14.944,45	180.549,43	154.000,00
Outras Receitas Tributárias	17.734,64	10.254,25	77.207,47	13.376,99	5.921,44	163.285,04	238.200,00
Receitas de Contribuições	47.744,30	50.951,14	52.916,10	51.603,16	51.567,77	597.330,31	547.200,00
Receita Patrimonial	70.846,63	100.777,14	72.430,87	107.685,99	18.647,54	832.468,97	479.230,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.235,00	6.335,00	3.650,00	15.270,00	3.350,00	56.895,00	33.000,00
Transferências Correntes	1.181.171,63	1.263.096,85	1.178.457,90	1.115.586,92	1.096.445,21	14.208.626,60	14.750.501,04
Cota-Parte FPM	480.931,82	591.411,98	514.588,39	450.762,43	445.648,92	5.936.547,49	6.963.000,00
Cota-Parte do ICMS	455.218,89	430.753,07	412.798,41	416.731,56	400.314,40	5.208.320,18	4.840.000,00
Cota-Parte do IPVA	50.089,66	54.618,53	54.634,67	59.813,27	46.511,38	496.367,19	462.000,00
Cota-Parte do ITR	12,55	0,00	13,34	0,00	15,00	2.209,14	3.300,00
Transferências da LC 87/1996	7.207,58	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	23.077,48	28.600,00
Transferências da LC 61/1989	6.034,24	6.807,30	6.483,96	5.973,04	6.355,58	80.679,95	70.400,00
Transferências do FUNDEB	94.265,56	95.133,33	90.390,52	86.542,29	88.956,56	1.111.502,28	1.144.000,00
Outras Transferências Correntes	87.411,33	82.570,74	97.746,71	93.962,43	106.841,47	1.349.922,89	1.239.201,04
Outras Receitas Correntes	8.860,79	7.726,91	15.734,10	11.480,30	8.061,13	104.406,46	177.080,00
DEDUÇÕES (II)	219.590,07	237.905,71	218.555,50	193.980,93	201.115,58	2.576.068,07	2.697.860,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	19.691,34	20.827,34	20.491,57	20.909,89	20.986,36	240.575,41	275.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	199.898,73	217.078,37	198.063,93	173.071,04	180.129,22	2.335.492,66	2.422.860,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.140.427,44	1.267.557,58	1.278.470,81	1.174.808,72	1.020.402,85	13.904.419,96	14.052.051,04

FONTE: Sistema e-Pública (1897-6837-623). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:52.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO

Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN

Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	563.000,00	563.000,00	515.593,68	564.369,04
RECEITAS CORRENTES	563.000,00	563.000,00	515.593,68	564.369,04
Receitas de Contribuição dos Segurados	275.000,00	275.000,00	141.542,71	161.575,56
Pessoal Civil	275.000,00	275.000,00	141.542,71	161.575,56
Ativo	275.000,00	275.000,00	141.542,71	161.575,56
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	200.000,00	200.000,00	374.050,97	378.687,04
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	200.000,00	200.000,00	374.050,97	378.687,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	24.106,44
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	24.106,44
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	745.504,00	745.504,00	397.689,24	317.547,13
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	1.308.504,00	1.308.504,00	913.282,92	881.916,17

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.107.500,00	1.107.500,00	657.725,07	384.641,13	457.901,31	384.641,13
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	1.107.500,00	1.107.500,00	657.725,07	384.641,13	457.901,31	384.641,13
Pessoal Civil	0,00	0,00	641.006,90	369.677,29	441.183,14	369.677,29
Aposentadorias	0,00	0,00	558.892,09	316.654,34	385.767,85	316.654,34
Pensões	0,00	0,00	82.114,81	53.022,95	55.415,29	53.022,95
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.107.500,00	1.107.500,00	16.718,17	14.963,84	16.718,17	14.963,84
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.107.500,00	1.107.500,00	16.718,17	14.963,84	16.718,17	14.963,84
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	1.107.500,00	1.107.500,00	657.725,07	384.641,13	457.901,31	384.641,13
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	201.004,00	201.004,00	255.557,85	497.275,04	455.381,61	497.275,04

1 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	195.504,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	50,00 D
Investimentos	5.196.179,09 D	4.294.200,62 D
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	745.504,00	745.504,00	397.689,24	317.547,13
Receita de Contribuições	745.504,00	745.504,00	397.689,24	317.547,13
Patronal	745.504,00	745.504,00	370.322,29	317.547,13
Pessoal Civil	745.504,00	745.504,00	370.322,29	317.547,13
Ativo	745.504,00	745.504,00	370.322,29	317.547,13
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	27.366,95	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	745.504,00	745.504,00	397.689,24	317.547,13

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1811-8082-713). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:53.

EUZEBIO CALISTO VIECELIPrefeito Municipal
Ordenador da Despesa**SIMONE RABUSKE OLIVO**Contadora
CRC Nº 031218/O-9**SANDRA R. P. BRESSAN**Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	363.873,04	236.436,31	162.377,09
Deduções (II)	3.126.891,15	3.633.631,79	3.522.324,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.126.891,15	3.633.422,19	3.518.862,24
Demais Haveres Financeiros	0,00	209,60	3.462,69
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-2.763.018,11	-3.397.195,48	-3.359.947,84
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-2.763.018,11	-3.397.195,48	-3.359.947,84

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	37.247,64	-596.929,73

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-200.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	3.750.872,71	3.750.872,71	3.750.872,71
Passivo Atuarial	3.750.872,71	3.750.872,71	3.750.872,71
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	4.736.396,68	5.086.880,34	5.196.179,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	4.736.396,68	5.086.880,34	5.196.179,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-985.523,97	-1.336.007,63	-1.445.306,38
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-985.523,97	-1.336.007,63	-1.445.306,38

FONTE: Sistema e-Pública (2410-6149-111). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:54.

EÚZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		14.857.421,04	9.338.580,84	8.838.828,07	
Recargas Tributárias		761.800,00	503.309,81	435.763,32	
IPTU		103.400,00	53.282,66	52.221,84	
ISS		200.200,00	145.173,19	131.175,74	
ITBI		66.000,00	57.842,41	17.849,72	
IRRF		154.000,00	98.905,53	88.605,45	
Outras Receitas Tributárias		238.200,00	148.106,02	145.910,57	
Recargas de Contribuições		1.506.600,00	857.097,85	780.662,13	
Recargas Previdenciárias		1.020.504,00	539.231,95	588.060,05	
Outras Receitas de Contribuições		486.096,00	317.865,90	192.602,08	
Recarga Patrimonial Líquida		50.200,00	15.158,14	14.858,08	
Recarga Patrimonial		479.230,00	616.809,87	547.073,93	
(-) Aplicações Financeiras		429.030,00	601.651,73	532.215,85	
Transferências Correntes		12.327.641,04	7.852.048,69	7.486.104,46	
FPM		5.621.000,00	3.326.021,67	3.085.828,70	
ICMS		3.872.000,00	2.747.178,30	2.503.949,23	
Convênios		121.000,00	59.631,09	143.791,32	
Outras Transferências Correntes		2.713.641,04	1.719.217,63	1.752.535,21	
Demais Receitas Correntes		211.180,00	110.966,35	121.440,08	
Dívida Ativa		8.250,00	23.906,86	24.620,85	
Diversas Receitas Correntes		202.930,00	87.059,49	96.819,23	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		5.024,00	1.042.359,26	2.340.034,62	
Operações de Crédito (III)		2,00	23.656,25	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		5.000,00	68.626,48	205.898,09	
Transferência de Capital		22,00	950.076,53	2.134.136,53	
Convênios		22,00	950.076,53	2.105.307,74	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	28.828,79	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		22,00	950.076,53	2.134.136,53	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		14.857.443,04	10.288.657,37	10.972.964,60	



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.199.757,46	10.140.838,72	9.319.131,45	8.679.701,64	8.027.736,97
Pessoal e Encargos Sociais	7.825.242,35	4.868.616,48	4.365.656,75	4.668.792,72	4.145.815,54
Juros e Encargos da Dívida (IX)	75.000,00	33.521,98	50.430,95	33.521,98	50.430,95
Outras Despesas Correntes	7.299.515,11	5.238.700,26	4.903.043,75	3.977.386,94	3.831.490,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.124.757,46	10.107.316,74	9.268.700,50	8.646.179,66	7.977.306,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.584.198,76	1.841.134,98	4.049.739,30	1.505.142,90	2.967.687,24
Investimentos	2.333.198,76	1.615.982,78	3.848.224,00	1.279.990,70	2.766.171,94
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	250.000,00	225.152,20	201.515,30	225.152,20	201.515,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.334.198,76	1.615.982,78	3.848.224,00	1.279.990,70	2.766.171,94
Reserva de Contingência (XVI)	13.000,00				
Reserva RPPS (XVII)	195.504,00				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.667.460,22	11.723.299,52	13.116.924,50	9.926.170,36	10.743.477,96
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.810.017,18	-1.434.642,15	-2.143.999,90	362.487,01	229.486,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	1.502.590,99	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	-109.032,00

FONTE: Sistema e-Pública (2086-5936-294). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 09:58.

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais**EUZÉBIO CALISTO VIECELI**
Prefeito Municipal**SIMONE RABUSKE OLIVO**
Contadora
CRC Nº 031218/O-9**SANDRA R. P. BRESSAN**
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72

3 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.726,81	204.476,12	204.476,12	1.930,97	34.319,72
EXECUTIVO											
Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.538,46	82.074,01	82.074,01	0,00	1.464,45
Município de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.188,35	122.402,11	122.402,11	1.930,97	32.855,27
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.726,81	204.476,12	204.476,12	1.930,97	34.319,72

FONTE: Sistema e-Pública (1852-1478-669). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 10:01.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controladora Interna
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	533.170,00	533.170,00	268.328,52	50,33
1.1-Receita resultante do IPTU	111.100,00	111.100,00	51.110,50	46,00
1.1.1-IPTU	103.400,00	103.400,00	46.919,78	45,38
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.100,00	1.100,00	50,80	4,62
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	3.144,39	71,46
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	995,53	45,25
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	66.000,00	66.000,00	41.492,72	62,87
1.2.1-ITBI	66.000,00	66.000,00	41.492,72	62,87
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	202.070,00	202.070,00	102.069,05	50,51
1.3.1-ISS	200.200,00	200.200,00	101.823,41	50,86
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	550,00	550,00	20,01	3,64
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	211,17	19,20
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	220,00	220,00	14,46	6,57
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	154.000,00	154.000,00	73.656,25	47,83
1.4.1-IRRF	154.000,00	154.000,00	73.656,25	47,83
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.367.300,00	12.367.300,00	6.179.411,62	49,97
2.1-Cota Parte FPM	6.963.000,00	6.963.000,00	3.243.683,99	46,58
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.963.000,00	6.963.000,00	3.243.683,99	46,58
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	2.616.926,03	54,07
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	28.600,00	28.600,00	10.811,38	37,80
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	70.400,00	70.400,00	40.832,14	58,00
2.5-Cota-Parte ITR	3.300,00	3.300,00	67,99	2,06
2.6-Cota-Parte IPVA	462.000,00	462.000,00	267.090,09	57,81
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.900.470,00	12.900.470,00	6.447.740,14	49,98
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	196.900,00	196.900,00	103.630,95	52,63
5.1-Transferências do Salário-Educação	121.000,00	121.000,00	76.802,27	63,47
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	11.512,00	34,88

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	41.800,00	41.800,00	12.787,00	30,59
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	1.100,00	1.100,00	2.529,68	229,97
6-Transferências de convênios	122.103,00	122.103,00	298.458,78	244,43
6.1-Transferências de convênios	121.003,00	121.003,00	291.027,72	240,51
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.100,00	1.100,00	7.431,06	675,55
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	319.003,00	319.003,00	402.089,73	126,05

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.422.860,00	2.422.860,00	1.235.881,11	51,01
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	648.736,63	48,34
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	968.000,00	968.000,00	523.384,68	54,07
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	5.720,00	5.720,00	2.162,27	37,80
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	8.166,43	58,00
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	660,00	660,00	13,58	2,06
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	92.400,00	92.400,00	53.417,52	57,81
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.149.500,00	1.149.500,00	556.684,69	48,43
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.144.000,00	1.144.000,00	552.862,25	48,33
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	3.822,44	69,50
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.278.860,00	-1.278.860,00	-683.018,86	53,41

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	919.600,00	919.600,00	394.023,85	42,85	394.023,85	42,85	0,00
13.1-Com Educação Infantil	117.700,00	117.700,00	55.638,79	47,27	55.638,79	47,27	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	801.900,00	801.900,00	338.385,06	42,20	338.385,06	42,20	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	229.900,00	229.900,00	165.904,03	72,16	165.904,03	72,16	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	229.900,00	229.900,00	165.904,03	72,16	165.904,03	72,16	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.149.500,00	1.149.500,00	559.927,88	48,71	559.927,88	48,71	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	8.988,21
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	8.988,21
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	8.988,21
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	550.939,67
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	70,78
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	28,19
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	1,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	8.988,21
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²	8.988,21

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB								
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100			
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³								
	3.225.117,50	3.225.117,50	1.611.935,04				49,98	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10		
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	225.500,00	246.906,90	78.083,00	31,62	78.083,00	31,62	0,00	
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2-Pré-escola	225.500,00	246.906,90	78.083,00	31,62	78.083,00	31,62	0,00	
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	117.700,00	117.700,00	55.638,79	47,27	55.638,79	47,27	0,00	
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	107.800,00	129.206,90	22.444,21	17,37	22.444,21	17,37	0,00	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.998.507,50	2.007.495,71	1.137.986,00	56,69	975.480,81	48,59	0,00	
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	1.031.800,00	1.040.788,21	513.277,30	49,32	513.277,30	49,32	0,00	
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	966.707,50	966.707,50	624.708,70	64,62	462.203,51	47,81	0,00	
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26-Ensino Superior	66.000,00	66.000,00	21.650,00	32,80	21.650,00	32,80	0,00	
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28-Outras	23.100,00	23.100,00	21.000,00	90,91	10.500,00	45,45	0,00	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.313.107,50	2.343.502,61	1.258.719,00	53,71	1.085.713,81	46,33	0,00	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor		
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-683.018,86		
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00		
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						3.822,44		
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						8.988,21		
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00		
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00		
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00		
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-670.208,21		
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						1.723.772,02		
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						26,73		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10		
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41-Custeadas com contrib social salário-educação	121.550,00	176.160,04	84.885,68	48,19	80.596,82	45,75	0,00	
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	121.550,00	176.160,04	84.885,68	48,19	80.596,82	45,75	0,00	
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.434.657,50	2.519.662,65	1.343.604,68	53,32	1.166.310,63	46,29	0,00	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		0,00	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		0,00	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR			
					FUNDEB (h)		FUNDEF	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.988,21		0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					553.721,99		0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					544.974,49		0,00	

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	544.974,49	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.822,44	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	21.558,15	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1575-7433-083). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 15/10/2015 e hora de emissão: 08:58.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.**EUZÉBIO CALISTO VIECELI**

Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO

Contadora

CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN

Controle Interno

CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		Em Reais	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)		2,00	23.656,25		-23.654,25	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)	
DESPESAS DE CAPITAL		2.465.525,72	1.918.635,15	1.585.508,89	333.126,26	546.890,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		2.465.525,72	1.918.635,15	1.585.508,89	333.126,26	546.890,57
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		(a - d)	(b - e)	-	(c - f)	
		-2.465.523,72	-1.894.978,90		-570.544,82	

Fonte: Sistema e-Pública (1610-1755-005). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data de emissão: 02/10/2015 e hora de emissão: 13:56.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.997, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.997, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.745 de 15/10/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 0010.0301.0060.2043 - Manut. da Secretaria de Saúde Recursos SUS

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01380501 - Prog. de Farmácia Básica Federal R\$ 43.000,00

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01670501 - Prog. de Farmácia Básica Estadual R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste Decreto, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 0010.0301.0060.2065 - Programa de Farmácia Básica

Elemento: 33930000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01380501 - Prog. de Farmácia Básica Federal R\$ 43.000,00

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01670501 - Prog. de Farmácia Básica Estadual R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.998, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.998, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.746 de 15/10/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01-CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 31900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000-Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode por destinação de recursos, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste Decreto conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 14- FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER

Unidade Orçamentária: 001 -Fundação Promotora de Eventos, Esp. e Lazer de Pomerode

Projeto/Atividade:0027.0812.0090.2018-Manutenção do Desporto Amador e Estudantil

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000-Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.999, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.999, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.750 de 15/10/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 52.354,64 (Cinquenta e Dois Mil e Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 52.354,64

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 52.354,64 (Cinquenta e Dois Mil e Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste Decreto, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade

Projeto/Atividade: 0004.0122.0030.2005 - Ativ. do Planej., Controle Geral e Meio Ambiente

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.500,00

Elemento: 44900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 50.854,64

TOTAL R\$ 52.354,64

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.000, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.000, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DA MARCA "FEITO EM / HERGESTELLT IN – POMERODE" DESENVOLVIDO EM PARCERIA ENTRE ACIP – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE POMERODE, AVIP – ASSOCIAÇÃO VISITE POMERODE E PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o município de Pomerode em parceria com a AVIP e ACIP conjugaram esforços na criação da marca "Pomerode nossa pequena Alemanha";

CONSIDERANDO, que além da marca "Pomerode nossa pequena Alemanha" e a respectiva logomarca;

CONSIDERANDO, a criação da logomarca "FEITO EM / HERGESTELLT IN – POMERODE";

CONSIDERANDO, que a marca foi devidamente depositada pelo Município de Pomerode junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, sob processo nº 909773688, em 03 de agosto de 2015 e publicado na RPI nº 2329, de 25 de agosto de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a utilização da logomarca acrescida dos dizeres "FEITO EM / HERGESTELLT IN – POMERODE", por pessoa jurídica ou física, nos produtos/embalagens de produtos produzidos exclusivamente em Pomerode/SC.

Parágrafo Único. A utilização da logomarca não terá ônus para aquele que utilizá-la em seus produtos.

Art. 2º O interessado, pessoa jurídica ou física, em utilizar a logomarca deverá solicitar expressamente seu interesse junto a ACIP ou AVIP e, para tanto, deverá apresentar:

I – Requerimento solicitando a utilização da logomarca, assinado e datado;

II - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido via internet com data não superior a 30 (trinta) dias;

III – CPF – Cadastro de Pessoa Física (cópia), no caso de artesãos ou a estes equiparados;

IV - Comprovante de endereço;

Art. 3º A utilização da logomarca será gratuita por prazo indeterminado ou enquanto perdurar o interesse da pessoa jurídica ou física, desde que seus produtos sejam produzidos em Pomerode/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009 / 2015

Processo Administrativo n.º 088 / 2015.

Permitente: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Permissionária: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Objeto: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO A PERMISSÃO, PELA PERMITENTE À PERMISSIONÁRIA, PARA A REALIZAÇÃO DA 33ª FESTA POMERANA NO LOCAL DENOMINADO "PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA", SITUADO NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, N.º 2700, CENTRO – POMERODE/SC, A TÍTULO PRECÁRIO, VISANDO A REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016.

Valor da Concessão – Não haverá dispêndio de recursos públicos para execução da presente Dispensa de Licitação, com exceção das obrigações assumidas pelo PERMITENTE.

Prazo de vigência: Durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24 de Janeiro de 2016.

Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso VIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL Nº 018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

EDITAL Nº 018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Pomerode torna público que realizará no dia 30 de outubro de 2015, às 18h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, sito na Rua 15 de Novembro, 525, neste Município, a AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL para apresentação e discussão das minutas de Edital de Licitação e de Contrato Administrativo para concessão dos serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto de Pomerode, nos termos do Decreto Municipal nº 2.993, de 09 de outubro de 2015.

Publique-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 114 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 114 / 2015

Processo Administrativo n.º 084 / 2015.

Pregão Presencial n.º 043 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: GRANDO PNEUS LTDA-EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$74.895,00 (setenta e quatro mil e oitocentos e noventa e cinco reais) – Lotes 04, 12 e 13.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/10/2016.

Pomerode/SC, 14 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 115 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 115 / 2015

Processo Administrativo n.º 084 / 2015.

Pregão Presencial n.º 043 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$144.840,00 (cento e quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta reais) – Lotes 01, 09, 10, 11, 15 e 16.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/10/2016.

Pomerode/SC, 14 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 116 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 116 / 2015

Processo Administrativo n.º 084 / 2015.

Pregão Presencial n.º 043 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$60.770,00 (sessenta mil e setecentos e setenta reais) – Lotes 02, 03 e 08

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/10/2016.

Pomerode/SC, 14 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 117 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 117 / 2015

Processo Administrativo n.º 084 / 2015.
Pregão Presencial n.º 043 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: F. VACHILESKI & CIA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$19.130,00 (dezenove mil e cento e trinta reais) – Lotes 05, 06 e 14.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/10/2016.

Pomerode/SC, 14 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 118 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 118 / 2015

Processo Administrativo n.º 084 / 2015.
Pregão Presencial n.º 043 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: F.M. PNEUS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$74.790,00 (setenta e quatro mil e setecentos e noventa reais) – Lote 07.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/10/2016.

Pomerode/SC, 14 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 048 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 048 / 2015

Processo Administrativo n.º 073 / 2015.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2015.
Regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RICARDO KRUEGER - BAIRRO TESTO REGA, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL, COM RECURSOS DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.
Valor total contratado: R\$1.200.171,56 (um milhão, duzentos mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos).
Prazo de vigência – 150 dias – Prazo final: 05/03/2016.

Pomerode/SC, 06 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2015

Processo Administrativo n.º 083 / 2015.
Pregão Presencial n.º 042 / 2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL WEB, ESTANDO INCLUSO A CONVERSÃO DA BASE DE DADOS ATUAL, IMPLANTAÇÃO, ADEQUAÇÕES, CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS, LICENÇA, SUPORTE E MANUTENÇÃO MENSAL PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais).
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 12/10/2016.

Pomerode/SC, 09 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.745, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA Nº 2.745, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 0010.0301.0060.2043 - Manut. da Secretaria de Saúde Recursos SUS

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01380501 - Prog. de Farmácia Básica Federal R\$ 43.000,00

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01670501 - Prog. de Farmácia Básica Estadual R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 0010.0301.0060.2065 - Programa de Farmácia Básica

Elemento: 33930000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01380501 - Prog. de Farmácia Básica Federal R\$ 43.000,00

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01670501 - Prog. de Farmácia Básica Estadual R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.746, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.746, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01-CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 31900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000-Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de

Pomerode por destinação de recursos, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 14- FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER

Unidade Orçamentária: 001 -Fundação Promotora de Eventos, Esp. e Lazer de Pomerode

Projeto/Atividade:0027.0812.0090.2018-Manutenção do Desporto Amador e Estudantil

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000-Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.747, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.747, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO ALPEN' BACH DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, ao Grupo Folclórico Alpen' Bach de Pomerode, inscrito no CNPJ sob nº04.601.606/0001-33, com sede à Rua Testa Alto, 3459, Pomerode/SC, no valor de até R\$4.000,00 (Quatro Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas das atividades da entidade, objetivando, a manutenção das tradições germânicas através das danças coreografadas apresentadas em Clubes Culturais de Pomerode.

Art. 2º O Grupo Folclórico Alpen'Bach de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.748, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA Nº 2.748, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO FORMIGUEIRO ESPORTE CLUBE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

conceder, a título de contribuição financeira, no exercício financeiro de 2015, à Associação Formigueiro Esporte Clube, inscrita no CNPJ sob nº13.813.601/0001-65, com sede à Rua Ernesto Blank, 990, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas com a manutenção da escolinha de futebol, objetivando difundir e oportunizar a participação das crianças na prática esportiva como meio de socialização, lazer, disciplina, inclusão social e uma melhor qualidade de vida.

Art. 2º A Associação Formigueiro Esporte Clube, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor, conforme especificado abaixo:

Órgão: 18 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
Projeto/Atividade: 0008.0243.0160.2046 - Manut. de Assistência a Criança e Adolescente
Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos
Vínc. p/ Fonte Recursos: 01090100 - FIA Imposto de Renda
..... R\$ 8.000,00

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.749, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.749, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL – CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, à Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel - Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ sob nº51.382.422/0003-71, com sede à Avenida 21 de Janeiro, 1470, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a Educação de qualidade acessível às crianças pomerodenses no ensino fundamental com o oferecimento do turno integral.

Art. 2º A Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel – Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.750, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.750, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 52.354,64 (Cinqüenta e Dois Mil e Trezentos e Cinqüenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL
Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 52.354,64

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 52.354,64 (Cinqüenta e Dois Mil e Trezentos e Cinqüenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos), por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. DA CIDADE
Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade
Projeto/Atividade: 0004.0122.0030.2005 - Ativ. do Planej., Controle Geral e Meio Ambiente
Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.500,00
Elemento: 44900000 - Aplicações Diretas
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 50.854,64
TOTAL R\$ 52.354,64

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2015.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 006/2015/COMID**RESOLUÇÃO Nº 006/2015/COMID**

Estabelece a composição das comissões permanentes do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode, Biênio 2014/2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 176, de 31 de Agosto de 2009, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.932 de 20 de Maio de 2015 e em conformidade com a deliberação da reunião ordinária, realizada no dia 08 de Outubro de 2015;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode:

- I – Coordenadora: Fabiana Bertagnolli Fragoso, representando o Centro de Convivência Pommerheim.
- II – Vice Coordenador: Teru Batista Alves Torres, representando a Ordem de Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau.
- III – Secretária: Maira Beatriz Kamke Herzog, da Secretaria de Saúde.
- IV – Vice Secretária: Gisela Ewald, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 2º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Política do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode:

- I – Gisela Ewald, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.
- II – Darcy Teschner representante da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana São Marcos.
- III – Odair Alves Rosa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 3º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Normas do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode:

- I – Maira Beatriz Kamke Herzog, representante da Secretaria de Saúde.
- II – Teru Batista Alves Torres da Ordem de Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau.
- III – Anilda Kopper, representante do Clube Sênior.

Art. 4º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Orçamento e Finanças:

- I – Sheyla Hennich Mendonça, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
- II – Mário Frahm, representando a União das Paróquias Evangélicas de Confissão Luterana em Pomerode.
- III – Fabiana Bertagnolli Fragoso, representante do Centro de Convivência Pommerheim.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 005/2015/COMID.

Pomerode, 15 de Outubro de 2015.

Fabiana Bertagnolli Fragoso
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 021/2015/CMDCA**RESOLUÇÃO Nº 021/2015/CMDCA**

Dispõe sobre o resultado final do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10,

RESOLVE:

I - Tornar público o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 1.732

II - Total de votos válidos: 1.724

IV - Total de votos nulos: 08

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Classificação	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Gabriela Yoná Hoffmann	327
2º	Catia Breia Carneiro	230
3º	Adriana Da Silva Kurth	136
4º	Valdecir Da Silva	125
5º	Jobson Batista Santos	107
6º	Jussara Cristiana De Oliveira Porath	101
7º	Mara Rubia Jansen	96
8º	Rosenilda Gonçalves	85
9º	Nayara Costa Brito	59
10º	Helio Barbosa Fontes	51
11º	Cristiane De Lima Garcia	45
12º	Eli De Mello	45
13º	Kassiane Patricia Raduenz	45
14º	Irenilde Dos Santos	40
15º	Kate Regina Brusch Raduenz	35
16º	Sabrina Ninow	30
17º	Simone Goebel Jeger	27
18º	Cintia Boni	25
19º	Vagner Marin Teixeira	23
20º	Regina Gueths Maske	19
21º	Alice Bak Melo	18
22º	Julio Guilherme Lessmann	18
23º	Joel Hasckel Menegatti	17
24º	Crystian Beber Goede	15
25º	Marlene Ciliatto	05

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Gabriela Yoná Hoffmann

II- Catia Breia Carneiro

III- Adriana Da Silva Kurth

IV- Valdecir Da Silva

V- Jobson Batista Santos

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Jussara Cristiana De Oliveira Porath

II- Mara Rubia Jansen

III- Rosenilda Gonçalves

IV- Nayara Costa Brito

V- Helio Barbosa Fontes

VI- Cristiane De Lima Garcia

VII- Eli De Mello

VIII- Kassiane Patricia Raduenz
IX- Irenilde Dos Santos
X- Kate Regina Brusch Raduenz
XI- Sabrina Ninow
XII- Simone Goebel Jeger
XIII- Cintia Boni
XIV- Vagner Marin Teixeira
XV- Regina Gueths Maske
XVI- Alice Bak Melo
XVII- Julio Guilherme Lessmann
XVIII- Joel Hasckel Menegatti
XIX- Crystian Beber Goede
XX- Marlene Ciliatto

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, em local a ser definido.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 05 de Outubro de 2015.

Geazi de Oliveira Viégas

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 022/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 022/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 21 de Agosto de 2015,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à contratação de capacitação da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM sobre a Lei Federal nº 13.019/2014 – Marco Regulatório, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.2º - A Capacitação ocorrerá nos dias 05 e 06 de Novembro de 2015, em local a ser definido.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 09 de Outubro de 2015.

Geazi de Oliveira Viégas

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 023/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 023/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de Setembro de 2015,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à contratação de capacitação da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM sobre a Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e aos atos normativos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil) para os Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

Art.2º - A Formação ocorrerá em 05 encontros, compreendendo os seguintes dias: 19 e 20 de Outubro de 2015; 16 e 17 de Novembro de 2015; 01 e 02 de Dezembro de 2015; 18 e 19 de Janeiro de 2016 e 15 e 16 de Fevereiro de 2016, na Sala de Cinema, anexo ao Centro Cultural.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 09 de Outubro de 2015.

Geazi de Oliveira Viégas

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONVITE 01-2015****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Convite Para Obras e Serviços de Engenharia: 1/2015

Processo Administrativo: 20/2015

Ao Sr(a). MARCIO SCHEIDEMANTEL tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria 23/2015.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Convite nº. 1/2015, o(s) participante(s):

459860 - METALÚRGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA - ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Construção de cobertura metálica na usina de triagem, localizada na rua Julio Wollick, n.º 680 - bairro ribeirão clara, Pomerode/sc, com área de 146,8 metros quadrados, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em conformidade com o memorial descritivo, planilha orçamentária / quantitativa e minuta de contrato que são integrantes do presente edital de licitação.	UNIDADE		1	R\$26.302,63	R\$26.302,63
Total do Fornecedor:						R\$26.302,63

Total da Homologação:

R\$26.302,63

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

POMERODE, 8 de outubro de 2015.

Porto Belo

PREFEITURA

2º PRORROGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015 PMPB

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, torna público, com referência a Concorrência Pública 004/2015 PMPB, cuja abertura prevista para o dia 19 de outubro de 2015, as 14:00 hs, sendo o objeto a concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do Município de Porto Belo, pelo período de 10 (dez) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital, prorrogar a data de abertura do edital, para 30 de outubro de 2015 às 14:00hs.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 15 de outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 015/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 015/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da Apresentação Darci Show que ocorrerá no dia 12/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: MURUCA EDIÇÃO E GRAVAÇÃO MUSICAL LTDA ME
VALOR GLOBAL: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 016/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 016/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da Banda Música Orgânica Trio, para apresentação de duas horas que ocorrerá no dia 13/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: ANDRÉ GOMES DE MIRANDA
VALOR GLOBAL: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 017/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 017/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação do Grupo Sarau Afro-Açoriano, para apresentação de uma hora e trinta minutos que ocorrerá no dia 10/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: ANDRÉ GOMES DE MIRANDA

VALOR GLOBAL: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 018/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 018/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação do Músico Lipe Machado, para apresentação de duas horas que ocorrerá no dia 10/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: FILIPI MACHADO LONGEN

VALOR GLOBAL: R\$ 1.800,00 (Dois mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 019/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 019/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da Banda Volares Band, para apresentação de quatro horas (cada apresentação) que ocorrerá nos dias 09/10/2015 e 12/10/15, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: CARLOS ALBERTO FIDMAY ME

VALOR GLOBAL: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 020/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 020/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação do Trio Forró Brasil, para apresentação de duas horas que ocorrerá no dia 11/10/2015, no evento “3º Festival do Camarão”, realizado pela Fundação Municipal de Turismo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: LUIS CARLOS LOURENÇO RIBEIRO DOS SANTOS
VALOR GLOBAL: R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 021/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 021/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da Banda Malibu, para apresentação de quatro horas que ocorrerá no dia 11/10/2015, no evento “3º Festival do Camarão”, realizado pela Fundação Municipal de Turismo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS
VALOR GLOBAL: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 022/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 022/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da dupla Angelo e Jean, para apresentação de duas horas (cada apresentação) que ocorrerá nos dias 10 e 13/10/2015, no evento “3º Festival do Camarão”, realizado pela Fundação Municipal de Turismo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: ARNALDO AIR BATISTOTI
VALOR GLOBAL: R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 023/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 023/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da banda Carlos Ribeiro Sambão, para apresentação de duas horas e 30 minutos que ocorrerá no dia 10/10/2015, no evento “3º Festival do Camarão”, realizado pela Fundação Municipal de Turismo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
VALOR GLOBAL: R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 024/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 024/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação do músico Maciel Oliveira, para apresentação de uma hora que ocorrerá no dia 12/10/2015, no evento “3º Festival do Camarão”, realizado pela Fundação Municipal de Turismo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: MACIEL OLIVEIRA DA SILVA
VALOR GLOBAL: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 025/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 025/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação do Grupo Tropeiros do Litoral, para apresentação de trinta minutos que ocorrerá no dia 11 e 12/10/2015, no evento “3º Festival do Camarão”, realizado pela Fundação Municipal de Turismo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: RUDIMAR DO NASCIMENTO
VALOR GLOBAL: R\$ 580,00 (Quinhentos e oitenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 026/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 026/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação do músico Bruno Kohl, para apresentação de duas horas que ocorrerá no dia 12/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: BRUNO KOHL

VALOR GLOBAL: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 028/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 028/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da Dupla Canoeiro e Pescador, para apresentação de trinta minutos que ocorrerá no dia 10/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: IVALDO MACHADO

VALOR GLOBAL: R\$ 800,00 (Oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 027/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 027/2015 – FUMTUR

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação da Banda Rarefeito, para apresentação de quatro horas que ocorrerá no dia 11/10/2015, no evento "3º Festival do Camarão", realizado pela Fundação Municipal de Turismo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: VANESSA CORREIA

VALOR GLOBAL: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015

Porto Belo, 06 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 788/2015

DECRETO Nº 788, de 15 de outubro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	58	22.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		22.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3191 – 108 – Aplicações Diretas-Operações Intraorçamentárias	43	22.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		22.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

RESCISÃO DE CONTRATO 006/2015 - SAÚDE

RESCISÃO DE CONTRATO 006/2015 - SAÚDE

CONTRATO 001/2015 - SAÚDE

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de locação de imóvel nº 001/2015 - SAÚDE, datado de 02 de janeiro de 2015 entre o Município de Porto União e Carlos Antônio Tissiani, inscrito no CPF 445.359.889-00 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 001/2015 - SAÚDE, Modalidade de Dispensa nº 001/2015, ficam liberadas as partes signatárias.

Porto União SC, 02 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 040/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 068/2015 - SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL 044/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Retificação ao Edital do processo licitatório anteriormente citado, onde, devido a alterações ocorridas no Edital, alteram-se as datas publicadas. A data limite de recebimento será até dia 30 de outubro de 2015 às 16h00min, com início da sessão pública às 16h15min do mesmo dia.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 001/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 001/2015 - SAÚDE

Dispensa de Licitação 001/2015

Termo de Anulação

Anula-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 340/2015

PORTARIA Nº 340, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.
DESIGNA SERVIDOR DATIVO AO PAD Nº. 02/2015

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com o § 2º do Art. 207, da Lei Complementar Nº 001/2002, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica designado a servidora CARLA SCHAUFELBERGER, Coordenador Administrativo, como defensor dativo da servidora indiciada revel do PAD Nº. 02/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua Publicação em Mural Público, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 02 de Outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 341/2015

PORTARIA Nº. 341 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
"APLICA PENA DE ADVERTÊNCIA A SERVIDOR, COMO ESPECIFICA."

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 173, c/c art. 210 da Lei Complementar Nº. 001/2002; e, CONSIDERANDO, o relatório final da Comissão de Processo Disciplinar Nº 04/2015, que opina pela aplicação da pena de advertência em desfavor do servidor abaixo qualificado, consoante no que dispõe os artigos 163, incisos XIII, cc. 164, inciso V da Lei Complementar 001/2002, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. Fica APLICADA a pena de ADVERTÊNCIA, ao servidor MAYCON SEBASTIAN BUNN, matrícula nº. 37478, ocupante do cargo de Motorista.

Parágrafo Único - A repetição de procedimentos como este poderá ser considerada como ato faltoso, passível de demissão, devendo ser observadas as normas reguladoras do funcionalismo público, em especial a Lei Complementar nº. 001/2002.

Art. 2º. Compete ao Responsável pelo Setor de Recursos Humanos proceder a anotação na "ficha funcional" do servidor da penalidade aqui aplicada.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, em 09 de Outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal.

PORTARIA 342/2015

PORTARIA Nº. 342 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LAERCIO JÖNCK, fiscal de tributos, pelo período de 13 de Outubro de 2015 a 22 de Outubro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/07/2013 a 15/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 13 de Outubro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 343/2015

PORTARIA Nº. 343 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) PRISCILA APARECIDA ALVES, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 344/2015

PORTARIA Nº. 344 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) MARLETE HEINZ, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 345/2015

PORTARIA Nº. 345 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ALIRIO SCHUSSELLER, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE EXPEDIENTE.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

PORTARIA 346/2015

PORTARIA Nº. 346 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) DALTO ANTONIO BELEGANTE, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE CONTROLE DE ESTOQUE E FROTA.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 347/2015

PORTARIA Nº. 347 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) IRMA VANDERLINDE, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS DA TERCEIRA IDADE.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 348/2015

PORTARIA Nº. 348 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) GENESIO DALPRA, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 349/2015

PORTARIA Nº. 349 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) ROSELI BUNN, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 350/2015

PORTARIA Nº. 350 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) BRANDINA MOREIRA HAMM, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 30/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LEICHT PRUST portador(a) do CPF nº 039.889.389-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 05/10/2015, com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Titio Karan, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público.

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/10/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA LEICHT PRUST

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2015

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 10/11/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 09/10/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Navegantes, em substituição a Silvia Schlemper, que está em afastada em Licença para Tratamento de Saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILISE SCHWARTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

ADRIANA LIGIA DIAS TONON - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LIGIA DIAS TONON, portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADRIANA LIGIA DIAS TONON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2015, firmado em 03/03/2015, com término previsto para 09/10/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 048.466.289-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 250/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 63/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI, portador(a) do CPF nº 070.503.449-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 63/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 63/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015. GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 020.514.769-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 129/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS, portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 127/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANGELA LOPES HAMES - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA LOPES HAMES, portador(a) do CPF nº 792.075.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 277/2013, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANGELA LOPES HAMES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

BERNARDETE CANDIDO NUNES - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNARDETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 112/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

BERNARDETE CANDIDO NUNES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

BIANCA JANINE SCOZ - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA JANINE SCOZ, portador(a) do CPF nº 026.986.829-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 123/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

BIANCA JANINE SCOZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARLA CRISTIANE ALVES - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES, portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 62/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARLA CRISTIANE ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARLA FRANCYELE SOUZA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 106/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARLA HOEPERS EZIDIO - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 83/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA HOEPERS EZIDIO, portador(a) do CPF nº 045.214.439-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 83/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 83/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARLA HOEPERS EZIDIO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CAROLINE FRIEDEL - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 72/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE FRIEDEL, portador(a) do CPF nº 078.157.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 72/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 72/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CAROLINE FRIEDEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CINTIA LUSIA BATISTI - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 114/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 114/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 114/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS, portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 118/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES, portador(a) do CPF nº 936.732.809-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CORINA CAETANO ALVES - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, firmado em 24/10/2013, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CORINA CAETANO ALVES, portador(a) do CPF nº 851.055.979-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 316/2013, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CORINA CAETANO ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DANUBIA GONZAGA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA GONZAGA, portador(a) do CPF nº 007.762.399-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 140/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DANUBIA GONZAGA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DARIANE BECKER DA SILVA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DARIANE BECKER DA SILVA, portador(a) do CPF nº 064.337.789-17, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 131/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DARIANE BECKER DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DEBORA COMIATTO - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEBORA COMIATTO, portador(a) do CPF nº 792.102.609-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DEBORA COMIATTO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, firmado em 24/02/2015, com término previsto para 07/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIANDRA ROCHA ZUCATELLI, portador(a) do CPF nº 078.104.379-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2015, iniciando-se a prorrogação em 08/10/2015 e encerrando-se em 18/01/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DIOMIR ODILON GARBIN - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 65/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIOMIR ODILON GARBIN, portador(a) do CPF nº 528.673.749-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 65/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 65/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DIOMIR ODILON GARBIN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EDINEIA ROHLING NEUMANN - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDINEIA ROHLING NEUMANN, portador(a) do CPF nº 048.941.309-98, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 240/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDINEIA ROHLING NEUMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EDITAL DE ADIAMENTO DE PROVA - CONCURSO PÚBLICO N. 002/2015

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no Artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal e demais combinações de direito,

TORNA PÚBLICO o EDITAL DE ADIAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS para o Concurso Público n. 002/2015, previstas para o dia 18/10/2015.

1. Em virtude do Ofício n. 019/2015, enviado pela Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Rio do Sul (em anexo), devido as fortes chuvas das últimas horas e a previsão de tempo instável para os próximos dias, bem como previsão de aumento do nível do rio Itajaí-Açu para 9,50 m (nove metros e cinquenta centímetros) acima do nível normal, a Comissão Especial de Concurso Público n. 002/2015, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, resolver adiar as provas objetivas que aconteceriam no dia 18/10/2015.

2. A próxima data para realização da respectiva prova será definida pela mesma Comissão e divulgada no Diário Oficial dos Municípios e nos seguintes sítios: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh> e click.listaeditais.com.br.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 04/2015

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO § 2º DO ARTIGO 187 PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
176/2015	11/07/14	BINA REPRESENTACOES LTDA ME	13.370.511/0001-47
178/2015	11/07/14	BINA REPRESENTACOES LTDA ME	13.370.511/0001-47
155/2015	24/07/15	GIRARTES COM DE VESTUARIO LTDA ME	82.731.035/0001-65
167/2015	04/08/15	GIULIO GONCALVES ME	16.913.713/0001-86
190/2015	20/08/15	JAIRO CESAR NASCIMENTO FILHO E CIA LTDA ME	12.461.665/0002-62
191/2015	20/08/15	JAIRO CESAR NASCIMENTO FILHO E CIA LTDA ME	12.461.665/0002-62
198/2015	31/08/15	JULIANA APARICIO ME	13.369.9570001-51
3-A/2015	02/10/15	MARCIA ADRIANA COUTO PATRICIO	727.283.379-34
166/2015	04/08/15	MC – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	12.976.202/0001-52
181/2015	04/08/15	MC – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	12.976.202/0001-52
175/2015	16/05/15	RIO VALE REPRES COMERCIAIS LTDA	11.537.954/0001-54
1-A/2015	01/10/15	ROBSON FARIAS	069.336.499-89
162/2015	29/07/15	SERGIO TREVISOL BITTENCOURT	376.935.499-00

163/2015	29/07/15	SERGIO TREVISOL BITTENCOURT	376.935.499-00
AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
87/2015	22/09/15	ANTONIO MENDES ME	06.159.674/0001-10
72/2015	11/07/14	BINA REPRESENTACOES LTDA ME	13.370.511/0001-47
73/2015	11/07/14	BINA REPRESENTACOES LTDA ME	13.370.511/0001-47
34/2015	17/04/15	CHAPEACAO E PINTURA UNIÃO LTDA ME	76.327.360/0001-64
89/2015	22/09/15	CIA MASTER SOLUCOES INTELIGENTES LTDA ME	13.786.601/0001-13
23/2015	02/03/15	ENCAMINHE CERTO AMBIENTAL LTDA EPP	14.366.156/0001-03
66/2015	04/08/15	GIULIO GONCALVES ME	16.913.713/0001-86
64/2015	24/07/15	LANCHONETE E MERCADO BOM DIA LTDA	14.890.374/0001-34
81/2015	11/09/15	MZ MONTAGEM DE EQUIP INDUSTRIAIS	04.080.428/0001-42
51/2015	25/06/15	NAZARIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	16.664.820/0001-55
63/2015	23/07/15	RECAMAQ CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA	06.182.308/0001-81
70/2015	16/05/14	RIO VALE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	11.537.954/0001-54
71/2015	16/05/14	RIO VALE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	11.537.954/0001-54
88/2015	22/09/15	RTK ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI ME	07.508.424/0001-00
85/2015	22/09/15	SEBASTIAO B DE SOUZA & CIA LTDA ME	81.534.943/0001-04
TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
32/2015	11/07/14	BINA REPRESENTACOES LTDA ME	13.370.511/0001-47
33/2015	16/05/14	RIO VALE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	11.537.954/0001-54
NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	05/10/15	ANA MATILDE WALDRICH ME	13.295.179/0001-01
	05/10/15	ANA VANIR DOS SANTOS SELHORST	624.392.609-59
	15/07/15	ANDREA HELENA GRIPP DE FREITAS SOUSA ME	08.953.115/0001-02
	05/10/15	ANTONIO BOCA SANTA ME	11.610.738/0002-78
	05/10/15	CARLOS CESAR PONTIOLLI	057.269.029-04
	05/10/15	CESAR DA SILVA	070.781.259-32
	05/10/15	CLAUDETE MAY	902.601.719-72
	05/10/15	COM DE CONFECÇÕES SIMPATIA LTDA ME	02.687.998/0001-70
	09/10/15	DB S/A COM DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS	09.313.141/0046-30
	01/10/15	FABIO FARIAS	16.578.958/0001-02
	05/10/15	GERRI ADRIANI CONSOLI ME	00.245.882/0001-55
	05/10/15	JEAN CARLOS KINDLEIN ME	15.831.190/0001-66
	15/07/15	JOSIANE JUSTINA DA SILVA ME	
	05/10/15	JUS INTERATIVO ALTO VALE CURSOS SS LTDA ME	15.757.726/0001-40
	02/10/15	LANCHONETE KRUGER LTDA ME	10.177.179/0001-00
	02/10/15	OLIVEIRA MACHADO EMPREENDE E REPRES LTDA	12.967.035/0001-83
	04/09/15	RAQUEL DA SILVA	09.528.505/0001-06
	05/10/15	RESIDENCIAL GRACE MARIA LTDA	13.428.587/0001-86
	01/10/15	SCHEILA LAUBENSTEIN	19.010.299/0001-93
	05/10/15	TECNOCARIBE SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA	16.887.091/0001-69
	24/08/15	TRANSFUMO TRANSP RODOVIARIOS LTDA	79.232.062/0001-89
	05/10/15	VALDEMAR STAHNKE ME	636.450.419-15
	05/10/15	XF SERVICOS DE MANUT EM COMP E INFORM LTDA ME	13.209.751/0001-64
	09/10/15	ZETE CORRETORA DE SEGUROS	81.526.915/0005-60
	22/09/15	ZIEMON – ATACADO E VAREJO DE MAQ INDUSTRIAIS LTDA	18.025.405/0001-40
		Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.	

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto
Secretário Municipal da Fazenda
Pref. Mun. de Rio do Sul

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização
Pref. Mun. de Rio do Sul

ELENICE DE JESUS - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS, portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELENICE DE JESUS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ELIZEU CRISPIM DE MELLO - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, firmado em 27/08/2014, com término previsto para 06/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, portador(a) do CPF nº 712.952.839-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 340/2014, iniciando-se a prorrogação em 07/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELIZEU CRISPIM DE MELLO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FABIANA THOLL - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA THOLL, portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 145/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABIANA THOLL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FABRICIA APARECIDA HINCKEL - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 162/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABRICIA APARECIDA HINCKEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FRANCIELE PEDROSO SCHOTTEN - 9º TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 307/2014, firmado em 30/04/2014, com término previsto para 22/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE PEDROSO SCHOTTEN, portador(a) do CPF nº 082.664.879-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 307/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 307/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/10/2015 e encerrando-se em 21/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FRANCIELE PEDROSO SCHOTTEN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

IVONETE DO PRADO - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 89/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVONETE DO PRADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JAMILE DE OLIVEIRA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 79/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 79/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 79/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JAMILE DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JANIA CARLA DOS SANTOS - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 139/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JESSICA MARTINS HOLDORF - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA MARTINS HOLDORF, portador(a) do CPF nº 078.803.269-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 158/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JESSICA MARTINS HOLDORF
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JOICE MARA SCHMITZ - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 272/2015, firmado em 13/04/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE MARA SCHMITZ, portador(a) do CPF nº 066.080.189-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 272/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 272/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JOICE MARA SCHMITZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK, portador(a) do CPF nº 040.302.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 147/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 38/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ, portador(a) do CPF nº 070.327.789-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 38/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 38/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ, portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER, portador(a) do CPF nº 052.388.759-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 137/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING, portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 81/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARCIA APARECIDA RIZZO - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2015, firmado em 08/04/2015, com término previsto para 16/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA APARECIDA RIZZO, portador(a) do CPF nº 023.206.729-58, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 270/2015, iniciando-se a prorrogação em 17/10/2015 e encerrando-se em 13/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARCIA APARECIDA RIZZO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 007.869.309-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 93/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MARILISE SCHWARTZ - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ, portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 151/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARILISE SCHWARTZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MARINA GUCKERT - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 318/2015, firmado em 27/07/2015, com término previsto para 02/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARINA GUCKERT, portador(a) do CPF nº 068.227.259-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 318/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 318/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/10/2015 e encerrando-se em 03/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARINA GUCKERT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NACA CLAUDINO DOS SANTOS - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NACA CLAUDINO DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 056.369.549-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 133/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NACA CLAUDINO DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NATANAEL COSTA SPINDOLA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 68/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NATANAEL COSTA SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 988.587.939-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 68/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 68/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NATANAEL COSTA SPINDOLA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NIRLANDIA HIANSDT COELHO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 349/2015, firmado em 30/08/2015, com término previsto para 10/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NIRLANDIA HIANSDT COELHO, portador(a) do CPF nº 054.034.079-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 349/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 349/2015, iniciando-se a prorrogação em 11/10/2015 e encerrando-se em 07/04/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NIRLANDIA HIANSDT COELHO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PATRICIA APARECIDA PEIXE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 348/2015, firmado em 28/08/2015, com término previsto para 01/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA APARECIDA PEIXE, portador(a) do CPF nº 003.422.919-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 348/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 348/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PATRICIA APARECIDA PEIXE
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PATRICIA STUPP - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA STUPP, portador(a) do CPF nº 053.473.469-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 113/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PATRICIA STUPP
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PEDRO ALEX PORTES FERREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 351/2015, firmado em 10/09/2015, com término previsto para 12/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PEDRO ALEX PORTES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 087.965.239-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 351/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 351/2015, iniciando-se a prorrogação em 13/10/2015 e encerrando-se em 08/04/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PEDRO ALEX PORTES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 0782/RH

PORTARIA Nº. 0782/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a DIEGO JACOMINI, nomeado pela Portaria nº 0704/RH de 09 de setembro de 2015, publicada em 11 de setembro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor Informática, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csfv

PORTARIA Nº 0786/RH

PORTARIA Nº 0786/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: CELESTINA LAURETE, matrícula 90689-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, designada para exercer as funções do cargo de Diretor, SULENIR SALETE SCHLATTER DA SILVA, matrícula 106968-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, ZULEICA DOS SANTOS STUEPP, matrícula 97810-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: SILVANA MARA COSTA, matrícula 82279-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e MARINA LEITE, matrícula 98140-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2015
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0796/2015

PORTARIA Nº. 0796/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a SIBELE CARINA MERICO, (Protocolo 155515/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 11/10/2014, do servidor público municipal inativo, SIDNEI MERICO, conforme Certidão de óbito Nº 0001283 91, do Cartório de Registro Civil do município e comarca de Rio do Oeste, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Laf

REGINA DUMKE VERLICK - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK, portador(a) do CPF nº 889.993.009-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

REGINA DUMKE VERLICK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI, portador(a) do CPF nº 687.812.299-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 138/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSELITA MARIA SEBOLD - 8º TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELITA MARIA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 763.433.169-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 15/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSELITA MARIA SEBOLD
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSEMERY LEHMKUHL - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 23/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 221/2015, iniciando-se a prorrogação em 24/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSEMERY LEHMKUHL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSILENE DUMKE PETRI - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 76/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSILENE DUMKE PETRI, portador(a) do CPF nº 053.777.089-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 76/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 76/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSILENE DUMKE PETRI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSMARI BEILKE - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 260/2015, firmado em 19/03/2015, com término previsto para 19/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSMARI BEILKE, portador(a) do CPF nº 853.931.189-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 260/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 260/2015, iniciando-se a prorrogação em 20/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSMARI BEILKE
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RUBIANA MUTSCHLER - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIANA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 068.907.669-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 165/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

RUBIANA MUTSCHLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SANDRA REGINA DOS SANTOS - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 732.617.699-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 49/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SANTILIA DOS ANJOS - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 21/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS, portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 116/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANTILIA DOS ANJOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER, portador(a) do CPF nº 028.364.909-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SILVANA DA SILVA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 040.500.529-62, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 130/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SILVANA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SINTIA LUCIANO RUCKERT - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO RUCKERT, portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 117/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SINTIA LUCIANO RUCKERT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SUSANA MARIA FERREIRA - 10º TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 7/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 26/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANA MARIA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 7/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 7/2014, iniciando-se a prorrogação em 27/10/2015 e encerrando-se em 24/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SUSANA MARIA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TALITA HARBS - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 94/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TALITA HARBS, portador(a) do CPF nº 042.141.039-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 94/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 94/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TALITA HARBS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TANIA REGINA FERREIRA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 55/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TANIA REGINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 963.979.699-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 55/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 55/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TANIA REGINA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 104/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 85/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ, portador(a) do CPF nº 047.200.949-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 85/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 85/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VANESSA MARTINS - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2015, firmado em 19/06/2015, com término previsto para 23/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA MARTINS, portador(a) do CPF nº 089.426.149-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 297/2015, iniciando-se a prorrogação em 24/10/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANESSA MARTINS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 807.878.279-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 219/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ZILMA KLOPPEL - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLOPPEL, portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 97/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ZILMA KLOPPEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2016 – LOA 2016

Ata da Audiência Pública de discussão de Lei Orçamentaria 2016 – LOA 2016

Ata da Audiência Pública de discussão da Lei Orçamentaria 2016, do município de Rio dos Cedros/SC. Aos quinze de outubro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas nas dependências do Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, sito a rua Nereu Ramos, 205, atendendo aos convites publicados na internet e mural público, e em atendimento ao disposto no artigo quarenta e oito, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizou-se a Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual - LOA – para do ano de dois mil e dezesseis, com a presença da população do município de Rio dos Cedros, líderes comunitários, membros do poder Executivo e Legislativo. Eu, Agente de Controle Interno, abri a audiência pública cumprimentando e agradecendo a presença de todos e me colocando a disposição do público, iniciou-se então a explanação da LOA – 2016. Nas primeiras laudas foram explanadas as relações entre as leis: PPA – LDO – LOA, para que os presentes pudessem estar mais inteirados do assunto, e das ferramentas utilizadas para auxiliar a administração pública, na sequência foram apresentados os valores consolidados do Orçamento Municipal 2016 que são R\$ 32.500.000,00, sendo para o Fundo Municipal de Saúde R\$ 5.634.319,56, para a Prefeitura R\$ 26.270.330,44, e ainda, conforme instrução normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no ano de 2016 a Câmara Municipal de Rio dos Cedros terá sua autonomia deixando de ser uma unidade orçamentária dentro do orçamento da prefeitura e se tornando uma entidade orçamentária, tendo seu orçamento consolidado no valor de R\$ 595.350,00, em tempo informei a todos os presentes que os valores de folha do legislativo não poderão ultrapassar os 70%, por força de lei. Os valores orçados foram retirados do Plano Plurianual Vigente, levando em consideração as perspectivas taxas de crescimento da economia e os índices de inflação vigentes. Após o término da exposição das laudas o, solicitei aos presentes dúvidas sobre o exposto, sendo as dúvidas sanadas, informei que o orçamento será encaminhado a Câmara de Vereadores Municipal para apreciação e aprovação dos senhores EDIS, não tendo mais dúvidas dos participantes eu, Eduardo Osti, encerrei a audiência pública agradecendo a colaboração de todos e lavrei a presente ata, e os presentes assinaram a lista de presença anexa.

Eduardo Osti
Agente de Controle Interno

CT. Nº143/ 2015 - OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO COM DIREITO DE EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E CASCALHO COM PASSAGEM DE VEÍCULOS ATÉ O LOCAL DE EXPLORAÇÃO.

CT. Nº143/ 2015

DATA: 05/10/2015

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO 070/2015SO FUNDAMENTO LEGAL - ART.24, II c/c X Lei 8.666/93

CONTRATO: PAULO ZADROZNY

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO COM DIREITO DE EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E CASCALHO COM PASSAGEM DE VEÍCULOS ATÉ O LOCAL DE EXPLORAÇÃO.

INÍCIO: 05/10/2015

TÉRMINO: 06/10/2016

VALOR: R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

CT. Nº144/ 2015 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE, PEÇAS E SERVIÇOS PARA O CAMINHÃO MERCEDES LXI-5710

CT. Nº144/ 2015

DATA: 21/09/2015

CONTRATO: ZANCA REPAROS E SERVIÇOS DE SOLDA LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE, PEÇAS E SERVIÇOS PARA O CAMINHÃO MERCEDES LXI-5710

INÍCIO: 06/10/2015

TÉRMINO: 06/12/2015

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 69/2015

DECRETO Nº 2.722, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015. INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA OS FINS DE APURAR, COM AUTONOMIA E IMPARCIALIDADE, EVENTUAL PERCENTUAL DE REAJUSTAMENTO TARIFÁRIO EM CONFORMIDADE COM O CONTIDO NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2006 (EM ESPECIAL O ITEM 7.2.1) E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO C

DECRETO Nº 2.722, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA OS FINS DE APURAR, COM AUTONOMIA E IMPARCIALIDADE, EVENTUAL PERCENTUAL DE REAJUSTAMENTO TARIFÁRIO EM CONFORMIDADE COM O CONTIDO NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2006 (EM ESPECIAL O ITEM 7.2.1) E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO COM A EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o que dispõe o Edital de Concorrência nº 0008/2006, o Contrato Administrativo celebrado com a empresa concessionária de transporte coletivo, e as Leis nºs. 8.666/93 e 8.987/95, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 074/2005;

DECRETA;

Art.1º. Designar os Servidores, Arno Lenzi, Adelir Carlos Lorenz e Pedro Claudino dos Santos Júnior, sob a presidência do primeiro, para compor COMISSÃO ESPECIAL e, em conformidade com o que dispõe o Edital de Concorrência nº0008/2006, o Contrato Administrativo celebrado com a empresa concessionária, a Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.987/95, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 074/2005, APURAR eventual reajuste tarifário devido, relativo ao período não apurado nos anos de 2014/2015.

Art.2º. Designar, como suplentes, os servidores Plauto Nercy Mendes, Carlos Luiz Zanella e Giovana Borges de Lima Lenzi.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rio dos Cedros, 14 de Outubro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 14 de Outubro de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO TP Nº 086/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 086/2015 – Tomada de Preços nº 086/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa especializada para Pavimentação com lajota sextavada, terraplanagem, drenagem, obras de arte corrente e sinalização da Rua Manoel Serafim de Quadros, neste município de Santa Rosa do Sul/SC, com área de 932,00m² onde tudo será executado conforme projetos, plantas, memoriais descritivos, orçamentos discriminativos e cronograma físico financeiro, anexo ao Edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h45min do dia 03/11/2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 16 de outubro de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO nº 009/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Santiago do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 725/2014 de 02 de junho de 2014, que institui a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul e dá outras providências;

RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Santiago do Sul para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015.

I – Total de eleitores: 700

II – Total de votos válidos: 687

III – Total de votos em branco: 04

IV – Total de votos nulos: 09

Art. 2º Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de votos	Classificação
Sidiane Casagrande Veronêse	129	1º
Edinéia Keli Gomes Bordignon	95	2º
Marilene ValcarenghiToazza	89	3º
Genir Guerra Cardoso	77	4º
Daiane Guedes	72	5º
Elenilce da Rosa Comin	67	6º
Viviane Lourdes Gluzezak dos Santos	46	7º
Ana Paula Zat	35	8º
Ana Cláudia Sagas Picoli	28	9º
EdiclerVanzinPelinson	25	10º
Daiane GeremiaSomavilla	24	11º

Art. 3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I –Sidiane Casagrande Veronêse

II –Edinéia Keli Gomes Bordignon

III – Marilene ValcarenghiToazza

IV –Genir Guerra Cardoso

V – Daiane Guedes

Art. 4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I –Elenilce da Rosa Comin

II – Viviane Lourdes Gluzezak dos Santos

III – Ana Paula Zat

IV – Ana Cláudia Sagas Picoli

V –EdiclerVanzinPelinson

VI – Daiane GeremiaSomavilla

Art. 5º A diplomação e posse dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar dar-se-á no dia 10/01/2015, às 08h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, situada à Rua Ângelo Toazza, nº600.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santiago do Sul – SC, 16 de outubro de 2015.

Gabriel Kichel

Presidente CMDCA

São Bento do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 3587/2015

LEI Nº 3587, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE SÃO BENTO DO SUL, DENOMINADO "REFIS-2015" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o "Programa de Recuperação Fiscal de São Bento do Sul", denominado "REFIS-2015", destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, ou outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não, através da redução de multa moratória e juros, no percentual e prazo estabelecido pela presente Lei.

§ 1º Os débitos de que trata o "caput" deste artigo poderão ser pagos, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, desde que a primeira parcela ou parcela única seja quitada em até trinta (30) dias da data da publicação da presente Lei, com redução da multa e dos juros de mora nos seguintes percentuais:

I - 99% (noventa e nove por cento) de desconto para pagamento à vista;

II - 95% (noventa e cinco por cento), de desconto para pagamento em até 3 parcelas;

§ 2º O pagamento entre quatro e doze parcelas, terá a redução de multa e juros nos patamares abaixo definidos, porém, para sua concessão é necessário o pagamento de 25% da dívida à vista (com o desconto já concedido) e o restante conforme parcelamento solicitado.

I - 80% (oitenta por cento) de desconto para pagamento de quatro até seis parcelas

II - 70% (setenta por cento) de desconto para pagamento de sete até doze parcelas.

§ 3º O prazo estabelecido no § 1º poderá ser prorrogado através de decreto do prefeito Municipal pelo prazo máximo de até 60 dias.

Art. 2º. O ingresso no REFIS-2015 dar-se-á por opção do sujeito passivo que fará, mediante requerimento fornecido pela Prefeitura Municipal que, conforme a espécie do tributo, será acompanhado de documentação fiscal específica, cujo rol deverá constar de Decreto do Executivo Municipal.

§ 1º Para ingresso no REFIS-2015, o optante deverá indicar, expressamente, o débito que deseja incluir, podendo contemplar, também, o saldo remanescente de parcelamentos em curso, devendo estes estarem em adimplência.'

§ 2º A parcela, que terá valor mínimo de 20 (vinte) UFM - Unidade Fiscal Municipal, em se tratando de devedor pessoa física, e o valor mínimo de 50 (cinquenta) UFM - Unidade Fiscal Municipal, em se

tratando de devedor pessoa jurídica, e sobre a qual não incidirão novos juros (exceto a correção da Ufm nos casos em que o parcelamento se estenda além da data de 31/12/2015), será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = [(I + C) + ((J + M) \times (1 - a/100))] / b$$

P = valor da parcela

I = valor do imposto

C = valor da correção

M = valor da multa moratória

J = valor dos juros

a = percentual de redução

b = número de parcelas

§ 3º Os débitos tributários ajuizados para cobrança executiva, não ficarão isentos de honorários advocatícios, sendo estes reduzidos em 5%, arcando ainda o executado com as custas processuais diretamente com o Poder Judiciário, junto ao Fórum da Comarca onde tenha sido ajuizada a Ação de Execução Fiscal.

§ 4º Fica estabelecido que as parcelas deste Programa serão representadas em Unidade Fiscal Municipal – UFM, conforme art. 1o. II da Lei Municipal nº 679, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 3º. A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados incluídos no REFIS-2015;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS-2015.

Art. 4º. Não será permitido o parcelamento de valores relativos a créditos tributários decorrentes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, na modalidade de substituição tributária ou retenção na fonte, inscritos ou não em dívida ativa.

Art. 5º. A homologação da opção será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data do pedido, em consonância com as datas de pagamento previstas no art. 1º da presente Lei, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Art. 6º. A parcela única ou a prestação não paga no seu vencimento implicará na exclusão automática do presente Programa, implicando na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais, na forma da legislação aplicável.

Art. 7º. Na hipótese do Município verificar qualquer erro a menor na confissão dos débitos, deverá efetuar o lançamento suplementar do tributo, sendo este o objeto de notificação e execução conforme legislação pertinente, não se aplicando os benefícios do REFIS-2015.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Finanças deverá comunicar de

imediatamente à Procuradoria do Município sobre a adesão de contribuinte que possuir débito ajuizado para que se proceda o pedido de suspensão da respectiva execução.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3588/2015

LEI Nº 3588, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

RATIFICA CONVÊNIO Nº 25/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado, em conformidade com o art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o Convênio nº 25/2015 que entre si celebram o Município de São Bento do Sul, através do Fundo de Assistência Social, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 025/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE

CLÁUSULA PRIMEIRA

Concedente: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através do FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, e a gestora do Fundo de Assistência Social Sra. RITA MARIA DUMS, portadora do CPF nº 481.099.599-20, residentes e domiciliados nesta cidade.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE, com sede à Rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 83.172.478/0001-26, neste ato representado por sua Presidente, Sra. HARRIET HACKBARTH, portadora do CPF nº 034.912.139-75, residente e domiciliada nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

É objeto deste convênio o apoio financeiro ao Conveniente através de repasse de recursos provenientes de transferências oriundas do FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS, Serviços de Ação Continuada e contrapartida do Município, para custeio do serviço de atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente convênio vigorará a contar da data de sua assinatura, retroagindo a 01 de janeiro de 2015 e com término em 31 de dezembro de 2015, respeitando parcelas já transferidas do FNAS.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Este convênio poderá ser rescindido, automaticamente, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável, e particularmente quando constatada a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Atendimento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Rescindido ou extinto o presente convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos ao FNAS, para reutilização, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CONCEDENTE:

- a) transferir os recursos financeiros para a execução deste convênio, através do Fundo de Assistência Social, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observada a sua disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes e a liberação do FNAS;
- b) coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução deste convênio;
- c) examinar e aprovar os relatórios de atendimento.

II - DO CONVENIENTE:

- a) executar o objeto deste convênio de conformidade com o plano de atendimento;
- b) prestar contas dos recursos objeto deste convênio, através de relatório de atendimento;
- c) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução deste convênio;
- d) manter arquivado por 5 anos a documentação pertinente, disponível para fiscalização quando necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS E DO VALOR

Para a execução deste convênio o Concedente repassará ao Conveniente o valor relativo a 12 parcelas mensais de acordo com o repasse do FNAS e a contrapartida do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica o conveniente obrigado a prestar serviços diários em atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência, de acordo com a meta prevista no Plano de Atendimento instrumento deste termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas deverá ser feita através de apresentação do Relatório de Atendimento, comprovando a execução do serviço, mensalmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa deverão permanecer arquivados pelo período de 5 anos.

CLÁUSULA OITAVA - DA PENALIDADE

Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento e a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, bem como não for executado o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, o Conveniente deverá restituir o valor transferido acrescido de juros e correção monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do seu recebimento ao FNAS.

CLÁUSULA NONA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste convênio serão dirimidas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir os conflitos decorrentes deste Convênio fica eleito o foro do Município de São Bento do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

São Bento do Sul/SC, 19 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

RITA MARIA DUMS

Pelo Município

Pelo Fundo de Assistência Social

HARRIET HACKBARTH

Pela APAE

TESTEMUNHAS:

Alcionei França da Silva

Auriene Roepke

Secretário de Administração

Secretária de Finanças

Emerson Hinke

Procurador Jurídico

OAB/SC n.14.233

PORTARIA Nº 10229/2015

PORTARIA Nº 10229, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 8º da Lei nº 513, de 12 de dezembro de 1995 com as alterações dispostas na Lei nº 2330, de 12 de maio de 2009, Lei nº 2818, de 09 de junho de 2011 e Lei nº 3506, de 13 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros governamentais e não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, abaixo relacionados:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Marisa do Amaral – Titular

Andrigo Carvalho – Suplente

II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Kátia Beatriz da Silva – Titular

Tais Spezia Mesgaliski – Suplente

III – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Tatiane Ribeiro – Titular

Daniela Garcia Pscheidt – Suplente

IV – Representantes da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB

Katia Kalatay – Titular

Evelise Grobe – Suplente

V – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Vanilson Morgenroth – Titular

Jonas Fernando Engel – Suplente

VI – Representantes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE

Joseli Aparecida Martins Rodrigues – Titular

Cleia Regina Hirt – Suplente

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

VII – Representantes de Entidade e Organizações de Assistência Social:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Ângela Clemens Bitencourt – Titular

Rozeneide Cavilia – Suplente

VIII – Representantes de Entidade e Organizações de Assistência Social:

Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE

Marcia Baade Lewin – Titular

Otto Müller – Suplente

IX – Representantes dos profissionais que atuam na área de Assistência Social no município:

Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina – 12ª Região

Barbara Lopes Rapini S. Arruda – Titular

Alice Cleciani de Farias – Suplente

X – Representantes dos profissionais que atuam na área de Assistência Social no município:

Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de

São Bento do Sul – FMTSUAS/SBS

Cleide Regina Pereira – Titular

Daniela Kugelmeier – Suplente

XI – Representantes dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social

Andrei Padilha – Titular

Zenira de Lourdes Gondarski da Maia – Suplente

XII – Representantes dos usuários do Sistema Único de Assistência Social

Karline da Rocha Martins – Titular

Lourdes da Silva junior – Suplente

Art. 2º O mandato dos membros ora nomeados é de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 15 de julho de 2015 a 15 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de julho de 2015.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA Nº 021/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº 021 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

"Cede servidor público à Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul"

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer a cessão do servidor Valdecir Alves de Lima, ocupante do cargo de vigia à Secretaria Municipal de Administração de São Bento do Sul.

§ 1º O servidor referido no caput deste artigo irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo.

§ 2º Caberá ao Município o ônus da remuneração devida ao servidor.

Art. 2º A cessão se dará por prazo indeterminado podendo ser extinta a qualquer tempo pela Fundação Cultural de São Bento do Sul ou se o interesse público o exigir.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Bento do Sul, 15 de Outubro de 2015.

ROBSON RDRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 198, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 198, de 15 de outubro de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor DIRCEU FERREIRA DA TRINDADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13/10/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 201, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Portaria /SAMAE/SBS Nº 201, de 15 de outubro de 2015.

" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JOANITO GONDARSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13/10/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 202, de 16 de outubro de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ABEL VOLINGER DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Resíduos Sólidos Urbanos, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 19/10/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 199, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 199, de 15 de outubro de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GILNEI DO AMARAL ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13/10/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 200, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 200, de 15 de outubro de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ELIO BARBOSA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13/10/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

1º PREFE 024 DE 03 09 2015 SAR SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E PESCA_DISTRIBUIDOR ADUBO

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONVÊNIO/TERMO DE CESSÃO:

MÊS/ANO: Setembro/2015

NÚMERO: PREFE 024/2015, de 03 de Setembro de 2015 (Contrato de Repasse nº 772289/2012/MAPA/CAIXA).

DESCRIÇÃO: O objeto do presente aditivo é o termo de Cessão de Uso nº 273/2013, o qual tem como finalidade a cessão do bem abaixo relacionado:

· 01 (um) Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, Modelo DAOLV 5000, Patr. nº 16665, Série nº 0828495, juntamente com manual de operação, manutenção e garantia.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR

CNPJ: 82.951.336/0001-02

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Data vencimento: 31/12/2018

1º TERMO ADITIVO PREFE 023 DE 03 09 2015 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - TRATOR

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONVÊNIO/TERMO DE CESSÃO:

MÊS/ANO: Setembro/2015

NÚMERO: PREFE 023/2015, de 03 de Setembro de 2015 (Contrato de Repasse nº 772289/2012/MAPA/CAIXA).

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo é o Termo de Cessão de Uso nº 272/2013, o qual tem como finalidade a cessão do bem abaixo relacionado:

· 01 (um) Trator Agrícola, Marca Massey Ferguson, Modelo MF 4275/4, Diesel, 04 Cilindros, 75 CV, Patrimônio nº 16.812, Série nº 42.75.36.50.57.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR

CNPJ: 82.951.336/0001-02

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 31/12/2018

DEC 2075 DE 08 10 2015 SUPERÁVIT ESPORTE

DECRETO Nº 2075, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional pelo superávit financeiro e adiciona o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
27.812.1011.2.010 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	161	03.0000	5.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da Fonte de Recursos 03.0000 – recursos ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 2076 DE 09 10 15 SUPLEMENTAÇÃO AGRICULTURA

DECRETO Nº 2076, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00 e pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na entidade Prefeitura, na seguinte programação de despesa:

12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	133	0.1.0000	10.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial da seguintes dotação:

12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33500000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	132	0.1.0000	10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 09 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

LEI N. 1771 DE 15 10 15 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

LEI Nº 1771, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal do Idoso, órgão de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados à implantação, manutenção e desenvolvimento de programas, projetos, benefícios e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de São Domingos.

§1º A aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal do Idoso dar-se-á por meio dos órgãos governamentais, mediante aprovação do Conselho Municipal do Idoso.

§2º Para os órgãos não governamentais, a aplicação dos recursos provenientes do Fundo, dar-se-á mediante convênio específico e aprovação do Conselho Municipal do Idoso - CMI, obedecida a legislação vigente.

Art. 2º São objetivos do Fundo Municipal do Idoso:

I – apoiar programas, projetos e ações que visem à proteção, à defesa e à garantia dos direitos do idoso estabelecidos na legislação pertinente;

II – promover e apoiar a execução de programas e/ou serviços de proteção ao idoso.

Art. 3º O Fundo Municipal do Idoso terá como gestor o Secretário de Assistência Social, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos, benefícios e ações voltados à pessoa idosa, mediante anuência do Conselho Municipal do Idoso - CMI.

Parágrafo único. O gestor do Fundo Municipal do Idoso encaminhará ao Conselho Municipal do Idoso, trimestralmente, a demonstração da receita e da despesa por meio de relatórios de execução da despesa e, anualmente, o inventário de bens móveis.

Art. 4º Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

I - as transferências e repasses da União e do Estado, por seus órgãos e das entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II - as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - os valores das multas previstas na Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

VI - as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto de Renda, conforme a Lei nº 12.213 de 20 de

janeiro de 2010;

VII - as receitas estipuladas em Lei;

VIII - outras receitas destinadas ao referido Fundo.

§ 1º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta específica sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação vigente.

§ 2º Os recursos de responsabilidade do Município, destinados ao Fundo Municipal do Idoso serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa.

Art. 5º As despesas do Fundo Municipal do Idoso constituir-se-ão de:

I - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito público e para execução de projetos específicos destinados ao idoso;

II - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas, serviços ou projetos;

III - construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis para adequação de rede física de prestação de serviços públicos ao idoso;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos relacionados ao atendimento da pessoa idosa;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos investimentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços na área do idoso;

VI - despesas com pessoal;

VII - atendimento de outras despesas necessárias à execução das ações e serviços públicos de atendimento ao idoso, previsto em lei;

VIII - financiamento de ações, benefícios e serviços públicos voltados à pessoa idosa, desenvolvidos pelo órgão gestor da Política do Idoso ou por ela contratados, conveniados ou credenciados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 106/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 106/2015

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 041/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 30 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 7º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 21 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO DA META 6) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE (EXECUÇÃO DAS METAS 4 E 5), DE ACORDO COM O PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacoes@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 09 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 107/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 107/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 042/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 14:00 horas do dia 30 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA O 7º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 21 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacoes@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 09 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 080 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 080 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DO SUL".

JOÃO RUBES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, inciso V, da Lei Orgânica do Município e no Art. 155 da Lei Municipal nº. 1.063, de 01 de novembro de 2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 (trinta) de outubro de 2015, em homenagem relativa ao "Dia do Servidor Público", comemorado em 28 de outubro, conforme estabelece o artigo 155, da Lei Municipal nº. 1.063, de 01 de novembro de 2002.

Art. 2º - Para a Secretaria de Assistência Social e seus programas CRAS e SCFV, o Ponto Facultativo será no dia 03/11/2015.

Art. 3º - Não haverá Ponto Facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, tendo em vista o estipulado previamente no calendário escolar.

Art. 4º - Permanecerão atendendo a população, os serviços essenciais de saúde, em regime de Plantão.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 14 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 081 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 081 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

"REDUZ TEMPORARIAMENTE OS SUBSÍDIOS, VENCIMENTO E GRATIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) obriga o Município a adequar a execução da despesa em consonância com a arrecadação observada ao longo do ano;
Considerando o objetivo de assegurar condições financeiras para a manutenção de direitos dos servidores efetivos e a execução das políticas públicas em andamento por meio de redução de despesas, além de um maior controle orçamentário, em um cenário de queda de arrecadação e de diminuição dos repasses financeiros governamentais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reduzidos temporariamente em 40% (quarenta por cento) os subsídios do Prefeito Municipal, em 20% (vinte por cento) os subsídios do Vice-Prefeito Municipal e dos cargos comissionados de Secretários Municipais, Assessor jurídico e, em 10% (dez por cento) o vencimento dos cargos de Diretores de Departamentos, Gerentes, Chefes de Setores e a gratificação dos membros do magistério que exercem a função de direção de unidade escolar.
Parágrafo Único – A redução do subsídio do Prefeito Municipal não produzirá efeitos legais em relação ao "teto remuneratório" da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração a tomar as providências administrativas e legais necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Art. 3º. A redução salarial dos subsídios e vencimento dos cargos que especifica terá seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2015 e se estenderá até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 15 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 268/2015

DECRETO Nº 268/2015

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Tempestade Local / Convectiva Chuvas Intensas – 13214 conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor Humberto Luiz Brighenti, Prefeito do município de São Joaquim, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que nos dias 17, 18 e 19 de setembro do corrente ano com início às 4:00 horas da manhã do dia 17 houve período de chuva intensa nas áreas urbana e rural do município acompanhadas por fortes rajadas de vento. A chuva ocorreu nos três dias ininterruptos acumulando grande quantidade de água no solo onde choveu nesses três dias a quantidade de 259,90 mm, segundo relatório em anexo da Estação Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC EPAGRI, praticamente a metade de chuva prevista para o mês todo, havendo estragos de grande proporção nas estradas rurais em várias partes do município, principalmente nas localidades de Luizinho, Baios, Serraria 6, Morro Grande, Despraiado, Cruzeiro, Sumidouro, Bentinho, São Miguel do Caiamba, Estancia do Meio, Arvoredo, São João Pelotas – Brusca, Boava, Invernadinha e Pericó.

Também danificou três pontes nas localidades de Alecrim, São Miguel do Caiamba e Sumidouro, obrigando a Prefeitura Municipal interditar a passagem de veículo, visto que há passagem constante de caminhões nessas localidades além das outras localidades descritas acima. Houve também vários pontos de alagamento em vários bairros na área urbana do município.

II- Que em decorrência dos seguintes danos se prevê a estimativa de danos materiais causados pelo fenômeno no valor de R\$ 1.728.800,00 (Um milhão, setecentos e vinte e oito mil e oitocentos reais).

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade local/convectiva chuvas intensas 13214 conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 269/2015

DECRETO Nº 269/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA como GESTORA DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA – FIA DE SÃO JOAQUIM – SC, a Senhora MIRIAN CHIOCA VALTRICK, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – A Nomeação referida no artigo 1º não terá ônus para o Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

TERMO DE POSSE

Srª.: MIRIAN CHIOCA VALTRICK

Cargo: GESTORA DO FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA – FIA.

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de 2015, nesta cidade de São Joaquim – SC, na sala de Despacho da senhora Prefeita Municipal, compareceu a Senhora MIRIAN CHIOCA VALTRICK,

para tomar posse no Cargo de GESTORA DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA, para o qual foi Nomeada através do Decreto Nº 269/2015, de 23/09/2015.

Proferiu em voz alta as seguintes palavras, prestado ao seu compromisso:

“PROMETO CUMPRIR FIELMENTE OS DEVERES DO MEU CARGO”

Em seguida o Sr. Prefeito Municipal declarou empossada a referida Gestora, mandando que fosse lavrado o presente Termo de Posse.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

MIRIAN CHIOCA VALTRICK

Gestora do Fundo da Infância e da Adolescência

DECRETO Nº 270/2015

DECRET O Nº 270/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO ENTRE DOTAÇÕES DA MESMA ATIVIDADE CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(59)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0160 – Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO

03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(60)4.4.90.00.00.00.00.2.013-0160 – Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 28 de Setembro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 271/2015

DECRETO Nº 271/2015

“QUE PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 101/2015, DE 16/03/2015, QUE DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA NO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude de não ter sido aceita a proposta da única participante no processo licitatório de Nº 89/2015, referente à contratação dos serviços de coleta e destinação do lixo e considerado o fato de que o mesmo não pode sofrer solução de continuidade, fica declarada a situação de emergência administrativa na prestação dos referidos serviços.

Art. 2º - Em consequência, fica autorizada a contratação direta dos serviços de coleta e destinação do lixo, em caráter emergencial, e pelo prazo de 60 dias, nas mesmas condições do contrato firmado com a empresa Serrana Engenharia LTDA, cujo prazo se venceu em data de 15 de Setembro de 2015.

Art. 3º - No prazo de 60 dias deve ser aberto e finalizado novo processo licitatório para a contratação dos serviços de coleta e destinação do lixo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando prorrogados os efeitos do Decreto Nº 192/2015, 16/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 28 de Setembro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 272/2015

DECRET O Nº 272/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora: - NADIR OLIVEIRA PALMA, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretora de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de Setembro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 273/2015

DECRET O Nº 273/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora: - ELIANE ANDRADE DE SOUZA, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito – CC-3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 24 de Setembro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 274/2015

DECRET O Nº 274/2015

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO FUNCIONÁRIO
FRANCISCO DE ASSIS GUEDES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 292, datado de 16/09/2015, e em conformidade com o Art. 149 da Lei Municipal Nº 729 de 14/05/1971,; Fica concedido 06 (seis) meses de LICENÇA PRÊMIO ao senhor FRANCISCO DE ASSIS GUEDES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina, a referida licença é a contar do dia 28/09/2015 á 25/03/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 28 de Setembro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 275/2015

DECRET O Nº 275/2015

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À
FUNCIONÁRIA LUIZI MACEDO SILVA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora LUIZI MACEDO SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 034/2013, de 31/01/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 276/2015

DECRETO Nº 276/2015

“INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Avaliação, Reavaliação e Depreciação dos Bens Patrimoniais, integrada pelos Seguintes Membros:

- Antonio Wilmar da Silva – Presidente;
- Luciano Broering Alves – Membro Engenheiro;
- José Vilmar Mariott Antunes – Membro Secretário Municipal da Fazenda;
- Benta de Fatima Furtado – Membro;
- Nelson Andrade da Rosa – Membro,
- Layse Cechinel Rodrigues – Membro e
- Neri Antonio Chiodelli – Membro.

Parágrafo Único - As Nomeações referidas no artigo 1º deste Decreto, não receberão ônus do Município por estas nomeações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições dos Decretos Nº 159/2014, de 02/07/2014 e Nº 233/2015 de 02/09/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 277/2015

DECRET O Nº 277/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO ENTRE DOTAÇÕES DA MESMA ATIVIDADE CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(12)3.3.90.00.00.00.00.2.004-0160 – Aplicações Diretas 13.824,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 13.824,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(13)4.4.90.00.00.00.00.2.004-0160 – Aplicações Diretas 13.824,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 13.824,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 278/2015

DECRETO Nº 278/2015

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIO, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor FABRICIO FARIAS PADILHA, para ocupar o Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Administração, com 40 horas semanais classificado em 1º lugar no Concurso Público Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 279/2015

DECRETO Nº 279/2015

"QUE REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 223/2015, DE 31/07/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Revogado os efeitos do Decreto Nº 223/2015, de 31/07/2015, pois o servidor ALCERI CHIODELLI, ocupante da função de Contador, foi exonerado através da Portaria Nº 425/2015, de 06/10/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 223/2015, de 31/07/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 280/2015

DECRETO Nº 280/2015

"QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com as Leis Nº 1.918/1994, de 25/08/1994 e Lei Nº 1.925/1994, de 13/10/1994; Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a competente Escritura Pública à senhora TEREZINHA APARECIDA DE OLIVEIRA de um lote de terras Nº 06, quadra B, medindo 200,00m2, situado na Rua Nicanor Neves da Rosa, Bairro Olaria, nesta cidade.

Parágrafo Único – Fica fazendo parte integrante deste Decreto xerox do Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 281/2015

DECRETO Nº 281/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 55, ficam concedidas Progressão por Tempo de Serviço, as seguintes pessoas: - ELIANE NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora II Pós, 30 horas, Nível GI, com vencimentos mensais de R\$ 2.068,54 para Professora II Pós, 30 horas, Nível HI, com vencimentos mensais de R\$ 2.099,58, a referida progressão é a contar do dia 01/10/2015. – MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante do Cargo de Professora II Pós, 20 horas, Nível FI, com vencimentos mensais de R\$ 1.358,66 para Professora II Pós, 20 horas, Nível GI, com vencimentos mensais de R\$ 1.379,04, a referida progressão é a contar do dia 01/10/2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 282/2015

DECRET O Nº 282/2015

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A FUNCIONÁRIO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo ao servidor ADRIANO RODRIGUES TAVARES, pelo exercício da Chefia do Setor de Ambulatório da Unidade Sanitária de São Joaquim.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 283/2015

DECRETO Nº 283/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora ADRIANA BAESSO, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretora de Arrecadação, Fiscalização e Tributação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 284/2015

DECRETO Nº 284/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - As Repartições Públicas Municipais, funcionarão, em turno único, apenas nos horários compreendidos das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Único – Excetuam-se das disposições do presente Artigo, os serviços essenciais da Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Viação, Escolas, Creches e Exatoria Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 19 de Outubro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 285/2015

DECRETO Nº 285/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO
03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(13)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0048 – Aplicações Diretas 20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo

anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO
03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(7)3.1.90.00.00.00.00.00.2.020-0048 – Aplicações Diretas 20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 286/2015

DECRETO Nº 286/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO
03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(72)4.4.90.00.00.00.00.00.2.010-0210 – Aplicações Diretas 24.800,95
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 24.800,95

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO
03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(71)3.3.90.00.00.00.00.00.2.010-0210 – Aplicações Diretas 24.800,95
TOTAL DA ANULAÇÃO 24.800,95

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 287/2015

DECRETO Nº 287/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte

dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(4)4.4.90.00.00.00.00.2.014-0024 – Aplicações Diretas 554,77

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 554,77

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO

03.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(3)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0024 – Aplicações Diretas 554,77

TOTAL DA ANULAÇÃO 554,77

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 288/2015

DECRET O Nº 288/2015

“QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: – FRANCINE MATOS DE MORAIS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Administração, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 248/2015, de 01/09/2015. A referida exoneração é a contar do dia 03/10/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de Outubro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CURSO DE FORMAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CURSO DE FORMAÇÃO

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

Em cumprimento às determinações da Senhora ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOAQUIM – SC – CMDCA, tendo em vista a classificação final das eleições do PROCESSO DE SELEÇÃO E ELEIÇÃO PARA OS CARGOS DE CONSELHEIRO (A) TUTELAR, através da COMISSÃO ESPECIAL nomeada pelo Decreto nº 139/2015 de 27 de Abril de 2015.

TORNA PÚBLICO

1. Convoca os relacionados abaixo para o CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS (AS) TUTELARES.

CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ISABELLA CHIODELLI	00060001303	1º - TITULAR
AMANDA BORGES FERNANDES	00060001289	2º - TITULAR
NELCI DA SILVA TOMAZ	00060001306	3º - TITULAR
DAIANI PADILHA DE SOUZA	00060001316	4º - TITULAR
ROSMARI MARAFIGO DE JESUS	00060001307	5º - TITULAR
SIMONE ALI HUSEIN	00060001297	1º - SUPLENTE
JAISON DA SILVA	00060001305	2º - SUPLENTE
JADINA PADILHA GUIMARAES	00060001363	3º - SUPLENTE
EDIJAN MEDEIROS	00060001309	4º - SUPLENTE
DANIELA MENDES RODRIGUES	00060001310	5º - SUPLENTE

2. O Curso de Formação será realizado no CAIC FULVIO AMARANTE FERREIRA, situado à Rua Manoel Rodrigues do Nascimento s/nº, Sala 18, 2º Andar, Bairro Jardim Minuano – São Joaquim – SC, entre os dias 09/11/2015 a 11/11/2015, das 8h às 11h 30 e 14h às 17h 30.

3. O convocado na condição de TITULAR que deixar de participar do Curso de Formação, estará impedido de assumir o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, estando sujeito à perda do mandato.

4. O convocado na condição de SUPLENTE que deixar de participar do Curso de Formação, estará impedido de assumir o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, quando da vacância do cargo.

5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Joaquim - SC, 16 de Outubro de 2015.

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PROCESSO DE SELEÇÃO E ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO (A) TUTELAR

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

PREFEITO DE SÃO JOAQUIM - SC

LEI Nº 4.347/2015

LEI Nº 4.347/2015

“QUE DA DENOMINAÇÃO A FUTURA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a futura Unidade de Atenção Especializada em Saúde, a ser construída no Bairro Martorano, denominada de – Unidade de Atenção Especializada em Saúde “JOSÉ ARANTE DA SILVA MATOS”.

Parágrafo Único – Que a denominação dada ao imóvel seja gravada em todos os documentos que se refiram aquela Unidade como: Unidade de Atenção Especializada em Saúde “JOSÉ ARANTE DA SILVA MATOS”

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.348/2015

LEI Nº 4.348/2015

"QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR".

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, por período indeterminado, podendo ser rescindido em qualquer tempo, com Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, objetivando a Cessão de um veículo Marca Mercedes Benz CDI SPR TCA AMB, Modelo 2015, espécie caminhão/ambulância, combustível diesel, cor vermelha, ano de fabricação 2014, chassi 8AC906633FE105047, Placas QHS3913, com todos os equipamentos obrigatórios.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 20 de Agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº _____/2015

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de São Joaquim e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, situado na Praça Coronel João Ribeiro, nº 01, inscrito no CNPJ nº 82.561.093/0001 - 98, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Humberto Luiz Brighenti, portador da Carteira de Identidade nº 2.64449/ SSP/SC, CPF nº 031.297.036-76, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, para utilização do Corpo de Bombeiros Militar, sediado no Município de São Joaquim, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: I – (01) veículo marca Mercedes Benz, modelo CDI SPR TCA AMB, tipo Caminhão/Ambulância, combustível óleo Diesel, ano de fabricação/modelo 2014/2015, cor vermelha, chassi nº 8AC-906633FE105047, placa QHS-3913, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 178.280,00 (cento e setenta e oito mil, duzentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de São Joaquim, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**I - São obrigações do CESSIONÁRIO:**

- a) usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) arcar com os custos de abastecimento, conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - São obrigações do CEDENTE:

- a) arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina ou da conta convênio entre o município e o CBMSC;
- b) arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2014 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado;
- c) realizar os abastecimentos necessários até o devido emplacamento quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi;
- d) realizar o emplacamento do veículo quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso natural.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei Municipal nº 4.348/2015, de 29 de Setembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Joaquim, 29 de Setembro de 2015 - SC,

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI Prefeito Municipal de São Joaquim/Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

SILVIA HELENA SILVA LEMOS Agente Administrativo CPF nº 642.575.259-91	ARTHUR EUGENIO DA SILVEIRA JUNIOR Comandante Interino da 2ª/5ªBBM CPF nº 653.151.389-68

LEI Nº 4.349/2015

LEI Nº 4.349/2015

“QUE DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta do provável excesso de arrecadação a ser verificado no exercício de 2015 na fonte de recursos FNS-SAMU.

Art. 2º - Fica aberto no orçamento programa de 2015 crédito adicional suplementar na dotação orçamentaria que segue:

03- PODER EXECUTIVO

03.13- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(30)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0039 – Aplicações Diretas 83.911,33

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 83.911,33

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.350/2015

LEI Nº 4.350/2015

“ QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2015.

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.854,04 (seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos), para seguinte dotação orçamentária, como segue:

03 - PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(57) 4.4.90.00.00 .00.00.00.2.056-0009 – Aplicações Diretas 6.854,04

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 6.854,04

Art. 3º O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta da utilização do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos do Salário Educação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.351/2015

LEI Nº 4.351/2015

“QUE DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta da anulação parcial de dotação.

Art. 2º - Fica aberto no orçamento programa de 2015 crédito adicional suplementar na dotação orçamentaria que segue:

03- PODER EXECUTIVO

03.06- SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(43)3.3.90.00.00.00.00.00.2.009-0160 – Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 120.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentaria:

03- PODER EXECUTIVO

03.06- SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(34)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0160 – Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 120.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.352/2015

LEI Nº 4.352/2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017 PELA INCLUSÃO DE QUATRO NOVAS AÇÕES"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" com emenda supressiva ao Art. 1º, e eu sanciono e promulgo a presente Lei que passa a ter a seguinte Redação:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração pela inclusão de quatro novas ações no Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei 4.193, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º Fica incluso no PPA Quadriênio 2014-2017 as seguintes ações:

03.07 - SECRETARIA DE TURISMO**1.028 - REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA MAÇA E DO CENTRO DE EVENTOS NEWTON STÉLIO FONTANELA**

4.4.90.00.00.00.00.00 00010080 00.00.00 76.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 00010191 04.03.00 6.024.000,00

TOTAL 6.100.000,00

1.029 - REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

4.4.90.00.00.00.00.00 00010080 00.00.00 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 00010191 04.03.00 495.000,00

TOTAL500.000,00

1.030 - REFORMA E ADEQUAÇÃO DO BELVEDERE EM SÃO JOAQUIM

4.4.90.00.00.00.00.00 00010080 00.00.00 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 00010191 04.03.00 396.000,00

TOTAL400.000,00

1.031 - REFORMA DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA DE GASTRONOMIA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 00010080 00.00.00 7.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 00010191 04.03.00 693.000,00

TOTAL700.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Julho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.353/2015

LEI Nº 4.353/2015

"QUE CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Joaquinense ao Senhor João Raimundo Colombo, pelos relevantes serviços prestados ao Município de São Joaquim-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 399/2015

PORTARIANº 399/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ANA MARIA MATOS AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, na área de Anos Iniciais, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – ANDRÉIA RAMOS FLORES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, na área de Artes, Profª. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – AMELIA MACHADO VIEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de 2º Professor Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – ANGELINA COSTA LINHARES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Anos Iniciais Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – ADRIANA APARECIDA MACEDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Ciências, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – CASSIANO SUHRE DA ROSA, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – CLEUZA APARECIDA BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de São Sebastião da Várzea, na área de Pré-Escolar, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – CLAUDIA ELENICE PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Inglês, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 400/2015

PORTARIANº 400/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - DENISE NUNES PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Ciências, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - DAIANI BECCARI NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, em todas as Escolas Municipais, na área de Turismologia, Profª. 2º Grau, com 40 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - DAIANE NUNES DE OLIVEIRA MAURICIO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Matemática, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - DAIANE APARECIDA VITORINO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Inglês, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Matemática, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - ELIZABETH BATHKE VIEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Língua Portuguesa, Profª. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - ERICA DE SOUZA AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Artes, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 401/2015

PORTARIANº 401/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - ELIANE OLIVEIRA NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim

Bandeira, na área de Artes, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - EVANIR CECHINEL DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de 2º Professor, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Inglês, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - GRAZÍELA RAIZER DA CRUZ, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de AEE, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - GIZELI RIBEIRO MATTOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de História, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 402/2015

PORTARIANº 402/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - JANAINA BORGES HABITZREUTER, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Matemática, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Geografia, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Educação Infantil, Profª. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - JANAINA UIARA DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Língua Portuguesa, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - JANETE BARBOSA DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL, para exercer a função de Professora

Substituta, no C.E.I. José Diomar Padilha Rodrigues, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na área de 2º Professor, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – LILIANE LEANDRO MACHADO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, na área de Artes, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de 2º Professor, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 403/2015

PORTARIANº 403/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Artes, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MARINÊS YUNG FIGUEIREDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, na área de 2º Professor, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MARIELA TAINA DE JESUS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de AEE, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MARLI PEREIRA CARDOSO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MAIANE VIEL, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Educação Física, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, na área de Inglês, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – MAIARA PADILHA NESI, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, na área de Matemática, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem

técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 404/2015

PORTARIANº 404/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - MARIA GORETE GARCIA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Anos Iniciais, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – PATRICIA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – PATRICIA NUNES DE BRIDA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Língua Portuguesa, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – RENATA STEFFEN DE BETTIO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Matemática, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – RITA DE CASSIA RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Anos Iniciais, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de 2º Professor, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. – ROSILENE FIGUEIREDO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Educação Infantil, Profª. Normalista, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 405/2015

PORTARIANº 405/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - RUAN MEDEIROS DE SOUZA, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Língua Portuguesa, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - SÔNIA LARA BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Perico, Localidade de Pericó, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - SABRINA ARCARO MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Artes, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - SILVANA PEREIRA SCHLICHTING, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Educação Infantil, Profª. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - TAMARA NUNES DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, na área de Língua Portuguesa, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - TAISE DE SOUZA VELHO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Matemática, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 406/2015

PORTARIANº 406/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - EDINÉIA NAZARE BORGES VELASCO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, com 40 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015, em substituição a Agente Rosane Aparecida Bruch, que encontra-se em licença pelo INSS. - ELZA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, com 40 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - JOSIANE LEHMKUHL, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, com 40 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015. - ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no

C.E.I. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, com 40 horas semanais, a contar do dia 21/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 407/2015

PORTARIANº 407/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Educação Física, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - BEATRIZ CRISTINA GODOY GOULART YAMAGUCHI, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Anos Iniciais, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - JOSIELLI DA SILVA PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Geografia, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - MARISTELA SCHMIDT LIMA, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Língua Portuguesa, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - NEURA MARA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - PAULO AFONSO LIZ DA SILVA, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Educação Física, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015. - VERÔNICA RODRIGUES BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de 2º Professor, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 408/2015

PORTARIANº 408/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - LENITA DE FATIMA SOUSA DIEL, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 40 horas semanais, a contar do dia 23/09/2015. - TATIANE DE FATIMA IENDRAS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, com 40 horas semanais, a contar do dia 23/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 409/2015

PORTARIANº 409/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária IVANA SILVEIRA GÓSS, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 24/09/2015 à 23/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 410/2015

PORTARIANº 410/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora BEATRIZ CRISTINA GODOY GOULART YAMAGUCHI, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 411/2015

PORTARIANº 411/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária DAYANE OLIVEIRA DE BRIDA, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 28/09/2015 à 27/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 412/2015

PORTARIANº 412/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 267/2015, de 22/09/2015, Que autoriza Chamada Pública para contratação de Professores; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ADRIELE COSTA MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Educação Física, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - DEIZIANI PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de História, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - GRAZIELI CRISTINI DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, na área de Música, Profª. Normalista, com 40 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - MAIANE VIEL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, na área de Educação Física, Profª. 2º Grau, com 10 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - MARCIA RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Artes, Profª. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - MARILEIA APARECIDA OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José e Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, na área de Música, Profª. 2º Grau, com 40 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - MARLISE PADILHA NESI, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Matemática, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. - ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área

de Educação Física, Prof. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015. – SAMARA GARCIA PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, na área de Música, Profª. 2º Grau, com 40 horas semanais, a contar do dia 28/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 413/2015

PORTARIANº 413/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 267/2015, de 22/09/2015, Que autoriza Chamada Pública para contratação de Professores; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Geografia, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – ANA PAULA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de 2º Professor, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – GABRIEL ALMEIDA DA SILVA, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Inglês, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – JOSIELLI DA SILVA PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Geografia, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – LARISSA ALVES MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de 2º Professor, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – ROSEMARY DA SILVA MELO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Educação Física, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – SILVANA MUNIZ DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Inglês, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – SILVIA REGINA IBANÊZ RODRIGUES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Ciências, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – STEFANI SILVA BARBOSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Matemática, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015.

– VALERIA DA SILVA BATISTA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de História, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas

pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 414/2015

PORTARIANº 414/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: – TATIANI FOGAÇA VELHO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de 2º Grau, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015. – LUCIANA DE FATIMA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Anos Iniciais, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/09/2015, em substituição a professora Thais Córdova de Liz que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Setembro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 415/2015

PORTARIANº 415/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 267/2015, de 22/09/2015, Que autoriza Chamada Pública para contratação de Professores; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - CLAUDIA GÓSS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de História, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 30/09/2015. – DANIELA MARTINS DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Ciências, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 30/09/2015.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Setembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 416/2015

PORTARIANº 416/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 267/2015, de 22/09/2015, Que autoriza Chamada Pública para contratação de Professores; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora – NEOMAR NESI DE MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de 2º Professor, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/10/2015.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 417/2015

PORTARIANº 417/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ALVADIR OLIVEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Pedreiro, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/10/2015 à 30/10/2015. – LUCIANI PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 418/2015

PORTARIANº 418/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANGELITA BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 10/09/2015, e o retorno de acordo com o INSS. – FABIANO PADILHA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 03 (três) dias, a contar do dia 14/09/2015. – DANIELA CRISTINA MEDEIROS, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 14/09/2015. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01(um) dia, no dia 15/09/2015. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 15/09/2015. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 15/09/2015. – ADRIANA APARECIDA ARTISMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 15/09/2015. – LOURDES APARECIDA SOUZA LIZ, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 15/09/2015. – RAFAELA SAMARA FARIAS KAULING, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/09/2015. – JICIANE AGUIDA VELHO, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 16/09/2015. – MARTA GODOY DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 16/09/2015. – OTILIA DE FATIMA DA SILVA MELO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 17/09/2015. – ADRIANA MARIA DE SOUZA ALMEIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/09/2015. – IRENE PADILHA ALVES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/09/2015. – RODRIGO ISMAEL DE CARVALHO, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem, por 03 (três) dias, a contar do dia 21/09/2015. – DANIELE HUGEN RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 21/09/2015. – TEREZINHA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 22/09/2015. – ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 22/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 419/2015

PORTARIANº 419/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MAIARA PADILHA NESI, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/09/2015. – ORANDINA DE FATIMA MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/09/2015. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 23/09/2015. – CATIA RAQUEL NUNES, ocupante

da Função de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 23/09/2015. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 23/09/2015. – ELISANE ZANETTE VARELA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 24/09/2015. – DILMA DE FATIMA N. JESUS ANTUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 10 (dez) dias, a contar do dia 25/09/2015. – LUCIA DE FATIMA FURTADO DOS SANTOS MARTINS, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a contar do dia 26/09/2015. – MICHELE ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/09/2015. – MARLUZE NUNES CASCAES, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/09/2015. – ANA MARIA SERAFIM, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 28/09/2015. – RICARTE COSTA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/09/2015. – ELISIANE FELIPE TOMIOSSO, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 28/09/2015. – MARINÊS IUNG FIGUEIREDO, ocupante da Função de Professora, por 10 (um) dia, no dia 21/09/2015. – MARIA BERNADETE BARBOSA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 29/09/2015. – EDUARDO LUIZ MASSENZ, ocupante do Cargo de Professor, por 03 (três) dias, a contar do dia 29/09/2015. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 30/09/2015. – JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 30/09/2015. – SAMILLE VIEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 30/09/2015, e o retorno de acordo com o INSS. – CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 01/10/2015. – TEREZINHA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 01/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 420/2015 PORTARIANº 420/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: – PATRICIA CAMARGO PALMA, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de AEE, Profª. Normalista, com 10 horas semanais, a contar do dia 30/09/2015.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 30 de Setembro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 421/2015 PORTARIANº 421/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MARIA APARECIDA DA LUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria de Turismo – CC-4, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 21/09/2015. – ELOIZA NUNES DEMESSIANO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 28/09/2015. – JUAREZ CAMARGO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 29/09/2015. – ESTELA DALVA HUGEN MACHADO, ocupante do Cargo de Museóloga, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 01/10/2015. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 05/10/2015. – BERNADETE PORTO KAULING, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 05/10/2015. – ROSANA NUNES DE JESUS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 422/2015 PORTARIANº 422/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a funcionária MARINÊS IUNG FIGUEIREDO, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 21/09/2015 até o dia 27/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 21 de Setembro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 423/2015 PORTARIANº 423/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária RITA DE CASSIA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/10/2015 à 03/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 424/2015

PORTARIANº 424/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ARIIVALDO ANRIQUE DOS SANTOS ROSA, ocupante do Cargo de Motorista – Conselho Tutelar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/10/2015 à 03/11/2015. – ANTONIO EDSON PEREIRA, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/10/2015 à 03/11/2015. – ELAINE CRISTINA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/10/2015 à 03/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 425/2015

PORTARIANº 425/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADO por Término de Contrato o senhor: - AL-CERI CHIODELLI, ocupante da Função de Contador, na Secretaria Municipal da Fazenda, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 366/2013, de 07/10/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 426/2015

PORTARIANº 426/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário ENEVALDO PINTO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Pintor, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 06/10/2015 à 04/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 427/2015

PORTARIANº 427/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor JOSÉ WALTRICK, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineiro), na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/10/2015, em substituição a agente Maria Aparecida Jesus Artismo que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 428/2015

PORTARIANº 428/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 07/10/2015 à 05/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 429/2015

PORTARIANº 429/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, de 14/09/15; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora MAIARA FIGUEIREDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade

de São Sebastião do Arvoredo, na área de Língua Portuguesa, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 07/10/2015, em substituição a Professora Samille Vieira Rosa que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 430/2015

PORTARIANº 430/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ANDRIGO DE SOUZA GOULART, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/10/2015 à 11/11/2015. - SERGIO LUIZ ZANCHI, ocupante do Cargo de Chapeador, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/10/2015 à 11/11/2015. - LOURDES APARECIDA DE SOUZA LIZ, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/10/2015 à 11/11/2015. - ELOIZA DO CARMO RIBEIRO MARIOTT, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 13/10/2015 à 11/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 431/2015

PORTARIANº 431/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - RITA DE CASSIA SOUZA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, por 09 (nove) dias, a contar do dia 01/10/2015, para tratamento de saúde de seu esposo. - NEURA CANDIDA DE LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/10/2015. - NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/10/2015. - MARIA JULIA RUPNIEVSKI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 05/10/2015. - IVONETE PEREIRA BORGES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 06/10/2015. - TEREZINHA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 07/10/2015. - ADRIANA DE JESUS ANSELMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/10/2015. - THAISE GREICI DA SILVA, ocupante da Função de Diretora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/10/2015. - DONATO PADILHA NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, por 01 (um) dia, no dia 08/10/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/10/2015. - DANIELA CRISTINA MEDEIROS, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, por 02 (dois) dias, a contar do dia 12/10/2015. - DANIELA CRISTINA MEDEIROS, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, por 01 (um) dia, no dia 13/10/2015. - BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 13/10/2015. - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 13/10/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 13/10/2015. - VALERIA DA SILVA BATISTA, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2015. - RAFAELA SAMARA FARIAS DA SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2015. - MARTA GODOY DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 14/10/2015. - ROSANI VALIM GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Outubro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2015 - Processo nº 406/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CEM LUAR – SERRARIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 04 de novembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 04 de novembro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 5132/2015

DECRETO Nº 5132/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$115.713,22 (cento e quinze mil, setecentos e treze reais e vinte e dois centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.507 – Merenda Escolar – Pré Escola / CEI

199 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 103.000,00
200 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 7.604,65
Total desta Atividade R\$ 110.604,65

18.01.12.306.0103.2.026 – Merenda Escolar – Ensino Fundamental

186 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.108,57
Total desta Atividade R\$ 5.108,57
Total do Órgão R\$ 115.713,22
Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 115.713,22

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 115.713,22 (cento e quinze mil, setecentos e treze reais e vinte e dois centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.027 – Merenda Escolar – Creche

189 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 414,84

190 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 51.427,35
Total desta Atividade R\$ 51.842,19

08.01.12.306.0103.2.322 – Merenda Escolar – Ensino Médio

192 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 1.540,36
193 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 4.776,86
Total desta Atividade R\$ 6.317,22

08.01.12.306.0103.2.323 – Merenda Escolar – Educação de Jovens e Adultos

195 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 10.500,00
196 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 47.053,81
Total desta Atividade R\$ 57.553,81
Total do Órgão R\$ 115.713,22
Total da Anulação R\$ 115.713,22

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5133/2015

DECRETO Nº 5133/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 273.336,38 (duzentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.146 – Medicamentos de Processo Judicial – FMS

1463 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

25.01.10.301.0102.2.150 – Fornecimento de Medicamentos e outros – FMS

1518 – 3.3.90.30.00.00.0082 – Material de Consumo, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 130.000,00

Total desta Atividade R\$ 130.000,00

25.01.10.302.0102.2.243 – Funcionamento e Manutenção do CEO - FMS

1650 – 3.3.90.30.00.00.0082 – Material de Consumo, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 24.000,00

1651 – 3.3.90.30.00.00.0344 – Material de Consumo, Recursos da Produção do CEO I – FMS – MS R\$ 63.810,00

1652 – 3.3.90.30.00.00.0346 – Material de Consumo, Recursos do Centro de Especialidades Odontológicas – FMS – CEO R\$ 5.526,38

Total desta Atividade R\$ 93.336,38

Total do Órgão R\$ 273.336,38

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 273.336,38

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 273.336,38 (duzentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.246 – Contratualização de Serviços Complementares - FMS

1550 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 200.000,00

Total desta Atividade R\$ 200.000,00

25.01.10.302.0102.2.243 – Funcionamento e Manutenção do CEO - FMS

1649 – 3.3.90.14.00.00.0344 – Diárias – Civil, Recursos da Produção do CEO I – FMS – MS R\$ 21.270,00

1653 – 3.3.90.33.00.00.0344 – passagens e Despesas com Locação, Recursos da Produção do CEO I – FMS – MS R\$ 21.270,00

1654 – 3.3.90.36.00.00.0344 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Recursos da Produção do CEO I – FMS – MS R\$ 21.270,00

1657 – 3.3.90.39.00.00.0346 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos do Centro de Especialidades Odontológicas – FMS – CEO R\$ 5.526,38

1658 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 4.000,00

Total desta Atividade R\$ 73.336,38

Total do Órgão R\$ 273.336,38

Total da Anulação R\$ 273.336,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5134/2015

DECRETO Nº 5134/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 418.780,00 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e oitenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.0102.2.143 – Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental

1665 – 3.3.90.14.00.00.0042 – Diárias – Civil,
Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária
..... R\$ 10.000,00
1666 – 3.3.90.30.00.00.0042 – Material de Consumo,
Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária
..... R\$ 71.430,00
1674 – 4.4.90.52.00.00.0042 – Equipamentos e Material Perma-
nente,
Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária
..... R\$ 20.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 101.430,00

25.01.10.305.0102.2.144 – Funcionamento e Manutenção da Vigi-
lância Epidemiológica

1681 – 3.3.90.30.00.00.0339 – Material de Consumo,
Recursos do PPI – FMS – ECD – MS
..... R\$ 76.905,00
1689 – 3.3.90.39.00.00.0339 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica,
Recursos do PPI – FMS – ECD – MS
..... R\$ 100.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 176.905,00

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de
Saúde – FMS

1489 – 3.3.90.30.00.00.0334 – Material de Consumo,
Recursos do PAB FIXO – FMS
..... R\$ 87.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 87.000,00

25.01.10.302.0102.2.242 – Manutenção do SAMU

1640 – 3.3.90.30.00.00.0345 – Material de Consumo,
Recursos do SAMU – FMS – MS
..... R\$ 53.445,00
Total desta Atividade
..... R\$ 53.445,00
Total do Órgão
.. R\$ 418.780,00
Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 418.780,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adi-
cional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º des-
te Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$
418.780,00 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e oitenta re-
ais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São
José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.0102.2.143 – Funcionamento e Manutenção da Vigi-
lância Sanitária e Ambiental

1669 – 3.3.90.33.00.00.0042 – passagens e Despesas com Loca-
ção,
Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária
..... R\$ 21.905,00
1670 – 3.3.90.36.00.00.0042 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Física,
Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária
..... R\$ 49.525,00
1672 – 3.3.90.39.00.00.0042 – Outros Serviços de Terceiros

– Pessoa Jurídica,
Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária
..... R\$ 30.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 101.430,00

25.01.10.305.0102.2.144 – Funcionamento e Manutenção da Vigi-
lância Epidemiológica

1684 – 3.3.90.33.00.00.0339 – Passagens e Despesas com Loca-
ção,
Recursos do PPI – FMS – ECD – MS
..... R\$ 5.635,00
1685 – 3.3.90.35.00.00.0339 – Serviços de Consultoria,
Recursos do PPI – FMS – ECD – MS
..... R\$ 21.270,00
1690 – 4.4.90.51.00.00.0339 – Obras e Instalações,
Recursos do PPI – FMS – ECD – MS
..... R\$ 150.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 176.905,00

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de
Saúde – FMS

1504 – 3.3.90.39.00.00.0334 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica,
Recursos do PAB FIXO – FMS
..... R\$ 87.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 87.000,00

25.01.10.302.0102.2.242 – Manutenção do SAMU

1638 – 3.3.90.14.00.00.0345 – Diárias – Civil,
Recursos do SAMU – FMS – MS
..... R\$ 5.635,00
1642 – 3.3.90.32.00.00.0345 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos do SAMU – FMS – MS
..... R\$ 23.175,00

1644 – 3.3.90.36.00.00.0345 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Física,
Recursos do SAMU – FMS – MS
..... R\$ 10.635,00
1646 – 3.3.90.39.00.00.0345 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica,
Recursos do SAMU – FMS – MS
..... R\$ 14.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 53.445,00
Total do Órgão
.. R\$ 418.780,00
Total da Anulação
.. R\$ 418.780,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015/GAB

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015/GAB

DISPÕE ACERCA DA ABERTURA DE INSCRIÇÕES E DEMAIS NORMAS ATINENTES A CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José e a Secretária Municipal da Administração, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a realização de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São José, que será regido pela legislação em vigor e pelo presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será regido pelo presente edital e executado sob a responsabilidade da Fundação de Estudos e Pesquisa Socioeconômicos – FEPESE, localizada no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima ☐ Universidade Federal de Santa Catarina ☐ UFSC, Trindade, CEP 88.040-900, Florianópolis, SC, telefones (48) 3953 1000, 3953 1032, e☐mail: saudesaojose@fepese.org.br.

1.2 O presente edital, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do concurso na Internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br>.

1.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.4 Os documentos e requerimentos relacionados ao presente concurso, salvo expressa determinação do edital, devem ser entregues pessoalmente pelo candidato, ou por procurador devidamente habilitado, nos horários e locais abaixo estabelecidos:

Posto de Atendimento 1 – FEPESE

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP: 88040-900- Trindade - Florianópolis, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Horário do último dia de inscrições: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00.

Posto de Atendimento 2 – Município de São José

Prefeitura Municipal de São José

Avenida Acioni de Souza Filho (Beira Mar de São José), nº 403, Praia Comprida – São José/SC
3º Andar - Auditório

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Horário do último dia de inscrições: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00.

1.5 O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de São José.

2. CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

2.1 Os cargos, vagas, cargas horárias, vencimentos e as exigências de escolaridade para os cargos objeto do presente concurso público, são as seguintes:

2.1.1 Cargos com exigência de Nível Superior

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	REQUISITOS E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL MÍNIMA EXIGIDA
Enfermeiro da Família	40H	05	3.810,40	Ensino Superior completo em Enfermagem, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão
Profissional de Educação Física	30H	04	2.631,50	Ensino Superior Completo em Educação Física (Bacharelado em Educação Física, com base na Resolução nº 7/CNE/CES/2004, Bacharelado ou Licenciatura em Educação Física, com base na Resolução nº 03/CFE/1987 ou Resoluções anteriores expedidas pelo CFE), com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão

Farmacêutico	30H	01	2.631,50	Ensino Superior completo em Farmácia (currículo definido pela Resolução CNE/CES nº 2/2002) e/ou Ensino Superior completo em Farmácia, anterior à Resolução CNE/CES nº 2/2002, com habilitação em Bioquímica ou Análises Clínicas e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão
Fisioterapeuta	30H	01	2.631,50	Ensino Superior completo em Fisioterapia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão
Cirurgião Dentista	20H	01	3.148,14 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Odontologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão
Médico da Família	40H	10	9.359,16 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina.
Médico Psiquiatra	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Psiquiatria, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Psiquiatra da Infância e Adolescência	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Psiquiatria da Infância e Adolescência, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Neurologista Pediátrico	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Neurologia Pediátrica, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Pediatra	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Pediatria, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Oftalmologista Pediátrico	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Oftalmologia, Pediátrica, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Otorrinolaringologista Pediátrico	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Otorrinolaringologia Pediátrica, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Cirurgião Geral	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Cirurgia Geral registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Neurologista com habilitação em Neurofisiologia	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina, com habilitação específica na área de atuação exigida, com registro no Conselho Regional de Medicina
Médico Mastologista	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Mastologia, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Reumatologista	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Reumatologia, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Urologista	20H	Cadastro de Reserva*	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Urologia, registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Pneumologista Pediátrico	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Pneumologia Pediátrica registrada no Conselho Regional de Medicina
Médico Gastroenterologista Pediátrico	20H	01	4.679,58 + Gratificação de Produtividade	Ensino Superior completo em Medicina registrado no Conselho Regional de Medicina, com habilitação em Gastroenterologia Pediátrica, registrada no Conselho Regional de Medicina

2.1.2 Cargos com exigência de Nível Médio/ Técnico

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	REQUISITOS E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL MÍNIMA EXIGIDA
Técnico em Enfermagem da Família	40H	10	1.994,65	Curso Técnico completo em Enfermagem, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

2.1.3 Cargos com exigência de Ensino Fundamental

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	REQUISITOS E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL MÍNIMA EXIGIDA
Agente Comunitário de Saúde (ACS)*	40H	1.014,00	Curso de Ensino Fundamental completo.

2.1.3.1. As áreas de abrangência para a atuação do cargo Agente Comunitário de Saúde constam do quadro a seguir:

*ÁREA DE ABRANGÊNCIA (BAIRRO) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	VAGAS ACS
Areias	01
Barreiros	01
Procasa	01
Sede – Centro Histórico	01
Fazenda Santo Antônio	01
Bela Vista	01
Ipiranga	01
Serraria	01
Zanellato	01
Morar Bem	01
Luar	01
Picadas do Sul	01
Sertão do Maruim	01
Forquilhas	01
Forquilhaes	01
Santos Saraiva	01
Colônia Santana	01
Campinas	01
Roçado	01
Potecas	04
Ceniro Martins	04
Vista Bela	04

2.2 As atribuições de cada cargo e área constam no Anexo 2 deste Edital.

2.3 No caso do cargo de Médico Urologista, este Edital destina-se à formação de cadastro de reserva a ser utilizado após a convocação de todos os classificados no concurso público referente ao Edital nº 002/2014/GAB ou até o fim do prazo de validade do mencionado concurso.

2.4 Os candidatos nomeados estarão sujeitos ao estágio probatório pelo período de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

2.5 A Gratificação de Produtividade para o cargo de Cirurgião Dentista, referida no quadro do item 2.1.1 corresponde a, no máximo, ao valor mensal de R\$ 1.416,66, variando, de acordo com a produção mensal do servidor, em conformidade com o artigo 33 da Lei Complementar nº 054/2011, com redação dada pela Lei Complementar nº 056/2011.

2.6 A Gratificação de Produtividade para o cargo de Médico referida no quadro do item 2.1.1 corresponde a, no máximo, ao valor mensal de R\$ 2.105,81, variando, de acordo com a produção mensal do servidor, em conformidade com o artigo 33 da Lei Complementar nº 054/2011, com redação dada pela Lei Complementar nº 056/2011.

2.6 A Gratificação de Produtividade para o cargo de Médico da Família referida no quadro do item 2.1.1 corresponde a, no máximo, ao valor mensal de R\$ 4.211,63, variando, de acordo com a produção mensal do servidor, em conformidade com o artigo 33 da Lei Complementar nº 054/2011, com redação dada pela Lei Complementar nº 056/2011.

2.7 Os servidores Médicos que atuarem na especialidade médica, para qual prestaram o concurso, e que possuam registro da especialidade junto ao Conselho Regional de Medicina têm direito à Gratificação por Exercício de Especialidade Médica (GEEM), com valor mensal de R\$ 1.244,11, respeitados os requisitos e condições previstos nos artigos 74 e 75 da Lei Complementar nº 054/2011, com redação dada pela Lei Complementar nº 056/2012.

2.8 O pagamento de auxílio-alimentação, a título de vantagem por dia útil trabalhado, aos servidores públicos ativos da Administração Municipal dar-se-á conforme os casos e as regras previstos pela Lei Municipal nº 4.799, de 26 de junho de 2009, e suas alterações posteriores.

2.9 A concessão de vale-transporte aos servidores é possível desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação e normas municipais.

2.10 A comprovação da Habilitação Profissional Mínima Exigida será feita até o momento da posse.

2.11 A falta de comprovação, na data de posse, da Habilitação Profissional Mínima Exigida de que trata este Edital resultará na edição de ato administrativo que tornará nula (sem efeito) a nomeação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

3.2 São requisitos básicos para o exercício de cargo público, caso seja o candidato classificado, dentre outros previstos neste Edital e em legislação específica:

- a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;
- b) estar em gozo dos seus direitos políticos;
- c) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- d) gozar de boa saúde, condição que será comprovada quando do processo de admissão por inspeção médica oficial;
- e) possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

3.3 O candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

3.4 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do requerimento de inscrição.

3.5 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço residencial e eletrônico (e-mail) constante da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada, até o dia 20 de novembro de 2015, por e-mail ou carta encaminhada à FEPESE e, após esta data, diretamente à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José.

3.6 Os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão optar, quando da inscrição, por uma área de atuação, conforme indicada anteriormente.

3.7 Em vista da Lei Federal nº 11.350/2006, os Agentes Comunitários de Saúde devem residir na área da comunidade em que irão atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público.

3.8 A inscrição somente será efetuada das 12 horas de 19 de outubro de 2015 às 16 horas de 19 de novembro de 2015, por um dos seguintes meios:

- a) Pela Internet;
- b) Pessoalmente ou por procurador devidamente constituído;

3.8.1 Instruções para a inscrição pela Internet

Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os passos:

1. Acessar o endereço eletrônico <http://saudesaojose.fepese.org.br>;
2. Ler atentamente o edital, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
3. Preencher o Requerimento de Inscrição e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
4. Imprimir e efetivar o pagamento do Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco do Brasil S.A., até a data de encerramento das inscrições.

3.8.2 Instruções para a inscrição presencial

Para efetivar a sua inscrição presencial, o candidato deverá seguir os passos:

1. Comparecer ao posto de atendimento, nos horários informados no item 1.4, munido de documento de identidade original com foto e do Cadastro de Pessoal Física (CPF);
2. Se procurador, portar documento de identidade original com foto e copia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato e do CPF, além do original do instrumento público de procuração, específico para realizar a inscrição;
3. Preencher o Requerimento de Inscrição e realizar os procedimentos indicados;
4. Obter e efetivar o Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco do Brasil S.A., até a data de encerramento das inscrições.

3.9 A taxa de inscrição é de:

- a) Para os cargos de Médico: R\$ 100,00 (cem reais);
- b) Para os demais cargos com exigência de ensino superior: R\$ 90,00 (noventa reais);
- c) Para os demais cargos com exigência de ensino médio/técnico e fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

3.10 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do concurso público na Internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br>. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.

3.11 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.12 A inscrição não poderá ser feita por qualquer outro meio. Também não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.13 Os candidatos sem acesso à Internet ou que tenham dificuldades de efetuar a sua inscrição, poderão obter orientação e acesso à internet na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento no Município de São José, cujos endereços e horários de funcionamento estão descritos no edital.

3.14 O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo ele o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição. Em determinados horários e dias poderá ocorrer a formação de filas. No último dia de inscrições só serão atendidos os candidatos que tiverem chegado aos locais determinados até as 16 (dezesseis) horas.

3.15 Nos locais de atendimento aos candidatos não será possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição.

3.16 O preenchimento do Requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.

3.17 A FEPESE e a Prefeitura Municipal de São José não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

3.18 A adulteração de qualquer documento ou a não-veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.19 Não serão admitidas, publicado o ato ou resultado de etapa do concurso público, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

3.20 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.

3.21 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

3.22 O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído.

4. DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 Será concedida a isenção da taxa de inscrição aos candidatos:

a) Doadores de sangue ou que integrem a Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta à doação.

b) Candidatos que não possuam renda, nos termos da Lei Municipal nº 5.006/2010, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

4.1.1 Pedidos de isenção dos candidatos doadores de sangue

Para ter direito à isenção, o doador de sangue ou integrante de Associação de Doadores candidato deverá entregar à FEPESE ou em Posto de Atendimento, até o dia 03 de novembro de 2015, os seguintes documentos:

a) Requerimento pedindo a isenção da inscrição (anexo 3);

b) Documento expedido pela entidade coletora discriminando o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos doze meses.

c) Para o candidato integrante de Associação de Doadores: documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar, minuciosamente, as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo contribui para estimular a doação de sangue.

4.1.2 Pedidos de isenção dos candidatos beneficiados pela Lei Municipal nº 5.006/2010

Para obter o benefício da Lei Municipal nº 5.006/2010, os candidatos que comprovarem não possuir renda deverão, no requerimento de inscrição, assinalar a opção "ISENÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL nº 5.006/2010" e entregar na FEPESE, pessoalmente ou por procurador, até o dia 03 de novembro de 2015, os seguintes documentos:

a) Requerimento pedindo a isenção da inscrição (anexo 3);

b) Original ou cópia de comprovante de residência no município de São José. Caso o nome constante no comprovante de residência não seja o do requerente, deverá anexar declaração do titular do comprovante de que reside naquele domicílio;

c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (da folha de identificação e do último contrato de trabalho);

d) Declaração firmada pelo candidato de que não é detentor de cargo público;

e) Declaração firmada pelo candidato de que não possui outra fonte de renda;

f) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

4.2 A FEPESE publicará no sítio do concurso público: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, a partir das 16 (dezesseis) horas do dia 09 de novembro de 2015, o deferimento dos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4.3 O candidato que tiver o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido, deverá, para participar do concurso, efetuar o pagamento da taxa de inscrição na data determinada pelas normas deste edital.

4.4 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Serão reservadas vagas aos candidatos com deficiência compatível para o cargo/atribuições, na proporção de 10 % (dez por cento) das vagas previstas neste edital.

5.2 Quando o cálculo da definição de vagas resultar em número fracionário haverá o arredondamento para o número imediatamente superior quando a fração for igual ou superior a cinco décimos, respeitando-se a Recomendação nº 0001/2015/11PJ/SJO do Ministério Público de Santa Catarina.

5.3 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, na Lei Estadual nº 12.870/04 e suas alterações.

5.4 Os inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência deverão entregar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento no Município de São José, nos dias úteis do período de 19 de outubro de 2015 a 19 de novembro de 2015, cópia do requerimento de inscrição acompanhada de atestado médico especificando a respectiva deficiência, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste edital.

5.5 Os candidatos portadores de deficiência aprovados no presente concurso, quando convocados para nomeação, serão submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

5.6 Nos casos em que a decisão final da Junta Médica Oficial concluir que a deficiência incapacita o candidato para o exercício do cargo público, será ele eliminado deste concurso e impedido de tomar posse.

5.7 O candidato portador de deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

5.8 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

5.9 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.10 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

6. OUTROS REQUERIMENTOS

6.1 O candidato que precisar de condições especiais, decorrentes de exigência médica, para acessar o local das provas ou para realizá-la, deverá indicar sua condição no requerimento e inscrição e informar sua condição especial requerida.

6.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de requerer condição especial no formulário de inscrição, deverá comparecer ao local da sua realização com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, acompanhada de pessoa maior, que ficará responsável pela guarda da criança em sala reservada para essa finalidade. No momento da amamentação, a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.

6.3 Os pedidos de condições especiais serão atendidos, respeitadas a viabilidade e a razoabilidade das petições.

6.4 A FEPESE publicará no sítio do concurso: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, a partir das 16 (dezesesseis) horas do dia 23 de novembro de 2015, o deferimento das condições especiais requeridas pelos candidatos.

6.5 Os requerimentos e documentos exigidos no item 6.1 e 6.5 também poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. As relações das inscrições homologadas e não homologadas estarão disponíveis no endereço eletrônico do concurso: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, na data provável de 23 de novembro de 2015.

8. DAS ETAPAS DO CONCURSO

8.1 O concurso constará de etapa única: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

9. DA PROVA ESCRITA

9.1 A prova escrita descrita no item 8.1.1 será aplicada no dia 29 de novembro de 2015, no município de São José (SC), de acordo com o cronograma abaixo:

Prova escrita com questões objetivas

Duração: 3h 30 min

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova	13h00min
Fechamento dos portões (a partir deste horário, não será permitida a entrada de candidatos sob qualquer alegação)	13h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas	13h52min
Início da resolução da prova	14h00min
Prazo mínimo para entrega da prova	15h00 min
Término da prova - devolução obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	17h30min

9.2 A prova escrita constará de questões objetivas, cada uma com 5 (cinco) alternativas (a,b,c,d,e) das quais uma única será a correta.

9.3 O número de questões e o valor atribuído a cada uma delas, constam dos quadros abaixo.

Prova escrita para os cargos com exigência de nível superior

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº de questões	Valor	Total
Língua Nacional	5	0,20	1,00
Legislação e temas de Saúde Pública	15	0,20	3,00
Conhecimentos específicos do cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	35		10,00

Prova escrita para os cargos com exigência de ensino médio/ técnico

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº de questões	Valor	Total
Língua Nacional	5	0,20	1,00
Legislação e temas de Saúde Pública	10	0,15	1,50
Conhecimentos específicos do cargo	15	0,50	7,50
TOTAL	30		10,00

Prova escrita para os cargos com exigência de fundamental

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº de questões	Valor	Total
Língua Nacional	5	0,30	1,50
Higiene e segurança do trabalho	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos do cargo	15	0,50	7,50

TOTAL	25	10,00
-------	----	-------

9.4 Será aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros) na prova escrita.

9.5 Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

9.6 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

9.7 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

9.8 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

9.9 Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cujas respostas não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e /ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

9.10 Os conteúdos programáticos constam no Anexo 1 do presente edital.

9.11 As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão- resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

9.12 Os locais de realização das provas serão divulgados em endereço eletrônico do concurso: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, na data provável de 24 de novembro de 2015.

9.13 A Prefeitura Municipal de São José e a FEPESE não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

10. NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1 A FEPESE poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início das provas.

10.2 A entrada nos locais de prova será permitida mediante a apresentação de documento de identificação.

10.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

10.3 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

10.4 Só serão aceitos documentos em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

10.5 A não-apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

10.6 Em caso de eventual divergência, a FEPESE poderá exigir a apresentação do comprovante de pagamento de taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária.

10.7 Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado previamente para o seu início, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

10.8 Durante a realização da prova é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta;
- b) Documento de identificação e comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- c) Se assim desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

10.9 É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do

início da prova), chapéus ou bonés e qualquer tipo de armamento.

10.9.1 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

10.9.2 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

10.10 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

10.11 A FEPESE poderá, por medida de segurança, submeter os candidatos a revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como exigir a sua identificação datiloscópica.

10.12 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas escritas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

10.13 O candidato somente poderá entregar o cartão-resposta e o caderno de prova, 1 (uma) hora após o início da prova.

10.14 Por razões de segurança, é vedado ao candidato retirar-se do local de prova, mesmo que desistente ou excluído do concurso, antes de 1 (uma) hora do início da prova.

10.15 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar o cartão- resposta e o caderno de prova ao mesmo tempo.

11 DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final do candidato será a nota obtida na prova escrita, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

NF = NPE

NF – Nota final

NPE – Nota da prova escrita

11.2 A classificação será feita por cargo em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

11.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior número de acertos nas questões objetivas de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de "Legislação e temas de Saúde Pública", quando houver;
- c) Maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa;
- d) Maior número de acertos nas questões de "Higiene e Segurança do Trabalho", quando houver; e
- e) Maior idade.

11.5 Os portadores de deficiência integrarão listas de classificação em separado, observando-se os mesmos critérios aplicados na classificação dos candidatos de livre concorrência.

11.6 O resultado final, após os recursos, será divulgado no endereço eletrônico: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, na data provável de 18 de novembro de 2015.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do pedido de isenção do pagamento da inscrição, do indeferimento da inscrição, do gabarito provisório das questões da prova escrita e do resultado final, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu procurador, desde que devidamente fundamentados até às 18 horas do segundo dia subsequente à publicação no sítio do concurso público <http://saudesaojose.fepese.org.br/> do ato contra o qual deseja recorrer.

12.2 Os recursos poderão ser interpostos das seguintes maneiras:

- a) Pela Internet; ou
- b) Pessoalmente ou por procurador; ou
- c) Via postal.

12.3 Interposição de recursos pela Internet

12.3.1 Para interposição de recursos pela Internet, o candidato deverá:

- a) Acessar a página do concurso na Internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br/> e clicar no link RECURSOS E REQUERIMENTOS;
- b) Preencher o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;

c) Enviar pela Internet seguindo as instruções do sistema.

12.4 Interposição de recursos presencial ou via postal

12.4.1 Para interposição de recursos presencialmente ou via postal, o candidato deverá:

- a) Preencher o requerimento (anexo 4), um para cada ato ou questão contra a qual se insurge;
- b) Protocolar o requerimento nos Postos de Atendimento, guardando o respectivo protocolo ou enviar pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE.

12.4.2 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do edital e que forem entregues à FEPESE rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

12.5 Caso o candidato venha a transmitir (pela Internet), ou entregar (pessoalmente ou por procurador) mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do concurso público, só será analisado o último transmitido, ou recebido.

12.6 Os recursos só serão examinados:

- a) Se forem interpostos no prazo determinado;
- b) Quando se referirem a questões da prova, se relacionados a uma única questão;
- c) Se devidamente fundamentados, com argumentação lógica e consistente e citação da lei, norma editalícia e ou documento, obra ou artigo que embasa a contestação do requerente.

12.7 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, e-mail, whatsapp, ou qualquer outro meio, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o disposto nas normas do edital, serão indeferidos.

12.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>. As respostas individuais poderão ser obtidas no mesmo endereço no link RECURSOS E REQUERIMENTOS.

12.9 No caso de anulação de questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam, mesmo que não tenham interposto recurso administrativo pedindo a sua anulação.

12.10 Em função de alteração de gabarito, anulação de questão ou correção de erro material, a pontuação do candidato e ou sua classificação poderão ser alteradas para maior ou menor.

12.11 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13. PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

13.1 Em caso de mudança de endereço após a inscrição, é responsabilidade exclusiva do candidato comunicar por escrito à FEPESE nos endereços constantes de item 1.4 deste Edital.

13.2 Em caso de mudança de endereço, é de responsabilidade exclusiva do candidato aprovado manter seu endereço para correspondência atualizado junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

14. DA NOMEAÇÃO E POSSE

14.1 A convocação, nomeação, posse e investidura no cargo são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e da Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal.

14.2 O candidato classificado será responsável por manter atualizado seu endereço residencial e eletrônico, dentro do prazo de vigência do Edital, inclusive em caso de eventual prorrogação, junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, sob pena de eliminação do concurso.

14.3 Os candidatos classificados serão convocados por meio de Edital de Convocação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), disponível no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser disponibilizado no sítio da Prefeitura Municipal de São José.

14.3.1 É de exclusiva responsabilidade do candidato classificado efetuar a consulta periódica do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC) para fins constatação de sua convocação, sendo rejeitada a argumentação de seu desconhecimento.

14.3.2 Fica facultada ao Poder Público a possibilidade de convocação dos classificados por outros meios complementares ao previsto no item 14.3.

14.4 A posse do candidato ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do ato de nomeação, nos termos do § 1º do artigo 21 da Lei nº 2.248/91.

14.5 O ato de nomeação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), disponível no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

14.6 Não será admitida a reclassificação (deslocamento para o final de lista) na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na vaga, quando convocado.

14.7 A aprovação e classificação no concurso público não criam direito à imediata nomeação do candidato, que será concretizada, dentro no prazo de validade do concurso e na medida das necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, considerados os limites e vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000). A nomeação é ato de competência exclusiva da Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro do interesse, conveniência e oportunidade da Administração Pública.

14.8 O candidato classificado e convocado deverá apresentar a documentação solicitada no item 14.11.1 no prazo de até 20 dias contados a partir da publicação do respectivo Edital de Convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), mediante agendamento prévio através dos contatos disponibilizados no ato de convocação. Quanto aos exames e laudos solicitados no item 14.11.2, é imprescindível que o candidato providencie os mesmos até a data em que deverá apresentar-se à Junta Médica Oficial do Município, que

ocorrerá após a entrega dos documentos do item 14.11.1.

14.9 O não-atendimento à convocação realizada por meio do edital referido no item 14.3, no prazo previsto no item 14.8, importará na consequente desistência da vaga por parte do candidato classificado, perdendo o direito à nomeação.

14.10 Os documentos solicitados deverão ser entregues somente pelo candidato, na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, localizado na Avenida Acioni de Souza Filho, nº 403, 3º andar – Praia Comprida, São José/SC, no dia e horário agendado. Destaca-se que a entrega da documentação será certificada para fins de comprovação do recebimento.

14.11 O candidato convocado deverá apresentar os documentos, exames e laudos necessários para a nomeação, de acordo com a lista a seguir:

14.11.1 Dos Documentos (em conformidade com a Instrução Normativa nº 11/2011 – TCE/SC):

a) Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros da JUSTIÇA FEDERAL e ESTADUAL dos locais de domicílio (eleitoral, residencial e atividade profissional) do candidato nos últimos 5 (cinco) anos (observar a validade do documento). Observação: Para gerar a Certidão da Justiça Federal dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, acessar <http://www.trf4.jus.br/trf4>, localizar Certidão Online, tipo de certidão: e selecionar a certidão criminal de 1º grau. Para certidão da Justiça Estadual de Comarcas do Poder Judiciário de Santa Catarina, acessar <http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>, selecionar comarca, modelo da certidão: criminal;

b) Certidão de quitação eleitoral (obter no site www.tse.gov.br);

c) Cópia simples do título de eleitor;

d) Cópia simples da Carteira de Trabalho com o nº do PIS/PASEP;

e) Cópia simples do Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino;

f) Cópia da Certidão de Nascimento do filho menor de 14 anos (fotocópia autenticada);

g) Cópia simples da Certidão de Casamento;

h) Carteira de identidade (fotocópia autenticada);

i) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia autenticada);

j) Declaração de bens – modelo padronizado da PMSJ (disponível no site www.saojose.sc.gov.br ou retirar no setor de Recursos Humanos da Secretaria da Administração) ou a última declaração do imposto de renda com todas as folhas assinadas e com a informação de envio ou de recebimento pela Receita Federal (obter no site www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atca/CPF/fisica.htm);

k) Ficha cadastral devidamente preenchida (modelo padronizado da PMSJ – disponível do site www.saojose.sc.gov.br ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração).

l) Uma foto 3x4;

m) Comprovação de abertura de conta-salário junto à Caixa Econômica Federal ou caso seja necessária a abertura da conta-salário, o candidato deverá comparecer à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração para providenciar o documento que deverá ser apresentado junto à instituição financeira;

n) Declaração da Caixa Econômica Federal sobre a existência de conta corrente ou conta salário em nome do candidato, informando o número da agência e o número da conta; ou proposta/contrato de abertura de conta corrente ou conta-salário na Caixa Econômica Federal;

o) Declaração de (in)acumulação de cargos – modelo padronizado PMSJ – disponível no site www.saojose.sc.gov.br ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração. Em caso de acumulação de cargo, emprego ou função pública, é imprescindível que o candidato forneça a declaração atualizada do órgão competente onde exerce seu cargo, emprego ou função pública. No documento deverá constar: a) Órgão competente; b) Cargo/emprego/função; c) Lotação e Local de Trabalho; d) Carga Horária e Jornal de Trabalho;

p) Declaração do candidato de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável (modelo padronizado da PMSJ – disponível do site da PMSJ ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração);

q) Cópia do comprovante de residência atualizado;

r) Formulário do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) – modelo padronizado PMSJ – disponível no site www.saojose.sc.gov.br ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração.

14.11.2 Dos Exames e Laudos Médicos:

a) Hemograma Completo, Glicemia de Jejum, Parcial de Urina, Fezes, Radiografia de Tórax bilateral;

b) Laudo com avaliação Psiquiátrica (original e uma cópia), expedido por Médico Psiquiatra, onde deverá constar a aptidão mental do candidato para exercício do cargo ou função a que o candidato será nomeado;

c) Declaração formal do candidato (a) de que não está sendo submetido a tratamento psiquiátrico ou psicológico com profissional diferente daquele que expediu e assinou o laudo de aptidão para o cargo;

d) Eletrocardiograma (caso o candidato tenha mais de 35 anos);

e) Comprovação da vacinação contra a Rubéola da CANDIDATA com até 39 anos onze meses e vinte e nove dias de idade, apresentando a via original e uma cópia (Vacina Monovalente contra Rubéola ou Vacina Dupla Viral ou ainda, a Tríplice Viral). Exigência estabelecida na Lei nº 10.106/1996;

f) Laudo com avaliação Oftalmológica (original e uma cópia), expedido por Médico Oftalmologista, atestando a acuidade visual do candidato para exercício do cargo;

g) Radiografia (RX) de coluna lombosacra, PA e Perfil;

h) Laudo com avaliação ortopédica, expedido por médico Ortopedista.

14.11.3 A apresentação de todos os exames médicos, bem como de todos os laudos solicitados deverá ocorrer na data em que for agendada a perícia na Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de São José/SC, sendo o candidato informado da data e horário oportunamente pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração. Destaca-se que os exames e laudos deverão ter sido expedidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

14.11.4 Os exames e laudos médicos solicitados correrão por conta do candidato e as despesas não serão reembolsadas.

14.12 A comprovação da Habilitação Profissional Mínima Exigida (diplomas, certificados e/ou comprovante de registro em conselho ou órgão fiscalizador da profissão – itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3) deverá ser realizada pelo candidato classificado até a posse no cargo, sob pena de

eliminação do candidato no processo de admissão iniciado atinente a este concurso público.

14.13 Somente tomará posse o candidato convocado e devidamente nomeado que tiver efetuado a entrega de todos os documentos, exames e laudos solicitados pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, bem como ter se submetido à avaliação da Junta Médica Oficial.

14.14 A falta de comprovação de quaisquer requisitos para investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo de demais sanções legais.

14.15 As certidões/atestados que apresentarem alguma ocorrência deverão ser acompanhados de certidões explicativas, as quais serão analisadas, podendo configurar impedimento da posse, nos termos da lei.

14.16 O candidato que não tomar posse no prazo legal será considerado desistente para todos os fins.

14.17 Constatada a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas em desacordo com a Constituição Federal, caberá ao candidato a comprovação da desincompatibilização, até o momento da posse, sob pena de impedimento da posse.

14.18 Em caso de falsidade ideológica decorrente do preenchimento da declaração de (in)acumulação estará o candidato sujeito às medidas cabíveis na legislação vigente.

15. DO FORO

15.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o concurso de que trata este edital é o da Comarca de São José (SC).

16. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

16.1 Ficam delegadas competências à FEPESE para:

- a) divulgar o concurso público;
- b) publicar todos os atos relacionados ao concurso público na página do concurso na internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br/> até a homologação do concurso, já que os atos posteriores ocorrerão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração de São José;
- c) receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- d) deferir e indeferir as inscrições;
- e) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas previstas no Edital;
- f) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- g) prestar informações sobre o concurso, durante o período de sua realização;
- h) definir normas para aplicação das provas;
- i) divulgar os resultados das provas.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Será excluído do concurso público o candidato que:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- e) não observar quaisquer das normas de segurança do presente edital;
- f) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

17.2 Ao inscrever-se no presente concurso, o candidato concorda que seu nome, dados de identificação e desempenho no concurso público sejam publicados nos endereços eletrônicos da FEPESE e da Prefeitura Municipal de São José, bem como sejam afixados em local público ou publicados em quaisquer mídias.

17.3 O acompanhamento das publicações, retificações do Edital e demais comunicados referentes ao concurso público será de responsabilidade exclusiva do candidato.

17.4 A legislação com vigência após a data de publicação desse Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativas a ela posteriores a legislação não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

17.5 Não haverá posse por procuração.

17.6 Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Concurso Público e ratificadas pela Secretária Municipal de Administração.

Paço Municipal, em São José (SC), 16 de outubro 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária Municipal de Administração

ANEXO 1**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015/GAB****PROGRAMAS DAS PROVAS****CARGOS COM EXIGÊNCIA DE NÍVEL SUPERIOR****CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA NACIONAL**

Análise e interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios. Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação de bilhete, carta, requerimento e ofício.

LEGISLAÇÃO E TEMAS DE SAÚDE PÚBLICA

Implantação do SUS – Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90. Artigos 196 a 200 da Constituição Brasileira/88. Portaria 2488/2011 – Política Nacional de Atenção Básica. NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família; PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade. Acolhimento. Indicadores de saúde. Sistema de notificação de doenças e agravos de notificação compulsória; Vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento de doenças de interesse para saúde pública; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CIRURGIÃO DENTISTA**

Conhecimentos Específicos: Anatomia, Histologia e Fisiologia do Sistema Estomatognático; Microbiologia e Bioquímica bucal; Estomatologia e Tratamento das principais doenças bucais; Periodontia; Endodontia; Dentística; Odontopediatria; Odontogeriatria; Odonto-hebiatria; Cirurgia oral menor; Ortodontia; Prótese; Terapêutica e farmacologia de interesse na clínica odontológica; Radiologia; Anestesiologia; Atendimento às pessoas com necessidades especiais; Princípios de traumatologia; Urgências em odontologia; Biossegurança e ergonomia; Epidemiologia das principais doenças bucais; Levantamentos epidemiológicos em saúde bucal; Métodos de prevenção das principais doenças bucais; Educação em Saúde; Trabalho em equipe; Biossegurança e ergonomia; Sistemas de Informação em Saúde; Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal; Código de Ética Odontológica.

ENFERMEIRO DA FAMÍLIA

Portaria nº. 2.488, de 21 de Outubro de 2011 – Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Portaria nº. 1.654/GM/MS, de 19 de Julho de 2011 – Institui, no âmbito do SUS, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ - AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ - AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável; Portaria nº. 2.527, de 27 de Outubro de 2011 – Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Portaria nº. 1.533, de 16 de Julho de 2012 – Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 2.527/GM/MS, de 27 de Outubro de 2011, que redefine a atenção domiciliar no âmbito do sistema único de saúde (SUS); Portaria nº 3.124, de 28 de Dezembro de 2012 – Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências; Sistema de Planejamento do SUS; Política Nacional de Promoção à Saúde; Portaria nº. 648/GM, de 28 de março de 2006 – Estratégia do Programa Saúde da Família; Portaria nº. 154, de 24 de Janeiro de 2008 – Criação do NASF; Diretrizes do NASF; Redes de Atenção à Saúde; Clínica ampliada equipe de referência e Projeto terapêutico singular; Epidemiologia; Acolhimento à Demanda Espontânea; Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil, 2011 a 2022; Programa Saúde na Escola; Abordagem e tratamento ao Fumante; Práticas Integrativas (terapia comunitária, acupuntura, plantas medicinais e fitoterapia) no contexto do SUS. Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção da Saúde. Política Nacional de Humanização. Saúde da Criança. Saúde da Mulher. Saúde do Adulto. Saúde do Idoso. Acolhimento à Demanda Espontânea. Atenção Domiciliar. Estratégia Saúde da Família. Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Vigilância em Saúde. Doenças Transmissíveis. Doenças e Agravos não Transmissíveis. Doenças Respiratórias. Programa Nacional de Imunização. Epidemiologia. Vigilância Epidemiológica. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Procedimentos e Técnicas de Enfermagem. Ética Profissional.

FARMACÊUTICO

Legislação Farmacêutica, Código de Ética da profissão farmacêutica, uso de produtos farmacêuticos, atividades de assistência farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família; acesso a e o uso racional de medicamentos, utilização de medicamentos e insumos, inclusive fitoterápicos e homeopáticos, pareceres, informes técnicos e relatórios; noções de farmácia (dispensação, receituário, manipulação, instalações, padronização de medicamentos, controle sanitário, legislação pertinente), medicamento (droga, farmacologia, propriedades, peculiaridades, indicações, genéricos, formas farmacêuticas, alimentação parenteral, Nutrição Parenteral), farmacologia (administração de medicamentos, efeitos colaterais, incompatibilidades, farmacocinética, farmacodinâmica, antibioticoterapia), doenças infectocontagiosas (DST, esquema de vacinações, imunologia, profilaxia). Biodisponibilidade e Bioequivalência; Interações medicamentosas, Cálculos em Farmácia. Farmácia hospitalar: sistema de distribuição de medicamentos, Farmácia clínica. Manipulação de produtos estéreis e não-estéreis. Farmacovigilância e Farmacoepidemiologia. Farmacoeconomia. Reações adversas a medicamentos. Medicamentos Genéricos. Uso de medicamentos em populações especiais (gestantes, idosos, crianças, Pacientes renais, cardíacos entre outros). Análises Clínicas.

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia: conceito, recursos e objetivos. Reabilitação: conceito, objetivos técnicos e sociais. Trabalho Interdisciplinar em Saúde,

Fisioterapia nos processos incapacitantes no trabalho, nas doenças infectocontagiosas e crônico-degenerativas. Fisioterapia em: Traumatologia e Ortopedia, Neurologia, Pneumologia, Reumatologia, Queimados, Cardiologia e Angiologia, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria e Geriatria e em UTI Adulto e Infantil.

MÉDICO DA FAMÍLIA

Portaria nº. 2.488, de 21 de Outubro de 2011 – Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Portaria nº. 1.654/GM/MS, de 19 de Julho de 2011 – Institui, no âmbito do SUS, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ - AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ - AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável; Portaria nº. 2.527, de 27 de Outubro de 2011 – Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Portaria nº. 1.533, de 16 de Julho de 2012 – Altera e acresce dispositivos à Portaria nº. 2.527/GM/MS, de 27 de Outubro de 2011, que redefine a atenção domiciliar no âmbito do sistema único de saúde (SUS); Portaria nº 3.124, de 28 de Dezembro de 2012 – Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências; Sistema de Planejamento do SUS; Política Nacional de Promoção à Saúde; Portaria nº. 648/GM, de 28 de março de 2006 – Estratégia do Programa Saúde da Família; Portaria nº. 154, de 24 de Janeiro de 2008 – Criação do NASF; Diretrizes do NASF; Redes de Atenção à Saúde; Clínica ampliada equipe de referência e Projeto terapêutico singular; Epidemiologia; Acolhimento à Demanda Espontânea. Abordagem biopsicossocial do processo saúde adoecimento. Prática médica centrada na pessoa, na relação médico-paciente, no cuidado em saúde e na continuidade da atenção. Ações de promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto, do trabalhador e do idoso. Fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, da adolescência, da idade adulta e da velhice. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco. Assistência ao parto e ao puerpério normais. Diagnóstico e tratamento das afecções mais frequentes do ciclo gravídico-puerperal. Cuidados ao recém-nascido normal e puericultura. Diagnóstico e tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice. Primeiros cuidados às afecções graves e urgentes. Anormalidades em exames complementares e de apoio ao diagnóstico relacionado com a complexidade da atividade clínica. Distúrbios psicológicos mais comuns. Patologia cirúrgica frequente. Cirurgia ambulatorial de pequeno porte. Orientação no pré e pós-operatórios das intervenções mais simples. Diagnóstico e tratamento dos problemas mais frequentes de saúde do trabalhador. Ciclo vital, estrutura e dinâmica familiares. Crises familiares, evolutivas e não evolutivas. Disfunções familiares. Dinâmica de grupo. Ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade. Problemas e necessidades de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis. Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de caráter coletivo e no âmbito da atenção primária. Ações de caráter multiprofissional e interdisciplinar. Desenvolvimento, planejamento, execução e avaliação de programas integrais de saúde. Necessidades de saúde da população. Cadastro familiar e perfil de saúde de grupos familiares. Gerência de unidades de saúde. Programação quantificada das atividades da unidade e de parâmetros para medir o atingimento de metas propostas. Sistema de informação para acompanhamento da prestação de atividades finais e de produtividade. Avaliação da unidade quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade. Organização e funcionamento de um arquivo médico da unidade. Sistema de referência e contra referência dentro e fora da unidade. Atuação Inter setorial. Metodologias apropriadas de investigação, com ênfase na utilização do método epidemiológico. Estudos de incidência e prevalência de morbimortalidade e de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade. Investigações operacionais, estudos de demanda e estudos de setores específicos da unidade. Programa de imunização da unidade. Vigilância epidemiológica na área de referência da unidade. Participação e a autonomia dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

MÉDICO OFTAMOLOGISTA PEDIÁTRICO

Cuidados da saúde ocular na infância. Promoção da saúde ocular na infância. Noções de Anatomia e Fisiologia ocular. Correção cirúrgica das afecções palpebrais. Cirurgia da conjuntiva. Cirurgia da córnea. Cirurgia da órbita. Traumatismos oculares. Anomalias da refração. Afecções da conjuntiva, córnea e esclera. Afecções do trato uveal. Manifestações oculares em doenças do sistema nervoso. Manifestações oculares em doenças sistêmicas. Afecções do cristalino. Tumores oculares. Afecções das pálpebras. Afecções da órbita. Afecções das vias lacrimais. Prevenção da cegueira. Fundo de olho: normal; na retinopatia hipertensiva; na retinopatia diabética. Queimaduras oculares. Urgências em oftalmologia. Glaucoma. Exames complementares invasivos e não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária; Emergências clínicas; Ética e legislação profissional; Psicologia médica; Farmacologia; Controle de infecções hospitalares.

MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA PEDIÁTRICO

Semiologia da função da faringe, da laringe, do nariz, dos seios paranasais e auditiva e complicações otorrinolaringológicas. Interpretação dos resultados na avaliação audiológica (características comportamentais e audiométricas das perdas auditivas, classificação das perdas auditivas, quanto à topografia e grau, configuração do achados audiométricas). Prótese auditiva (características físicas e eletroacústicas, moldes auriculares, avaliação, prescrição e indicação, aconselhamento e orientação). Exames complementares invasivos e não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária; Emergências clínicas; Ética e legislação profissional; Psicologia médica; Farmacologia; Controle de infecções hospitalares.

MÉDICO PEDIATRA

Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chiador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança. Exames complementares invasivos e não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária; Emergências clínicas; Ética e legislação profissional; Psicologia médica; Farmacologia; Controle de infecções hospitalares.

MÉDICO PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO

Doenças pulmonares da infância. Derrames Pleurais. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Tosse Crônica; Tuberculose. Tromboembolismo Pulmonar; Influenza; Prevenção. Pneumologia Pediátrica: Fibrose cística. Pneumonias. Bronco espasmos. Imunodeficiências. Alergias. Supurações Pulmonares: Bronquectasias. Abscesso Pulmonar primário e secundário. Sarcoidose; Pneumoconioses; Provas de Função Pulmonar

/ Gasometria. Exames complementares invasivos e não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária; Emergências clínicas; Ética e legislação profissional; Psicologia médica; Farmacologia; Controle de infecções hospitalares.

MÉDICO PSIQUIATRA

Política Nacional de Saúde Mental (Lei Federal nº 10.216/2002). CAPs (Centro de Atenção Psicossocial). Psicopatologia Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos; Transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas; Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos; Transtornos do humor; Transtornos de ansiedade; Transtornos somatoformes; Transtornos alimentares; Transtornos do sono; Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático; Transtornos dissociativos; Transtornos da identidade e da preferência sexual; Transtornos da personalidade; Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento; Transtornos emocionais e comportamentais com início usualmente ocorrendo durante a infância ou adolescência; Inter consulta psiquiátrica; Emergências psiquiátricas; Psicoterapias; Psicofarmacologia e Psicofarmacoterapia; Eletroconvulsoterapia e outras terapias biológicas; Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos; Psiquiatria social e preventiva. Exames complementares não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária; Emergências clínicas; Ética e legislação profissional; Farmacologia.

MÉDICO PSIQUIATRA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Política Nacional de Saúde Mental (Lei Federal nº 10.216/2002). CAPs (Centros de Atenção Psicossocial). Desenvolvimento infantil: aspectos cognitivos e afetivos. Exame psiquiátrico e exames complementares em psiquiatria da infância e adolescência. Classificação diagnóstica em psiquiatria da infância e da adolescência. Transtornos mentais orgânicos na infância e adolescência. Drogadição na infância e adolescência. Esquizofrenia na infância e adolescência. Transtornos do humor (depressão e mania) na infância e adolescência. Transtorno de ansiedade na infância e adolescência. Razões ao estresse. Transtorno alimentares na infância e adolescência. Transtornos do sono na infância e adolescência. Transtornos do controle dos esfíncteres na infância e adolescência. Transtornos de tique e do hábito na infância e adolescência. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade na infância e adolescência. Retardo mental. Manifestações psiquiátricas da epilepsia na infância e adolescência. Transtornos invasivos do desenvolvimento. Transtornos específicos do desenvolvimento. Transtornos emocionais do comportamento. Transtornos psicológicos ligados a doenças sistêmicas – psiquiatria de ligação na infância e adolescência. Abuso físico e sexual na infância e adolescência. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na infância e adolescência. Ética em psiquiatria na infância e adolescência. Psicofarmacoterapia na infância e adolescência. Psicoterapia na infância e adolescência. Prevenção em psiquiatria da infância e adolescência. Modelos de reabilitação em psiquiatria da infância e adolescência. Modelos de atendimento em psiquiatria da infância e adolescência em saúde pública. Política Nacional de saúde mental.

MÉDICO UROLOGISTA

Anatomia cirúrgica e imagiologia do trato urinário e genital. Traumatismo urogenital. Tumores renais. Tumores de próstata. Tumores de bexiga. Tumores da suprarrenal. Tumores do Uroepitálíio alto. Tumores de testículo. Tumores de pênis. Litíase Urinária. Infecções Urinárias. Tuberculose urogenital. Transplante renal. Uropediatria. Infertilidade Masculina. Disfunção Erétil. Urologia Feminina. Uroneurologia. Endourologia. Procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Exames complementares invasivos e não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária; Emergências clínicas; Ética e legislação profissional; Psicologia médica; Farmacologia; Controle de infecções hospitalares.

MÉDICO MASTOLOGISTA

Patologias Benignas da mama. Lesões não palpáveis da mama. Exames de imagens em mastologia, indicação, interpretação e indicação de biópsias. Biologia molecular em câncer de mama. Epidemiologia em câncer de mama. Diagnóstico, estadiamento, tratamento cirúrgico do câncer de mama. Tratamento neoadjuvante e adjuvante em câncer de mama, quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia. Seguimento pós-tratamento do câncer de mama. Aspectos anatomo-patológicos em câncer de mama. Rastreamento em câncer de mama. Prevenção primária e secundária do câncer de mama. Sarcomas de mama. Manejo de mulheres de alto risco para câncer de mama. Lesões precursoras do câncer de mama. Tipos especiais de câncer de mama. Situações especiais de câncer de mama: gravidez, mulher idosa, mulher jovem. Metástases em câncer de mama. Recidivas loco-regionais do câncer de mama.

MÉDICO REUMATOLOGISTA

Amiloidose; Anatomia e fisiologia do sistema músculo esquelético; Artrite reumatóide; Artrites infecciosas e reativas; Artrites micro- cristalinas; Displasia óssea e articular; Doença de Behçet; Doença de Paget; Doença mista do tecido conjuntivo e síndromes de superposição; Doenças osteometabólicas; Doenças reumáticas de partes moles; Doenças sistêmicas com manifestações articulares; Enfermidades da coluna vertebral; Enfermidades reumáticas da criança e do adolescente; Epidemiologia das doenças reumáticas; Esclerose sistêmica e síndromes relacionadas; Espondiloartropatias; Exame clínico do paciente reumático; Febre reumática; Fibromialgia; Imunogenética das doenças reumáticas; Lúpus eritematoso sistêmico; Mecanismos de ação e efeitos colaterais das drogas utilizadas em Reumatologia; Mecanismos de ação e efeitos colaterais dos medicamentos biológicos utilizados em Reumatologia; Mecanismos envolvidos no desenvolvimento da auto-imunidade; Mecanismos etiopatogênicos da dor e inflamação; Miopatias inflamatórias idiopáticas; Neoplasias articulares; Osteoartrite; Osteonecroses; Sarcoidose; Síndrome de Sjogren; Síndrome dos anticorpos antifosfolípides; Vasculites sistêmicas.

MÉDICO NEUROLOGISTA COM HABILITAÇÃO EM NEUROFISIOLOGIA

Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária, Emergências clínicas, Ética e legislação profissional, Psicologia médica, Farmacologia, Controle de infecções hospitalares. Infecções do sistema nervoso central. Doenças Vasculares Cerebrais. Hipertensão intracraniana. Comas. Epilepsias. Doenças Desmielinizantes. Doenças neuromusculares. Neuropatias periféricas. Demências. Doenças Congênitas. Algas e Cefaléias. Princípios gerais da Psicofarmacologia. Doenças Extrapiramidais. Doenças Metabólicas e tóxicas. Sono normal e seus distúrbios. Alcoolismo e crise de abstinências. Neurofisiologia Clínica - Princípios Básicos e Aplicações

MÉDICO GASTROENTEROLOGISTAPEDIÁTRICO

Hemorragia digestiva. Abdome agudo. Esofagites. Tumores do esôfago (benignos e malignos). Doença úlcero-péptica. Helycobacter pylori e doenças associadas. Gastrites. Tumores do estômago (benignos e malignos). Má absorção intestinal. Doença celíaca. Tumores do intestino delgado. Enteroparasitoses. Tumores do cólon (benignos e malignos). Doenças diverticular do tubo digestivo. Pancreatite aguda. Pancreatite crônica. Tumores do pâncreas. Cistos e pseudocistos do pâncreas. Colelitíase e suas complicações. Câncer da vesícula biliar. Hepatites

agudas. Hepatites crônicas. Hepatite autoimune. Cirrose hepática. Carcinoma hepatocelular. Disfagia. Odinofagia. Ascite. Hipertensão porta. Icterícia. Constipação intestinal. Distúrbios funcionais do tubo digestivo. Doenças inflamatórias intestinais. Alergia à proteína do leite de vaca. Colestase neonatal. Diarreia aguda e diarreia persistente. Doença inflamatória intestinal. Dor abdominal crônica na criança e no adolescente. Intolerância à lactose. Refluxo gastroesofágico e doença do refluxo gastroesofágico. Sangramento digestivo alto e baixo

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

Considerações fundamentais: pré e pós-operatório; resposta endócrina e metabólica ao trauma; reposição nutricional e hidroeletrolítica do paciente cirúrgico. Trauma; politraumatismo; choque; infecções e complicações em cirurgia. Cicatrização das feridas e cuidados com drenos e curativos. Lesões por agentes físicos, químicos e biológicos; queimaduras. Hemorragias interna e externa; hemostasia; sangramento cirúrgico e transfusão. Noções importantes para o exercício da Cirurgia Geral sobre oncologia; anestesia; cirurgias pediátrica, vascular periférica e urológica; ginecologia e obstetrícia. Antibioticoterapia profilática e terapêutica; infecção hospitalar. Tétano; mordeduras de animais. Cirurgia de urgência; lesões viscerais intra-abdominais. Abdome agudo inflamatório, traumático penetrante e por contusão. Sistemas orgânicos específicos: pele e tecido celular subcutâneo; tireoide e paratireoide; tumores da cabeça e do pescoço; parede torácica, pleura, pulmão e mediastino. Doenças venosa, linfática e arterial periférica. Esôfago e hérnias diafragmáticas. Estômago, duodeno e intestino delgado. Cólon, apêndice, reto e ânus. Fígado, pâncreas e baço. Vesícula biliar e sistema biliar extra-hepático. Peritonites e abscessos intra-abdominais. Hérnias da parede abdominal. Parede abdominal; epíplo; mesentério; retroperitônio.

MÉDICO NEUROLOGISTA PEDIÁTRICO

Anamnese e exame neurológico do recém-nascido ao adolescente; Métodos diagnósticos do sistema nervoso central e periférico da criança; Infecções do sistema nervoso congênitas e adquiridas; Epilepsias da infância e do adolescente; Distúrbios paroxísticos de natureza não epilética; Distúrbios do desenvolvimento do sistema nervoso; Cromossomopatias; Encefalopatias não progressivas e progressivas; Doenças Neurocutâneas; Tumores do sistema nervoso central e periférico; Hipertensão intracraniana; Hidrocefalias; Cranioestenoses; Distúrbios do sono; Síndromes neurocomportamentais; Autismo; Dificuldades e distúrbios do aprendizado escolar; Cefaléias agudas e crônicas; Doenças neuromusculares; Doenças neurológicas hereditárias; Ataxias agudas e crônicas; Afecções dos gânglios da base; Distúrbios do movimento; Erros inatos do metabolismo; Doenças autoimunes do sistema nervoso central e periférico; Comas; Traumatismos cranioencefálicos e raquimedulares; Acidentes vasculares cerebrais na infância; Comprometimento neurológico em doenças sistêmicas; Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade; Morte encefálica.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conceito contemporâneo de Saúde; impacto do exercício físico e da dieta na saúde do indivíduo; exercício físico como prevenção de doenças hipocinéticas; exercício físico e estresse; ginástica laboral; ergonomia; impacto de mudanças de hábitos na melhoria da qualidade de vida. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Fisiologia do exercício. Formas de integração, de socialização, de resgate da cidadania e de valorização da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, atendidos pelos serviços ofertados pelo Município. O Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Assistência Social. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Código de Ética Profissional.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA NACIONAL

Análise e interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios. Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação de bilhete, carta, requerimento e ofício.

LEGISLAÇÃO E TEMAS DE SAÚDE PÚBLICA

Implantação do SUS – Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90. Artigos 196 a 200 da Constituição Brasileira/88. Portaria 2488/2011 – Política Nacional de Atenção Básica. NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família; PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade. Acolhimento. Indicadores de saúde. Sistema de notificação de doenças e agravos de notificação compulsória; Vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento de doenças de interesse para saúde pública; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA

Política Nacional da Atenção Básica (portaria nº 2488/2011). Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB e E-SUS). Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). Ações, Programas e Estratégias da DAB: Academia da Saúde, Brasil Sorridente, Consultório na Rua, Melhor em Casa, Requalifica UBS e Programa Saúde na Escola. Redes de Atenção à Saúde, 2010 – portaria nº 4.279, de 30/12/2010. Administração de medicamentos; Assistência humanizada de enfermagem; Cálculos de doses de medicações; Calendário Nacional de imunização; Conceito de infecção, desinfecção, assepsia, antisepsia; Cuidados básicos de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher/gestante/puerpera, adulto e idoso; Doenças de notificação compulsória; Doenças infectocontagiosas: Conceitos, tipos, formas de transmissão, precauções, padrão de prevenção e cuidados na assistência dessas doenças; Doenças relacionadas ao trabalho; Epidemiologia, prevenção e controle de infecções; Feridas: tipos, técnicas de realização de curativos e de prevenção; Legislação e normas regulamentadoras da profissão; Legislação que regulamenta a segurança e saúde do trabalhador em estabelecimento de saúde; Medidas de controle de infecção; Mensuração de dados vitais - Conceito, técnicas de mensuração e valores de referência; Estratégia de saúde da família: conceito de acolhimento no ESF, conceito e ações de visitas domiciliares do ESF; Imunização: calendário de vacinação, técnicas de preparo de vacinas, vias de administração, reações imediatas e tardias. Urgências e emergências.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE****CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA NACIONAL**

Análise e interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios. Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação de bilhete, carta, requerimento e ofício.

HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal. Prevenção de doenças, alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. EPIS- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. O que fazer no caso de um acidente: engasgos, queimaduras, choque elétrico, atropelamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), Leis Orgânicas da Saúde – Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90. Política Nacional de Atenção Básica (portaria nº 2488/2011). Lei nº 11350/2006. Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB e E-SUS – Fichas de acompanhamento do ACS e fichas de cadastramento). Territorialização em saúde. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário domiciliar. Noções de Ética e Cidadania. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Noções básicas de doenças como leishmaniose visceral e tegumentar, dengue, malária, febre amarela, leptospirose, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial e diabetes. O trabalho em equipe. O Agente Comunitário de Saúde e a Saúde da Família. Aleitamento Materno. Higiene e Profilaxia. Prevenção de doença, promoção de saúde e vigilância epidemiológica. Visita domiciliar.

ANEXO 2**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Agente Comunitário de Saúde (ACS) mora na comunidade e está vinculado à USF que atende a comunidade. O ACS funciona como elo entre a comunidade. Está em contato permanente com as famílias, o que facilita o trabalho de vigilância e promoção da saúde, realizado por toda a equipe. É também um elo cultural, que dá mais força ao trabalho educativo, ao unir dois universos culturais distintos: o do saber científico e o do saber popular. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência.

Preencher documentos para levantamentos de dados.

Cumprir a carga horária para qual foi contratado.

Preencher os documentos necessários para comprovação de seus serviços.

Participar de reuniões e grupos sempre que convocado.

Obedecer a ordens de seu superior hierárquico.

Realizar mapeamento de sua área.

Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro.

Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco.

Identificar área de risco.

Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário.

Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas.

Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade.

Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco.

Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras.

Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites.

Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

Atribuição comum a todos os profissionais que integram as equipes:

Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas.

Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos qual aquela população está exposta.

Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde.

Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida.

Valorizar a relação com o usuário e com a família, para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito.

Realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento.

Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica.

Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde.

Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados.

Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais.

Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde.

Atribuições Gerais:

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

CIRURGIÃO DENTISTA

Exercer as atividades inerentes ao cargo de acordo com sua competência técnica, conforme prescreve o seu respectivo conselho. Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade.

Acolhimento e respeito ao paciente.

Fazer procedimentos de Rotina da Atenção Básica Odontológica.

Realizar atendimentos de urgência, curativos e suturas.

Preencher documentos para levantamento de dados.

Cumprir a carga horária para qual foi contratado.

Preencher os documentos necessários para comprovação de seus serviços: Prontuário Odontológico, com identificação, data e procedimento realizado.

Participar de reuniões e grupos sempre que convocado.

Participar de ações de promoção e prevenção em saúde.

Participar de levantamento epidemiológico na área odontológica quando convocado.

Obedecer a ordens de seu superior hierárquico.

Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Atuar nos consultórios odontológicos das unidades de saúde, policlínica, unidade de pronto atendimento – UPA, plantões, estratégia de Saúde da Família (por dedicação exclusiva). Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação.

Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia, levando em consideração a tabela de medicações disponibilizada pelo município (REMUME).

Exercer as atividades inerentes ao cargo de acordo com sua competência técnica, conforme prescreve o seu respectivo conselho. Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade.

Realizar atendimentos emergenciais, tratamentos curativos e demais procedimentos clínicos e cirúrgicos de acordo com o diagnóstico realizado, a fim de contribuir com a saúde bucal dos pacientes.

Atuar interdisciplinarmente com as demais especialidades da saúde.

Estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento bucal, por meio de atendimentos presenciais, uso de instrumentos e equipamentos apropriados, realização e análise de exames radiológicos, laboratoriais e/ou outros.

Solicitar através de tabela já estabelecida, os materiais de uso clínico com a responsabilidade evitando desperdício e falta.

Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de falta ao emprego.

Proceder à perícia odontológica em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa.

Aplicar anestesia local e troncular.

Empregar a analgesia e a hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento.

Prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente.

Utilizar, no exercício da função de perito-odontológico, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça.

Contribuir com a conscientização e a saúde bucal da população, executando tratamentos preventivos, tais como identificação da placa, aplicação de selantes, orientação sobre a importância da alimentação adequada, escovação, dentre outros procedimentos.

O cirurgião-dentista poderá operar pacientes submetidos a qualquer um dos meios de anestesia geral, desde que sejam atendidas as exigências cautelares recomendadas para o seu emprego.

O cirurgião-dentista somente poderá executar trabalhos profissionais em pacientes sob anestesia geral quando a mesma for executada por profissional médico especialista e em ambiente hospitalar que disponha das indispensáveis condições comuns a ambientes cirúrgicos.

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.
Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.
Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.
Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

ENFERMEIRO DA FAMÍLIA

O ESF é tido como uma das principais estratégias de reorganização dos serviços e de reorientação das práticas profissionais neste nível de assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação. Devendo guardar o sigilo com relação às informações inerentes às suas atribuições. Desempenhar seu trabalho de supervisão de equipe, bem como em cooperação com os demais membros que compõem a unidade de saúde.

Cumprir a carga horária para qual foi contratado.

Preencher os documentos necessários para comprovação de seus serviços.

Participar de reuniões e grupos sempre que convocado.

Obedecer a ordens de seu superior hierárquico.

Acolhimento ao paciente.

Procedimentos de Rotina.

Realizar curativos e suturas.

Preencher documentos para levantamentos de dados.

Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica.

Assegurar à pessoa, família e coletividade assistência de enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Avaliar criteriosamente sua competência técnica científica ética e legal e somente aceitar encargos ou atribuições, quando capaz de desempenho seguro para si e para outrem.

Prestar Assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Garantir a continuidade da Assistência de Enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da Assistência de Enfermagem, bem como ao estado de saúde do paciente e seu tratamento.

Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar.

Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte.

Colabora com a equipe a qual esta inserida; buscando a interatividade e multidisciplinaridade.

Proteger a pessoa, família e coletividade contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da Equipe de Saúde.

Disponibilizar seus serviços profissionais à comunidade em casos de emergência, epidemia e catástrofe, sem pleitear vantagens pessoais.

Encaminhar a pessoa, família e coletividade aos serviços de defesa do cidadão, nos termos da lei.

Respeitar no exercício da profissão, as normas relativas à preservação do meio ambiente e denunciar aos órgãos competentes as formas de poluição e deterioração que comprometam a saúde e a vida.

Registrar no prontuário do paciente as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar.

Prestar Assistência de Enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência.

Atribuições específicas do Enfermeiro da Família:

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada.

Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão.

Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF.

Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso.

No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária.

Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio.

Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001.

Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva.

Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.

Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções.

Atribuição comum a todos os profissionais que integram as equipes:

Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas.

Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos qual aquela população está exposta.

Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde.

Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida.

Valorizar a relação com o usuário e com a família, para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito.

Realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento.

Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica.

Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde.

Promovendo ações Inter setoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados.

Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais.
Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no conselho Municipal de Saúde.

FARMACÊUTICO

O perfil do profissional farmacêutico local está voltado para seu principal eixo de atuação que é o medicamento, inserindo-se no contexto da assistência integral à saúde e contemplando todos os aspectos relacionados à manutenção da qualidade do medicamento (recepção, armazenamento local ou estocagem, conservação e observação de validade), ao zelo pelo seu uso racional (prescrição, dispensação e vigilância de sua ação farmacológica), assim como à necessidade de sua integração à equipe local de saúde, para cumprir, além de sua função social, a responsabilidade inerente ao profissional de saúde.

Participar e agir como profissional de saúde dentro do seu âmbito profissional e contexto social.

Prestar Assistência Farmacêutica.

Promover a Farmacovigilância.

Promover a Vigilância Sanitária.

Participar de uma Política Nacional de Saúde e lutar por uma Política Nacional de Medicamentos que atenda as reais necessidades do País.

Quando atuando como Farmacêutico Local:

Definir as dificuldades e necessidades locais - regionais na área de assistência farmacêutica e vigilância em saúde correlata, participando do planejamento institucional.

Estabelecer critérios de prioridade no âmbito da assistência farmacêutica local, visando ajustes na alocação de recursos financeiros.

Participar da formulação e da reformulação da Política Municipal de Medicamentos, em concordância com a Política Municipal de Saúde e com a Política Nacional de Medicamentos.

Contribuir com o planejamento na seleção de medicamentos essenciais a nível municipal (padronização), de acordo com o perfil epidemiológico e econômico da região, incluindo se possível, as formas alternativas de terapia.

Verificar e orientar, na farmácia regional as condições de armazenamento, controle de qualidade (prazo de validade, embalagem, modificação no aspecto físico, etc.), estoque, distribuição e dispensação dos medicamentos.

Realizar controle de estoque trimestral e balanço anual, remetendo os relatórios (informatizados ou não) ao supervisor regional e à ASSFAR.

Dispensar pessoalmente os medicamentos controlados, verificando a prescrição quanto à indicação, posologia, contra-indicação, interação medicamentosa e duração do tratamento, orientando o (a) paciente quanto ao uso de medicamentos, posologia, conservação, efeitos colaterais e interações medicamentosas possíveis.

Manter especificamente sob sua guarda e prestar contas à vigilância sanitária, de acordo com a lei, quanto à entrada e saída de medicamentos de controle especial (Portaria 344).

Observar e zelar pelo cumprimento das normas de conduta e protocolos oficiais emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Realizar procedimentos de farmacovigilância, na modalidade de vigilância em saúde, acompanhando o paciente durante o tratamento.

Acompanhar o tratamento de doenças transmissíveis como DSTs, Tuberculose, hanseníase e outras que o município desenvolva através de ações específicas.

Participar de grupos de estudo, de programas e de práticas educativas da ULS, como grupos de hipertensão e diabetes, planejamento familiar, prevenção e informações toxicológicas, planejamento nutricional, saneamento básico, imunizações, saúde da mulher e saúde do idoso, entre outros.

Assessorar a equipe local de saúde nas questões referentes ao uso de medicamentos, antissépticos, esterilizantes, saneantes, detergentes e similares.

Colaborar com ações inerentes à formação acadêmica na área de farmácia, através das atividades docente-assistenciais.

Desenvolver ou participar de estudos locais - regionais sobre a utilização do medicamento (perfil de consumo, auto-medicação, etc).

Participar de treinamentos da equipe de saúde, sempre que solicitado.

Participar da CFT - Comissão de Farmácia e Terapêutica, sempre que demandado.

Participar de estudos e proposições de formas de terapia como Homeopatia, Fototerapia, entre outros.

Participar da elaboração do Memento Terapêutico Municipal, com informação sobre todos os medicamentos circulantes no mercado, sem vínculos políticos e/ou econômicos.

Desenvolver outras atividades correlatas.

Quando atuando como Supervisor em Farmácia:

Definir necessidades de capacitação na área de assistência farmacêutica junto às regionais e propor a organização de cursos, eventos e treinamentos.

Promover a integração entre os diferentes níveis da SMS, colaborando para a divulgação e apropriação da política municipal de assistência farmacêutica e necessidade do uso racional de medicamentos.

Promover a atenção farmacêutica nas farmácias regionais, incentivando a adequação de área física para esta finalidade e a verificação e registro da dispensação no prontuário, bem como o fornecimento das orientações sobre modo de ação, precauções, efeitos indesejados, contra-indicações e interações medicamentosas de relevância clínica.

Avaliar prescrições quanto ao uso da DCB, a adequação de dosagem e superposição de prescrições do mesmo princípio ativo para o mesmo paciente por diferentes prescritores.

Observar e orientar procedimentos de recebimento e conferência de medicamentos nas ULS.

Colaborar com o aperfeiçoamento de instrumentos de coleta de dados (formulários padronizados) para supervisões mensais, trimestrais e anuais.

Participar das atividades internas da ASSFAR, pelo menos uma vez por semana e em reuniões para as quais for convocado.

Promover campanhas educativas em conjunto com o setor de assistência farmacêutica e regional de saúde, visando o uso racional de medicamentos.

Programar, junto à regional de saúde e coordenação local, a escala de férias de farmacêuticos e auxiliares de dispensação na regional e realizar, em caso de férias ou licenças-prêmio que não excedam a 30 dias a substituição das funções do farmacêutico regional.

Apresentar, trimestral e anualmente os relatórios de indicadores inerentes à assistência farmacêutica, com sugestões de estratégias para sua evolução.

Incentivar o uso de bancos de dados, internet, intranet e correio eletrônico entre os profissionais farmacêuticos para fins de pesquisa, atualização e discussão de problemas e soluções na prática farmacêutica.

Participar de reuniões do controle social, sempre que possível.

Desenvolver outras atividades correlatas.

Quando atuando na área Bioquímica:

Supervisionar, orientar e realizar exames clínicos/laboratoriais, de exudatos e transudatos humanos, empregando materiais, aparelhos e reagentes apropriados, bem como interpretar, avaliar e liberar resultados, visando garantir que estes sejam confiáveis e sirvam para confirmar e/ou descartar diagnósticos.

Planejar e organizar o trabalho da equipe de laboratório, bem como manter o controle interno do mesmo, para obter resultados de qualidade, com segurança, buscando a minimização do erro:

- Definindo as atribuições de cada servidor,
- Definindo as regras e normas de atendimento e de realização das atividades, como análises de exames e entrega de resultados;
- Prestando orientações sobre todas as atividades do laboratório, entre elas: como liberar resultados compatíveis, instruções sobre recoletas, repetições de exames, preparo de soluções de controle analítico, manutenção e controle de equipamentos, controle dos reagentes, entre outros;
- Realizando reuniões periódicas para esclarecimentos e repasse de regras e normas.

Facilitar e padronizar as atividades, garantindo que todos os servidores utilizem as mesmas técnicas, por meio da elaboração de manuais de procedimentos, procedimentando todas as atividades e rotinas exercidas dentro do laboratório.

Elaborar e ministrar treinamentos aos servidores de sua área de atuação, a fim de melhorar a performance dos mesmos, tornando-os mais capacitados.

Acompanhar todo o processo de elaboração de pedidos e compras para o laboratório, desde a relação de pedidos até a presença no pregão, passando por pré-cotação, análise das amostras via internet com laudo de aceitabilidade, entre outros, a fim de melhorar fornecedores, qualidade dos produtos utilizados e garantir a continuidade dos trabalhos.

Possibilitar uma maior quantidade de análises, para melhorar os diagnósticos realizados pelo município e otimizar/agilizar resultados, por meio da elaboração de projetos para a realização/implementação de novos exames:

- Verificando a demanda do município;
- Avaliando o prazo para obtenção de resultados em laboratórios externos;
- Analisando recursos para realização desses exames no município.

Promover a comunicação/contato constante entre Secretaria e Laboratório, visando estabelecer e manter uma política de clareza e transparência nas atividades desenvolvidas no laboratório:

- Apresentando à Secretaria possíveis soluções para os problemas diagnosticados;
- Discutindo necessidades da equipe de trabalho, bem como das condições de trabalho;
- Repassando necessidades de aquisição de reagentes, equipamentos, contratação de pessoal, entre outros.

Inteirar-se de novas técnicas e definições, com o intuito de melhorar a execução dos exames e otimizar resultados, participando de treinamentos externos como representante do Município.

Responsabilizar-se tecnicamente perante Conselho Regional de Farmácia, ANVISA e VISA local, para cumprir com requisitos legais e garantir resultados idôneos.

Efetuar análise bioquímica de água, leite humano e outros, visando garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade do material.

Fazer a manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, visando atender a produção de medicamentos e outros preparados.

Realizar fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, formulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica.

Prestar orientações a usuários e/ou outros profissionais, sobre medicamentos, modo de utilizar e processo de obtenção dos mesmos, permitindo que o usuário tenha acesso às informações pertinentes ao seu tratamento, visando melhorar e ampliar a adesão a este, bem como evitar trocas, uso inadequado ou irracional de medicamentos.

Atribuições Gerais:

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

FISIOTERAPEUTA

Desenvolver ações de fisioterapia, desde o diagnóstico até o efetivo tratamento, utilizando-se de técnicas apropriadas, visando promover cura ou melhora da qualidade de vida dos pacientes, contribuindo com a retomada de suas atividades diárias. Atuar de forma preventiva com promoção de educação em saúde, orientando pacientes e familiares prezando pela independência funcional, tanto no ambiente domiciliar quando no social.

Realizar a avaliação fisioterapêutica através da correlação entre anamnese, exame físico, testes específicos e exames complementares quando necessário, a fim de identificar disfunções – musculares, esqueléticos, algias, alterações neurológicas, respiratórias e vasculares.

Elaborar diagnóstico fisioterapêutico, analisando e estudando os desvios físico-funcionais intercorrentes, na sua estrutura e funcionamento, com a finalidade de detectar as alterações apresentadas, considerando desvios dos graus de normalidade para os de anormalidade.

Planejar estratégias de intervenção junto aos pacientes a curto médio e longo prazo, prescrevendo tratamento conforme necessidades de cada caso, definindo objetivos, condutas, procedimentos, frequência e tempo da intervenção.

Realizar condutas fisioterapêuticas através de meio físicos e termo elétricos magnéticos, naturais, cinesioterápicos e terapias manuais

embasados cientificamente.

Redigir laudos fisioterapêuticos, e elaborar pareceres técnicos, gerando informações pertinentes, bem como registrar no prontuário do cliente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e as condições de alta da assistência.

Solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do cliente, sempre que necessário.

Realizar devolutivas e orientações aos pacientes, pais ou responsáveis, fornecendo informações pertinentes.

Realizar atendimentos fisioterapêuticos, aplicando exercícios de educação ou reeducação neuromuscular, relaxamento muscular, de locomoção, correção de vício postural, de adaptação ao uso de órtese e prótese e meio e materiais disponíveis.

Avaliar as condições físicas dos atletas do município, elaborando estratégias de prevenção a lesões causadas na prática das atividades físicas, bem como desenvolver ações e exercícios fisioterapêuticos que propiciem uma melhora na recuperação dos atletas lesionados.

Acompanhar as equipes de atletas da Fundação Municipal de Esportes de São José em viagens para competições, estando disponível para pronto atendimento no caso de suspeita de lesões.

Desenvolver ações educativas e preventivas, prestando orientações, ministrando palestras/formações para profissionais que possam ser multiplicadores das ações e do conhecimento.

Promover ações terapêuticas preventivas a instalações de processos que levam a incapacidade funcional laborativa, bem como analisar os fatores ambientais contributivos ao conhecimento de distúrbios funcionais laborativos, desenvolvendo programas coletivos contributivos à diminuição dos riscos de acidentes de trabalho.

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

MÉDICO

A Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e deve ser exercido sem discriminação de qualquer natureza. O médico deve guardar absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente. Jamais utilizará seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano, ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade. O médico deve manter sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções. O Mesmo se aplica ao trabalho em empresas, exceto nos casos em que seu silêncio prejudique ou ponha em risco a saúde do trabalhador ou da comunidade.

Desenvolver ações em saúde que contribuam para o bem estar dos usuários, por meio da realização de consultas e atendimentos médicos individuais ou em conjunto com demais profissionais:

- Realizado triagem;
- Efetuando anamnese;
- Realizando exame físico;
- Levantando hipóteses diagnósticas;
- Realizando e/ou supervisionando propedêutica instrumental;
- Solicitando e/ou realizando exames complementares;
- Interpretando dados de exames clínicos e exames complementares;
- Diagnosticando o estado de saúde do paciente;
- Discutindo diagnóstico, prognóstico e tratamento com pacientes, clientes, responsáveis e familiares;
- Realizando visitas domiciliares, quando necessário;
- Realizando atendimento a família;
- Realizando pequenas cirurgias a nível ambulatorial;
- Realizando atendimento intensivo em situação de crise.

Tratar pacientes e clientes, planejando, indicando e prescrevendo tratamento, executando tratamentos com agentes químicos, físicos e biológicos, receitando drogas, medicamentos e fitoterápicos, praticando intervenções clínicas e/ou cirúrgicas, praticando procedimentos intervencionistas, estabelecendo prognóstico e monitorando o estado de saúde dos pacientes.

Implementar ações para promoção da saúde:

- Estabelecendo planos de ação;
- Prescrevendo medidas higiênico-dietéticas;
- Prescrevendo imunização;
- Ministrando tratamentos preventivos;
- Implementando medidas de segurança e proteção do trabalhador;
- Implementando medidas de saúde ambiental;
- Promovendo campanhas de saúde e atividades educativas;
- Promovendo ações de controle de vetores e zoonoses;
- Divulgando informações em mídia;
- Prestando informações e orientações à população, visando proporcionar a troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros;
- Participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.

Elaborar documentos médicos, tais quais: prontuários, receitas, atestados, protocolos de condutas médicas, laudos, relatórios, pareceres, documentos de imagem, declarações, material informativo e normativo, dentre outros.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando

pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos.

Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.

Acompanhar in loco, quando necessário, a transferência de pacientes entre unidades e/ou estabelecimentos de saúde.

Realizar inspeções médicas visando o cumprimento da legislação, para efeitos de:

- Posse em cargo público;
- Readaptação;
- Reversão;
- Aproveitamento;
- Licença por motivo de doença em pessoa da família;
- Aposentadoria e auxílio-doença;
- Salário maternidade;
- Revisão de aposentadoria;
- Auxílio ao filho excepcional, licença acidente de trabalho, isenção de imposto de renda de servidores aposentados, entre outros.

Realizar outras inspeções médicas de caráter elucidativo ou apoio relativo a casos sujeitos à perícia, conforme solicitação, bem como expedir laudo de licença para tratamento de saúde dos servidores, efetuando perícias domiciliares ou hospitalares, na impossibilidade de comparecimento destes ao local da perícia.

Realizar procedimento técnico-profissional dirigido para a prevenção primária, definida como a promoção da saúde e a prevenção da ocorrência de enfermidades ou profilaxia.

Realizar procedimento técnico-profissional dirigido para a prevenção secundária, definida como a prevenção da evolução das enfermidades ou execução de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos.

Realizar procedimento técnico-profissional dirigido para a prevenção terciária, definida como a prevenção da invalidez ou reabilitação dos enfermos.

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

MÉDICO DA FAMÍLIA

O ESF é tido como uma das principais estratégias de reorganização dos serviços e de reorientação das práticas profissionais neste nível de assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação. O médico deve guardar absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente. Jamais utilizará seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano, ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade. O médico deve manter sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções.

Médico deve ter, para com os colegas, respeito, consideração e solidariedade, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos à Comissão de Ética da instituição em que exerce seu trabalho profissional e, se necessário, ao Conselho Regional de Medicina.

Cumprir a carga horária para qual foi contratado.

Atender o número de pacientes de acordo com o que for estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Preencher os prontuários a cada atendimento.

Preencher os documentos necessários para comprovação de seus serviços.

Participar de reuniões e grupos sempre que convocado.

Obedecer a ordens de seu superior hierárquico.

Realizar consultas clínica aos usuários da sua área adstrita.

Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso.

Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio.

Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001.

Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva.

Fomentar a criação de grupos de patologias específica, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.

Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências.

Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra referência.

Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais.

Indicar internação hospitalar.

Solicitar exames complementares.

Verificar e atestar óbito.

Atribuição comum a todos os profissionais que integram as equipes:

Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas.

Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos qual aquela população está exposta.

Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde.

Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida.

Valorizar a relação com o usuário e com a família, para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito.

Realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento.

Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica.

Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde.

Promovendo ações Inter setoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados.

Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais.

Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no conselho Municipal de Saúde.

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA

A ESF é tida como uma das principais estratégias de reorganização dos serviços e de reorientação das práticas profissionais neste nível de assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação. Exercer as atividades inerentes ao cargo de acordo com sua competência técnica, conforme prescreve o seu respectivo conselho. Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade.

Acolhimento ao paciente.

Procedimentos de Rotina.

Realizar curativos e suturas.

Preparar materiais para esterilização.

Preencher documentos para levantamentos de dados.

Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica.

Assegurar à pessoa, família e coletividade assistência de enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Avaliar criteriosamente sua competência técnica científica ética e legal e somente aceitar encargos ou atribuições, quando capaz de desempenho seguro para si e para outrem.

Prestar Assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza

Garantir a continuidade da Assistência de Enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da Assistência de Enfermagem, bem como ao estado de saúde do paciente e seu tratamento.

Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar.

Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte.

Colabora com a equipe a qual esta inserida; buscando a interatividade e multidisciplinariedade.

Proteger a pessoa, família e coletividade contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da Equipe de Saúde.

Disponibilizar seus serviços profissionais à comunidade em casos de

Garantir a continuidade da Assistência de Enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da Assistência de Enfermagem, bem como ao estado de saúde do paciente e seu tratamento.

Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar.

Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte.

Colabora com a equipe a qual esta inserida; buscando a interatividade e multidisciplinariedade.

Proteger a pessoa, família e coletividade contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da Equipe de Saúde.

Disponibilizar seus serviços profissionais à comunidade em casos de

emergência, epidemia e catástrofe, sem pleitear vantagens pessoais.

Encaminhar a pessoa, família e coletividade aos serviços de defesa do cidadão, nos termos da lei.

Respeitar no exercício da profissão, as normas relativas à preservação do meio ambiente e denunciar aos órgãos competentes as formas de poluição e deterioração que comprometam a saúde e a vida.

Registrar no prontuário do paciente as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar.

Prestar Assistência de Enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência.

Atribuição comum a todos os profissionais que integram as equipes:

Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas.

Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos qual aquela população está exposta.

Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde.

Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida.

Valorizar a relação com o usuário e com a família, para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito.

Realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento.

Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica.

Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde.

Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados.

Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais.

Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no conselho Municipal de Saúde.

Atribuições Gerais:

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Promover o desenvolvimento biopsicofisiológico dos munícipes de São José, visando a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos mesmos, por meio da prestação de serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários.

Buscar a formação e o aperfeiçoamento de atletas, bem como, a disseminação da prática desportiva para criar oportunidades e integração social, desenvolvimento físico e mental, higiene pessoal, mudança de comportamento, entre outras práticas na comunidade, planejando, organizando e divulgando atividades recreativas e de lazer, como competições, torneios, programas de iniciação desportiva e outros eventos promovidos pelo município.

Organizar eventos, torneios e competições promovidos pelo município, montando tabelas de jogos e datas, reservando os locais, elaborando o regulamento, a abertura, as formas de premiação, o congresso técnico e outras providências necessárias para a perfeita realização do evento.

Elaborar e ministrar aulas/treinos nas diversas modalidades do esporte e de acordo com a necessidade do município de São José, visando capacitar alunos, promovendo o desenvolvimento destes.

Proporcionar o treino e aprimoramento das técnicas dos atletas, aplicando exercícios físicos específicos para o aperfeiçoamento de suas habilidades físicas e técnicas.

Organizar equipes esportivas em categorias e desenvolvê-las, de acordo com as capacidades físicas, cognitivas e emocionais de cada faixa etária, bem como, acompanhar e responder pelas equipes nos treinos e competições, visando o aprimoramento técnico/tático individual e/ou coletivo.

Avaliar o resultado de programas, aplicando métodos de aferição adequados aos tipos de atividades desenvolvidas, a fim de verificar o grau de aproveitamento e desenvolvimento do público alvo.

Resolver problemas diversos durante os eventos, como dúvidas quanto ao regulamento, estrutura dos ginásios, protestos e outros, acionando outras áreas quando necessário, para a continuidade das competições.

Divulgar torneios, preparando e enviando correspondências, visitando escolas, enviando mensagens a órgãos de imprensa, e montando cartazes, bem como informando os resultados dos jogos e a classificação final, para tornar públicos os eventos e incentivar maior participação nos mesmos.

Facilitar o trabalho com crianças nas categorias infantis, bem como, mostrar a importância do esporte para a comunidade, estabelecendo contatos com familiares dos atletas.

Manter contatos internos e externos a fim de viabilizar competições e torneios para divulgação do esporte no município e/ou obter recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos esportivos.

Prestar esclarecimentos e orientações a técnicos, atletas, pais de atletas e comunidade em geral.

Manter o registro dos trabalhos realizados, elaborando relatórios com dados oriundos do trabalho dos professores e técnicos.

Utilizar-se de materiais de apoio apropriados para cada modalidade, de acordo com as técnicas adequadas a cada necessidade, bem como, com a disponibilidade de materiais no município.

Realizar o acompanhamento das atividades e dos resultados apresentados pelos profissionais, atletas e alunos nas atividades desenvolvidas.

Realizar a análise qualitativa e quantitativa dos dados, buscando o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade da educação desportiva e do desempenho dos profissionais através de projetos educacionais relacionados à prática da Educação Física, Desporto e Educação Básica.

Quando atuando no Apoio Pedagógico Especial:

Acompanhar e incentivar a prática desportiva às pessoas com alguma deficiência, objetivando a inclusão das mesmas nas variadas modalidades de esporte propostas pela Fundação Municipal de Ensino.

Suprir as dificuldades encontradas pelo educando, auxiliando-o na realização das suas atividades, acompanhando individualmente o processo

de realização da mesma.

Realizar atendimentos extraclasse, a fim de melhorar a percepção, criatividade, coordenação motora fina e ampla, organização espacial, organização temporal, esquema e imagem corporal, coordenação viso-motora, estimulação entre outros.

Contribuir para que haja um trabalho conjunto entre família e escola, para um melhor desenvolvimento do educando, prestando orientações aos pais dos alunos.

Definir, juntamente com a equipe técnico-administrativa e demais profissionais de Educação Física, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, o desenvolvimento das suas habilidades.

Desenvolver projetos em parceria com a iniciativa privada, Terceiro Setor e Governo Municipal, Estadual e Federal buscando captar recursos para o desenvolvimento das atividades relacionadas a projetos de inclusão de pessoas com deficiência;

Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o boletim de notas do aluno com necessidades educacionais especiais.

Quando atuando na Gerontologia:

Propor políticas educacionais, desportivas e de lazer para pessoas com idade acima de 60 anos com ou sem deficiência, atentando-se a questões sociais do envelhecimento se aliando a dança, ginástica, jogo, recreação e esporte, acatando os princípios pedagógicos e biopsicossociais.

Atribuições Gerais:

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

ANEXO 3

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome	Nº inscrição
Nome da mãe	
Cargo	Documento de Identidade

Caso seja inscrito no CadastroÚnico para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico informar:

Número de inscrição no CadÚnico:

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de São José, requerer a isenção do pagamento da inscrição no concurso público por (assinale):

<input type="checkbox"/>	Sou beneficiado pela Lei Municipal nº 5006/2010. Estou anexando a documentação exigida pela referida lei.	<input type="checkbox"/>	Sou doador de sangue. Neste caso, estou anexando a documentação exigida pelo Edital.
--------------------------	---	--------------------------	--

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

São José, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato ou representante legal

Após o preenchimento, anexar a documentação exigida e entregar pessoalmente, por Procurador devidamente constituído ou enviar via postal, com AR, preferencialmente por SEDEX para o seguinte endereço:

FEPESE- Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Concurso Prefeitura Municipal de São José

Pedido de isenção do pagamento da inscrição

Caixa Postal: 5067

88040-900 - Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - UFSC

Florianópolis - SC - Brasil

Só serão analisados os requerimentos entregues à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital do Concurso Público.

ANEXO 4

RECURSO ADMINISTRATIVO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome	Nº inscrição
Cargo	Documento de Identidade

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de São José, interpor o presente recurso administrativo contra o ato abaixo:

	Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição do concurso público
	Indeferimento do pedido de inscrição para as vagas reservadas para as pessoas com deficiência
	Indeferimento do pedido de inscrição (vagas de livre concorrência)
	Indeferimento do pedido de condições especiais para a realização da prova
	Teor da questão e ou gabarito preliminar da prova escrita
	No caso de requerimento em desfavor de questão da prova inscrita informar obrigatoriamente:

Área de conhecimento/ disciplina	Número da questão
----------------------------------	-------------------

Resultado da prova ou resultado final

ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO

Após o preenchimento entregar pessoalmente, por Procurador devidamente constituído ou enviar via postal, com AR, preferencialmente por SEDE para o seguinte endereço:

FEPESE- Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos
 Concurso Prefeitura Municipal de São José
 Caixa Postal: 5067
 88040-900 - Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - UFSC
 Florianópolis - SC – Brasil

Só serão analisados os recursos entregues à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital do Concurso Público.

CONCURSO PÚBLICO - Edital 003/2015/GAB

CRONOGRAMA

ITEM	ATIVIDADES/ DATAS PROVÁVEIS	DATA INICIAL	DATA FINAL
01	Publicação do Edital	19/10/2015	
02	Período de Inscrição	19/10/2015	19/11/2015
03	Requerimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	19/10/2015	02/11/2015
04	Resultado dos deferimentos de isenção da taxa de inscrição	-----	09/11/2015
05	Prazo recursal	10/11/2015	11/11/2015
06	Publicação do resultado dos recursos sobre inscrição	-----	16/11/2015
07	Publicação do resultado – pedido de condições especiais	-----	23/11/2015
08	Homologação das inscrições	-----	23/11/2015
09	Recursos de indeferimentos de inscrição	18/11/2015	19/11/2015
10	Resultado dos recursos de indeferimentos de inscrição		24/11/2015
11	Publicação dos locais de realização da prova	-----	24/11/2015
12	Prova Escrita	-----	29/11/2015
13	Publicação do gabarito provisório da prova escrita (questões objetivas)	-----	29/11/2015
14	Recurso do gabarito provisório	30/11/2015	01/12/2015
15	Divulgação dos resultados dos recursos do gabarito provisório	-----	10/12/2015
17	Resultado da Prova escrita e Resultado Final	-----	10/12/2015
18	Prazo recursal	11/12/2015	14/12/2015

19	Resultado dos recursos	-----	18/12/2015
22	Resultado Final após recursos		18/12/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015/GAB

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015/GAB

DISPÕE ACERCA DA ABERTURA DE INSCRIÇÕES E DEMAIS NORMAS ATINENTES A CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José e a Secretária Municipal da Administração, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a realização de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São José, que será regido pela legislação em vigor e pelo presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Concurso será regido pelo presente edital e executado sob a responsabilidade da Fundação de Estudos e Pesquisa Socioeconômicos – FEPESE, localizada no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima □ Universidade Federal de Santa Catarina □ UFSC, Trindade, CEP 88.040-900, Florianópolis, SC, telefones (48) 3953 1000, 3953 1032, e □ mail: saudesaojose@fepese.org.br.

0.2 O presente edital, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do concurso na Internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br>.

0.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

0.4 Os documentos e requerimentos relacionados ao presente concurso, salvo expressa determinação do edital, devem ser entregues pessoalmente pelo candidato, ou por procurador devidamente habilitado, nos horários e locais abaixo estabelecidos:

Posto de Atendimento 1 – FEPESE
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP: 88040-900- Trindade - Florianópolis, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Horário do último dia de inscrições: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00.

Posto de Atendimento 2 – Município de São José
Prefeitura Municipal de São José
Avenida Acioni de Souza Filho (Beira Mar de São José), nº 403, Praia Comprida – São José/SC
3º Andar - Auditório
Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
Horário do último dia de inscrições: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00.

0.5 O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de São José.

2. CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

1.1 Os cargos, vagas, cargas horárias, vencimentos e as exigências de escolaridade para os cargos objeto do presente concurso público, são as seguintes:

1.1.1 Cargos com exigência de Nível Médio/Técnico

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGA	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	REQUISITOS E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL MÍNIMA EXIGIDA
Técnico em Radiologia e Imagem	20h	01	997,32	Formação Técnica em Radiologia e Imagem, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

1.2 As atribuições do cargo e área constam no Anexo 2 deste Edital.

1.3 Os candidatos nomeados estarão sujeitos ao estágio probatório pelo período de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

2.8 O pagamento de auxílio-alimentação, a título de vantagem por dia útil trabalhado, aos servidores públicos ativos da Administração Municipal dar-se-á conforme os casos e as regras previstos pela Lei Municipal nº 4.799, de 26 de junho de 2009, e suas alterações posteriores.

2.9 A concessão de vale-transporte aos servidores é possível desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação e normas municipais.

2.10 A comprovação da Habilitação Profissional Mínima Exigida será feita até o momento da posse.

2.11 A falta de comprovação, na data de posse, da Habilitação Profissional Mínima Exigida de que trata este Edital resultará na edição de ato administrativo que tornará nula (sem efeito) a nomeação.

3. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

2.2 São requisitos básicos para o exercício de cargo público, caso seja o candidato classificado, dentre outros previstos neste Edital e em legislação específica:

- a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;
- b) estar em gozo dos seus direitos políticos;
- c) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- d) gozar de boa saúde, condição que será comprovada quando do processo de admissão por inspeção médica oficial;
- e) possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

2.3 O candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

2.4 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do requerimento de inscrição.

2.5 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço residencial e eletrônico (e-mail) constante da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada, até o dia 20 de novembro de 2015, por e-mail ou carta encaminhada à FEPESE e, após esta data, diretamente à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José.

2.6 A inscrição somente será efetuada das 12 horas de 19 de outubro de 2015 às 16 horas de 19 de novembro de 2015, por um dos seguintes meios:

- a) Pela Internet;
- b) Pessoalmente ou por procurador devidamente constituído;

2.6.1 Instruções para a inscrição pela Internet

Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os passos:

- 1. Acessar o endereço eletrônico <http://saudesaojose.fepese.org.br>;
- 2. Ler atentamente o edital, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
- 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- 4. Imprimir e efetivar o pagamento do Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco do Brasil S.A., até a data de encerramento das inscrições.

2.6.2 Instruções para a inscrição presencial

Para efetivar a sua inscrição presencial, o candidato deverá seguir os passos:

- 1. Comparecer ao posto de atendimento, nos horários informados no item 1.4, munido de documento de identidade original com foto e do Cadastro de Pessoal Física (CPF);
- 2. Se procurador, portar documento de identidade original com foto e copia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato e do CPF, além do original do instrumento público de procuração, específico para realizar a inscrição;
- 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e realizar os procedimentos indicados;
- 4. Obter e efetivar o Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco do Brasil S.A., até a data de encerramento das inscrições.

2.7 A taxa de inscrição é de: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

2.8 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do concurso público na Internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br>. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.

2.9 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.10 A inscrição não poderá ser feita por qualquer outro meio. Também não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11 Os candidatos sem acesso à Internet ou que tenham dificuldades de efetuar a sua inscrição, poderão obter orientação e acesso à internet na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento no Município de São José, cujos endereços e horários de funcionamento estão descritos no edital.

2.12 O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo ele o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição. Em determinados horários e dias poderá ocorrer a formação de filas. No último dia de inscrições só serão atendidos os candidatos que tiverem chegado aos locais determinados até as 16 (dezesesseis) horas.

2.13 Nos locais de atendimento aos candidatos não será possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição.

2.14 O preenchimento do Requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.

2.15 A FEPESE e a Prefeitura Municipal de São José não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.16 A adulteração de qualquer documento ou a não-veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.17 Não serão admitidas, publicado o ato ou resultado de etapa do concurso público, a complementação, a inclusão ou a substituição dos

documentos entregues.

2.18 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.

2.19 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

2.20 O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído.

4. DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1 Será concedida a isenção da taxa de inscrição aos candidatos:

a) Doadores de sangue ou que integrem a Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta à doação.

b) Candidatos que não possuam renda, nos termos da Lei Municipal nº 5.006/2010, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

3.1.1 Pedidos de isenção dos candidatos doadores de sangue

Para ter direito à isenção, o doador de sangue ou integrante de Associação de Doadores candidato deverá entregar à FEPESE ou em Posto de Atendimento, até o dia 03 de novembro de 2015, os seguintes documentos:

a) Requerimento pedindo a isenção da inscrição (anexo 3);

b) Documento expedido pela entidade coletora discriminando o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos doze meses.

c) Para o candidato integrante de Associação de Doadores: documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar, minuciosamente, as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo contribui para estimular a doação de sangue.

3.1.2 Pedidos de isenção dos candidatos beneficiados pela Lei Municipal nº 5.006/2010

Para obter o benefício da Lei Municipal nº 5.006/2010, os candidatos que comprovarem não possuir renda deverão, no requerimento de inscrição, assinalar a opção "ISENÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL nº 5.006/2010" e entregar na FEPESE, pessoalmente ou por procurador, até o dia 03 de novembro de 2015, os seguintes documentos:

a) Requerimento pedindo a isenção da inscrição (anexo 3);

b) Original ou cópia de comprovante de residência no município de São José. Caso o nome constante no comprovante de residência não seja o do requerente, deverá anexar declaração do titular do comprovante de que reside naquele domicílio;

c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (da folha de identificação e do último contrato de trabalho);

d) Declaração firmada pelo candidato de que não é detentor de cargo público;

e) Declaração firmada pelo candidato de que não possui outra fonte de renda;

f) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

4.1 A FEPESE publicará no sítio do concurso público: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, a partir das 16 (dezesesseis) horas do dia 09 de novembro de 2015, o deferimento dos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4.2 O candidato que tiver o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido, deverá, para participar do concurso, efetuar o pagamento da taxa de inscrição na data determinada pelas normas deste edital.

4.3 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1 Serão reservadas vagas aos candidatos com deficiência compatível para o cargo/atribuições, na proporção de 10 % (dez por cento) das vagas previstas neste edital.

4.2 Quando o cálculo da definição de vagas resultar em número fracionário haverá o arredondamento para o número imediatamente superior quando a fração for igual ou superior a cinco décimos, respeitando-se a Recomendação nº 0001/2015/11PJ/SJO do Ministério Público de Santa Catarina.

4.3 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, na Lei Estadual nº 12.870/04 e suas alterações.

4.4 Os inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência deverão entregar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento no Município de São José, nos dias úteis do período de 19 de outubro de 2015 a 19 de novembro de 2015, cópia do requerimento de inscrição acompanhada de atestado médico especificando a respectiva deficiência, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste edital.

4.5 Os candidatos portadores de deficiência aprovados no presente concurso, quando convocados para nomeação, serão submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

4.6 Nos casos em que a decisão final da Junta Médica Oficial concluir que a deficiência incapacita o candidato para o exercício do cargo público, será ele eliminado deste concurso e impedido de tomar posse.

4.7 O candidato portador de deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.8 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4.9 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

4.10 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o

endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

6. OUTROS REQUERIMENTOS

5.1 O candidato que precisar de condições especiais, decorrentes de exigência médica, para acessar o local das provas ou para realizá-la, deverá indicar sua condição no requerimento e inscrição e informar sua condição especial requerida.

5.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de requerer condição especial no formulário de inscrição, deverá comparecer ao local da sua realização com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, acompanhada de pessoa maior, que ficará responsável pela guarda da criança em sala reservada para essa finalidade. No momento da amamentação, a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.

5.3 Os pedidos de condições especiais serão atendidos, respeitadas a viabilidade e a razoabilidade das petições.

5.4 A FEPESE publicará no sítio do concurso: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, a partir das 16 (dezesesseis) horas do dia 23 de novembro de 2015, o deferimento das condições especiais requeridas pelos candidatos.

5.5 Os requerimentos e documentos exigidos no item 6.1 e 6.5 também poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. As relações das inscrições homologadas e não homologadas estarão disponíveis no endereço eletrônico do concurso: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, na data provável de 23 de novembro de 2015.

8. DAS ETAPAS DO CONCURSO

7.1 O concurso constará de etapa única: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

9. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita descrita no item 8.1.1 será aplicada no dia 29 de novembro de 2015, no município de São José (SC), de acordo com o cronograma abaixo:

Prova escrita com questões objetivas

Duração: 3h 30 min

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova	13h00min
Fechamento dos portões (a partir deste horário, não será permitida a entrada de candidatos sob qualquer alegação)	13h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas	13h52min
Início da resolução da prova	14h00min
Prazo mínimo para entrega da prova	15h00 min
Término da prova - devolução obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	17h30min

8.2 A prova escrita constará de questões objetivas, cada uma com 5 (cinco) alternativas (a,b,c,d,e) das quais uma única será a correta.

8.3 O número de questões e o valor atribuído a cada uma delas constam do quadro abaixo.

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº de questões	Valor	Total
Língua Nacional	5	0,20	1,00
Legislação e temas de Saúde Pública	10	0,15	1,50
Conhecimentos específicos do cargo	15	0,50	7,50
TOTAL	30		10,00

8.4 Será aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros) na prova escrita.

8.5 Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

8.6 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

8.7 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

8.8 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

8.9 Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e /ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

8.10 Os conteúdos programáticos constam no Anexo 1 do presente edital.

8.11 As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão- resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

8.12 Os locais de realização das provas serão divulgados em endereço eletrônico do concurso: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, na data provável de 24 de novembro de 2015.

8.13 A Prefeitura Municipal de São José e a FEPESE não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

10. NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1 A FEPESE poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início das provas.

9.2 A entrada nos locais de prova será permitida mediante a apresentação de documento de identificação.

9.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

9.3 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

9.4 Só serão aceitos documentos em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

9.5 A não-apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

9.6 Em caso de eventual divergência, a FEPESE poderá exigir a apresentação do comprovante de pagamento de taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária.

9.7 Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado previamente para o seu início, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

9.8 Durante a realização da prova é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta;
- b) Documento de identificação e comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- c) Se assim desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

9.9 É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés e qualquer tipo de armamento.

9.9.1 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

9.9.2 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

9.10 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

9.11 A FEPESE poderá, por medida de segurança, submeter os candidatos a revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como exigir a sua identificação datiloscópica.

9.12 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas escritas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

9.13 O candidato somente poderá entregar o cartão-resposta e o caderno de prova, 1 (uma) hora após o início da prova.

9.14 Por razões de segurança, é vedado ao candidato retirar-se do local de prova, mesmo que desistente ou excluído do concurso, antes de 1 (uma) hora do início da prova.

9.15 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar o cartão- resposta e o caderno de prova ao mesmo tempo.

11 DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final do candidato será a nota obtida na prova escrita, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

NF = NPE

NF – Nota final

NPE – Nota da prova escrita

11.2 A classificação será feita por cargo em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

11.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior número de acertos nas questões objetivas de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de "Legislação e temas de Saúde Pública", quando houver;
- c) Maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa;
- d) Maior número de acertos nas questões de "Higiene e Segurança do Trabalho", quando houver; e
- e) Maior idade.

11.5 Os portadores de deficiência integrarão listas de classificação em separado, observando-se os mesmos critérios aplicados na classificação dos candidatos de livre concorrência.

11.6 O resultado final, após os recursos, será divulgado no endereço eletrônico: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>, na data provável de 18 de novembro de 2015.

12. DOS RECURSOS

11.1 Será admitido recurso do pedido de isenção do pagamento da inscrição, do indeferimento da inscrição, do gabarito provisório das questões da prova escrita e do resultado final, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu procurador, desde que devidamente fundamentados até às 18 horas do segundo dia subsequente à publicação no sítio do concurso público <http://saudesaojose.fepese.org.br/> do ato contra o qual deseja recorrer.

12.2 Os recursos poderão ser interpostos das seguintes maneiras:

- a) Pela Internet; ou
- b) Pessoalmente ou por procurador; ou
- c) Via postal.

11.3 Interposição de recursos pela Internet

11.3.1 Para interposição de recursos pela Internet, o candidato deverá:

- a) Acessar a página do concurso na Internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br/> e clicar no link RECURSOS E REQUERIMENTOS;
- b) Preencher o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Enviar pela Internet seguindo as instruções do sistema.

11.4 Interposição de recursos presencial ou via postal

11.4.1 Para interposição de recursos presencialmente ou via postal, o candidato deverá:

- a) Preencher o requerimento (anexo 4), um para cada ato ou questão contra a qual se insurge;
- b) Protocolar o requerimento nos Postos de Atendimento, guardando o respectivo protocolo ou enviar pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE.

11.4.2 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do edital e que forem entregues à FEPESE rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

11.5 Caso o candidato venha a transmitir (pela Internet), ou entregar (pessoalmente ou por procurador) mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do concurso público, só será analisado o último transmitido, ou recebido.

11.6 Os recursos só serão examinados:

- a) Se forem interpostos no prazo determinado;
- b) Quando se referirem a questões da prova, se relacionados a uma única questão;
- c) Se devidamente fundamentados, com argumentação lógica e consistente e citação da lei, norma editalícia e ou documento, obra ou artigo que embasa a contestação do requerente.

11.7 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, e-mail, whatsapp, ou qualquer outro meio, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o disposto nas normas do edital, serão indeferidos.

11.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: <http://saudesaojose.fepese.org.br/>. As respostas individuais poderão ser obtidas no mesmo endereço no link RECURSOS E REQUERIMENTOS.

11.9 No caso de anulação de questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam, mesmo que não tenham interposto recurso administrativo pedindo a sua anulação.

11.10 Em função de alteração de gabarito, anulação de questão ou correção de erro material, a pontuação do candidato e ou sua classificação poderão ser alteradas para maior ou menor.

11.11 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13. PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

13.1 Em caso de mudança de endereço após a inscrição, é responsabilidade exclusiva do candidato comunicar por escrito à FEPESE nos endereços constantes de item 1.4 deste Edital.

13.2 Em caso de mudança de endereço, é de responsabilidade exclusiva do candidato aprovado manter seu endereço para correspondência atualizado junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

14. DA NOMEAÇÃO E POSSE

14.1 A convocação, nomeação, posse e investidura no cargo são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e da Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal.

14.2 O candidato classificado será responsável por manter atualizado seu endereço residencial e eletrônico, dentro do prazo de vigência do Edital, inclusive em caso de eventual prorrogação, junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, sob pena de eliminação do concurso.

14.3 Os candidatos classificados serão convocados por meio de Edital de Convocação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), disponível no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser disponibilizado no sítio da Prefeitura Municipal de São José.

14.3.1 É de exclusiva responsabilidade do candidato classificado efetuar a consulta periódica do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC) para fins constatação de sua convocação, sendo rejeitada a argumentação de seu desconhecimento.

14.3.2 Fica facultada ao Poder Público a possibilidade de convocação dos classificados por outros meios complementares ao previsto no item 14.3.

14.4 A posse do candidato ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do ato de nomeação, nos termos do § 1º do artigo 21 da Lei nº 2.248/91.

14.5 O ato de nomeação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), disponível no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

14.6 Não será admitida a reclassificação (deslocamento para o final de lista) na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na vaga, quando convocado.

14.7 A aprovação e classificação no concurso público não criam direito à imediata nomeação do candidato, que será concretizada, dentro do prazo de validade do concurso e na medida das necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, considerados os limites e vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000). A nomeação é ato de competência exclusiva da Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro do interesse, conveniência e oportunidade da Administração Pública.

14.8 O candidato classificado e convocado deverá apresentar a documentação solicitada no item 14.11.1 no prazo de até 20 dias contados a partir da publicação do respectivo Edital de Convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), mediante agendamento prévio através dos contatos disponibilizados no ato de convocação. Quanto aos exames e laudos solicitados no item 14.11.2 é imprescindível que o candidato providencie os mesmos até a data em que deverá apresentar-se à Junta Médica Oficial do Município, que ocorrerá após a entrega dos documentos do item 14.11.1.

14.9 O não-atendimento à convocação realizada por meio do edital referido no item 14.3, no prazo previsto no item 14.8, importará na consequente desistência da vaga por parte do candidato classificado, perdendo o direito à nomeação.

14.10 Os documentos solicitados deverão ser entregues somente pelo candidato, na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, localizado na Avenida Acioni de Souza Filho, nº 403, 3º andar – Praia Comprida, São José/SC, no dia e horário agendado. Destaca-se que a entrega da documentação será certificada para fins de comprovação do recebimento.

14.11 O candidato convocado deverá apresentar os documentos, exames e laudos necessários para a nomeação, de acordo com a lista a seguir:

14.11.1 Dos Documentos (em conformidade com a Instrução Normativa nº 11/2011 – TCE/SC):

a) Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros da JUSTIÇA FEDERAL e ESTADUAL dos locais de domicílio (eleitoral, residencial e atividade profissional) do candidato nos últimos 5 (cinco) anos (observar a validade do documento). Observação: Para gerar a Certidão da Justiça Federal dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, acessar <http://www.trf4.jus.br/trf4>, localizar Certidão Online, tipo de certidão: e selecionar a certidão criminal de 1º grau. Para certidão da Justiça Estadual de Comarcas do Poder Judiciário de Santa Catarina, acessar <http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>, selecionar comarca, modelo da certidão: criminal;

b) Certidão de quitação eleitoral (obter no site www.tse.gov.br);

c) Cópia simples do título de eleitor;

d) Cópia simples da Carteira de Trabalho com o nº do PIS/PASEP;

e) Cópia simples do Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino;

f) Cópia da Certidão de Nascimento do filho menor de 14 anos (fotocópia autenticada);

- g) Cópia simples da Certidão de Casamento;
- h) Carteira de identidade (fotocópia autenticada);
- i) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia autenticada);
- j) Declaração de bens – modelo padronizado da PMSJ (disponível no site www.saojose.sc.gov.br ou retirar no setor de Recursos Humanos da Secretaria da Administração) ou a última declaração do imposto de renda com todas as folhas assinadas e com a informação de envio ou de recebimento pela Receita Federal (obter no site www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atca/CPF/fisica.htm);
- k) Ficha cadastral devidamente preenchida (modelo padronizado da PMSJ – disponível do site www.saojose.sc.gov.br ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração).
- l) Uma foto 3x4;
- m) Comprovação de abertura de conta-salário junto à Caixa Econômica Federal ou caso seja necessária a abertura da conta-salário, o candidato deverá comparecer à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração para providenciar o documento que deverá ser apresentado junto à instituição financeira;
- n) Declaração da Caixa Econômica Federal sobre a existência de conta corrente ou conta salário em nome do candidato, informando o número da agência e o número da conta; ou proposta/contrato de abertura de conta corrente ou conta-salário na Caixa Econômica Federal;
- o) Declaração de (in)acumulação de cargos – modelo padronizado PMSJ – disponível no site www.saojose.sc.gov.br ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração. Em caso de acumulação de cargo, emprego ou função pública, é imprescindível que o candidato forneça a declaração atualizada do órgão competente onde exerce seu cargo, emprego ou função pública. No documento deverá constar: a) Órgão competente; b) Cargo/emprego/função; c) Lotação e Local de Trabalho; d) Carga Horária e Jornal de Trabalho;
- p) Declaração do candidato de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável (modelo padronizado da PMSJ – disponível do site da PMSJ ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração);
- q) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- r) Formulário do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) – modelo padronizado PMSJ – disponível no site www.saojose.sc.gov.br ou retirar junto à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração.

14.11.2 Dos Exames e Laudos Médicos:

- a) Hemograma Completo, Glicemia de Jejum, Parcial de Urina, Fezes, Radiografia de Tórax bilateral;
- b) Laudo com avaliação Psiquiátrica (original e uma cópia), expedido por Médico Psiquiatra, onde deverá constar a aptidão mental do candidato para exercício do cargo ou função a que o candidato será nomeado;
- c) Declaração formal do candidato (a) de que não está sendo submetido a tratamento psiquiátrico ou psicológico com profissional diferente daquele que expediu e assinou o laudo de aptidão para o cargo;
- d) Eletrocardiograma (caso o candidato tenha mais de 35 anos);
- e) Comprovação da vacinação contra a Rubéola da CANDIDATA com até 39 anos onze meses e vinte e nove dias de idade, apresentando a via original e uma cópia (Vacina Monovalente contra Rubéola ou Vacina Dupla Viral ou ainda, a Tríplice Viral). Exigência estabelecida na Lei nº 10.106/1996;
- f) Laudo com avaliação Oftalmológica (original e uma cópia), expedido por Médico Oftalmologista, atestando a acuidade visual do candidato para exercício do cargo;
- g) Radiografia (RX) de coluna lombosacra, PA e Perfil;
- h) Laudo com avaliação ortopédica, expedido por médico Ortopedista.

14.11.3 A apresentação de todos os exames médicos, bem como de todos os laudos solicitados deverá ocorrer na data em que for agendada a perícia na Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de São José/SC, sendo o candidato informado da data e horário oportunamente pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração. Destaca-se que os exames e laudos deverão ter sido expedidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

14.11.4 Os exames e laudos médicos solicitados correrão por conta do candidato e as despesas não serão reembolsadas.

14.12 A comprovação da Habilitação Profissional Mínima Exigida (certificados e/ou comprovante de registro em conselho ou órgão fiscalizador da profissão – item 2.1) deverá ser realizada pelo candidato classificado até a posse no cargo, sob pena de eliminação do candidato no processo de admissão iniciado atinente a este concurso público.

14.13 Somente tomará posse o candidato convocado e devidamente nomeado que tiver efetuado a entrega de todos os documentos, exames e laudos solicitados pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, bem como ter se submetido à avaliação da Junta Médica Oficial.

14.14 A falta de comprovação de quaisquer requisitos para investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo de demais sanções legais.

14.15 As certidões/atestados que apresentarem alguma ocorrência deverão ser acompanhados de certidões explicativas, as quais serão analisadas, podendo configurar impedimento da posse, nos termos da lei.

14.16 O candidato que não tomar posse no prazo legal será considerado desistente para todos os fins.

14.17 Constatada a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas em desacordo com a Constituição Federal, caberá ao candidato a comprovação da desincompatibilização, até o momento da posse, sob pena de impedimento da posse.

14.18 Em caso de falsidade ideológica decorrente do preenchimento da declaração de (in)acumulação estará o candidato sujeito às medidas cabíveis na legislação vigente.

15. DO FORO

14.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o concurso de que trata este edital é o da Comarca de São José (SC).

16. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

16.1 Ficam delegadas competências à FEPESE para:

- a) divulgar o concurso público;
- b) publicar todos os atos relacionados ao concurso público na página do concurso na internet: <http://saudesaojose.fepese.org.br/> até a homologação do concurso, já que os atos posteriores ocorrerão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração de São José;
- c) receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- d) deferir e indeferir as inscrições;
- e) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas previstas no Edital;
- f) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- g) prestar informações sobre o concurso, durante o período de sua realização;
- h) definir normas para aplicação das provas;
- i) divulgar os resultados das provas.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Será excluído do concurso público o candidato que:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- e) não observar quaisquer das normas de segurança do presente edital;
- f) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

17.2 Ao inscrever-se no presente concurso, o candidato concorda que seu nome, dados de identificação e desempenho no concurso público sejam publicados nos endereços eletrônicos da FEPESE e da Prefeitura Municipal de São José, bem como sejam afixados em local público ou publicados em quaisquer mídias.

17.3 O acompanhamento das publicações, retificações do Edital e demais comunicados referentes ao concurso público será de responsabilidade exclusiva do candidato.

17.4 A legislação com vigência após a data de publicação desse Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativas a ela posteriores a legislação não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

17.5 Não haverá posse por procuração.

17.6 Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Concurso Público e ratificadas pela Secretária Municipal de Administração.

Paço Municipal, em São José (SC), 16 de outubro 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária Municipal de Administração

ANEXO 1

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015/GAB

PROGRAMAS DAS PROVAS

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA NACIONAL

Análise e interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios. Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação de bilhete, carta, requerimento e ofício.

LEGISLAÇÃO E TEMAS DE SAÚDE PÚBLICA

Implantação do SUS – Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90. Artigos 196 a 200 da Constituição Brasileira/88. Portaria 2488/2011

– Política Nacional de Atenção Básica. NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família; PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade. Acolhimento. Indicadores de saúde. Sistema de notificação de doenças e agravos de notificação compulsória; Vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento de doenças de interesse para saúde pública; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções básicas de anatomia e fisiologia humana. Noções básicas de assepsia e antissepsia. Técnicas em radiologia convencional e contrastada. Física da radiação. Terminologia radiológica. Princípios de posicionamento radiológico. Anatomia radiológica, técnica e posicionamento do tórax, abdome, cintura pélvica, crânio, face e das extremidades. Anatomia radiológica e técnica de exame do trato gastrointestinal e aparelho urinário. Mamografia: Anatomia e técnica radiológica. Proteção radiológica e efeitos biológicos das radiações ionizantes. Princípios da tomografia computadorizada. Técnicas em tomografia computadorizada. Noções básicas de técnicas de tomografia computadorizada do crânio, tórax, abdome e pelve.

ANEXO 2

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

TÉCNICO EM RADIOLOGIA E IMAGEM

Operar aparelho de RX na realização dos diversos tipos de exames, manuseando soluções químicas, substâncias radioativas, revelar filmes e zelar pela conservação dos equipamentos radiográficos e auxiliar na assistência ao paciente.

Organizar equipamento, sala de exame e materiais de trabalho, averiguando as condições técnicas dos equipamentos e acessórios, calibrando o aparelho no seu padrão, verificando a disponibilidade de material para exame, preparando os materiais e insumos necessários aos procedimentos.

Acolhimento ao paciente.

Preparar o paciente para realizar exames, radioterapia ou outros procedimentos, verificando as condições físicas do paciente, preparando o paciente, retirando próteses móveis e adornos do paciente, bem como higienizando o paciente e realizando outras atividades correlatas. Procedimentos de Rotina.

Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade. Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica ou religiosa.

Assegurar à pessoa, atendimento livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.

Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.

Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

ANEXO 3

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome	Nº inscrição
Nome da mãe	
Cargo	Documento de Identidade

Caso seja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico informar:

Número de inscrição no CadÚnico:

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de São José, requerer a isenção do pagamento da inscrição no concurso público por (assinale):

<input type="checkbox"/>	Sou beneficiado pela Lei Municipal nº 5006/2010. Estou anexando a documentação exigida pela referida lei.	<input type="checkbox"/>	Sou doador de sangue. Neste caso, estou anexando a documentação exigida pelo Edital.
--------------------------	---	--------------------------	--

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração

falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

São José, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato ou representante legal

Após o preenchimento, anexar a documentação exigida e entregar pessoalmente, por Procurador devidamente constituído ou enviar via postal, com AR, preferencialmente por SEDEX para o seguinte endereço:

FEPESE- Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Concurso Prefeitura Municipal de São José

Pedido de isenção do pagamento da inscrição

Caixa Postal: 5067

88040-900 - Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - UFSC

Florianópolis - SC – Brasil

Só serão analisados os requerimentos entregues à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital do Concurso Público.

ANEXO 4

RECURSO ADMINISTRATIVO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome	Nº inscrição
Cargo	Documento de Identidade

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de São José, interpor o presente recurso administrativo contra o ato abaixo:

	Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição do concurso público
	Indeferimento do pedido de inscrição para as vagas reservadas para as pessoas com deficiência
	Indeferimento do pedido de inscrição (vagas de livre concorrência)
	Indeferimento do pedido de condições especiais para a realização da prova
	Teor da questão e ou gabarito preliminar da prova escrita
	No caso de requerimento em desfavor de questão da prova inscrita informar obrigatoriamente:

Área de conhecimento/ disciplina	Número da questão

	Resultado da prova ou resultado final
--	---------------------------------------

ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO

Após o preenchimento entregar pessoalmente, por Procurador devidamente constituído ou enviar via postal, com AR, preferencialmente por SEDE para o seguinte endereço:

FEPESE- Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Concurso Prefeitura Municipal de São José

Caixa Postal: 5067

88040-900 - Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - UFSC

Florianópolis - SC – Brasil

Só serão analisados os recursos entregues à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital do Concurso Público.

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO - Edital 004/2015

CRONOGRAMA

ITEM	ATIVIDADES/ DATAS PROVÁVEIS	DATA INICIAL	DATA FINAL
01	Publicação do Edital	19/10/2015	
02	Período de Inscrição	19/10/2015	19/11/2015
03	Requerimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	19/10/2015	02/11/2015
04	Resultado dos deferimentos de isenção da taxa de inscrição	-----	09/11/2015
05	Prazo recursal	10/11/2015	11/11/2015
06	Publicação do resultado dos recursos sobre inscrição	-----	16/11/2015
07	Publicação do resultado – pedido de condições especiais	-----	23/11/2015
08	Homologação das inscrições	-----	23/11/2015
09	Recursos de indeferimentos de inscrição	18/11/2015	19/11/2015
10	Resultado dos recursos de indeferimentos de inscrição		24/11/2015
11	Publicação dos locais de realização da prova	-----	24/11/2015
12	Prova Escrita	-----	29/11/2015
13	Publicação do gabarito provisório da prova escrita (questões objetivas)	-----	29/11/2015
14	Recurso do gabarito provisório	30/11/2015	01/12/2015
15	Divulgação dos resultados dos recursos do gabarito provisório	-----	10/12/2015
17	Resultado da Prova escrita e Resultado Final	-----	10/12/2015
18	Prazo recursal	11/12/2015	14/12/2015
19	Resultado dos recursos	-----	18/12/2015
22	Resultado Final após recursos		18/12/2015

EDITAL Nº. 027/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 027/2015/FUNDESJ

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS - EDITAL Nº 024/2015/FUNDESJ

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A classificação final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 024/2015/FUNDESJ. É o constante no anexo único.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 14 de outubro de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ

ANEXO ÚNICO**CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO**

EDITAL Nº 024/2015/FUNDESJ

Área: Educação – Vaga 1.1				
Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
001	548.457.939-20	511	10,00	1º

A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base em sua pontuação bruta, em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

NFPT = PBC x 10

PB

Onde: NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as)

PORTARIA Nº 1.335 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.335 de 15 de Outubro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no inciso VII do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 022447/2015, relativo a ato disciplinar do servidor T.P.S. para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Alzira Isabel da Rosa, Eliane Fátima Rover, para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 15 de Outubro de 2015

Méri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº. 004/2015

RESOLUÇÃO Nº. 004/2015

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária do dia 30 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Temática de Prevenção Primária do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD/SJ, com os seguintes membros:

- Angela Gonçalves
- Débora Augusto da Silva e Silva
- Eládio José de Souza
- Cleber de Oliveira Rodrigues
- Eleide Eli Brito
- Maria Aparecida de Souza Macedo

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 30 de junho de 2015.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 005/2015

RESOLUÇÃO Nº. 005/2015

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PREVENÇÃO SECUNDÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária do dia 30 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Temática de Prevenção Secundária do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD/SJ, com os seguintes membros:

- Cleide Tiengo Pontes
- Cinthia Regina Barroso
- Idvania Silveira

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 30 de junho de 2015.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PREVENÇÃO TERCIÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária do dia 30 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Temática de Prevenção Terciária do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD/SJ, com os seguintes membros:

- César Maximiliano Simões
- Antônio Roberto da Silva
- Jânia Lucia de Pinho
- Ednilson Tadeu Menezes

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 30 de junho de 2015.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 007/2015

RESOLUÇÃO Nº. 007/2015

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO PLANO DE TRABALHO, ORÇAMENTO ANUAL E DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária do dia 30 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão do Plano de Trabalho, Orçamento Anual e dos Recursos Financeiros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD/SJ, com os seguintes membros:

- José Vitor da Silva Filho
- Eliane Magalhães Rosa
- Ozair dos Santos
- Victor Alexandre de Souza

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 30 de junho de 2015.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente do COMADSJ

RESOLUÇÃO Nº. 026/2015

RESOLUÇÃO Nº. 026/2015.

RATIFICA PUBLICAÇÃO EMITIDA PELA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA RESOLUÇÃO CMDCA N. 016/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia extraordinária ocorrida dia 07 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Ratificar publicação referente à prorrogação de prazo editalício, emitida no dia 05 de outubro de 2015, pela Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de São José/SC criada através da Resolução CMDCA N. 016/2015, a qual prorrogou até 07/10/2015 o prazo para apresentação de impugnações a que se refere o item 3.10.2, bem como prorrogou o resultado da Eleição, previsto no item 4.1 para 14/10/2015, ambos do Edital CMDCA 001/2015.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 07 de outubro de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente do CMDCA

*Republicado por incorreção.

RESOLUÇÃO Nº. 027/2015

RESOLUÇÃO Nº. 027/2015.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES NA CONDIÇÃO DE SUPLEN-
TES DE SÃO JOSÉ, GESTÃO 2016/2020, DEFINIDO NO EDITAL CMDCA Nº 001/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/1990 c/c o Art. 96 da Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia ordinária ocorrida dia 14 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica proclamado o resultado final do Processo de Escolha Unificado dos Membros dos Conselhos Tutelares do Município de de São José, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, definido no Edital CMDCA nº 001/2015, assim distribuídos:

I - Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

CLASIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	TOTAL DE VOTOS
1º	Juliana Silveira da Silva Leffer de Jesus	037.965.029-03	400
2º	Danielle Silva Castro	050.760.529-28	320

3º	Juliana Izelda da Silva de Oliveira	051.369.279-76	273
4º	Sayonara da Luz da Silva	986.988.009-63	254
5º	Caroline Nienchotter Goedert Gebauer	058.973.589-66	186
6º	Adriana Silveira Ruiz Diaz	076.076.119-16	163
7º	Diogo Luiz Filippi	043.442.299-16	157
8º	Fernanda Péres	006.830.029-88	151
9º	Lunardi dos Santos Moraes	046.996.759-56	146
10º	Hiago Lucas Caetano	084.092.159-42	133

II - Ficam os seguintes candidatos na condição de suplentes, por ordem de votação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	TOTAL DE VOTOS
11º	Andrea da Costa Santos	014.331.629-03	110
12º	Roberta Cardoso Farias	031.181.619-30	107
13º	Ana Lucia Teixeira	987.191.309-53	102
14º	Daiana Vera Souza	048.513.019-01	82
15º	Hugo Martins Pinto	301.194.216-15	78
16º	Jackson Cristiano de Oliveira	023.422.539-40	75
17º	Soraia Moraes Vicente	020.346.829-55	71
18º	Ozana Matzembacher da Silva	697.594.059-20	65
19º	Viviane Nunes Santos	011.681.090-43	58
20º	Diego de Lima Bueno	082.780.419-97	52

III - Ficam os seguintes candidatos a compor o cadastro de reserva, por ordem de votação, podendo ser convocados na ausência dos suplentes descritos no inciso anterior:

:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	TOTAL DE VOTOS
21º	Gilson Gonzaga dos Santos	292.275.429-49	51
22º	Ronaldo de Oliveira	044.656.069-31	48
23º	Suélen Martins	048.938.309-29	45
24º	Paulo Cesar Kovacs	003.398.159-06	40
25º	William Habyeutter Kaleski	041.457.819-88	39
26º	Ana Goreti Medeiros	454.806.309-97	32
27º	Laura Denoti Queiroz	012.709.082-78	30
28º	Nayani Hames da Rosa Mafra	053.311.499-36	19
29º	Adriana Kincheski Bunn	539.518.759-68	14
30º	Ieda Marques de Menêzes de Moraes	424.050.921-15	13
31º	Fabiola Horácio	062.312.789-05	12

Art. 2º – A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, em horário e local a ser definido a antecedência mínima de trinta dias da data da posse.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de outubro de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES
Conselheiro Presidente do CMDCA

*Republicado por incorreção.

RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Data: 16/10/2015
Processo: 436/2015

Resultado da Inexigibilidade nº 023/2015 REFERÊNCIA: Processo nº 436/2015 - Inexigibilidade nº 023/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO SR. ARTUR HENRIQUE CARSTENS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitações, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 4.964/2015 de 13 de agosto de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

Prestador de Serviços

ARTUR HENRIQUE CARSTENS

OBS: A remuneração pela prestação dos serviços de Leiloeiro será de 05% (cinco por cento), pagos pelos compradores sobre quaisquer bens arrematados, sem nenhum custo para a Prefeitura de São José/SC.

São José, 16 de outubro de 2015.

LEONARDO WIETHORN RODRIGUES
Presidente

PAULO DUTRA
Membro

KETY SILVA TRIERVEILER
Membro

RAMON S. CAMPOS MARTINS
Membro

REJANE MAGALI S. MEDEIROS
Membro

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA- Nº 001/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO E A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a conjunção de esforços entre as partes, visando à realização conjunta de atividades relacionadas ao cadastramento de voluntários para atuação junto a Central de Operações Integradas (Monitoramento Urbano), pautados nas respectivas áreas de atuação e interesses comuns, no que tange a oferta de vagas no Programa de Voluntariado, nos termos da Lei Municipal nº 5.433/2014 com alteração proveniente da Lei nº 5.948/2015, do Convênio nº 148/2014 (celebrado entre o Município de São José e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito). VIGÊNCIA: O presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de cinco (05) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, específico para tal, no prazo de 60 (sessenta) dias, antes do término deste Termo de Cooperação. LOCAL E DATA: São José, em 16 de outubro de 2015. SIGNATÁRIAS: Andrea Irany Pacheco Rodrigues, Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito e, Norma Warmling, Secretária da Assistência Social

TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO N.º 41/AIRE/2015

TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO N.º 41/AIRE/2015. PARTES: O Município de São José e o Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica – Núcleo do Parque de Material Aeronáutico de Recife. OBJETO: Doação da Aeronave AT-26 – matrícula FAB 4533 e número de série 75072315. VALORES: Não haverá transferência de valores entre as partes. LOCAL E DATA: Recife, 02 de setembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e o Sr. Ricardo Tanaka Ten Ce Av pelo Núcleo do Parque de Material Aeronáutico de Recife.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 034, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 034, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora pública municipal, Sra. Daniella Françozi, CPF nº 899.145.899-87.

Objeto: Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 034, de 02 de março de 2015, do bem: Tablet Samsung, NS RQ2F800R0SW, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16991, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade originariamente firmado.

Data da assinatura: 05 de outubro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Daniella Françozi - servidora pública municipal.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 207, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 207, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 207, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TF3B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7667, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 227, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 227, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 227, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394T35L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7735, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Brava Construções Ltda. ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43.

Objeto: Dilação dos prazos de vigência e de execução do Contrato

nº 025/2015, de 12/08/2015, pelo lapso de 30 (trinta) e de 60 (sessenta) dias, respectivamente, em razão de que a execução das muretas e a readequação dos taludes ainda não foram executadas pelo Município, impossibilitando a execução da pavimentação das calçadas por parte da Contratada, já que as muretas precedem a execução das mesmas, fatos estes que não são atribuíveis à Contratada e, no entanto, impossibilitaram a realização dos trabalhos. Data de Assinatura: 13/10/2015.

Execução: de 13/10/2015 até 14/12/2015.

Vigência: de 10/12/2015 até 11/01/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Guilherme Sobieray Szymanski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Dilação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 045/2015, de 05/03/2015, pelo lapso de 60 (sessenta) e de 90 (noventa) dias, respectivamente, em razão de incompatibilidades constatadas entre o projeto licitado e a situação verifica in loco, tendo sido necessário a intervenção de equipamentos do Município para realizar a adequação dos locais ao projeto licitado, ocasionando, durante este período, a interrupção dos trabalhos da Contratada por causas alheias à sua vontade, impossibilitando a conclusão da obra dentro dos prazos inicialmente previstos.

Data de Assinatura: 1º/10/2015.

Prazo de Execução: de 1º/10/2015 a 30/11/2015.

Prazo de Vigência: de 1º/10/2015 a 30/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 176/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: J. L. DA SILVA EXCURSÕES ME., CNPJ nº 04.335.938/0001-13.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 176/2011, de 08/08/2011, pelo lapso de 60 (sessenta) dias, em razão de que a licitação realizada em 18 de setembro de 2015 (em decorrência do Processo Licitatório nº 113/2015), objetivando a outorga de permissão de uso para exploração e administração do Terminal Rodoviário do Município de São Lourenço do Oeste/SC, restou deserta, fazendo-se necessário a realização de novo procedimento licitatório na modalidade de concorrência, nos termos da Lei nº 1.910, de 1º de dezembro de 2010.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Prazo de Vigência: de 08/10/2015 a 07/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e João Leonir da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 060/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Battisterra Terraplanagem Ltda. ME, CNPJ nº 14.858.406/0001-14.

Objeto: Aditamento dos itens 6 e 7, do Contrato nº 060/2015, de 19/03/2015, em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente contratada para os itens, em razão de que se faz necessário o atendimento das comunidades do interior do Município que ainda não foram beneficiadas com os serviços prestados.

Valor: R\$ 12.293,75 (doze mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos). Assim, o valor global atualizado de R\$ 49.175,00 (quarenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais), passa a ser de R\$ 61.468,75 (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos próprios e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0 0.00 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rogerio Battistel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Battisterra Terraplanagem Ltda. ME, CNPJ nº 14.858.406/0001-14.

Objeto: Aditamento dos itens 6 e 7 do Contrato nº 163/2015, de 27/08/2015, em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente contratada para os itens, em razão de que se faz necessário o atendimento das comunidades do interior do Município que ainda não foram beneficiadas com os serviços prestados.

Valor: R\$ 12.293,75 (doze mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos). Assim, o valor global atualizado de R\$ 49.175,00 (quarenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais), passa a ser de R\$ 61.468,75 (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos próprios e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0 0.00 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rogerio Battistel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 062/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S. Mezzomo ME, CNPJ nº 15.341.014/0001-46.

Objeto: Aditamento do item 1, do Contrato nº 062/2015, de 19/03/2015, em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente contratada para o item, em razão de que se faz necessário o atendimento das comunidades do interior do Município que ainda não foram beneficiadas com os serviços prestados.

Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), o que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente contratada para este item em específico. Em decorrência deste aditivo, o valor global atualizado de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) passa a ser de R\$ 103.800,00 (cento e três mil e oitocentos reais). Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos próprios e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0 0.00 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Sidnei Mezzomo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 149/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S. Mezzomo ME, CNPJ nº 15.341.014/0001-46.

Objeto: Aditamento do item 1, do Contrato nº 149/2015, de 27/07/2015, em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente contratada para o item, em razão de que se faz necessário o atendimento das comunidades do interior do Município que ainda não foram beneficiadas com os serviços prestados.

Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), o que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente contratada para este item em específico. Em decorrência deste aditivo, o valor global atualizado de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) passa a ser de R\$ 103.800,00 (cento e três mil e oitocentos reais). Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos próprios e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0 0.00 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Sidnei Mezzomo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Federal nº 8.987/1995, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SC Projetos e Promoções Ltda. ME, CNPJ nº 10.607.178/0001-59.

Objeto: CONCESSÃO DE BILHETERIA, COPA E COZINHA DA ARENA DE SHOWS DA 5ª EDIÇÃO DA EFAISLO - EXPOSIÇÃO FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE SERÁ REALIZADA DE 12 A 15 DE NOVEMBRO DE 2015.

Valor: R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais).

Pagamento: Os pagamentos, referente ao lance ofertado, deverão ser realizados mediante depósito na conta corrente, de titularidade do Município de São Lourenço do Oeste, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, sendo condição para o início da exploração do objeto concedido a apresentação do respectivo comprovante de depósito no setor de Contabilidade do Município.

Recursos Orçamentários: Serão por conta da Concessionária, consistentes da oferta realizada na licitação, não onerando os cofres públicos.

Data de Assinatura: 09/10/2015.

Vigência: 09/10/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Eliziane do Carmo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Federal nº 8.987/1995, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SC Projetos e Promoções Ltda. ME, CNPJ nº 10.607.178/0001-59.

Objeto: CONCESSÃO DE COPA E COZINHA DAS PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO INTERNA E EXTERNA, DA 5ª EDIÇÃO DA EFAISLO - EXPOSIÇÃO FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE SERÁ REALIZADA DE 12 A 15 DE NOVEMBRO DE 2015.

Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

Pagamento: Os pagamentos, referente ao lance ofertado, deverão ser realizados mediante depósito na Conta Corrente, de titularidade do Município de São Lourenço do Oeste, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, sendo condição para o início da exploração do objeto concedido a apresentação do respectivo comprovante de depósito no setor de Contabilidade do Município.

Recursos Orçamentários: Serão por conta da Concessionária, consistentes da oferta realizada na licitação, não onerando os cofres públicos.

Data de Assinatura: 09/10/2015.

Vigência: 09/10/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Eliziane do Carmo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 108/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENETTI & MINSKI LTDA. EPP, CNPJ nº 21.923.997/0001-21.

Objeto: Dilação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 108/2015, de 19/05/2015, pelo lapso de 30 (trinta) dias, em razão das dificuldades encontradas pela Contratada na obtenção e contratação de mão de obra especializada para acabamentos em concreto e soldagens de peças metálicas, bem como considerando a complexidade da obra, distinta das edificações convencionais, requerendo profissionais devidamente capacitados, fatos estes que impossibilitaram a conclusão dos trabalhos.

Data de Assinatura: 13/10/2015.

Execução: de 14/10/2015 a 13/11/2015.

Vigência: de 16/10/2015 a 17/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Rafael Benetti - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 154/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDMAR DA SILVA ME, CNPJ nº 11.354.002/0001-03.

Objeto: Dilação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 154/2015, de 10/08/2015, pelo lapso de 30 (trinta) dias, devido à necessidade de que a Contratada efetue as correções apontadas pela empresa que fiscaliza a obra, em conformidade com o projeto, a fim de assegurar que ocorra a energização do local por parte da Concessionária.

Data de Assinatura: 13/10/2015.

Execução: de 13/10/2015 a 12/11/2015.

Vigência: de 09/11/2015 a 09/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Edmar da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 126/2015, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RIO DE JANEIRO, ENTRE O ACESSO SUL, E A AVENIDA BRASIL, COM ÁREA TOTAL DE 29.289,26M².

Valor: R\$ 1.736.880,40 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos), sendo que deste total, R\$ 382.456,95 (trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), refere-se à mão de obra e R\$ 1.354.423,45 (um milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), refere-se ao fornecimento de material.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos do Município, liberados mediante verificação da regularidade da Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência Social do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72, da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto nos pagamentos.

Recursos Orçamentários:

D - 98/2015 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas;

D - 205/2015 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.03.0000 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas.

Data de Assinatura: 16/10/2015.

Vigência: 16/10/2015 a 16/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 009, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 009, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.242, de 18 de setembro de 2015.

Doador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Donatária: Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 03.883.258/0001-71.

Objeto: Doação de 01 (uma) plantadeira hidráulica, com distribuição de adubo, rosca helicoidal, de 03 linhas, com capacidade de adubo de 240 kg, pneu 560x15, disco duplo defasado, semente 13x14, disco de corte e sulcador de corte liso plano 16, com registro patrimonial nº 5712, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, avaliada em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 15 de setembro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo Doador e Marcos Antonio Suldowski - pela Donatária.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 63/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para contratação de serviços de caminhão prancha para transporte de equipamentos rodoviário, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 29/10/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 19 de outubro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.439/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 12, COM ÁREA DE 1.500,00M², COM UMA CASA RESIDENCIAL DE ALVENARIA MEDINDO 139,07M², MATRÍCULA Nº 44.474, DE PROPRIEDADE DE EDISSON LUIZ STELLA
DECRETO Nº 8.439/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do Lote Urbano nº 12, com área de 1.500,00m², com uma casa residencial de alvenaria medindo 139,07m², matrícula nº 44.474, sito em Rua Ewaldo Scharzt com a Projetada "A", Loteamento São Gerônimo, bairro São Sebastião, no município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de EDISSON LUIZ STELLA, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTO:

Parte do Lote Urbano nº 12, com área de 300,00m², confrontando: Ao Norte: Com parte do Lote nº 13, por linha seca, numa extensão de 15,20m; Ao Leste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca, numa extensão de 19,74m; Ao Sul: Com parte do Lote B-5, por linha seca, numa extensão de 15,20m; Ao Oeste: Com a Rua Projetada "A", numa extensão de 19,72m.

Remanescente:

Parte do Lote Urbano nº 12, com área de 1.200,00m², confrontando: Ao Norte: Com o Lote nº 11, com parte do Lote nº 09 e com parte do Lote nº 13, por linha seca, numa extensão de 60,91m; Ao Leste: Com a Rua Ewaldo Scharzt, numa extensão de 19,84m; Ao Sul: Com o Lote B-4 e com parte do Lote B-5, por linha seca, numa extensão de 60,38m; Ao Oeste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca, numa extensão de 19,74m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 15 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

EDITAL Nº 015/2015 - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

EDITAL Nº 015/2015

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

O Prefeito Municipal do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200 /1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional , RESOLVE.

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, tendo em vista, que não foram encontrados em notificações anteriores do lançamento de Tributos referente ao ISS Construção Civil e ISSRF à nota fiscal nº 6 referente aos créditos tributários.

Art. 2º Ficam os notificados abaixo relacionados, para que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente, regularize seu débito junta a municipalidade devidamente atualizado no ato de seu pagamento junto ao Setor de Tributação d Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DÍVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento.

Contribuinte	N. Notificação
JOACIR ELÓI SIMM E EDIOLANDA APARECIDA GABOARDI	2673/2015 e 2674/2015

Art. 3º Este edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios, além de ser fixado no mural principal da prefeitura, sendo ainda, disponibilizado no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 16 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 110/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 110/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, no dia 28 (vinte e oito) de outubro de dois mil e quinze, em todas as Repartições Públicas do Município de São Pedro de Alcântara, em virtude da comemoração do dia do Servidor Público.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

DECRETO N.º 111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 111/2015

ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de funcionamento das 07:00 as 13:00 horas, nas Repartições Públicas Municipais, a partir de 19/10/2015 até o dia 20/02/2016.

Art. 2º - Excetua-se deste horário os serviços essenciais (Unidades Básicas de Saúde, Escolas e Centros de Educação Infantil).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

DECRETO Nº109/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº109/2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.243.7-2.036– Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 4.000,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº112/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº112/2015

FICA CANCELADO OS RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Ficam cancelados os Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

01- CÂMARA MUNICIPAL

01.01.01.31.1.2001 – Func. e Manut. da Câmara Municipal

Empenho nº4397/2014 – BRASIL TELECOM S.A – OI - no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Motivo: Saldo de Empenho por Estimativa.

02- GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.04.122.2.2002 – Func. e Manut. do Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito

Empenho nº4398/2014 – BRASIL TELECOM S.A – OI - no valor de R\$117,28 (cento e dezessete reais e vinte oito centavos).

Motivo: Saldo de Empenho por Estimativa.

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.3.2004 – Func. e Manut. da Secretaria de Administração e Finanças

Empenho nº426/2014 – TELESYSTEM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME – no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

Motivo: comunicação interna nº83/2015.

Empenho nº4400/2014 – BRASIL TELECOM S.A – OI - no valor de R\$595,56 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Motivo: Saldo de Empenho por Estimativa.

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.4.2016 – Func. e Manut. Educação Infantil

Empenho nº4395/2014 – BRASIL TELECOM S.A – OI - no valor de R\$288,89 (duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Motivo: Saldo de Empenho por Estimativa.

05- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.243.7.2036 – Func. e Manut. da Assistência Social

Empenho nº4396/2014 – BRASIL TELECOM S.A – OI - no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Motivo: Saldo de Empenho por Estimativa.

06- SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.8.2044 – Func. e Manut. da Secretaria da Cultura

Empenho nº4040/2014 – RODOVIARIA SANTA TERESINHA LTDA – no valor de R\$1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Motivo: comunicação interna nº83/2015.

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.2077 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Obras

Empenho nº2315/2014 – MS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI - ME - no valor de R\$135,84 (cento e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Empenho nº3474/2014 – ARBE ARTEFATOS DE CIMENTO – ME – no valor de R\$48,00 (quarenta e oito reais).

07.01.15.452.10.2079 – Manutenção da Iluminação Pública

Empenho nº4402/2014 – ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP – no valor de R\$10.897,95 (dez mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos).

Motivo: comunicação interna nº83/2015.

10- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.6.2027 – Func. e Manut. da Agricultura

Empenho nº4392/2014 – BRASIL TELECOM S.A – OI - no valor de R\$93,07 (noventa e três reais e sete centavos).

Motivo: Saldo de Empenho por Estimativa.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº113/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº113/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº1.004/2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 111.292,78 (cento e onze mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos) a dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.1.083– Construção de Pontes R\$ 111.292,78

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0053 – Aplicações Diretas R\$ 111.292,78

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 111.292,78 (cento e onze mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos) na dotação abaixo identificada:

07.01.26.782.10.1.069– Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 111.292,78

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0053 – Aplicações Diretas R\$ 111.292,78

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de outubro de 2015.

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.004, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.004, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$111.292,78 (cento e onze mil duzentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos) a dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.1.083 – Construção de Pontes R\$ 111.292,78

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0053 – Aplicações Diretas R\$ 111.292,78

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 111.292,78 (cento e onze mil duzentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos) nas dotações abaixo identificadas:

07.01.26.782.10.1.069 – Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 111.292,78

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0053 – Aplicações Diretas R\$ 111.292,78

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de outubro de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.005, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.005, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“Autoriza o Recebimento por Doação de Ruas Existentes no Município de São Pedro de Alcântara/SC e dá outras providências”.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento por doação de área total de 192,39 m2 denominado Rua 13 e 335,91 m2 denominado prolongamento da Rua Alexandre Severiano Santana, relativa a duas ruas pré-existentes neste Município, conforme mapa de levantamento topográfico e termo de doação que se anexam e passam a ser parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - O recebimento desta rua, nos termos do caput, declara a sua utilidade pública e repassa ao Município, imediatamente, a responsabilidade e jurisdição da mesma.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de outubro de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 323/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 323/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 16/10/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 324/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 324/2015

Concede férias a servidora CLEONICE PRIM.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CLEONICE PRIM, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 20/10/2015 a 06/11/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 325/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 325/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, pelo período de 17 (dezessete) dias, a contar da data de 07/10/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/10/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 326/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 326/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor SÍLVIO CESAR DITTER, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor SÍLVIO CESAR DITTER, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 17/10/2015, conforme resultado da perícia médica.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 327/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 327/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN, ocupante do Cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 08/10/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/10/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.450/2015 DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.450/2015 de 8 de outubro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.844,00 (dez mil oitocentos e quarenta e quatro reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.15.451.3014.2.345 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 660,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 600,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 750,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Material de Consumo R\$ 1.850,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.984,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.15.451.3014.2.345 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 660,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 600,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 750,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.850,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 4.984,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.451/2015 DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.451/2015 de 8 de outubro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.452/2015 DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.452/2015 de 9 de outubro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.18.451.3005.2.314 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.200,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 600,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.18.451.3005.2.314 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 600,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 200,01

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 311/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 311/2015 - PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2015-PMS - Processo nº. 245/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de vale transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder)	19.000	4,25	80.750,00
02	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Jaraguá do Sul)	10.000	3,60	36.000,00

03	Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder (Jaraguá do Sul x Guaramirim)	3.000	3,40	10.200,00
TOTAL R\$				126.950,00

Valor do contrato: R\$ 126.950,00 (cento e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 19/10/2015 – Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.223/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.223/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Katty Daisy Figur Holderried, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Katty Daisy Figur Holderried, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 13 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.224/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.224/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Rosane Kruger, com efeitos retroativos a partir de 08 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015-PMS SEQUENCIA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 207/2015 Data do Processo: 24/09/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 178/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Dom Pedro, trecho II, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 716 m e área total de 7.318 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Municípios

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, está credenciado para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelos representantes das empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foram abertos os envelopes de propostas comerciais das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia das atas aos participantes presentes.

Schroeder, 16 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	<div>TOMADA DE PREÇO</div> <div>Nr.: 12/2015 - TP</div>	<div>Folha: 2/2</div>
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação: 207/2015	
Data do Processo: 24/09/2015		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 178/2015 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Ingo Baade

- - Representante

Giovani Benvenuti

- - Representante

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015-PMS SEQUENCIA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 208/2015 Data do Processo: 24/09/2015

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 180/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, estaca 0 até estaca 11, Bairro Sossego, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 220 m e área total de 2.260,75m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadua

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apenas protocolou os envelopes devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, esta credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA não possui representante presente. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 23 de outubro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 26 de outubro de 2015, às 14h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia das atas aos participantes presentes.

Schroeder, 16 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2015 - TP
	Processo Administrativo: 208/2015 Processo de Licitação: 24/09/2015 Data do Processo:
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 180/2015 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Ingo Baade - - Representante

ATA TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015-PMS SEQUENCIA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 205/2015 Data do Processo: 23/09/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Municí

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 179/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 16 de Outubro de 2015, às 13:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 205/2015, Licitação nº 10/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise da proposta. Foi recebido parecer da análise das propostas do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 120/2015-PROJUR. O parecer da análise das propostas do setor de engenharia constata que foi constatado apenas erro de arredondamento na planilha das propostas das empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, os quais não comprometem a proposta apresentada. O Parecer da Procuradoria nº 120/2015-PROJUR traz que as empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA cumpriram com as exigências editalícias, e que as diferenças encontradas nas planilhas são decorrentes de arredondamento de valores, não comprometendo as propostas apresentadas. Constando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor de R\$ 408.034,29. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata, quadro comparativo, Parecer da Procuradoria nº 120/2015-PROJUR e do setor de engenharia às empresas participantes.

Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2126/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.	UN	1,00		0,0000	408.034,29	408.034,29

Total do Participante -----> 408.034,29

Total Geral -----> 408.034,29

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 10/2015 - TP**

Processo Administrativo: 205/2015
Processo de Licitação: 205/2015
Data do Processo: 23/09/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 16 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Andreia Nass Friedemann	-	- Membro
Walter Egidio Mukai	-	- Membro
Daniela Samulescki	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	-	- Membro Suplente

INEXIGIBILIDADE Nº 5/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 5/2015 - IL****CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC****Processo Nr.: 245/2015
Data: 16/10/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA
Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 460
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 84.438.209/0001-21

Código: 6320

Inscrição Estadual: 251767345

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de vale transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	19.000,00	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder)	UN	4,25	80.750,00
2	10.000,00	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Jaraguá do Sul)	UN	3,60	36.000,00
3	3.000,00	Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de schroeder (Jaraguá do Sul x Guaramirim)	UN	3,40	10.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

Solicita-se a contratação da empresa especializada em transporte coletivo para suprir a necessidade de locomoção dos servidores do Município de Schroeder, sendo que atualmente a empresa Viação Canarinho é a única empresa que fornece o transporte coletivo entre as Cidades de Jaraguá do Sul, Schroeder e Guaramirim. As solicitações serão feitas de acordo com a demanda do Município, abrangendo as seguintes secretarias: Sec. Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sec. Planejamento, Gestão e Finanças, Sec. Saúde, Sec. de Assistência Social, Sec. Agricultura, Indústria, Sec. de Obras e serviços Urbanos, Sec. de Saneamento e Gestão Ambiental, Gabinete do Prefeito.

Schroeder, 16 de Outubro de 2015

**OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2015 - IL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 245/2015 Data: 16/10/2015
		Folha: 2/2

28/9/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 28 de Setembro de 2015

Valor da Despesa: 126.950,00 (cento e vinte e seis mil novecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 205/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		408.034,29		
Licitação.....:		10/2015 - TP						
Modalidade.....:		Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia						
Objeto.....:		contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Munic						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 17284	- Pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I - Unidade: UN						
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	408.034,2900	408.034,29	Venceu	1 *****
12338	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA		1,000	0,0000	428.229,4800	428.229,48	Perdeu	2
11819	CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME		1,000	0,0000	440.839,7500	440.839,75	Perdeu	3

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Ilmar José Pereira Borges Filho -	- Membro
Andreia Nass Friedemann -	- Membro
Walter Egidio Mukai -	- Membro
Daniela Samulescki -	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo -	- Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus -	- Membro Suplente
Elair José Wendt -	- Membro Suplente

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 207/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 0,00				
Licitação.....: 12/2015 - TP								
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia								
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Dom Pedro, trecho II, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 716 m e área total de 7,318 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Municíp								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 17286	- Pavimentação Rua Dom Pedro, trecho II, - Unidade: UN						
12338	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA		1,000	0,0000	906.663,4900	906.663,49	Indefinido	0
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	927.721,8500	927.721,85	Indefinido	0

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -		Presidente da Comissão
Imar José Pereira Borges Filho -		Membro
Andreia Nass Friedemann -		Membro
Walter Egidio Mukai -		Membro
Daniela Samulescki -		Secretária
Valderi Rocha de Camargo -		Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus -		Membro Suplente
Eloir José Wendt -		Membro Suplente

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO N. 008/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 008/2015

PARTES: Câmara de Vereadores de Schroeder e a empresa HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA – ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 85 (oitenta e cinco) Placas de Homenagem alusivas ao cinquentenário da Câmara Municipal de Schroeder, em metal dourado, alto e baixo relevo, letras pretas e douradas, gravação do brasão, base em acrílico translúcido no tamanho 15x10cm com embalagem em tecido com visor transparente.

VALOR: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 40 (quarenta) dias a contar da assinatura do presente termo.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adriano Kath e Carlos Célio Pitta

Ver. Adriano Kath

Presidente

EXTRATO CONTRATO N. 009/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 009/2015

PARTES: Câmara de Vereadores de Schroeder e a empresa JOÃO CARLOS ZAVADZKI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de vídeo alusivo ao cinquentenário de Câmara Municipal de Schroeder, contendo, produção e edição de imagens em HD, imagens aéreas capturas com drone, serviços de diária para a captação de imagens e áudio, com depoimento de vereadores, ex-vereadores, autoridades e outros, com uso de duas câmeras tripés, microfones de lapela e iluminação, e ou captação de cenas do município, reprodução de fotografias, e outros serviços para serem usadas na edição do vídeo institucional.

VALOR: R\$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 40 (quarenta) dias a contar da assinatura do presente termo.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adriano Kath e João Carlos Zavadzki

Ver. Adriano Kath

Presidente

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 155/2015

DECRETO Nº 155/2015 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“Dispõe sobre Ponto Facultativo para o Poder Executivo Municipal de Serra Alta/SC e dá outras providências”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em consonância com a Lei Municipal nº 088/1991 de 24 de abril de 1991.

CONSIDERANDO:

A Lei Municipal nº 498/2001 de 10 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores públicos Municipais, e estabelece em seu Art. 155 que o dia do servidor público, será comemorado em 28 de outubro.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo para o Poder executivo Municipal de Serra Alta/SC, NO DIA 30 DE OUTUBRO/2015 (Sexta-feira), em comemoração ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

036/2015

PORTARIA Nº 036, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal ARI ARCÊNIO HILLESHEIM, ocupante do cargo de Motorista com lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06.09.2013 a 05.09.2014, e 06.09.2014 a 06.09.2015 a serem gozadas no período de 14.10.2015 a 02.11.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

14 de setembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor Departamento de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 096/2015

DECRETO Nº 096/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para reforçar a dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROJ./ATIV.: 28.843.1019.0.001 – Amortização de Débitos Consolidados - INSS

MODALIDADE: 4.6.90.01.0000 – Aplicações Diretas (22)

FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres R\$ 9.000,00

TOTAL R\$ 9.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte do recurso do Provável Excesso de Arrecadação apurados durante o exercício financeiro de 2015 na fonte 0000 – Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 153/2015

DECRETO Nº. 153, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

181 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0482

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação que abaixo específico no valor de R\$ 4.244,71(quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos):

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

181 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0482 – Aplicações diretas
..... R\$ 4.244,71

Art. 3º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 482, Conta Corrente nº 8.558-8, Agência 5.300-7, Banco do Brasil, no valor de 4.244,71(quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de outubro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 154/2015

DECRETO Nº 154, de 16 de Outubro de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais):

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.003 – Manutenção do Ensino Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0087(35) – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.003 – Manutenção do Ensino Básico

4.4.90.00.00.00.00.00.0087(37) – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de outubro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO Nº 65 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

CERTIDÃO Nº 65 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 059, de 04 de setembro de 2015, com a seguinte descrição:

“03 – Área a desmembrar 03 (três) - com área de 1.337,33m² (Hum mil, trezentos e trinta e sete metros e trinta e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Monteiro Lobato, distando pelo lado direito do imóvel, 510,06 metros da esquina formada com o lado par da Rua Carlos Gomes; estremando na frente em 10,39 metros e em 26,96 metros com o lado ímpar da Rua Monteiro Lobato; fundos estrema em 37,29 metros com a Área Remanescente; lado direito estrema em 36,33 metros com a Área a Desmembrar 02; e, lado esquerdo estrema em 35,97 metros com a Área a Desmembrar 04.”

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 14 de outubro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

DECISÃO CANCELAMENTO ITEM 42 - REGISTRO DE PREÇO N.º 34 2014 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECISÃO

Assunto: Requerimento de cancelamento Ata de Registro de Preços – Pregão Presencial 34/2014 – ITEM 042

RELATÓRIO:

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, através do qual solicita o cancelamento do item 042 da Ata de Registro de Preços de fls. 2517/2524 relacionada ao Pregão Presencial n. 34/2014.

A requerente sagrou-se vencedora do referido certame, passando a fornecer os itens 10, 11, 42, 70, 76, 95, 96, 98, 122, 158 e 177. Entretanto, assevera que o produto 'Cefalexina 500 mg' produzido pelo laboratório fabricante 'CELLOFARM/ASPEN' encontra-se com problemas em sua linha produtiva, motivo pelo qual não pode ser atendida a ordem de compra emitida pela empresa licitante.

A Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda fora informada de que o referido fármaco encontra-se 'descontinuado', nos termos da declaração firmada pela fabricante.

Conforme demonstrado pela empresa, houve a tentativa de troca de marca do fármaco, contudo, sem sucesso, posto que as fabricantes AUROBINDO e TEUTO comunicaram a impossibilidade de atendimento ante a suspensão do fornecimento da matéria prima necessária a fabricação do medicamento.

Em virtude dos fatos supra mencionados, a COMERCIAL CIRÚRGICA

RIOCLARENSE LTDA solicita o cancelamento do item 042 da Ata de Registro de Preços de fls. 2517/2524 e o conseqüente repasse do item para o próximo colocado a fim de não deixar o Município desabastecido.

Por fim, roga pela compreensão da Administração Pública Municipal a fim de que não lhe sejam aplicadas as penalidades previstas pelo Edital ante a justa causa devidamente comprovada.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, constata-se que a COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA restou vencedora do Procedimento de Licitação – Pregão Presencial n. 34/2014, vindo a firmar com o Município de Timbó a respectiva Ata de Registro de Preços de fls. 2517/2524.

Vislumbra-se que ao apresentar à proposta e sagrar-se vencedora a empresa comprometeu-se a fornecer todos os itens no preço cotado e de acordo com as condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 34/2014.

Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 “quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”

Entretanto, no caso em apreço, constata-se que a impossibilidade de cumprimento integral do compromisso advindo da celebração da ata se deve à suspensão da fabricação do produto, o que restou comprovado documentalmente mediante apresentação de carta firmada pela fabricante.

Constata-se que fora promovida a convocação dos demais colocados/classificados no item, porém, não houve aceitação por parte destes, conforme documentação apensada.

Inclusive, a ausência do item no mercado fora corroborado pelo email encaminhado pela empresa PONTAMED FARMACÊUTICA que assinala a impossibilidade de assumir o remanescente do item diante da noticiada interrupção na fabricação e conseqüente ausência do produto no mercado.

Tratando-se de descumprimento motivado, não se vislumbra a hipótese de aplicação das penalidades previstas pelo Edital de Pregão Presencial n. 34/2014.

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade de cancelamento do item 042 da Ata de Registro de Preços de fls. 2517/2524, correspondente ao produto 'Cefalexina 500 mg'.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando a plausibilidade da justificativa apresentada pela COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, determino o CANCELAMENTO do item 042 constante da Ata de Registro de Preços de fls. 2517/2524 concernente ao produto 'cefalexina 500 mg'.

Registre-se, Publique-se e Intime-se a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 13 de outubro de 2015.
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 101
2015 - PMT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de peças do tipo lâmina, unha, suporte, parafuso e demais peças complementares para uso na linha pesada da frota da secretaria de obras.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda; R.T Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda. Epp; Julio Silvestri Filho Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 79.927,00 (setenta e nove mil novecentos e vinte e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/10/2015

Timbó, 16/10/2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO ATA DE
REGISTRO - 157.2014 PMT RUDIPEL**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS
157/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rudipel Rudnick Petróleo LTDA.

OBJETO: Acréscimo proporcional ao aumento ocorrido no valor do litro do óleo diesel, que fica passando a ser de R\$ 2,771.

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2015.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014

Termo Aditivo: nº 052/2015

Processo Licitatório nº 27/2014

Modalidade Pregão Presencial nº 22/2014

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.563.356/0001-50

Contratado: Queli Flach Anschau - ME - CNPJ sob o nº 12.038.574/0001-38.

Objeto: Altera-se a Cláusula Segunda do Contrato Principal nº. 007/2014, prorrogando o prazo de execução para até 31 de dezembro de 2015, dentro do exercício financeiro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 16 de outubro de 2015.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2081

DECRETO Nº 2.081/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PRERFEITURA DE TREZE TÍLIAS NO VALOR DE R\$ 10.000,00 OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria de Cultura e Esportes

02 – Serviços do Esporte

Atividade: 2.218

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para fazer frente ao crédito constante no item anterior, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado no período e ou sua tendência.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
08 de outubro de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

LEI 1875

LEI Nº 1.875/2015 de 08/10/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE TREZE TÍLIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação de Turismo de Treze Tílias, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O objeto do convênio de que trata o artigo anterior é a cessão do espaço público localizado no Parque de Exposições Padre Johann Otto Küng, na Rua Domingos Perondi, para a exploração da venda de alimentos na Tirolerfest, evento realizado pelo Município de Treze Tílias no período compreendido entre 09 a 13 de outubro de 2015.

Art. 3º O conveniado poderá explorar o serviço de venda de alimentos repassando ao Município conveniente 10% (dez por cento) do valor arrecadado líquido, mediante apresentação da competente prestação de contas.

Art. 4º A prestação de contas referente à cessão do espaço público deverá ser apresentada em até 30 dias após a data do término do evento.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 08 de outubro de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Publicada no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 05/2015

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82777251000141, com endereço na Praça Ministro Andreas Thaler, nº. 25, centro, CEP 89650-000, Treze Tílias/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAURO DRESCH e a Associação de Turismo de Treze Tílias, CNPJ 00.557.486/0001-63, com endereço Rua Pedro Nelcido Kaffer, representado por seu Presidente Sr. Markus Bierbaum, CPF 518.193.689-04, visando à cessão de espaço localizado no Parque de Exposições Padre Johann Otto Küng, na Rua Domingos Perondi para exploração da venda de alimentos no evento Tirolerfest/2015.

Aos 08 dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, e a Associação de Turismo de Treze Tílias resolvem nos termos da Lei nº 1.875/2015 celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a cessão de espaço localizado no Parque de Exposições Padre Johann Otto Küng, na Rua Domingos Perondi para a exploração da venda de alimentos no evento Tirolerfest nos dias 09 a 13 de outubro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONVENIENTE

- I - Divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II – Ceder o espaço mencionado na cláusula primeira deste convênio;
- III – Montar a estrutura de standers;
- IV – Assumir a responsabilidade realização do evento;
- V – Fiscalizar a execução dos termos do presente convênio, bem como, atos de vigilância sanitária;
- VI – Efetuar a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

- I – Efetuar a venda de alimentos na Tirolerfest/2015, contratando a fornecedora dos produtos;
- II – Responsabilizar-se pelo pagamento aos fornecedores;
- III – Cumprir as normas de vigilância sanitária;
- IV – Dispor de 02 atendentes em cada stand para a venda dos alimentos e caixa durante os dias de realização do evento;
- V – Apresentar a prestação de contas no prazo de 30 dias após o término do evento, composta do balancete, notas fiscais comprobatórias das despesas e declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo único. A conveniada poderá terceirizar a execução dos serviços, desde que atendidas todas as cláusulas deste convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba/SC Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Treze Tílias/SC 08 de outubro de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

MARKUS BIERBAUM
Presidente da Associação de Turismo de Treze Tílias

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

PORTARIA 096/2015

PORTARIA Nº 096/15 DE 10 DE OUTUBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a Sra. DENISE GRATT, CPF nº 024.922.259-09, residente e domiciliada neste município, do cargo comissionado de DIRETOR(A) DE GESTÃO DE RECEITAS, conforme Portaria de nomeação nº 010/13 de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE OUTUBRO DE 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Mun. de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

374/2015

PORTARIA 374/2015 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

CONSIDERANDO as atribuições da unidade Municipal de cadastramento do INCRA;

CONSIDERANDO o treinamento e capacitação promovido pelo INCRA a qual foi submetido o servidor desta municipalidade;

CONSIDERANDO o serviço essencial e de relevante interesse Público, a ser prestado de forma gratuita.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Público Municipal Sr. ELIO RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, a exercer suas funções junto a Secretaria de Agricultura, para atendimento aos proprietários de imóveis rurais do município, com relação as demandas do INCRA, partir do dia 15 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de outubro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças Interina

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 119/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 119/2015

Edital de Pregão Presencial nº 93/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto Gêneros Alimentícios e Chocolates tipo Wafer recheados destinados os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009 e de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas até às 8h do dia 04/11/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 19 de outubro de 2015

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015

Edital de Pregão Presencial nº 33/2015

O Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por ITEM, para entrega imediata que tem por objeto a aquisição de Equipamentos para o Centro Municipal de Saúde, com recursos de sobra de convênios referente às propostas nº 78.486.198000/1130-01, 78.486.198000/1110-01, 78.486.198000/1110-02 conforme plano de aplicação.

Entrega e abertura dos envelopes às 14h30min do dia 04/11/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC., 19 de outubro de 2015.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

CONTRATO PMT 55/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 42/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 42/2015

CONTRATO N.º 55/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: A.J.E. TERRAPLANAGEM LTDA OBJETO: Recuperação viária da rodovia de acesso a comunidade de Boa Vistinha – trecho 2.

VIGÊNCIA: 10/7/15 A 8/10/15

VALOR: R\$ 384.618,51

PORTARIA 330/2015

PORTARIA Nº 330/15, de 09 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Novembro de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Antonio Bá 028.243.729-07 2760

Sandro Figueredo 021.583.809-26 2761

Bonifacio José Luiz 442.848.299-04 2770

Moacir Toretto Correa 017.583.449-03 2771

Donato Policarpe 494.948.569-53 2772

Dário Carbone dos Santos 560.223.109-97 2872

Lindomar Pinheiro 769.750.459-68 3012

Pedro Marques Silverio 692.668.409-04 2773

Zenaide Indalencio 067.248.289-45 3171

Valmir Trombin 552.334.739-68 3172

Neusa Camilo Pinheiro 690.722.649-91 3188

Edilson Damiani Fernandes 074.443.109-39 3220

Bernadeth Munari L. Ferreira 646.128.053-68 3336

Jonas Vicente Pereira 057.194.329-22 3369

Lorete Maria P. Felisberto 063.996.589-00 3370

Daniel Rosa dos Santos 078.481.949-14 3386

Eduardo Cordova Lopes 068.176.689-13 3387

João Carlos Da Costa 032.357.249-90 3437

Odair Jose Figueredo Pereira 029.739.699-48 3436

Rafael Morgerot Mazzucco 092.778.589-74 3435

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 331/2015

PORTARIA Nº 331/15, de 09 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Novembro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR CPF MATRICULA

Wanderlei Maciel 369.556.470-91 3244

Ana Silvia T. Parol 020.483.179-28 3407

Tarcisio Figueredo 613.357.629-49 3408

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 332/2015

PORTARIA Nº 332/15, de 09 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Novembro de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRICULA

Ivair dos Santos 725.944.209-30 3245

Antonio de Souza 733.806.799-68 3249

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PREGAO PRESENCIAL PMT 62/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 62/2015 - Pregão Presencial Nº. 62/2015

Objeto: Aquisição de tubos e blocos de concreto para trecho da Rua Jorge Lacerda, nos bairros Centro e Cidade Alta.

Entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 03/11/2015

Abertura da Sessão: á partir das 08:00 horas do dia 03/11/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo – SC, 16 de outubro de 2015.

Nestor Reco

Pregoeiro

PREGAO PRESENCIAL PMT 63/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial Nº. 63/2015

Objeto: Aquisição de massa asfáltica usinada quente.

Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 03/11/2015

Abertura da Sessão: á partir das 14:00 horas do dia 03/11/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo – SC, 16 de outubro de 2015.

Nestor Reco

Pregoeiro

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 048/2015 TP 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para a contratação de empresa especializada para a Construção e instalação de Iluminação Decorativa em Espaços Públicos, na cidade de Vargem Bonita - SC, em pontos definidos em Projeto, consistindo na construção, fornecimento de materiais e mão de obra especializada na instalação, mediante o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilha Orçamentária e, demais documentos que compõem o Projeto Executivo e de Engenharia, parte integrante do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Valor Máximo: R\$ 28.848,60.

Recursos: Orçamento Municipal.

Entrega dos Envelopes de Documentação e Proposta: até às 09:30hrs (nove horas e trinta minutos) do dia 05 de novembro de 2015.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 05 de novembro de 2015 às 10:00hrs (dez horas).

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 16 de Outubro de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 010 - CMS

Ata 010/2015

(Reunião Ordinária)

No primeiro dia do mês de outubro de 2015, às dezenove horas, e quinze minutos, no Auditório da AMARP, situado nesta cidade, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) HDS- Apresentar explicação sobre os Atendimentos, 2) Protocolo de Próteses Dentárias, 3) Assuntos Gerais. Iniciamos a reunião ordinária fazendo a leitura da ata do mês anterior a qual foi aprovada pelos membros do CMS. No segundo momento a Presidente do Conselho Municipal de Saúde em exercício Sra. Rosani Schneider saudou os presentes e prosseguiu convidando o Diretor do Hospital Divino Salvador, o qual apresentou explicações sobre os atendimentos, demonstrando dados gráficos do crescimento em todos os setores, salientou que contamos hoje com cem leitos de internação pelo SUS, estão sendo totalizados dezoito leitos de UTI, quatro salas cirúrgicas, e em média um mil cento e cinquenta e três consultas SUS mensais, explanou também sobre a pesquisa de satisfação a qual é realizada durante o período de internação do paciente, quando percebido alguma insatisfação imediatamente o responsável toma as providências cabíveis. O Diretor do HDS, Sr. Flamarion fez um convite aos membros do CMS para que agendássemos uma visita às instalações do Hospital, os membros do conselho demonstraram interesse e em breve iremos realizar o agendamento. Quanto ao segundo item de pauta o Diretor da Central Odontológica Sr. Paulo Pereira da Silva explicou como funciona o Programa Saúde Bucal para fornecimento de Prótese Dentária, enfatizou que o programa é direcionado a população idosa acima de sessenta anos em especial de baixa renda. O fornecimento de prótese dentária é preconizado pelo SUS, porém apesar de termos feito a adesão ao programa, não obtivemos parecer favorável do recurso que seria disponibilizado pelo governo federal que alega devido a questões orçamentárias, não existir previsão para liberação da portaria específica e nem parecer favorável. Sendo assim a Secretaria Municipal de Saúde, preocupados em cuidar do bem estar e da qualidade de vida da população, iremos através de recursos próprios realizar a confecção e fornecimento das próteses dentárias totais. O processo licitatório para confecção das próteses está em andamento e de início serão realizadas dez próteses totais por mês, sendo que quando o governo federal sinalizar liberando a portaria e o envio de recursos pretendemos aumentar o número de pacientes beneficiados pelo programa. O Dr. Paulo também comentou sobre a realização de tratamentos odontológicos em pacientes especiais que necessitam de anestesia geral para que os procedimentos possam ser realizados, fez um agradecimento ao HDS, em especial aos anestesistas, enfermeiros, técnicos e setor administrativo pela parceria inovadora e pioneira na região, pois dificilmente encontramos nos hospitais uma oportunidade de profissionais de odontologia realizar estes tipos de procedimentos via SUS, beneficiando a população. Os membros do CMS que participaram da VI Conferência Estadual comentaram sobre a oportunidade de participar de um evento grandioso, explicaram que em geral foi positiva a participação, mas ainda existe a cultura individual dos municípios cada um procurando defender suas ideais, sem pensar no coletivo. A Sra. Flávia membro do Conselho Municipal de Saúde explicou que a CNBB estabeleceu como diretriz este ano, realizar capacitação para os conselheiros de saúde, assistência social, direitos da criança e adolescente entre outros, e convidou os membros deste conselho para próximo o encontro que se realizará no dia vinte e seis de

outubro de dois mil e quinze, nas dependências do Centro Paroquial. O Sr. Dionísio bombeiro voluntário integrante deste conselho fez um pedido de desculpas aos demais membros do conselho, quanto a fato ocorrido na reunião anterior e comentou estamos juntos para somar e não para causar divisões.

Nada mais havendo a tratar, eu, Sonia Rita Gheller, secretaria executiva deste Conselho, lavro esta ata que será lida e aprovada pelos demais presentes conforme lista de assinaturas.

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 21 de Outubro de 2015 às 14:00 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

Videira, 16 de outubro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 12.458/15

DECRETO Nº 12.458/15, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ARTHUR PANCERI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.459/15

DECRETO Nº 12.459/15, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 75.000,00(setenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal

01 – Assessoria de Gabinete

2.002– Manutenção da Chefia de Gabinete

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 12.000,00

04 – Secretaria Municipal de Finanças

01 – Departamento Financeiro e Tributário

2.026– Manutenção do Departamento de Contabilidade

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 8.000,00

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

2.054– Manutenção do Departamento de Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 55.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 75.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal

01 – Assessoria de Gabinete

2.002– Manutenção da Chefia de Gabinete

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 12.000,00

04 – Secretaria Municipal de Finanças

01 – Departamento Financeiro e Tributário

2.026– Manutenção do Departamento de Contabilidade

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 8.000,00

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

2.054– Manutenção do Departamento de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 55.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 75.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.460/15

DECRETO Nº 12.460/15, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 589.000,00(quinhetos e oitenta e nove mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal

03 – Controle Interno

2.005– Manutenção do Controle Interno

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 41.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 5.000,00

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica

01 – Assessoria Jurídica

2.008– Manutenção da Assessoria Jurídica

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 28.000,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.014 - Manutenção do Departamento de Pessoal

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 50.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 20.000,00

04 – Secretaria Municipal de Finanças

01 – Departamento Financeiro e Tributário

2.028– Manutenção do Departamento de Tributação

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 105.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 38.000,00

06 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

01 – Planejamento e Urbanismo

2.030– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 29.000,00

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

02 – Departamento de Ação Social

2.046– Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 48.000,00

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.047– Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 36.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 89.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 – Departamento de Turismo e Cultura

2.056– Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 80.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 589.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretaria de Administração

DECRETO Nº 12.465/15

DECRETO Nº 12.465/15, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

06 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	
01 – Planejamento e Urbanismo	
2.030 – Departamento de Planejamento e Urbanismo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	30.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.466/15

DECRETO Nº 12.466/15, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 28.522,51 (vinte e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

17 – Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	
01 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
2.075 – Manutenção do Fundo da Criança e Adolescência	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0390.0 Aplicações Diretas	28.522,51
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	28.522,51

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recurso vinculado ao FMDCAV.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

ENCERRAMENTO TOMADA DE PREÇO Nº 19/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2015 – PMV

ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 19/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A RECUPERAÇÃO DE PARTE DO MURO DE CONTENÇÃO (TIPO GABÃO) NA RUA XV DE NOVEMBRO, PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS, foi ENCERRADA sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 16 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0733/15

PORTARIA nº 0733/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta No Memorando nº 042/15 da Secretaria de Administração;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2015 até 30 de outubro de 2015, o gozo de férias da servidora SANDRA BALDO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 18 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 723/2015.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0734/15

PORTARIA nº 0734/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.047/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela empresa De Marco Renault, nos dias 15 a 16 de outubro de 2015, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h30min, a fim de realizar montagem de uma pequena estrutura para exposição de veículos.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuabilidade sobre os participantes do referido evento, ficando a empresa De Marco Renault inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0735/15

PORTARIA Nº 0735/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00042/12-0, nos assentos funcionais do servidor ILMOR EPELING, detentor da matrícula funcional nº 733, e do cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 17.538/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ILMOR EPELING, detentor da matrícula funcional nº 733, e do cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00042/12-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0736/15

PORTARIA Nº 0736/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00057/15-2, nos assentos funcionais da servidora ELIZETE APARECIDA FERLIN, detentora da matrícula funcional nº 939, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 17.371/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora ELIZETE APARECIDA FERLIN, detentora da matrícula

funcional nº 939, e do cargo de provimento efetivo de Professor, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00057/15-2, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0737/15

PORTARIA nº 0737/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.817/2015, nomeada pela Portaria nº 0674/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 17 de outubro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.817/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0738/15

PORTARIA nº 0738/15

Revoga a Portaria nº 0558/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 13 de outubro de 2015, a Portaria nº 0558/14, que designou LEANDRO TAVARES DA SILVA, para exercer a Função

Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de outubro de 2015.

Videira, 14 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2015 - FMAS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO NO CREAS PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 04/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 16 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 018 - CMS

RESOLUÇÃO Nº 18 de 09 de outubro de 2015

Dispõe sobre o Protocolo de Próteses Dentárias

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, em sua sexta reunião ordinária do ano de 2015, realizada em 25 de junho de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

RESOLVE:

1º - Aprovar o Protocolo de Próteses Dentárias.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rosani Schneider
Presidente do CMS em exercício

Videira, 09 de outubro de 2015.

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alterados os valores unitários dos materiais constantes nos itens 1.2, 6.2 e 7.1 da planilha orçamentária referente à reforma do C.E.M.E.I. DIONÍSIO ROBASKEVICZ (item 01) e, em consequência, o preço máximo constante no item 4.17 do edital, bem como, a descrição do material constante no item 8.5 da planilha orçamentária referente à reforma do C.E.M.E.I. GIOVANA LOCATELLI (item 02) do edital de Tomada de Preços nº 20/2015, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO E REFORMA NO C.E.M.E.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) DIONÍSIO ROBASKEVICZ E REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DO C.E.M.E.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) GIOVANA LOCATELLI DE ACORDO COM MEMORIAIS E PROJETOS ANEXOS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Ficam alterados também a data e horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 05/11/2015 as 13h00min. O Edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 16 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto n.º 048/2015

DECRETO 048/2015

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

1101 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
27.812.011.2028 – Apoio ao Esporte Amador	
33000000.00 – Outras Despesas Correntes	
33900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	10.000,00
1101 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
13.392.013.2032 – Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
33000000.00 – Outras Despesas Correntes	
33900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	10.000,00
0401 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIEN	
20.606.006.2006 – Manut. da Sec. de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambiente	
31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais	
31900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	15.000,00
0401 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIEN	
20.606.006.2007 – Apoio ao Associativismo, Cooperativismo e Div. Culturas	
44000000.00 – Investimentos	
44900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	10.000,00
1301 – SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DE BARRA DA PRATA	
04.123.003.2034 – Desenvolvimento do Distrito de Barra da Prata	
44000000.00 – Investimentos	
44900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	2.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

1101 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
27.812.011.2028 – Apoio ao Esporte Amador	
31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais	
31900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	10.000,00
1101 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
13.392.013.2032 – Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais	
31900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$	10.000,00

0401 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIEN					
20.606.006.2006 – Manut. da Sec. de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambiente					
33000000.00 – Outras Despesas Correntes					
33900000.00 – Aplicações Diretas					
0.1.0000 – Recursos Ordinários	15.000,00				
..... R\$					
0401 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIENTE					
20.606.006.2007 – Apoio ao Associativismo, Cooperativismo e Div. Culturas					
33000000.00 – Outras Despesas Correntes					
33900000.00 – Aplicações Diretas					
0.1.0000 – Recursos Ordinários	10.000,00				
..... R\$					
1301 – SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DE BARRA DA PRATA					
04.123.003.2034 – Desenvolvimento do Distrito de Barra da Prata					
33000000.00 – Outras Despesas Correntes					
33900000.00 – Aplicações Diretas					
0.1.0000 – Recursos Ordinários	2.000,00				
..... R\$					

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 16 de Outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

LEI COMPLEMENTAR Nº 088

LEI COMPLEMENTAR N. 088, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 32/2007 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O inciso II, do art. 278, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 278. ...

I. ...

II. nos demais casos sobre a soma dos serviços prestados, apurados mensalmente e pagos até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao de sua apuração”.

Art. 2º – O caput do art. 305, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 305. A taxa deverá ser recolhida no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês. Nos casos de renovação, o pagamento será realizado anualmente até o dia 10 de março, sendo que o alvará terá validade até o dia 15 de março”.

Art. 3º – O caput do art. 316, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 316. A Taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária. Nos casos de renovação, o pagamento será realizado até o dia 10 de março, sendo que o

alvará terá validade até o dia 15 de março”.

Art. 4º - O caput do art. 379, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 379. São isentos da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, os consumidores localizados fora do perímetro urbano e que não tenham serviço de iluminação pública à disposição, os pequenos consumidores residenciais/rurais até 80 KWh e o poder público municipal.

Parágrafo Único – ...”

Art. 5º – O caput do art. 316, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 401. ...

§ 1º - A atualização da Unidade Fiscal Municipal será efetuada por Decreto do Executivo Municipal tendo como limite à variação anual do IPCA – índice publicado pelo IBGE, tendo como parâmetro 1º de Novembro do exercício anterior a 31 de Outubro do exercício corrente ao da expedição do Decreto de atualização da UFM”.

Art. 6º - A PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO PERÍMETRO URBANO VITOR MEIRELES – SEDE, Anexo à Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 – Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com a inclusão de quatro novas sessões:

SEÇÕES		NOME DE LOGRADOUROS	VALOR/M² EM UFM
410- D	RUA	RUA PEDRO BERKENBROCK	13,50
410- E	RUA	RUA PEDRO BERKENBROCK	13,50
30-D	RUA	RUA BRUNO ROMER	13,50
30-E	RUA	RUA BRUNO ROMER	13,50

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016, exceto o Art. 4º, o qual entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 16 de outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

LEI Nº 0941

LEI N. 0941, de 16 de outubro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A INCORPORAÇÃO DE VEÍCULO MOTORIZADO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, RECEBIDO DA RECEITA FEDERAL, BEM ESTE QUE SERÁ ÚTIL AO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação da Receita Federal, UM (1) VEÍCULO CAVALO-MECÂNICO M.BENZ/1938S, PLACAS MDG-3732, ANO/MODELO 2002/2002, RENAVAL 00800757823, CHASSI Nº 9BM6931962B307032, MOTOR Nº 457928739774, Valor de R\$ 55.290,00 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa reais);

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 16 de outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2015

PORTARIANº. 210/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LEILA CLARISSE HILLESHEIM

Cargo: ODONTÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 13/10/2015 a 22/10/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE OUTUBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 205/2015

DECRETO Nº AJG 205/2015

INCLUI DISPOSITIVO NO DECRETO Nº AJG 109/2015, DE 28.05.2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3738/2015, 19 de maio de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Ficam incluídos no artigo 2º do Decreto nº AJG 109/2015, de 28 de maio de 2015, os incisos XX, XXI, XXII e XXIII, com a seguinte redação:

XX - Rua Olavo Bilac – trecho compreendido entre a Rua Almirante Tamandaré e a Rua Nereu Ramos;

XXI - Avenida La Salle – trecho compreendido entre a Rua José Bonifácio e a Rua das Missões;

XXII – Rua Ernesto Schirea – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder e a Rua Athanasio Antonio;

XXIII - Rua Celestino do Nascimento - trecho compreendido entre a Avenida Brasil e a Rua Dr.Joséde Miranda Ramos.

Art. 2º. Fica estabelecido que as Ruas Coronel Passos Maia e Victor Konder, terão dois trechos para fins de rotatividade da Zona Azul:

I - Rua Victor Konder: trecho 01, compreendido da Rua Barão do Rio Branco até a Rótula da Avenida La Salle (próxima ao Mercado Máximo); trecho 02, da rótula da Avenida La Salle (próxima ao Mercado Máximo) até a Rua Irineu Bornhausen;

II – Rua Coronel Passos Maia: trecho 01, compreendido da Rua Barão do Rio Branco até em frente ao Edifício Rovilho Bortoluzzi; trecho 02, do Edifício Rovilho Bortoluzzi até a Rua Irineu Bornhausen.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 16 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 206/2015

DECRETO Nº AJG 206/2015

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando a solicitação da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciadas as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos

serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Adriana Painko 060.344.309-50 9.013.815-4

Felipe Jose Pantano 094.516.989-22 5.227.033-5

Adaiane Lovatto Alves 061.337.749-40 6.806.497

Leonara Soares de Lima 068.649.529-24 5.710.228

Art. 2º. Ficam descredenciadas as seguintes monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Jaine de Oliveira Molinari	104.745.319-37	6.318.457
Géssica Klaus	100.915.079-01	104.257.0155
Fabiane Demin da Silva	100.202.519-20	6.475.717
Mariângela Siqueira	068.71.759-38	5.211.331
Juciane Bello Leite	097.616.719-09	5.540.578
Jaqueline Bortoli	067.551.479-22	6.793.811
Solange de Souza	063.058.419-26	4.454.228
Dayane Dalva de Assis	074.000.549-96	5.854.363
Lucilene Santos Siqueira	062.079.859-90	4.849.745.2
Cleomara G. R. Lima	099.699.609-54	6.191.886
Indiamara Garcia Oliveira	086.683.989-54	6.330.307

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 207/2015

DECRETO Nº AJG 207/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO AÇÕES DO PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o artigo 60 e o artigo 62 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ratifica a proibição do trabalho infantil e estabelece que a condição de aprendiz diz respeito à formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação em vigor, respectivamente;

Considerando que a Lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei nº 12.435/2011, que instituiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;

Considerando o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a lista das piores formas de trabalho infantil no Brasil;

Considerando a Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Legislação - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/9 Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário, entre os quais se inclui crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;

Considerando a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre as quais objetiva desenvolver ações conjuntas de Erradicação do Trabalho Infantil;

Considerando o papel protagonista do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no SUAS, vinculado à Proteção Social Especial, definido pelo gestor da política de assistência social, nas três esferas de governo;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Intersetorial, responsável pela implementação e acompanhamento das ações para a Erradicação do Trabalho Infantil, conforme segue:

- I. LUCIANA BALBINOT CONTNI representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II. AMÉLIO FRANCISCO RADAELLI representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- III. ALINE CRISTINA DAL ZOT RAUBER representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV. RAPHAELA IZABEL HUNING – representando o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I – Bairro Sufiatti;
- V. SILVANE CAMARGO MORESCHI representando o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II – Bairro Nossa Senhora de Lourdes;
- VI. SAMANTHA ROLOFF representando o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- VII. SANDRA BONET representando o Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO;
- VIII. LUCIANE BANDEIRA representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- IX. ROSELI NUNES DE OLIVEIRA representando o Conselho Tutelar – CT;
- X. BERNADETE LOURDES DE ANDRADE representando a Gerência de Educação do Estado de Santa Catarina;
- XI. LUCIANE RIBEIRO representando a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os trabalhos desenvolvidos pela comissão, não serão remunerados, não gerando nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza aos nomeados, considerando-se atividade vinculada ao expediente normal de trabalho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de outubro de 2015.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0117/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0117/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, da Rua Jorge Severo Schell, com extensão de 178,099m e o Recapeamento e qualificação da Rua Dirceu Giordani sobre calçamento existente, com extensão 888,50m.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 02 meses, contados a partir de 21/10/2015 até 20/12/2015, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0074/2014

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0074/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, em diversas ruas do município.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 120 dias, contados a partir de 19 de outubro de 2015 vigorando até 15 de fevereiro de 2016, conforme requerimento da contratada e ofício do setor de engenharia anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de outubro de 2015. Ademir J Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2014

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0001/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Pavimentação asfáltica e calçamento, sinalização e drenagem na Rua Batista Fabrizio.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 60 dias, contados a partir de 24 de outubro de 2015 até 22 de dezembro de 2015, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA TP 03-2015 PMXV - 03

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015 PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DE DADOS, REALIZANDO ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E/OU JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Aos 16 dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às oito horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 002/2015, sob a presidência da Sra. Izilde Jandira Pawiokievicz Fasolo e membros a Sra. Taciane Caon, a Sra. Maira Lucia Altenhofen e o Sr. Joselino Luiz Naissinger, com a finalidade de efetuar o recebimento dos recursos referente à licitação em epígrafe. Após percorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, (que era até as 17:00 horas do dia 15/10/2015) as seguintes Licitantes apresentaram recursos: GROSSI & PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS; e PACKER & NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS. Assim a Presidente e a Comissão abrem o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia de hoje 16/10/2015, sendo até as 17:00 horas do dia 23/10/2015, para que todas as Licitantes apresentem suas contrarrazões em relação aos recursos apresentados. Caso alguma Licitante não apresente contrarrazão, a Comissão entenderá que a mesma aceitou a decisão da Comissão Permanente de Licitações. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Presidente e pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Izilde Jandira Pawiokievicz Fasolo Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
--	---

Maira Lucia Altenhofen Membro da Equipe de Apoio	Joselino Luiz Naissinger Membro da Equipe de Apoio
---	---

PP 34/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 34/2015 PMXV

Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de Micro e/ou Pequena Empresa para o fornecimento de brita para reparar vias públicas e demais locais que o Município de Xavantina necessite, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital. Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 30/10/2015.

Abertura: dia 30/10/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 16 de outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Xavantina

CONTRATADO: EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Sistema Patrimônio Público

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 03 (três) meses, contando de 01/10/2015 com término em 31/12/2015.

Xavantina, 01 de outubro de 2015

Hélio Domingos Sordi

Presidente

Associações

AMMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC-04/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC-04/2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA – EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.023.894/0001-14, com endereço à Rua Padre Jacobs, 139, Bairro Centro, cidade de Blumenau/SC, neste ato representado pelo sua administradora Sr. Maria Eduarda Doin Gama, inscrita no CPF 055.610.939-24 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para fornecimento de materiais e equipamentos, de conformidade com a Licitação Convite nº 04/2015, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática para a sede da AMMVI, conforme descrição dos itens abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
08	Mouse Pad com Apoio de Punho Gel Preto Material: EVA, tecido e gel Cor: Preto Dimensões: 22 x 25 x 20 mm Garantia: 12 meses.	22	18,00
09	Apoio de Pulso para teclado Material: EVA, tecido e gel Cor: Preto Dimensões: 44 x 60 x 20 mm Garantia: 12 meses.	22	25,00
Total Geral R\$			946,00

Este contrato vincula-se ao resultado do Processo Licitatório nº 04/2015, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente depois de esgotados os prazos recursais. O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, devendo se concluir em até trinta (30) dias.

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos materiais e equipamentos pelo prazo estabelecido em sua proposta, observado o tempo mínimo fixado pelo Instrumento Convocatório da licitação.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 04/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 946,00 (novecentos e quarenta e seis reais), de conformidade com sua Clausula Primeira e com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 04/2015.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega e aceitação dos materiais e/ou equipamentos, com liquidação da despesa e fornecimento de boleto bancário pelo contratado.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Programa Anual da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.002	SECRETÁRIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
004.122.0003.2002	SECRETÁRIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000015	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II – pela qualidade do produto e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

III - a repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material ou equipamento entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato, bem como responsabilizar-se pela cobertura de garantia durante o prazo estabelecido;

IV - a cumprir com as exigências legais para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos e/ou na entrega integral do objeto contratado;

III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Condições Gerais:

Fica delegado atribuição aos profissionais da Assessoria de Tecnologia da Informação da Unidade de Apoio Técnico da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 04/2015, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), 22 de setembro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS
PRESIDENTE da AMMVI

MARIA EDUARDA DOIN GAMA
CONTRATADA

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC-04/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC-04/2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.635.187/0001-86, com endereço à Rua Dom Pedro II, 440, Campinas, cidade de São José/SC, representada pelo seu administrador Sr. Harley de Aguiar Junior, inscrito no CPF: 747.902.779-68 inscrito no CPF 041.176.599-01, neste ato representado pelo Sr. Carlos Eduardo Kellner doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para fornecimento de materiais e equipamentos, de conformidade com a Licitação Convite nº 04/2015, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática para a sede da AMMVI, conforme descrição dos itens abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
	<p>Microcomputador com as seguintes características:</p> <p>Processador: Intel® Core™ i3-4160 (3.6 GHz, 3MB de Cache, 54W)</p> <p>Sistema operacional instalado Microsoft Windows 8.1 64bits PRO português com mídia de restauração</p> <p>Downgrade para Windows 7 Professional, 64-Bit, em português</p> <p>4GB de memória SDRAM DDR3 a 1600 MHz - 2 DIMM</p> <p>Chipset: Intel H81</p> <p>Unidade de disco rígido SATA de 500 GB</p> <p>Unidade de DVD-RW</p> <p>Bios proprietária</p> <p>Suporte a discos rígidos ópticos opcionais e opções de leitor de cartão de mídia</p> <p>LAN Ethernet 10/100/1000 integrada, suporte para placa de rede 10/100/1000 PCIe opcional, placa 802.11n wireless opcional</p> <p>Suporte a slot para trava do chassi, Switch de violação do chassi opcional, Senha de configuração/BIOS, Segurança de interface de E/S, Teclados</p> <p>Smart Card opcionais, Tecnologia Intel Trusted Execution, Tecnologia Intel Identity Protection, Tecnologia Intel Anti-Theft.Gerenciamento de sistemas</p> <p>Garantia 1 ano on site pelo fabricante do computador; Serviço no local no próximo dia útil após o diagnóstico remoto padrão.</p> <p>Portas de E/S:</p> <p>2 portas USB 3.0 externas (traseiras) e 6 portas USB 2.0 externas (2 frontais, 4 traseiras); 1 porta serial (opcional); 1 PS/2 (opcional); 1 RJ-45; 1 VGA; 1 DisplayPort 1.2; 1 entrada de microfone e 1 saída de fone de ouvido (frontal); 1 entrada de microfone/entrada e saída de linha (traseira)</p> <p>Gabinete: Formato pequeno (SFF)</p> <p>Dimensões (A x L x P) em polegadas/(cm): 11,4 x 3,7 x 12,3/(29 x 9,3 x 31,2)</p> <p>Peso mín. (lb/kg): 13,2/6</p> <p>Número de compartimentos: 1 interno de 3,5"</p> <p>1 externo de 5,25" (slimline)</p> <p>Slots de expansão: 1 PCIe x16 de meia altura</p> <p>1 PCIe x1 de meia altura</p> <p>Unidade de fonte de alimentação (PSU): PSU padrão de 255 W e PFC ativo ou PSU opcional de 255 W com até 90% de eficiência (80 PLUS Gold e Bronze 85%), compatível com ENERGY STAR®, PFC ativo</p>		

<p>Acompanha teclado e mouse de mesmo fabricante do computador.</p> <p>Manuais em português do Brasil</p> <p>Acompanha monitor de 19 polegadas de mesmo fabricante do computador com a seguinte descrição:</p> <p>Tamanho do painel:</p> <p>48,3 cm</p> <p>Taxa de proporção:</p> <p>Widescreen (16:10)</p> <p>Tipo de painel, superfície :</p> <p>TN (Nemático Torcido), antirreflexo com revestimento rígido 3H</p> <p>Resolução ideal:</p> <p>1440 x 900 a 60 Hz</p> <p>Taxa de contraste:</p> <p>1000:1 (típica)</p> <p>Luminosidade:</p> <p>250 cd/m2 (típica)</p> <p>Tempo de resposta:</p> <p>5 ms (preto para branco)</p> <p>Ângulo de visão:</p> <p>(160° vertical/170° horizontal)</p> <p>Suporte para cores:</p> <p>16,7 milhões de cores</p> <p>Distância entre pixels:</p> <p>0,284 mm</p> <p>Tipo de tela:</p> <p>Monitor de tela plana widescreen</p> <p>Interface de montagem do monitor LCD</p> <p>VESA (100 mm)</p> <p>Tecnologia de iluminação traseira:</p> <p>LED</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>1 conector de Interface Visual Digital (DVI-D) com HDCP</p> <p>1 Matriz Gráfica de Vídeo (VGA)</p> <p>SUPORTE</p> <p>Inclinação e de cabos integrado</p> <p>SEGURANÇA</p> <p>Slot de trava de segurança</p>		
--	--	--

02	<p>Slot de trava de suporte antirroubo (para painel)</p> <p>TAMANHO E PESO</p> <p>Dimensões com suporte (A x L x P): 14,68" (372,8 mm) x 17,47" (443,8 mm) x 6,44" (163,5 mm)</p> <p>Dimensões sem suporte (A x L x P): 11,45" (290,8 mm) x 17,47" (443,8 mm) x 2,05" (52,0 mm)</p> <p>Área predefinida da tela (A x V) 408,2 mm (h), 255,2 mm (v) 16,07" x 10,05"</p> <p>Peso (somente painel – para montagem VESA): 2,54 kg (5,59 lb)</p> <p>Peso (com a embalagem): 3,90 kg (8,58 lb)</p> <p>REQUISITOS ELÉTRICOS</p> <p>Tensão exigida: 100 a 240 VCA/50 ou 60 Hz ± 3 Hz/1,5 A (máx.)</p> <p>Consumo de energia (operacional): 18 W (típico) / 23 W (máximo)3</p> <p>Consumo de energia (em modo de espera): Menos de 0,5 W</p> <p>ASPECTOS AMBIENTAIS</p> <p>Faixa de temperatura operacional: 0 a 40 °C (32 a 104 °F)</p> <p>Faixa de temperatura não operacional: Armazenamento: -20° C a 60° C (-4° F a 140° F) Envio: -20° C a 60° C (-4° F a 140° F)</p> <p>Faixa de umidade operacional: 10 a 80% (sem condensação)</p> <p>Faixa de umidade não operacional: Armazenamento: 5 a 90% (sem condensação) Envio: 5 a 90% (sem condensação)</p> <p>Altitude operacional: 3.048 m (10.000 pés) máx.</p> <p>Altitude não operacional: 10.668 m (35.000 pés) máx.</p> <p>CONFORMIDADE E PADRÕES</p> <p>ENERGY STAR 5.1</p> <p>EPEAT Gold</p> <p>TCO Certified Displays.</p>	02	2.740,00
----	--	----	----------

06	<p>Nobreak com as seguintes características:</p> <p>Saída</p> <p>Capacidade de Potência de Saída 300 Watts/600 VA</p> <p>Tensão nominal de saída 115V</p> <p>Eficiência em carga total 90.0%</p> <p>Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica) 60 Hz</p> <p>Topology Interativo com a Linha</p> <p>Tipo de Forma de Onda Senoidal aproximada</p> <p>Conexões de Saída</p> <p>(4) NBR 14136 (Bateria de Reserva)</p> <p>Entrada</p> <p>Tensão nominal de entrada 115V,220V</p> <p>Frequência de entrada 60 Hz +/- 5 Hz</p> <p>Tipo de Conexão de Entrada</p> <p>NBR 14136</p> <p>Comprimento do Cabo 1.28 metros</p> <p>Baterias & Tempo de operação</p> <p>Tipo de bateria Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção : a prova de vazamento</p> <p>Tempo de recarga típico 12 hora(s)</p> <p>Painel de controle Indicação do Status do LED com On-Line : Bateria Ligada</p> <p>Alarme sonoro Soar alarme quando na bateria : Alarme distinto de pouca bateria</p> <p>Físico</p> <p>Dimensões máximas de altura 192.00 mm</p> <p>Dimensões máximas de largura 123.00 mm</p> <p>Dimensões máximas de profundidade 220.00 mm</p> <p>Peso Líquido 6.00 KG</p> <p>Altura para Transporte 204.00 mm</p> <p>Largura para Transporte 132.00 mm</p> <p>Largura (com embalagem) 253.00 mm</p> <p>Cor Preto</p> <p>Ambiental</p> <p>Ambiente de Operação 0 - 40 °C</p> <p>Umidade Relativa de Operação 5 - 95%</p> <p>Elevação de Operação 0-900 metros</p> <p>Garantia Padrão 2 anos para reparo ou substituição (não inclui baterias) e 1 ano para baterias.</p>	02	299,00
10	<p>Memória para desktop com as seguintes especificações:</p> <p>Especificações:</p> <p>Frequência: 1333Mhz</p> <p>Pinagem: 240-Pin</p> <p>Capacidade: 4GB (1 x 4GB)</p> <p>Latência CAS: DDR3</p> <p>Latência: 9</p> <p>Timing: 9-8-7-6</p> <p>Tensão: 1.5V</p> <p>Garantia: 12 meses.</p>	02	140,00
Total Geral R\$			6.358,00

Este contrato vincula-se ao resultado do Processo Licitatório nº 04/2015, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente após esgotados os prazos recursais. O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, devendo se concluir em até trinta (30) dias.

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos materiais e equipamentos pelo prazo estabelecido em sua proposta, observado o tempo mínimo fixado pelo Instrumento Convocatório da licitação.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 04/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 6.358,00 (seis mil trezentos e cinquenta e oito reais), de conformidade com sua Clausula Primeira e com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 04/2015.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega e aceitação dos materiais e/ou equipamentos, com liquidação da despesa e fornecimento de boleto bancário pelo contratado.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Programa Anual da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.002	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
004.122.0003.2002	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000015	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II – pela qualidade do produto e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

III - a repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material ou equipamento entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato, bem como responsabilizar-se pela cobertura de garantia durante o prazo estabelecido;

IV - a cumprir com as exigências legais para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos e/ou na entrega integral do objeto contratado;

III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Condições Gerais:

Fica delegado atribuição aos profissionais da Assessoria de Tecnologia da Informação da Unidade de Apoio Técnico da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 04/2015, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), 22 de setembro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS HARLEY de AGUIAR JUNIOR
PRESIDENTE da AMMVI CONTRATADA

CONTRATO ADMINISTRATIVO CV 05-2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO CV 05-2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada por seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa PRAXIAN CONSULTORIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.717.171/0001-85, com endereço à Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2393 CJ 12, Bairro Jardim Paulista, cidade de São Paulo/SP, neste ato representada pelo Sr. Plínio Tolentino Rodrigues, inscrito no CPF de nº 143.040.168-06 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para Prestação de Serviços, de conformidade com a Licitação Convite nº 05/2015, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ENTIDADE OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO AFERINDO A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NA REGIÃO DA AMMVI, visando aferir o grau de satisfação da sociedade do médio vale do Itajaí sobre os serviços públicos de saúde prestados pelo SUS e subsidiar informações para implementação e aprimoramento de políticas e programas voltados para a melhoria da qualidade destes serviços públicos na região da AMMVI.

A descrição e as especificações técnicas dos serviços que compõem o objeto deste Contrato encontram-se detalhadas no Termo de Referência - ANEXO I - parte integrante do Instrumento Convocatório no Processo Licitatório nº 05/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início da prestação dos serviços dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, devendo se concluir no período estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do Instrumento Convocatório da licitação.

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando até 31/12/2015, podendo sofrer prorrogação, na forma da Lei nº 8.666/93.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 05/2015, Instrumento Convocatório e seus anexos, e pelo regime de empreitada integral.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 58.760,00 (cinquenta e oito mil setecentos e sessenta reais), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 05/2015.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado, através de boleto bancário, em até 05 (cinco) dias úteis após a prestação/entrega e aceitação dos serviços, com apresentação dos documentos fiscais e liquidação da despesa.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa 2015 da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
0102	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
010.123.0011.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SAUDE PUBLICA EXCELENCIA
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000015	RECURSOS ORDINÁRIOS 2015

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das condições e responsabilidades previstas no Instrumento Convocatório da Licitação, a CONTRATADA responsabiliza-se ainda:

- I - em aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- II – pela qualidade técnica e operacional do serviço e por sua prestação em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;
- III - a refazer os serviços defeituosos, a suas expensas, inclusive quando já entregues em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;
- IV - a cumprir com as exigências legais para prestação dos serviços licitados, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, mão de obra, transporte, licenciamento, etc.;
- V – pela responsabilidade técnica dos serviços previstos no Instrumento Convocatório da Licitação e/ou na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

- I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido;
- II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início dos serviços e/ou na entrega integral do objeto contratado;
- III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Condições Gerais:

Fica delegado atribuição aos profissionais da Comunicação Social na Unidade de Apoio Administrativo da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 05/2015, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), 13 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS REPRESENTANTE LEGAL
PRESIDENTE da AMMVI CONTRATADA

RESOLUÇÃO Nº 19/15

RESOLUÇÃO nº 19/15

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 16.104,39, no Orçamento-Programa da AMMVI.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2015 no valor de R\$ 16.104,39 (dezesesseis mil, cento e quatro reais e trinta e nove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

01.002.0004.0122.0001.1002 – Ampliação sede AMMVI	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 3.612,00
3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 12.492,39

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2015:

01.007.0017.0512.0002.1005 – Resíduos Sólidos	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 16.104,39

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 28 de setembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

Consórcios

ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 50/2015

Pregão Presencial nº 05/2015

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 29 de outubro de 2015, às 14:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para aquisição de equipamentos e computador servidor, instalação, montagem e assistência técnica, conforme especificações constantes do ANEXO I. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:30h do dia 29/10/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h15min do dia 29/10/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 29/10/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 07 de outubro de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIM-AMAVI

ATA Nº 24 - CIM-AMAVI

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI DO DIA 07/08/2015

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 9h30min, no Auditório da AMAVI, em Rio do Sul, reuniram-se os senhores prefeitos e demais autoridades conforme consta no livro de presenças nº 01, folhas 44 e 45, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de Contas do Exercício de 2014; e 2) Assuntos de Interesse dos Municípios e do Consórcio. Dando início à assembleia, o presidente do CIM-AMAVI, prefeito Antonio Oscar Laurindo, saudou os presentes, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao prefeito anfitrião Antonio Garibaldi Ayroso para sua saudação. Dando início a ordem do dia, o presidente passou a palavra ao contador do consórcio, Zulnei Luchtenberg, que apresentou a prestação de contas de 2014 do CIM-AMAVI. Zulnei apresentou o Balanço Patrimonial do CIM-AMAVI, com os seguintes números em 31 de dezembro de 2014: Disponibilidade Financeira de R\$ 146.880,13; Obrigações a Pagar R\$ 51.364,75; Disponibilidade Líquida R\$ 95.515,38; Imobilizado R\$ 948.109,78 e Ativo Real Líquido R\$ 1.043.625,16. Após detalhamento e explicações acerca dos números apresentados, as contas do CIM-AMAVI foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente Antonio Oscar Laurindo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu Milã Signori, assessora de imprensa, lavrei a presente ata.

ATA Nº 25 - CIM-AMAVI

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI DO DIA 11/09/2015

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às 9h30min, no Auditório da Câmara de Vereadores, em Rio do Campo, reuniram-se os senhores prefeitos e demais autoridades conforme constam no livro de presenças nº 01, folhas 46 e 47, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação para abertura do procedimento licitatório para contratação do serviço de engenharia para elaboração do projeto básico do Parque Tecnológico de Processamento e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios que integram o CIM-AMAVI; e 2) Assuntos de Interesse dos Municípios e do Consórcio. Dando início à assembleia, o presidente do CIM-AMAVI, prefeito Antonio Oscar Laurindo, saudou os presentes, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao prefeito anfitrião Rodrigo Preis para sua saudação. Ato contínuo, o presidente passou a palavra ao diretor executivo, Agostinho Senem, que fez um relato da viagem à Alemanha, aonde juntamente com o presidente do CIM-AMAVI, Antonio Oscar Laurindo e com o prefeito Nilson Stainsack, permaneceram durante uma semana conhecendo e visitando locais que implantaram tecnologia de reaproveitamento de resíduos sólidos. De acordo com o relato do diretor Agostinho, desde 2005 na Alemanha, não são mais feitos aterros sanitários e com isso os custos na coleta e tratamento diminuíram consideravelmente. Após o relato, o presidente colocou em discussão e aprovação abertura do procedimento licitatório para

contratação do serviço de engenharia para elaboração do projeto básico do Parque Tecnológico de Processamento e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios que integram o CIM-AMAVI. O presidente falou da necessidade da continuidade do projeto e sugeriu rateio entre os municípios para elaboração do projeto, que deverá custar R\$ 80.000,00. O presidente destacou que essa decisão deve ocorrer o mais breve possível, pois com a demora no encaminhamento corre-se o risco de perder o incentivo do Governo Alemão. O prefeito de Rio do Sul, Garibaldi Ayroso, questionou se esse é o melhor projeto e opinou dizendo que nesse ano é praticamente impossível repassar recursos. O prefeito de Ituporanga, Arno Zimmermann, disse que é favorável a destinação do lixo através da compostagem, pois é um procedimento mais barato, porém salientou que apoia o que a maioria decidir. O prefeito de Taió, Hugo Lembeck, falou que essa discussão, quanto à definição da tecnologia já ocorreu em outros momentos e agora é preciso avançar no projeto. Os prefeitos sugeriram fazer outra apresentação do projeto do parque, para que os prefeitos que ainda têm dúvidas possam esclarecê-las. A apresentação do projeto foi marcada para o dia 14 de setembro, próxima segunda-feira, às 16h na AMAVI. Após ampla discussão foi aprovada a abertura do processo licitatório para contratação do serviço de engenharia para elaboração do projeto básico do Parque Tecnológico de Processamento e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios que integram o CIM-AMAVI. Por último, o prefeito de Rio do Campo, agradeceu a presença de todos e convidou para o almoço. Nada mais havendo a tratar, o presidente Antonio Oscar Laurindo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu Milã Signori, assessora de imprensa, lavrei a presente ata.

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015 - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015, PAL Nº 0026/2015

OBJETO: Aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de móveis e equipamentos para escritório e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitiba-nos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Irani, Monte Carlo, Pinheiro, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 09 de novembro de 2015 a 30 de abril de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 30/10/2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 133 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 133, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2008 – Gestão de Resíduos Sólidos	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
3001212 – Rec. Ordinários 2012 – CIMVI - Saneamento	R\$ 100.000,00
Total	R\$100.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 31 de agosto de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO 37 2015**

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. http://www.amarp.org.br cis@amarp.org.br
--	---

Resolução nº 37/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art.1º Ficam reajustados na Tabela CIS-AMARP, em conformidade com a Aprovação pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios Consorciados, os Procedimentos a seguir:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR
Terapia Individual Fonoaudiologia (sessão)	03.01.04.004-4	19,00

Art.2º Os valores reajustados passam a vigorar a partir da competência 11/2015.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 13 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 38 2015

Resolução nº 38/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

Procedimento	CODIGO SUS	CIS
Ecocardiograma Fetal	*9016406	250,00

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 13 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 39 2015

Resolução nº 39/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Institui horário especial, em turno único, aos servidores do CISAMARP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe.

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente, em turno único, a partir de 19 de outubro de 2015 até 21 de fevereiro de 2015 no horário das 13:00 às 19:00 horas, para os servidores do CISAMARP.

Art. 2º Fica proibida a realização de horas extras, com exceção aos casos especiais pré-determinados em lei e/ou justificada necessidade, desde que autorizado pelo Presidente do Consórcio.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 16 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CISAMARP

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 11/2015

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

“Nomeia Empregado Público para o quadro funcional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo nº 056/2015 e as deliberações da Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Willian José Zen, nascido em 19/06/1984, para exercer o emprego público de Contador, Nível 137, do quadro de pessoal do CISAM Meio Oeste, conforme Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental e suas alterações, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 19 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

CIGAMERIOS**RESOLUÇÃO Nº 014/2015 - CIGAMERIOS**

RESOLUÇÃO Nº 014/2015 - CIGAMERIOS

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO LEGAL DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DILAIR MENIN, Presidente do CIGAMERIOS – Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, e na forma de deliberação adotada pela Diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIGAMERIOS – Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios.

Parágrafo Único – O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Resolução substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 2º - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

Art. 3º - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Art. 4º - Serão objeto de publicação as resoluções editadas a partir de outubro de 2015 e todos os demais atos administrativos editados a partir da vigência desta resolução.

Parágrafo Único – Além da publicação na forma estabelecida nesta Resolução, também será utilizado a divulgação no endereço eletrônico www.amerios.org.br e no mural público localizado na recepção da sede desta Associação.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se disposições em contrário.

Maravilha, SC, em 15 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC

ARNILDO LUIZ KOLLET

Assessor Jurídico

OAB/SC 35.378